



RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA
PONTE HERCÍLIO LUZ

1. INTRODUÇÃO

Cuida-se de relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios enumerados em rol exemplificativo no seu requerimento de constituição. Nesse sentido nota-se que o objeto da Comissão abarca os instrumentos conhecidos estabelecidos pelo Estado visando a realização de obras e serviços de engenharia – sejam de manutenção ou restauração – envolvendo a Ponte.

Parte significativa da constituição deste relatório deriva de previsões regimentais, com destaque para o teor do Art. 163, §2º e seus respectivos incisos:

Art. 163. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado contendo a sinopse de todo o processo, com suas conclusões, que será publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa e encaminhado:

[...]

§2º Do relatório constarão a constituição e finalidade da Comissão, sua composição prazos observados e roteiro dos trabalhos realizados com destaque para:

I – transcrição dos depoimentos ouvidos;

II – depoimentos arrolados, mas não viabilizados;

III – eventuais viagens realizadas;

IV – documentação recebida e anexada;

V – parecer do Relator; e

VI – conclusões da Comissão.

Os apartados deste documento, portanto, seguirão a linha disposta pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa, sem prejuízo das disposições



contidas tanto na Constituição Federal quanto na Constituição Estadual acerca das Comissões Parlamentares de Inquérito.

2. CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

2.1. BREVE HISTÓRICO ACERCA DO REQUERIMENTO, ASSINATURAS, PARECER JURÍDICO, DESPACHO DA PRESIDÊNCIA, PUBLICAÇÕES OFICIAIS DOS ATOS, INDICAÇÃO DOS MEMBROS, REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PRIMEIRO ROTEIRO DOS TRABALHOS;

A presente Comissão Parlamentar de Inquérito foi constituída a partir do Requerimento RQC/0016.6/2019, que aportou na Casa Legislativa em 06.02.2019. Desde a diplomação dos deputados estaduais eleitos para a legislatura em curso houve a difusão do intento de instaurar a CPI por parte do Deputado Estadual Bruno Souza, ora Relator.

No total o requerimento contou com a assinatura de 31 (trinta e um) dos quarenta parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a saber (tal como o publicado no Diário da Assembleia nº 7.392):

1. Ada de Luca
2. Altair Silva
3. Ana Caroline Campagnolo
4. Bruno Souza
5. Coronel Mocellin
6. Dr. Vicente Caropreso
7. Fabiano da Luz
8. Felipe Estevão
9. Fernando Krelling
10. Ismael dos Santos
11. Ivan Naatz
12. Jair Miotto



13. Jerry Comper
14. Jesse Lopes
15. João Amin
16. Laércio Schuster
17. Luciane Carminatti
18. Luiz Vampiro
19. Marcius Machado
20. Maurício Eskudlark
21. Mauro de Nadal
22. Moacir Sopelsa
23. Nazareno Martins
24. Neodi Saretta
25. Nilso Berlanda
26. Ricardo Alba
27. Romildo Titon
28. Sargento Lima
29. Sergio Motta
30. Valdir Cobalchini
31. Volnei Weber

No corpo do requerimento constavam os requisitos para a instauração da CPI bem como a fundamentação quanto à relevância do fato determinado utilizado como objeto. Enviado o requerimento à Presidência da ALESC, esta o remeteu à Procuradoria Jurídica, que exarou, por meio do Procurador Geral, Dr. Ptolomeu Bittencourt Junior, parecer com o seguinte dispositivo:

Isso posto, conclui-se que o presente Requerimento de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito preenche todas as formalidades constitucionais e regimentais, cabendo, na sequência aplicar o disposto no art. 41, §2º, do RIALESC. (11.02.2019)

Na data de 14.02.2019 foi comunicado ao Plenário, pela Presidência da Casa, o número de vagas cabível a cada bancada ou bloco parlamentar, de



maneira que em 21.02.2019 restou constituída a Comissão com os seguintes membros:

1. Jessé Lopes
2. Sargento Lima
3. Bruno Souza
4. João Amin
5. Marcos Vieira
6. Kennedy Nunes
7. Luciane Carminatti
8. Fernando Krelling
9. Jerry Comper

A partir de sua constituição foi convocada a reunião de instalação para a data de 27.02.2019 às 17 horas, cuja pauta constituiu-se da definição do (i) Presidente, (ii) Vice-Presidente e (iii) Relator nos termos regimentais. Foram escolhidos, por votação, os Deputados Marcos Vieira, para a Presidência, João Amin, para a Vice-Presidência e Bruno Souza para a Relatoria.

Em reunião realizada na data de 12.03.2019, este Relator apresentou o primeiro roteiro de trabalhos (fls. 44-46), cuja premissa era o prazo inicial de 120 (cento e vinte) dias para a conclusão da Comissão. Nota-se, conforme descrito abaixo, a ocorrência de prorrogação por igual período, o que inicialmente não constava do roteiro e cujo resultado, por implicação, foi a inobservância de parte das disposições contidas neste.

Tendo em vista o fato de que a transcrição integral das atas de reuniões integra o presente relatório, passa-se a analisar os demais aspectos.

2.2. RESUMO DO PRAZO DA CPI (TERMO INICIAL E FINAL DA INSTRUÇÃO E DO RELATÓRIO FINAL), NÚMERO DE VOLUMES, PÁGINAS, REUNIÕES E TESTEMUNHAS OUVIDAS;



Uma vez ocorrida a prorrogação do prazo, nos termos referidos acima, o Colegiado, a partir de solicitação do Relator, realizou consulta à Procuradoria Jurídica da ALESC acerca dos prazos da CPI. Em parecer fundamentado, de lavra do Procurador Geral, chegou-se a entendimento sintetizado nas seguintes tabelas:

TRABALHOS DA COMISSÃO

INICIAL	FINAL	NÚMERO DE DIAS
23.02.2019	22.06.2019	120
23.06.2019	17.07.2019	25
01.08.2019	03.11.2019	95
TOTAL	-	240

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL

INICIAL	FINAL	NÚMERO DE DIAS
04.11.2019	02.12.2019	30

Relevante destacar o fato de que em virtude do Regimento Interno da ALESC, os prazos foram considerados suspensos durante o recesso parlamentar ocorrido em julho.

No decorrer dos trabalhos desenvolvidos a Comissão reuniu documentação em 85 (oitenta e cinco) volumes físicos e 18.182 (dezoito mil cento e oitenta e duas) páginas, além de mídias digitais constituídas por CDs, DVDs e pendrives. Os números apresentados não contam com este relatório, prestes a ser anexado, bem como outros expedientes de ordem administrativa que porventura venham a integrar os autos após a apresentação do relatório final.

Foram ouvidos ao todo 40 (quarenta) nomes, sendo 38 (trinta e oito) como testemunhas e dois como convidados, a saber, na ordem em que foram ouvidos:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DE SANTA CATARINA

1. Sebastião Moraes Mattos
2. Vilmar Tadeu Bonetti
3. Paulo Procopiak de Aguiar
4. Roberto Ozório de Almeida
5. Raul Ozório de Almeida
6. Edison da Rosa
7. Eduardo Alberto Fancello
8. Paulo de Tarso Rocha Mendonça
9. José Luiz Piccoli
10. Edgar Antônio Roman
11. José Mauro Lopes Pereima
12. Flávio Volpato
13. Telmo Fernando Mattar
14. Fernando Vieira Torres
15. Ricardo Procopiak Saporiti
16. Tolstói Maia Duarte
17. Sidney Lourenço Dal Sasso
18. Hubert Beck Júnior
19. Arnaldo Martins
20. Delbi Joel Canarin
21. Moacyr Thadeu de Menezes
22. Roberto Alexandre Zattar
23. Laércio Osvaldo Martins
24. Paulo Ney Almeida
25. Jorge Luiz Guimarães Barros Filho
26. Fernando Augusto Yudyro Hayashi
27. Gleison Lemos
28. Marcos Peixoto Amin
29. Karla Regina Krauel
30. Eduardo Hamond Régua
31. Sebastião Florentino de Almeida Rezende
32. Paulo Roberto Meller
33. Wenceslau Jerônimo Diotallevy



34. Wilfredo Brillinger

35. Celso de Magalhães Carvalho

36. João Raimundo Colombo **(convidado)**

37. João Nogueira Motta

38. Carlos Luiz Guedes Carneiro

39. Valdir Cobalchini (convidado)

40. Romualdo Teophanes de França Júnior

3. TRANSCRIÇÃO DOS DEPOIMENTOS OUVIDOS

3.1. Reuniões sem a presença de testemunhas

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2019, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhora Deputada, senhores Deputados, muito bom-dia.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que vai investigar eventuais ilicitudes na reforma da Ponte Hercílio Luz.



Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar todas as senhoras e todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Informamos que recebemos do excelentíssimo senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes ofício comunicando a sua ausência no dia de hoje e não indicando qualquer Deputado para substituí-lo.

Solicito à assessoria que distribua a ata da reunião de instalação da CPI para aprovação dos senhores Deputados. (*Pausa.*)

Senhores Deputados, antes de passar a palavra ao eminente Deputado Bruno Souza, Relator desta CPI, eu me sinto na obrigação de tratar de um assunto hoje exposto no Bom Dia SC. Trata-se, pois, de uma eventual suspeição do meu nome e do nome do Deputado João Amin como participantes desta CPI - mas quero dividir em duas ou em três partes o que foi colocado.

Primeiro é quanto à minha não assinatura no requerimento de constituição da CPI. Quero dizer a todas as senhoras e a todos os senhores que eu não fui procurado pelo Deputado Bruno Souza para assinar o requerimento da CPI, quando muito um assessor de sua excelência procurou a minha assessora para dar o documento. Eu tenho por costume, para qualquer documento que eu assine nesta Casa, em especial um documento muito importante, que o requerente, o Deputado solicitante me procure para me convencer da necessidade.

Então, Deputado Bruno, quero levar ao conhecimento que realmente é verdade, vossa excelência pessoalmente não me procurou para assinar o requerimento. Mas não quer dizer que em não assinando o requerimento este Deputado não possa fazer parte da CPI. O nosso Regimento permite, até porque fui indicado pelo bloco de dez Deputados para fazer parte desta CPI, assim como foi com o Deputado Kennedy Nunes.

Quanto à presidência da Comissão, eu não pedi para ser o Presidente; indicaram-me e eu aceitei, até porque pela minha formação de advogado, entenderam ser melhor eu estar na presidência, e também pelos anos de exercício de mandato e pelos anos de presidência de diversas Comissões desta Casa. Os Deputados que me conhecem sabem como eu tenho me pautado ao



longo desses doze anos de mandato, com muita transparência, com muita responsabilidade e trabalhando sempre em favor da sociedade catarinense. E quando abri os trabalhos desta CPI coloquei da mesma forma que vou trabalhar com muita transparência, com muita responsabilidade e de forma colegiada.

Em se tratando de forma colegiada, como acabo de dizer, é atribuição do Presidente assinar, ele sozinho, os ofícios para fazer qualquer tipo de requisição. O Deputado Bruno já me encaminhou duas ou três solicitações, mas eu ainda não assinei, e por quê? Porque como eu disse na instalação, quero tratar isso de forma colegiada, então todos os nomes sugeridos para fazer parte da assessoria da CPI serão levados ao conhecimento de vossas excelências. Isso se chama transparência e eu vou continuar me pautando desta forma. Estão aqui [as solicitações] e eu vou levá-las ao conhecimento de vossas excelências.

Quero dizer a todos vocês que entendo que não pratiquei nenhum ato que possa estar levantando a minha suspeição. A minha postura nesta Comissão será a postura de um Magistrado, e vou dar o exemplo de um Desembargador, que ao participar de qualquer Câmara e em lá tramitando algum processo, e vendo ele que naquele processo tem interesse, ele pode se declarar impedido. E eu da mesma forma, em qualquer ato, em qualquer processo que tramitar nesta Comissão, se entender que eu tenha que me declarar impedido de votar ou de dar opinião, assim o farei com a maior tranquilidade. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Então, senhoras e senhores, essa é a fala que eu queria fazer a todos vocês e volto a reiterar: não pratiquei nenhum ato para alguém levantar a minha suspeição, até porque os trabalhos da CPI mal estão começando.

Então, senhoras e senhores, era o que eu tinha para falar e abro a palavra a todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Amin.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como eu tive a sorte de chegar ali no plenário agora e conseguir me inscrever por segundo - se eu não me engano tinham dois Deputados inscritos, mas a Ana Campagnolo se inscreveu em quarto ou quinto e o Ismael em primeiro -, eu vou fazer a minha defesa com relação à matéria de hoje de manhã do Bom Dia Santa Catarina na tribuna. Se a sessão começar às 14h, em torno de 14h20min; se a sessão começar às 14h15min, em torno de 14h35min. Mas eu não poderia, pelo menos em respeito aos outros Deputados da CPI, até porque fui eleito Vice-Presidente por unanimidade, deixar de dizer que em nenhum momento eu vou tentar prejudicar. Tudo o que aconteceu até nas minhas eleições de 2008, 2012 e 2014, e também na de 2018, foi legal, foi aprovado pela Justiça Eleitoral.

E eu tenho um a mais... e aí é até prestando contas a quem confiou em mim para Vice-Presidente: eu sou filho de uma pessoa que esteve por duas vezes Governador do Estado de Santa Catarina desde que a ponte foi fechada. Se algum colaborador do ex-Governador Esperidião Amin cometeu algum ato, ele vai pagar por isso aqui, se a gente conseguir provar. Se eu não tenho qualquer tipo de restrição para apontar para esse assunto, não vai ser qualquer outro que vai me impedir de tentar fazer um bom trabalho.

Com relação às falas dos jornalistas Renato Igor e Anderson Silva hoje pela manhã, para os quais eu já liguei hoje; e Faraco, para o qual eu liguei ontem, eu quero dizer que eu vou tentar fazer do limão uma limonada. Se eles estão falando de alguma impossibilidade moral minha, eu vou tentar demonstrar muita energia, muita humildade, assessorando o Relator da CPI, para que os fatos sejam esclarecidos.

São R\$ 700 milhões investidos num local que, quando inaugurado, vai ser só um cartão postal, não vai ter utilidade de mobilidade nenhuma. Quem viveu ontem o que viveu Florianópolis... A ponte vai poder suportar um caminhão que passa pela Anita Garibaldi, a obra mais bonita da Dilma Rousseff, só que ali o anzol da área continental e o Parque da Luz, na área insular, vão impedir que esse grande caminhão, que esse grande veículo possa entrar e sair da ponte.



E a gente também pode até avançar aqui. Eu sugeri ao Deputado Bruno Souza e ele aceitou, pessoas técnicas e engenheiros para nos ajudar nessa averiguação do fato determinado que a CPI tem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como Relator eu teria que me manifestar, até porque acredito que fui sempre um defensor e sempre impusionei para que esta CPI acontecesse. De fato, hoje de manhã os fatos não foram... não foi uma reportagem agradável, ainda mais quando se trata de um Deputado como o João Amin, que sempre foi um grande incentivador da CPI e um dos primeiros a assiná-la; um entusiasta e sempre deixou muito clara essa posição que ele externou aqui, sempre falou que, justamente, tinha que investigar o que tivesse que investigar, não só nessa ação, mas como também tem nos apoiado em todas as outras ações que o meu gabinete vem tomando dentro da Assembleia as quais ele julgue de bom tom.

E o senhor [refere-se ao Deputado Estadual Marcos Vieira], apesar de a CPI ter demorado três meses para ser protocolada e de ter sido de conhecimento notório, realmente nós não conversamos pessoalmente. Claro que isso [a matéria veiculada na imprensa] traz um certo desconforto ao seio desta Comissão. Não há nada de ilegal em receber doação eleitoral, de forma nenhuma. Eu mesmo, como um grande crítico do financiamento público de campanha, não teria como achar ilegal uma doação de campanha; isso não traz ilegalidade alguma. Isso não quer dizer que não venham junto também alguns desconfortos ou alguns inconvenientes, como no caso desta CPI. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Eu, claro, não acredito, e com todo o respeito que eu tenho a vossa excelência, esta não é a situação ideal, logicamente, não adianta dizermos que é, porque não é a situação ideal termos um Presidente que tem algum tipo de, não vínculo, mas que tenha um histórico ou uma passagem... Então deixo registrado esse meu ponto. Para mim não é a posição ideal, mas na CPI o colegiado da



Comissão é soberano. Eu queria externar apenas este meu desconforto, mas creio que se forem mantidas da forma como estão mantidas, CPI e sua composição, que nós possamos então fazer, como o Deputado João falou, do limão uma limonada, dando celeridade a todos os processos e que a gente possa apresentar, dentro do prazo, um relatório ideal. E ao contrário do que o Presidente às vezes alega, não por mal, mas de forma involuntária, que é uma responsabilidade do Relator, a responsabilidade é deste colegiado. O próprio Presidente algumas vezes se contradiz quando diz que tem que trazer tudo para o colegiado, mas quando aponta responsabilidade, aponta apenas para o Relator. Não, a responsabilidade de produzir um resultado é deste colegiado inteiro. Então, que a gente possa, como colegiado, fazer desse limão uma limonada.

Não é a situação ideal, eu gostaria de deixar isso registrado de novo, e também não tenho nenhuma intimidade com o Deputado, não conheço o seu trabalho, então não tenho capacidade de julgar para cá ou para lá, mas espero que ao final desses 120 dias o nosso julgamento recíproco de um e do outro, do trabalho de um e de outro, possa ser positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, continua a palavra em aberto. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira falar, quero finalizar a minha parte dizendo que todos os atos que vou praticar no âmbito interno desta Comissão serão de forma bem transparente e de forma colegiada.

Então eu poderia, Deputado Jerry, ontem mesmo após uma reunião preliminar com o Deputado Bruno sobre a infraestrutura que a Comissão terá, poderia ter assinado os ofícios encaminhando-os aos órgãos competentes para requisitar os funcionários, mas estou tomando a liberdade de trazer aqui ao conhecimento de vossas excelências para que todos possam, sim ou não, dar esse aval na requisição de funcionários ou de qualquer outra estrutura para o bom funcionamento desta Comissão.

Mas vamos então, senhores Deputados.

Com a palavra o Deputado Bruno Souza, na condição de Relator da matéria, para trazer ao conhecimento da senhora Deputada e dos senhores



Deputados o roteiro de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como a solicitação de documentos.

Vossa excelência com a palavra para fazer a explanação.

(A Deputada Estadual Luciane Carminatti manifesta-se fora do microfone pedindo a palavra pela ordem.)

Pela ordem, com a palavra a Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI - É possível entregar a cópia a todos os demais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Ah, sim. Solicito à assessoria que entregue a cópia dos documentos que o Deputado Bruno vai fazer a leitura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Presidente, enquanto todos recebem o documento, poderíamos falar sobre o que o Presidente falou de trazer os nomes que iremos requerer? Podemos inverter a ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Se vossa excelência desejar, não há problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Pode ser então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Tenho em mãos o ofício do Deputado Bruno solicitando a requisição do servidor Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho, engenheiro lotado no Tribunal de Contas de Santa Catarina, e do servidor Roberto Silveira Fleischmann, auditor fiscal de controle externo, lotado no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Ainda há a requisição do servidor Patrick Barcelos Teixeira, analista de contas públicas, lotado no Ministério Público de Contas de Santa Catarina.

O Deputado João Amin sugere o nome do engenheiro Roberto de Oliveira, que é o coordenador do Conselho Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Florianópolis. Esse nome, Deputado João Amim, não pode ser requisitado por não ser servidor público, mas ele pode, quando muito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ser convidado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...ser convidado para colaborar. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini*]

E também apresento o nome da senhora Flávia Letícia Fernandes Baesso, também auditora concursada do Tribunal de Contas e ex-diretora de Licitação do Tribunal de Contas por oito anos. Ontem ainda conversei com o Presidente do Tribunal de Contas, o Conselheiro Adircélio, e amanhã vou fazer uma visita a sua excelência para tratar desses nomes. Mas se vossas excelências...

Vou passar a palavra ao Deputado Bruno Souza para falar sobre os nomes propostos pelo mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Estadual João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Assim que tiver o horário dessa reunião com o Tribunal de Contas, se puder comunicar aos demais membros, eu gostaria de participar, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Foi isso o que combinei ontem com o Deputado Bruno Souza. Ele declinou, porque já esteve com o Conselheiro.

Com a palavra o Deputado Estadual Bruno Souza, para falar sobre os nomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, a estrutura que relatei aqui e solicitei para que de forma consultiva nós pudéssemos ter eventualmente a presença dos servidores Marcos Luiz Rovaris, Renato Bertoldi e também do nosso servidor aqui da Casa, Victor Kist, apenas de forma consultiva, e eu solicitei três servidores do Tribunal de Contas do Estado.

Em conversa com o próprio Presidente Adircélio nós chegamos a esses nomes. Não solicitei mais, solicitei apenas essa estrutura porque considero adequada, e a nossa Comissão, do meu ponto de vista, não pode se tornar igual



à Ponte Hercílio Luz, com um custo sem fim. Temos que ser também ponderados em relação a isso, porque cada servidor desses tem a sua função no seu órgão de origem. Por isso, o meu comedimento em solicitar apenas o essencial para o nosso trabalho no dia a dia. Todos os três listados aqui são servidores que já têm conhecimento de causa, já conhecem todo o trâmite, conhecem a matéria. O Roberto Silveira Fleischmann é um auditor muito experiente do Tribunal, está muito acostumado a fazer esse tipo de auditoria, então o solicitei, e foi indicado pelo próprio Tribunal; o Patrick Barcelos Teixeira e o Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho também são dois servidores que já atuaram no caso.

Então, do meu ponto de vista, essa é a estrutura necessária sem nenhuma extravagância. A minha equipe também dispõe de pessoas que vão estar inteiramente à disposição, até porque o trabalho no dia a dia exige comprometimento e, às vezes, uma equipe grande acaba dividindo demais as competências e a competência e a responsabilidade acabam muitas vezes não sendo de todos, não sendo de ninguém. Então essa é a composição necessária que eu indiquei para o trabalho do dia a dia, sem nenhum exagero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, quero ainda comunicar a vossas excelências que todo servidor público, quem quer que seja, que dará apoio à CPI, será designado por ato, até para fazer constar dos autos todo o trabalho feito por todas essas pessoas.

Também ontem, na reunião preliminar com o Deputado Bruno, além da nossa coordenadora das Comissões, estavam presentes ainda, representando o Presidente da Casa, Deputado Julio Garcia, o chefe de gabinete, senhor Eron, o diretor-geral, senhor Neroci, além também de mais alguns assessores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O chefe de gabinete do Deputado João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – E o chefe de gabinete do Deputado João Amin, já que infelizmente ele não pôde se fazer presente.

Foi uma reunião meramente de trabalho administrativo interno da Comissão para que pudéssemos dar início. O Presidente [Presidente da Alesc]



colocou dois espaços a nossa disposição, vai dar toda a estrutura de mesa, como computadores. Fiz questão de solicitar que se colocasse à disposição da CPI um Procurador Jurídico da Casa para nos dar esse acompanhamento jurídico, nos dar um caminho certo, se estamos conduzindo, fazendo, assinando documento certo ou não, e também solicitei o serviço de taquigrafia, que é extremamente importante, e [os profissionais] estão aqui, que vai nos ajudar, até porque as atas terão que ser bem detalhadas, com os depoimentos.

Solicitei também que nos dessem toda a estrutura de som e áudio, porque nós queremos fazer todas as reuniões da Comissão públicas, transmitidas pela televisão da Assembleia e se não for possível que sejam gravadas, para tornar público. Então foi essa a estrutura solicitada e o senhor Presidente já determinou que a assessoria da Casa desse total apoio à Comissão. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

Senhores Deputados, então o Deputado Bruno Souza já tratou dos três servidores.

Coloco em discussão a requisição dos nomes. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação a requisição desses três nomes.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada a requisição desses três nomes.

Peço à assessoria que elabore os ofícios para que eu possa assinar e encaminhar ao Presidente da Casa.

Sobre o nome da senhora Flávia Letícia Fernandes Baesso, que eu apresento, sobre o qual conversei preliminarmente com o Presidente do Tribunal de Contas, acho muito difícil ela vir, tendo em vista o trabalho que hoje exerce na presidência do Tribunal de Contas. Ela é realmente uma pessoa extraordinária, com conhecimento muito grande em processo de licitação do Tribunal, uma das grandes especialistas que temos em Santa Catarina. Então vou conversar com o Conselheiro Adircélio amanhã e se ele concordar, trago à deliberação de vossas excelências. Da mesma forma o nome do engenheiro Roberto de Oliveira, que o



Deputado João Amin apresentou, também quero, Deputado João Amin, na hora oportuna, quando for necessário, convidá-lo [o engenheiro Roberto de Oliveira] para fazer parte da Comissão.

Senhores Deputados, não havendo mais nomes a serem examinados, vamos dar continuidade.

Passo a palavra outra vez ao Deputado Bruno Souza para que possa ler o roteiro dos trabalhos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhores Deputados, eu trouxe aqui um roteiro que será um norte, logicamente que ele aceita ajustes e adequações conforme o decorrer das semanas, mas ele serve como um guia do nosso trabalho para os próximos dias.

Desde a instalação da CPI nós teremos 17 semanas corridas até chegar o dia 24 de junho de 2019, quando exaurir o prazo de 120 dias da CPI. Sendo assim, fizemos um roteiro conforme as 17 semanas que nos cabem nesse primeiro prazo de 120 dias.

A primeira semana foi a instalação da CPI, no dia 27; na segunda semana tivemos o Carnaval e não houve trabalho; hoje estamos aqui apresentando o roteiro e também apresentarei a requisição de documentos preliminares; na quarta semana será feita a análise dos documentos retornados junto à equipe técnica de apoio, ou seja, iremos fazer a requisição dos documentos hoje, nesta reunião, e na quarta semana e na quinta semana nos dedicaremos à análise desses documentos, que esperamos já estejam em nossas mãos o quanto antes para que, na próxima semana e na subsequente nós possamos fazer essa análise documental.

Na sexta semana...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Deputado Bruno, vossa excelência me concede um aparte?

Se puder deixar em aberto, na quarta semana e na quinta semana, a possibilidade de solicitação de outros documentos que possam surgir... Daí a gente continua dentro desse prazo, na quarta semana e na quinta semana, com



a possibilidade de requisitar outros documentos, seja para... aqui a maioria é do Deinfra, pelo que vejo no relatório, mas para que se recebermos alguma sugestão, possamos incluir essa nova requisição de documentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Excelente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado João Amin... Deputado Bruno, vossa excelência me permite?

No requerimento de instalação da CPI o fundamento principal, se não me falha a memória, são dezoito contratos. É isso, Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É isso, o escopo inicial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Isso. No meu entendimento, já no dia de hoje nós temos que deliberar sobre a requisição desses documentos, dos dezoito, para acelerar a CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, está tudo aqui, mas o Deputado João está correto, porque algum documento pode surgir, eventualmente interligado a um dos casos, que tenha escapado da nossa visão em um primeiro momento.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “Fato consumado.”)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, sim, mas de qualquer forma a qualquer tempo a CPI também pode decidir sobre a aquisição de outros documentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

Na 6ª semana será feita a listagem e a solicitação de convocação de indicados e de testemunhas – a ideia é que nas duas semanas de trabalho documental a gente possa chegar a uma listagem de nomes para convocarmos ou convidarmos a dar o seu testemunho; na 7ª semana, novamente, depois de ouvi-los, depois da listagem e convocação, nós continuaremos a análise dos documentos com a equipe técnica; e aí, sim, na 8ª semana chegaremos às oitivas



dos depoentes - essa é a ideia, é a vontade. Na 9ª semana teremos a primeira etapa de oitiva, ou seja, a 9ª semana, a 10ª semana, a 11ª semana e a 12ª eu reservei no cronograma para que a gente possa ouvir as testemunhas e os envolvidos - claro que se não houver o número de pessoas para essas reuniões todas, nós nos dedicaremos à análise documental e à análise dos depoimentos. [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Clovis Pires da Silva]

Na 13ª semana [acontecerão] reuniões finais da equipe técnica para a elaboração do parecer. E aí, depois das oitivas – logicamente depois da análise documental e das oitivas –, nos dedicaremos à confecção desse parecer na reta final.

A meta na 14ª semana é apresentar um relatório preliminar, no dia 29 de maio, já com algumas indicações, alguns pareceres e conclusões.

A 15ª semana é o prazo de vista, caso alguém tenha, algum Deputado queira apresentar um relatório, ou um relatório paralelo, ou algum voto de vista, estará aberto a isso.

A 16ª semana: leitura e aprovação do parecer final aqui na Comissão - lá no dia 12 de junho. E aí no dia 19 de junho nós iremos enviar o relatório circunstanciado pela CPI, que deverá ser votado em plenário, mas aí não é mais o prazo da CPI, é o prazo do plenário.

Não sei se ficou alguma dúvida aos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, após a exposição do Deputado Bruno, abro para discussão o roteiro de trabalhos da CPI.

Vossas excelências [estão] com a palavra. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, coloco em votação o roteiro.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado o roteiro exposto pelo eminente Deputado Bruno Souza.



Vamos ao segundo requerimento do Deputado Bruno, através do qual ele apresenta uma relação de documentos a serem requisitados.

Vossa excelência com a palavra para expor, Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade fizemos aqui o requerimento de diversos documentos, dentre eles os contratos analisados no pedido inicial da CPI, mas não nos limitamos a isso. Tem diversos pedidos a mais aqui que acredito irão ajudar a compor e a complementar todo o trabalho que nós faremos. Eu não sei se há a necessidade de eu ler um por um, porque é uma lista longa, mas eu trouxe e disponibilizei para cada um dos Deputados uma cópia de todos os documentos que iremos solicitar — que eu estou solicitando neste requerimento. E, logicamente, todos esses documentos também ficarão à disposição de todos os Deputados da Comissão para consulta e análise. Enfim, estarão à disposição não do Relator, mas à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, vossas excelências têm o documento na mão. Por gentileza, leiam. *(Pausa.)*

Pergunto a vossas excelências: alguma dúvida? *(Pausa.)*

Se algum Deputado desejar acrescentar, levamos à discussão. Da mesma forma, se desejarem que seja reiterado algum documento a ser requisitado, também levamos à discussão. Mas se os senhores Deputados concordam com a relação apresentada pelo eminente Deputado Bruno Souza, eu encerro a discussão.

Senhores Deputados, não havendo manifestação dos senhores Deputados, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovada toda a relação de requisição de documentos proposta pelo eminente Deputado Bruno Souza.



Solicito à assessoria que providencie o ofício de cada um, em separado, desses documentos para serem encaminhado aos órgãos competentes.

Deputado Bruno, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade quero deixar todos esses documentos recebidos e todo o trabalho da Comissão sempre à disposição de todos os Deputados. Quem tiver interesse em ter acesso ao que nós estamos produzindo e trabalhando, está mais do que aberto, e seria de bom grado, ficaria muito contente com a participação e a colaboração de todos.

Eu tenho... Eu peço só um minuto, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência continua com a palavra. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade eu queria... uma sugestão do Jessé em relação ao... eu queria fazer um convite — eu não sei se o Deputado [Sargento Lima] teria interesse, mas o Deputado Jessé me fez a sugestão de convidá-lo [Deputado Sargento Lima] para ser o sub-Relator da matéria junto comigo — se teria interesse em fazer parte da sub-Relatoria comigo. Para mim seria importante ter a sua experiência nessa participação. Como é um...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Desde que passe pela Casa aqui e todos aproveem, sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Sargento Lima, a escolha é pessoal do Relator.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Feito o convite ao Deputado Sargento Lima para ser o Relator Adjunto, sua excelência concorda.

Então fica escolhido o Deputado Sargento Lima para ser o Relator Adjunto desta CPI.



Mais alguma manifestação? Alguma manifestação de algum senhor Deputado? (*Pausa.*)

Senhores Deputados, eu tenho uma manifestação a fazer quanto ao dia e a hora da reunião da CPI. As nossas Comissões Permanentes funcionam, normalmente, nas terças e quartas pela manhã ou, quando muito, no início da tarde. Eu quero crer que em muitas reuniões da CPI vamos ter uma demanda de horas para poder funcionar. Eu quero sugerir a mudança do horário, até porque não ficou pré-determinado: que possamos fazer a nossa reunião às quartas-feiras, após a Ordem do Dia, às 17 horas. Na terça-feira normalmente a Ordem do Dia é um pouco mais cheia e na quarta-feira um pouco mais magra, começando sempre às 16 horas, e aí nós podemos adentrar um pouco mais. Se fosse fazer na terça-feira, Deputado João Amin, vossa excelência teria que optar pelo jogo ou pela CPI. (*Risos.*)

[*O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “Vamos ver se vai ter quórum. O futebol... (inaudível).”*]

Mas brincadeira à parte, senhores Deputados, faço aqui a proposta de mudarmos [o horário] e aí, sim, [a reunião da CPI será] todas as semanas, quarta-feira, às 17 horas.

Deputada Luciane, Deputado João Amin...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Às 17 horas muitas vezes a sessão não encerrou, mas, então, que seja imediatamente após a sessão, no caso, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim. Mas vamos deixar pré-fixada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...até para fins regimentais, às 17 horas.

Havendo aprovação dos senhores Deputados, [a reunião] passa a ser às quartas-feiras. A próxima reunião, hoje é dia 12, [será] no dia 20. Então, dia 20 de março reunião normal. Evidentemente que sem prejuízo de convocação de reunião extraordinária da Comissão quando houver necessidade ou a requerimento de qualquer Deputado.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a tratar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só uma pergunta, na verdade, sobre os prazos para despacho dos ofícios, enfim, das solicitações que nós fizemos e os despachos. A gente tem alguma ideia de quando houver algum ofício, alguma solicitação... a gente tem alguma ideia de?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Os ofícios a serem expedidos quero assinar todos eles hoje, todos, sem exceção. E vou fixar prazo, pelo menos, de cinco dias a dez dias para que os órgãos possam...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...remeter para esta Comissão. E se não remeter no prazo, a justificção do porquê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pelo que eu entendi do Deputado Bruno Souza, que toda reunião que nós tivermos deliberação, quando necessitar de assinatura de Presidente ou de qualquer outro membro, que isso seja feito no mesmo dia, que a assessoria possa providenciar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...os documentos no mesmo dia para serem expedidos ainda ou no mesmo dia ou no dia seguinte, né?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos dar agilidade, com certeza. Esse é o intuito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, ordinária, para o dia 20 de março, às 17 horas.

Muito bom-dia e obrigado. [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

3.1.1. 2ª

A ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Boa tarde.

Cumprimento todos os senhores Deputados que fazem parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como também quero externar os meus cumprimentos a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL e senhoras e senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.



Além do quórum regimental, damos por aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga eventuais ilícitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz. Os senhores Deputados receberam, em seus respectivos gabinetes, a cópia da ata da primeira reunião da Comissão.

Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem a queira discutir, colocamos em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Senhores Deputados, antes de passar a palavra ao eminente Deputado Bruno, levo ao conhecimento de vossas excelências que todos os ofícios foram expedidos em razão da aprovação das solicitações feitas pelo Deputado Bruno, que é o Relator da CPI. Nós já recebemos a comunicação da senhora Cibelly Farias, Procuradora-Geral de Contas, que indicou o servidor Patrick Barcelos Teixeira, aqui presente, seja bem-vindo. Já recebemos também do Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior o ofício cedendo [à CPI] em caráter transitório Roberto Silveira Fleischmann, que é administrador, e Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho, que é engenheiro. Vamos conversar amanhã pela manhã um pouco. *(Dirige-se aos servidores indicados.)* Então sejam bem-vindos.

Todos os ofícios foram expedidos para todas as empresas e todos os órgãos públicos solicitados pelo Deputado Bruno foram aprovados por esta Comissão. A primeira empresa que remeteu toda a documentação foi a RMG Engenharia, de Belo Horizonte, Minas Gerais, e esses documentos já estão acostados aos autos. Também recebemos do próprio Relator, Deputado Bruno, ofício solicitando a juntada de uma série de documentos, inclusive em formato PDF dos autos da Ação Civil de Improbidade Administrativa, de



número 0917903-81.2018.8.24.0023, documentos estes que já estão sendo juntados aos autos.

Solicito à assessoria que recolha toda a documentação. O processo também já foi instaurado e está aqui, já são vários volumes. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

Antes de passar a palavra ao Deputado Bruno, consulto os senhores Deputados se querem fazer manifestação acerca dos documentos.

(*Pausa.*)

Não havendo manifestação, passo a palavra ao Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Boa tarde a todos os Deputados e a todos os presentes. Agradeço muito a presença de quem vem nos acompanhar, quem vem pelo interesse no tema, aquele que se faz presente hoje, e essa participação da sociedade é sempre fundamental para aumentar a nossa resposta. O que nós estamos fazendo aqui é justamente um comprometimento com essa transparência que a Casa Legislativa deve ter com a sociedade, e [também] fazendo jus a nossa função, como Deputados eleitos, para fiscalizar e entregar respostas adequadas àqueles temas que tangem a nossa administração pública.

Então o meu boa-tarde e o meu muito-obrigado pela presença de cada um de vocês.

Como vocês podem ver, os documentos não são poucos (*aponta para os documentos sobre a mesa*), nós fizemos essa... pedimos esses documentos que agora chegam e se juntam a todo o bojo do processo, e teremos outros documentos também a solicitar. Mas esses já permitem que a gente comece, que a gente faça, dê um início muito fundamentado daquele trabalho que a gente pretende fazer.

Nós temos uma preocupação muito grande — e a apresentação que iremos fazer é justamente com esse objetivo — de trazer uma transparência a mais para a Comissão, para os nossos trabalhos, para aquilo que nós



fazemos, e é a nossa intenção que todos entendam o que está acontecendo. Por isso já queremos começar esta segunda reunião — a primeira [reunião] após a instauração da CPI — com uma apresentação contextual de todo o histórico dos instrumentos contratuais desde 82 até hoje, para que todos possam calibrar o entendimento sobre o tema.

Então eu pedi a nossa equipe que produzisse uma apresentação para que pudesse ficar à disposição de todos para tirar qualquer dúvida e a gente pudesse começar a ter um debate e um ponto de partida de tudo o que a gente vai fazer.

Esta semana também, apenas para conhecimento de todos, o nosso Relator Adjunto se juntou à equipe e demonstrou muito interesse, o Deputado Sargento Lima esteve conosco, se inteirou de todos os documentos, de todo o processo. O Deputado Jessé também solicitou que fizéssemos uma apresentação de tudo o que está ocorrendo, também a fizemos ao Deputado, que demonstrou muito interessado no tema; e o Deputado João, Vice-Presidente, também havia solicitado, mas não conseguimos agendar um horário que fosse oportuno para os dois. Mas teremos essa oportunidade também de esclarecer todas as dúvidas que eventualmente eles tiverem. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

A intenção aqui, depois de aprovados os documentos, era primeiro apresentar os membros que foram cedidos pelos outros Poderes para fazer parte desta Comissão, aos quais já quero de antemão agradecer a esses Poderes e também aos servidores que se fazem presentes. Então a partir de hoje, o Patrick já está com a equipe, se juntam o Gabriel e o Fleischmann, aos quais eu dou as minhas boas-vindas e agradeço pela participação nesta missão de esclarecimento. Peço que levantem a mão para que todos saibam quem são.

(Os senhores Gabriel Vicente Ferreira de Carvalho e Roberto Silveira Fleischmann levantam a mão.)

Muito obrigado.



O Patrick Barcelos Teixeira vem do Ministério Público de Contas, a quem eu solicitei que estivesse aqui na mesa conosco, junto com o Victor Henrique Rorato, que trabalha comigo, é da minha equipe, e está coordenando esses trabalhos da equipe.

Então eu solicitei que fosse feita essa apresentação, que foi preparada pelo Patrick e pelo Victor, aos quais eu vou passar a palavra, e no decorrer [da apresentação] vamos fazer alguns comentários, mas a ideia é que a gente possa fazer toda a apresentação e, no final, se algum Deputado tiver algum questionamento, a gente possa tentar esclarecer. Enfim, a ideia é poder dar esse visual, esse *start*, esse início aos trabalhos e esse balizamento. Está certo?

Então, sem mais delongas, passo a palavra ao Victor para que ele possa começar a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, vossa excelência me permite?

Gostaria que vossa senhoria (*dirige-se ao senhor Victor Henrique Rorato*), antes de iniciar a apresentação, falasse o seu nome completo para ficar registrado. Está com a palavra por até vinte minutos para a apresentação o senhor Victor.

O SR. VICTOR HENRIQUE RORATO – Obrigado, Presidente.

Meu nome é Victor Henrique Rorato e junto com o Patrick Barcelos Teixeira temos o intuito de uniformizar o conhecimento sobre o *status* atual da questão da ponte para que haja uma noção clara do que nós estamos investigando e do contexto histórico, pelo menos geral, desta CPI.

(Utiliza imagens em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

A sequência tem poucos pontos, inclusive os *slides* estão prestes a serem distribuídos aos senhores em cópia, e nós faremos um breve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se me permite interromper... Eu solicito... Consulto a TVAL se em vez de focar no



Victor haveria condição de a câmera focar direto na [apresentação] para que o público externo possa...

(Os técnicos da TVAL gesticulam positivamente.)

O.k.

O SR. VICTOR HENRIQUE RORATO – Nós apresentaremos um breve histórico, até com o apoio do Patrick; os momentos históricos que nós estamos investigando; e as ações que já tramitam acerca da matéria. *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*

Inicialmente a ponte, e são fatos até um pouco triviais, foi construída num lapso de quatro anos, nos anos 20, e foi inaugurada em 26. Ela operou desde esse momento até 1982, ano em que foi interditada, e foi completamente interditada somente em 91, sendo que no lapso entre 82 e 91 houve períodos em que ela foi liberada parcialmente para circulação.

Ela também foi tombada como patrimônio artístico e arquitetônico, foi tombada em três ocasiões, pelo Município, pelo Estado e pelo País, nos anos de 92, 97 e 98.

Só para se ter uma ideia do custo da obra, ali nós temos as cifras, só que para nós termos uma noção mais adequada, essas cifras do custo da ponte equivalem a um pouco mais do que duas vezes o Orçamento total do Estado à época, o Orçamento do Estado. E o empréstimo para construí-la só foi quitado em 1978. Ou seja, nós temos a informação de que ela foi inaugurada em 26 e foi quitada em 78.

Aqui, para fins didáticos (*aponta para a imagem*), nós colocamos uma linha do tempo acima no *slide*. Nós temos alguns momentos históricos, sobre os quais nós vamos passar brevemente. Entre 82 e 89 nós requisitamos documentação ao Deinfra, porém nós não temos muitos documentos acerca desse período. Inclusive, pretendemos fazer uma apuração mais pormenorizada nesta CPI para conseguir obter uma documentação mais robusta.



Já entre 1990 e 2005 nós temos nove instrumentos contratuais que estão relacionados no requerimento da CPI, e esses instrumentos se direcionavam exclusivamente à conservação e à manutenção. Portanto, eles não tinham o objetivo, pelo menos caracterizado à época, de fazer com que a ponte voltasse a ser liberada para circulação, inclusive oito deles foram firmados quando ela já estava interditada. Nesse período nós não vamos aprofundar todos os valores e a atuação detalhada das empresas nessa apresentação, que tem a ideia de ser breve, mas as empresas que atuaram foram essas que estão relacionadas: a Vivenda Construção e Incorporação, Engecert, Construtora Roca, Steinman International e um convênio com a UFSC, que também foi firmado.

Então chegamos a um período um pouco mais recente, de 2006 a 2014, em que foram firmados alguns dos grandes instrumentos contratuais que relacionam maiores valores e são os primeiros que tiveram, de fato, a intenção de reabilitar e restaurar a ponte. Nós temos aí esses cinco instrumentos que vão ser bem analisados e que já foram objeto, inclusive, de uma ação civil pública que está em trâmite de uma representação do Tribunal de Contas, como vamos falar mais adiante. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Nesse período nós temos essas empresas atuando na Ponte Hercílio Luz: Construtora Roca; TEC - Engenharia Catarinense; Prosul; Concremat; e o Consórcio Florianópolis Monumento, que é constituído pela Construtora Espaço Aberto e pelo CSA Group.

E aí nós chegamos ao contexto atual, que é o momento histórico mais recente. Nós temos mais de uma dezena de instrumentos contratuais e nisso nós nos referimos não somente aos contratos, mas também aos aditivos, que acabam sendo protagonistas numa situação em que deveriam ser, talvez, coadjuvantes. E nós temos vários contratos de consultoria, assessoramentos, serviço de supervisão e fiscalização e esses contratos ainda estão em andamento com as empresas Empa, Fares e Associados Engenharia Ltda., a Teixeira Duarte, que é a grande executora, é uma empresa portuguesa que tem uma certa experiência nesse tipo de obra, que



já fez restaurações e reabilitações de monumentos similares, e a RMG Engenharia, inclusive empresa que já submeteu à nossa apreciação os documentos requisitados.

Em resumo, nós temos aí três dezenas de instrumentos contratuais, quatorze empresas envolvidas e o próprio Estado, dentro de um período de quatro décadas. Essa seria a síntese do objeto da CPI. É evidente que conforme os documentos vão chegando, nós vamos elegendo focos e tendo um conhecimento melhor desse contexto.

Nós temos dois procedimentos que já tramitam acerca do tema: um deles é uma representação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que é de 2015 e que, naquele momento, em valores atualizados, contabilizou em R\$ 563 milhões o que foi, digamos, comprometido na Ponte Hercílio Luz; e temos uma ação civil pública movida recentemente, em 17 de dezembro do ano passado, em que há foco nos dois contratos mais pesados, por assim dizer, nos dois contratos que têm mais valores envolvidos, totalizando um valor de R\$ 233 milhões investigados e discutidos nessa ação civil pública, que ainda está em fases iniciais tramitando no Tribunal de Justiça.

Já nos encaminhando para uma parte final desta apresentação, nós podemos dizer que foram comprometidos centenas de milhões de reais nesses instrumentos contratuais relacionadas à ponte e ela continua fechada, o que traz um ponto de interrogação para praticamente todo cidadão catarinense. Ao que tudo indica, o Estado acabou tomando inúmeras decisões equivocadas nesse período e nós vamos investigar a fundo, é certo, para demonstrar isso documentalmente com provas robustas. *[Transcrição: Henrique Vargas]* Mas, aparentemente, não há registros de que o Estado executou manutenções preventivas até que a ponte fosse interditada, e quando passou a fazer manutenção ela já estava interditada e essas manutenções eram, principalmente, para evitar um colapso estrutural. E esses valores não evitaram a necessidade de um contrato maior, recente, e mais robusto, extremamente custoso para a reabilitação dela.



Alguns questionamentos iniciais que nós temos e pretendemos esclarecer ao longo da CPI é se ocorreram comprometimentos orçamentários financeiros ilegais ou irregulares, e, caso nós vejamos e confirmemos que tem um comprometimento dessa natureza, quais são os causadores ou responsáveis pelos danos ao erário, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada.

Nós também poderemos conhecer, que seria uma das grandes respostas que se procura na CPI: quais os valores reais de dano ao erário e quais são os montantes comprometidos em cada instrumento contratual, porque muitos ainda se afiguram nebulosos. Nós temos instrumentos contratuais e os valores efetivamente empenhados, que não são a mesma coisa.

Nós podemos também apurar a parcela de responsabilidade do Estado e também confirmar, com algum fundamento técnico, se na hipótese de haver manutenção anterior à interdição, haveria um reduzido custo de restauração, reabilitação, se a ponte ainda poderia estar sendo usada pelo cidadão.

Então, o que tínhamos para hoje era principalmente isso, e ficamos abertos a quaisquer esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Continua com a palavra o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Agradeço a apresentação dos dois. A ideia era justamente apresentar esse contexto inicial e fazer uma prestação de contas do que está acontecendo.

Tudo o que foi apresentado aqui, todos os documentos levantados – alguns chegaram aqui hoje, acabaram de chegar – já estão sendo analisados. Ou seja, não é um trabalho que irá começar, nós já estamos analisando isso. Então o que a gente quis fazer é apresentar o que nós estamos começando a fazer, mas já está em andamento, até para que a



Comissão possa acompanhar esse trabalho de perto. Por isso que é uma prestação de contas para os Deputados e também para a população que acompanha.

E, agora, acredito que nós também estamos abertos, se houver algum questionamento de algum Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, finalizada a apresentação por parte do Deputado Bruno Souza, abro a discussão aos senhores Deputados.

Deputado Jessé Lopes, com a palavra vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Queria parabenizar o Deputado Bruno pela escolha da equipe, pessoal bem empenhado e muito técnico. E queria sugerir que todos os outros [Deputados] também pudessem estar se colocando à disposição para ajudá-los, acompanhando os bastidores e também a apuração de toda a documentação. Eu me coloco de novo à disposição, Bruno, e o nosso gabinete também para ajudar, se precisar de mais gente para colaborar com essas investigações, até mesmo antes de chegar aqui na Comissão. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Sargento Lima.

(O Deputado Sargento Lima declinou usar da palavra.)

Mais alguma manifestação dos senhores Deputados. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Estadual João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu queria cumprimentar o Presidente, Deputado Marcos Vieira, o Deputado Bruno Souza e, em nome da Deputada Luciane Carminatti todos os demais Deputados; o pessoal do TCE que se faz presente; e também o engenheiro Marcos Rovaris, que é engenheiro do Estado à disposição da Assembleia Legislativa. Eu tenho alguns apontamentos.



Primeiro [quero] parabenizar o trabalho, esse estudo feito pelo Deputado Bruno e sua equipe juntamente com o TCE, e fazer alguns registros. Nós sabemos que o trabalho da CPI vai ser muito dinâmico, quem sabe, em algum momento, não vai ser possível ser encaminhado aos Deputados uma pauta com 24 horas de antecedência, mas sempre que for possível, que seja encaminhada, seja uma hora ou duas horas antes, a pauta da reunião. Eu faço esse requerimento ao Presidente com a aquiescência do Relator.

Também é importante que seja disponibilizado para a CPI - eu faço esse requerimento verbal, mas posso encaminhar, na sequência, de maneira formal... Com certeza o trabalho que vai ser executado vai encontrar algum ponto de destaque que mereça ser chamada a atenção. É importante ver as manifestações do Tribunal de Contas do Estado e da própria Assembleia Legislativa com relação às prestações de contas dos anos que estamos investigando – eu sei que são quatro décadas –, mas ver todas as manifestações, os apontamentos e as recomendações, até porque, às vezes, o Tribunal de Contas, por exemplo, faz um apontamento, mas recomenda que a prestação de contas seja aprovada por parte... ao governo do Estado. Então isso é importante ser feito.

Eu faço, na sequência, por escrito, Deputado Marcos Vieira e Deputado Bruno, mas já me adianto falando que é importante esse documento para podermos também fazer o cruzamento. Vai que a investigação da CPI aponte para um superfaturamento de tal contrato. Temos que ver se esse contrato estava previsto no Orçamento do governo daquele ano e como é que foi a aprovação daquele Orçamento naquele ano, ou seja, para nós termos começo, meio e fim. Não sei se há algum questionamento sobre isso, mas é importante até para podermos fazer esse cruzamento de dados.

E, tanto os relatórios, as pautas das reuniões específicas da Comissão, quanto do grupo técnico, que também sejam encaminhadas aos demais Deputados. Acho que isso vem ao encontro do que o Deputado Jessé falou, para que possamos sempre nos atualizar e até para o trabalho



legislativo, para o trabalho de Deputado, consultar um técnico sobre determinadas situação que foi apontada no grupo de trabalho. Ó, tem um problema estrutural de alguma parte da ponte; tal empresa fez o trabalho. E aí a gente vai buscar o conhecimento técnico, até para embasar o nosso conhecimento como Deputado. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

Então faço esses apontamentos. Na sequência, Presidente, encaminharei de maneira formal, mas gostaria de até fazer isso aqui de maneira verbal, para que se houver algum questionamento, a gente possa conversar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, todos aceitos.

Quero ainda também, antes da [fala da] Deputada Luciane Carminatti, determinar à assessoria que se os Deputados quiserem ter acesso aos documentos da CPI, estão liberados, tá? Com certeza absoluta. Evidentemente que dentro da reserva legal que tem que ser colocada, até para não causar nenhuma demanda judicial posterior. Mas a documentação obrigatoriamente tem que ficar liberada para acesso dos Deputados que fazem parte da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A Deputada Luciane Carminatti pediu primeiro. Pela ordem, com a palavra a Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Então, eu quero [falar] justamente nessa linha dos documentos. A minha pergunta é se haverá digitalização desses documentos ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, vai ser... Mas vamos lá, é interessante a colocação da Deputada Luciane e do Deputado João Amin.



Eu quero aqui sugerir que toda a estrutura técnica da CPI, que são os técnicos que vão trabalhar internamente, possam, quando solicitado pelos Deputados, se colocarem à disposição para também explicar e instruir Deputado para eventual manifestação. Isso é muito importante.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k., essa é uma pergunta. E a segunda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Os próprios técnicos também, quando necessário for a presença de um Deputado na sala que cuida da documentação, que convide o Deputado para lá se fazer presente para também ajudar nesse trabalho, tirando dúvidas de legislação... Tudo aquilo que for pertinente para que a gente possa liberar o caminho para um bom andamento da CPI.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

A minha segunda questão vai no seguinte sentido: a gente tem aqui a assessoria técnica que foi encaminhada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, e também... Basicamente o Ministério Público e o Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Também Tribunal de Contas, o próprio Tribunal de Contas.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – E a Casa aqui.

A gente tem acompanhado aqui, nas diferentes análises que as Comissões internas da Casa fazem, que por diversas vezes nós temos olhares dos técnicos diferenciados sobre uma mesma questão. A pergunta que eu faço vai na linha de que a gente possa também, a partir do assessoramento, que eu acho que é extremamente positivo para nós contarmos com esses quadros, mas que a gente possa também, em caso de dúvida, de margem a outras interpretações e análises, contar com outros profissionais para que a gente não fique também, muitas vezes, com



dificuldade de argumentação, se é só um parecer técnico. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke.*]

É mais no sentido de sustentação mesmo, né? Para que a gente possa abrir... Se é uma academia, se é uma área específica, um Conselho, como o Conselho de Engenharia, outros Conselhos ou órgãos, para que possam também assessorar esta Comissão para termos muita fundamentação nas nossas posições. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Luciane Carminatti, esse assessoramento tem que ser formal, não pode ser informal. O que foi autorizado por esta Comissão até agora foi a vinda dos técnicos do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Se nós desejarmos mais algum assessoramento externo, tem que ser solicitado oficialmente para poder ser formalizado.

Nada obsta que, evidentemente, um assessor do gabinete da vossa excelência, se quiser junto com vossa excelência manusear toda a documentação junto com os técnicos da CPI, não há problema. Mas assessoramento externo, só quando convocado.

Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Só para também registrar a presença, até porque fez parte do grupo de trabalho, como minha sugestão, a inclusão no grupo de trabalho do engenheiro Roberto de Oliveira, que se encontra aqui na CPI. Agradeço a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado, seja bem-vindo.

Deputado Bruno com a palavra. Vossa excelência havia pedido, mas dei pela ordem para a Deputada Luciane.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade apenas para [dizer que] qualquer dúvida que houver - o Presidente já falou isso, mas quero reinterar - nós estamos à disposição. Agora tem uma sala no 3º andar onde estaremos todos lá trabalhando, isso já foi disponibilizado.



Então se alguns Deputados tiverem alguma questão, alguma sugestão, ter acesso a algum documento, eles estarão todos concentrados lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A Coordenadoria das Comissões faz a guarda dos documentos, a nossa coordenadora, os documentos serão numerados e todos relacionados para poder... Eu até sugeri fazer a relação para facilitar depois a pesquisa, por volume, empresa por volume, enfim, tudo.

Senhores Deputados, continua aberta a palavra.

Deputado João Amin, semana que vem vai ter a pauta. Eu havia solicitado, mas houve um equívoco hoje. Mas também se houver a possibilidade ou a necessidade de uma reunião extra da Comissão, atendendo a qualquer Deputado ou até o Deputado Bruno, nós vamos fazer e vamos convocar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, Presidente.

Eu faço questão de registrar que eu sei que não vai ser possível devido à maneira como as reuniões vão acontecer, o grupo de trabalho vai ser formado... Eu sei que, às vezes, não vai ser possível com 24h de antecedência, mas quando tiver a pauta pronta que seja encaminhada. Se a reunião for às 17h, pode ser encaminhada às 16h30min para o plenário, não tem problema nenhum, mas só para nós chegarmos aqui sabendo o que vai ser tratado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, é justo o pedido e da nossa parte nós nos esforçaremos para isso e, mais que isso, Deputado João, nós vamos tentar também encaminhar semanalmente uma atualização aos Deputados dos trabalhos que nós estamos fazendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) –
Interessante.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a discutir nem a deliberar, dou por encerrada a presente reunião. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: Ana Clara Mota / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

3.1.2. 3ª

A ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 3 DE ABRIL DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito boa-tarde a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc. Quero cumprimentar também as demais pessoas que se encontram neste ambiente.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga eventuais ilicitudes na reforma da Ponte Hercílio Luz.

Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.



Em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovada a ata da 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os senhores Deputados receberam cópia da pauta para a reunião de hoje e também recebo neste instante ofícios do eminente Deputado Bruno Souza, Relator desta CPI. Mas vamos então aos itens da pauta.

Discussão e votação da ata ocorreu.

Do expediente: recebemos diversos documentos e de todos os ofícios expedidos para as empresas e para os órgãos públicos solicitando cópia de documentos, todos fizeram manifestação. Alguns remeteram para esta Casa a documentação solicitada e outros estão pedindo prazo de prorrogação.

Vou fazer questão de relacionar ou mencionar para vossas excelências as empresas que pediram prorrogação de prazo. A empresa Prosul – Projetos, Supervisão e Planejamento Ltda. informa que deseja mais noventa dias a partir do recebimento do ofício nesta Comissão, que foi dia 28/03, tendo em vista “tratar-se de documentação que retroage ao período compreendido entre os anos de 2006 até 2014”, e faz a justificativa; também recebemos da empresa TEC - Técnica de Engenharia Catarinense, argumentando por que não ter remetido no prazo e solicitando mais trinta dias de prazo; também recebemos da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. a solicitação de prorrogação para entrega da documentação de cem dias, conforme consta no ofício encaminhado a esta Casa. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

A empresa Espaço Aberto havia enviado ofício solicitando prazo de 48 horas, mas a assessoria nos informa que a empresa Espaço Aberto entregou hoje toda a documentação necessária...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ã-hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Aproximadamente dez caixas de documentos. Vou colocar esta pauta porque já chegou a documentação. Chegou o ofício depois que a pauta estava fechada. Do



Crea [chegou ofício] pedindo também prorrogação para entrega até 30 de abril. A Espaço Aberto também entrega em meio magnético.

Senhores Deputados, essa é a situação quanto à devolução dos documentos.

Vamos abrir a discussão para introduzir a dinâmica da decisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Bruno, Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, infelizmente foi com desapontamento que recebemos a resposta de algumas empresas solicitando prazos, que obviamente são exagerados e extrapolados. E eu me impressiono muito quando vejo uma empresa pedindo noventa dias de prazo, quando o próprio prazo da CPI já não comporta mais noventa dias. Ou seja, nós temos menos de noventa dias para apurar, para fazer a análise documental e ainda fazer as oitivas e produzir o relatório. Então obviamente que não tem sentido algum e são despropositados esses pedidos.

Nós não podemos deixar esta CPI se tornar o que se tornou a Ponte Hercílio Luz, algo com começo e sem fim, as obras de começo. Isso nós não vamos repetir aqui e por isso é necessário que se entenda a seriedade que nós estamos tentando fazer aqui. Quando eu recebo um [pedido de] prazo desse, eu, honestamente, me sinto de certa forma até ofendido, porque nós estamos aqui tentando fazer algo sério, mas aí parece que não estão levando a sério do outro lado.

Por isso, em respeito aos membros desta Comissão, em respeito a este Parlamento, em respeito ao trabalho que nós estamos tentando fazer, eu fiz um ofício solicitando mais uma vez um... numa primeira etapa, uma solução um pouco... vou dar um pouco mais de prazo, que seria a solução um pouco mais cordial. E aí, não cumprido esse novo prazo, e é um prazo de quatorze dias até o dia anterior – sem ser essa próxima reunião, a outra – não cumprido, aí, sim, nós faríamos uso da nossa atribuição, isso já está no ofício, uso das nossas atribuições,



porque esta é uma Comissão que tem essa atribuição e por isso eu digo que esse é um trabalho sério, não é apenas para gerar calor, fumaça, aqui nós temos que ter resultado. Então, não cumprido esse prazo, nós faríamos a busca e a apreensão desses documentos.

Faço essa solicitação aos Deputados da Comissão para que nós possamos fazer com que levem a sério o trabalho que nós estamos fazendo aqui.
[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Realmente, mostra-se um descaso com a CPI, tendo em vista, realmente, o prazo que nós temos para fazer a apuração e o prazo que eles querem nos entregar a documentação. Então eu vou junto com o Deputado Bruno nessas exigências de duas semanas, juntamente com o pedido de busca e apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, antes de passar a palavra ao Deputado Sargento Lima, eu quero aqui fazer um esclarecimento, porque antes da reunião eu conversei com o Deputado Bruno no plenário. Ele externou a vontade de propor aqui a concessão de mais sete dias para a documentação. Eu ponderei a ele que se todos têm dificuldades, possamos dar um prazo mais elástico no sentido de fazer com que, em duas reuniões... Ou seja, no dia anterior à segunda reunião, ou seja, nós vamos ter reunião na semana que vem no dia 10 e vamos ter dia 17. Então eu havia proposto ao Deputado Bruno, e ele concordou comigo, que se abra prazo às empresas, indistintamente, até as 19h do dia 16. E aí, sim, se elas não entregarem a documentação, nós vamos deliberar sobre o que fazer no dia 17. Foi a solicitação que fiz ao Deputado Bruno e ele aceitou.

Então eu quero, no dia de hoje, aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pela ordem, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Pela ordem, o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade conversamos, mas o que eu deixei, o que eu expressei na ocasião foi que então esta Comissão faria, sim, a solicitação de busca e apreensão. Até porque, se não o que vai acontecer é que esse prazo pode ser simplesmente desrespeitado novamente. Ninguém aqui quer chegar a essa medida, mas acredito que seja importante que se tenha junto, indexado, a consequência de não se dar o crédito devido a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, vou colocar em discussão e votação os dois itens do requerimento de vossa excelência. Se nós aprovarmos o novo prazo, fica prejudicada a discussão e a votação da busca e apreensão. Só para a semana em que realmente a empresa não entregar a documentação.

(O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, manifesta-se fora do microfone pedindo ao Presidente que repita a sua fala.)

Eu disse: vou colocar em discussão e votação em separado. Vossa excelência pede, no Item I, “Que esta comissão aguarde (...) pelo prazo de 02 (duas) semanas a chegada da documentação requerida - a qual será aceita ainda que remetida por meio digital;” Pois bem, e no Item II vossa excelência diz que em não remetendo a esta Comissão, faz-se a busca e a apreensão.

Vou colocar em votação o Item I - o Deputado sugeriu isso -, se for aprovado o Item I com prorrogação de prazo, o Item II fica prejudicado. Só será discutido e votado se alguma empresa não apresentar a documentação. Aí esta Comissão tomará a decisão necessária. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas eu não entendi por que fica prejudicado, na verdade. Porque é só... aqui, é claro, é na hipótese de não recebimento da documentação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência já está pedindo autorização do dia de hoje para que esta Comissão tome a decisão de se em não remetendo, faça-se a busca e a apreensão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exato, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mas no meu entendimento, estou dizendo para vossa excelência o seguinte: vou colocar em votação em separado os dois itens.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem, mas um não prejudica o outro, eles não são excludentes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Então esta Comissão vai tomar a decisão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas eu tenho uma sugestão ao requerimento do Bruno Souza, de que no tópico um se adicione 19h do dia 16/4, para fixar esse prazo, porque duas semanas pode gerar dupla interpretação. Não é a nossa interpretação, mas pode gerar uma dupla interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, até, até...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Até as 19h...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Até as 19h.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ... de 16/4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não será no dia 16, será até o dia 16, às 19h.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito, perfeito. Acatado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Até porque quatorze dias é muita complacência. A Concremat Engenharia e Tecnologia pediu cem dias, e qual foi a data que ela foi notificada da entrega desse documento?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Faz um mês já, um mês.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Ela já teria trinta dias da notificação, tendo que fazer a entrega do documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Sargento Lima, concordo com vossa excelência, é tempo demais. Concorde com o prazo de até o dia 16, às 19h, que é um prazo razoável, 16 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Em duas semanas bastante coisa pode acontecer, né, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, com certeza, não tenho dúvida.

Senhores Deputados, em votação então o Item I da solicitação do Deputado Bruno, que diz o seguinte: “Que esta comissão aguarde ainda pelo prazo de 02 (duas) semanas a chegada da documentação requerida - a qual será aceita ainda que remetida por meio digital;”. Ou seja, e aqui por sugestão, será até 16/4/2019, às 19h.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Então esta Comissão aprova a prorrogação do prazo para que as empresas que ainda não remeteram a documentação façam até o dia 16/4/2019, às 19h, quando encerra o expediente desta Casa.

Vamos agora ao segundo item.

Solicita ainda o Deputado Bruno que “Na hipótese de não recebimento da documentação solicitada até a data de 17.04 (quarta-feira) que esta comissão se reúna tendo como uma de suas pautas a realização de busca e apreensão junto aos destinatários recalcitrantes.”

No meu entendimento essa discussão fica prejudicada até a semana da entrega ou não, mas coloco em discussão e vou colocar em votação.



Com a palavra o Deputado Bruno. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com todo o respeito ao Presidente, eu tendo a discordar, porque se não entregue for... só entrará... essa atitude só será necessária se não for entregue. E aí não há necessidade de uma nova discussão, porque essa seria de qualquer forma a medida subsequente a não entrega. Ou seja, só entrará em vigor se não for entregue e, se não for entregue, será a medida novamente sugerida.

Então não há essa necessidade e acredito que é importante que a não... que a solicitação um seja acompanhada de uma consequência do recalcitrante, senão é só mais uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra a senhora Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Eu entendo que nós precisamos agilizar e, dessa forma, a minha sugestão é que votemos. Caso não venha até essa data e esse horário, automaticamente a Comissão já autoriza para que se faça busca e apreensão, porque senão teremos que voltar aqui para deliberar sobre isso. Acho que não tem sentido.

Então, para a gente também ganhar tempo eu acho que... E pelo que eu observei aqui, tem empresas que já entregaram, né? Então o que faz com que uma empresa entregue e outras – ambas trabalharam na mesma obra, com as mesmas responsabilidades – tenham que ter mais trinta dias, sessenta dias, noventa dias, cem dias aqui? Acho que não tem sentido isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais que o queira discutir, coloco em votação o Item II do requerimento do Deputado Bruno Souza, que diz que “Na hipótese de não recebimento da documentação solicitada até a data de 17.04 (quarta-feira) que esta comissão se reúna tendo como uma de suas pautas a realização de busca e apreensão junto aos destinatários recalcitrantes.”

Vossa excelência está pedindo aqui que se faça uma reunião.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – “(...) que esta comissão se reúna tendo como uma de suas pautas a realização de busca e apreensão (...)”.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perdão. O “se reúna” veio junto no texto, não é. Seria ã... Eu faço um em tempo aqui e novamente altero para que seja automático. É justamente esse o... Isso vem de encontro justamente ao que eu estou tentando fazer, então não faria sentido. É justamente o oposto, que a gente não se reúna e que seja automático.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Questão de ordem, senhor Presidente.

Já fica subentendido que ele errou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, continua em discussão.

(Pausa.)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que concordam com a busca e apreensão caso a documentação não venha, permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Senhores Deputados, encerrado o item *a* do expediente, vamos ao item *b*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu tenho uma dúvida, uma sugestão de ordem operacional. Eu acredito que seja importante a gente ter uma reunião no dia 16, às 19h, ou os Deputados serem comunicados anteriormente se chegou ou não o documento. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Faremos a comunicação.

Item *b*, encaminhamento de documentos e informações. Recebemos ofício do Deinfra dizendo que a documentação está toda disponível no Deinfra. Vamos remeter novo ofício ao Deinfra e, caso o Deinfra não nos remeta, entra na hipótese do Item II do ofício, do requerimento do Deputado Bruno.

Também recebemos ofício do Presidente do Tribunal de Contas fazendo o encaminhamento da documentação, que está aqui; também recebemos em meio magnético da empresa Teixeira Duarte a documentação solicitada; também recebemos da Empa S/A Serviços de Engenharia em meio magnético toda a documentação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Também recebemos da Junta Comercial do Estado a documentação solicitada.

Mas antes de vossa excelência [falar], quero pedir à assessoria que faça a acostada de toda a documentação ao processo e que dê conhecimento ao Relator da matéria para que possa disponibilizar para a sua equipe técnica.

Com a palavra vossa excelência, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade, apenas para explicar para os membros da CPI a situação do Deinfra.

O Deinfra não nos enviou a documentação solicitada, não nos entregou, e acredito que eles não entenderam que se tratava de uma solicitação a qual eles deveriam cumprir, não era facultado não entregar. A resposta que nos enviaram é que: olha, nós não vamos enviar, mas a documentação está aqui. Então, se quiserem vir para cá e procurar...

Ou seja, não foi isso que foi solicitado pela CPI, o que novamente me desagrada um pouco pelo esforço que todos estamos fazendo. Então nós fazemos aqui uma nova solicitação ao Deinfra, porque quando do inquérito do Ministério



Público de Contas eles usaram do mesmo expediente, falaram que não iam enviar e que estaria lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, será dado ao Deinfra o mesmo prazo das outras empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exato. Então... Só o problema é que os documentos lá se encontram, ao que parece... Enfim, eles têm um problema organizacional e isso tem que ser sanado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, vamos à ordem do dia. Item a: requisição de documento nos termos da planilha anexa, visando a instruir complementarmente os trabalhos da Comissão.

O Deputado Bruno requer que sejam emitidos novos ofícios fazendo a requisição de novos documentos. É isso, Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exatamente.
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Ana Rita Moriconi de Souza]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A documentação está toda aqui relacionada. Peço à assessoria que faça a distribuição aos senhores Deputados. É basicamente ao Deinfra... É, Deinfra um ofício, dois, três, quatro, cinco e um ofício à Universidade Federal de Santa Catarina.

Coloco em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Peço à assessoria que remeta cópia dessa solicitação aos senhores Deputados e que providencie o ofício.



Item *b*, discussão de medidas referentes a requisições documentais não satisfeitas pelos destinatários. Discussão e votação da lista inicial de testemunhas conforme rol e justificativas anexas. Os senhores Deputados também receberam.

Passo à leitura das pessoas relacionadas pelo eminente Deputado Bruno Souza: senhor Roberto Ozorio de Almeida... Dispensou o endereço? Dispensou, né?

(O senhor Deputado Estadual Bruno Souza manifesta-se fora do microfone: "Dispensa.")

Senhor Roberto Ozorio de Almeida, senhor Raul Ozorio de Almeida, senhor Sebastião Moraes Mattos, senhora Cristiane dos Santos Piccoli, senhor José Luiz Piccoli, senhor Vilmar Tadeu Bonetti e senhor Paulo Procopiak de Aguiar. São essas as pessoas solicitadas e relacionadas pelo eminente Relator.

Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Ficam aprovados os nomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Questão de ordem. Apenas para explicar para os Deputados que se trata...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muito obrigado.

Que se trata justamente das pessoas que nós precisamos ouvir referente ao período inicial de 82 a 89. Então são sócios de empresas que estão relacionadas naquele período. E a especial importância destes é por conta da escassa documentação que nós temos desse período mais distante. Então as oitivas dessas pessoas, dessas testemunhas são extremamente importantes para que a gente possa esclarecer esse período a respeito do qual não temos muita documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, no calendário proposto, no roteiro proposto por vossa excelência e



aprovado, está previsto o início no dia 17, na quarta-feira, daqui a duas semanas. É isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Como vossa excelência deseje, que todos venham no mesmo dia ou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Deputado, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência sugere.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, eu consulto a nossa consultoria da Comissão e também a experiência dos Deputados que já atuaram em CPIs. Acredito que como são muitas testemunhas, não sei se há a possibilidade de desdobrar em dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – São quantas pessoas? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – São sete pessoas. E gostaria também de consultar a nossa equipe técnica, em respeito ao trabalho que tem feito, se poderia ser em dois dias. Essa é a sugestão, em duas reuniões, em duas etapas, mas que não fosse uma em uma semana e a outra na outra semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Quero aqui propor. Já que no dia 16, Deputado Bruno, nós temos que encerrar o prazo da documentação, quero propor dividir em duas etapas: dias 16 e 17.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Ficam estipulados, então, os dias 16 e 17, sendo quatro em um dia e três no outro ou no primeiro dia três...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Perfeito?

Então ficam estipuladas as reuniões para a oitiva nos dias 16 e 17. Quanto à dinâmica, depois vossa excelência nos apresenta o roteiro.

Ainda em discussão. Por gentileza, é importante a participação dos senhores Deputados.

Quero ainda fazer aqui o registro e vou fazer a leitura de mais dois ofícios do Deputado Bruno.

(Passa a ler.)

“Diante da adequação dos trabalhos executados pela equipe técnica até a presente data, este Relator entende que, muito embora os servidores da casa possam aportar relevante auxílio, no momento as demandas do grupo de trabalho não ensejam a necessidade de que sejam destacados de suas funções para operação exclusiva junto à CPI.

Nesse sentido, requer seja dada continuidade à operação da Comissão nas condições atuais, sem prejuízo de requisição de servidores da casa a ser realizada oportunamente, caso necessário.” *(Cópia fiel.)*

Com a palavra o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito. Na verdade é para não utilizar e ocupar um servidor que, com todo o respeito, tem boa vontade, mas que no momento nós estamos conseguindo realizar as atividades sem a necessidade... Não há motivo também para ocupá-los e dispensá-los de outras atividades importantes. Por isso eu faço esse requerimento para que sejam dispensados dessa obrigação.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “Quem são?”)

São os da Casa, que inicialmente haviam...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O próprio... um Procurador da Casa, enfim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só que a gente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eles já estão convocados. Podemos deixá-los onde estão e na hora da necessidade, chamá-los.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – A necessidade já pode ser dia 16, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim. Havendo concordância, feita a leitura. [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

E, por último, o terceiro ofício do Deputado Bruno.

(*Passa a ler.*)

“A partir do retorno de volume significativo de documentos em resposta às solicitações desta Comissão, este Relator requer seja concedida carga à equipe técnica independentemente da numeração e carimbo das páginas – os quais poderão ser realizados progressivamente nos próximos dias.

Destaca-se que nos últimos dias, diante do tempo consumido (...) o grupo de trabalho não tem podido progredir (...).”

Deputado Bruno, vou me permitir dizer que somente anexado no processo com as páginas numeradas e rubricadas, sob pena de sumir qualquer documento. Isso é questão processual.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então nós temos que... Seria interessante então, Presidente, que nós conseguíssemos estabelecer algum... porque a Casa também não tem responsabilidade, o pessoal das Comissões tem se esforçado o máximo, mas como o volume é muito grande, acabamos de receber dez páginas de processo, dez caixas, perdão, dez mil páginas. Ou seja, esse documento só chega para nós depois de carimbado e numerado, o que leva dias, claro, porque é humanamente impossível resolver isso rapidamente. Só que o problema é que, apesar de todo o esforço, é tempo que a nossa equipe poderia estar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Concordo plenamente com vossa excelência.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Conseguimos ter alguma solução paliativa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, vamos fazer. Não vou autorizar sem que haja, para a anexação no processo, a sua numeração e a sua rubrica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Porque senão não se conserta mais depois, a hora que se...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mas já havia pedido à assessoria para fazer um esforço. Se tiver que requisitar mais algum servidor da Casa para auxiliar nisso... E eu quero aqui sugerir que a nossa coordenadora das Comissões, a Natel, seja a responsável pela rubrica de todas as folhas de todo o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso não é... (Ri.) O.K., mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu já fui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ela vai lembrar disso por muitos anos. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu fui escrivão do processo do *impeachment* e eu sei o que é rubricar. (Ri.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muda a rubrica, muda para um ponto (*dirige-se à servidora Maria Natel Scheffer Lorenz*). (Ri.)

Presidente, então se houver a disponibilidade de convocar mais um servidor para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, mas vamos lá. Assim que for feita a juntada, rubricado e numerado, vai-se liberando em



carga toda a documentação, com certeza absoluta, o mais rapidamente possível. Tá?

Senhores Deputados, estou à disposição se vossas excelências desejarem mais alguma discussão. Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De minha parte eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada esta reunião, convocando outra, ordinária, para o dia 10. *(Ata sem revisão dos oradores.)*
[Transcrição: Bruna Maria Scalco / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

3.1.3. 4ª

A ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2019, ÀS 10H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, muito bom-dia. Quero também dar o meu bom-dia a todos as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da CPI da Ponte. E suas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato



da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019, para investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

Recebo o expediente da eminente Deputada Luciane Carminatti comunicando a sua ausência no dia de hoje, mas indicando o senhor Deputado Fabiano da Luz. Seja bem-vindo, Deputado. Da mesma forma, recebo expediente do Deputado Sargento Lima dizendo que em virtude de agenda externa não pôde comparecer, mas que indicava o Deputado Felipe Estevão. Igualmente, seja bem-vindo, Deputado.

Senhores Deputados, passada a discussão e a votação da ata [da reunião anterior], vamos ao segundo item da ordem do dia, que consta de orientações acerca da dinâmica das inquirições; novos nomes para inquirição (relação anexa); e relatório de progresso do grupo de trabalho.

Com a palavra o eminente Relator, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom dia a todos. Eu peço desculpas pela minha voz, mas eu fui acometido por uma gripe ousada que resolveu me atacar...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “Não foi o Vasco.”)

É, o Vasco também... O Vasco, ontem, infelizmente... *(Risos.)*
Infelizmente tivemos Deputados que não torceram direito... *(Risos.)*

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Pode ser... *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*



Mas, Presidente, primeiro falando sobre a ordem das inquisições, conforme debatido na última reunião, nós dividimos em dois dias e já estipulamos a ordem dos depoentes para que obtenhamos o melhor resultado das oitivas e possamos esclarecer os fatos. Então entrego... encaminho ao Presidente essa lista com os nomes para fazermos as inquisições.

Também faço uma ressalva: peço para que os Deputados que compõem a CPI e agradeço muito a presença dos Deputados que hoje representam outros Deputados aqui, mas que estes já se preparem para esses dois dias, porque serão dias... As oitivas tendem a ser longas, demoradas. Então se preparem para estar aqui durante todo o processo para fazermos uma boa abordagem.

Deixo já os nomes com o Presidente a fim de que possa conduzir os trabalhos e também vou encaminhar a cada Deputado um relatório de progresso dos trabalhos feitos até agora. Então cada Deputado vai receber um relatório com todos os progressos até o dia 10...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vossa excelência tem o documento para que eu possa distribuir?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, já foi feita uma cópia e está sendo entregue agora.

(Procede-se à entrega do documento aos Deputados presentes).

Então esse documento com o relatório de progresso mostra o que a equipe técnica fez até agora, toda a documentação obtida — vocês terão esses detalhes —; a nossa atuação no Deinfra também, que é um caso especial; a abordagem dada a todos os contratos; os focos atuais; e as perspectivas em relação ao nosso cronograma.

Está bem detalhado e se restar alguma dúvida de algum Deputado após isso, nós estamos à disposição também para sanar qualquer dúvida.
[Transcrição: Bruna Maria Scalco.]

Eu trago aqui também, Presidente, a relação atualizada das testemunhas para as oitivas, e fiz a solicitação da retirada de uma das



testemunhas porque ficamos sabendo agora que ela faleceu há pouco tempo. Então ainda não aparecia no sistema o seu registro de óbito e agora veio a aparecer, por isso a gente faz a retirada dessa testemunha e atualizamos a lista com algumas novas pessoas, que acredito já tenha sido enviado expediente ao Presidente.

Da minha parte era isso, Presidente.

Também peço desculpas a todos que acompanham e têm interesse na Comissão pela nossa prorrogação, mas foi algo além da nossa vontade. Infelizmente ontem... Infelizmente, não, acontece isso, a Ordem do Dia ultrapassou o horário da CPI e foi necessária essa realocação do horário para hoje de manhã. Então agradeço a compreensão de todos por isso, não foi da vontade dos Deputados, foi mais forte do que nós devido à Ordem do Dia que ainda acontecia no plenário e impedia a realização da reunião desta Comissão.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Abro a palavra para os senhores Deputados se manifestarem acerca da fala do Deputado Bruno Souza.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Na verdade, Presidente, não é sobre a fala do Deputado Bruno Souza, mas, sim, um pedido. Eu, da mesma forma como a Comissão vem fazendo, venho pedindo para algumas pessoas ajudarem na Comissão, na verdade para elas terem acesso à documentação, pois estão me ajudando tecnicamente. Eu já pedi pelo doutor engenheiro Roberto de Oliveira, para que ele fique... Como ele não é servidor público, então não tem como ser requerido pelo órgão dele ou ficar à disposição da Assembleia. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Da mesma forma eu faço esse convite — e lhe apresento por ofício, senhor Presidente Marcos Vieira — ao engenheiro Carlos Alberto Riederer, que sempre me ajudou e se dispôs nesses momentos, sobre esse assunto, a também me ajudar. Ele está me trazendo informações valiosíssimas. E



obviamente que para ter acesso à sala precisa... Eu estou comunicando formalmente que eu peço para que ele ajude a Comissão e particularmente a mim.

E iria fazer esse registro mesmo, porque também a gente tem informações... Só para conferir, Deputado Bruno, a pessoa que faleceu é o Luciano Presta. Eu ia fazer esse registro hoje aqui, já que ele acabou falecendo e não pode nos... colaborar com a CPI.

Então seriam apenas esses dois registros, Presidente Marcos Vieira, Relator Bruno e demais Deputados, para que a gente possa fazer um bom trabalho aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, esta presidência defere a solicitação do Deputado João Amin e comunica a assessoria que também dê acesso ao Deputado João Amin, por intermédio do engenheiro Carlos Alberto Riederer.

Está autorizado, Deputado João Amin.

Senhores Deputados, mais alguma manifestação?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, apenas para fazer um comunicado em relação ao progresso da nossa última reunião. Infelizmente as empresas que não haviam entregue os documentos ainda não nos entregaram, e restam alguns dias apenas do prazo.

Então apenas para comunicar que não nos foram ainda entregues [os documentos] e eu torço que esse prazo seja cumprido, para que a gente não tenha que passar para medidas mais drásticas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com certeza.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a discutir, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra reunião para quarta-feira (*sic*) da semana que vem.



Muito obrigado e bom dia. (*Ata sem revisão dos oradores.*)

[*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão e Leitura Final: Siomara G. Videira*]

3.2. TESTEMUNHAS E CONVIDADOS

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 16 DE ABRIL DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhora Deputada, muito boa-tarde, e boa tarde igualmente a todos os senhores Deputados. Também quero cumprimentar todas as senhoras e todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da Ponte Hercílio Luz. E vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão. (*Pausa.*)



Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Queria cumprimentar todos e todas e fazer... Presidente, eu tenho dois ofícios que eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João Amin, já lhe concedo a palavra. Deixe-me dar início à reunião, efetivamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas é que eu preciso que seja agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — É que eu quero registrar as correspondências recebidas, passar para a assessoria, e ao entrar na pauta, já concedo a palavra por primeiro a vossa excelência.

Senhoras e senhores, eu pediria à segurança da Casa, pelo fato de estarmos com a sala lotada, que só permita a entrada de mais algumas pessoas se tiver, evidentemente, a saída de outras, porque nós temos limitação neste ambiente, o Corpo de Bombeiros limita a entrada nesta sala.

Acuso o recebimento da documentação da empresa Prosul e também da TEC Engenharia. Eu passo à assessoria para que faça o devido despacho.

(Procede-se à entrega dos documentos à assessoria.)

Também levo ao conhecimento de vossas excelências que até a presente data, a presente hora, ainda não foi entregue nesta Casa os documentos solicitados à empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S/A



(fiscalizadora) e também do Conselho Regional de Engenharia. Mas ao que me parece o Conselho Regional de Engenharia enviou um *e-mail*. Peço à assessoria que me traga o *e-mail* do Crea. *(Pausa.)*

Enquanto a assessoria busca o *e-mail* do Crea, informo também que o Deinfra não remeteu a documentação, mas se colocou à disposição para que a assessoria da CPI pudesse ir lá.

Eu consulto o Deputado Bruno se a sua assessoria fez visita no Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, sim. Houve a visita e se colocaram à disposição para nós averiguarmos as documentações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Podemos dar por cumprido o Deinfra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade não, porque eles estão ainda... eu gostaria de deixar em aberto, porque eles ainda estão reunindo documentação. Então... Há muita documentação que não foi localizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Feito o devido esclarecimento pelo Deputado Bruno, passo à leitura do *e-mail* do Crea endereçado a esta Comissão.

(Passa a ler.)

“Conforme informado em contato telefônico mantido nesta data, os documentos requeridos a este Conselho através do Ofício nº 018/2019/CPI serão apresentados a esse órgão em 17/4/2019.” *(Cópia fiel.)*

Então o Deinfra se compromete a entregar os documentos amanhã — o Crea, desculpem.

Consulto os senhores Deputados se concordam com o *e-mail* do Crea. *(Pausa.)*

Havendo a concordância, fica autorizado o Crea a fazer a entrega do documento até amanhã, às 18h.



Vai ficar faltando, então, somente uma empresa, a Concremat.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Vou cumprimentar mais uma vez todos e todas.

Presidente, eu tenho dois ofícios que eu gostaria de fazer a leitura antes de entregar a vossa excelência para que dê o recebido, mas que são importantes para o nosso trabalho na Comissão.

Primeiro é o pedido para que coloque na lista de oitivas das pessoas que vão ser testemunhas aqui o Eduardo Hamond Régua, que é engenheiro civil, foi gerente de Obras, diretor de Operações, diretor de Obras, superintendente Regional do Deinfra, e também Roberto Alexandre Zattar, funcionário do Deinfra e consultor de Licitações do órgão.

E o segundo ofício, Presidente, é o seguinte: a gente vem tentando buscar as informações, principalmente na sala da Comissão Parlamentar de Inquérito, e tenho tido muita dificuldade — ontem comentei com o Deputado Bruno Souza —, porque os documentos estão sempre sendo autuados e digitalizados. A gente sabe que é um volume muito grande, mas eu gostaria que fosse encaminhada ao meu gabinete uma lista de três documentos, porque eu preciso disso com urgência.

Primeiro, “(...) todos os documentos que pautaram o contrato entre o Consórcio Florianópolis-Monumento e o Estado de Santa Catarina (contrato nº 264/2008) até sua rescisão (processo licitatório, atas de julgamento, propostas de preço, recursos eventualmente apresentados pelos licitantes, contrato firmado, pedidos de aditivos e outras exigências e solicitações firmadas pelo Consórcio, notificação e demais ofícios exarados pelo DEINFRA;

2. ação judicial apresentada pela empresa Espaço Aberto em face do Estado de Santa Catarina e que versa sobre a rescisão contratual;



3. ação judicial proposta pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina em que o órgão ministerial requer a devolução de R\$ 233.67 milhões de reais relacionados às obras da Ponte Hercílio Luz.” (*Cópia fiel.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João Amin, vamos para o segundo requerimento.

De plano, eu defiro o pedido de vossa excelência, mas que a assessoria cumpra o que já fora determinado: documento só sai depois de autuado, numerado e rubricado, para que não se perca ou extravie qualquer documento. Mas desde já solicito à assessoria da Comissão que tome providências quanto ao requerimento do Deputado João Amin.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Já lhe concedo a palavra, Deputado Bruno, só um instante, por gentileza.

Quanto ao segundo requerimento, através do qual o Deputado João Amin solicita que sejam também ouvidas as seguintes pessoas: Eduardo Hamond Régua e Roberto Alexandre Zattar, eu coloco em discussão aos senhores Deputados. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, colocamos em votação.

Os senhores Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovados também os dois nomes para serem ouvidos.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, a comissão técnica tem ficado sempre à disposição na sala designada para o trabalho e recebeu, na verdade, diversos assessores, diversos Deputados durante esse período todo de trabalho. Inclusive estamos elaborando um relatório semanal com todo o trabalho, com a evolução desses trabalhos. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]



Acontece que esses volumes solicitados pelo Deputado João Amin são mais da metade dos 48 volumes totais que nós temos até agora.

Então a sugestão que eu deixo de encaminhamento — porque ainda se está organizando todos esses volumes porque é muita coisa — é organizar o espaço para que o Deputado possa ter vistas no local, já que está aqui na Assembleia ao acesso a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

Senhores Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só para... Deputado Bruno, ontem à tarde a gente não teve acesso a essas informações, e como o prazo de oitiva termina no dia 15 de maio... e para formular os nossos questionamentos a gente precisa dessas informações — eu ainda não tive acesso a essas informações.

Por isso, eu gostaria de saber onde elas estão neste exato momento. Ontem não estava na... ontem eu não consegui procurar... eu não consegui ter acesso a essas informações na sala. Então, que se separe essas três relações de documentos numa mesa específica. Então eu peço para isso ser feito, e a gente pode analisar, especificamente, esse volume.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sem problemas, Deputado. A mesma dificuldade que o Deputado tem, nós tivemos porque recebemos os documentos sempre com uma demora grande.

O Deputado acompanhou o começo da Comissão, viu como nós demoramos até termos a equipe constituída. Enfim, também estamos passando pela mesma urgência em relação a prazos, também estamos preocupados com o decorrer dos prazos. Mas será feito, sem prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, no dia de ontem este Presidente enviou ao Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia, o Ofício nº 047/2019/CPI.

(Passa a ler.)



“Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, informo a Vossa Excelência que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, devidamente instalada pelo ato da Presidência nº 0030-DL, solicitou as empresas e instituições envolvidas que remetessem documentos pertinentes à investigação, no entanto, algumas empresas pleitearam por prorrogar o prazo que foi reaberto, sendo concedido o prazo limite para o dia 16/04/2019, às 19h, sob pena, por parte desta Comissão, de Busca e Apreensão.

Para tanto, em havendo essa necessidade, solicito desde já a Vossa Excelência parecer da Procuradoria desta casa, esclarecendo quais os respectivos procedimentos diante de tal medida, porém que seja encaminhado a esta CPI antes do horário final para apresentação de documentos, qual seja, 19 horas de amanhã.

Aproveito a oportunidade, para requisitar um Procurador deste Parlamento para que acompanhe as oitivas a serem realizadas dias 16 e 17 de abril, corrente, às 17 horas, no intuito de por ventura nos auxiliar com as inquirições.

Na oportunidade, reiterando os cumprimentos e antecipando agradecimentos, renovo os protestos de profundo respeito e consideração.

Atenciosamente,

Deputado Marcos Vieira — Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.” (*Cópia fiel.*)

Eu remeti ontem ao Presidente; o Presidente remeteu à Procuradoria e a Procuradoria enviou a resposta, que está aqui e solicito depois que a assessoria, ao final, emita cópia e dê para todos os senhores Deputados. E o Procurador designado é o próprio Procurador-Geral da Casa, o doutor Ptolomeu Bittencourt, que faço questão que fique aqui, sentado, para acompanhar [a reunião] e também nos dar as orientações.

Vamos então, senhores Deputados, [prosseguir a reunião].



Hoje nós teríamos, conforme os ofícios expedidos, convocado quatro pessoas para prestar esclarecimentos no dia de hoje. No entanto, recebi no dia de hoje requerimento do advogado Francisco Yukio Hayashi, Procurador do senhor José Luiz Piccoli e de Cristiane dos Santos Piccoli. Ele faz um arrazoado, qualifica as pessoas. Eu vou ler.

(Passa a ler)

“(...) vêm, por seu advogado, considerando a designação de sua oitiva para as 17h do dia 16/04/2019, requerer e expor o que segue:

1. Excelência, os requerentes foram intimados, na condição de representantes da empresa Engecert Construções, Comércio e Representação Ltda., para serem inquiridos pelos d. membros da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar eventuais irregularidades nos contratos de restauração da Ponte Hercílio Luz.

2. Ocorre, primeiro, que este causídico possui compromisso inadiável na noite do dia 16/04/2019, sendo provável que fique impedido de acompanhar o ato na íntegra. Por esse motivo, pede-se com a devida vênia que o depoimento seja adiado para o dia 17/04/2019 ou outra data, segundo a conveniência da c. Comissão – ficando, inclusive, à disposição para aguardar ‘encaixe’ no dia 17/04/2019.

3. Em segundo lugar, requer-se a dispensa da requerente Cristiane dos Santos Piccoli. De fato, a Sra. Cristiane não possui conhecimento de fatos relacionados ao objeto da Comissão. O senhor José Luiz Piccoli, que é engenheiro civil e possui conhecimento do objeto dos serviços prestados pela empresa Engecert Ltda., estando totalmente à disposição da c. Comissão para responder a todos os questionamentos que os d. membros considerarem pertinentes.

4. Requer a concessão de prazo para a juntada do instrumento do mandado da Sra. Cristiane dos Santos Piccoli.” *(Cópia fiel.)*

Assinado pelo Procurador, e está aqui anexada a procuração.



Respondi ao senhor advogado, Francisco Yukio Hayashi, o Ofício nº 046/2019/CPI.

(Passa a ler.)

“Senhor Advogado,

Cumprimentando-o, na condição de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência Nº 0030-DL, de 2019, em resposta ao requerimento assinado por Vossa Senhoria, na qualidade de Procurador do Senhor JOSÉ LUIZ PICCOLI e da Senhora CRISTIANE DOS SANTOS PICCOLI, aceito as razões constantes no referido requerimento e designo o dia 17/04/2019 às 17:00 horas para que ambos compareçam para a oitiva da CPI.

Portanto, nego a dispensa do comparecimento da Senhora CRISTIANE DOS SANTOS PICCOLI, conforme requerido.

Fica desde já, Vossa Senhoria notificada de que deverá fazer a juntada do instrumento de mandato da Senhora CRISTIANE DOS SANTOS PICCOLI até o dia 17/04/2019, às 17:00, sob pena de na ouvida da mesma, Vossa Senhoria estar impedido.

Sem mais para o momento, apresento os meus sinceros agradecimentos.” *(Cópia fiel.)* Deputado Marcos Vieira, Presidente da Comissão.

Então entendi de que, em razão do que foi exposto pelo Procurador, de pronto e de plano deferi o pedido parcialmente e transferi a convocação dos dois para amanhã, às 17 horas. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*] Que a assessoria faça a juntada dos documentos para amanhã.

Nós temos no dia de hoje as testemunhas do senhor Sebastião Moraes Mattos, gostaria que se apresentasse, por gentileza; e do senhor Vilmar Tadeu Bonetti, por gentileza.

Senhores, essas são as duas pessoas que nós vamos ouvir. Nós tomamos a seguinte decisão. Vamos ouvir primeiro o senhor Sebastião Moraes Mattos, que vai sentar aqui na mesa. E vamos pedir que a assessoria



encaminhe o senhor Vilmar Tadeu Bonetti à sala da Coordenadoria para que ele possa esperar nós ouvirmos primeiro o senhor Sebastião.

(A assessoria conduz o senhor Vilmar até a sala da Coordenadoria.)

O senhor veio acompanhado de advogado? O senhor tem advogado?

O senhor Sebastião se faz presente sem acompanhamento de advogado.

Senhor Sebastião, gostaria que o senhor falasse o seu nome completo, a profissão, a idade, o local de nascimento e a empresa que o senhor trabalha para que possamos fazer o devido registro.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sebastião Moraes Mattos. Sou aposentado e nasci em Laguna, Santa Catarina, no dia 5 de março de 1939.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor trabalho na empresa?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Vivenda Construções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Em qual período?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Há muitos anos, né, porque essa empresa eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quantos anos o senhor trabalhou nessa empresa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Uns vinte anos antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor tem condições de precisar o período em que trabalhou, de tanto a tanto? Qual foi o período que o senhor trabalhou, por gentileza.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Todo o período que ela esteve na ponte, eu estava na empresa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas eu gostaria que o senhor dissesse os anos, iniciou o ano tal e encerrou o ano tal, por gentileza.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É, eu não tenho mais esses documentos, procurei... até peço licença para esclarecer, se me derem mais um tempo eu posso trazer documentos, porque eles existem. Mas eu não tenho hoje, trinta anos depois, dizer exatamente quando comecei. Mas eu acho que dois anos e meio, começando em mil novecentos e... em 90, mais ou menos, e indo até 92, ou coisa parecida, né? Mas eu posso, lógico que eu não tive tempo também, como é um documento de trinta anos, vinte e oito, vinte e nove anos atrás eu não tive ainda acesso a eles, né? Mas eu posso trazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Sebastião, o senhor foi convocado para prestar depoimento na qualidade de testemunha, a fim de prestar informações quanto ao assunto que o senhor tomou conhecimento, que é a verificação de investigar eventuais ilicitudes praticadas nas obras da reforma da ponte.

O senhor tem o direito de ficar calado se o senhor desejar, a lei lhe dá essa condição. Mas também quero perguntar a vossa senhoria se o senhor faz o juramento de dizer a verdade somente a verdade no dia de hoje nesta Comissão.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Juro somente falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Assumido o compromisso por parte do senhor Sebastião Moraes Mattos, vou abrir a palavra ao Relator da CPI, Deputado Bruno, para que, por primeiro, possa fazer as perguntas ao senhor Sebastião.

A dinâmica será da seguinte forma: o Deputado Bruno faz a pergunta e o senhor Sebastião responde.

Vossa excelência com a palavra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Sebastião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só um pouquinho. Solicito à assessoria que consiga um bloco de notas e uma caneta para o senhor Sebastião para que possa, se quiser, eventualmente, fazer anotações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Inicialmente agradecemos a presença. A ideia da CPI é conseguir esclarecer toda uma história que existe em relação a um monumento que é símbolo da nossa história de Santa Catarina. E o senhor fez parte de alguma forma desse período, e todos aqueles que se envolveram de alguma forma em um contrato, em um instrumento contratual, podem ser convidados a estarem aqui.

Então o senhor vem hoje na condição de testemunha, e agradecemos por isso, para que a gente possa desenvolver bem o trabalho.

Eu tenho um rol de perguntas aqui. E queria começar perguntando — acredito que o senhor já respondeu ao Deputado Marcos Vieira —, o senhor era sócio administrador da empresa Vivenda, num período contrato PJ nº 046 de 1990, executados entre setembro de 1990 a janeiro de 1992? O senhor era o sócio administrador?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Era sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem era o gerente técnico na empresa nesse período?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — O gerente técnico era o senhor engenheiro Vilmar Tadeu Bonetti. Mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ele...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Só complementando. Mas na ponte, no tempo do contrato, como nas obras outras tinha um engenheiro responsável, né, não é... ele era o responsável técnico da empresa, mas tinha um engenheiro que estava aqui, locado aqui.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra o nome dele?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — *(Pausa.)* Mas tem os documentos lá que eu vou achar que tem o nome dele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor consegue...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...todos os funcionários, todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor consegue comprovar quem era o...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Porque era uma, uma norma mais minha do que da empresa de guardar folhas de pagamentos. De ano em ano guardar uma folha de pagamento pra que... a Previdência podia daqui a pouco pedir alguma... requisitar alguma coisa daquela pessoa quando ele fosse se aposentar, eu tinha como apresentar. Isso eu tinha... eu tenho uma pasta lá que tem coisa de vinte anos, vinte e cinco anos eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor tem registro de quem trabalhou nessa obra...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Tenho, tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...quem foi o... Além do responsável técnico, então eu suponho que o senhor também tem o registro dos outros funcionários que trabalharam...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...na obra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Todos. Porque isto é uma coisa que eu guardava pessoalmente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...porque eu já sabia que lá na frente eles vinham pedir pra justificar a Previdência, pedir... então eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor tem essa documentação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Tenho. Não de... um, ou dois, ou três... duas, três folhas de pagamento, né, não de todas as folhas de pagamento. Que eu guardava uma folha de pagamento a cada período.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas num período...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Num período.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o senhor tem?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Tenho. De um pra prova... uma prova lá eu tenho de quantos trabalhavam, quem eram, vão encontrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

E qual era a sua relação com o senhor Vilmar? Era uma relação... o senhor pode classificar a natureza da relação entre o senhor e o senhor Vilmar Tadeu que era...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nós éramos sócios.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era sócio?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nós éramos sócios. Ele participava da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, e porque ele se retirou, qual o motivo que justamente o responsável, o gerente técnico, se retirou da empresa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Como é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual foi o motivo que ele se retirou da empresa?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, a empresa parou, né? A empresa continua hoje porque, na verdade, ela tem um precatório para receber do governo do Estado, e como esse precatório está há 30 anos, agora, parece que ele se decidiu aí... Eu não posso dar baixa na empresa, porque se eu der baixa no CGC eu não posso abrir uma conta para receber o precatório, simplesmente isso. Ela não estava em funcionamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas ele podia ter seguido com o senhor também. Houve algum motivo específico para ele se retirar...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e o senhor continuar?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...porque nós combinamos que ele sairia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi uma combinação entre os senhores.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Foi combinado entre sócios, assim como ele entrou a empresa já existia. Ele veio participar da empresa e depois resolveu sair, nós fizemos um acordo lá, e ele saiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, a empresa firmou algum contrato com o Estado no ano de 1990 relativo à Ponte Hercílio Luz? O senhor lembra dessa referida contratação? É importante a gente ter isso nos autos.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Vossa excelência poderia repetir a... eu não ouvi bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. A empresa firmou algum contrato com o Estado no ano de 1990 relativo à Ponte Hercílio Luz? O senhor lembra da referida contratação?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim, nós trabalhávamos na ponte. Nós fizemos manutenção, não restauração, né, nós fazíamos a manutenção. Posso até esclarecer por que que nós chegamos na ponte. Porque nós... a Vivenda Construções fazia a manutenção do Porto de São Francisco. Naquele atestado nós entramos na licitação da ponte. Eu não quero me adiantar, mas parece que nós só entramos na ponte por mandado de segurança. Vossas excelências têm mais possibilidade, até porque isso já é uma coisa que pra mim já fica difícil de acessar, mas nós demos o melhor... o menor preço, mas fomos desclassificados. Entramos com o mandado de segurança e a Justiça mandou que nos contratasse.

Então, isso se pega no *site* do Tribunal de Justiça. Eu não tenho, não tive tempo, não tive... eu estou praticamente sozinho hoje, né, minha esposa faleceu há pouco tempo, e eu não estou muito envolvido nesses assuntos. Mas, quase certeza, a Vivenda entrou no contrato da Ponte Hercílio Luz via mandado de segurança.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores tinham a oferta mais barata...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — E não fomos contratados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e não foram contemplados.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — E me lembro que na época fui eu que... Bom, se eu tenho o preço melhor, devo ser contratado, tenho os atestados de capacidade técnica. Como nós tínhamos entrado, conseguido entrar na licitação pelos atestados, nós... eu entendia que, entendo ainda hoje, quem oferecer o melhor preço...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É a norma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra ainda quem era a outra empresa, não?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Era uma empresa que já existia lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra o nome?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra o nome?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra o nome.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Mas já estava lá anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E quais foram os serviços contratados da empresa do senhor? Especificamente, quais foram os serviços contratados?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Olha, essa é uma dificuldade, porque se vossa excelência me perguntar pelos trabalhos contratados no Porto de São Francisco, eu poderia... mas era manutenção, jateamento, aplicação de fundo. O material, era o... na época DER, né, que fornecia lá em São Francisco, era a empresa que controlava o Porto que fornecia o material, que é tinta, fundo, essa coisa. Nós fornecíamos equipamentos e homens.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas na Ponte Hercílio Luz quais foram os serviços que o senhor prestou?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Agora na ponte, eu... era só manutenção, era jatear, pintura, trocar parafusos. É fazer a manutenção corriqueira da ponte.



Nós, eu não posso... Eu tenho certeza que no Porto nós saímos muito bem porque tinha lá uma fiscalização rigorosa que era da fabricante da tinta, e eu me lembro bem porque ele conversou várias vezes comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E na Ponte Hercílio Luz, não...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro disso. Não, acho que não houve isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...não havia fiscalização.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É. Lá o fabricante da tinta dá uma garantia, né, tantos anos só pra aquela qualidade da tinta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...ela vai resistir naquela situação. Então, o que é que tinha? Nós tínhamos que aplicar tantas micras... tanta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — E o engenheiro da Sumaré, eu lembro bem porque ele conversou muitas vezes comigo, às vezes dizia: “Olha, tem que aplicar tantas micra, se não aplicar, tem que refazer o serviço.”.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra quantos funcionários trabalharam na Ponte Hercílio Luz...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Olha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... da empresa do senhor?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Hum... provavelmente uns 25, 30, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De 25 a 30?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS —É. Não... tinha mês que tinha mais, tinha mês que podia ter menos, né, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, eu analisando o histórico da sua empresa percebi que o senhor tinha um histórico em alguns outros ramos.

A sua empresa já tinha prestado algum serviço similar ao da Ponte Hercílio Luz — além do Porto — de manutenção, ou reforma em estruturas, especificamente, metálica de grande porte?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro isso, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Já tinha, não tinha experiência?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — A última obra que eu fiz de estrutura, que nós fizemos foi a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A ponte.

E, anteriormente, já tinham feito alguma estrutura desse tipo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — No Porto. Fizemos alguma coisa eu acho na ICC, no tempo da ICC, né, que também já não existe mais. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Fizemos alguma coisa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se os serviços foram executados, prestados integralmente ou parcialmente? Na Ponte Hercílio Luz o senhor prestou integralmente o serviço, eles foram todos executados?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eu tenho a impressão, não... isso nós podemos ver depois, né? Que eu peço licença exatamente pra isso, pra abrir um parêntese que eu possa verificar documentos e encaminhar pra CPI para que eu possa colaborar melhor com a verdade. Eu não posso dizer



aqui, de lembrança com segurança, que tipo de serviço foi. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

Eu acho que nós tivemos um contrato, se não me engano, de dois anos. Aí foi feito (*sic*) uma nova licitação. Nós tivemos algumas dificuldades na segunda licitação, como tivemos na primeira também, tanto que, se houve um mandado de segurança é porque houve alguma dificuldade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A segunda licitação que o senhor se refere foi quando?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Essa de 90, né, a primeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, essa foi a primeira?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — A primeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a segunda que o senhor se refere?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eu acho que nós entramos na segunda... eles tiveram que nos contratar, mas eles começaram a ficar nos devendo, aí nós rompemos o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eles pagaram e contrataram a outra, né, que eu não sei quem é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao final, então, o senhor... o rompimento foi a partir dos senhores?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eu acho que nós não chegamos no fim do segundo... do segundo contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não foi prestado integralmente o serviço? Não foi executado integralmente?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nem executado nem recebido, né?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E alguma, alguma parte do serviço prestado pelo senhor foi terceirizada?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhum?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra, mais ou menos, com certa precisão, durante quanto tempo foram executados os serviços? Quanto tempo a sua empresa ficou efetivamente no local fazendo trabalho?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Quanto tempo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Quanto tempo durou o seu trabalho efetivamente no local?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nós estivemos lá de... o senhor mesmo... vossa excelência mesmo já disse, de 90 a 92. Os contratos normalmente era de dois em dois anos. Então nós não terminamos o segundo. Nós ficamos nesse período entre 90 e 92.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, efetivamente, ficaram então durante todo esse período?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim. E depois entrou outra empresa, que eu acho que era a que estava antes também, acho eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a empresa que entrou posteriormente era a mesma que tinha...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Acho que é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...participado do primeiro certame? É isso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É. Eu com a direção do DER, eu só tive um contato, e foi quando eles me chamaram pedindo para rescindir o contrato porque... e...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual o motivo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Como eles estavam já, já... dificultando o pagamento, o quê que eu fiz? Vocês me pagam os atrasados e eu saio. E saí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas e eles estavam... Qual o motivo alegado pelo atraso do pagamento? O senhor pode nos...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Ah, isso é difícil explicar. Porque a mim ninguém pediu nada nem eu ofereci, mas é difícil explicar nas obras públicas como é que você recebe.

Eu até fiz um bom trabalho para o Senai. Receberam tudo direitinho, tá, o.k.? Quando nós vamos fazer um trabalho, que nós estamos aí com um precatório, que é a obra da penitenciária de São Cristóvão do Sul, se eu não me engano, nós estamos para receber até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Então, como é, vossa excelência me perguntou por que tinha dificuldade para receber. Colocam dificuldade, colocam. Tanto que essa... esse precatório praticamente ia falir a empresa, porque você constrói uma obra num local difícil, como era lá a Penitenciária de São Cristóvão do Sul, não recebe, você fica com problema de folha de pagamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — ...você fica com problema de Previdência Social. E nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor diria que foi... que teve que romper um contrato importante.



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É, e pra mim também é melhor romper o contrato do que continuar e ficar pendente como eu fiquei nesse aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a outra empresa, o senhor lembra se era a Roca?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Olha, tem um nome parecido com isso, eu não tenho certeza, mas é Roca ou Rocão ou coisa parecida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, não, vossa excelência, me permite, eu não estou dizendo aqui nenhuma... fazendo nenhuma alegação contra a Roca, nem conheço. Eu não conheço nenhum, nenhum sócio ou diretor da Roca, mas a Roca estava antes de nós. Nós entramos com mandado de segurança, a Roca continuou depois de nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

E ainda no seu contrato foi necessário prolongar ou fazer um aditivo ao seu contrato? Foi necessário fazer algum prolongamento no contrato inicial com a sua empresa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Acho que não, acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro, mas eu acho que não teve... não foi... não houve prorrogação nem aditivo para fazer obras outras, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se foi confeccionado, na época, algum relatório de execução de obra realizado? O senhor lembra disso? Se foi feito algum relatório de obra realizada? Se a sua empresa confeccionou algo em relação ao que foi feito?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Excelência, era hábito — como é hábito das empresas —, quando faz um serviço, por exemplo, como



a manutenção do Porto de São Francisco, a manutenção da ponte, num determinado momento, pedir um atestado de capacidade técnica, né, que o habilita. Nós... isso eu pedi na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu me refiro...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Mas o porto forneceu a EPC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu me refiro ao senhor, a obra que o senhor fez na Ponte Hercílio Luz. Tinha algum relatório sobre a sua execução? O que o senhor fez lá?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não. Não. Tinha as faturas e as faturas explicam direitinho o que... o serviço feito. E a nota fiscal emitia a fatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, da parte da sua empresa, não foi confeccionado nenhum relatório em relação aos serviços efetivamente confeccionados, realizados na Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, nós tínhamos, as obras têm um diário de obras. É bom que esclareça isso, tem um diário de obras. No final do dia, é diário, no final do dia a empresa tem que dizer o que fez, a etapa que cumpriu e, depois, o fiscal da obra da contratante tem que passar o visto, tem que conferir e passar o visto. E muitas vezes não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esses diários de obras foram realizados?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Foram. Eles têm que ter, né, porque eles pagariam mediante diário de obra e o atestado do, do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor recebia mediante a apresentação dos diários, era isso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Ia até diário de obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra como eram feitas as medições?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Nós tínhamos trabalho, se não me engano, como nós tínhamos o Porto, hora-máquina, hora-homem-máquina. Nós tínhamos no Porto algumas dificuldades, eu reconheço porque lá tinha muito... muita umidade em São Francisco. E era no... na... como devia ter aqui também. Só que lá eles tinham um cuidado maior. Isso eu já sei, porque eu dizia pra eles na época: “Bom, então você aplica uma pintura em um dia úmido...”. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor se refere à Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor se refere à Ponte Hercílio Luz ou ao Porto?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — O Porto... os dois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque eu pediria que o senhor se...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Porque o Porto é no mar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... mantivesse na Ponte Hercílio Luz.

Como que era feita a medição na ponte, exatamente? Era hora-máquina? Como que eram feitas as medições?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Tinha, tinha um fiscal que via quantas horas e quantos homens trabalhavam. E assim era no Porto, eu me lembro bem, né, porque eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas na Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — E pagava por horas trabalhadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então na Ponte Hercílio Luz, o senhor está me dizendo...



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Deveria ser o mesmo tipo de contrato, que era praticamente em todos os lugares isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra dessas medições? Na ponte ali? Porque o senhor lembra muito bem do Porto, mas lembra também das medições na Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim. Ô, ô, ô ...a fiscalização tinha que assinar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eu retomo a pergunta: e como eram essas medições?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, eu não participava disso, né? Eu era administrador...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah, o senhor não participava?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não participava das medições?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, porque eu tinha o engenheiro aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E no Porto participava?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não. Eu conversava mais com o Porto, né, porque esse pessoal da Sumaré tinha mais contato pessoal comigo. Às vezes vinha dizer: “Olha, isso aqui vocês têm que melhorar e tal, né?”.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E na Ponte Hercílio Luz ninguém tinha esse contato com o senhor?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, nunca, nunca tiveram.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca teve contato com o senhor?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só o respon...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Contato que eu tive com eles foi apenas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E com quem o senhor mantinha contato sobre a obra da Ponte Hercílio Luz? Só com o seu responsável?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Com o engenheiro, a parte técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor não lembra o nome dele?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, eu estava em Criciúma, e ele estava aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor não lembra quem era?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Eu tenho lá, o nome dele tá na folha de pagamento, porque ele era, ele era engenheiro da equipe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor manteve contato com ele durante dois anos, mas não se recorda o nome dele?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, com ele eu conversava, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra quem era essa pessoa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não lembro o nome hoje, mas eu me lembro (*rr*) da fisionomia...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Lembra da fisionomia, mas não lembra o nome? Mas lembra quem era?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Lembro, né? Tá na folha, e essa folha que eu prometi trazer vai estar o nome dele, né, porque ele também era pago pelo contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor tem alguma cópia desses diários de obras que foram realizados?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, hoje não tem mais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tem?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não. Não porque a gente guarda isso por cinco, seis anos, depois... Diário de obra é, é volume muito grande, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como o senhor falou que guardava também o relatório para Previdência dos seus funcionários, imaginei que talvez o senhor também tivesse esses diários de obra também.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, eu... O diário...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teve... O senhor ainda tem, por acaso, teve algum tipo, teve algum termo de recebimento da obra? Quando o senhor terminou, encerrou o contrato, o senhor recebeu algum termo, da parte do governo do Estado em relação à obra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algo que me... Que eu fiquei um pouco curioso aqui: a sede da sua empresa é em Criciúma?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, então... Durante o ouvi... No tempo que vigorou esse contrato — porque afinal foram quase dois anos — foi mobilizado algum canteiro de obra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim. O... A contratante, ou contratante — na época acho que já era DER ainda, né, hoje Deinfra, não é isso? — e eles forneciam, na cabeceira continental da ponte, um local aonde tinha refeitório, e dormitório, e nós guardávamos os nossos equipamentos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais eram os equipamentos que o senhor usava?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Era já... Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais eram os equipamentos mobilizados da sua empresa que estavam lá?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Ah... daqui eu não sei se tinha jato de areia, mas lá em... que hoje nem se usa mais o jato de areia, né, hoje, mas em São Francisco era jato, era compressor. Mas aqui acho que eles forneciam compressor também. Então nós tínhamos, ah, os equipamentos de pintura...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor visitava com frequência o canteiro das obras?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas chegou...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Porque eu tinha, eu tinha engenheiro, né, pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas com certeza veio algumas vezes *in loco*...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...para verificar a obra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — A folha de pagamento vinha lá de Criciúma, naquele tempo não tinha a facilidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E aí era o senhor que fazia os pagamentos?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era o senhor que fazia...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...os pagamentos?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, mandava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra das condições estruturais da Ponte Hercílio Luz na época? Alguma memória do senhor sobre como estavam as condições da ponte naquela época?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não eram tão precárias, né, não eram tão precárias. Eu lembro que se trocava (*sic*) lá parafusos, rebites... que, quando ia pro... num atestado de... de... quando nós... Quando eu pedia um atestado de capacidade técnica para fornecer, eu me lembro que tive uma dificuldade até... acho que deve ter um ofício aí... e dizia o seguinte: Ah, o atestado de capacidade técnica de uma obra de engenharia é dado por um engenheiro, né? Eu não sou da área de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a sua percepção sobre a ponte na época?...



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Aí quem me deu esse atestado, que pra mim não serviu, foi uma economista.

Aí eu fiquei: “Pô, mas como uma economista?... como é que vou levar esse atestado, passado por uma economista, dizendo o que foi feito na ponte, o quê que nós prestamos de serviço.

E isso eu fiz um ofício para eles, dizendo: “Não, isso não serve como atestado de capacidade técnica.”. É um médico [que] dá um atestado de capacidade técnica de engenharia, né, não servia para mim. E isso eu me lembro que eu fiz por correspondência, né, pedindo que quem desse o atestado fosse a área técnica da contratante, porque senão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Sebastião, o senhor me falou também que a maior parte do seu trabalho era jateamento, a troca de parafusos. E esses serviços eram realizados por 25 pessoas, em média, era isso? Durante todo o período?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — É, tinha o encarregado, tinha o engenheiro, tinha o encarregado. A maioria era pessoas que a própria contratante dizia que tinha capacidade técnica. Alguns vieram de Criciúma — que nós tínhamos alguns —, mas a maioria.... Vamos esclarecer: a maioria já vinha da (*ininteligível*). Porque era quase uma exigência deles: “Não, eles já conhecem como é o serviço, e tal”. E já vinha muita gente da empresa que tava lá anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra do estado — é uma pergunta [que] para nós é interessante — das rótulas que ficavam na base das torres principais? [Os chamados pilones, que são aquelas torres principais, o senhor deve conhecer muito bem, já que teve um contrato lá. O senhor lembra de algum estudo ou avaliação específica sobre essas rótulas? Lembra se a Vivenda prestou algum tipo de serviço e manutenção para essas peças específicas? *Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita M. de Souza*]

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra nenhum comentário da situação dos pilones? O senhor não lembra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Eu sei que na época já se falava que tem uns olhais lá que precisavam ser trocados, mas era um serviço especializado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sobre os pilones nada?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ...não era da capacidade nossa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor... O senhor tem algo para nos acrescentar sobre as condições estruturais da ponte? Se elas denotavam alguma realização de manutenções periódicas além da sua? Porque pelo que eu entendi a sua empresa foi contratada para fazer as manutenções periódicas. É isso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É, corriqueira, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Além disso, o senhor lembra se era, se algo fazia falta à época, se existia alguma manutenção que deveria ter sido feita e não fazia? O senhor lembra de algum detalhe desse tipo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se mais alguma empresa na época executava algum serviço na Ponte Hercílio Luz?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu acho que ninguém prestava serviço lá. Pelo menos o canteiro de obra lá, que é da própria contratante, era ocupado por nós, pela empresa Vivenda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não tinha outra empresa lá. Eu acho que não tinha.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Durante o seu serviço lá, como que funcionava a supervisão por parte o hoje, Deinfra? Era diária? Eles estavam presente na obra? Como é que funcionava essa supervisão?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Nós tínhamos o engenheiro responsável da empresa, tínhamos encarregados que era mais ou menos ditados por eles, por quê? Porque eles diziam que já tinham experiência, essa coisa toda. Tínhamos encarregados, tínhamos o pessoal jatistas, pintores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E da parte do Deinfra?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - ...nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei. Da parte do Deinfra tinha alguma supervisão?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Tinha. Tinha que ter um engenheiro fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Estava sempre lá presente?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Devia estar, né? Eu não... eu não... Como eu disse anteriormente, eu não participava no dia a dia ali. Mas o de engenheiro fiscal tem que... com outras obras, ele passa o visto diariamente... porque, às vezes, a gente tem dificuldade. O engenheiro fiscal não vem passar o visto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Aí eu fico com o diário de obras sem assinatura do fiscal. Se eu não tiver assinatura do fiscal eu não posso confirmar que a, que a, que a parte que eu ditei ali eu escrevi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E ao final do contrato ainda existiam muitos serviços necessários a serem feitos?



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Sim, aquela manutenção que nós fizemos ela teria que ser uma constante né? Como era constante no porto, era constante ali. Ela tem que ser... a ponte tem... mas não eram serviços grandes, eram serviços...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E foi requisitado para o senhor algum tipo de serviço que não fossem esses do contrato?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião, o contrato foi firmado no dia 05/09/1990. Ele foi, à época, um valor de 304,401 mil cruzeiros, sendo, quatro dias após, foi assinado o primeiro termo aditivo, acrescentando mais 15 milhões de cruzeiros. O senhor lembra por que isso aconteceu? E o senhor pode nos explicar?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que foi apenas quatro dias após assinado o contrato veio logo o primeiro aditivo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E de um valor de 300 mil foi para 15 milhões. O senhor lembra o porquê disso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não lembro. Nem tava pensando agora em aditivo porque se eles disseram... porque parece-me que era hora-máquina. Eu tenho um compressor e tenho o operador do compressor e, no final, trabalhou seis horas no dia, anota lá que fez seis hora, o fiscal passou o visto e eu vou cobrar aquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, e esse aditivo foi por conta disso? Quando foi...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Eu não lembro do aditivo. Não lembro. Posso... Pode ser que eu ainda tenha alguma coisa lá.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É porque o, o, na verdade, essa diferença de valor chama muita atenção...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É uma coisa até meia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sair de 300 mil para um aditivo de 15 milhões. Então, o senhor não lembra o...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Até me surpreendo disso. Me surpreendo... Porque, se é quatro dias depois, não teria razão para fazer um aditivo de, de... A não ser que eles tenham deixado algum serviço fora que depois...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não lembra desse aditivo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Não me lembro do aditivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou lhe entregar um documento agora, senhor Sebastião, que... eu gostaria de perguntar se o senhor reconhece a sua assinatura no segundo termo aditivo ao contrato, justamente esse que nós estamos falando.

(O senhor Relator passa às mãos do depoente o documento.)

O senhor reconhece essa assinatura?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu vou pegar minha identidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, é uma pergunta que eu lhe faço. *(Ri.)*

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ... parece que isso aqui não é meu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A é. *(Ri.)*



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Pelo menos aqui, assinatura Sebastião Moraes Mattos. A identidade vai dizer qual é a minha assinatura. É a que eu uso desde os 18 anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Essa assinatura então...

O SR. PRESIENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, vou tomar a liberdade de encaminhar a vossa excelência a identidade para vossa excelência fazer uma conferência. De forma rápida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode então, por favor, apenas confirmar verbalmente para registro que essa não é a sua assinatura.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É só conferir pela minha carteira de identidade com aquela lá... não. Que não é a minha assinatura. Essa aí não é a minha assinatura. Tem um tal de José aí se não me engano, né?

O SR. PRESIENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno se vossa excelência me permite, ele faz referência a esta assinatura aqui que não é dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim, isso. A que está em referência ao nome dele.

O SR. PRESIENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Ao lado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Apenas para registro então. O senhor...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Se me permite, vou dar mais uma olhadinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Apenas para registro aqui da nossa... para registro da Comissão, o senhor não reconhece...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Essa assinatura aqui não é minha!



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E não há nenhuma assinatura nesse documento do senhor? [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – A não ser se tenha sido um procurador que eu também acredito que nós não teríamos dado procuração. Não estou dizendo que não fosse, mas se fosse por procuração tinha que botar o *PP* aqui... Tinha que identificar o procurador. Eu não posso dar uma procuração e, e, botar no contrato sem identificar que tá representado pelo procurador tal. Então, esta assinatura aqui absolutamente não é minha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu faço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, vou me permitir dizer que a identidade que se encontra na minha mão tem o número 6R/77.780 e foi expedida no dia 04/11/1988, pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

Vou solicitar à assessoria que fotocopie a identidade dos dois lados, de forma colorida, e faça a devolução dos documentos ao Deputado Bruno.

Deputado Bruno continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião, eu peço desculpas por mais uma última pergunta relacionada a esse tema ainda, mas apenas para que no futuro a gente não precise entrar em... novamente incomodar o senhor e para registro também. O senhor não tem nenhuma outra assinatura registrada em cartório além da sua identidade?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tem nenhuma outra? Esta é a única que o senhor usa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Não tenho, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É a única que o senhor usa?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – A minha assinatura é essa aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – *O.k.*

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É a da carteira de identidade. Eu tenho isso desde contador, no começo da minha vida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Era a assinatura que eu assinava como contador e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu me formei em contabilidade, como técnico em contabilidade em 1957. Eu assino assim desde 1958, no mínimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Uma última pergunta ao senhor. O senhor Vilmar entrou na sociedade em 1988...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Assumindo a gerência técnica. No período de setembro de 1990 a janeiro de 1992, a empresa Vivenda recebeu recursos do Deinfra pela manutenção na Ponte Hercílio Luz. Sendo que em maio o senhor Vilmar saiu da sociedade. Teve alguma relação com esse contrato, já que os prazos, as datas são muito próximas, em janeiro acabou o contrato do senhor com a Ponte Hercílio Luz e em maio o senhor Vilmar se retirou da sociedade? Existe alguma relação nos fatos ou é mera coincidência?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – 88?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele entrou em 88, saiu em junho... em maio de 92. Ele saiu em maio de 92. O seu contrato



venceu em janeiro de 92, ou seja, ele saiu quatro meses depois. Existe alguma correlação nisso ou é mera coincidência?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Excelência houve um desequilíbrio financeiro na empresa. Exatamente, porque o Estado... eu não gostaria de usar a palavra, mas a palavra equivocada é essa, nos deu... não estou falando de pessoas, estou falando do Estado, o Estado nos deu calote! Então, a empresa ficou inviabilizada, por isso nós resolvemos abrir a sociedade. Ali era um técnico, era um engenheiro, bem mais novo do que eu, ele que fosse cuidar da vida dele e eu fui cuidar da minha. Mas... Tanto que eu estou aqui reafirmando: o Estado não pagou uma obra, e inviabilizou a empresa, que só não foi à falência, porque se desfez de alguns patrimônios para pagar fornecedores.

Eu fui, em razão desse precatório que nós ainda estamos recebendo, processado criminalmente por ter me apropriado, dizia lá a Procuradoria, do dinheiro da Previdência. Fui absolvido em primeira instância e fui absolvido em segunda. Por quê? Eu não pagava, porque não tinha os recursos para pagar. Está na sentença, eu posso juntar para vocês... do Tribunal Regional da 4º... que foi o Estado que levou a empresa a estado falimentar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – O seu Vilmar Tadeu Bonetti saiu, porque nós não tínhamos mais condições de trabalhar. Eu já... repito também, nós não tínhamos condições de trabalhar e nem de dar baixa na empresa, porque se nós déssemos baixa nós não estaríamos recebendo o precatório agora. Fica uma coisa meia... um imbróglio, né?! Que daí eu não posso dar baixa e não posso trabalhar, porque não tenho dinheiro para trabalhar, mas se eu der baixa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ... que era muito melhor para mim, dar baixa logo. O Bonetti saiu...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo. Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ... e eu dava baixa, pronto. Mas aí se eu desse baixa... agora, o juiz manda uma notificação, uma intimação para apresentar a conta para ele depositar o precatório, como que eu ia apresentar uma conta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – ... se eu não tinha CGC, tinha dado baixa na empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor gostaria de acrescentar alguma informação? Gostaria de deixar algo registrado na Comissão, algo que o senhor possa acrescentar para ajudar os trabalhos desta Comissão? O senhor, para finalizar, gostaria de deixar alguma informação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu não posso dar informação, excelência, agora, mas eu posso acrescentar documentos que eu tenha, que eu vá encontrar. Eu já disse, eu fiquei viúvo há pouco tempo, mudei tudo pro... mudei escritório, então, eu tô com... está tudo em inventário, mas, diante daquele fato que vossa excelência me apresentou por último aí, quem quer investigar sou eu!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sebastião...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu vou apresentar os documentos que me estiverem à mão... se vossas excelências desejarem, né?!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com certeza.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu não posso trazer documento que a CPI não queira. Eu sou contribuinte, vossas excelências são Deputados.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De minha parte eu estou satisfeito, se puder contribuir com a documentação, a CPI, nós agradecemos na Comissão.

De minha parte eu estou satisfeito, Presidente. Senhor Sebastião, muito obrigado pelas suas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Antes de passar a palavra para vossas excelências, eu quero solicitar ao seu Sebastião que reafirme o compromisso de enviar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito os documentos que vossa senhoria se referiu. Gostaria que o senhor assumisse o compromisso perante esta Comissão no microfone, declarando que assume o compromisso de entregar a esta Comissão documentos de interesse da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Todos os documentos que eu ainda tiver e tenho alguns, senão muitos, mas poucos, mas tenho, porque uma das coisas que eu guardo comigo é as folhas de pagamento, não todas, mas uma por ano ou uma a cada seis meses, para que isso repercuta na aposentadoria. Não era com essa intenção de hoje aqui né? A intenção é a seguinte, alguém vai pedir... a Previdência quer que ateste que ele trabalhou lá, tal, tal, tal... Eu tenho que ter algum documento. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) —O senhor assume o compromisso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Esse eu assumo o compromisso de entregar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ok.

Senhores Deputados, vamos agora colher informação ou também eventual questionamento dos senhores Deputados.

Pela ordem, Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Boa noite, Senhor Sebastião.



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — No processo de fiscalização da obra que você fazia todo final de dia, para a liberação mediante aos pagamentos, no laudo, era feito algum tipo de documento, fotografia para realização da prestação do atestado de qualidade do serviço? Era feito algum comprovante físico diário dessas fiscalizações ou não?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, nós dava... em toda obra. Eu estou falando agora na parte geral de construção, é...vai fazer uma obra para o Senai? Eles têm um engenheiro fiscal. Nós fazemos o diário de obras diariamente, diário, o nosso engenheiro assina e o engenheiro fiscal tem que confirmar ou fazer as ressalvas, muitas vezes feitas, né? Que tal serviço não ficou com a qualidade é o fiscal que determina isso, né? Eu não acredito que tenha um documento onde ele foi fotografar, porque isso, naquele tempo, também não era tão fácil né? Mas... Olha, eu agora já fiquei meio... como diz... vossa excelência me perdoe, mas eu fiquei meio cabreiro, depois do que eu vi aí (rr), eu fiquei, eu fiquei... eu sou um homem de oitenta anos e parece que eu nunca passei por isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — O senhor, em um momento, falou que não teve aditivos e, depois, foi apresentado, você ficou um pouco balançado ali, já não sabia mais se teve, se não teve, foi apresentada a sua assinatura, a sua suposta assinatura, você acha que alguém falsificou a sua assinatura?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Não, eu não estou dizendo que falsificou, mas que aquela assinatura não é minha, não é minha. Se... eu não li, vossa excelência, eu tenho, eu dou totalmente crédito à Comissão. O contrato, se é um aditivo, o Relator diz que há um aditivo, então, o aditivo devia ser assinado por mim. Se não é a minha assinatura...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — É assim, às vezes, no cartório a gente pode, como ele fez a pergunta antes, a gente pode registrar outros tipos de assinatura.



Para deixar isso 100% esclarecido, se poderia a gente fazer um contato com o cartório para que a gente veja quais assinaturas você faz o registro, quando você vai fazer aquela assinatura no cartório, comprovada com cartório.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Para que a gente possa fazer essa comparação, sem problemas para o senhor? A gente solicitar essas assinaturas que o senhor usa para autenticar a sua assinatura?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Faço questão, eminente Deputado, faço questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — A CPI pode...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Me permite, Deputado Jessé.

Senhor Sebastião, o que o Deputado Jessé Lopes está afirmando é de que, solicitando, que o senhor indique o cartório, ao que o senhor tenha assinatura, um, dois ou três cartórios, a cidade, a localidade, para que essa Comissão possa oficiar o cartório, requisitando cópia do cartão de assinatura, é isso vossa excelência? É isso, Deputado Jessé?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor concorda com isso?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vossa excelência assume o compromisso de indicar os cartórios?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Assumo o compromisso, posso indicar agora alguns cartórios, devo ter outros, mas alguns cartórios. Lá em Criciúma, vossa excelência é de Criciúma?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sim.



O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Conhece que tem um cartório na frente da Caixa Econômica Federal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sim.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Ali eu reconheço firma constantemente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então, o senhor Sebastião, vai indicar os cartórios e esta Comissão, já de pronto, deixa aprovada a emissão de ofícios pedindo o cartão dos cartórios.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Era essa a minha sugestão, para deixar já o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Continua com a palavra vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Eu gostaria que o senhor orientasse algum prazo para que ele pudesse apresentar os documentos, para melhor organização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Nós vamos fazer o ofício requisitando os documentos em posse dele, e vamos dar sete dias para a apresentação.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Excelência, se for possível me dê mais. Estou com um monte de documentos numa sala, e eu tenho necessidade de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, a ponderação feita pelo senhor Sebastião é pertinente, vamos dar o mesmo prazo que foi dado para as empresas, quinze dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quinze dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quinze dias.



Deputado Jessé Lopes satisfeito?

Deputado Sargento Lima, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Senhor Presidente, o meu questionamento era realmente sobre esta Casa aqui deliberar sobre o prazo, sobre esta Comissão falar sobre o prazo. Então já que foi acertado em quatorze dias, para mim sem problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) —Deputado Jerry Comper, sem manifestação. Deputado Fernando.

Com a palavra Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom, primeiramente obrigado senhor Sebastião pela sua contribuição.

Primeiramente eu faço uma sugestão de encaminhamento no... Há cinco aditivos com relação ao contrato, o senhor não tem obrigação de lembrar, são cinco aditivos, e no aditivo que há esse questionamento sobre a assinatura, há duas testemunhas que só tem assinatura, não tem o nome, e há também o nome do senhor engenheiro Edgar Roman - que eu acho que já foi apresentado na lista de pessoas que o Deputado Bruno sugeriu como testemunha -, então, que se faça o questionamento ao engenheiro Edgar Roma sobre quem assinou esse contrato aqui, já que todos de os outros quatro a assinatura muito parecida com a primeira que é do contrato.

E, já que o senhor se comprometeu em encaminhar a documentação que os Deputados questionaram, o senhor não precisa responder hoje, mas há, senhor Sebastião, cinco aditivos assinados com a sua empresa - um dos aditivos tem aquele questionamento da assinatura -, e três deles, tratam sobre acréscimo de valor. Então se o senhor pudesse nos encaminhar sobre o que se tratam esses três aditivos, do que se tratam esses acréscimos, somente isso.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Eu não tenho condições de responder isso agora.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nesse momento, não tem problema.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS — Se eu puder, se eu encontrar... Excelências, quero dizer, eu não estou aqui me assumindo aqui o compromisso de mandar tais, tais, tais documentos. Aquilo que eu achar na pasta, como eu sei... Essa pasta, por isso que eu peço mais tempo, essa pasta não guarda documento, folha de pagamento do contrato da ponte, guarda quase todos os contratos que não era... tinha lá a folha de pagamento... a folha de pagamento, se não me engano do DER eu contestava um pouco porque ela era, era um padrão que eles usavam que era um padrão completamente diferente, né? Então, como é que a gente faz folha de pagamento? Normalmente um holerite, né? Bota ali e pa... Não. Então vamos dizer, num holerite de um funcionário, a cada ano vai lá, pega um, bota lá naquela pasta. Por quê? Porque ele... Eu sabia, eu fui contador no começo da minha vida, quer dizer, eu sabia que depois, quando ele fosse lá requerer a aposentadoria na Previdência, a Previdência ia pedir que ele comprovasse aquele tempo de serviço, e uma das melhores comprovações é eu juntar uma cópia da folha de pagamento. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Está explicado, seu Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Né? Né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vou passar antes... Deputado João Amin, vou passar antes à Deputada Luciane Carminatti e depois a vossa excelência.

Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Quero cumprimentar o seu Sebastião. Tenho três perguntas a fazer. Primeira pergunta, seu Sebastião: em algum momento que o senhor se lembre, houve



fiscalização dos serviços prestados pela empresa por parte do governo do Estado?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Excelência, eu participei pouco ali da, da... às vezes vinha, trazia folha de pagamento, trazia um funcionário, eles faziam o pagamento e eu ficava aqui cuidando de outras coisas e voltava. Eu não tenho, assim, da obra em si... Primeiro porque não era da... eu não sou especialista em engenharia. Eles... necessariamente tinha que ter fiscalização. Quem devia até explicar isso, se eu puder dar o nome, seria o engenheiro nosso que participou na época, quer dizer, ele era engenheiro, ele preenchia o diário de obras e o fiscal tinha que... se não eu não podia faturar, né? A empresa lá em Criciúma não poderia emitir uma fatura em cima de serviços que não tivessem atestado a sua fiscalização, porque não passa... Eu acho que não precisa ser *expert* no assunto para entender, né? Mas... se eu tiver alguma coisa disso, eu também vou trazer.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Vou trazer, se eu tiver. Mas já acho que alguma coisa eu encontro lá.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Tenho o hábito de guardar muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Luciane Carminatti...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Evidentemente que não é... não era com essa intenção de vir hoje, aqui, à presença de vossas excelências pra...pra... que eu guardei documentos. Mas os meus filhos até dizem: “Pô, mas o senhor guarda tudo.” Ah, eu... lá de Turvo, lá de... eu fui, morei em Turvo muitos anos, eu guardo documentos aí as pessoas vão lá e... eu quero escrever um livro sobre a história de Turvo. Olha, eu tenho aqui, esses documentos tais, tais, tais, pode levar, faz uma cópia. Né?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Luciane Carminatti continua com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Isso é mania de velho, né, é mania de idoso (ri).

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Sim.

A segunda pergunta, eu tenho três perguntas e esta é a segunda: na sua empresa ou na empresa na qual o senhor era sócio-proprietário tinha um setor ou uma pessoa responsável pela licitação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Era o engenheiro Vilmar Tadeu Bonetti, tinha um contador, eles faziam... Eu, eu não fazia a, a proposta de preços, por exemplo. Não cabe, não cabe a mim saber quanto é que vai custar a alvenaria, reboco, pintura, essa coisa toda, não é? Eram eles que faziam. Era o engenheiro Bonetti que fazia a proposta...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Quem faziam essas tratativas eram o contador e o engenheiro?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – É, eles faziam. Muitas vezes eles... sempre assinava eu e o, o... e quem fazia, né?

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

E a terceira pergunta: o senhor falou por algumas vezes em precatórios. Os precatórios com relação ao pagamento dos serviços da Ponte Hercílio Luz...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Não?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Não é em relação?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não, não.



A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Em relação à ponte não há nenhum passivo? Tudo foi pago?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Eles pagaram na rescisão, lá quando...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Rescisão do contrato?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Vamos dizer, vamos dizer assim, eu cheguei num acordo por sufocamento. A repartição me deve x, não está contente comigo e eu não estou contente com ela... Vamos dizer, separamos o casamento, mas não fizemos o litigioso. No outro lado eu fiz litigioso, é esse que tem um precatório.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – O.k.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – No DER eu... me chamaram, eu disse: “Paguem o que vocês estão devendo e eu saio disso. Pronto.” Então, muito melhor, né? Acho que é melhor pro casal, né? Um vai prum lado, outro vai pro outro, mas em paz, em... torcendo um pela alegria do outro.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Só para terminar: e esse rompimento ele se devia a não pagamento? Qual era o motivo?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eles não estavam contentes conosco...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Pelo trabalho?...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – E eu menos com eles, né? Se eu não recebia, não posso estar contente.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Então o senhor não recebia, mas o senhor prestava serviço...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Sim, na obra.



A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – E o senhor suspeita que...

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Aí, excelência, eu quero fazer um registro. Não tenho certeza, mas vossas excelências podem ver na documentação, têm muito mais facilidade do que eu, hoje, porque se fosse uma coisa recente eu teria isso comigo, né? Mas eu acho que nós tivemos uma segunda licitação e nós ganhamos também na... por preço.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Um aditivo.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Por preço.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Menor preço.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Nós terminamos... ia terminar o contrato, faz a segunda licitação, porque tá terminando aquele contrato, e feito aquele contrato nós, de novo, teríamos que ser contratados. Mas houve algumas dificuldades, dificuldades que depois se concluiu que era assim: vocês não são bem quistos aqui. Então, qual é a solução? Romper. Paga e eu saio fora. Ah, quem é que ficou? Vossas excelências vão ver quem é que ficou. Eu não posso dar nome, mas vossas excelências vão ver, porque...Eu fiquei lá dois anos, dois anos e meio ou coisa parecida. Mas já ia me substituir uma que tava anos, anos e anos e, depois, parece-me que fui substituído pela mesma. Então eu não, eu não quero deixar aqui acusação a ninguém, mas é uma coisa meio escancarada, né? Meio escancarada. Eu fui adjunto de Promotor lá no começo da minha vida, eu, eu, eu penso assim, oh, quando a... parece que testemunha tá dizendo coisa combinada. Eu não combinei nada com o senhor Vilmar Bonetti, ele vai dizer a versão dele e ele provavelmente tem muito pouca coisa pra acrescentar em cima do que eu já disse aqui. Mas era um contrato de cão. *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O seu Sebastião ainda está com a palavra.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não foi um bom contrato pra nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O.k., seu Sebastião. Mas, pela ordem, o Deputado Sargento Lima

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Senhor Presidente, só que fosse consignado mesmo ali, porque no depoimento do senhor Sebastião, que esses precatórios não estão relacionados às relações contratuais relativas à ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Sargento Lima, o senhor Sebastião fez questão de frisar que o passivo da ponte, ele rompeu no ato da rescisão do contrato, e que é o precatório em razão de outra obra, de outra demanda com o Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Fechado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Isso ele fez questão de frisar. Ainda pela ordem, Deputado Bruno Souza

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Senhor Sebastião, o senhor fala de uma infelicidade por parte do Governo do Estado com a sua presença. Essa infelicidade era materializada por quem? Qual era a pessoa que estava do lado de lá, que personalizava essa infelicidade para o senhor?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Excelência, se eu for ditar nomes eu posso errar. ã, vossas excelências sabem que nós somos, nós éramos uma empresa de médio porte. Nós só entrávamos numa licitação, eu repito aqui, com o Senai, que não nos dava dificuldade nenhuma. Era testado, o Senai confirmava os recibos e nós recebíamos; às vezes, em questão de cinco dias, dez dias, é uma coisa normal isso.

Mas quando uma empresa começa a fazer um serviço, tem lá trinta funcionários, tem Previdência, tem alimentação, tem toda uma estrutura para



manter e começa a ser atrasado o pagamento, como é que ela fica? É melhor romper, eu acho que foi a minha sorte romper, porque senão eu estaria em outro precatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não lembra quem eram, não lembra de nenhum nome que o senhor poderia citar, no lado de lá?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Não. Aliás, eu só tive um contato com a direção do DER, na época. Um, único, não fui eu quem vim trazer a proposta. O contrato normalmente é assinado assim: a contratante assina e depois a gente vai lá, chamam a gente para assinar. Daí tem tantos dias para assinar, e eu tenho que ir lá naquele período para assinar. Às vezes, eu nem sei quem é a pessoa que assinou lá. Outra vez...Eu só tive um contato, e o contato foi no dia que me chamaram para acertar. Me pagam e eu saio. Esse dia eu tive contato com uma pessoa do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Eu não tenho nome, mas eu tenho...esse o nome está no documento que rompeu o contrato, esse foi assinado por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, senhor Sebastião, eu tenho duas perguntas a fazer a vossa senhoria. O senhor afirmou nesta Comissão que o senhor era da única empresa que trabalhava para o Deinfra na manutenção da ponte. O senhor afirmou isso. Mas eu pergunto para a vossa senhoria: o senhor tinha conhecimento de que outras empresas prestavam serviços para o Deinfra em outras áreas, em outras obras?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Sim, o Deinfra, DER, na época, tinha rodovias, tinha isso, mas não ali na ponte. Eu não lembro do DER ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, na ponte o senhor afirmou que era a única empresa, mas na manutenção de uma



rodovia, na abertura de uma estrada o senhor tinha conhecimento de que outras empresas trabalhavam para o antigo DER?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A pergunta seguinte que eu quero fazer é a seguinte: o senhor tinha conhecimento de que essas empresas que trabalhavam para o Deinfra em outras áreas recebiam em dia o pagamento da prestação de serviço? Ou também recebiam atrasado, como o senhor recebia?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS – Algumas, eu sei que recebiam atrasado, não sei quantas e nem sei quanto o percentual, mas eu sei que são algumas porque a gente vive num mundo, vivia num mundo dos negócios e sabia. A empresa tal não recebeu, como ainda existe hoje, ainda continua hoje, e naquela época também existia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas tinha empresa que recebi um dia?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas tinha empresa que recebia em dia?

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Não tenho certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Não tem certeza. Me dou por satisfeito.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Eu tenho certeza, por exemplo, que lá, naquele contrato que eu falei, do precatório, o Estado tinha o dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor já me respondeu.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - O Estado tinha o dinheiro e devolveu o dinheiro para Brasília.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, não havendo mais quem queira questionar o senhor Sebastião, vou dar por encerrado o presente depoimento de vossa senhoria, agradecendo a sua participação e o dispensando.

Muito obrigado.

O SR. SEBASTIÃO MORAES MATTOS - Obrigado.

(O senhor Sebastião Moraes Mattos retira-se do recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Solicito à assessoria que traga até este ambiente o senhor Vilmar Tadeu Bonetti, por gentileza.

(O senhor Vilmar Tadeu Bonetti adentra ao recinto.)

Tome assento senhor Vilmar.

Senhores Deputados, senhor Vilmar Tadeu Bonetti.

Senhor Vilmar, o senhor foi convocado para que na qualidade de testemunha, possa prestar informações quanto à instalação da CPI para investigar eventuais ilicitudes nas obras de recuperação da ponte Hercílio Luz.

O senhor tem ciência disso? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a data de nascimento, a sua residência e a sua profissão.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Vilmar Tadeu Bonetti, 01/09/55, sou engenheiro civil e resido na Rodovia SC -108 em Urussanga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Qual a empresa que o senhor trabalha?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Hoje, Samae de Urussanga, Serviço Municipal de Água e Esgoto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor tem direito de ficar calado, se assim desejar.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Mas o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão no dia de hoje?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Solicito a presença do Deputado Bruno Souza.

(O senhor Relator, Deputado Bruno Souza retorna ao recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, já fiz as perguntas de praxe, já comuniquei o senhor Vilmar que ele pode ficar em silêncio e também ele já assumiu o compromisso de dizer a verdade perante esta Comissão.

Na condição de Relator passo a palavra para vossa excelência para fazer as perguntas ao senhor Vilmar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, primeiro muito obrigado pela presença, espero que seu depoimento nos ajude a esclarecer esse período, é do interesse do Estado e desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - O senhor me permite, deixa eu interromper a vossa excelência.

Eu também tenho o que me ausentar um momento *(Risos.)* O Deputado João Amin assume a presidência desta Comissão por alguns instantes.

(O Sr. Presidente, Deputado Marcos Vieira, retira-se do recinto.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Com a palavra o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, muito obrigado. Espero que a gente consiga esclarecer alguns fatos e seu



depoimento poderá ser de grande valia para que a gente esclareça esse período da história.

Senhor Vilmar, primeiro, o senhor era sócio da empresa no período do contrato PJ046, de 1990, executado entre setembro de 1990 e janeiro de 92, correto?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Correto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor era o gerente técnico da Empresa Vivenda nesse período, correto?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI) – Correto

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade, o senhor foi gerente de maio de 88 a maio de 92, gerente técnico?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É. Eu tinha participação na Empresa como engenheiro, até porque nós pensávamos na construção civil, né? Então achamos interessante fazer essa aproximação, eu como engenheiro; o Sebastião como... já tinha essa empresa. Eu, pela, pela, pelo tempo que passou, eu não me lembro exatamente de que período, mas era sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor era também o responsável técnico da empresa ou não?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI) - Sim, claro, como engenheiro sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E qual foi o motivo que o senhor se retirou da sociedade?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI- Na época, estávamos começando, fizemos alguns trabalhos juntos e era uma, uma época difícil. Uma época, jovem engenheiro começando a vida se tinha algumas dificuldades. Inflação muito alta, se tinha as dificuldades, as vezes, de receber alguns serviços feitos e, enfim, até que a empresa teve alguns, algumas dificuldades e eu entendi que era melhor seguir outro caminho.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode citar alguns serviços que o senhor teve dificuldade de receber?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Na verdade, como uma empresa estava começando, a gente tinha iniciado um período com a ideia de fazer algumas construções, casas, enfim, e se vendia e, depois, ia se intermediando o financiamento na Caixa e tal. Houve uma ocasião em que esses financiamentos acabaram não saindo mais e nós tivemos alguns problemas, e, além disso, outro me veio, eu não me lembro se exatamente nesta época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em obra pública, senhor?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - É. Sim, mas a gente participava de licitações do Estado, obra do DAE, obra do DER, obra... fizemos alguma coisa no Porto São Francisco, enfim, participávamos da licitação conforme saíam os editais e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Alguma dessas dificuldades de recebimentos foi relacionadas à ponte Hercílio Luz?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Ah, sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tiveram dificuldades de recebimento com a ponte Hercílio Luz.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Tivemos dificuldade recebimento, mas não era só no DER. Na época, às vezes, no DER, no DAE também se tinha dificuldade, e aí, numa época de inflação 20%, 30%, 40%, se perdia um pouco e a gente passou dificuldades para manter a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E qual era a sua relação com o Sr. Sebastião Moraes Mattos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - O Sebastião nós nos conhecemos na Prefeitura de Criciúma. Eu fui convidado, na época do Prefeito José Augusto Hülse, para ser diretor técnico da CODEC, que era Companhia de Desenvolvimento de Criciúma e daí nos conhecemos na Prefeitura. O Sebastião prestava uma assessoria, depois, foi Secretário na, na, na



Prefeitura, fizemos amizade e acabamos depois mantendo isso além da empresa, até hoje praticamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na sociedade, o aspecto operacional era todo de sua responsabilidade?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Bom, se nós partimos do princípio de que, como engenheiro civil, eu era o representante técnico junto até inclusive o CREA, tal, podemos dizer que as questões técnicas passavam por mim, evidentemente, né? Claro que dentro da, da, da questão jurídica da empresa, de uma maneira geral os dois eram responsáveis por isso. Mas é evidente que a obra, de uma maneira geral, a parte executiva, se trabalhávamos no Porto de São Francisco ou em uma obra qualquer era mais ligada a mim do que exatamente ao Sebastião...

(O Sr. Presidente, Deputado Marcos Vieira, retorna ao recinto.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN: Só peço licença para passar o comando da CPI para o Presidente Marcos Vieira.

(O Sr. Presidente, Deputado Marcos Vieira, reassume a presidência da CPI.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito. E canteiros de obras, era apenas a sua responsabilidade? Por exemplo, era só o senhor que ficava nos canteiros? Nas obras era o senhor que ficava na ponte Hercílio Luz especificamente?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não, não. Na ponte Hercílio Luz era... havia inclusive a contratação de um engenheiro, na época, que foi contratado aqui em Florianópolis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Aqui em Florianópolis?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quem era?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Olha, eu não lembrava, eu, sinceramente, lembro... que me lembro... lembramos o nome conversando, viemos e tal, eu não lembrava. Era Zênio, Zênio... alguma coisa parecida. Eu não me lembro o sobrenome, mesmo conversando há pouco tempo, não lembro como é que é o nome dele não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo. E a empresa, ela firmou um contrato com o Estado no ano de 1990, relativo à ponte Hercílio Luz, o senhor lembra dessa contratação? Lembra como ocorreu?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - (*Suspira.*) Eu, eu, eu... Sei que nós trabalhamos ali. Nós tínhamos um, utilizávamos as instalações do DER na parte da Ilha, que eram instalações já cedidas por eles? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na parte da Ilha?

O SR VILMAR TADEU BONETTI – Na parte da Ilha, exato.

Eu lembro que os serviços... era uma modalidade de serviço diferente. Você tinha o profissional, tinha lá o jato, enfim, e os serviços eram comandados pela própria equipe. Agora, não sei, não lembro se do DER exatamente ou de outras empresas que formavam em conjunto ali, porque, na verdade, era mais serviço de manutenção, você entende? Por manutenção é pintura, jateamento aqui, é uma situação ali, nada com a parte estrutural, especificamente, da própria ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor falou que haviam mais empresas trabalhando na obra?

O SR VILMAR TADEU BONETTI – Ah, sim, nós, não... sim, existiam... eu não lembro exatamente se já na recuperação da ponte especificamente, mas tinham mais pessoas, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não era apenas a empresa dos senhores?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não, porque a nossa empresa é tipo manutenção de menor, menor não, como se fala hoje: “Ah, estão trocando o olhal da ponte.” Enfim, a estrutura da ponte. Não, não era nesse aspecto, era mais manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de quais eram as empresas que estavam lá? Lembra de alguma?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não, não, eu não lembro, eu não lembro. Lembro de... eu acabei relembando assim de empresas que passaram por lá até na própria convocação ali, Roca, por exemplo, mas eu não lembro se nessa... eu acho que nessa oportunidade que nós estávamos, vocês faziam alguns outros serviços lá naquela região lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quantas pessoas a empresa do senhor tinha na época trabalhando na Ponte Hercílio Luz?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não lembro, Deputado, sinceramente, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lembra da movimentação na ponte, pelo menos, naquela época?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Movimentação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ... de trabalhadores. Qual era o volume? O senhor tem uma...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não tenho, Deputado, sinceramente não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, o senhor pode esclarecer como ocorreu o processo de contratação para essa prestação de serviço, como é que foi o processo licitatório? Como é que foi o certame? O senhor lembra de algum detalhe?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, se foi, foi por licitação. Foi licitação, nós tínhamos feito um serviço no Porto de São Francisco, que era um serviço similar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ã-hã.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ...de manutenção de estrutura metálica, basicamente, e aquilo nos deu a capacitação para participar da licitação na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como é que foi o processo de licitação? Foi tranquilo?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Houve problema, houve problema de... eu não lembro exatamente se de preço ou de atestado técnico. Houve movimento de... de..., como que eu vou te dizer, de desclassificação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os senhores foram desclassificados?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É. Agora, assim, eu não sei se exatamente no primeiro ou depois, na continuação do contrato, mas nós tivemos problemas, sim. Nós tivemos problema naquela situação ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como é que conseguiram a contratação? Recorreram?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, parece-me... Eu não tenho... Se me perguntar exatamente como é que foi, eu só sei que recorremos à Justiça e tivemos um mandado judicial de que o contrato fosse celebrado conosco. Exatamente isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor foi o responsável técnico pela execução do contrato? O senhor já respondeu parcialmente a minha pergunta, mas para deixar registrado.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Deixando claro, o tipo de serviço prestado não era nada ligado à estrutura ou à estabilidade da ponte, coisa desse tipo assim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor emitiu alguma RT da obra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não recordo. Não recordo, só se consultar... eu poderia até ter esse documento, mas eu não recordo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode especificar para esta Comissão quais foram os serviços contratados?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, porque é assim ó... era exatamente isso: eu sei que a gente tinha equipamento, equipamento compondo ali, principalmente de compressores e tal pra fazer jateamento, enfim, mas esses serviços... a nossa... eu, particularmente - até porque depois existiam outros engenheiros -, eu não frequentava a obra especificamente lá, porque não era nossa atribuição... era comandar o serviço. Eu não lembro exatamente a modalidade, mas, enfim, eu sei que o nosso pessoal recebia determinação da equipe da ponte. Por isso, que eu disse no começo que eu não sei se essa equipe era de engenheiros do DER ou se era de alguma outra empresa que trabalhava em conjunto ali. Também não lembro disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de quem era o contato? Com quem o senhor mantinha contato na época?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, porque praticamente era muito... não tinha praticamente esse contato, principalmente porque nesse contrato previa a contratação de um engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra quem era o seu contato no DER na época?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, analisando o histórico da sua empresa, eu fiquei um pouco curioso. A sua empresa já tinha prestado algum serviço similar em manutenção ou reforma de estrutura metálica de grande porte?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Nós tínhamos feito um serviço no Porto de São Francisco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas era também de estruturas metálicas?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, era estrutura metálica, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Lá numa modalidade é hora/máquina, você alugava máquina e homens para jatear, enfim, também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor, como engenheiro, e, aí, me refiro à pessoa física, o senhor já tinha prestado esse tipo de serviço de engenharia antes? Rebitagem, jateamento e pintura em estrutura metálica?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Já, na ICC, em Criciúma, nós... mas não pela Vivenda, com outra parceria, nós fizemos a recuperação da TIM (?) módulo, de concentração de pirita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- O que era ICC?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ICC era a Indústria Carbonífera Catarinense. Ela tinha uma unidade de concentração de pirita em Criciúma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- ã-hã.

O SR. VILMA R TADEU BONETTI – Eles traziam o material mais puro para a sede ali em Imbituba. Eu como tinha participado da recuperação da estrutura metálica da ICC, lá no Sangão, em Criciúma... e, depois, então, foi em função desse que depois quando nós nos associamos à Vivenda (*ininteligível*), acabamos fazendo um trabalho similar no Porto de São Francisco. Depois isso nos deu atestado para participarmos da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- E, se nós solicitarmos, eu imagino que o senhor consegue apresentar a ART?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Se foi emitida, sim. Eu não tenho certeza se havia em função... porque, como eu me disse, eu não tenho certeza da modalidade do contrato pelo tempo que faz, exatamente do serviço. Evidente que se necessário era pela atenção do contrato, tem registro no Crea, sim; se não, não foi tirado, evidentemente, que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O senhor lembra se os serviços foram executados ou prestados integralmente ou parcialmente na Ponte Hercílio Luz?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu me lembro que eram medições que se fazia. O próprio engenheiro que tinha que... eles emitiam em conjunto com o pessoal da fiscalização os boletins e assim eram feitos os pagamentos. Eu não lembro, eu não lembro se... eu sei que depois, no final, não houve mais interesse, até em função de que estavam atrasados os pagamentos.
[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – E aí, isso mais conduzido pelo Sebastião, que cuidava mais da parte administrativa, não houve mais interesse nós continuarmos no, no... (*ininteligível*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor acompanhava os diários da obra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – (*Pausa*) Olha, muito pouco, porque, como eu lhe disse, não era... não era... Vamos comparar com outra modalidade, por exemplo, nós trabalhamos em conjunto na penitenciária de São Domingos, lá em Curitiba. Então, lá era obra. Lá você tinha o diário de obra, lá você tinha medição por parede levantada e tal. Então, isso aí, sim, era mais (*ininteligível*). Mas aqui, não. Aqui era um pouco diferente o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas como que eram feitas as medições então?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – O serviço era de... por exemplo, a nossa equipe se apresentava no local determinado, no canteiro da ponte, com a ferramenta, com o compressor, com os equipamentos de proteção, e os



engenheiros responsáveis pela ponte diziam: “Olha, hoje vocês vão jatear ou pintar aquela área ali.” Ou coisa parecida. Então eu não lembro se os serviços, na época, eles eram por serviço ou por também por hora/homem tal, enfim. É por isso que eu tenho essa dúvida, pelos trinta anos que fazem já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor não tem certeza, então, se eram confeccionados esses diários de obra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tem certeza?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro deles, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Alguma parte do serviço foi terceirizada?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Pela nossa empresa?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exato.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, não lembro. Acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra durante quanto tempo, durante o contrato, efetivamente foram executados os serviços?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, Deputado. Eu tenho aqueles números na cabeça da convocação e tal, 90, 91, 92, enfim, mas eu não sei lhe precisar exatamente quando começou e quando acabou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se houve algum tipo de interrupção durante o contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, sinceramente.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se foi necessário prolongar o prazo do contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se foi confeccionado algum relatório de execução da obra/serviço por parte da empresa Vivenda? E, em caso positivo, existe a possibilidade de disponibilizar uma cópia disso para esta Comissão?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu acho que não foi feito. Eu não tenho recordação nenhuma de eu, pelo menos, ter feito qualquer tipo de relatório nesse aspecto assim. Sei lá, não sei se o senhor se refere a um relatório de final de contrato, enfim, eu sinceramente não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Acompanhamento, auditoria, algo que possa nos auxiliar sobre os serviços que foram prestados pela Vivenda?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não tenho recordação disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E teve um termo de recebimento pelo menos ao final do contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu sei que o Sebastião andou... ele que negociou isso. Em função do não pagamento, chegou um momento em que não havia mais interesse em continuar. Eu não lembro. Acho que houve uma rescisão disso ou pelo menos uma interrupção de fornecimento e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A que o senhor se refere quando diz: “não havia mais interesse em continuar”? Porque existia um contrato, um contrato firmado com começo, prazo e serviços a serem emprestados.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, é porque, na verdade, como eram serviços que... que... não era assim: você fazer uma construção e terminar. Eu acho que o serviço da ponte era uma coisa... existia sempre empresas ali que faziam esse tipo de serviço continuamente. Então não era assim... você ganhava uma licitação por um ano. É, não lembro se, nesse tipo



de licitação, poderia se... se renovar. Eu acho que era mais ou menos assim. Então mas uma renovação... hoje, por exemplo, algumas licitações de empresas que eu trabalhei ultimamente, você faz o contrato, com serviço contínuo, você faz o contrato por um ano podendo renovar por mais três, mais quatro. Agora, essa renovação de mais um ano com serviço contínuo ocorreriam... hoje, por exemplo, ocorrem e ocorriam na época se houvesse interesse da empresa vencedora e também do órgão contratante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas houve uma interrupção no contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Houve, houve.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por quê?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Porque eles não tinham mais interesse na continuação dos nossos trabalhos e nós também não tínhamos interesse em função de que os pagamentos estavam difíceis de acontecer e tal...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por que eles não tinham interesse no trabalho na empresa?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Ah, Deputado, aí eu, sinceramente, não sei lhe responder. (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eles apresentaram algum descontentamento com o serviço prestado?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Talvez, talvez tenha sido isso. Talvez tenha... a justificativa talvez tenha sido em função até de que... era... Tanto é verdade que é uma continuidade que era assim, por exemplo, você ganhava o serviço e as pessoas que comandavam o serviço diziam assim: “Olha, contratem esse encarregado, contratem...” Entendesse? Porque eles conheciam o trabalho da ponte. Eles trabalhavam junto com eles e tal. E, a partir do instante que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu peço um momento. Esse barulho, senhor Presidente, é da sala ao lado?



(O senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira, responde fora do microfone: “É.”)

Ah, tá, perdão.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu estava dizendo que tanto é verdade que esses serviços eram contínuos na ponte que quando nós ganhamos o contrato ou tivemos o contrato determinado, a gente recebeu a orientação de contratar: “Olha, contratem o fulano, o beltrano que são encarregados e tal.” Então chegou... como eu lhe disse, esses nossos funcionários recebiam a orientação de proceder os serviços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Mas esses serviços executados eram descritos apenas nas notas fiscais?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Existia medições. Eu não lembro... é isso que eu estou dizendo: eu tenho dúvida. Eu não lembro se essa modalidade, mesmo sendo comandada pelo pessoal da ponte, era tipo por metro quadrado ou era por hora trabalhada e tal. Então é isso que... eu tenho essa dificuldade e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o escopo do contrato aberto? Não havia quantitativos, limites?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Que eu lembre não. Tanto que eu lembro, acho, que era por prazo anual ou coisa parecida, não era assim. Me parece, eu tenho dúvida nisso. Era: olha você tem que jatear mil metros quadrados ou coisa parecida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não havia esse quantitativo?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não havia quantitativo. Eu acho que não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E havia um plano de manutenção do Deinfra, na época, e era de conhecimento da empresa? Como é que funcionava isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu não tenho conhecimento disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sempre se refere ao que era solicitado. Quem era o contato do DER/Deinfra com o senhor?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não recordo. Muito pouco contato eu tive com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A quem o senhor se reportava em relação ao contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

A empresa do senhor era em Criciúma. Durante esse período como que foi? Foi feito um canteiro de obras? Onde que ficava?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Na cabeceira, do lado da Ilha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do lado da Ilha?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Isso. Do lado da Ilha existia ali uma construção que pertencia ao próprio DER, na época, ao próprio órgão estadual e que era cedido. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Nós éramos... nós fornecíamos alimentação. Ali me parece que tinha uma cozinha, enfim, ali que era o escritório, mas era cedido. Não era um canteiro de propriedade da empresa, era propriedade do órgão contratante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E do lado continental, tinha alguma coisa?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Que eu lembre não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor se lembra bem do canteiro?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, do lado de cá, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor se lembra bem que era no lado insular?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O senhor lembra as condições estruturais da Ponte Hercílio Luz à época, na década de 90? O senhor, como engenheiro, pode nos dar alguma observação?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, sinceramente, não. A parte estrutural nunca era discutida. O nosso escopo de serviço não era esse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, o senhor lembra do estado das rótulas que ficam na base das torres principais, os pilones? O senhor lembra de algum estudo ou avaliação específica sobre essas rótulas? Lembra se a Vivenda prestou algum tipo de serviço e manutenção para essas peças?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, porque, como eu lhe disse... é (*ininteligível*) de ser diferente e a gente não estava lá na obra, especificamente. Tinha o nosso pessoal transitando por ali, trabalhando, jateando, mas era por determinação de outras pessoas, não da gente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor chegou a transitar na obra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Muito pouco, muito pouco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E nunca chegou a observar nada em relação aos pilones?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nem pintura... O senhor não fez nada ali? Jateamento, pintura, troca de... nesses pilares principais?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Bom, aí eu não sei lhe precisar. Eu... a gente diz na ponte de uma maneira geral... A gente sabe que tinha-se, claro, o serviço de jateamento de pintura e tal, mas exatamente em que partes ou em que peças eu não posso lhe precisar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nunca ouviu nenhum comentário sobre as condições dessas partes da ponte?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sinceramente, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lembra se as condições estruturais da ponte denotavam a realização de manutenções periódicas? Era necessário isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, a gente sabia porque a gente acompanhava. Quando a gente estava fazendo serviço - como eu lhe disse, a gente prestou serviço lá no Porto de São Francisco -, a gente sabia que a ponte tinha empresas que faziam essa manutenção periódica. É, eu não sei se exatamente era a parte estrutural ou a manutenção pelo fato de ser uma estrutura metálica que necessitava de pintura, de jateamento, enfim, de alguma troca de algum parafuso. Mas nada que fosse, assim, da questão estrutural ou de cabo. A gente sabia que tinha cabo, a gente sabia que tinha essa situação toda, mas não era esse o escopo do nosso trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nenhum comentário? O que que o senhor ouvia?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom, e o senhor lembra de algum tipo de serviço que era realizado à época na Ponte



Hercílio Luz, inclusive por outras empresas concomitantemente, eventualmente, talvez?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lembra de alguma...?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, Deputado, sinceramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra de nenhuma empresa que trabalhava também relacionada à Ponte Hercílio Luz?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra como funcionava a fiscalização, a supervisão dos serviços pelo Estado? A supervisão do Deinfra? O senhor lembra como eram feitas?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Na estrutura que eles tinham deles eu não... não... não... nunca tive contato, assim, que pelo menos me permitisse hoje recordar de como que era e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra que existia um fiscal responsável?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Tinha que existir porque, como eu lhe disse, o nosso pessoal começava às 8h. Eles lá recebiam orientações do que fazer exatamente na ponte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – *(Ininteligível)* era nossa, por isso que imagino que tinha essa estrutura, evidentemente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era só um fiscal? O senhor lembra disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro, não lembro, não sei.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E, ao final da execução do contrato, ainda existiam serviços necessários a serem realizados na ponte?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É... sim, porque eles eram serviços contínuos, né. Para você manter uma estrutura, nesse tipo de serviço, de manter a pintura dela e coisa parecida, sinceramente precisava - eu acho até - mais serviço do que a equipe que se tinha, porque era uma estrutura muito grande. Vamos supor que você fosse manter especificamente o jateamento e a pintura dela, por exemplo. É uma coisa muito grande, né, desde cima até embaixo, não tinha como... Então isso era um serviço contínuo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra quais foram as empresas que seguiram esse trabalho? Qual foi a empresa que continuou prestando serviços após a Vivenda?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não. Eu apenas recordei quando recebi a convocação... não a convocação, mas uma matéria que saiu ali num *site*, acabei lembrando da Roca porque estava ali. Mas se o senhor me perguntasse isso antes de eu ser convocado, eu, sinceramente, nem isso lembraria, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E depois de lembrado o nome da Roca, o senhor lembra algo sobre a empresa? Lembra o que...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu acho que nós sucedemos a Roca. E aí acho que tivemos... é... uma tentativa desclassificação e tal, enfim. Mas eu não tenho, assim, detalhes disso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os certames de que vocês participaram então foram com a Roca?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, foi... acho que com mais empresas. Eu acho que haviam mais empresas participando da licitação. Pegamos o edital, olhamos, temos a documentação, temos o atestado, vamos participar aí da licitação. Tínhamos feito serviço – eu, particularmente - em



Criciúma, depois a Vivenda no Porto de São Francisco. Não, vamos fazer na ponte também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E foi requerido ou solicitado a execução de outros serviços que não estavam originalmente no contrato? Houve alguma mudança nos projetos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não recordo, não recordo, porque não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nunca lhe foi pedido para fazer algum tipo de serviço?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Que eu lembre, não; que eu lembre.. eu não recordo disso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom, então, o senhor não se recorda. O senhor não sabe dizer se algum serviço extraordinário foi realizado, se foi firmado algum contrato aditivo? O senhor lembra disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Serviços extraordinários, não. Lembro assim em termos não de serviço, mas em termos de horas e tal, isso existia, né, mas como eu disse, é... quando começava um serviço, imagino que teria que terminar, pelo menos naquele dia.

Então existiam horas extraordinárias que eram pagas e tal. Por isso que me... me... me conduz à dúvida, porque se você observar... me lembro que na folha, você tinha assim: o salário do cara, depois a hora extra e tal. Então, se fosse o serviço - agora que eu tô tentando recordar um pouco aqui -. se fosse o serviço feito pelo serviço em si, não haveria pagamento lá da folha das horas extras. É porque também havia alguma modalidade de hora/máquina, hora/homem, fornecido e tal por isso e tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se foi firmado algum aditivo?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra de aditivo nenhum?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lidava com essa parte também?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Hum... quase nada. A parte de documentação, a parte legal, a parte de contrato e tal era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas era o senhor que fazia isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ...direto com o Sebastião, tocado praticamente... ele que cuidava disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor Sebastião é contador. Quem fazia os orçamentos e...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, sim... Não, sim... sim

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu imagino que tenha sido o senhor?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, fazia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então era o senhor que fazia as propostas? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke.*]

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – (*Pausa.*) Sim. Quando... outras obras, por exemplo, o Senai de Jaraguá do Sul, por exemplo, quem pegava o projeto, quem orçava e quem chegava a determinar um preço para participar da licitação era passado por mim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então se era o senhor que fazia o orçamento, o preço, o senhor também teria noção de aditivos e valores para aditivos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, mas, como eu lhe disse desde o início, a minha dúvida era exatamente na modalidade do serviço prestado,



porque se ele se referia, por exemplo, a hora/homem e tal, era mais uma questão contábil do que exatamente uma questão de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Passava por mim, mas eu não me recordo de aditivo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor como engenheiro, como quem fazia o orçamento, como o responsável técnico, o senhor sabe me dizer mais ou menos qual era o tamanho da equipe que o senhor disponibilizou para esse contrato?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sinceramente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não sei se o Sebastião tem alguma folha de pagamento ainda, alguma coisa. Mas depois que acabei me desligando da empresa, (*ininteligível*) ficou toda na empresa, eu não tenho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Falando em empresa, o senhor era sócio, então, suponho que se fosse firmado algum aditivo, algum acréscimo de serviço o senhor, claro, seria informado.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Acredito que, sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Acredito, não, na verdade, sim. Temos um bom relacionamento, sem problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tinha um bom relacionamento?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então planejavam e executavam a empresa juntos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor saberia disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Saberia, talvez... O que eu lhe coloco, é que em função do tempo, talvez eu não tenha, talvez, não, não tenha mais essa certeza das coisas. Se teve um aditivo, dois ou três, eu não vou saber te responder, sinceramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor saberia, por exemplo, de um segundo termo aditivo no valor de Cr\$ 15 milhões firmado apenas quatro dias após o contrato originário?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, não lembro disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O contrato assinado pela Vivenda era de Cr\$ 304 mil e quatro dias após foi assinado um termo aditivo no valor de Cr\$ 15 milhões. O senhor sabe algo sobre isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, sinceramente não recordo disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não recorda?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, não recordo disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas saberia como sócio?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Deveria saber, eu acho. Se fosse talvez...nada que se fosse, na oportunidade, na época, claro que saberia. Com certeza, passaria por mim também. Apenas não estou relembando, não lembro do valor, se teve aditivo, sinceramente, não lembro disso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É um aditivo de cinquenta vezes o valor originário.



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Como eu lhe disse, sinceramente não lembro disso. Também não haveria nenhum motivo - se o senhor está dizendo isso é porque o senhor tem documento -, não haveria nenhum motivo para dizer que não lembrasse. Lembro, eu poderia ter uma explicação, mas eu sinceramente não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Até porque é um fato extraordinário, né?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Claro, exatamente isso. Se fosse uma questão de..., Vou ver se consigo deixar mais claro, evidente que se o senhor está me perguntando isso, o senhor tem documentos que eu não me recordo e não haveria por que, se eu lembrasse do fato, não dizer ao senhor que existia e ter uma explicação para isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Até porque valores, como o senhor mesmo alegou, eram com o senhor, orçamentos de obras.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Passava, sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, o senhor deveria saber, claro.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Deveria saber, claro. Com certeza, deveria saber na oportunidade, só que eu não estou lembrando hoje do fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas qualquer termo aditivo em relação à obra, como é um critério mais técnico, passaria pelo senhor ou deveria passar pelo menos.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Deveria, claro, lógico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É o senhor que definiria o valor, o serviço?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não exatamente definiria sozinho, mas certamente...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu digo porque como há um aditivo, existe um serviço a mais a ser prestado. E quem define os serviços e os valores...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não seria o termo assim, define, mas certamente seria combinado junto, evidentemente que, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor não se lembra disso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não era de praxe da empresa firmar aditivo logo após a assinatura de um contrato originário?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, me surpreendeu até essa recordação porque eu não lembro disso, não. E não sei o motivo que houve isso. Sinceramente, não sei. Se voltássemos a ter acesso a documentos, talvez eu pudesse até lembrar, mas não sei do que se trata, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quem assinava pela empresa era apenas o Sebastião?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Como eu lhe disse, o Sebastião, na verdade... a empresa era do empresário Sebastião. A minha inclusão foi exatamente porque nos queríamos ir pra construção civil, como engenheiro e tal. Daí, com algumas dificuldades, acabamos fazendo outros serviços...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o Sebastião tinha algum preposto?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu não quero me referir aqui em questão de responsabilidade, quero me referir em questão do dia a dia, da parte de contrato, era realmente o Sebastião que tocava. Mas evidente que se éramos sócios, tínhamos a mesma responsabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas quem assinava os termos era só o Sebastião?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Bah, Deputado, e agora? Agora, sinceramente eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra se existia algum procurador, alguém que assinava...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Que eu lembre, não; que eu lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Senhor Vilmar, o senhor entrou na sociedade em 1988, assumindo a gerência técnica. Nesse período de setembro de 90 a janeiro de 92, a empresa recebeu recursos do Deinfra pela manutenção justamente da ponte, sendo que em maio o senhor saiu da sociedade...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Em maio de?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De 92, o senhor saiu em maio de 92 e ficou até janeiro de 92. O contrato foi até janeiro de 92 com a ponte e o senhor saiu em maio de 92. Isso é mera coincidência?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É mera coincidência, com certeza. Saímos em função exatamente das dificuldades. Nós passamos naquele período problemas financeiros e, aí, não tinha... Eu casado, então, tive que procurar outra maneira de tocar minha vida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de alguma má vontade ou alguma obstrução por parte do Deinfra, do Estado em fazer os pagamentos?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim. Eu sei dizer que haviam atrasos. Eu não posso colocar aqui se era má vontade ou coisa parecida, né? Mas haviam problemas e depois, inclusive, quando nós acabamos fazendo amigavelmente um acordo de eu sair da empresa, o Sebastião ficou com créditos... depois fui seguir minha vida. E eu sei que ele acionou judicialmente algumas situações e disse até há bem pouco tempo que tinha alguma coisa, não sei se exatamente do Deinfra só, mas que tinha coisa pra receber ou tava recebendo. E eu fui tocar minha vida, fui para outro caminho e toquei a



situação assim. Mas era difícil, era dificuldade, sim. [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Para finalizar, o senhor se lembra de um contrato assinado para a manutenção da Ponte Hercílio Luz e lembra de quantos aditivos? O senhor lembra da quantidade?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não. Eu lembro que nós fizemos serviço na Ponte Hercílio Luz, mas não lembro, sinceramente, dos aditivos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não. Não lembro. Aditivos... É porque esse que o senhor falou inicialmente me surpreendeu realmente, assim, pelo menos, eu não lembrava. Se fossem contratos, por exemplo, que pudessem ser renovados - e eu não lembro exatamente se era para um ano, ou se era renovado por mais dois, ou se era renovado indefinitamente -, evidente que quando haveria essa renovação poderia haver uma repactuação ou aditivo ou coisa parecida. Mas eu, sinceramente, não me lembro disso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, por fim, o senhor teria alguma informação relevante ou impressão que queira compartilhar com esta Comissão?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, Deputado. Depois que eu saí dali logo nos anos seguintes... o senhor até me colocou que foi esse rompimento mais ou menos, isso foi coincidência apenas exatamente em função do que eu lhe falei. Eu fui tocar a minha vida e o Sebastião continuou tocando a Vivenda e tal. Então, eu não acompanhei mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Vilmar, muito obrigado.

Eu me dou por satisfeito, Presidente.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados. O senhor Deputado Jessé Lopes com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Boa noite, senhor Vilmar.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Boa noite, Jessé.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Você falou que teve que entrar com um mandado judicial para conseguir, né, que estava tendo...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Alguma coisa assim. Eu não sei exatamente qual foi a figura ali legal, se foi mandado de segurança, eu não sei exatamente, mas houve algum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E quem assumiria ali seria a Roca?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Me parece que sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Daí você pegou o lugar da Roca e, depois, a Roca, quando vocês desistiram, entrou. Você acha que teve alguma forma de eles forçarem a desistência de vocês para que se retornassem os trabalhos com a Roca? Depois quando a Roca assumiu tu sabes se teve uma nova licitação ou eles assumiram sem licitação?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, Deputado, eu não posso dizer isso para o senhor, porque eu nunca tive contato desse tipo de conversa, desse tipo de negociação. Eu, sinceramente, sabia que a Roca prestava serviço antes, eu não sabia quanto tempo tava ali também. E também nem sei lhe informar, porque como eu disse, quando eu saí da empresa fui cuidar da minha vida, não sei se depois ela retornou ou tal, ou coisa parecida. Pelo menos que eu recorde nunca houve nenhum tipo de conversa tentando tirar nesse aspecto: “Não, vamos sair, porque vamos negociar com outros e tal”. Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Você acompanhava as fiscalizações diárias? Era você?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não. Não, até por que, como eu lhe disse, no contrato previa a contratação de um engenheiro que ficava aqui exatamente. Então, eu vinha... pagamento, vinha... cuidava de outras coisas lá em Criciúma e tal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Por mim (*ininteligível*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados. Deputado Sargento Lima com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Boa tarde, senhor Vilmar.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Tanto o senhor quanto o seu Sebastião disseram que houve um aproveitamento de vários funcionários que já tinham experiência quando a Vivenda começou a trabalhar ali, quando começou a exercer suas funções ali que estavam prescritas no contrato. Desses funcionários da Roca, o senhor se recorda se foram utilizadas mão de obra de funcionários que trabalhavam para a Roca dentro da Vivenda para prestar esse serviço? E se dentre algum deles ali havia um engenheiro.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Com certeza tivemos funcionários que trabalharam na empresa anterior que era a Roca...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – A Roca.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Exatamente. Havia recomendação, porque esse pessoal conhecia mais da ponte eu acho o encarregado, o jateador e tal. O engenheiro eu não lembro exatamente se ele veio da Roca ou se foi contratado por exigência do contrato, mas esse eu não sei se veio da Roca especificamente. Eu sei que tinha um encarregado, só não recordo nomes, mas, assim, tinha uma pessoa muito experiente, eu não recordo o nome dele, que tinha uma função mais ou menos de encarregado ali da



equipe nossa e tal. Essa pessoa eu lembro que ele... acho que até ele tinha um filho, eu acho que... esse eu lembro que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E o filho trabalhava...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ... foi recomendada a contratação dele por essa equipe que nos fiscalizava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Porque basicamente o serviço ali era só o jateamento, o rebite e a pintura. Basicamente isso?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, basicamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Então não é uma equipe tão grande, né?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – É... eu não lembro o número de pessoas, mas não era assim uma coisa muito grande, não. Claro que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Se o senhor pudesse dizer...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ... se nós hoje... me surpreendeu até... me assustei, né, quando você disse: “Ah, era 300 aí teve um negócio de 15 milhões.” Pensei se é hoje dá uma coisa, né (*ri.*). Eu sei dizer que o contrato não era grande coisa não. Sei dizer que era um contrato que não nos dava muito lucro, inclusive, aí com o pouco da falta de pagamento e tal, aquilo começou a nos desencantar realmente por causa disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – E bem certo que o senhor estava em Criciúma, né, e depois posteriormente no Porto de São Francisco também e...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, no Porto de São Francisco foi antes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Foi antes, tá. E mesmo assim não permanecia durante todo o tempo aqui em Florianópolis?



O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Mas alguém participou, que eu digo, da seleção desses funcionários da Vivenda aqui?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Isso era encaminhado: “Ó, precisamos de um jateador.”. A gente chamava e encaminhava exatamente para essa equipe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Só para eu concluir a pergunta.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Se o senhor pudesse dizer, qual a porcentagem desse grupo aqui que era advindo da Roca?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não tenho, não me recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Porque precisavam de experiência, são pessoas que fazem um trabalho específico.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Sim, sim. Não recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Não recorda?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Não recordo. Porque é exatamente isso, eles eram serviço...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Mas alguns deles vieram da Roca?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ... eu não sei lhe precisar quantos anos antes se fazia esse trabalho, mas era um serviço contínuo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – ã-hã.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – Eu imagino que... eu fiz uma comparação primeiro. Por exemplo, hoje, o serviço contínuo... Eu fiquei um bom período, agora, ultimamente da minha vida cedido para a Casan. Eu sou hoje engenheiro de um serviço municipal de esgoto e eu fiquei cedido para a



Casan bastante tempo. Acabei como superintendente da Casan lá em Criciúma, agora acabei sendo exonerado. Então, por exemplo, – só fazendo uma figura para que a gente consiga se entender – o serviço de manutenção, por exemplo, da rede de esgoto era um serviço licitado que permitia a renovação por mais três, quatro anos, mantendo os valores evidentemente (*ininteligível*). Então, se eventualmente outra empresa entrasse é natural até que aquela equipe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Toda equipe?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI – ... que acabasse sendo absorvida, porque conhecia já o serviço, o que aconteceu na ponte era mais ou menos nessa mesma linha ali, não era por, que eu lembre, pelo menos, não era por... Por exigência ou por obrigação, era cômodo para nós fornecer o pessoal que... e era cômodo para quem... [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O mesmo serviço?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Perfeitamente, o mesmo serviço, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Jerry Comper. Não há manifestação. Com a palavra o Deputado Fernando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Muito boa-tarde, senhor Vilmar.

Senhor Vilmar, muito rapidamente, até o Bruno fez alguns questionamentos que eu teria aqui também. Obrigado, Bruno.

Qual percentual o senhor tinha na empresa, junto com o senhor Sebastião, na sociedade?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não recordo, sinceramente, eu não recordo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k. Além disso, o senhor não consegue recordar se a assinatura era isolada do seu Sebastião, se ele assinava isoladamente para a empresa?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não, eu lembro que assinei documentos também, eu não sei se... se exatamente todos, mas eu lembro que eu também assinava alguns documentos. Eu não lembro... o contrato eu não lembro se havia a necessidade da minha assinatura ou só do Sebastião e tal, mas, de qualquer maneira, nós tínhamos uma sociedade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Só um questionamento que talvez ficou na cabeça de muitas pessoas: o senhor reconhece essa assinatura que está ao lado do nome do seu Sebastião? *(Mostra documento com assinatura ao depoente.)*

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não. Não, aqui não tem... deixa eu ver, aqui não tem nenhuma minha. Não, não reconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k. E, além disso...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: "Nem nas testemunhas?")

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Hã?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Nem na testemunha ?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – E, além disso, o senhor lembra que na parte administrativa da empresa o seu Sebastião fazia essa parte contábil? A parte administrativa tinha alguém que era muito ligado a vocês, um braço direito da empresa que fazia toda a parte administrativa que pudesse exercer essa função?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — A empresa era muito pequena.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Ah, era uma empresa...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Em termos de estrutura administrativa e tal, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – Por ser pequena o senhor lembraria se tivesse alguém...

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Tínhamos lá no escritório uma secretária, o Sebastião, eu e mais uma pessoa que era... que faz tudo, o Paulino, tal. Basicamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k. Qual era o nome da pessoa?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Paulino Parente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING – O.k., então. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Vilmar, eu vou fazer duas ou três perguntas a vossa senhoria.

Havia confiança mútua entre o senhor e o seu Sebastião?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Até hoje, somos amigos até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se eu lhe mostrasse a assinatura do senhor Sebastião, o senhor reconheceria?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — ã... a assinatura... Eu não sei se reconheceria exatamente, mas sei a assinatura dele como é que era mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Ele não reconhece essa como sendo do seu Sebastião.



O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Hã?

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Cadê a carteira do seu Sebastião? *(Pergunta para a assessoria.)*
(Pausa.)

Essa aqui é do seu Sebastião? *(Mostra documento com a assinatura.)*

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não, com certeza não. Nunca vi essa assinatura dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Essa aqui é do seu Sebastião? *(Mostra outro documento com uma assinatura.)*

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Mais parecida. Era mais ou menos nesse estilo, agora eu não sei exatamente... Eu não posso identificar, dizer que é a dele, aquela com certeza não é. Essa aqui ainda é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – É a mais provável.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Não lembro exatamente da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Essa é a assinatura que consta na Carteira de Identidade dele?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Exatamente. Mas tem, tem uma, uma... é... agora se, se era exatamente *(ininteligível)* a mesma, eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor diz que esta é parecida? *(Mostra documento.)*. Mas esta com certeza não é?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Essa com certeza, que eu saiba não é, não. Nunca vi essa assinatura pelo menos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Devolve ao Deputado João Amin. *(Pede para entregar o documento ao Deputado João Amin.)*

E, por último, quero perguntar para vossa senhoria se na empresa tinha alguém autorizado a assinar contratos em seu nome ou em nome do seu Sebastião?

O SR. VILMAR TADEU BONETTI - Não recordo, acho... acho que não, assim, que eu recorde não, sinceramente eu não... não tenho essa lembrança, até porque, como eu lhe disse, da equipe nossa, interna ali, eram três, quatro pessoas, eu saberia disso. Entendesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k. Eu me dou por satisfeito.

Senhores Deputados, não havendo mais quem queira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Sobre *(ininteligível)* a CPI, não a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não, com relação ao senhor Vilmar não tem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O.k. O senhor vai finalizar a reunião agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Como?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Vai finalizar agora *(ininteligível)*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não, não, não vou finalizar, vou dispensar o senhor Vilmar.

Senhores Deputados, não havendo mais quem queira fazer pergunta ao senhor Vilmar, eu agradeço a presença de vossa senhoria na noite de hoje. Muito obrigado pelas informações e vossa senhoria está dispensado.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito obrigado.

O SR. VILMAR TADEU BONETTI — Boa noite e obrigado.

(O senhor Vilmar Tadeu Bonetti se retira do recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados... Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, devido à nossa dinâmica de trabalho, eu gostaria de requerer a vossa excelência os contratos da Roca e da Engecert ainda pela manhã no meu gabinete, para que eu possa preparar alguma coisa para a reunião das cinco da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado João Amin, vamos dar aqui uma sugestão para entrarmos num acordo. Não há possibilidade de sair da sala documentos que não estejam rubricados e numerados, mas vossa senhoria pode mandar a sua assessoria para, na sala, fazer a vistoria, como está sendo feito no Deinfra. A sala fica à disposição de vossa excelência para que os seus assessores possam estar lá verificando os documentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – A partir de agora então? Normal, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na verdade a sala sempre esteve à disposição, os Deputados estiveram lá diversas vezes, os próprios senhores assessores estiveram lá. É só ir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — A minha assessoria tem ido com bastante frequência lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A partir de amanhã de manhã, Deputado João Amin. Muito obrigado pela compreensão.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER – Senhor Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhor Deputado Jerry Comper.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER - Amanhã pela manhã nós não temos Finanças, certo? Fica mantida a CPI às 17h?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Às 17h.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não tem como, aliás, nós temos que conversar, porque são seis testemunhas.

(O senhor Deputado João Amin fala fora do microfone: “Mas se houver concordância das testemunhas virem de manhã, das 10h ao meio-dia...”.)

(Os senhores Deputados Bruno Souza e João Amin manifestam-se fora do microfone. Inaudível.)

É difícil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JERRY COMPER - É, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos fazer o seguinte, senhores Deputados.

Eu convido vossas excelências para uma conversa informal amanhã por volta de onze e trinta da manhã para podermos deliberar sobre a dinâmica da tarde, porque se levarmos em conta que está levando uma hora cada um, serão seis horas de duração.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a ser deliberado, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado e boa noite para todos.
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



**ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS
OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE,
REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE
REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, muito boa-tarde. Quero também cumprimentar todas as senhoras e todos os senhores telespectadores da TVAL, as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, bem como todas as senhoras e todos os senhores que se fazem presentes na reunião de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato da Presidência nº 0030. A reunião de hoje, na verdade, serve para dar continuidade à inquirição das testemunhas.

O Deputado Jerry Comper não pôde se fazer presente, eu recebi ofício de sua excelência, e indicou o eminente Deputado Volnei Weber para fazer parte. Seja bem-vindo.

No dia de hoje, conforme decisão unânime desta Comissão, foi transferida para quarta-feira da semana que vem, às 17h, a ouvida das testemunhas: do



senhor José Luiz Piccoli e da senhora Cristiane dos Santos Piccoli. Foi feita a devida comunicação ao procurador.

Levo ao conhecimento de vossas excelências que recebi *e-mail* da empresa Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. informando que a documentação solicitada foi integralmente apresentada no dia 16/4/2019 pela empresa Prosul Projetos Supervisão e Planejamento Ltda., líder do Consórcio Prosul/Concremat.

Despacho o presente *e-mail* ao Relator da matéria, Deputado Bruno, para verificar se há satisfação no recebimento da documentação ou não, e que seja esta Comissão cientificada de tal.

Também recebi ofício do senhor Secretário de Estado da Infraestrutura, senhor Carlos Hassler, aliás, do Secretário Adjunto, senhor Pedro Luiz, assinando o ofício em nome do senhor Secretário, no qual afirma que, referente ao ofício quanto à documentação, estão todos eles em CD. Também despacho para o Relator da matéria para verificação se o que consta no CD satisfaz sua excelência.

Também recebi do Crea ofício fazendo referência à documentação. E também despacho ao Relator da CPI para verificar se há satisfação ou não quanto à solicitação ao Deinfra (*sic*).

Hoje temos a ouvida de três testemunhas, que são o senhor Roberto Ozorio de Almeida, o senhor Raul Ozorio de Almeida e o senhor Paulo Procopiak de Aguiar.

Os três estão presentes?

(*Os três depoentes levantam a mão.*)

Por gentileza, eu convido para fazer parte desta mesa o senhor Paulo Procopiak de Aguiar e solicito que o senhor Roberto Ozorio de Almeida e o senhor Raul Ozorio de Almeida aguardem a chamada no gabinete da Coordenadoria das Comissões, por gentileza, onde serão bem recebidos e ficarão lá aguardando a chamada.



(Os depoentes Roberto Ozorio de Almeida e Raul Ozorio de Almeida se retiram do recinto.)

O senhor Paulo Procopiak de Aguiar se faz acompanhado de um procurador.

Senhores Deputados, vamos dar início.

Senhor Paulo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Pela ordem, com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tenho um ofício através do qual solicito que seja requisitado ao Poder Judiciário o processo judicial ajuizado pela empresa Vivenda Construção e Incorporação mencionado nos depoimentos prestados na data de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Está deferido o pedido do Deputado João Amin e solicito à assessoria que faça o expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Senhor Paulo Procopiak de Aguiar, o senhor recebeu um ofício de convocação para, na qualidade de testemunha, vir prestar informações quanto à CPI da Ponte. O senhor tem consciência disso?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – *(Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor pode chegar um pouco mais perto [do microfone], por favor. É melhor.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Sim, recebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor pode ficar calado, se desejar.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos e do que lhe for perguntado?



O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sim.

O seu procurador pode lhe instruir, mas não vai ter direito a palavra. Perfeito?

(O senhor Paulo Procopiak de Aguiar gesticula que sim com a cabeça.)

Se o senhor desejar ter instrução do seu procurador, não há qualquer óbice, esta Comissão lhe franquia, mas ele não poderá fazer qualquer tipo de manifestação ou gesto de aprovação, ou gesto de descontentamento, ou desaprovação.

Mas eu gostaria que o senhor procurador, por causa da ata da taquigrafia, falasse no microfone seu nome completo, o número da OAB e se é de Santa Catarina ou não, e o endereço do escritório. Por gentileza.

O SR. JOÃO RICARDO CUNHA DE ALMEIDA – Perfeito.

Meu nome, senhor Presidente, é João Ricardo Cunha de Almeida, sou inscrito na OAB de Santa Catarina sob o número 33.707 adicional, minha inscrição originária é do Paraná, 11.475, meu escritório situa-se na Avenida Cândido de Abreu, 660, 16º andar, Centro Cívico, Curitiba/Paraná, e sou titular do escritório Cunha de Almeida, Hollanda & Monclaro Advogados Associados. E estou ao dispor também de vossa excelência e da Comissão se preciso for.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Eu peço à assessoria que forneça ao senhor Paulo um bloco e uma caneta para que, se eventualmente vossa senhoria precisar, possa fazer uma anotação.

(Procede-se à entrega ao senhor Paulo Procopiak de Aguiar de um bloco de anotações e de uma caneta.)

Temos em mão aqui fotocópia autenticada da identidade e do CPF do senhor Paulo Procopiak de Aguiar.

Senhor Paulo, por primeiro o Relator da CPI, Deputado Bruno Souza, vai lhe fazer as perguntas que entender necessárias...



O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor vai responder, nós não vamos interferir nas suas respostas. Esta audiência está passando ao vivo, está sendo gravada e evidentemente depois vai fazer parte da ata conforme a presença dos taquígrafos da Assembleia Legislativa no dia de hoje aqui.

Então... mas antes gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço residencial para que ficasse registrado.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Meu nome completo é Paulo Procopiak de Aguiar, eu nasci em 2 de fevereiro de 1941, resido em Curitiba, à rua Frida Oertel nº 500.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Satisfeito, Deputado Bruno? Vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Boa tarde, senhor Paulo.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Agradeço a sua presença. O senhor foi convidado a vir nesta CPI porque fez parte do quadro societário da empresa Roca e hoje, esse é o nosso primeiro contato, nós vamos falar especificamente sobre os questionamentos relativos aos anos de 1980 a 2000. Numa outra oportunidade talvez conversemos sobre o outro período. Mas, de qualquer forma, hoje nós vamos falar sobre os contratos firmados em 1980, em 1986, em 1992, em 1994, em 1996, em 1999. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Então agradeço a sua presença e acredito que ela pode ser muito útil para que nós possamos esclarecer um pouco da história da nossa, desta obra e do objeto desta CPI.

Senhor Paulo, o senhor era sócio da Construtora Roca na época dos contratos firmados com o DER para manutenção da Ponte Hercílio Luz?



O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Veja, eu fui sócio da construtora Roca até 1988. Há pouco mais de 30 anos atrás, deixei de ser sócio, mas eu era apenas cotista, não tinha nenhuma atuação na gestão, digamos. Então eu não sei lhe responder isso, porque é uma coisa de mais de 30 anos. Eu fui sócio, em 1988 eu vendi as minhas cotas para os então meus sócios e me afastei da companhia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor era o sócio fundador?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Olha, a gente tem que buscar lá atrás, mas eu acho que não. Eu acho que o sócio fundador da construtora Roca foi o doutor Roberto Ozorio de Almeida, que vem a ser falecido, pai dos doutores Roberto e Raul que aqui estão e que era um engenheiro muito conhecido no Brasil inteiro nesta área de estruturas metálicas e era muito amigo de meu pai, que inclusive foi Secretário de Estado aqui em Santa Catarina, foi professor catedrático.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor então não confirma que era sócio fundador?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Não, veja bem, eu não posso lhe confirmar. O que eu sei é que a empresa, posteriormente, a Roca já existia, depois foi incorporada, eu fiquei um tempo lá e depois saí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E já existia com o nome Roca?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Acredito que com o nome Roca. Talvez o doutor Raul e o doutor Roberto possam esclarecer isso melhor do que eu, mas eu não tenho segurança com relação a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor fala que era só cotista, mas o senhor tinha a maior cota da empresa, tinha 31,52% da empresa.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Certo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quando o senhor se desligou da empresa? Para registro.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Foi em 1988. Se não me engano, em setembro de 1988.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual era a sua função, à época, na empresa? O senhor possuía algum poder de gerência, de mando à época da sua participação no quadro societário?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Olha, do tempo todo de participação do quadro societário, a empresa foi conduzida pelos meus sócios. Eu não participava de decisões sobre contratações, sobre preços ou coisas dessa natureza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor não participava, de forma alguma, da gerência da empresa?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR - Não, não. Evidentemente, eu recebia informações de uma maneira bastante informal, etc., mas eu não participava da gestão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas de atos administrativos o senhor não se recorda de ter participado?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Não me recordo de ter participado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o responsável técnico era o senhor também?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Não, eu acredito que os responsáveis eram dois, o doutor Roberto Ozorio de Almeida e o doutor Raul Ozorio de Almeida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra qual foi o primeiro contrato firmado como o Estado de Santa Catarina para a manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não tem recordação?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR – Não, nunca tive contato com este contrato, não tenho nenhuma informação a respeito dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas sabia que eles existiam?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Sabia que a empresa trabalhava com a Ponte Hercílio Luz, isso eu sabia, mas não tinha nenhuma informação detalhada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu digo isso porque a empresa firmou diversos contratos com Estado desde o ano de 1980. Então se o senhor saiu em 1988, o senhor ficou presente 8 anos enquanto a empresa tinha contratos com o Estado. E relativo a isso, o senhor não lembra de nenhuma dessas contratações durante esses 8 anos?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Veja, eu era sócio cotista de uma pequena empresa e não participava da gestão da empresa. A empresa era uma empresa especializada em estruturas metálicas. Era uma empresa, pode-se assim dizer, uma pequena empresa, crescendo, e que se baseava fundamentalmente na capacidade técnica do doutor Roberto Ozorio de Almeida, já falecido, e dos dois filhos dele.

Eu sou engenheiro, posso conhecer alguma coisa da minha profissão, graças a Deus, mas certamente não entendo nada de estruturas metálicas. Sei que a empresa participava de licitações, ganhava e perdia. Sei que trabalhou, por exemplo, com a rede ferroviária, sei que trabalhou com diversas indústrias, ou seja, sei que ela tinha uma vida ativa participando do mercado, ganhando e perdendo obras. Mas detalhes, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No caso da Ponte Hercílio Luz, o senhor lembra quais foram os serviços contratados?



O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, não sei quais serviços foram. Me lembro que eles trabalhavam aqui, que tinham, mas eu não sei exatamente qual serviço. Reforço... imagino que fossem essas coisas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra se era serviço de manutenção, conservação ou se envolvia somente jateamento, pintura e rebitagem?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, não posso lhe dizer com exatidão, porque eu nunca lidei com esses contratos. Agora, vamos dizer assim, o que eu imagino é que numa obra como essa deveria ter provavelmente jateamento, deveria ter pintura, deveria ter reforço da estrutura, deveria ter, talvez, substituição de peças e coisas desse tipo.

Eu me lembro que numa ocasião - comentou-se muito aqui em Santa Catarina - que um dos olhais da ponte estava aberto. Isso até... também nem sei se a Roca foi trabalhar nisso ou se outra empresa ganhou a licitação, mas era o assunto comentado assim, *en passant*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor também, como maior investidor da empresa, já que tinha a maior parte das cotas, o senhor provavelmente sabia que nos contratos, sabia se nos contratos existiam quantitativos, se existiam quantitativos pré-definidos para cada objeto, ou se o contrato era aberto, genérico, já que o senhor era o maior investidor. O senhor tinha essa noção, se os contratos eram abertos, se eram genéricos ou se existam quantitativos?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Olha, como investidor, não era minha função, por exemplo, ir examinar os contratos. Aí eu teria que ser gestor. Como investidor, eu sou hoje conselheiro de outras empresas etc., eu tenho determinadas atribuições e, evidentemente, eu avalio o comportamento da empresa em função dos resultados que apresenta e da qualificação dos seus técnicos.

Eu tenho, os meus sócios, os meus antigos sócios têm excelente conceito técnico, pessoas muito íntegras etc., e sempre tive muita confiança neles. Então nunca me ocorreu que eu fosse examinar qualquer coisa que eles estivessem



fazendo para verificar se estava correto ou não. Agora, nas obras de engenharia você tem várias formas de contratação.

Você tem várias formas de contratação, por exemplo, em que você tem uma série de quantitativos e de preços unitários. Você tem contratações em que você tem que ter preços globais etc. Imagino que isso são coisas conhecidas, aplicadas de modo geral nas contratações de obras de engenharia. Não tenho conhecimento de que tem tido alguma coisa, assim, diferente no caso dos contratos da Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor fazia parte do quadro societário e não acompanhava, na verdade, a execução da obra. E, por acaso, o senhor conhece o engenheiro Ricardo Procopiak Saporiti?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — O Ricardo Procopiak Saporiti é meu primo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele é seu primo.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque o engenheiro Ricardo Procopiak Saporiti era servidor do DER à época, participou da reunião no dia 13 de novembro 1984, quando o senhor era membro do quadro societário, realizada no DER e que tratava do cronograma físico e financeiro da obra de recuperação da ponte. Algum órgão de controle já questionou este vínculo de parentesco entre o senhor e um servidor do DER à época que participava da elaboração de cronogramas físico-financeiros das obras de recuperação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Olha, eu estou tomando conhecimento dessa informação pelo senhor. O meu primo, eu tenho muito pouco contato com ele. Ele mora aqui e eu moro lá em Curitiba, e eu nunca tive qualquer tipo de contato profissional com ele. E eu estou tomando conhecimento disso pela sua palavra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca foi questionado, porque o senhor é primo de um servidor que participava ativamente das obras da Ponte Hercílio Luz? A empresa do senhor participou, só no período em que estamos conversando, de 20 anos de obras na Ponte Hercílio Luz, e nunca houve nenhum questionamento sobre isso? Nenhum órgão de controle nunca questionou esse parentesco direto entre o senhor e o seu primo? O senhor, dono da esperança, maior sócio de uma empresa e o seu primo, um servidor responsável e que participava ativamente das obras da Ponte Hercílio Luz pela parte do Estado?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, veja. Como eu lhe falei, eu nem sabia que o Ricardo tinha esse tipo de atuação, entendeu? Portanto, se eu nem sabia que existia, nunca houve qualquer tipo de questionamento. Nem eu sabia... [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabia da atuação do senhor Ricardo?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem mais alguma informação ou fato que gostaria de esclarecer e informar a essa comissão?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Deputado, na verdade, o resumo da situação acho que se traduz naqueles mais de 30 anos em que eu me afastei da empresa. Na confiança que eu tinha nas pessoas eu não participei de elaborações, por exemplo, eu nunca discuti uma proposta, nunca discuti preço, um reajuste ou uma coisa desse tipo porque a empresa fazia isso e eu fui sócio da empresa até um determinado momento quando posteriormente vendi. Mas nunca tive notícia de qualquer tipo de irregularidade nas posturas da companhia nem aqui na Ponte Hercílio Luz e nem da parte de nenhum dos outros contratantes que ela atendia. Pelo contrário, de modo geral, em comentário, sempre comentários casuais porque nunca era uma coisa formal, havia sempre elogios muito grandes à responsabilidade e à qualidade técnica



da empresa. Basicamente é o que o sei. Lamento não ter detalhes, mas é porque eu não participava disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas talvez o Senhor possa me dar uma informação que eu fiquei curioso aqui. O senhor era, pelo que eu entendi, era mais até investidor do que propriamente administrador. Então provavelmente sua preocupação maior era com os proventos e recebimentos da empresa. Então o senhor saberia me dizer se alguma vez houve atraso, se não houver atraso de pagamentos, se era recebido normalmente, se o fluxo de pagamento acontecia normalmente ao senhor?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Veja, eu nunca acompanhei o fluxo de pagamento da empresa junto aos seus contratantes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu digo, na época, do DER para empresa, e não da empresa para os seus contratados. Do Estado para empresa. O Estado atrasava o pagamento...

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não sei, não sei lhe responder, não posso lhe responder, porque eu não acompanhava isso, isso era da gestão da companhia e eu não acompanhava isso. Então imagino que possa ter havido, mas certamente eu não posso afirmar, como não posso afirmar que não tenha havido e nem poderia dizer ao senhor se este ou aquele contratante deixou de pagar corretamente os seus compromissos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra quanto representava mais ou menos a obra da ponte, o contrato da Ponte Hercílio Luz em relação aos outros contratos da empresa? Se era um contrato grande em relação aos outros que a empresa tinha, se representava uma parcela pequena dos contratos totais? O senhor se lembra disso?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, senhor, eu não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado. Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Eu que agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, abro a palavra aos senhores. Deputado Volnei, alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Não tenho perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Fernando, Deputado João Amin, Deputado Sargento Lima, Deputado Jessé Lopes...

Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Boa tarde, senhor.

O senhor consegue se lembrar se em algum momento foi interrompido o contrato e depois novamente foi feito um novo contrato com o Estado de Santa Catarina por essa empresa?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Veja. Eu não consigo me lembrar. Eu entendo que por me lembrar seria o seguinte: eu estou acompanhando uma coisa, ocorre uma interrupção, eu sei que está ocorrendo e depois volta. Eu nunca acompanhei isso. O que eu imagino é que possa ter havido, porque na ponte foram tantos anos de obras, aditivos e coisas, etc... Mas eu não tenho lembrança sobre esse assunto porque não tinha informação sobre essas situações nem com a ponte nem com nenhum outro contratante da empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais nada a tratar com o senhor Paulo Procopiak de Aguiar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Deputado Jessé tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O Deputado Jessé tem?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Qual foi o motivo que fez o senhor sair da sociedade?



O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Na verdade, aí, eu teria que contar uma história mais comprida, teria que começar dizendo qual foi o motivo pelo qual eu entrei na sociedade. É que nós tínhamos uma sociedade de engenharia, eu e os outros sócios, anteriormente. E num determinado momento essa sociedade de engenharia foi vendida para um grupo. E na hora de vender a sociedade de engenharia que eu era cotista, meu pai era cotista e outras pessoas, inclusive o doutor Roberto Ozorio de Almeida, eu aceitei receber uma parte, digamos, aceitei ficar sócio da Roca, para que a Roca pudesse continuar nas mãos do doutor Roberto e de seus filhos. Então foi essa a razão pela qual eu fiquei e fiquei apenas durante o tempo, digamos, necessário para que eles se consolidassem. Desde o começo, nós tínhamos conversado que era um apoio meu, no dia em que eles pudessem e desejassem, digamos, assumir totalmente a companhia, não teria problema, porque a minha vida era em outras atividades, engenharia, etc...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — A iniciativa para o senhor sair foi deles ou foi do senhor?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não, isso foi um combinado entre nós. Num determinado momento, pelo o que eu me lembro, eles me procuraram: “Vamos fazer...”. E fizemos a separação.

Agora uma coisa que eu queria comentar é o seguinte: um dos senhores comentou que eu era mais um investidor do que um executivo. Não. Na verdade, a minha vida sempre foi de executivo, eu fui sócio de empresa privada, trabalhei na Copel, trabalhei na Eletrobras, trabalhei em Brasília, trabalhei na Companhia do Cimento (*ininteligível*), como executivo. Só tive participação no começo da minha vida profissional em duas ou três empresas, uma das quais foi a Roca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E nesse período, você não se agradou dos lucros desse investimento? Se agradou ou não se agradou? Não teve interesse em permanecer?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Não tive interesse em permanecer, não era o meu assunto em especialidade e eles podiam fazer isso muito bem. Eu preferi me concentrar nas minhas atividades e na minha vida



profissional. Então quando eles se sentiram em condições de me fazer uma proposta, fizeram a proposta, eu aceitei a proposta e me afastei da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era o nome da sociedade anterior que o senhor alega que foi liquidada que o senhor fazia parte antes?

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Ela foi vendida. Bom, indo também lá pra trás, havia uma empresa chamada Magyar S.A. Engenheiros Construtores e essa empresa, por sua vez, foi vendida algum tempo depois e, posteriormente, constituímos uma outra empresa chamada Magyar e Companhia que era, digamos, um pedaço da Magyar. Na época, a Magyar estava construindo a Usina Hidrelétrica de Julho de Mesquita Filho, na Foz no Rio Chopim, e eu era engenheiro residente lá. Então na ocasião em que foi vendida a Magyar e Companhia recomprou. E, aí, que surgiu a ligação da aproximação do meu pai com o doutor Ozorio e se desdobrou o que eu acabei de relatar aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais perguntas ao senhor Paulo, dou por encerrada a ouvida do senhor Paulo Procopiak de Aguiar.

Vossa senhoria está dispensado.

O SR. PAULO PROCOPIAK DE AGUIAR — Muito obrigado, senhor Presidente, obrigado por terem me permitido comparecer perante os senhores para dar os esclarecimentos e eu permaneço inteiramente à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado. Solicito à assessoria que faça o apensamento das fotocópias do CPF, da Carteira de Identidade do senhor Paulo e da procuração do seu advogado ao processo.



Solicito que a assessoria convide o senhor Roberto Ozorio de Almeida. (Pausa.) Enquanto sua excelência não vem, acabo de receber um ofício do Deinfra, da Secretaria de Infraestrutura, Diretoria de Infraestrutura, assinado pelo engenheiro José Abel da Silva, diretor de infraestrutura, remetendo a uma série de processos que está aqui em CD. Ele remete da Prosul/Concremat, Consórcio Florianópolis Monumento, RMG, Empa, Teixeira Duarte, Teixeira Duarte, RMG, JG Materiais de Construção e Teixeira Duarte. [Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

Despacho o presente ofício ao Relator da matéria para verificar se se dá por satisfeito com os documentos recebidos.

Também recebi o Ofício nº. DINF 005/2019, também assinado pelo engenheiro José Abel da Silva, que faz a remessa de documentos referente ao Consórcio Florianópolis Monumento, RMG, Empa, Teixeira Duarte e Teixeira Duarte, todos datados do dia 16 de abril, recebidos agora há pouco nesta Comissão.

Também despacho ao senhor relator da matéria para verificação, e se dá por satisfeito do recebimento ou não.

O senhor é o senhor Roberto Ozorio de Almeida? E se faz acompanhado de seu advogado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Antes de eu conversar com o senhor, eu gostaria que o seu advogado pegasse o microfone, dissesse seu nome completo, a OAB, o Estado, o endereço do seu escritório. Por gentileza.

O SR. THIAGO LIMA ABREU — Sou Thiago Lima Abreu, OAB/Paraná 36742, pertencente à Sociedade de Advogados Vernalha Guimarães e Pereira, situada à rua Mateus Leme, 575, Curitiba/PR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.



Senhor advogado, é permitida a sua presença ao lado do senhor Roberto Ozorio de Almeida, mas não será lhe oportunizada a manifestação perante esta Comissão. Mas o senhor pode, se desejar, a pedido do senhor Roberto, orientá-lo naquilo que o senhor entender e que deva fazer. E também não praticar qualquer gesto de apoio ou de desagrado de qualquer manifestação ou de resposta do senhor Roberto Ozorio.

Tenho aqui em mãos e peço à assessoria que fotocopie a identidade do senhor Roberto Ozorio de Almeida.

Senhor Roberto Ozorio de Almeida, eu gostaria que o senhor ocupasse o microfone e dissesse o seu nome completo, sua data de nascimento, sua residência e sua profissão, por gentileza.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Roberto Ozorio de Almeida, engenheiro civil, nascido em 06/11/48, meu endereço é rua Lindolfo Pessoa, 180, apto 106, Curitiba/PR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor foi convidado para permanecer no dia de hoje para na qualidade de testemunha prestar informações acerca da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata sobre a Ponte Hercílio Luz. O senhor tem conhecimento?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor assume o compromisso de dizer somente a verdade e a verdade nesta Comissão de tudo aquilo que lhe for perguntado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Assumo o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vou passar a palavra ao eminente Deputado Bruno Souza, Relator desta CPI, para que possa começar fazer as perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Roberto.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Boa tarde.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Agradeço a sua presença, espero que a gente consiga esclarecer um pouco dessa história dessa obra. O senhor foi convidado porque fez parte ou faz parte — aí o senhor vai me responder — da empresa Roca. A empresa tem diversos contratos firmados com o Estado de Santa Catarina. Hoje, vamos falar do período de 1980 a 2000. Numa outra oportunidade, nós talvez falemos dos contratos havidos posteriormente.

O senhor foi sócio-fundador da empresa? Poderia já aproveitar e me explicar um pouquinho da história da empresa e da sua participação nela?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Olha, a Roca iniciou comigo e mais outros dois sócios que não são mais hoje, estão fora da sociedade. Depois entrou meu irmão, Raul Ozorio de Almeida e o meu pai, Roberto Saraiva Ozorio de Almeida. Também, entrou Paulo Procopiaki de Aguiar, como sócio. Em 1988, o Paulo Procopiaki de Aguiar afastou-se da sociedade, mas ele nunca participou de nenhum ato administrativo, sempre foi só acionista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual era a sua função na empresa? Possuía poder de administração ou gerência?

SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, eu fui, eu sou diretor técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Diretor técnico?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu e o meu irmão Raul Ozorio de Almeida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eram diretores técnicos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Diretores técnicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, tinham poderes de administração ou gerência.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O Paulo era o maior acionista. A empresa foi fundada pelos senhores. Qual a razão disso?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Veja a história da Roca, quando eu fundei, era eu, o Araci Barboza Sobrinho, e o Carlos Gabriel Fraxino Filho. Daí quando a Roca fez alguns serviços, paralisou a Roca. E quando o Paulo Procopiak, o Raul Ozorio, meu irmão, e o meu pai, entraram na Roca, eles entram através da empresa Ivaí Engenharia de obras S.A., que tinha sido vendida. E daí o Raul, o meu pai e o Paulo Procopiak entraram na Roca nessa época. Daí que eles entraram na sociedade e... e os outros saíram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eles entraram no lugar desses que saíram.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eles entraram no lugar dos que saíram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi. E, pelo que entendi, então o senhor...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Depois mais tarde, o Paulo Procopiak, retirou-se da sociedade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E, pelo o que eu entendi, o senhor que era o responsável técnico da empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu e o Raul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. O senhor lembra qual foi o primeiro contrato firmado aqui no Estado de Santa Catarina para manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Acho que foi em 1980.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa, na verdade, firmou diversos contratos com o Estado relativos à Ponte Hercílio Luz. O senhor lembra de todas as contratações?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Me lembro em termos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor... Perdão!



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, me lembro em termos, porque alguns contratos... eram feitos novos contratos, novas licitações. Então, em detalhes, eu não me lembro, mas foram feitos vários contratos, acho que cinco ou seis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra quais foram os serviços contratados?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sempre foi a manutenção, a recuperação, a restauração da Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que envolvia esses serviços de manutenção e... Perdão! O senhor falou manutenção e? Restauração?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu não lembro se era restauração, mas era basicamente manutenção da Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra o que envolvia esses serviços de manutenção?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eram trocas de peças da ponte que estavam com a corrosão muito avançada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Trocas de peças.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Trocas de peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não envolvia jateamento, pintura...?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Jateamento, pintura e andaimes. Se trocavam as peças, depois tinha jateamento, tinha pintura, rebites e andaimes para ter acesso aos locais da ponte onde tinha que se trocar as peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor, como o responsável técnico, sabe me dizer se existiam quantitativos predefinidos para cada objeto ou o contrato era aberto e genérico?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O contrato era meio genérico, porque era... primeiro teria que saber onde estava... inspecionar a ponte para ver onde tinha peça que tinha muita corrosão para depois substituí-la.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Então, era um contrato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aberto.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Em aberto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não existiam, então, quantitativos predefinidos para calcular, para fazer os cálculos de medições?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, isso... As medições eram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As medições, sim, mas não existia...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ... a peça você trocava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas no contrato não existia os quantitativos predefinidos, então?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Nós tivemos dois contratos, né? Dois tipos de contratos. Um que era o fornecimento de mão de obra e materiais e, depois, mais tarde, um que era por preços unitários.

Então esse segundo contrato que tinha os preços unitários, tinha um quantitativo com os preços unitários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor me falou que então faziam a inspeção e viam onde era necessário fazer o reparo, né?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, o reparo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem fazia essas inspeções?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Ah, era um engenheiro residente nosso e o engenheiro designado pelo Deinfra para fiscalizar a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era um engenheiro do senhor e um engenheiro do Deinfra?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Da empresa e outro do Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra o nome desses engenheiros?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não me lembro, porque, na verdade, eu... o dia a dia da ponte aqui não era eu que fazia. Eu ficava mais em Curitiba nos serviços administrativos. O dia a dia da ponte era mais o meu irmão Raul que estava sempre aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era o Raul que estava mais aqui?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Mais aqui, era ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra se o seu irmão lhe comentava se os fiscais pela parte do Deinfra estavam presentes na obra? Se as inspeções eram realizadas, na maior parte, apenas pelo seu engenheiro ou...? *[Revisão: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Olha, eu não participava nisso, no dia a dia aqui, mas eu acredito que, sim... porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra... Perdão!

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ... porque ele sempre tinha o contato com ele. Quando ele vinha aqui tinha o engenheiro daqui. Eu não sei te informar realmente porque eu não participava dessas inspeções, aí, no dia a dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra de algum nome, da parte do Deinfra, na época, que era envolvido com a parte operacional, com os canteiros, que estava mais presente no dia a dia?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não lembro o nome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabe citar nenhum?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Desses 20 anos o senhor não lembra de nenhum prestar?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não, não me lembro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se esses serviços foram executados e prestados integralmente ou parcialmente?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Como assim?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se todos os contratos foram executado até o final? Houve a prestação integral desses serviços contratados ou os contratos foram cumpridos apenas parcialmente?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, veja, os contratos eram para substituição de peças, rebites, jateamento de pintura, e andaimes. Então, a medida que tinha verba, ia se fazendo os serviços que precisavam ser executados e isso fatalmente ia consumindo as verbas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não existia um... um...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas existia um valor total contratado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Contratado, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse total era executado? Chegava-se a executar esse total contratado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer, porque eu não participava no dia a dia disso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas participava da administração da empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Participava da administração da empresa, mas quem estava nesse dia a dia aqui, nessas medições era sempre o Raul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra o cronograma foi sempre executado sem entrave ou se foi necessário prolongar o prazo desses contratos? O senhor lembra disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra se houve algum problema com pagamentos por parte do Estado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Os pagamentos, às vezes, atrasavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Atrasavam?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Às vezes, chegaram a atrasar até seis meses.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eram recorrentes? Acontecia recorrentemente?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Acontecia ... era cíclico, dependendo se o Estado tinha... às vezes, o Estado está sem caixa, alguma coisa assim. Então, às vezes, os pagamentos eram atrasados. Outras vezes pagavam em dia, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Participando do mercado as empresas se conversam. O senhor sabe se outras empresas que tinham contrato com o Estado recebiam pagamento em dia ou existia esse atraso também?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer. Mas eu acredito que, sim, porque isso é um... na engenharia todo mundo sabe que o



Estado... Hoje em dia não é mais assim, mas antigamente o Estado atrasava, não só aqui, como em todos os lugares.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra durante quanto tempo, apesar de os contratos terem data aqui, que esses serviços foram executados? Durante quanto tempo a equipe do senhor ficou efetivamente na obra durante esses contratos? O senhor tem memória disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Ah, ficou, ficou... começou em 80, né, foi até..., se não me engano até 2006.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Até 2006. Durante todo esse período o senhor esteve...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, nós tivemos um... um espaço de tempo aí que nós saímos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual foi o motivo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Nós não ganhamos a concorrência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só um pouquinho, esse barulho.

(O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, fora do microfone, questiona sobre o ruído saindo dos microfones, se teria algum microfone aberto.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ah, é.

O senhor...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Nós perdemos a concorrência, daí, nós ficamos de fora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perderam a concorrência?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Perdemos a concorrência, ficamos de fora e daí...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que aconteceu?

Os senhores vinham ganhando contratos atrás de contratos e, aí, perderam uma concorrência. O senhor lembra qual foi a razão? Qual foi o motivo que ficaram de fora nesse tempo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, eu não sei. A outra empresa teve o preço mais vantajoso que o nosso, né, a concorrência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E os senhores, de alguma forma, acionaram a Justiça ou tentaram se manter na...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, não... aceitamos o resultado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não contestaram o resultado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, em absoluto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não contestaram?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ainda sobre os serviços executados que nós estávamos falando. Eu fiquei aqui pensando: se não existiam esses quantitativos que o senhor fala, como que se formava o valor de pagamento? Como que o Estado formava o valor de pagamento para a empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, existiam os preços unitários. O valor de pagamento da empresa era em função dos serviços executados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá, mas o senhor me falou que não existiam quantitativos pré-definidos.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não. Na concorrência existia, mas isso aí foram... a medida que saía a verba, ia é...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei. Mas como que era calculado o custo de cada serviço que o senhor prestava, se não existiam os quantitativos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA -Não. Era feito um levantamento do que você tinha feito exatamente... tinha um fiscal da empresa... do Deinfra que ia, fazia a medição, assinava a medição. Nós concordávamos com o quantitativo, depois, se emitia a fatura com os percentuários (*sic*) e com as quantidades levantadas e executadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, o quantitativo, o valor de pagamento era acertado depois do contrato...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Era acertado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...na hora que se via o que ia fazer?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Na hora... todo o mês. Não, depois do que estava feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Depois?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Chega no fim do mês você faz o levantamento do que você fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Certo? Quantos rebites, quantos quilos de peças, quantos jatos de pintura e, daí, em cima disso, sairia uma medição com os preços do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, como não existiam os quantitativos, então era feito... era... era... os dois – o fiscal da empresa e do Deinfra – que determinavam um valor arbitrário sobre o quanto...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não. Arbitrário, não. O que se executava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei, mas não existiam os quantitativos, o senhor me falou.



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não. Existiam quantitativos, tá? Só que os quantitativos... os quantitativos do contrato, tá... Em função dos preços unitários dos quantitativos do contrato, o que você executava na obra, jogava o preço unitário em cima e tinha o valor da medição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

Quantas vezes o senhor visitou a Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu vim muito pouco aqui, porque eu não participava do dia a dia aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Veio pouco aqui?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Pouco, muito pouco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra das condições estruturais da Ponte Hercílio Luz à época?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - As condições estruturais?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Qual a sua memória sobre as condições da ponte na época?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Olha, eu sei mais o que o Raul me dizia, porque ele vinha direto aqui, que as pontes estavam muito deterioradas. Tinha peças que tinham mais de 50% da seção já corroída pela ferrugem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Entendi.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Às vezes, ficou até assustado de... de... Porque essa ponte passou muitos anos também, né, acho que sem muita manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor lembra se as condições... Pela sua memória, então, as condições estruturais da ponte denotavam a realização de manutenção periódica? Precisava dessa manutenção periódica?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Precisava, precisava.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra que tipo de serviços eram realizados à época notadamente por outras empresas que eventualmente executaram serviços na Ponte Hercílio Luz? O senhor lembra de outras empresas?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - De outras empresas, não. Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era só... O senhor lembra apenas da...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Eu lembro da Roca, antes disso ou depois, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra da execução de serviços realizados pelas seguintes empresas na Ponte Hercílio Luz no início da década de 80?: a Engequip, a White Martins, a A. Maykot Cia. Ltda., a Philipp S/A e a Jair Philipp. O senhor lembra dessas empresas?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não, não lembro de nenhum nome desses. Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra.

O senhor lembra como funcionava a fiscalização e supervisão dos serviços pelo Estado, pelo Deinfra? Quantos fiscais atuavam no canteiro de obras? O senhor tem alguma memória desse tipo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Não posso te dizer porque eu não... realmente, já te disse, eu vinha pouquíssimo. Quem atendia o dia a dia da obra aqui era o Raul. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E, ao final da execução do contrato, ainda existiam serviços necessários a serem realizados na ponte?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - Ah, sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É? Existiam ainda...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA - A ponte ainda tinha muita peça a ser trocada, tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E alguma vez foi requerida ou solicitada execução de outros serviços que não estavam originalmente previstos ou houve mudanças nos projetos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Que eu tenha conhecimento, não. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo. A Empresa Roca, ao prestar serviço de manutenção à Ponte Hercílio Luz, realizou algum tipo de estudo sobre suas condições estruturais? A estabilidade, a necessidade de recuperação estrutural... Que tipos de estudos foram realizados para vocês realizarem os trabalhos e quais as conclusões desses estudos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Veja, a Roca, como eu já te disse, várias vezes, eu... o Raul isso aí... Mas eu não me lembro da Roca, a Roca não fez isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nunca fez nenhum estudo sobre as condições estruturais?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Que eu me lembre, não. Até o Raul depois pode ter informar com bastante certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu pergunto porque vocês assumiram um contrato, então, eu imagino que deveriam ter uma análise ou uma ideia sobre as condições da ponte pra...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, a ideia das condições da ponte... a gente sabia que a ponte precisava desse tratamento especial de manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não lembra se teve algum estudo?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA– Não, isso aí não, não, não passava por mim, sabe?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O senhor tem alguma memória, talvez o seu irmão tenha comentado ou o senhor tenha visto, de quais as condições dos aparelhos de apoio das torres principais - os pilones - naquela época? O senhor tem memória dessas estruturas?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA– Não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a empresa, o senhor sabe se chegou a prestar algum tipo de manutenção ou recuperação nessas estruturas?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA– Veja, eu acho, porque eu não participava sempre, que tinha uma das torres que sofreu um reforço muito grande, uma recuperação muito grande.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por parte da Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA– Por parte da Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor sabe...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA– O Raul vai te explicar exatamente os detalhes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor saberia informar qual a periodicidade da inspeção ou manutenção nessa torre principal que a Roca...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Ah, o Raul tava toda semana por aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – É.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E sabe se ele possui algum documento que comprove essa manutenção?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não sei disso. Isso... Não sei se fazia algum documento. Mas que eu sei que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Algum registro fotográfico, algo do tipo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Relatórios de obra?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não sei te dizer se tem isso, porque, como eu te disse, eu ficava meio à parte. Minha parte era mais administrativa, sabe, e não entrava nesse detalhe técnico nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o Deinfra disponibilizou algum plano de manutenção da ponte para os senhores quando os senhores assumiram o trabalho?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a empresa tinha um roteiro de manutenção?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – *(Pausa.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os senhores tinham um roteiro para fazer a manutenção na ponte ou era aleatório?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, eu acho... Eu.. eu... eu... eles faziam... tavam no dia a dia ali, viam quais eram os serviços mais necessários, as peças mais desgastadas, e iam trocando essas peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então não existia um roteiro pré-definido que se devia cumprir pra...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Que eu tenha conhecimento, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Mas veja, eu tô te dizendo isso sem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA –... participar do dia a dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ã-hã.

E esses serviços, que o senhor fala que eram feitos após ver a sua necessidade, eles eram diários?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Ah, sim, tinha... a turma trabalhava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era diário?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – É, diário, dia a dia lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe me informar se a Roca possui ligação com a antiga empresa que prestava serviço de manutenção à Ponte Hercílio Luz, a Machado da Costa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, a Roca não tem nada com a Machado da Costa. O meu pai trabalhou na Machado da Costa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Seu pai trabalhou?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – É. Mas a Roca não tem nada a ver com Machado da Costa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor então conhece a Machado da Costa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Conhecia a empresa Machado... essa eu conhecia.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor sabe se a empresa Roca prestou algum serviço de manutenção a esse período anterior a 1980?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Pra Hercílio Luz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O senhor pode me falar um pouco mais sobre a Machado? O que o senhor recorda da empresa, o que o senhor pode nos contar em relação à Machado da Costa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Olha, o que eu sei da Machado da Costa é da minha infância que tá muito (*ri*)... muito tempo atrás! O meu pai começou a trabalhar na Machado da Costa, tá. Mas o meu pai é de 1916. Então ele trabalhou na Machado da Costa por um bom tempo, que fazia reforço de pontes metálicas, tá? E depois meu pai saiu, trabalhou em outra empresa e mais tarde nós fizemos a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor sabe que a Machado da Costa fazia manutenção na Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu sei que a Machado da Costa trabalhou aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque o senhor falou que não tinha manutenção antes...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, não... (*Pausa.*) É, eu acho que aí foi uma falha minha, certo? Decerto tinha manutenção, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ... da Machado da Costa.



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – A Machado da Costa trabalhou... é... exatamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A empresa em que trabalhava seu pai.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – É... é... a empresa... O meu pai trabalhou na Machado da Costa, mas eu acho que... *(pausa)*. Não sei te responder se enquanto o pai tava na Machado da Costa tavam trabalhando aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O contrato PG nº 114, de 1980, foi firmado entre a empresa Roca e o DER, né, hoje o Deinfra. Ele tinha o preço inicial de Cr\$ 30 milhões e durou até 1983. Ele passou por cinco aditamentos e teve seu valor majorado para Cr\$ 187 milhões. O senhor sabe me dizer por quais motivos ocorreram esses aditamentos? O senhor lembra o motivo disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, não, não, não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque saiu de 30 milhões e teve aditamentos que levaram esse contrato para 187. O senhor não lembra o motivo disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu acho que o motivo principal foi em função dos reajustes, porque naquela época, a inflação chegou a um mês que foi 89%. Então esses aditivos eram mais para fazer frente aos reajustes de preço...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se era...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – ... um valor de... um certo valor lá, um milhão... dali um ano, dois anos, ou meses, já não... A inflação era tão galopante que... eu... esses aditivos... eu acho, porque eu não participava muito disso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra que por serviços a mais então?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não era para aumentar serviço. Era para fazer frente aos reajustes devido à inflação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esse contrato foi executado até dezembro de 1983, sendo que o próximo contrato do Estado firmado com a Roca é de 86. Nesse tempo, em que a empresa não executou serviço na ponte, houve alguma modificação aparente na estrutura? Quando a construtora retornou à ponte, no ano de 1986, foi possível identificar alguma alteração estrutural nas condições da ponte? O senhor lembra disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não... não lembro, não sei. Como eu te disse, eu não vinha aí. Eu não sei desse detalhe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra qual era a função do senhor Carlos Gabriel Fraxino Filho, na Construtora Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA– Ele foi engenheiro da Construtora Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra qual a função dele?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Ele foi engenheiro e ele trabalhou na ponte aqui uma época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele, no dia 26/10/81, ele sugeriu a remoção total da pavimentação asfáltica da Ponte Hercílio Luz, para aliviar a carga estrutural da ponte. O senhor lembra dessa passagem?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu lembro que foi... que foi... retirado esse... esse pavimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra dessa ocasião?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Dessa ocasião não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra de ele ter sugerido isso?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não lembro se foi ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Entre a execução, senhor...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu to sendo até meio repetitivo, mas é que realmente o meu serviço era mais em Curitiba...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, eu entendo, mas...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – ... e mais administrativo. Então o detalhe da obra, aqui, assim, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ... nós temos que colher, mesmo que seja um “não lembro” eu preciso colher a sua resposta.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, tudo não... Tô aqui à disposição... o que eu me lembrar e ajudá-los aí no que eu puder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Muito obrigado.

Entre a execução dos contratos firmados entre o Estado e a Roca nos anos de 1980 e 86, foi firmado o contrato entre o Estado e a Usiminas/Usimec no ano de 82 objetivando a restauração e reabilitação total da Ponte Hercílio Luz, que vigorou até o ano de 1987. O senhor lembra da execução de algum serviço referente a esse contrato?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Não, não, não... não estava aqui, não lembro. Não sei te dizer se houve ou não houve.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É, na verdade, o contrato ele vigorou durante o período que os senhores estavam presentes.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Sim, mas como eu te disse, eu não participava do dia a dia aqui e não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era um contrato grande, de restauração completa da Ponte Hercílio Luz.



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu sei que existia esse contrato. Mas de detalhe dele eu não posso te afirmar se houve ou não houve, porque eu não (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, o senhor sabia que existiam outras empresas envolvidas na Ponte Hercílio Luz?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA – Eu tenho uma vaga lembrança.
[*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá...

Senhor Roberto, o primeiro termo aditivo ao contrato PG 114/80, de 11/08/81, em sua cláusula primeira, acrescentou serviços de execução de cálculo e projeto da substituição dos aparelhos de apoio móveis dos vãos nº 33,528 m e 56,388 m. O senhor lembra se esses tais serviços foram executados? Como foram executados?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que o senhor tinha comentado no começo que esses aditivos eram apenas para ajustes inflacionários, esses aditamentos...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É isso que eu te disse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e não foram acrescentados.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ...por eu não ter participado dia a dia eu sempre imaginei que esses aditivos prioritariamente eram pra os reajustes inflacionários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. Vários contratos foram firmados entre o Estado e a empresa ao longo dos anos de 1992 e 1999. Algum desses contratos previa recuperação estrutural da ponte?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer. Mas eu acredito que não, que era só pra manutenção da ponte.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nos contratos firmados entre o Estado e a Roca era recorrente o item de “troca de todos os componentes estruturais que se apresentarem como comprometidos.” O referido item envolvia que tipo de componentes?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acredito que eram rebites danificados e peças metálicas com corrosão muito adiantada. Mas para trocar todas as peças comprometidas da Hercílio Luz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É porque, na verdade, o item estava ali, né, troca de...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não... é, é, é, não seria... não teria dinheiro pra isso, acho que... naquela época não. Mas eram pra esses, esses serviços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Serviço de rebites?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Os serviços da manutenção era troca de rebites, troca de peças, jateamento e pintura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a ideia era mais manutenção, mesmo que diga troca de todos os componentes estruturais era mais...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acho que esse “todos” aí tava um pouco...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá. Tratava-se mais de manutenção do que de recuperação da estrutura, então?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Mais manutenção do que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A construtora participou de algum certame licitatório no ano de 1990 para prestar serviços de manutenção e conservação na Ponte Hercílio Luz? O senhor lembra disso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não me lembro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra então se participou?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, pode ser que tenha participado, mas não me lembro em 90 se nós participamos de alguma coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra da empresa Vivenda?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Lembro, o nome da Vivenda eu me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que o senhor lembra dela?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — A Vivenda parece que entrou na lici... na Hercílio Luz depois da Roca, não foi isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre os anos de 90 e 92 foi um dos poucos períodos em que a construtora não manteve contrato com o Estado. O senhor lembra se nesse período em que não participou houve algum prejuízo nas condições estruturais da ponte? Ou seja...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...a empresa ficou fora...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e quando voltou teve alguma?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ...não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhuma modificação ou outra ação relevante?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, até porque eu não vinha... não, não participava nem antes nem depois no dia a dia da ponte, assim, de fazer inspeção, tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O contrato 132/96 foi firmado com consórcio Roca-Tec. O senhor pode explicar quando começou a parceria com a empresa do senhor com a Tec (Técnica de Engenharia Catarinense Ltda.)? O que motivou essa parceria?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Aí foi uma conjunção de esforços, de esforços, de conhecimentos. E nós tínhamos uma amizade grande já com o pessoal da Tec, então resolvemos. Até a parte administrativa pra nós aqui pra se deslocar de Curitiba pra cá, eles já tinham escritório aqui, tudo aqui, nós fizemos um consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, foi um consórcio...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Uma soma de forças, de conhecimentos e de, de, até para diminuir custos administrativos, tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Até que já tava instalada aqui e nós tínhamos tudo que vir tudo de Curitiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Roberto, em 1994 o Tribunal de Contas emitiu a informação nº 1.062 que abordava o contrato PJ nº 88/92 e os dois aditivos seguintes, respectivamente de 1993 e 1994. O Tribunal de Contas do Estado concluiu não haver a necessidade do contrato vigorar por mais de um ano, pois se trata de serviços de manutenção e conservação, ou seja, execução de serviços contínuos. A equipe do Tribunal de Contas do Estado ainda avaliou que objeto do contrato era (I) genérico, (II) não havendo a especificação dos serviços. O senhor também o classifica dessa forma como genérico e não havendo especificação de serviços?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não entendi bem a pergunta.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Tribunal de Contas classificou o contrato que o senhor firmou com o Estado, o contrato 88/92, como genérico e não havendo especificação de serviços. O senhor lembra desse contrato? O senhor também classifica dessa maneira esse contrato que o senhor firmou como genérico, como não havendo especificação?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu não me lembro bem desse contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Mas o senhor lembra que o Tribunal de Contas fez essa manifestação?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tenho uma leve lembrança.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, apesar de todas as perguntas que eu lhe fiz, tem mais alguma informação ou fato que gostaria de esclarecer para esta Comissão, alguma coisa que poderia contribuir com o nosso trabalho?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não. Não tenho até porque a Hercílio Luz... a minha participação dentro da Hercílio Luz, da Roca com a Hercílio Luz foi muito genérica. Todas as tratativas com a Hercílio Luz aqui, parte técnica, tudo isso, eram sempre gerenciadas pelo Raul.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a parte administrativa era o senhor, a parte técnica?..

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, eu ficava mais com alguma coisa de pessoal, disso, daquilo, mas a parte técnica... tanto que se você ver as minhas visitas à ponte aqui, apesar de eu ser o responsável técnico, eram muito menores que a do Raul, porque o Raul era engenheiro de notório saber, conhece tudo sobre a ponte. Então ele estando aqui a minha presença era quase que... não era necessária. A gente conversava o que se passou aqui, ele chegava em Curitiba: Ó, é isso, isso, isso. Então eu tinha todas as notícias da ponte, e sabia que a ponte tava em excelentes mãos porque tinha o Raul, tinha o Gean Tolstoi, tinha os engenheiros que tavam mais aqui com a ponte.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uma última pergunta ao senhor para voltar a esse tema. O senhor falou que tem uma vaga lembrança dessa manifestação do Tribunal de Contas do Estado.

O senhor, como sócio-administrador, lembra se teve alguma sanção similar a partir dessa decisão do Tribunal de Contas do Estado? O senhor lembra se teve alguma sanção à empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu me lembro que durante uma, uma época que a Vivenda, acho que foi... ela entrou, trabalhou um pouco, o Tribunal de Contas... parece que depois ela ganhou a licitação, não foi contratada, pegaram o nosso contrato renovaram por alguns meses pra ponte não ficar sem ninguém trabalhando na ponte, que tinha peças fora do lugar, tinha rebitação pra fazer, uma série de coisas técnicas que tinham que ser... não podiam ficar em aberto. Nós trabalhamos algum tempo na ponte. Depois o imbróglio lá na Justiça se resolveu, a Vivenda — foi a Vivenda, né? — assumiu a ponte. E daí, em função do tempo que nós trabalhamos lá, eles pegaram o faturamento nosso em relação ao preço que seria da Vivenda, e teve essa diferença.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas essa manifestação do Tribunal de Contas do Estado foi depois do contrato da Vivenda. Depois do contrato da Vivenda os senhores firmaram um contrato e o Tribunal de Contas...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Nós já tínhamos, acho. Veja, eu posso até tá te informando errado, mas eu acho que nós tínhamos o contrato que foi editado, não foi isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, trata-se do contrato 88/92.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, eu até te peço desculpa, mas peço que esclareça esse detalhe melhor com o Raul porque, como eu disse, eu não participava ativamente, eu não sei desse detalhe, eu posso te dar uma informação errada.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está certo.

[Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Doutor Roberto, muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Eu me dou por satisfeito pelas suas respostas.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tá bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, após a participação do Deputado Bruno Souza, abro a palavra aos senhores Deputados. Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Boa noite, senhor Roberto. Vou fazer algumas observações aqui. Por que acabou a sociedade com o senhor Paulo Aguiar?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — A sociedade com o Paulo Aguiar acabou porque ele entrou de sócio. Ele tinha um filho, que é engenheiro, que ele foi trabalhar na Roca como estudante, estagiário. E daí quando o... ele depois queria trabalhar em obras muito grandes, queria trabalhar em obras maiores, e a Roca é uma empresa pequena, só tinha obra pequena. Então ele pegou e foi trabalhar numa empresa grande aqui do, do coisa... até andou trabalhando fora do Brasil, tudo isso.

Daí o Paulo, que nunca participou da administração da Roca, um dia disse: Olha, eu não vou trabalhar na Roca, não trabalho na Roca, meu filho que é engenheiro seguiu outro caminho. Daí ele se retirou da Roca, e nós compramos a parte dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo. Se não tinha um quantitativo, como o senhor falou, como se fazia para definir os valores para uma disputada de licitação, por exemplo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — A disputa de licitação foi baseado num quantitativo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Mas você falou que não tinha esse quantitativo.



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não tinha um quantitativo para toda... vamos dizer um projeto com quantitativo pra firma, mas tinha uma, uma, uma, uma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E esses quantitativos não eram resolutivos? Não era para resolver os problemas? Que sempre?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, era feito... o contrato... o princípio do contrato era fazer uma manutenção pra não deixar a ponte ter problemas mais sérios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E esses quantitativos eram suficientes para resolver esse tipo de problema ao qual vocês se colocavam à disposição para resolver? Tu achavas que aquilo ali realmente era o necessário ou suficiente para resolver?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, esse quantitativo era pra que a ponte não chegasse a ter um problema mais sério, até de vir à ruína. Então eram trocadas as peças mais desgastadas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E aí ao final tinha mais um, e aí depois tinha mais outro. E quando se fazia não era para resolver de forma geral? Ou esses problemas?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, nós estávamos fazendo a manutenção da ponte para manter ela, para um dia ter o reforço, porque o reforço, em si, do cabo está sendo feito agora, né? E o nosso contrato foi nos vãos de acesso, né, bastante. Nós recuperamos os vãos de acesso que são independentes da ponte pênsil. Pra esse vão de acesso, nós recuperamos 500 metros de pontes, esses tão reforçadas, tão lá feita, não precisa fazer mais nada, a hora que abrir o tráfego não precisa mexer nisso. E a ponte foi inteira pintada, durante esse tempo, até para manter a corrosão... parar o processo de corrosão e manter ela em condições pra um dia ser reforçada, né? Se não cada ano que passasse ia ser um... o desgaste ia ser maior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Mas cada contrato era parcial da ponte, não era para resolver tudo?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O reforço não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Era sempre parcial.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Era sempre pra manter a ponte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E nos anos 90, que vocês perderam um contrato para outra empresa, vocês entraram com algum processo para tentar desclassificar o concorrente que havia?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não entramos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Não teve nenhum?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Foram vocês que assumiram depois em 92 quando a empresa, que então havia ganho, desistiu de fazer a manutenção. Vocês que assumiram novamente. Teve licitação para isso? Ou como foi o processo?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, teve licitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Teve uma nova licitação?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Eu é isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, mais algum Deputado? Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Boa tarde. O senhor declarou que fazia mais parte do processo de pessoal da ponte ali. Mas acredito também que o senhor declarou que algumas vezes chegou a vir aqui a Florianópolis visitar a ponte.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sim, isso sim, é.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E a empresa possuía um canteiro de obras aqui, onde ficava guardado o material, onde as pessoas se alojavam, enfim, onde era guardado o material de manutenção, ou alguém se alimentava, ou ficava na obra ali. O senhor se lembra desse local, ou não?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu lembro vagamente, eu vim muito pouco aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Muito pouco.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Lembra se ele ficava no lado Continental ou no lado da Ilha?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O escritório era na Ilha, né? E tinha mais um, senão me engano o refeitório, essa coisa, era no Estreito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Justo. E, como o senhor falou que trabalhava com o pessoal, foram aproveitados funcionários da empresa Roca para trabalhar na empresa Vivenda?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E quando a empresa retornou em 92, foram aproveitados funcionários da empresa Vivenda na Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Também não sei te dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Porque eu acho que esse é um serviço...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Veja, pode ser que tenha, porque é um serviço muito especializado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Isso.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O rebite em si é uma técnica de... obsoleta.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Muito limitado. Hoje não existe mais. Então esse pessoal que fazia rebite, que trocava essas peças, para subir naquela altura dos andaimes. Então são gente que sempre trabalhava na ponte. Então... qualquer empresa que viesse trabalhar aqui, ia procurar esse pessoal que já trabalhou na ponte, que tinha experiência, que tinha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E eles...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — ...conhecia a ponte. Eu acredito que todas as empresas que trabalharam aqui pegaram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Mas o engenheiro da Roca não chegou a trabalhar para a Vivenda?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, engenheiro da Roca, nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Só esse pessoal que era o técnico ali em rebitar e jatear.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Só os funcionários, né, de certo o encarregado, o funcionário, o rebitador, tudo isso que eu até passei. Pra falar a verdade, não conheço, só conheço o Ivo, que era o encarregado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Mas pode ser que tenham trabalhado, porque é um serviço muito especializado, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Era só isso, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Jessé, ainda quer fazer o uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por favor.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Vocês fizeram muito uso de aditivos nesse?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tiveram alguns aditivos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E como eram definidos os aditivos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Os aditivos eram, eram, como já falei, para fazer frente, prioritariamente, aos reajustes de preços, que a inflação, como disse, chegou a... teve mês que foi 89%.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Era só por isso, não era por outros fatores?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, não era para aumentar a turma, aumentar volume de serviço, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — É só 100%?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O volume de serviço sempre... se você pegar as coisas, sempre mais ou menos o mesmo volume. Só que a inflação comia, né, a verba. Então esses reajustes eram prioritariamente pra fazer frente aos reajustes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mais algum Deputado? Deputado Volnei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Bom, só para contribuir nessa questão de deixar bem claro quando o Bruno pergunta sobre o quantitativo. Aí a licitação não era... Entendemos, eu quero entender que a licitação era feita por quantitativo, que eram descritos os itens, o rebite, a longarina.

Vamos supor uma casa, vão dez mil telhas na casa; vão dois mil metros linear de longarina; vai tanto de prego e tal para fazer a casa num todo. Para recuperar a ponte toda, por exemplo, poderia ser mil metros de longarina, dois



milhões de rebite, e assim por diante. Quando se fala em quantitativo e o senhor diz: “Ah! não, não é por quantitativo.”, mas eu entendo que sim.

Então o governo, o Estado licitava parte desses itens, porque se entendia que, para aquele ano ou para aquele contrato, era o suficiente para manter a ponte em pé, para não deixar ela cair. Aí mensalmente ia-se gastando um pouco daqueles itens mencionados na licitação, que o quantitativo era diminuído conforme o trabalho executado através da sua medição. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

Então tinham itens, né, tinha preço para cada item, mas não tinha, aquilo que o Deputado Jessé pergunta, material para fazer a recuperação total. Mas, sim, tinha material ali especificado para manter a ponte de pé, durante o tempo até chegar um reforço completo.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — É isso?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acredito, porque isso partia do Deinfra, mas acredito, e com certeza era, o pensamento era esse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — O total de peças para deixar a ponte inteira seriam milhares de peças, desses milhares de peças, licitava por cada contrato ou por ano 10 %, talvez.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Mas, discriminado, item...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Item por item, discriminado para você poder faturar conforme você executava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Descrito item por item, preço de item por item, e automaticamente oportunizava a execução das obras, trocando itens, ora uns, ora outros, e, aí, sim por medição ia...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Por medição ia...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER —...suprimindo os itens lá da planilha, da licitação, porque já estavam executados e pagos. E dessa forma então ia usando por percentual.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, é, isso, isso eu acredito que era o pensamento do Deinfra quando fazia essa planilha de licitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Não tinha recurso para a recuperação inteira...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — ...mas tinha para ir fazendo a manutenção.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Ir fazendo a manutenção, é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — E manter. Na verdade, era apagando incêndio e não...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Exatamente. Pra você ter uma ideia, existiam peças que a corrosão já tinham comido mais de, de, de... O vão de acesso da Beira-Mar Norte foi trocado 85% do peso dele em peça porque tava caindo, ele ficou escorado, não sei se vocês se lembram, muitos anos ficou escorado aquilo ali pra não cair em cima do, do trânsito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Entendi.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Então ela tava bastante danificada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Então tinha quantitativo, tinha quantitativo, estava qualificado...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Existia um quantitativo, e você faturava em cima desses quantitativos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — ...qualificado tinha preço.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Ah! sim, claro.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Tinha quantitativo, então é...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Existia um quantitativo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Só que não tinham quantitativos para recuperação da ponte toda.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Toda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VOLNEI WEBER — Mas de forma parcial para oportunizar e ir trocando as peças mais danificadas, que estavam qualificadas dentro do processo de licitação

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nesse período, senhor Roberto, que a Roca participou das obras da Ponte Hercílio Luz houve muito atraso nos pagamentos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tinha épocas que tinha atraso, chegamos a ter atraso até de seis meses.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quantos?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Seis meses.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seis meses.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não lembro exatamente, mas tinha bastante atraso, não sei se esses seis meses tá exato, mas tinham vários meses de atraso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A empresa participou de algum processo licitatório que ela não foi vencedora?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Acho que participamos sim.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A empresa participou do processo?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não. *(Pausa.)* A minha memória tá me traindo, não sei exatamente, mas acredito que sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A empresa participou do processo licitatório em que a empresa Roca, que a empresa Vivenda logrou-se vencedora em 91?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Sim, foi isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O contrato quarenta e nove de noventa. *(Sic.)* No seu entendimento houve algum indício de irregularidade naquele resultado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, que eu saiba não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a empresa Roca — é uma pergunta meio parecida com a do Lima, mas tem uma pequena diferença — participou direta ou indiretamente nos serviços prestados pela Vivenda durante a execução...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...do contrato 046/90?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nada?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, faço então as seguintes perguntas: senhor Roberto, na época em que a Roca prestou serviço na ponte, o senhor tinha conhecimento se alguma outra empresa prestava também serviço na Ponte Hercílio Luz, em especial na sua recuperação ou sua manutenção?



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não tenho conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Era somente a Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Somente a Roca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Qual era o tamanho do escritório administrativo que a Roca tinha em Florianópolis? Tinha um gerente para fazer o pagamento dos seus empregados?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Tinha o gerente, tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tinham quantos funcionários administrativas aqui, o senhor tem ideia?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não sei te dizer, não sei te dizer, quem sabe o Tolstoi saiba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas a ele não está sendo feita a pergunta, tem que ser o senhor.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — (Ri.)

Eu acho que era uns cinco, dez, eu não, não... como eu disse, eu vinha muito pouco aqui, mas não era assim um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E por último, o valor do contrato — Ah! são duas perguntas — que a Roca tinha com o Deinfra representava que percentual do faturamento global da Roca?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Olha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Era 10%, 20%, 70%, 100%?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acredito que deveria ser em torno de uma faixa de 15%, por aí, não era assim um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — De todo faturamento da Roca o senhor diz que?...



O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — A Roca, vamos dizer, se não existisse a Hercílio Luz na vida da Roca, a Roca não... continuava a sua vida, não era drástico pra Roca perder o contrato. O faturamento nosso ali em relação ao total da Hercílio Luz, não sei, acho que em torno de 15, nunca fiz essa conta, mas, devia ser em torno de uns 15% por aí, no máximo, em torno disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E além do contrato que Roca tinha com o DER para a manutenção da Ponte, os senhores tiveram mais algum contrato com o governo do Estado, aqui em Santa Catarina? Ou no próprio DER na época, não só para ponte, mas pra outra?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Na época lá, não, não, não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O contrato era único?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não me lembro se nós tivemos outro contrato na época com o DER aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ou com o DER, ou com outra Secretária de Estado, ou com o governo, ou esse contrato era um contrato único que a Roca tinha com o Estado?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, esse contrato era só com pra Hercílio Luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim, mas, o senhor não está entendendo a minha pergunta.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não, eu não sei, se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode participar de várias licitações, e ter vários contratos no Estado. Se esse era o único contrato que os senhores tinham com o Estado.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Eu acredito que sim, não lembro de ter outro contrato na época.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Estou satisfeito.

Deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Quero cumprimentar o senhor Roberto, eu tenho duas perguntas a fazer.

A primeira: nesse serviço que era prestado, era contratação global que incluía também aquisição de peças para substituição, ou apenas serviço braçal?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Nós tivemos dois tipos de contrato, um que primeiro era só pessoal.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI —Pessoal.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É, e material.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI —Separados.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Depois era, era serviço por preço, era tudo englobado, era só o serviço geral, o preço total do serviço acabado.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI —Então o primeiro contrato?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O primeiro contrato, lá no começo...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI —Tinha duas características.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Que era pessoal e?...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Pessoal e material, separado.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Material.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — É.



A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Tá. E o segundo já era global?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — O segundo era global.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — O.k. Segunda pergunta: nesse período dos dois contratos, houve alguma subcontratação por parte da sua empresa?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Não.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Era só...

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Só a Roca trabalhando.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — ...contrato direto?

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Só a Roca trabalhando, nunca tivemos nenhum terceirizado.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — O.k. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais perguntas endereçadas ao senhor Roberto Ozorio de Almeida, faço a dispensa do mesmo, agradeço a sua participação na noite de hoje.

O SR. ROBERTO OZORIO DE ALMEIDA — Agradeço a atenção de vocês, espero ter contribuído com alguma coisa, e estou sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado. Peço à assessoria que acompanhe o senhor Roberto Ozorio de Almeida.

(O depoente Roberto Ozorio de Almeida se retira do recinto.)

Também peço à assessoria que traga até este ambiente o senhor Raul Ozorio de Almeida.

(Alguns Deputados se retiram do recinto por alguns minutos.)



Mas vamos [dar uma pausa] por dois minutos [*dirige-se a alguns senhores Deputados*]. Enquanto isso a assessoria traz o senhor Raul Ozorio de Almeida. Ele senta e eu vou fazendo a qualificação, até porque o quórum continua. (Pausa.) [*Transcrição: Janis Joplin Leite*]

Senhores Deputados, reinício os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Já está aqui conosco o senhor Raul Ozorio de Almeida. E antes que fale com vossa senhoria, o senhor se faz acompanhado também do advogado, que é o mesmo [do senhor Roberto Ozorio de Almeida], mas vou pedir que o senhor, como se trata do senhor Raul Ozorio e para fins de taquigrafia, diga o seu nome completo, a OAB, quem o senhor representa e o endereço completo do seu escritório, por gentileza.

O SR. THIAGO LIMA BREUS — Obrigado, senhor Presidente.

Sou o advogado Thiago Lima Breus, sou OAB Paraná 36.742, integrante sócio do escritório de advocacia Varnalha Guimarães & Pereira Advogados, com sede na Rua Mateus Leme nº 575, Curitiba, Paraná, e neste momento eu represento aqui o doutor Raul de Almeida, Raul Ozorio de Almeida, que prestará as suas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Raul Ozorio de Almeida, solicito a vossa senhoria que ocupe o microfone dizendo o seu nome completo, a data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu sou Raul Ozorio de Almeida, o meu CGC é 505.777, CPF 124.537.659-49, sou engenheiro civil formado pela universidade do Paraná em 1969 e resido à Rua Bruno Filgueira, 258, 22º andar, em Curitiba, Paraná.

Eu gostaria, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só me permita, por gentileza, só me permita um pouquinho.



Nós temos aqui também a fotocópia da Carteira de Identidade do senhor Raul Ozorio de Almeida com a procuração. Eu peço à assessoria que faça a juntada no processo.

Senhor Raul, o senhor tem... o senhor pode ficar calado neste ambiente, se o senhor assim desejar, e se não desejar responder as perguntas, o senhor pode. O senhor se faz acompanhar do seu advogado, mas a ele não é dado o direito de manifestar, mas o senhor pode consultá-lo, como ele também pode orientá-lo sobre o que desejarem.

(O senhor Raul Ozorio de Almeida gesticula afirmativamente com a cabeça.)

Solicito ao seu advogado que não faça nenhuma manifestação, ou de aprovação, ou de desagrado, que possa influenciar os senhores Deputados ou quem está assistindo.

Mas o senhor deseja falar um pouquinho antes?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por gentileza.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Se os senhores me permitem, eu gostaria de falar um pouco aqui sobre a Ponte Hercílio Luz. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não. Vamos fazer o seguinte, senhor Raul: eu me sinto na obrigação, o senhor veio aqui... Aliás, o senhor sabe o objetivo da sua vinda aqui, para tratarmos da CPI da Ponte Hercílio Luz?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tá bom. Então eu vou passar a palavra ao Relator da CPI, Deputado Bruno, e se ele entender que o senhor deva falar, ele vai lhe franquear a palavra. Mas ele vai fazer todas as perguntas que achar necessárias e o senhor vai responder todas as perguntas...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...que o senhor entender que deva responder e da forma que tem que responder.

Mas antes de passar a palavra, eu pergunto: o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — De tudo o que o senhor responder?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

Deputado Bruno com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Raul. Nós vamos poder falar sobre a ponte, acredito que grande parte da sua vontade de esclarecer vai ser suprida nas perguntas aqui. Se houver algo ao final, então eu lhe franqueio a palavra rapidamente para que depois também os Deputados possam fazer as suas perguntas. Pode ser?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Raul, o senhor foi sócio-fundador da Roca?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim, fui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode explicar um pouco como foi essa fundação?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, eu trabalhava numa empresa chamada Ivaí Engenharia de Obras, eu e meu pai, e essa empresa foi vendida – nós já trabalhávamos com recuperação, construção e reforço de pontes, tanto metálicas quanto de concreto. Os novos proprietários da empresa não tinham



interesse em explorar, em trabalhar neste segmento, então nós nos sentimos fora do... um peixe fora d'água...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — E resolvemos, então, montar uma empresa. Esta empresa ela existia no papel, porque meu irmão tinha feito essa empresa e a empresa tava fechada, mas ainda tinha documentação. Então aproveitamos a documentação que já existia, o nome Roca, e montamos uma empresa.

Falou hoje aqui o engenheiro Paulo Procopiak de Aguiar. O Paulo era sócio desta empresa que foi vendida e nós manifestamos o desejo que ele viesse conosco participar da empresa, até porque nós não tínhamos capital pra tocar essa empresa sozinhos. O Paulo, gentilmente, entrou na sociedade e nós começamos a fazer, fizemos a empresa Roca.

Naturalmente o grande nome, o nome técnico que dava peso à empresa na época era meu pai. E depois então o Paulo... o Paulo nunca participou da empresa e acabou saindo em 88, acho que foi, e meu irmão, o Roberto, que estava trabalhando em outro, em outro segmento então veio pra nos ajudar e entrou na Roca também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

E é sobre a Roca que, hoje, o senhor foi convidado justamente por causa da sua participação. O senhor foi convidado para participar dessa Comissão por conta dos contratos firmados entre os anos de 1980 e 2000, e justamente... Eu vou citar para o senhor os contratos justamente porque o senhor, pelo que me parece, era o responsável técnico.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então vou lhe citar os contratos para que a gente possa prosseguir com as perguntas. Tudo bem?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Tudo bem.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Contrato 114, de 1980; contrato 88, de 92; contrato 119, de 86; contrato 315, de 1994; contrato 132, de 1996; e contrato 006 de 1999.

Esses são os contratos do período que nós vamos analisar hoje, talvez o senhor seja convidado para falar, mais tarde, sobre algum outro contrato. Mas, hoje, nós vamos tratar apenas desse contrato, o.k.?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu não lembro exatamente de todos esses números, mas realmente houveram vários contratos aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, factualmente, o senhor vai poder contribuir com a sua memória.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu quero começar perguntando se o senhor lembra da empresa Machado da Costa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que o senhor lembra dessa empresa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — A Machado da Costa foi uma empresa de Oscar Machado da Costa. Oscar Machado da Costa foi um grande engenheiro, ele fez o primeiro estudo da Ponte Hercílio Luz. Ele ganhou o primeiro concurso que houve, foi Machado da Costa que ganhou o concurso. Depois foi a Steinman que fez o projeto, apresentou um outro estudo e acabou o da Machado da Costa não sendo adotado.

Mas o Machado da Costa tinha uma empresa muito grande, muito importante, foi uma das maiores empresas do mundo em reforço de pontes. E meu pai fez carreira na Machado da Costa. A Machado da Costa, como eu disse há pouco, a Machado da Costa também foi vendida, meu pai saiu da Machado da Costa, foi para a Ivaí e depois veio. Então eu conheço bem a Machado da Costa, eu passei a minha infância numa casa morando do lado da fábrica de estruturas metálicas da Machado da Costa.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito. E na Roca, qual a sua função na empresa? O senhor pode descrever para a gente.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu sou, basicamente, o responsável técnico, o técnico da Roca. Todos os problemas técnicos, basicamente, caem na minha mão. Eu que resolvo os problemas técnicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor possui poder de administração ou gerência?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor também era o responsável técnico da empresa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Da Roca?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Também era o responsável?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — E sou até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor tinha especialização em estruturas metálicas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem especialização?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, eu não tenho o curso de especialização, mas eu trabalhei a minha vida toda com estruturas metálicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor pode?...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — No meu tempo, eu me formei 1969, não era usual, não existiam esses cursos de especialização, mas eu trabalhei sempre em estruturas metálicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas então o senhor pode citar outras obras do tipo realizadas pelo senhor ou pela Roca?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia citar?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, eu não sei se os senhores têm conhecimento disso, mas quando o viaduto São João, na Serra do Mar, no Paraná, caiu com um acidente, eu fui o responsável por isso. Quando explodiu a ponte aqui, a Colombo Salles, que deu aquele problema daquele apagão, eu fui chamado, convocado para estar aqui às seis horas da manhã para nós tratarmos do assunto, e eu trabalhei na recuperação dessa ponte. Então eu tenho bastante experiência, trabalhei também na manutenção da Pedro Ivo, trabalhei na ponte sobre o Rio Santa Maria, com 1.500 metros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas estruturas metálicas específicas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Estruturas metálicas, a não ser a Colombo Salles, as outras são todas estruturas metálicas. Eu tenho hoje mais de mil pontes que eu trabalhei, e tenho pelo menos uns 40 quilômetros de pontes em que eu trabalhei, pontes metálicas

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor que era o engenheiro residente nas obras da ponte aqui?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, eu era o engenheiro responsável. Nós tínhamos um engenheiro residente que tomava conta da parte administrativa, todo e qualquer problema técnico eu vinha a Florianópolis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o engenheiro residente?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah! tiveram vários engenheiros residentes. Agora deixa eu lembrar, teve o Alceu, o Fraxino — deixa eu ver se eu lembro de mais algum... E o senhor vai me desculpar o apelido (*ri*), o Pinga, eu esqueci o nome dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra o nome completo de algum deles? Poderia citar o nome completo deles?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou pelo menos o primeiro e o segundo nome?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu sempre chamei de Fraxino e Alceu. Quer dizer, hoje, tantos anos que passaram, eu não lembro mais do sobrenome deles. O Alceu, eu tenho a impressão até que já faleceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Deixa eu voltar um pouquinho aqui na nossa pergunta. O seu pai trabalhou na Machado da Costa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele chegou a trabalhar na Ponte Hercílio Luz?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim. O meu pai foi o engenheiro responsável pela construção, pela substituição do estrado de madeira pelo asfalto. Foi ele que fez esse trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabe me dizer se a Machado da Costa trabalhou muito tempo na Ponte Hercílio Luz?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu não sabia lhe dizer quantos anos foram, mas eu acho que foram vários anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode chegar mais para frente, é melhor para o senhor, fica bem melhor.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Inclusive quando a Machado da Costa foi vendida, então aí o contrato aqui foi cancelado ou fechado, eu não sei dizer exatamente o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E havia esses contratos então com a Machado da Costa? O senhor lembra como eram esses contratos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah! veja aí, eu não sei te dizer porque eu era menino, gurizão. Mas os contratos da Machado da Costa era no mesmo sistema que foram feitos os contratos conosco. Se colocava uma equipe à disposição da obra, e o governo, o DER, comprava os materiais. Colocavam os materiais na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os senhores executavam?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Executavam. Esse material era entregue do almoxarifado do DER para os trabalhadores, para a equipe, e se executavam os trabalhos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor?...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Uma coisa importante, desculpa lhe interromper, uma coisa importante que eu queria detalhar bastante, deixar bem claro aqui, é que nunca houve um projeto de recuperação dessa ponte de manutenção, não existia nada. Na realidade, o que acontecia é que nós íamos apagando incêndios. Essa ponte, desde 1926, ninguém tomou conta dela, essa é a verdade. Essa ponte foi degradando, foi degradando, foi degradando, até que então chamaram a Machado da Costa e ela veio, mas a ponte estava totalmente degradada.

Foi falta de cuidado, vamos dizer assim, na ponte — me desculpem falar isso aqui, mas eu estou desabafando —, foi falta de cuidado. Essa ponte, não foi tomado o cuidado com essa ponte nos seus primeiros anos de vida.

Quando eu cheguei aqui, que nós começamos a trabalhar, e fizemos um levantamento da ponte, meu pai me disse: “Faça uma inspeção na ponte — ele



morreu logo depois — porque tem coisa séria nas barras de olhal.”. Nós encontramos nas barras de olhal, que tem cinco centímetros de espessura, buracos de dois centímetros e meio. As barras estavam comidas. Isso foi, inclusive, o que nos levou a levar isso à diretoria do DER, fizemos um relatório e isso foi encaminhado. Porque eu digo: olha, eu tenho medo desta ponte, eu tenho medo da situação da ponte, porque a ponte estava completa, total e absolutamente abandonada, a verdade é essa.

Eu lembro que o Secretário de Transportes na época era o hoje Senador Esperidião Amin, ele fez uma reunião conosco, chamou toda a Defesa Civil, chamou mais um professor de estruturas metálicas — o Jayme Mason, que é catarinense, já faleceu, e que tinha um renome muito grande. Ele veio aqui também, nós fizemos uma reunião e chegamos à conclusão que a ponte deveria ser fechada ao tráfego pelo seu estado, pelo estado de abandono dessa ponte, que nunca foi cuidada, digamos assim.

Levamos isso ao Governador na época, o Governador Bornhausen, e ele disse: Se a coisa tá assim, eu não quero ser o homem que derrubou essa ponte. Fecha a ponte com calço — vocês são jovens, vocês não lembram disso, nunca não passaram por isso —, com calço, em Florianópolis

E aí o quê que aconteceu então foi o seguinte: nunca se colocou dinheiro nessa obra para fazer o serviço de recuperação. O que se fazia era por um dinheiro para ir mantendo a ponte. Imaginem o seguinte: essa ponte foi aberta ao tráfego em 1926, ela não caiu até hoje, ela não caiu porque se tomou conta da ponte, mas se deixou a ponte degradar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor falou que não havia manutenção, mas na verdade até a Machado da Costa. Nós temos muita dificuldade de encontrar justamente esse período da Machada da Costa.

O senhor tem alguma ideia de um nome, alguém que?... Alguma sugestão sobre esse contrato para recuperar essa história?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, mas eu só sei, quem eu sei morreu já, já morreu, não tem mais ninguém ainda que esteja na ativa disso aí.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. Vamos voltar para sua empresa então. O senhor lembra qual foi o primeiro contrato da Roca firmado com o Estado de Santa Catarina para a manutenção da ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Foi em 1980, se não me engano, se não me falha a memória. Eu não sou muito bom pra datas, me desculpem se tiver alguma... mas em torno de 80. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor se lembra das referidas contratações? Das ocasiões?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim, eu lembro, eu lembro, isso eu lembro. Meu pai era vivo nessa época, inclusive meu pai, vamos dizer, foi quem representou a ponte aqui, meu pai já trabalhava, tinha trabalhado na ponte, conhecia todo mundo aqui, era muito conhecido. Então nós iniciamos... ele é quem nos... trouxe a empresa para cá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quais foram os serviços contratados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não tinha contrato de serviço, nunca foi contratado o serviço na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A Roca não foi contratada?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não. O usual nesse tipo de ponte, nessas pontes no mundo inteiro, essas pontes quando elas são abertas ao tráfego entra uma equipe para tomar conta dela, fazer a manutenção e ficar tomando conta. E essa equipe faz aquilo que é necessário. Então tu olha: apareceu um ponto de ferrugem naquele lugar, vai lá limpa, pinta e faz; Ah! afrouxou um rebite naquela peça, vai lá troca o rebite; tem uma peça corroída aqui, vai lá e troca a peça. Então não existe um contrato que diga: “Você vai trocar aquela peça ou aquela outra, ou aquela outra.”.

O acesso a essas pontes é muito difícil, os senhores conhecem a Ponte Hercílio Luz, quer dizer, a pessoa não anda, não chega em qualquer ponto da



Ponte Hercílio Luz. Então a medida que se montavam os andaimes, as plataformas, surgiam os problemas. A fiscalização do DER ia lá, verificava o problema, e dizia: Vamos resolver isso aqui, vamos resolver aquilo lá. Entende?

Não tem nesse tipo de, de, de obra, não tem contrato porque é impossível quantificar, entende? Não tem jeito de quantificar. Porque você não é contratado... Quando existe um projeto, vamos dizer assim, eu tenho uma ponte, vou fazer ponte uma nova, eu tenho um desenho, você vai fazer isso, e eu posso dar um preço. Mas numa ponte dessa você não sabe o que você vai enfrentar, você não sabe o que vai encontrar na ponte. Isto é universal, isso acontece no mundo inteiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como uma empresa toma uma decisão de entrar em uma licitação dessa sem saber o que vai fazer?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É estabelecido alguma forma de limites?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, veja bem. Não, veja bem, nós sabíamos o quê? Tava definido, eu vou trocar peça corroída, eu vou trocar as peças corroídas, eu vou trocar os rebites corroídos, é o que eu vou fazer, eu vou fazer pintura da ponte, jateamento — naquela época se fazia jateamento com areia — jateamento e pintura da ponte, vou usar esta tinta, que é a tinta que o DER usa. Vou se precisar, se tiver algum problema no asfalto, que abre um buraco no asfalto, ou qualquer coisa, nós vamos lá tratar esse asfalto, nós vamos fazer isso. E é isso que eu vou fazer, eu sei o que eu vou fazer, mas eu não sei onde nem quando. Esse que é o problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o quanto o senhor sabia?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, o quanto não porque não existia preço, entende? A empresa prescindia...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas então é um negócio de risco? Por que o senhor entrava sem saber quanto vai investir na ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não, mas não era investir, desculpe, desculpe. O que acontece é o seguinte: o edital de concorrência dizia, a empresa vai fornecer uma equipe de trinta homens — vamos dar um... trinta homens. Esses trinta homens vão trabalhar aqui e vão ser... as despesas com esse pessoal vai ser ressarcida pelo contratante. Esses homens vão fazer serviços que foram, forem designados ao longo do contrato pela fiscalização, esses serviços vão ser desse tipo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o material quem?...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — O material quem comprava era o DER, o DER fornecia o material. Esse material depois, posteriormente, quando veio o problema de inflação grave no Brasil, o DER não conseguia mais comprar material, porque ele fazia a tomada de preço e quando decidia a tomada de preço, autorizava a compra, já cobrava, custava o dobro.

Então, em função disso, em função daquela loucura que era a inflação no Brasil, então se decidiu, o DER, eu tenho que passar para a empresa que eu for contratar a responsabilidade de fornecer o material. Aí qual foi a providência que o DER fez nos outros concorrentes: “Você me dá um preço de cada material”. Relacionou, ele relacionou — ainda com a experiência que ele tinha na ponte — isso, isso e isso, ele vai fornecer este tipo de material, me dá o preço desse tipo de material.

Então eu tinha lá um preço para fornecer rebite. O DER podia me pedir que eu fornecesse trinta, cem ou mil rebites em função do estado da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o preço do contrato final, o valor do contrato final foi firmado, estabelecido em qual parâmetro?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Baseado... Bom, veja, agora aí vou falar... tô imaginando, porque não fui eu que fiz. O que se fazia? Você vai ter um contrato de um ano, ou de dois anos, para fornecer trinta homens, esses homens vão custar tanto. Então, essa equipe vai custar mil por mês, eu tenho 12 meses, 24 meses é 24 mil. Aí vem a experiência do... aí vinha o quê? O meu contrato era esse, e o DER dizia assim: Eu vou gastar mais ou menos, eu tenho verba para gastar 500 mil de material. Tem uma taxa de BDI e cima do material, eu aplico isso e digo esse contrato... o meu preço máximo desse contrato é tanto. Então o que acontece? O DER ressarcia a mão de obra que era entregue a ele com as respectivas leis sociais, não havia taxa de leis sociais, vamos dizer, se pagava aquilo que efetivamente o funcionário recebeu, pelo holerite dele. Eram feito os recolhimentos todos, isso era apresentado ao DER, o DER verificava tudo isso, verificava se isso tava correto e se fazia a medição desta forma.

Os materiais, o DER ia no almoxarifado dele, no início, e dizia: Bom, eles pegaram aqui tal, e tal, e tal, e tal material, aplicaram ali, e lá, e lá, deu tanto, e vou te pagar tanto. Assim que era feito. E isso, veja, isso não é um privilégio da Hercílio Luz, é uma forma de se administrar a manutenção de grandes pontes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Isso porque é impossível... veja, como é que uma pessoa iria andar por essa ponte e dizer assim: Daqui a seis meses aquela peça vai estragar e aquele rebite vai afrouxar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, pelo que eu estou entendendo aqui o serviço da Roca era muito mais uma terceirização de mão de obra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não. Aí que vem a grande diferença, porque tudo o que se fazia na ponte a responsabilidade era minha. Se eu derrubasse a ponte, o responsável era eu. Quando eu tinha que trocar uma peça, eu tinha que apresentar ao fiscal dizendo: “Eu vou trocar essa peça assim, eu vou macaquear, ali, eu vou prender aqui.”



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o que vocês faziam era uma prestação de serviço de mão de obra, basicamente. Então, se não houve...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — No início, no primeiro contrato, mão de obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mão de obra.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Nos outros era mão de obra mais material.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E aí o quantitativo era estabelecido por homem-hora?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Homem-hora... Não, é a folha de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A folha de pagamento.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — A folha e pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Chega lá, tá aqui o Joaquim das Pedras, a folha é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os serviços em todos os contratos foram executados, prestados, integralmente ou parcialmente?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Como? Eu não entendi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque o contrato tem um valor, conforme era feita a execução esse valor ia se amortizando e liquidando. Esses contratos foram sempre prestados integralmente?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Me desculpe, agora eu vou fazer uma coisa que, você é jovem, você não viveu isso. Lá nos anos 80 não tinha



valor pra nada porque a inflação era tão grande que hoje eu pagava dez reais pro meu funcionário, saia o gatilho, saia a inflação, e dizia assim: “Esse mês o salário vão ser reajustado em 25%.”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Então, esse prestar o serviço se prestava o serviço, mas o valor que aparecia, volta e meia tinha que fazer um reajustamento do contrato porque o dinheiro não dava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor emitiu a RT desses serviços?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Sim, sim. Todas as RTs, tudo, tudo direitinho. Eu não podia... O DER não me deixava... nunca me deixaria, e não deixava, eu iniciar um serviço sem apresentar a RT.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E houve alguma terceirização desse serviço (*ininteligível*)?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Nunca, nunca, nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Nunca. Nós nunca abrimos mão na nossa empresa, nunca abrimos mão da nossa autonomia de serviço. Eu faço o serviço daquilo que eu sei fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se o cronograma — vocês deveriam ter um cronograma de atuação?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não tinha cronograma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não tinha nenhum cronograma de obra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não tinha cronograma. Veja, a Hercílio Luz nunca teve um plano de manutenção, então não tinha cronograma, não existia cronograma, não tinha nada. Você... Ninguém sabia, vamos ser bem sinceros aqui, tá, me desculpem, eu tô sendo extremamente sincero...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É isso que esperamos.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — ...não se sabia o que ia fazer. Você, você, aquilo era, era uma caixinha de surpresa, você chegava num lugar, montava o andaime, ia lá e dizia: opa, aqui tem uma peça rompida, opa, aquela ali tá muito estragada, aquela tá isso.

Quando o problema era muito sério, nós fazíamos um projeto. Todos os projetos que foram feitos na Hercílio Luz foram feitos por nós sem ônus para o DER, sem ônus. Nós íamos lá, executávamos essa peça, fazíamos o serviço. Pronto. *[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro/Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

Quando rompeu a barra de olhal - nós encontramos a barra de olhal rompida -, o governo de Santa Catarina conseguiu uma licença especial para importar os materiais dos Estados Unidos. Quando esses materiais chegaram, uma peça tinha um problema, que não dava para aplicar. Eu corri ao DER, conversei com o diretor-geral, que era o Telmo, naquela época, e ele me disse: você vai pro hotel, se tranca no hotel, não me sai daí enquanto você não me trouxer uma solução. Eu fui lá, quebrei a cabeça, no dia seguinte fui lá: Telmo, tem essa solução aqui, nós resolvemos. Ele: pode fazer. Eu falei: não. Vamos falar com os americano, eles vão dar o aval. Deram o aval.

Nós viemos aqui, fizemos o serviço, um serviço que era previsto para durar seis meses, esse serviço durou até agora, de 83 até agora. Você sabe quanto eu recebi por isso? Zero. E não reclamo, porque era a minha obrigação. Eu era o responsável pela ponte, eu tinha que cuidar da ponte. Eu tava recebendo para cuidar da ponte e eu fui cuidar da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor teve acesso a algum manual de manutenção da ponte, para cuidar da ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não existia manual, não existia manual. Não tinha manual, não tinha nada. Quando...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a American Bridge deixou um manual na entrega da ponte, né?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, eu não sei se a American Bridge deixou. Eu me dou muito com o pessoal da American Bridge, conheço muito o Mike Cegelis, já trabalhamos juntos, e o Mike nunca me disse que tivesse conhecimento que ficou entregue aqui um manual de manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ninguém do DER nunca falou nada sobre a existência desse manual?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, nunca. Eu fui aos Estados Unidos, fui a Pittsburgh, na sede da American Bridge, inclusive para procurar dados sobre a Ponte Hercílio Luz. Todos os dados que eles tinham da Ponte Hercílio Luz tinham sido microfilmados...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque na verdade...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — E sumiu tudo, apagou!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, esse...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Então eles não têm nada sobre a Hercílio Luz mais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, esse manual até é um manual bem completo, ele existe e... até fico surpreso que eles não tenham lhe entregado esse manual, que teria, acredito, facilitado muito o vosso trabalho. Mas o.k.

E sobre... posso agora partir...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Mas, o senhor desculpe, esse manual existe aqui?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu tô sabendo hoje. Desde 80 eu mexo com essa ponte e tô sabendo hoje desse manual.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele foi entregue inclusive junto com a ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores, eu gostaria que nós nos ativésemos aos contratos que... Vossa excelência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas é que tem relação com as manutenções...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Para que não haja desvio da finalidade, Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não tem desvio. A pergunta é pertinente e a minha afirmação é também, por isso questiono, porque quero saber se a empresa teve condições ou não e se lhe foi dado justamente o insumo suficiente para prestar um bom serviço. Por isso lhe pergunto deste manual, se o senhor teve acesso a alguma coisa.

Então, se não teve...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Hoje, hoje...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...isso é gravíssimo, porque por parte do DER deveriam... se a sua afirmação for verídica...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, pelo amor de Deus, eu acabei de... aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim... eu só estou dizendo isso, se... Sobre pagamentos, o senhor sabe como eram os pagamentos? Houve algum problema por parte do Estado, havia atrasos recorrentes, não havia?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu lhe diria que os atrasos eram sistemáticos, eram sistemáticos. Nós chegamos a ter atraso de seis meses no pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- E o senhor sabe informar se outras empresas também tinham problemas de atraso?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu vou lhe contar uma história rapidinha para lhe mostrar isso aí.

A gente ficava aqui, vinha a Florianópolis e ficava na sexta-feira esperando pra ver se saía o pagamento, esperando ver se saía um pagamento. Tinham cinco, seis, oito empresas sentadas na sala. Então, quer dizer, não devia ser uma coisa só minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o senhor sabe...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – E apareciam e diziam: olha, essa semana não tem. E a gente ia embora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)- E o senhor sabe me dizer quais eram as alegações, quais as causas e justificativas dadas pelo Estado para esse atraso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, aí, aí, aí, aí foge do meu conhecimento, do meu caso. O que se dizia é o seguinte: não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Fale no microfone, por favor!

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Tá sem, não tem verba esse ano, nesse mês, não tem, não tem. Então o que você ia dizer? Agora eu não podia, de lá, dizer: é mentira, é verdade, ou isso, ou aquilo. O que se dizia é isso, não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, mas o que me interessa são as alegações.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não tem dinheiro. Não saiu o dinheiro. A coisa é assim: não saiu o dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra, o senhor como engenheiro responsável, também eu vou me permitir fazer uma pergunta que talvez o senhor possa nos ajudar.

O senhor lembra das condições... isso traz a Ponte Hercílio Luz há época, quando o senhor, quando a Roca assumiu, entre 1982 e 1991?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A situação da ponte?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso!

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Lembro perfeitamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como o senhor caracterizaria?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Lastimáveis, lastimáveis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então elas,,,

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Esta ponte estava com Coeficiente de Segurança menor que um. Os americanos, quando foi interrompido o tráfego na ponte, eu fui chamado e me disseram assim: procure a melhor empresa do mundo e traga esse pessoal aqui. O governo contrata essas pessoas. Reze que eles concordem com você, porque se você não concordarem que tinha que fechar a ponte, a coisa vai pegar.

Eu consegui a Steinman, que foi a quem projetou essa obra e que era responsável na época pela manutenção de todas as pontes de Manhattan. O dono da Steinman veio aqui, eu saí com ele... é o Arango, eu sai andando com o Arango pela ponte e ele me disse: mostre tudo o que esta ponte tem de ruim. Eu passei e disse: aqui é a barra do olhal, veja aqui. Ele ficou... Aqui tem... Ele falou: problema pequeno não me mostra, vai me mostrando problemas sérios. Eu digo tem aqui, tem ali, tem ali, tem lá.

Nós não tínhamos chegado do outro lado da ponte e ele me disse assim: “Vocês cometeram um grande erro, essa ponte tinha que estar fechada há muito tempo, vocês estão correndo um risco maluco com essa ponte.”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para registro desta Comissão, eu gostaria de ouvir a sua resposta, a sua avaliação: mas como que uma estrutura desse porte chega nesse ponto?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Olha, como eu te disse, eu já trabalhei em mais de mil pontes. Eu já vi muito isso, já vi muito isso. Já vi muita ponte abandonada. Eu já vi ponte em que você passava... veja... vou citar... eu



não vou dizer qual é, foi no Estado de São Paulo, eu já vi ponte metálica que eu passava a mão por dentro da viga, passava o braço por dentro da viga, dos buracos de corrosão que tinham.

Isto não é privilégio da Ponte Hercílio Luz e não é privilégio do Brasil. Isso existe em tudo quanto é canto, as pessoas não têm, vamos dizer assim, o conhecimento do que se faz com as estruturas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E eu me pergunto: a estrutura estando nesse ponto, e o senhor me referiu a um Coeficiente de Segurança menor que um, um coeficiente desse ele apresenta um risco de colapso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim, por isso que foi fechada a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, ainda assim o senhor assumiu o risco da ponte, de trabalhar nela, assumiu o contrato?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Assumi por quê? O risco com Coeficiente de Segurança menor que um não quer dizer que a ponte vá cair, não quer dizer. Existe uma reserva de resistência.

O que é que nós tomamos cuidado? Sentamos com o DER e o que é que nós tomamos cuidado nessa ponte? Ninguém sabe disso, vou contar aqui, porque ninguém sabe dessa coisa. Nós fomos aqui do lado da Ilha e cortamos um pedaço da ponte, desligamos o acesso lá da ponte principal. Se por acaso aquela torre caísse, ela cairia pro lado do mar, pela situação da ponte, e não arrastaria esses vãos de acessos, de forma que se evitaria que morresse gente aqui embaixo. Quando o senhor está me perguntado porque eu aceitei trabalhar, porque eu antes de voltar a trabalhar na ponte, eu fui, eu, fui lá em cima dessa ponte, eu fiz o projeto e nós executamos o projeto que estabilizou a ponte.

Então eu tinha a certeza que este Coeficiente menor que um, quando nós fizemos aquele trabalho lá em cima, virou maior que um, virou maior que um.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E os senhores comentavam, era comentado entre o DER na época o colapso total da estrutura - imagino que chegaram a esse ponto? Era recorrente esse...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, quando, quando foi encontrada a barra do olhal rompida, foi uma comoção geral. Foi uma coisa que ficou todo mundo desesperado. E se essa ponte cai? A peça tá rompida. O que é que nós podemos fazer? Eu lembro que o Konder Reis, era Ministro na época - não lembro Ministro do que ele era -, ele conseguiu colocar o material aqui em uma semana, trazendo dos Estados Unidos. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi.*]

Você não sabe... Desculpe, o senhor não sabe o que foi a correria, o desespero de todo mundo, do governo inteiro, de Governador abaixo, para resolver esse problema. Não foi abandonada, a coisa foi tratada como a coisa mais séria que existia. Para te dar uma ideia, nós fizemos o serviço lá em cima, de fazer o reforço, foi agora, quinta-feira santa, porque foi comunicado... O DER comunicou: agora vem a Páscoa, ninguém vai mexer na ponte, vai ficar tudo sossegado. Eu vim aqui, passei quinta-feira e Sexta-Feira Santa pendurado em cima da ponte pra fazer o serviço pra não ficar... não dar uma comoção em todo mundo: olha, tão mexendo, vai cair, vai não sei o quê. Fizemos isso “escondido”, entre aspas, para poder garantir a estabilidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do ponto de vista... a situação sendo essa, do ponto de vista da empresa, era interessante a empresa assumir esses riscos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu, eu, eu vou dizer duas coisas. A primeira é a seguinte: eu tenho por essa ponte um, um, bom, pode dizer amor, eu tenho uma coisa maluca por essa ponte. Eu digo sempre assim: quando eu morrer, se quiserem colocar na minha lápide, põe trabalhou na Ponte Hercílio Luz.

Eu estudei essa ponte desde menino. Então eu me senti sempre responsável por essa ponte. E, veja, eu trabalho em obras que estão em risco. Nós trabalhamos nisso. Nós somos, a nossa empresa trabalha, assume um risco



calculado, mas assume. A ponte aqui, a Colombo Salles foi isso. A Colombo Salles... Eu tentei entrar na Colombo Salles quando pegou fogo, com aquela roupa de amianto, estava trezentos e tantos graus, os bombeiros não me deixaram entrar. Mas, assim que deu, eu entrei lá e fui verificar como é que tava. Fui eu lá dentro da ponte, e a ponte podia cair. Interditei a ponte, sofri pressões malucas, interditei meia pista, até que nós fizéssemos alguma coisa. Eu, eu, eu trabalho nisso, eu trabalho, eu sou um trabalhador de risco, vamos dizer assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra, então, na época, se existiam outras empresas que realizavam outros serviços à época na Ponte Hercílio Luz? Sabe me citar alguma?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra da execução...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perdão...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. Eu não... Que tenha feito outros serviços? Durante uma certa época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Concomitantemente, na mesma época?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, concomitantemente não. Conosco, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra da execução de serviços realizados pelas seguintes empresas na Ponte Hercílio Luz, isso no início da década de 80: a empresa Engequip, a White Martins, a A.Maykot, a Philipp S/A e a Jair Philipp? O senhor lembra de alguma dessas empresas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não... A White Martins?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, a White Martins...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A White Martins fornecia oxigênio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Engequip...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A Engequip eu não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A A. Maykot.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A A. Maykot não era uma loja que tinha aqui, de materiais de construção? Eu lembro que tinha uma Maykot aqui, pode ser essa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Philipp S/A?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A Philipp... A Philipp de energia? A Philipp fazia a manutenção da parte elétrica, mexia com a parte elétrica. Essas empresas prestavam serviços na ponte. Forneciam... a White Martins...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não era ao mesmo tempo, era conco...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, não, não, mas fornecia material. A White Martins fornecia oxigênio; A. Maykot fornecia... fornecia aço, prego, essas coisas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eram fornecedores de materiais, então?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – De materiais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra como funcionava a fiscalização, a supervisão dos serviços?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Da parte do Deinfra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim. Quando nós assinávamos o contrato, o DER na época, o Deinfra, designava um engenheiro fiscal, e esse engenheiro fiscal acompanhava todos os trabalhos. E...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era só um?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Era só um.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era um engenheiro responsável só?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Um engenheiro responsável.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pelo seu contrato tinha um engenheiro apenas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Um engenheiro, um engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esse engenheiro ficava o tempo inteiro com os senhores?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Durante a operação.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Aí, veja, eu não lembro se ficava o tempo todo, porque saía, ia pra lá, ia pra cá. Mas, depois, teve uma certa época, depois, em que ficava... o pessoal ficava inclusive na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra do...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foi feito um escritório pra eles ali. Aí eles ficavam direto, aí tinham dois, até, inclusive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Dois.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Dois. O engenheiro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra o nome desses engenheiros?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Olha, eu lembro que nós trabalhamos muito tempo com o Xavier.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Xavier.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – É. O Xavier já faleceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O segundo nome o senhor lembra? Não?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O Xavier faleceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual era o outro contato que o senhor tinha na época com o Deinfra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Eu falava muito com a diretoria do Deinfra, muito com a Diretoria Técnica, porque a gente sempre discutia problemas técnicos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pode citar nomes?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O Picanço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor, faça o favor... Deixa eu interromper. O senhor pode ficar um pouquinho mais para lá por causa do microfone, para poder...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Desculpe, eu vou me animando (*ri*).

O Picanço. O Picanço foi uma pessoa com quem nós trabalhamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Picanço?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Picanço, é. O Picanço foi diretor do DER na época em que rompeu a barra de olhal. Então nós tínhamos um relacionamento muito grande lá com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu imagino que ao final da execução do contrato do senhor, dos contratos que o senhor esteve envolvido, ainda existiam, então, serviços necessários a serem realizados na ponte, de manutenção.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim. Sim, sim, sim, sim. Muito, muito. Nós fazíamos um pedacinho de cada vez. Um pedacinho! Veja, essa ponte tem oitocentos e tantos metros de comprimento. A torre tem 70 metros de



altura, quer dizer, é uma área maluca, entende? É um volume de... de... São 5 mil toneladas, 4, 5 mil toneladas de aço. Você não consegue num ano fazer isso. É impossível. Por mais dinheiro que tenha, por mais pessoal que tenha, você não faz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou fazer uma pergunta para o senhor, talvez seja um pouco... eu acho que o senhor já respondeu parcialmente, mas, mesmo assim, eu quero para registro: foi requerida ou solicitada a execução de outro serviço que não estava originalmente previsto ou houve mudança em projeto durante...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, não tinha originalmente previsto nem projeto. Nós executamos, nós tivemos... São dois contratos em que nós tínhamos a manutenção da Hercílio Luz, da Colombo Salles e da Pedro Ivo. Então esse pessoal executava trabalho nas três contratualmente.

Agora, não tinha dizer assim: fez, executou projeto, não executou projeto. Não tinha projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E os senhores realizaram algum tipo de estudo sobre as condições estruturais da ponte, estabilidade, necessidade de recuperação estrutural, antes do contrato?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Antes de começarem o trabalho?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Antes de começar os trabalhos, nós viemos aqui, visitamos a ponte, olhamos a ponte, vimos tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quais estudos foram realizados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. Foi uma inspeção visual.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Foi uma inspeção visual, só?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Visual. Nós já tínhamos, que meu pai tinha trabalhado aqui, nós já tínhamos conhecimento, vamos dizer, da resistência do aço, nós tínhamos os relatórios da fabricação do aço especial das barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tem algum documento relacionado a esse período que possa... alguma documentação, relatório de obras... pantográfico, alguma coisa...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ah, não. Faz tanto tempo, isso não tenho mais nada. Não tenho. Pode ser que eu fuçando em tudo consiga alguma coisa, uma fotografia, uma coisa, mas eu não, não... isso eu não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era feito de...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Nós nos baseamos muito, muito, na, na, nesses estudos da ponte, num relatório que foi publicado em 1932, que foi o maior trabalho que já foi feito da Ponte Hercílio Luz, pela American Society of Civil Engineers. Toda a nossa fonte de informação era desse relatório, e tínhamos grandes informações de toda a época da construção, de tudo isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E eram feitos diários de obra?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Olha, eu não posso te... Havia o diário de obra, o diário da obra, diário de obra normal: fez isso, aquilo, aquilo outro, isso tinha o diário. Mas você fazia e encaminhava, depois, isso ao DER. O diário de obra tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra, o senhor como engenheiro, como responsável técnico, o senhor lembra quais eram as condições dos aparelhos de apoio das torres principais, os pilones, nessa época?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ah, ô, ô, as torres?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Os pilones, isso.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Porque tem os aparelhos de apoio da viga principal no, no, no pilone e tem o apoio do pilone lá embaixo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Dos dois.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O apoio do pilone lá embaixo, ele é um aço fundido e ele encontrava-se, até quando nós saímos daí, em estado relativamente bom. Mas encontrava-se aquilo que se chama na literatura *frozen*, congelado - o americano usa esse termo, *frozen*. Eles estavam congelados.

Essa ponte tem uma característica extremamente importante no projeto dela, porque a torre ela não se sustenta sozinha. A torre tem um pino aqui embaixo, é um pino. Se você soltar a torre, ela cai. Então esse pino que está lá embaixo ele tinha a função de permitir que na construção da ponte ela girasse. À medida que ia se montando a ponte, a torre ia andando, até chegar na posição final. Depois que a torre chegou na posição final, este pino, claro, tem uma importância, mas não a importância primordial que ele tinha na época da montagem. Mas essas bases não apresentavam nenhum defeito grave.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não apresentavam? [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não. O que tinha, que era muito ruim, era o concreto sobre o qual se apoiava esse binômio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E as torres principais? As torres... o resto da estrutura?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Quando nós per... fize... tivemos o primeiro contrato, era impossível entrar nas torres. Elas tinham enferrujado tanto que as escadas tinham caído.

Cada, cada torre... ca, ca, cada perna tem uma escada, por um lado ou pelo outro. Então temo duas escadas na ponte, que dão acesso à (*ininteligível*). Não dá pra subir. Você, você pegava no degrau, sacudia, o degrau caía na tua mão. Nós tivemos que pra chegar lá em cima, ir montando degrau por degrau, degrau por degrau, até conseguir chegar lá em cima.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então as condições das torres principais não eram...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – (Ri.) Como eu disse, lamentáveis. Vamo usar o mesmo termo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era... Era visualmente... Isso precisava ser... é... Pelo jeito que ele fala isso precisava ter um conhecimento técnico para (*ininteligível*) à época.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, é, é, é... Não, essa parte interna, não. Essa parte interna você tin...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a parte externa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A parte externa tava feia, tava muito feia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Estava feia?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Tava feia. A parte interna tava feia.

Veja... a, a... só... mais um, mais um parêntesis só: essa ponte foi pintada de preto. Ninguém sabe por quê. Eu consultei a American Bridge por que pintaram de preto?. Ele falou: num sei.

Esta ponte deveria ter sido pintada, na minha opinião e na opinião de um monte de técnicos, de uma cor clara...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lógico.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA - Porque ela iria absorver menos calor. Ela ia dilatar... Essa ponte mexe 30 centímetros num dia. Não é brincadeira.

Então veja, o que que aconteceu? Essa ponte foi pintada assim e a pintura foi degradando, degradando, degradando, ai chegou um ponto que foi decidido então: a pintura tá tão ruim, que então vamos passar a pintar de prateado. Essa ponte foi inteira pintada, são dezenas de milhares de metros quadrados. Essa



ponte foi pintada três vezes enquanto nós trabalhamos aqui, sabe. Mais de 100 mil metros quadrados de (*ininteligível*), que foi feito dentro desse contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor considera que a estrutura das torres principais comprometiam a estrutura da ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. Ela estava muito comprometida internamente, mas ela não havia pe... Ela havia perdido área que impedia que uma pessoa subisse, porque a escada tava degradada, mas a estrutura básica da ponte... da, da torre, não. Não.

A única coisa que tinha na torre, os senhores devem lembrar bem da Hercílio Luz, você tem as duas torres aqui na entrada e tem uma peça unindo, amarrando as duas aqui. Aquela peça tinha um erro de projeto e ela tava entortando, tava flambando. Aí nós fomos lá e fizemos aqueles, aquelas cantoneiras que têm lá. A única coisa que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso foi em que ano?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Oitenta e três, oitenta e dois, por aí... ã... eu sou ruim de data, entende. Me desculpe se eu falar alguma coisa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então foi logo no início do seu contrato?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim, porque nós... quando nós... foi os problemas que nós encontramos, problemas graves que nós encontramos.

À medida que os contratos, o contrato foi evoluindo, os problemas graves foram sendo reduzidos, né, porque nós estamos resolvendo esses problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tem algum registro dessa época de manutenção ou algo feito especificamente nessa parte da... da...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hum... não tem.

Não tem, porque veja, como não havia projeto... então essa coisa ia se fazendo, e fazendo, e o fiscal atestava que foi feito, via lá, via o serviço, e não tem, nunca foi registrado isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou fazer uma pergunta que normalmente é para registro, para a gente deixar registrado na Comissão, mas o senhor já até respondeu ela, mas eu preciso de uma análise sua: se caso fosse providenciado o manual dessa ponte, da manutenção da ponte, o senhor acredita que o acesso ao plano de manutenção e manual da ponte teria sido útil, auxiliado nos seus serviços?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Teria, mas não muito. Teria, mas não muito. Porque veja, quando veio... eu conheço... manuais desse, como te disse, nunca vi. Mas os manuais de manutenção, eles partem do princípio que a estrutura sai do seu estado ideal. Porque você compra um carro, ele te entrega o manual do carro, o carro tá zero. Se você pegar um carro que tem 120 mil quilômetros, aquele manual já não, não tá servindo pra muita coisa. Então o estado que nós pegamos a ponte, o manual não seria primordial e ajudaria muito pouco, porque o manual partia de uma situação que não existia mais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor... A nossa equipe aqui está solicitando para que o senhor, se o senhor poderia nos especificar o ano da instalação das cantoneiras, se foi 82 ou 83.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – As cantoneiras da, da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Da... isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ah, não... Isso eu não consigo. Não foi um serviço tão importante assim que tivesse, que tivesse marcado. Isso não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A empresa tinha um roteiro de manutenção da ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Teria a... Era baseado na... diga...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Vamos usar um termo assim: se apagava incêndio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E com que frequência os serviços de manutenção eram realizados? Eram diários, eram semanais?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Diário. Não, diários. Isso era diário, o pessoal trabalhava na ponte dia... todo dia, todo dia.

Nós tínhamos duas situações que nós não trabalhávamos na ponte: era o dia de chuva e o dia de muito vento, porque nós tínhamos vento aqui de 120, 130 quilômetros por hora e aí não podia colocar o pessoal em cima. Era a única coisa que se fazia, não se trabalhava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato 114...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Só desculpe, desculpe interromper, mas... Quando às vezes faltava material, então o pessoal não ficava produzindo o que podia produzir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA - Produzia, fazia serviço, mas não produzia com a intensidade que podia produzir e não executava, às vezes, o serviço que deveria executar, ia executar outra coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Contrato 114, de 1980, firmado entre a empresa Roca e o Estado, tinha o preço inicial de 30 milhões de cruzeiros e durou até 83. Ele passou por cinco aditamentos e teve esse valor majorado para 187 milhões.

O senhor lembra quais foram os motivos que ocorreram esses aditamentos?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, o que acontece é o seguinte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ou foi su...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Naquela época... O senhor é um pouco mais velho [*dirige-se ao Deputado Marcos Vieira*], lembra o que era inflação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor lembra...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A inflação comia todos os valores dos contratos, então tinha que se ir repondo dinheiro em cima, não pra aumentar serviço, mas pra permitir cobrir as perdas da inflação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não... nenhum... não foram adicionados serviços ao que o...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, era impossível adicionar ou retirar, porque na... você não se tinha o (*ininteligível*). Você ia partir de que serviço? Não tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É porque existe... é porque existe um...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Nunca foi... nunca saiu um contrato que dizia assim: você vai pintar o vão tal, tal e tal; vai trocar os rebites do vão tal. Não, não tinha isso, entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É porque justamente o aditivo de 11/08/81, na sua cláusula primeira, acrescentou o serviço de execução de cálculo e projeto de substituição dos aparelhos de apoio móveis...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Dos vãos...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA - Nos vãos.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra desses serviços?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eles foram executados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foram, foram executados (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Poderia explicar como é que foram executados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Poderia explicar como é que eles foram executados?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Esses aparelhos de apoio eles se apoiam na cabeça da... na cabeça das torres.

Foram feitos uns consolos, umas peças metálicas que prendiam, onde se apoiava o macaco, esse macaco, então, levantava a estrutura, liberava este aparelho de apoio, que tava preso por parafusos, soltava seus parafusos - tinha sido fabricado um outro aparelho de apoio já, que entrava no lugar desse e baixava o macaco. É a solução usual nesse tipo de obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que além da manutenção, os senhores realizaram alguns serviços de restauração também, de recuperação estrutural?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja... é... Vamo, vamo tentar distinguir bem os termos.

Nós temos manutenção, em que eu pego uma coisa e faço essa coisa continuar como ela tá. Nós temos a recuperação, em que eu pego uma coisa que está já degradada e a trago para a situação original ou próximo da original. E nós temos a outra, que é a restauração. O que seria a restauração? A restauração seria eu devolver a estrutura a sua condição original historicamente.



Por exemplo, nós nunca usamos parafuso nessa ponte, usamos rebite. Por quê? Porque a ponte, originalmente, era rebitada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Então havia esta restauração... Quando nós estávamos fazendo a manutenção, nós estávamos fazendo a restauração e a recuperação, porque nós tamo trocando aquilo que tava estragado. São coisas que se englobam, juntam. Elas se jun... jun... isso tudo junta, faz uma coisa só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De 83 a 86, a Roca ficou fora da ponte, ao que consta.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra que quando o senhor voltou, havia alguma modificação estrutural aparente na ponte?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Havia uma coisa só. Quando você vai daqui pro Continente, você chega na torre a perna sul da torre, ela havia sido iniciado um trabalho nela, tinham sido trocado um monte de vários rebites e tudo e a peça não havia sido pintada ainda.

Veja que eu não estou dizendo que a empresa tinha culpa, não tinha culpa, não... Foi uma coisa que chamou atenção. Nós fomos lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum, hum...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – ...limpamos isso, jateamos e pintamos.

Foi a única coisa que tínhamos e que... fic... vamos dizer assim, um serviço que ficou pra trás, mas por ter ficado pra trás porque terminou o contrato. Foi a única coisa que tinha. Não... não... não... não.. não... não posso em absoluto dizer que tinha sido feito uma besteira, uma coisa errada ou uma coisa... Não. Isso, de forma nenhuma eu posso dizer isso. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra qual era a função do senhor Carlos Gabriel Fraxino?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foi esse que eu falei, o Fraxino, o Fraxino foi nosso engenheiro de obra aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele assinou um ofício no dia 26/10/81 sugerindo a remoção total do pavimento asfáltico da ponte...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...para aliviar a carga estrutural da ponte. O senhor lembra dessa ocasião?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Lembro. Lembro muito bem disso e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lembra quando foi feita a remoção?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Essa remoção foi feita um pouco... Antes, veja, tô lhe dizendo como eu sou ruim de data, mas ela foi feita antes de terminar o primeiro contrato, boa parte dela. Quando nós saímos fora da ponte, isso eu lembro muito bem, eu recebi uma comunicação de um amigo aqui, dizendo que estavam retirando o asfalto de cima do vão grande. Eu, imediatamente, entrei em contato aqui, conversei inclusive com o pessoal da Steinman, nos Estados Unidos, e (*ininteligível*) assim: vocês estão fazendo uma loucura, vocês estão tirando o peso da ponte. Quando vocês tiram um peso do vão móvel, do vão móvel, desculpa, do vão pênsil, ele sobe, o cabo sobe. E vocês... tem um risco de derrubar a ponte. Continuaram tirando, começou a estourar rebite pra tudo que é lado — tau, tau, rebite partindo. E aí parou tudo. Isto eu lembro bem, lembro porque eu inclusive me meti, que não tinha nada a ver com a coisa, mas me meti porque eu vi que podia se chegar numa situação extremamente perigosa.

Só para dar uma ideia, os cabos da Ponte Hercílio Luz, quando começou a montar a viga embaixo, eles estavam a 1 metro e 80 acima da posição. À



medida que punham o peso eles foram baixando. Na hora de montar a ponte faltou madeira, o estrado era de madeira, teve que por areia, saco de areia para a ponte chegar na sua posição final. Uma ponte dessa você não pode levantar, tirar peso assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não foi a sua empresa que executou esse serviço de retirada?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Do vão pênsl, não. Não. Pelo o amor de Deus, isso eu não deixaria fazer nunca. Nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quem foi?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu não vi fazer, mas eu não tava no contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não é algo que desaparece da noite para o dia, né?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

Quer dizer, se você me perguntar: você viu fazer? Você viu quem fez? Eu não vi quem fez, mas tinha alguém responsável pela ponte na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe quem foi o responsável?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não sei. Quem mandou tirar eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Empresa? DER?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Existia uma empresa trabalhando lá, ela deve ter recebido ordem de alguém ou ela sugeriu alguém, mas isso eu não tenho ideia, porque eu não estava aí. Entende? Eu vim e disse isso: vocês estão... não façam loucura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.



Senhor Raul, entre a execução dos contratos firmados entre a sua empresa e o Estado, de 80 a 86, foi firmado um contrato entre o Estado e a Usiminas, Usimec na época, né?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No ano de 82, objetivando a restauração e reabilitação total da Ponte Hercílio Luz, que vigorou até o ano de 1987.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra da execução de algum serviço referente a esse contrato?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Na ponte? Era projeto ou era execução?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Execução.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hum... no momento não tô lembrando o que foi feito lá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de algum... Perdão.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, eu lembro que a Usimec ficou envolvida muito tempo aqui. Nós tivemos muitas reuniões com a Usimec, a Usimec deu muita assessoria, porque eles têm um corpo técnico espetacular, muito competente. Depois da Usimec, a Usimec deu origem à RMG, que foi a empresa que também fez o projeto aqui, mas eu não lembro do que que eles tenham executado na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra de alguma inspeção?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ah! Inspeção foi feita. Eles fizeram inspeções.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A Steinman também?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A Steinman também. Quando nós fechamos a ponte, a Steinman veio, avalizou o fechamento da ponte e o governo trouxe um engenheiro da Steinman, chamado John Schmid, que trabalhou aqui muito tempo fazendo levantamento da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se foi feito então um projeto ou algum documento sobre restauração na época?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, eu lembro que a Steinman fez essa inspeção, eu acompanhei essas inspeções, muito, mas eu te confesso que eu não vi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não leu...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Ou se vi não lembro de ter visto um relatório da Steinman. Ela deve ter mandado esse relatório, mas eu... não caiu na minha mão. Porque, veja, eu não tinha... eu era um terceiro. O contrato aí era o governo e a Steinman, então não... Participei de muitas discussões, muitas conversas com o pessoal da Steinman na ponte, sobre problemas técnicos, isso sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Nos contratos firmados entre a sua empresa e o Estado era recorrente o item “troca de todos os componentes estruturais que se apresentarem como comprometidos”. O referido item envolvia que tipo de componentes?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Basicamente os componentes princi... O maior... Os componentes... Uma ponte... Veja, desculpa aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Só peço para o senhor ser objetivo na resposta.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uma ponte é dividida na parte de estrado, que a gente chama, que é onde passa os carros em cima, e na parte de viga principal, que é onde o estrado apóia e a estrutura aguenta. E tem uma



coisa chamada contraventamento, que é o que resiste aos esforços horizontais, vento, tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum!

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O que tava muito, muito, muito, muito corroído nessas pontes era esse contraventamento, essa peça, as peças, aquele x que forma na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor chegou a trocar esses contraventamentos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uh, uma quantidade imensa disso aí, imensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Utilizou guindastes?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nunca utilizou?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, porque a gente não conseguia por guindaste porque como não tinha mais estrado, não tinha como entrar um equipamento pesado lá. O guindaste não, não, não, não era necessário o guindaste. Foi tudo feito... Não havia... Levantar uma peça de 100 quilos, 200 quilos, 300 quilos, quer dizer, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a empresa do senhor participou de algum certame licitatório no ano de 1990 para prestar serviços de manutenção e conservação na ponte? O senhor lembra disso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – 90? 90? Deixa eu ver... Sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Venceu?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Eu não tô, eu não tô, eu não tô... Eu tô perdido aqui nesse 90 (ri)... Não, não... Te confesso que agora eu não tô me localizando no que seja. Nós perdemos a concorrência quando foi aqui nos anos oitenta e... Não, acho que foi... Foi 90? Que entrou a... Nós perdemos uma



concorrência que entrou essa empresa... Eles fizeram... parece que deram depoimento ontem aqui. Fugiu o nome agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Essa nós perdemos essa concorrência pra eles. Nós ficamos em segundo lugar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ainda sobre a troca de todos os componentes. O senhor trocou os contraventos, não utilizou guindastes, não eram necessários, como o senhor falou, e as longarinas? Foram trocadas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foram, foram. As longarinas foram trocadas. Nessa reabilitação final que nós fizemos aqui, foi feito um projeto disso e nós trocamos uma quantidade bastante grande de longarinas. Essas longarinas inicialmente na ponte elas foram feitas para passar um trem. Então, quando se resolveu transformar aquele estrado que era de madeira, passou pra asfalto e depois ia usar um outro estrado, que a gente chama estrado ortotrópico, precisava de mais longarinas, porque o estrado ortotrópico exigia uma distância menor entre as peças. Então foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O senhor, na verdade... A sua empresa ficou fora no ano de 90, participou do certame, não venceu, como o senhor mesmo recordou, e o senhor lembra qual foi o motivo? Porque o senhor vinha prestando serviço ano após ano e, de repente, essa sequência foi quebrada.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra por que foi quebrada e depois retomada?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Veja, o que acontece é o seguinte: é sabido por todo mundo que quando um órgão faz, abre uma concorrência, ele exige um conhecimento técnico. Então, você apresenta os atestados. Eu já trabalhei em estrutura desse tipo, já trabalhei em estrutura daquele tipo. Isso era



sistematicamente solicitado. Neste ano não foi, ô, ô, ô... as exigências técnicas foram reduzidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então a outra empresa...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A outra empresa entrou, porque não precisava ter... E nós mantivemos a nossa taxa de BDI exatamente como era no contrato anterior e ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E foi somente nessa licitação?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Das que eu lembre, foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque na seguinte já voltou a exigência.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Voltou a exigência. Voltou, voltou porque deu... Desculpa, não quero nem falar (*ri*), mas deu problema, tiveram problemas, e aí então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Que tipo de problema?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Aí eu não sei te dizer. Tiveram, houveram problemas na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De quê? Estruturais? Serviços mal prestados? O que aconteceu?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não sei te dizer. Não, serviço mal prestado eu não posso afirmar nada, porque nós pegamos depois a obra. Não tinha nada grave. [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tinha nenhuma alteração estrutural relevante?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. Isso não. Isso de jeito nenhum! Só aquela retirada do estrado, que eu falei, que aquilo... mas aí parou e não fez mais.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E essas exigências técnicas que deixaram de ser necessárias e depois voltaram a ser necessárias, o senhor lembra quais eram essas exigências?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Era basicamente que tinha que ter experiência para trabalhar em grandes pontes e experiência em fazer rebite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Fazer rebites?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Rebite! Rebite era uma exigência básica na obra, porque a ponte é toda rebitada. E a técnica de rebite é uma técnica que não é dominada por todas as empresas. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Hoje, por exemplo, a grande maioria das empresas utiliza parafusos, mas essa obra tem que ser com rebite, porque nós tínhamos que deixar... e a obra ela é tombada pelo Iphan, nós tínhamos que deixá-la exatamente como ela foi feita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Entre 96 foi firmado um consórcio entre a Roca e a TEC.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode explicar como é que começou essa parceria?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o que motivou?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – O que motivou foi o seguinte: nós temos, nossa sede é no Paraná e nós estávamos tendo um custo administrativo alto aqui, que dificultava a tocar a obra. O nosso BDI era baixo. Então o que nós fizemos? Nós procuramos uma empresa que tivesse capacidade técnica, que pudesse somar conosco e que fosse uma empresa de nossa confiança. O que acontece com a TEC? A TEC tinha uma empresa, que era uma pessoa, que era sócia dele, da TEC, que era meu parceiro de aula, nós dávamos aula na faculdade de Engenharia juntos. Então eu o procurei e ele disse: eu tenho, sou



sócio dessa empresa, tem lá o engenheiro Tolstoi (?), e aí então nós sentamos, conversamos e havemos por bem juntar as forças. E essa parceria funcionou muitíssimo bem, hoje nós somos grandes amigos e nunca tivemos um desentendimento comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Mas o objetivo foi esse, de reduzir os nossos custos administrativos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor conhece o engenheiro Ricardo Procopiak Saporiti?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Conheço o Ricardo. Não sou amigo do Ricardo, mas conheço o Ricardo. O Ricardo, inclusive, é parente do Paulo, que esteve aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele teve alguma influência na contratação da Roca?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, não. Eu conheço o Ricardo assim, socialmente. Ele é parente dos Procopiak que são meus amigos, mas eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque ele, inclusive, participou de reuniões, ele esteve... por exemplo, eu tenho uma ata aqui de reunião do dia 13/11, realizada no DER, que tratava do cronograma físico-financeiro da obra de recuperação da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum. Sim, ele trabalhava no DER, então ele participava disso, ele participava disso, porque ele trabalhava na parte técnica do DER. Então ele tinha que participar mesmo, era... ele tinha que participar disso, não tinha como ele não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em 1994 o Tribunal de Contas emitiu uma informação que abordava o Contrato 88/92 e os dois aditivos seguintes, respectivamente 93 e 94. O Tribunal de Contas concluiu que não havia necessidade do contrato viger por mais de um ano, pois se tratava



de serviços de manutenção e conservação, ou seja, a execução de serviços contínuos.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A equipe do TCE ainda avaliou que o objeto do contratado era (I) genérico, (II) não havendo a especificação dos serviços. O senhor também classifica dessa maneira? O senhor concorda com essa afirmação do Tribunal de Contas?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Classificá-lo de genérico e não havendo especificação de serviço? Concordo em gênero, número e grau! Era a necessidade do contrato, aquilo que nós já conversamos aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Apesar...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Isso é... veja, desculpe falar aqui... eu discordo da interpretação do Tribunal, entende?! Porque o Tribunal... claro, você não pode querer que uma pessoa do Tribunal conheça profundamente uma manutenção de ponte metálica, né?!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor não enxerga como irregular?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, veja, eu não enxergo, porque você não consegue... aquilo que nós já conversamos bastante, você não consegue quantificar, não consegue quantificar. Você não pode adivinhar quantos rebites vai trocar ou que peça vai trocar. Veja, essa ponte é muito antiga, quando você passa o jato... passou o jato de areia, tem peças que parecem que estão boas que furam com o jato, entende?! Tá cheio de corrosão, você tem que ir lá e trocar. Ninguém... e outra coisa é muito... praticamente impossível determinar as quantidades, porque a ponte é gigantesca, você tem que montar um andaime para chegar lá para examinar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nós estamos nos...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Então não tem forma.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...encaminhando para as duas últimas perguntas.

Apesar dos vários contratos de manutenção que a sua empresa mantinha com o Deinfra, o relatório de inspeção da Ponte Hercílio Luz de 07/10/96 registra que “o inspetor Mr. John Schmid antecipou que”...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...”encontrou o processo amplo e generalizado de deterioração da estrutura suspensa”...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...”nas mesmas condições encontradas há dois anos atrás”.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – “Entretanto o processo continua atuante face à falta de medidas de manutenção preventiva.”

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Uhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor pode esclarecer se havia ou não manutenção na Ponte Hercílio Luz?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Nas barras de olhal, não. E explico por quê. Quando rompeu a barra de olhal...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas ele não se refere apenas a...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, ele fala da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Estrutura suspensa.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – A estrutura suspensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – São as barras de olhal. A estrutura suspensa são as barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que é apenas isso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Mas é. É isso! Veja, não é só aí... essas barras de olhal e os cabos de aço que penduram, mas essa corrosão nos cabos de aço não tinha... o cabo não tinha corrosão. Os cabos tinham um problema interno dos cabos, mas isso não cabe discutir aqui esse problema técnico.

O que que acontece? Nós quando começamos a mexer na obra, nós jateamos e pintamos todas as barras de olhal. Quando apareceu a barra de olhal rompida, foi feito o reforço da barra de olhal. Existia a necessidade imperiosa de substituir essas barras de olhal. Então, o que que foi dito? Não adianta você ficar pintando se o governo vai trocar isso aí dentro de pouco tempo. Só que foi acontecer em 2018. O reforço que nós fizemos na barra de olhal era para durar seis meses, seis meses. Ele veio de 83 a 18. Claro que nós enquanto trabalhamos aqui, inspecionávamos regularmente, víamos como é que tava aquilo, víamos que ele tava se comportando bem, víamos que as peças estavam aguentando. Mas não foi mais mexido nas barras de olhal, porque elas iam ser trocadas. Se você vai trocar, não vai jogar dinheiro bom em cima de uma coisa que vai jogar fora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Senhor Raul, eu agradeço pelas suas respostas. O seu depoimento foi, naturalmente por ser o responsável técnico, o mais extenso. Agradeço pela sua paciência. Se o senhor quiser acrescentar alguma coisa que possa ser relevante para esta CPI, eu peço para que faça muito brevemente, porque acredito que os outros Deputados também podem ter alguma pergunta.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não, veja, eu não... absolutamente relevante, não. A única coisa que eu queria rapidamente dizer é o seguinte: eu me emociono e me animo, falo muito quando falo dessa ponte, porque realmente essa ponte faz parte da minha vida. Então, às vezes eu me exalto um pouco,



porque realmente isso para mim é uma coisa extremamente importante. Essa ponte tem comigo há trinta e tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, abro a palavra aos senhores. Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Boa noite, senhor Raul.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Haveria funcionários da Roca trabalhado em outros contratos da Ponte Hercílio Luz, como por exemplo na Vivenda?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Funcionários da Roca?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Da Roca trabalhando em outros contratos.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Não. O que acontece é o seguinte: quando a Vivenda ganhou o contrato, eu demiti todo o meu pessoal, porque eu não tinha onde colocar. Então eu chamei meu pessoal aqui e disse: olha, nós perdemos a concorrência e infelizmente eu não tenho obra para colocá-los, então eu vou ter que acertar a conta de vocês. Ainda disse a eles: vocês conversem com o pessoal que ganhou a obra, vê se conseguem ter um lugar aí, porque eu infelizmente não consigo mais manter vocês.

Eu não tinha como manter o pessoal, entende? Era muito dinheiro pra eu ficar com esse pessoal esperando um ano. O que eu faria? Como é que eu faria isso, né? É inviável. Senti muito, porque tinha vários operários que estavam conosco há muito tempo, mas eu tive que dispensá-los.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E qual a estrutura de operação na Roca? Aqui em Florianópolis.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Em Florianópolis?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA – Em Florianópolis nós tínhamos o escritório, que nos era cedido na obra. Nós tínhamos um escritório aqui no lado



da Ilha, que até era em cima do antigo cemitério. E esse escritório é que nos dava todo o apoio, era a nossa estrutura básica aqui. Justamente por isso foi uma das razões que nós, então, nos juntamos com a TEC, que a TEC tinha uma outra estrutura que facilitava muito a nossa administração da obra. Mas a nossa estrutura Roca era o escritório da obra, aquele escritório de madeira que tem ali.
[Transcrição: Bruna Maria Scalco]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Certo.

Como eram estabelecidos os valores da licitação, uma vez que não havia estudo prévio ou um plano de ação de manutenção?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, aí eu não.. não... como é o DER que fazia isso, eu não sei te dizer, mas o meu *feeling* é que o que era feito era: o DER determinava um número - veja que eu não tô dizendo que foi isso, eu tô dizendo que é o meu entendimento. O DER determinava: eu quero quarenta homens, trinta homens, então ele via o custo disso, multiplicava por doze, imaginava o BDI e coisa, ó, isso aqui vai custar tanto. Quanto é que eu tenho pra pôr de material, quanto é que eu posso pôr de material? Eu posso pôr tantos mil de material. Esse é o valor que ele tinha pra gastar, porque o DER não tinha condições técnicas de determinar essas quantidades, é impossível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Tu achas isso uma negligência de certa forma?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não acho. Desculpa, eu não acho. Não acho porque.. Se eu dissesse o seguinte: se ele fossem na obra, olhassem, eles podiam determinar a quantidade, seria negligência, mas eles não tinham acesso, eles não tinham um andaime para descer lá embaixo da ponte, não tinha como andar, então eu....ele, ele, ele não podia imaginar o que ia acontecer. Não tinha... não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E tu achas que foi alguma negligência do Estado com um todo, assim, uma falta de cuidado? As informações...



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu, eu tinha jurado que eu não ia dizer isso, mas eu vou dizer: foi, de 1926 pra cá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não foi nem trinta, nem quarenta, nem cinquenta, nem sessenta, começou em 1926.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E vocês comunicavam ao DER cada situação...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah, lógico, eu não fazia nada, qualquer coisa, o que era...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Então quando vocês viam alguma danificação muito...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Aí imediatamente chamava, imediatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E como que eles tratavam essa situação?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, eles se preocupavam demais. As pessoas às vezes dizem que eles não... o DER tinha uma preocupação muito grande dessa ponte. Eu cansei de chegar lá e dizer: meu Deus do céu e se essa ponte cai, o que é que a gente vai fazer, meu Deus do céu como é que tá isso aí. Havia essa preocupação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Eles registravam esses...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah, aí eu não sei te dizer. Aí é... Aí eu não tinha acesso lá. Mas que eles *n* vezes demonstraram a preocupação com o conserto da ponte, demonstraram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E alguma vez teve algum aditivo por falta de não ter acompanhado o recurso daquele inicial?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, houveram aditivos, como eu falei no começo aqui. Na época da inflação tinha que ter, porque não tinha, não tinha outro jeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Só por inflação, mas...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não, e tiveram, tiveram aditivos que foram por aumento de serviço. Esse último contrato que nós tivemos aqui, que foi para recuperar os 500 metros de acesso da ponte, que trocamos as longarinas, fizemos todo aquele serviço, pintamos a ponte que ficou perfeita, totalmente recuperada e restaurada, teve um aditivo, teve um aditivo acho que coisa de 13%, uma coisa assim, 14%, e nem se gastou tudo isso, nem foi gasto tudo isso. Mas foi porque o dinheiro que estava previsto não chegou a que a gente pudesse terminar o acesso, porque o objetivo dessa primeira fase...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Mas não estava no contrato inicial?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não estava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Foi acrescido?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Foram coisas que apareceram no meio que precisou fazer, então aí foi acrescido. Porque o objetivo dessa fase um era que a empresa que ganhasse a troca do, do, das barra de olhal, a recuperação do vão central, ela pudesse ter acesso com seus equipamentos pelos dois lados. Por isso eu acho que, inteligentemente, coisa muito correta, os técnicos do DER dividiram em duas fases. Porque é assim, eles faziam essa primeira fase, recuperavam a ponte toda e quem ganhasse a obra teria acesso pelas... pela Ilha, pelo Continente à obra, senão só ia poder iniciar o serviço dele depois que ele achasse, acertasse o caminho pra chegar lá.

Quando nós estávamos terminando isso, teve que pôr madeira em cima porque ia entrar guindaste, tudo isso, foi feito uma estrada de madeira, faltou dinheiro, foi mais... apareceu mais coisa pra trocar, pra fazer do que tava previsto, então foi feito um aditivo, um aditivo de... como eu disse, 13, 14%, uma



coisa assim. E aí esse aditivo foi feito, foi terminado o serviço, sobrou dinheiro do aditivo, tinha tido alguma folga, e esse dinheiro não foi faturado, ficou lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mais algum Deputado?

Com a palavra o Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Boa noite, senhor Raul.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Sargento Lima, Deputado Estadual.

Gostaria de fazer uma pergunta para o senhor, e tentasse ser bem assertivo nas respostas. Até agora, dos depoentes que a gente escutou até aqui, o senhor foi o único que conseguiu se lembrar de alguma coisa realmente. Os demais chegaram aqui e de nada se lembram, e quero parabenizar o senhor por isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Só desculpa, desculpa lhe interromper.

O Paulo Aguiar que esteve aqui, o Paulo Aguiar foi nosso sócio até 1988 e ele nunca veio aqui, ele nunca participou da empresa, ele era um sócio, ele tinha capital na empresa. Então ele realmente não sabe nada disso. O Roberto que teve aqui sempre foi o administrativo, ele não tem o conhecimento técnico pra isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Não, porque a gente fez perguntas também que são relativas a contratos e realmente o técnico não está celebrando contratos diante da empresa, nem contratando pessoas. O técnico faz essas respostas justamente que o senhor está fazendo.

Durante todo esse período em que o senhor prestou serviço para a ponte, com exceção dos dois anos em que a ponte foi assistida pela empresa



Vivenda, alguém do Estado, seja funcionário público, representante do governo, alguém procurou o senhor nessa época para pedir doações para campanha ou então para alguma obra filantrópica...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ...alguma coisa nesse sentido?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Não.

Alguém no Estado, seja do Executivo, do Legislativo, procurou o senhor desse momento para lhe oferecer algum tipo de proposta ilícita, que o senhor considerava dessa forma, durante todos esses anos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O.k., muito obrigado. Era só isso.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Até porque, veja bem, a característica dessa obra era uma obra... que, não, não, não tinha o que inventar lá dentro, mas nunca aconteceu nada disso, de forma nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Era só (*inaudível*).

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Eu posso lhe dizer que sempre fomos tratados aqui pelo governo do Estado com a maior lisura, por todos os Governadores que entraram aqui. Nunca aconteceu nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não há manifestação do Deputado Fernando, nem do Deputado João Amin, nem da Deputada Luciane Carminatti.

Senhor Raul, eu tenho duas ou três perguntas, na seguinte condição: o contrato que a Roca tinha com a Ponte Hercílio Luz era o único contrato que a empresa tinha com o governo de Santa Catarina?



O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Durante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – E se tinha outros, quais esses outros contratos?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Veja, nós tivemos aqui contratos com a Prefeitura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não, com o governo do Estado de Santa Catarina.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não, eu tô tentando lembrar agora aqui, fizemos... Agora... é, era a Prefeitura, as passarelas foram com a Prefeitura, e nós tivemos um contrato de emergência que nós fizemos quando deu aquela chuvarada na região de Joinville, aquilo, nós fizemos duas ou três pontinhas lá na emergência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor falou que...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Não estou lembrado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – ...no dia do incêndio da ponte...

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Ah, sim, desculpe, nós trabalhamos lá, nós trabalhamos naquela ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Foi feito um contrato específico para isso?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Foi uma emergência, nós tivemos que correr lá pra trabalhar na emergência, mas lá nós fizemos esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor sabe me responder se o contrato que a empresa tinha com o governo do Estado da Ponte Hercílio Luz, o valor do contrato, correspondia a quantos por cento do faturamento da sua empresa?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Olha, nós fizemos uma estimativa aqui e nesses anos todos, tirando esse contrato final da fase um, que foi um



contrato grande, a nossa... a nossa média de faturamento, jogando pra data de hoje, tô dando números aproximados, seria em torno de duzentos e poucos mil reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Corresponde a quantos por cento do faturamento?

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — Corresponde ao nosso faturamento... o nosso faturamento é de... nós faturamos R\$ 4 milhões ou R\$ 5 milhões por mês, então não é um valor representativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k., eu me dou por satisfeito.

O SR. RAUL OZORIO DE ALMEIDA — E desculpe, só mais um... só acrescentar uma coisa: foi isso que nos permitiu passar às vezes seis meses sem receber. Se fosse um valor muito representativo, eu não tinha aguentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais quem queira se manifestar, dou por encerrada a ouvida da testemunha Raul Ozorio de Almeida.

Agradeço a vossa senhoria, igualmente ao senhor advogado, e peço à assessoria que acompanhe até a porta da saída a testemunha.

(O senhor Raul Ozorio de Almeida deixa o recinto.)

Também não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e boa noite para todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Transcrição: Janis Joplin Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



**ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2019, ÀS 9H30MIN,
NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhora Deputada, senhores Deputados, muito bom-dia. Quero também dar o meu bom-dia a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, e também às senhoras e aos senhores que se fazem presentes na reunião de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga eventuais ilicitudes na reforma da Ponte Hercílio Luz. A ata da reunião passada será distribuída agora pela manhã aos senhores Deputados para discussão e aprovação na reunião seguinte.

Sua excelência, o senhor Deputado Bruno Souza, encaminha a cada um dos senhores Parlamentares, membros desta Comissão, uma informação sucinta acerca dos depoimentos feitos até a presente data, a qual vossas excelências acabaram de receber.

Também na pauta está o acusamento do recebimento do Ofício 240/2019, enviado pelo senhor Carlos Hassler, que é o presidente do Deinfra em exercício. Vou despachar ao senhor Relator para as providências.



Havíamos decidido na reunião anterior fazer a convocação de quatro pessoas para, na condição de testemunhas, prestarem depoimento no dia de hoje. Dessas quatro pessoas, a assessoria nos informa que o senhor Carlos Alberto Schneider não foi localizado no endereço que temos de sua senhoria. Portanto, fica prejudicada a presença do senhor Carlos Alberto Schneider no dia de hoje. E solicito à assessoria que procure se atualizar ou atualizar o endereço para que possamos fazer uma próxima convocação.

Nós temos hoje a ouvida do senhor Edison da Rosa, do senhor Paulo de Tarso Mendonça e do senhor Eduardo Fancello. Conforme acordado com o Relator da CPI, serão ouvidos os três ao mesmo tempo. Solicito a presença dos três aqui na mesa, para os quais já temos os lugares reservados, por gentileza, e, se estiverem acompanhados de advogados, eles também poderão fazer parte da mesa.

(Os depoentes Edison da Rosa, Paulo de Tarso Rocha Mendonça e Eduardo Alberto Fancello tomam assento à mesa dos trabalhos.)

Aqui estão o senhor Edison da Rosa, o senhor Paulo de Tarso e o senhor Eduardo. Vamos, então, começar com o senhor Edison, em seguida o senhor Eduardo e, depois, o senhor Paulo de Tarso. Solicito que cada um forneça a Carteira de Identidade para que se possa tirar uma fotocópia.

Vou solicitar a cada um de vossas senhorias que, no microfone, diga o nome, a idade, a profissão e o endereço residencial, bem claro, para que a nossa taquigrafia possa fazer o devido registro. Bem próximo ao microfone, por favor.

Então vamos começar com o senhor Edison da Rosa.

O SR. EDISON DA ROSA — O meu bom-dia a todos, inicialmente, né? Nós vamos então apresentar todo o trabalho que a gente tem desenvolvido dentro de um setor da universidade – a gente não tá representando a universidade como um todo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos direto: o nome do senhor, a data de nascimento, a profissão e o seu endereço residencial.

O SR. EDISON DA ROSA — Perfeito. Então, Edison da Rosa, 28 de abril de 1950, Rua João Meirelles 544, apartamento 304. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Sua profissão?

O SR. EDISON DA ROSA — Engenheiro, engenheiro mecânico.
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vamos ao senhor Eduardo Fancello.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Eduardo Alberto Fancello. Idade: 55, 8 de março de 64. Profissão: engenheiro mecânico. Endereço: rua Itapiranga, 235, Bairro Itacorubi, Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor Paulo de Tarso.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Oi... Paulo, ã... Paulo de Tarso Rocha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Tem outro microfone ali, ó... Por gentileza. É só ligar.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – É...

Paulo de Tarso Rocha Mendonça. É... 4 de maio de 1958. ã... rua João Pio Duarte, 404, Florianópolis. Ah, bom... é... engenheiro mecânico, professor de Engenharia Mecânica na universidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores, vossas senhorias têm conhecimento do porquê estão aqui?

(Os depoentes Edison da Rosa e Eduardo Alberto Fancello gesticulam afirmativamente com a cabeça.)



Tomaram conhecimento. Receberam o ofício, deram ciência.

Gostaria de ter o compromisso de vossas senhorias no sentido de que falarão a verdade, somente a verdade, no dia de hoje. Digam sim, por exemplo, no microfone, por favor.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Primeiro um, dois e três.

O SR. EDISON DA ROSA – Sim.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO - Sim.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vou passar a palavra ao Relator da CPI, o eminente Deputado Bruno Souza, para que ele possa, a partir de agora, conduzir. Mas, antes, Deputado Bruno, para ciência dos senhores Deputados, gostaria que vossa excelência, já que é a primeira vez que nós vamos ouvir três pessoas ao mesmo tempo, dissesse qual é a dinâmica que solicita seja feita. Então...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Muito obrigado. Vossa excelência poderia ocupar o... (ri) microfone.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Deputado João Amin, eu me lembro.

Vossas senhorias têm o direito de ficar calados. Perfeito? Se desejarem, se não quiserem responder qualquer pergunta feita pelos senhores Deputados, vossas senhorias poderão ficar calados também. Mas que falem de forma mais sucinta, uma fala verdadeira e tudo será gravado e registrado.

Deputado Bruno, vossa excelência com a palavra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom dia. Bom dia aos membros, bom dia a quem nos assiste, bom dia também aos nossos três convidados de hoje.

Na verdade, Presidente, a dinâmica... Eu vou fazer primeiro as perguntas ao senhor Edison, as primeiras perguntas são relacionadas a ele pelo fato de que ele é a única testemunha que estava presente nos primeiros contratos. Na sequência, as perguntas serão direcionadas a todos os três, porque todos os três participaram dos contratos seguintes.

Apenas para conhecimento dos membros da CPI, nós hoje vamos falar com o senhor Edison da Rosa, que é professor e pesquisador da UFSC e no ano de 83 integrou a comissão da UFSC que mantinha um contrato com o DER/Deinfra sobre assuntos relacionados à Ponte Hercílio Luz. A comissão e seus respectivos membros foram designados pelo professor Longuinho da Costa Machado Leal. No ano de 97 ele também fez parte da comissão da UFSC que realizou um estudo de solução técnica para a recuperação da estrutura, com base no Convênio 897/97.

O senhor Paulo de Tarso Rocha Mendonça é professor e pesquisador também da UFSC. No ano de 1997 fez parte da comissão da UFSC que realizou esse mesmo convênio de solução técnica para a recuperação da estrutura. E o senhor Eduardo foi convidado também porque, professor e pesquisador da UFSC, também fez parte da comissão em 1997 sobre os estudos técnicos para a recuperação da estrutura da Ponte Hercílio Luz.

A presença dos senhores aqui é fundamental. Nós estamos tentando fazer uma reconstrução desse complexo emaranhado de situações e tentando dar algum tipo de resposta e ilustrar o que... conseguir demonstrar o que aconteceu ao longo dessas décadas todas. Então agradeço a presença dos senhores.

Eu vou fazer as perguntas, como eu falei as primeiras perguntas são relacionadas ao senhor Edison, que estava presente à época, os outros não teriam, claro, como respondê-las.

Presidente, posso?... [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra vossa excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Edison, em 83 o senhor foi designado para integrar a comissão que mantinha contato com o DER, atual Deinfra, sobre assuntos relacionados com a Ponte Hercílio Luz, tendo sido apresentado orçamento ao DER. O senhor recorda desse fato?

O SR. EDISON DA ROSA – Bom, de uma forma geral, certo, eu gostaria, digamos assim, de primeiro contextualizar, né, o que nós temos apresentando, o que nós temos hoje de documentação para submeter, certo?

Então, desde que nós fomos convocados, quer dizer, eu recebi a documentação, o ofício de convocação pra comparecer, né, hoje a essa Comissão, certo, finalzinho de segunda-feira, né, final de tarde de segunda-feira. Então, o que a gente conseguiu juntar de material à época, certo, eu vou deixar com vocês, certo? É esse volume todo aqui, certo? (*Aponta para documentos a sua frente.*) Aqui tem material justamente dessa época, lá de 83, ou seja, são 36 anos já, certo? Então por sorte a gente conseguiu ainda resgatar alguma coisa.

Tem outros trabalhos que foram desenvolvidos em 87, 89 e 90 que eu não me recordo que tu tenhas citado, certo? Eu acho que talvez, né, alguns documentos, algumas informações talvez não tenham sido resgatadas, né, ou conseguidas, né? Então tem material aqui também, certo? Tem alguma cópia de alguma minuta de contrato que a gente conseguiu localizar, certo? Tem um contrato que foi, inclusive, assinado, tem cópia. Tem cópia de umas quatro ou cinco atas de reunião que realizamos junto ao DER, certo? Em várias atas, certo?

Então eu gostaria de deixar inclusive com os membros da Comissão essa relação de material que nós temos deixando neste momento, certo? E eu gostaria de historiar rapidamente sobre esses documentos, no sentido de contextualizar...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se o Relator concordar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Brevemente, se for possível, porque nós temos...

O SR. EDISON DA ROSA – É coisa de um...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...uma relação de perguntas aqui.

O SR. EDISON DA ROSA – ã-hã, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ou talvez...

O SR. EDISON DA ROSA – Eu acho que contextualizando, digamos, essa visão de conjunto, eu acho que fica mais fácil, né, talvez entender esses aspectos mais pontuais, certo? Então, algumas perguntas inclusive talvez venham até a ser respondidas automaticamente. Perfeito? Então, eu gostaria de repassar...

(O senhor depoente Edison da Rosa entrega ao Presidente da CPI, Deputado Marcos Vieira, os documentos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Solicito que a assessoria faça a distribuição.

O senhor vai me dar isso aqui já? *(Dirige-se ao senhor Edison da Rosa.)*

O SR. EDISON DA ROSA – Isso aqui eu vou utilizar um pouco ainda. Ao final eu posso lhe repassar, sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k. Então, de forma sucinta, o senhor contextualizará.

O SR. EDISON DA ROSA – Certo, então. Bom, então dando início, né, os documentos apresentados nesse volume, né, eles têm então, digamos assim, três grandes blocos. Um primeiro, que seria uma breve introdução, onde tem justamente esse índice e um histórico que foi elaborado pelo professor Paulo de Tarso - talvez ele gostaria, quando for a vez dele, talvez



de apresentar esse documento, que mais ou menos também faz um resumo, digamos, do envolvimento que se teve ao longo do tempo. Certo?

O segundo conjunto de documentos, né, que seria esse bloco maior, ele efetivamente são os trabalhos que foram realizados pelo grupo de análise e extensões, que é o grupo ao qual nós pertencemos, que à época, então, tava de um ou de outra forma mais envolvido, né, com a questão de problemas relacionados com a estabilidade, com a segurança da Ponte Hercílio Luz. Perfeito? Nesses trabalhos, eles são parte do que a universidade fez. O que eu quero dizer é que teve, tiveram outros trabalhos que foram realizados pela universidade, certo, alguns a gente participou, digamos assim, como colaborador, que foi um primeiro trabalho que tá colocado, inclusive, que é o item 1.1, lá de 1983 inclusive, que foi esse que tu citasse, ao qual o professor Carlos Alberto Schneider também participou, certo? Só que infelizmente ele não foi localizado e não se encontra presente hoje, no momento, O.k.?

Depois nós temos então vários trabalhos que foram realizados, né, 89, perfeito? Então esse trabalho todo ele começou, e isso encontra-se no último bloco, que é o item 2.1, muito provavelmente você deve ter tido acesso, que é o relatório do IPT. Foi o primeiro relatório que foi realizado, então, com relação ao estado da ponte e a partir daí se desenvolveu todo, né, o problema de interdição da ponte e assim por diante, certo? Esse relatório se encontra aqui também, tá? *[Transcrição: Ana Clara Mota]*

Então, esse relatório de 81, perfeito, ele desenvolveu, né, levou a esse problema... Em 82, eu não tenho exatamente a data em que ocorreu, que foi a detecção justamente daquela barra de olhal rompida, justamente na parte bem superior da torre do lado Ilha, o.k., que comprovou, digamos assim, que a ponte teria, digamos, realmente um certo risco, né, embora de uma forma, eu diria, digamos assim, um pouco mais tranquila, né, entre aspas, evidente, tá, do que a ponte que rompeu nos Estados Unidos, a Point Pleasant, perfeito, pela diferença que no caso da Point Pleasant toda a cadeia de barras de olhal era feita com duas barras em paralelo, né? Então eram duas barras conectadas com pinos, mais duas e assim sucessivamente. O que aconteceu é que foi a ruptura de uma dessas barras e foi uma ruptura integral, né, o elo



ele se rompeu de uma maneira integral e isso provocou uma instabilidade na união e essa instabilidade levou com que o pino escorregasse e aí, efetivamente, desmontando, né, a ponte.

Então, um dos trabalhos que se fez em 83, que é o 1.1., que foi justamente esse ponto, tá, é estudar se ocorresse uma ruptura similar, pelo fato que a nossa ponte aqui, a Hercílio Luz, ela tem quatro barras sendo conectadas em cada montagem, certo, se essa falha de uma das barras levaria, digamos, à instabilidade da união. Se ocorresse a instabilidade da união, de forma similar como ocorreu com a Point Pleasant, nós teríamos, então, realmente, né, a desmontagem dessa junção e, obviamente, né, a instabilidade da ponte como um todo, tá? Então esse primeiro trabalho ele foi com esse foco, perfeito? Tá?

Na sequência se tem vários trabalhos de, né, seis anos após, em 89 e 90, perfeito, onde se tava começando a analisar formas alternativas, digamos, de como poderia se... digamos assim, manter a ponte em operação, ou seja, fazer uma recuperação dela, né? Então um dos pontos que tava discutido aqui é a redução de peso próprio, onde o principal aspecto era a redução do peso do piso, ou seja, a substituição daquele piso de asfalto, que tem toda uma estrutura por baixo, certo, por um sistema mais leve na forma de gradis, ou seja, um sistema de grades, o.k., que seria colocado em substituição ao asfalto. Então isso aí que representaria... não tô bem lembrado agora de dados, né, que isso aí foi um trabalho também, né, mais de trinta anos atrás, perfeito, alguma coisa em torno de umas 400 toneladas de peso próprio da ponte, perfeito? Isso, obviamente, aliviaria, né, todo o *stress* que a estrutura tá suportando em função do peso dela, tá o.k.?

Na sequência se desenvolveu alguns trabalhos, que aí culmina, né, com o trabalho de 97, que era uma estratégia de recuperar a capacidade de tráfego da ponte de uma forma relativamente simples, onde essa estratégia, né, que tá detalhada depois, né, inclusive nós temos um documento que é um dos... uma da parte, né, um volume dos relatórios finais, certo, que o relatório final, digamos, o trabalho todo foi alguma coisa da ordem de oito volumes de pesquisa. Então foi efetivamente 97... Foi um trabalho bastante extenso, o.k.,



e a estratégia seria de se colocar, além das quatro barras originais, mais duas barras de reforço, certo? Uma em cada lado externo da estrutura, o.k., de tal maneira que essas barras de reforço elas pudessem aliviar as solicitações que estavam atuando nas barras atuais, certo?

Então, à época, um dos primeiros pontos foi recuperar toda a geometria para se poder fazer um modelo de simulação da estrutura da ponte. Um outro aspecto foi uma coletânea de dados do grau de corrosão e do grau de comprometimento das barras de olhal, certo? Então, o que foi feito foi nos principais pontos, ou seja, nos pontos mais deteriorados por corrosão das barras de olhal foram efetuados moldes em gesso para se recuperar, resgatar a geometria da parte corroída - pra se ter uma ideia, digamos assim, de qual é a redução diária que nós teríamos, né, a área resistente da barra, em função dessa corrosão. Então isso foi feito também nos pontos mais críticos da, da estrutura. Perfeito? [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

Bom, a colocação dessas barras de reforço, aí que tá exaustivamente detalhado nesses relatórios, elas têm uma grande dificuldade técnica, que é o fato que as barras hoje... Hoje não, né, à época instaladas, perfeito, elas estão sobre fortes esforços de tração. Isso quer dizer que o material ele tá dilatado, certo, ele tá um pouco maior do que o comprimento original sem carga. Como nós vamos colocar barras de reforço, elas não estão tracionadas, então a gente não vai conseguir colocar elas. Se colocar exatamente na posição que elas tão, elas não vão fazer força nenhuma, ou seja, só vão contribuir com peso, sem resgatar, sem conseguir contribuir na distribuição de esforços. Perfeito? Então a estratégia que foi adotada é: quando da instalação, fazer um aquecimento prévio das novas barras no sentido que elas se dilatasse, né, conseguissem ser montadas e quando do resfriamento, aí elas começavam a pegar carga, né? Tem uma série de outros detalhes evidentemente, mas é o que foi feito.

Adicionalmente o problema passa a ser de... durante esse processo, que é um processo, digamos assim, razoavelmente delicado, né? Eu me lembro numa das reuniões inclusive foi comentado: não, isso aí que vocês estão querendo fazer é pegar um castelo de cartas, tirar uma e colocar outra,



né? Certo? Obviamente não é bem isso, mas se durante esse processo ocorre, por exemplo, a ruptura de uma barra, a ruptura de um dos pendurais que sustentam, o que que isso teria de efeitos. Então todo um, um trabalho de simulações pra avaliar essas situações, digamos, críticas que poderiam ocorrer, né, durante todo esse processo de substituição dos pendurais, que eles seriam integralmente substituídos e de colocação das barras de reforço. Então, isso de uma forma resumida, é o que foi desenvolvido, né, ao longo do tempo, certo, com um foco principal justamente nesse trabalho de 97.

Adicionalmente, nós temos, na última parte aqui desses documentos, alguns outros relatórios que nem esse do IPT que a gente já comentou, né, alguns relatórios da Steinman, na época de 82 e 83, certo, e um relatório mais recente que foi realizado, né, com a... um contrato com a Roca e o DER e a Cerne Engenharia, perfeito, que é um relatório também que eu considero interessante, que pode dar muitos subsídios aí pra Comissão também, pros senhores.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Obrigado, senhor Edson.

O senhor falou que realizou um trabalho para a retirada do asfalto da ponte. É isso?

O SR. EDISON DA ROSA — Isso, né...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso foi em 89, se não me engano?

O SR. EDISON DA ROSA — É, 89 e 90. Certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E esse trabalho foi feito por meio de convênio com o DER?

O SR. EDISON DA ROSA — Olha, aí entra nessa questão, digamos que, né, que a gente tem os trabalhos mais novos, que é esse de 97, né, já faz mais de vinte anos aí que a gente tem...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas esse de 89?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim, sim, só tô querendo colocar no geral.

Então as informações, digamos, que a gente conseguiu resgatar é o que tá aqui, certo? Então a gente não tem informações completas. Agora, se foi um convênio, se foi um contrato, alguma coisa... que nem eu comentei, tche, ele tá introduzido aqui. Então especificamente nesse caso de 89, vejamos... Isso aqui taria, provavelmente... *(Manuseia documentos.)*

(O senhor Eduardo Alberto Fancello manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

É, aqui tem um convênio entre Secretaria de Estado dos Transportes juntamente com a Fundação de Ensino da Engenharia em Santa Catarina, né, com o objeto de análise da situação atual da Ponte Hercílio Luz; estudo de alternativas técnicas de recuperação; alternativas de troca da barra de olhal; alternativas de redução de peso do vão central por troca, né, do piso asfáltico pro gradil de aço, que foi o principal foco; levantamento de eventuais fornecedores e fabricantes; e proposta de ensaio de materiais foi visto.

Então esse aqui, creio eu, né, que se teria... então isso aqui, no caso, eu não cheguei a verificar o que que seria esse valor em termos atualizados. Isso aqui tá em cinco mil cruzados novos, à época, né? Teria só que fazer essa conversão pra que que seria, tá certo? Isso aqui tá... é um documento assinado, certo, infelizmente não tá datado, mas eu tenho uma observação aqui, realizada a mão, que foi em 9/2/1989.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem, mas o resultado desse estudo está aí também?

O SR. EDISON DA ROSA — Tá aqui, é um dos relatórios que estão... *(inaudível)*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se o DER atendeu as propostas apresentadas pela comissão?
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]



O SR. EDISON DA ROSA — Olha, pelo que eu tenho conhecimento, digamos, do andamento das obras de recuperação da ponte, certo, essa substituição do piso ela não foi efetuada porque o piso ele foi sendo progressivamente retirado, né? Então como não tinha, digamos assim, uma perspectiva mais imediata de abertura ao tráfego, né, simplesmente foi feita a remoção do piso, né? Esse aqui que a gente estava colocando seria uma proposta de um piso alternativo ao de asfalto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então foi atendido parcialmente apenas...

O SR. EDISON DA ROSA — Parcialmente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas a retirada da carga, mas não foi substituído...

O SR. EDISON DA ROSA — É. Agora, cronologicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pelo gradil.

O SR. EDISON DA ROSA — Isso, perfeito. Agora, cronologicamente, eu não tenho, digamos assim, informação se foi logo a seguir ou se foi algum tempo posterior, né? Isso aí, realmente assim não... eu não tenho essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Agora as perguntas podem ser para todos.

Os senhores poderiam descrever o estado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, me permite interromper. A pergunta é para todos, mas vossa excelência indica quem primeiro responde, porque senão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

Na verdade, essa pergunta em especial eu gostaria de ouvir a resposta de todos e de forma também breve. Essa pergunta é importante para a reconstrução do total dos fatos.



Os senhores poderiam descrever o estado estrutural da ponte à época da inspeção, no caso dos senhores (*dirige-se aos senhores Eduardo Alberto Fancello e Paulo de Tarso Rocha Mendonça*), de 97, e do senhor (*dirige-se ao senhor Edison da Rosa*), lá atrás, em 83. Os senhores consideram que havia risco de colapso em 83, no caso o senhor (*dirige-se ao senhor Edison da Rosa*), e em 97 para todos?

Então podem seguir uma ordem, talvez começar pelo senhor Edison e aí prosseguimos, pode ser?

O SR. EDISON DA ROSA — É que nem eu rapidamente comentei, né, em 83...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu vou interromper vossa excelência, me permita, Deputado Bruno.

Na hora que o senhor Edison responder, ele diga o nome dele e dá a resposta, o segundo nome e a resposta, o terceiro nome e a resposta, porque a taquigrafia lá na frente não vai conseguir distinguir um do outro.

O SR. EDISON DA ROSA — Perfeito. Então, Edison da Rosa.

Conforme tínhamos comentado, né, à época já existia a informação de que uma barra estava rompida, correto? A informação de quando ocorreu essa ruptura, certo, isso aí não, não, não se tem.

Então, digamos, em várias reuniões com engenheiros do DER à época, né, relataram que, num certo momento, isso cinco, dez anos antes, né, ou seja, década de 70 talvez, o.k. - e talvez porque a gente não tenha efetivamente, né, esse registro histórico, certo? -, operários que tavam trabalhando na ponte repentinamente ouviram um estrondo forte, a ponte, digamos assim, sacudiu, tremeu, tá certo, e simplesmente passou, né?

(*O senhor Eduardo Alberto Fancello, por várias vezes, gesticula sim com a cabeça.*)

Então, uma vez que foi feito esse relato à época pelos operários, certo, posteriormente se juntou a informação que isso, quase certo, foi quando ocorreu a ruptura daquela barra de olhal, certo? Essa ruptura da barra de



olhal, inclusive tem uma foto que tá colocada, né, no nosso... 1.14, tá certo, que é o primeiro elemento aqui inclusive...

(O senhor Edison Rosa manuseia vários documentos.)

É uma foto que foi retirada, porque a gente tem acesso visual, à época se tinha acesso, então é essa parte aqui (*mostra foto*) que foi rompida. Então, digamos, a barra de olhal nela tava segurada aqui, tem o olhal, o que aconteceu foi que ele rompeu dessa forma. Em outras palavras, ficou 50% da seção ainda resistente. Ficou, porque senão isso aqui tinha caído, né, se tivesse ocorrido uma ruptura integral. Tá certo? Então esse documento tá presente também. Perfeito?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor considera que havia risco de colapso, então?

O SR. EDISON DA ROSA — Um dos pontos principais foi justamente esse, ou seja, qual é que é o risco de que ocorra instabilidade da união. Tá certo? Que foi o estudo realizado em 83. Certo? Então o colapso, digamos assim, iminente, certo, a gente não teria, embora o estado geral seria, digamos assim, bastante preocupante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como o senhor considera a estrutura da Ponte Hercílio Luz em 97, quando o senhor voltou depois de tanto tempo?

O SR. EDISON DA ROSA — Bom, é um estado que tá, né, nas partes que já estavam...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 97, não é, quando...

O SR. EDISON DA ROSA — Sim, 97. Nas partes que já estavam parcialmente corroídas, né, esse processo de corrosão, embora, né, durante todo esse período haviam ações de manutenção, mas a corrosão ela sempre, né, ela vai degradando com uma maior ou menor velocidade. Tá certo? Então o estado geral, digamos, ele estaria mais preocupante, digamos, do que em 83, sem dúvida.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem alguma memória especial dos pilotones... dos pilones, perdão. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. EDISON DA ROSA – Não. Essa... Essa parte, isso digamos na parte de apoio das fundações das torre, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. EDISON DA ROSA – Certo. Essa parte aí realmente a gente não chegou a avaliar. Eu tenho... isso está colocado, inclusive, como uma das referências no item 2.4, que são relatórios que foram desenvolvidos por um pessoal da Universidade que trabalha com uma parte de filmagem subaquática. Então eles fizeram à época, né, algum trabalho, na parte submersa das estruturas de concreto e foram detectados, digamos, a parte de buracos, coisa desse tipo, ou seja, alguns aspectos de deterioração também da parte submersa das fundações das torres.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

Vamos passar ao nosso próximo. Se puder falar o nome também e...

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Eduardo Fancello. Especificamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou refazer a pergunta.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia descrever o estado da estrutura da Ponte Hercílio Luz na época da sua inspeção?...

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Isso, certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na época em que o senhor esteve lá, o senhor considera que havia risco de colapso?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Bom, eu tomei conhecimento de toda essa situação durante essa atuação, estávamos em



1997, e nos relatos que nós tínhamos do pessoal diretamente envolvido na manutenção da ponte, isso já foi parcialmente contado. A percepção que se tinha na época é que não havia risco iminente, mas era preocupante.

Então havia necessidade de tomar ações, porque justamente o que estava envolvido na ponte era um processo de corrosão, havia perda de seções transversais no sistema de sustentação, e isso, digamos, logicamente que perdura no tempo. Então havia necessidade de ação. A percepção também que havia havido uma ruptura de uma das barras, e que ela, a ponte, permaneceu, mesmo nessa situação, digamos assim, não planejada, uma ruptura, e a ponte, ainda permanecendo na situação de estabilidade, dá uma certa confiança, porque havia uma percepção de capacidade de sustentação, mesmo em situações dessa natureza. Mas, obviamente, era uma condição que precisava de algum tipo de ação. Esse era o que a equipe que foi montada se dedicou a tratar de elucidar. Então foram feitas as inspeções e o que se constatou era, justamente, um estado avançado de degradação.

Então tentando resumir a resposta, não havia uma percepção, embora isso é impossível de poder afirmar 100%, mas não havia uma percepção de risco iminente, mas sim uma necessidade urgente de atuação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O próximo a falar é o senhor...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Paulo de Tarso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu vou refazer a pergunta para o senhor também. O senhor poderia descrever o estado da estrutura da Ponte Hercílio Luz na época da sua inspeção? O senhor considera que havia risco de colapso?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Bom, de fato, quando nós começamos, no início de 1997, que durou o primeiro semestre, que foram as reuniões e os trabalhos preliminares que geraram aquele contrato que terminou no final do ano, nós fizemos muitas inspeções, fotografamos todos os centímetros quadrados que havia em cada um dos subsistemas, exceto, exatamente, nas fundações das torres, que eram



submersas e havia aquela dificuldade por causa da visualização. Não é tanto dificuldade ou outra, era simplesmente dificuldade de visualizar as imagens da parte submersa de concreto.

Mas, como o professor Edison já comentou, havia um outro estudo de um grupo que tinha conseguido verificar que realmente havia cavidades que foram classificadas não mensuradas. Nós nunca tivemos essas medidas, mas dizia-se que eram grandes cavidades nos blocos de fundação das torres.

Quanto ao resto, quer dizer, nós verificamos, fotografamos boa parte da treliça, do viaduto, do vão central, das partes do viaduto, os pendurais, as barras de olhal e os pinos, as torres por cima, por dentro e por fora. E havia uma... duas percepções, inclusive uma percepção que era muito comum na mídia, etc., uma pessoa olhando, visualmente, certas coisas, ela tinha, dava uma impressão gravíssima. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Então, você tinha peças metálicas com corrosões que aparentemente eram profundas, digamos, de 3 milímetros, 5 milímetros de profundidade em extensões de 10 centímetros. Então isso causava uma preocupação emocional bastante grande.

A identificação se isso era realmente grave ou não é o que motivou os contratos de estudos que foram realmente realizados. Então ali houve uma etapa de quantificar, de tentar identificar o quão grave isso poderia ser.

Com o passar do trabalho, foi tornando-se mais claro que o projeto original foi feito com um certo grau de robustez; se chama normalmente de redundância conceitual na estrutura, em outras palavras, ela foi feita de uma maneira muito mais resistente do que talvez seria o mínimo necessário, ela tinha, digamos, uma gordura bastante grande ali. Então você tinha uma corrosão de 1 centímetro de profundidade, mas isso numa barra com a seção transversal de 30 centímetros por 5 de espessura de um aço especial, de forma que quando se fazia realmente os cálculos, chegava-se à conclusão de que aquela corrosão não acarretaria, naquele momento, nada de preocupante nesse aspecto. Então se observando, por exemplo as barras que são mais



delgadas que compõem a treliça do vão central, que é a parte principal do vão, aquela parte do vão central que se diz, entre as duas colunas, que fica exatamente suspensa entre as duas torres sobre o mar - as outras duas partes que vão para o continente e para ilha não têm problema porque são simples viadutos, eles são suportados por colunas no solo seco, não há nenhum problema - o vão central, que é a grande dificuldade, a grande preocupação, ele está sobre o mar, as torres estão sobre o mar também. Então nesse vão central, quando se olha aquelas treliças, que são as partes laterais ali que se visualiza andando de carro, também apresentam em um estado visualmente desagradável... se apresentavam, né? E, no entanto, o grau de redundância com que foi feito o projeto, fazia com que aquilo ali continuasse sendo suportado.

Como o professor Edison comentou antes, o conceito... foram feitas três pontes com o mesmo conceito, pela mesma empresa, pelo mesmo engenheiro Steinman. Curiosamente, essa aqui foi a primeira; as outras duas alguém tentou ser inteligente e fez uma pequena modificação, essa exatamente que o professor Edison comentou: trocar um feixe de quatro barras por um feixe de duas barras. Não parece grande coisa, mas isso é muito grande, tanto é que as outras caíram e essa não, porque você tem a capacidade de perder uma das bases e as outras três continuam sustentando a ponte durante mais 30 anos.

Então mesmo depois do estudo detalhado que foi feito durante um semestre inteiro, uma equipe de doze engenheiros e doutores, etc., a conclusão é que haveria necessidade, lógico, de fazer uma reforma, não pelo período imediato, mas simplesmente para gerar um tempo, uma sobrevida de mais 70 anos. Era esse o objetivo, era descobrir nesse projeto, bom, primeiro se havia um risco imediato, mas em seguida verificar se havia viabilidade de reforma, porque existiam outros problemas na época que geraram essa dúvida, inclusive, com um contrato que foi feito um ano antes com a própria empresa Steinman para identificar... eu acredito... bom... Mas sobre sua pergunta, mesmo no final desse trabalho, a conclusão é que ela poderia aguardar a reforma, etc., durante alguns anos. Havia algum perigo caso



houvesse algum vento daqueles ventos que ocorrem uma vez a cada 100, 150 anos, com 150, 200 quilômetros por hora, numa certa direção, poderia gerar aí, sim, um risco estrutural, mas como ali é uma região entre... como se chama, estreito, então, dificilmente se desenvolve ventos naquela magnitude.

Então a conclusão era de que não parecia, até onde a engenharia pode prever, não se pode afirmar isso com tanta... nunca com tanta certeza, mas não parecia haver nenhum indício. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

Senhor Edison, a ponte apresentava indícios que recebia manutenção com frequência à época em que o senhor observou de 83 a 97?

O SR. EDISON DA ROSA — É durante esse período, pelo menos eu tenho forte lembrança, que sempre havia algum contrato de manutenção sobre a ponte, né? O DER, eu não sei exatamente, né, com detalhes, mas a impressão que ficou é que o DER sempre tinha algum contrato com empresas de manutenção atuando sobre toda a estrutura da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra que tipo de serviços de manutenções eram feitas ou ouviu falar?

O SR. EDISON DA ROSA — Basicamente, seriam, creio eu, né, com relação aspecto de corrosão, ou seja, né, retirar a parte de tintas já depositadas há alguns anos, né, que estão ressecadas, coisas desse tipo; aplicação de novos elementos de proteção, né, novos tipos de tintas, coisas desse tipo assim. Pelo que estou lembrado seria mais nesse sentido, né, de manutenção com relação à corrosão. E com relação, por exemplo, aos viadutos de acesso, né, seja Continente ou seja Ilha, certo, eles estavam tendo também não só uma manutenção um pouquinho mais simples que nem essa que comentei, certo, mas inclusive com a troca de certos elementos que já estavam um pouco mais comprometidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor considera que essas manutenções eram bem feitas? Qual a sua opinião?

O SR. EDISON DA ROSA — Não tenho condições de opinar.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E lembra de contrato ou o senhor lembra de pessoas trabalhando na ponte?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim, isso, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim?

O SR. EDISON DA ROSA — ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Lembra também de algum contrato específico, alguma...

O SR. EDISON DA ROSA — É um... dos problemas de uma das empresas, né, porque creio eu que ao longo do tempo várias empresas participaram, mas uma específica que participou, inclusive, né, em algumas das atas ela participou junto com engenheiros do DER, era a Roca Engenharia, certo? Então essa foi uma empresa que, na época, ela estava dando manutenção e a gente teve, digamos assim, um certo contato no sentido de obter informações do estado da ponte, coisas do gênero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Perfeito.

Senhor Edison - e depois eu vou perguntar para os outros também -, a partir dos anos de 1980 e 1983, o senhor lembra de empresas que estavam realizando projetos além da Roca que o senhor já citou? O senhor lembra também da empresa Usimec e Usiminas que trabalharam na ponte?

O SR. EDISON DA ROSA — É, perfeito. A Usimec, que faz parte do grupo Usiminas, ela foi contactada, inclusive, tem alguns documentos anexados aqui, tá, ela foi contactada sobre a possibilidade de fornecer novas barras de olhal, certo? Já, na época, né, se tinha, digamos, uma previsão como sendo uma alternativa de recuperação que seria realmente a substituição das barras antigas por novas barras.

Então, na época, eu não participei, digamos assim, dessa... dessas conversas, dessas reuniões com esse foco, mas eu tenho lembrança que o que estava sendo aportado era a possibilidade da Usimec fornecer, então, esse material de novas barras e, eventualmente, talvez, participar, inclusive,



do próprio processo de substituição. Aí já é um pouco mais de conjectura, né, certo? Mas com certeza seria para o fornecimento de material.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os outros teriam algo a comentar sobre outras empresas que fizeram... lembram de alguma empresa que fez manutenção na ponte, de algum contrato que foi feito, que ouviram? Poderiam complementar, não?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Qual o período?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Seu nome e...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De 83 a 97?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Não, eu realmente não participei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — ...sobre esse... é, nesse período.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Eduardo Fancello.

Também, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edison, na ocasião do estudo realizado pela equipe da UFSC, em 1997, foram apresentados alguns estudos, levantamentos ou inspeção pretéritos sobre a ponte? O Deter/Deinfra apresentou algum manual de manutenção da ponte? Ou seja, havia prognóstico, o Deter/Deinfra apresentou algum estudo prévio sobre como estava o estado da ponte? E alguma vez foi apresentado esse manual para os senhores?

O SR. EDISON DA ROSA — Não, como manual de manutenção da ponte realmente, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. E algum estudo prévio?

O SR. EDISON DA ROSA — (*Ininteligível.*)... não tive contato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E algum estudo prévio sobre o estado da ponte?

O SR. EDISON DA ROSA — Estudo prévio? (*Pausa.*) Creio que sim. Creio que sim, mas não estou lembrado. Eu acho que seria uma situação, digamos assim, conveniente, né, quando a gente estava discutindo ao longo de todo esse período o repasse essa informação, mas eu não tô efetivamente lembrado se isso ocorreu. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os outros? Eu só peço para falar o nome.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Paulo de Tarso.

Digamos assim, manutenção normal, periódica, contínua, usual, como a estrutura necessita, a informação que a gente tinha nas reuniões é que não havia, nunca tinha sido feito. O que não quer dizer exatamente que seja o correto, porque a ponte existe desde 1927, então, muitas pessoas que estavam nas reuniões não participaram das décadas anteriores, mas o que se sabia até aquele momento é que não tinha havido um programa de inspeção continuada e manutenção continuada.

Em termos de trabalhos de outras empresas, a gente tem alguma lista aqui. (*Manuseia documentos.*) Então, por exemplo, em 1981 o IPT foi contratado pelo DER para realizar a vistoria. Foi exatamente o que recomendou a interdição, né, devido ao problema de corrosão, mas sem maiores estudos estruturais. Logo após a identificação, em 1982, da ruptura do olhal, a empresa Steinman foi contratada para fazer aquele reparo ali. Não é, digamos... é um reparo que ainda está até hoje... estava, até aquele momento, com cabo de aço em torno da região danificada.

Então, basicamente, são esses os trabalhos anteriores que a gente teve, em termos de documentação, ali em 1997.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode falar o nome, por favor.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Sim, Eduardo Fancello.

Eu talvez queria agregar aqui. Na época que a gente tomou... participou ali, naquele estudo de 97, a percepção também que se tinha é que houve momentos de manutenção, mas não havia um programa, eventualmente; pode ter planejado, mas não foi executado um processo continuado de manutenção da ponte. Isso é fato. Não ocorreu.

Então, eventualmente, havia momentos de remoção de pintura e pequenas ações de manutenção desse tipo, mas eram ocasionais. Não houve um programa continuado de manutenção porque, senão, evidentemente, a situação não teria sido àquela encontrada naquele momento em termos de estado.

O SR. EDISON DA ROSA — Só complementando essas informações...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O nome do senhor, por favor.

O SR. EDISON DA ROSA — Edison da Rosa, desculpe.

O que foi colocado, né... que eu estava, conforme, tanto o professor Paulo como o professor Fancello, estavam comentando agora, eu lembrei alguns detalhes que, nessas reuniões que a gente tava tendo, né, com engenheiros do DER, à época, eles deixaram mais ou menos claro que, desde que a ponte foi construída, foi inaugurada durante um grande período de tempo de 20, 30, 40 anos, ela não recebeu absolutamente manutenção nenhuma. Tipicamente, digamos, até a década de 50, talvez, década de 60, inclusive, certo? A partir desse ponto, é que começou a haver uma certa preocupação de começar a dar uma certa atenção a ponte, certo?

Então, isso é um detalhezinho. Eu acho que contextualiza melhor esse detalhe com relação à manutenção.

Obrigado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edison, em 97 a UFSC, através do Convênio 894/97, realizou estudos de solução técnica para recuperação da ponte. O senhor pode, por favor, descrever qual foi o tempo de execução e como foi executado esse estudo?

O SR. EDISON DA ROSA — Bom, esse estudo, né, tem alguns documentos aqui. Então, por exemplo, nós temos uma minuta de contrato que tá datada - essa minuta não tá assinada, por ser minuta evidente - de 26 de julho de 97. Então, eu tenho a impressão que esse trabalho todo ele tá, mais ou menos, baseado nesse documento. Certo? Eu não tenho, digamos assim, esse contrato... uma cópia do contrato assinado, certo? Isso aí foi que a gente conseguiu resgatar nesse curto período de tempo, né, desde segunda-feira até hoje pela manhã, certo? Produzir inclusive esse material todo, né? Então foi, digamos assim, um trabalho bem corrido, né, para poder dar um subsídio pra essa Comissão. Perfeito?

Então detalhes em si, né, o professor Paulo mais ou menos comentou, ou seja, foi ao longo do segundo semestre de 97, certo? Então a partir do mês de julho até o final do ano, tipicamente, dezembro. Então, os relatórios finais, desse trabalho, eles foram entregues, tipicamente, segunda quinzena de dezembro de 97, certo, num conjunto de, mais ou menos, a gente poderia estimar de umas boas 600 ou 800 páginas – eu não tô lembrado – eu sei que eram 8 volumes, certo? Um dos volumes é esse material que tá aqui, tem umas 120 páginas, por exemplo, né, que é o volume 2. Correto? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então tem muito trabalho que foi desenvolvido, né, a gente estava com mais o menos uns oito professores, mais três engenheiros e mais alguns alunos envolvidos. Então foi uma equipe que foi montada, certo, com professores da engenharia mecânica, professores da engenharia civil, o.k.?

Então houve, né, ao longo desse período, digamos assim, uma concentração de esforços para poder atender a essa (*falha na gravação*) o.k. que foi de criar uma proposta alternativa, né, — isso por demanda do próprio DER, evidente, né — àquela solução tradicional, que é desmontar a ponte e fazer praticamente uma nova. Tá certo, né? Substituir integralmente todas as



barras de olhal, todas as peças que têm algum comprometimento, coloca peça nova e isso, evidente, vai dar uma sobrevida de mais 50, 60, 70 anos, se ela for adequadamente cuidada, né, com um programa de manutenção efetivo.

Enquanto que a proposta alternativa que a gente tava desenvolvendo à época seria uma solução, digamos, mais... eu não diria tecnicamente simples, porque a rigor ela é tecnicamente mais complexa, mas ela é mais, digamos, simples de executar e, inclusive, com uma menor intervenção na própria estrutura, porque preserva a estrutura, simplesmente, ela é reforçada pra poder dar essa sobrevida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

E durante esses trabalhos, algum dos senhores constatou, foi verificado pela equipe que as extremidades inferiores — e aí eu não me refiro à parte submersa, me refiro às extremidades inferiores das torres — se encontravam em estado avançado de corrosão? Os senhores têm alguma recordação sobre as torres? A gente falou das partes submersas antes, mas eu volto a destacar que não são as partes submersas, são as partes inferiores.

Só peço que falem o nome.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Paulo de Tarso.

As torres, em geral, estavam em bom estado. Uma, apenas, que se chamava de... biela, né? A articulação inferior...

(O senhor depoente Edison da Rosa manifesta-se fora do microfone: “O apoio da torre.”)

(O senhor Deputado Estadual Bruno Souza manifesta-se fora do microfone: “Na fundação?”)

Não, não, não. Entre a torre... entre o viaduto, o apoio da torre sobre a fundação, sim, ele tinha perdido a capacidade de rotulagem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A rótula, no caso?



O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Normalmente, o projeto original...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Espera...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – ... era uma peça que simplesmente era apoiada numa base e a torre era pra ser articulável, né? E com o tempo, a corrosão e o peso, houve uma pulverização do material, uma oxidação. Então ele perdeu aquela capacidade que era pra haver originalmente de articulação.

Então havia alguns... esses pontos críticos ali nas torres e também com a união articulada com o viaduto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os outros têm algo a acrescentar também?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Eduardo Fancello.

Na mesma linha se tinha essa percepção, mas a maior preocupação não estava, do ponto de vista estrutural, direcionada a esse tipo, à parte de apoio, até porque tava atuando em compressão, e sim na cadeia de sustentação. Então a preocupação principal, do ponto de vista estrutural, estava associada aos elementos que dão sustentação definitivas às barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas como o senhor considera que estava o estado de corrosão dessas torres principais?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – O estado não era... não era... era longe do ideal. Justamente, digamos assim e já fazendo a relação com que acabei me manifestando anteriormente, era claro que não havia um processo, um programa de manutenção, então, o estado visível, como já foi colocado aqui, não era bom. Entretanto, o estudo orientado a avaliações do ponto de vista de cálculo estrutural dava nessa percepção também de que o risco não era iminente, mas precisava de ação, como já foi colocado anteriormente.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Edison, no estudo de 97 foi recomendada a imediata intervenção nessas estruturas. Em que consistia essa intervenção, o senhor lembra? O Deinfra seguiu a recomendação da equipe? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke.*]

O SR. EDISON DA ROSA – Bom, essa intervenção seria no sentido de, digamos, alguma ação, né, que fosse efetivamente colocada. Eu não tô bem lembrado, exatamente. E eu tenho aqui o relatório... (*manuseia documentos*) onde as conclusões... 97, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, isso.

O SR. EDISON DA ROSA – Eu tenho aqui a parte das conclusões. Eu vou tomar a liberdade de ler as conclusões desse relatório, certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Brevemente, por favor.

O SR. EDISON DA ROSA – Tá, porque realmente, digamos assim, eu não tô perfeitamente lembrado, né, do que foi feito aqui à época, tá? Então, isso aqui seria o capítulo 12 desse relatório, página 111 do mesmo, né? O integral tá colocado ali. (*Passa a ler*): “O presente volume, deste relatório final, serviu de embasamento técnico para o laudo de viabilidade do ‘Estudo de Viabilidade Técnica de Proposta Alternativa (...)’.”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Edison.

O SR. EDISON DA ROSA – Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Desculpa interrompê-lo. Eu vou propor uma solução. O senhor vai nos dis ponibilizar esse documento?

O SR. EDISON DA ROSA – Esse material e o integral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então não há necessidade de fazer a leitura, porque nós teremos esse material.

O senhor lembra se o Deinfra seguiu as recomendações do material?



O SR. EDISON DA ROSA – Esse que é o detalhe: eu não me lembro exatamente o que foi colocado aqui como conclusão, que recomendações seriam.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Oh, Edison... Não sei se eu posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Fale o nome.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Paulo de Tarso.

É, digamos, estamos tirando muita coisa da memória. Como foi comentado, nós tivemos menos de 36h para recuperar a memória, por isso que o Edison, talvez, esteja demorando. Eu, por coincidência, é... todo trabalho ele foi em vista de... foram duas metas: havia naquele momento uma dúvida se a ponte era recuperável, isso por causa de um trabalho que foi encomendado no ano anterior pela empresa Steinman, foi feito um contrato, foi pago, a empresa Steinman, digamos, declarou que era viável uma recuperação. E contam os engenheiros da época da DER que alguns meses depois de ser enviado esse relatório a empresa Steinman mandou um fax com duas linhas dizendo que não faria aquilo, que não se responsabilizaria por uma reforma naquela ponte. Isso deixou os engenheiros apavorados, até porque tinham gasto dinheiro público, estavam pagando um serviço para uma empresa de renome internacional, etc... E aí é quando eles nos procuraram para que a gente fizesse a mesma coisa.

Então o primeiro objetivo do projeto era que a gente analisasse a situação e chegasse a uma conclusão. Existe uma maneira de reformar a ponte para que ela tenha um tráfego normal durante mais 70 anos, ou não, ou precisa demolir e fazer outra? Isso nós fizemos basicamente no primeiro semestre de... boa parte, um pouco antes, trabalhos preliminares no primeiro semestre ainda de 97. Foi quando nós concluimos que havia viabilidade. (*O senhor depoente Eduardo Alberto Fancello gesticula com a cabeça que sim.*) Por que nós concluimos que havia viabilidade? Por causa dos conceitos preliminares que justamente o professor Edison vinha desenvolvendo, de uma estratégia de recuperação ao longo dos anos anteriores, que era uma



estratégia não usual, não é usual pelas grandes construtoras mundiais, era uma estratégia mais científica, né?

Mas quando se pergunta se algo é viável você não precisa mostrar todas as opções ou a melhor opção. E se você mostra uma opção que dá pra resolver, então, é viável. Então nós já sabíamos que era viável. Isso deu margem a um segundo contrato que foi esse que nós temos algum documento aqui, temos relatórios em que a meta passou a ser fazer detalhamento, análises numéricas, análises teóricas, matemáticas, exaustivas em cada subsistema da ponte. Então a meta inteira era... a recomendação que tem ali era: dá pra ser feito, fazendo assim, assim, assim e assado, é possível, pode ser feito segunda esta estratégia ou segundo uma estratégia tradicional que as outras... Existe duas grandes estratégias só tradicionais no mundo para esse tipo de reforma, elas são bem simples e bem caras. Essa aqui que está sendo usada é uma delas, né?

Então, sua pergunta... se o DER tomou medidas de acordo com os pareceres do relatório, o que eu poderia dizer é que, de fato, no ano... ao longo do ano de 90 e seguinte...98 houve o lançamento de um edital internacional para a elaboração de um projeto detalhado para reforma em que na primeira etapa cinco empresas concorreram... nenhuma... Aliás, nenhuma empresa concorreu de fato, porque era tão restritivo os requisitos exigidos das empresas que nem uma realmente se inscreveu. Aí, foi modificado o edital, lançado de novo, as cinco concorreram e depois as coisas... nós perdemos o fio da meada. *[Transcrição: Ana Clara Mota]*

Mas, aparentemente, houve uma ação seguinte a esse projeto do ponto de vista não de manutenção, mas de realmente tentar fazer um grande projeto para a reforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Os senhores relataram nas respostas anteriores, ainda sobre esse estudo, falaram que algumas respostas foram no sentido de que as torres não apresentavam nenhum risco, que não havia um estado avançado de corrosão e outros relatos desses. Entretanto, no relatório que os senhores trê



assinaram aqui, nós temos na última página uma alegação feita pelos senhores. *(Passa a ler):* “(...) Por outro lado, a integridade das bases das torres é igualmente essencial à estrutura, porém, danos ali são irrecuperáveis e significam falha catastrófica da ponte.”

(Um dos assessores da CPI mostra ao Presidente, Deputado Marcos Vieira, a leitura feita pelo Relator, Deputado Bruno Souza.)

Contrasta bastante com o que os senhores alegaram. O relatório que os senhores assinaram fala o oposto do que os senhores me falaram nas respostas anteriores.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Estou trazendo de novo que relato...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pode só falar o nome, por favor.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Eduardo Fancello.

Eu respondi isso em função de uma percepção. Estamos falando de 22 anos atrás. É possível que esta questão esteja colocada, teríamos que analisar, mas é...não, não... é só olhando ali e vendo um pouquinho, fazendo uma leitura técnica das observações que foram feitas para poder responder isso de uma forma tão assertiva como se solicita agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Então, a observação anterior de que as torres não apresentavam... então, o senhor prefere deixar?...

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – É, evidentemente está em conflito com o que acabei de falar. Então eu tenho mais fé no que eu coloquei na época do que eu acabei de falar agora, porque na época eu estava completamente envolvido naquele estudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Então eu mesmo confiaria no que está escrito e não no que disse agora, certamente.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Paulo.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Eu gostaria de ver a data. Qual desses vários relatórios?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Seu nome, por gentileza.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Paulo de Tarso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – A palavra está com o Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se o Relator permitir, eu passo o documento para eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sim. Não há problema. O relatório é do dia 13/11/98.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Ah! 98. Hum. Então não é sobre esse projeto que nós estávamos discutindo agora há pouco, porque ele terminou em dezembro de 97.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas e o senhor...?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que eu queria...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Mas realmente seria interessante verificar sobre o que é aquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque, como falei, a resposta é sobre o mesmo tema.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – É que, digamos, existe... quando se fala de risco, existem vários níveis, né? Ela está ali, existe o risco imediato. Por exemplo, todo o dano que se vê nas torres, são coisas



que precisam em algum momento serem reparadas, mas não quer dizer que aqueles danos possam representar um risco para... um risco global para a estrutura. É como o professor Eduardo comentou agora há pouco, o risco global para a estrutura está intimamente ligado às barras de olhal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Qualquer outra coisa ali, digamos são... necessitam manutenção, recuperação, mas não geram, em geral, risco global. Possivelmente, claro, outros subsistemas que são críticos, são os blocos de ancoragem das barras de olhal também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas como forma de recomendação para esta Comissão, o senhor também...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...confiaria mais no escrito do que na?...

(O senhor depoente Eduardo Alberto Fancello manifesta-se fora do microfone; “Sim.”)

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – *(Pausa.)* Eu não sei exatamente, precisaria olhar ali. Mas em termos de risco, você tem um risco imediato ou um risco de cinco anos, dez, vinte ou setenta anos. Então são coisas bastante distintas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA – Quando se fala em recuperação, se fala em cinquenta ou setenta anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem.

Senhor Edison, uma pergunta um pouco mais técnica, mas é importante para nós. Em relação às células de inflexão que ficam no topo dos pilones, o senhor lembra de algum desgaste? Seria possível apoiar cabos provisórios sobre elas? E as rótulas na base das torres, elas suportariam?
[Transição: Bruna Maria Scalco / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini]



O SR. EDISON DA ROSA — Com relação à célula, selas, desculpe, às selas montadas, né, no topo — justamente pra fazer a fixação das barras de olhal com as torres, certo —, pelo que eu tô lembrado elas tinham uma boa... um bom, um bom estado estrutural, certo? Ou seja, elas eram peças fundidas de dimensões bastante robustas, certo, e o grau, digamos assim, de comprometimento por corrosão, pelo fato de provavelmente ser ferro fundido, né, elas tavam, digamos assim, num bom estado, porque o ferro fundido ele não sofre tanto a corrosão como o aço, tá certo?

Então, nesse sentido, eu, digamos assim, pelo que eu tô recordado, embora a gente não tenha feito um estudo específico sobre esse aspecto, né, da sua pergunta, certo, eu creio que eu tenha a resposta afirmativa. Ou seja, elas teriam condições de suportar, né, esforços adicionais num processo intermediário.

Com relação aos aparelhos de apoio da... junto às fundações, o.k., aí entra justamente na discussão anterior onde se teria que ter uma avaliação específica no sentido de que todo o esforço da torre finalmente é descarregado, né, da, da, da estrutura completa da ponte, certo, em especial, né, do, do vão pênsil é descarregado diretamente via esses aparelhos de apoio sobre as fundações, né? Então, entra naquela questão, quer dizer, se ocorrer, digamos, algum colapso, alguma falha estrutural nos aparelhos de apoio isso vai instabilizar, né, a ponte e o risco, digamos, de colapso é bastante elevado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós estamos indo aqui para as nossas últimas questões. Mas eu queria ouvir aqui os outros professores falando se eles também acreditam que os pilones das torres principais possuíam essa capacidade de suporte suficiente para que a carga do vão pênsil fosse totalmente transferida para cabos auxiliares sem o suporte temporário e inferior do vão.

Os senhores consideram?...

(O senhor *Eduardo Alberto Fancello* fala fora do microfone: “Desculpa, eu estava pensando.”)



Depois nós podemos disponibilizar o documento. Pode ser, senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito à assessoria que tire cópia do documento e forneça aos interessados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Só peço para que a gente possa terminar...

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...todas as perguntas, e depois os senhores podem ter o documento, ele é público.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Tranquilo, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores também acreditam que os pilones das torres principais possuíam a capacidade de suporte suficiente para que a carga do vão pênsil fosse totalmente transferida para cabos auxiliares sem o suporte temporário e inferior do vão? Levando-se em conta que a estrutura sofreria movimentação de rotação.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Certo. Na época o estudo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por favor, diga o seu nome.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — É Eduardo Fancello. Quando isso foi feito, o estudo de viabilidade, nós admitimos por hipótese que esses pilares teriam capacidade de sustentação então.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso. Basicamente a, a, o, a substituição temporária do piso do vão com a treliça transferindo dos, das barras de olhal existentes pra novos cabos, e sendo esses cabos sustentados também pela torre, globalmente não mudaria a carga total aplicada sobre as torres. Haveria uma modificação, como você comentou, em termos de oscilações e pequenos movimentos, mas



globalmente não se previa de haver uma modificação. Depois eu gostaria de fazer uma observação sobre aquele documento que foi comentado agora há pouco.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Todo processo de estudo — Eduardo Fancello — previa em qualquer procedimento um alívio considerável de peso da ponte pela remoção do piso. Então, toda, todas as avaliações, inclusive tanto qualitativas como quantitativas, envolviam uma redução apreciável de valor de peso da ponte devido à remoção de grande valor deste no piso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edison, o senhor considera que essa seria uma boa solução para uma estrutura com o estado de corrosão avançado?

O SR. EDISON DA ROSA — Eu gostaria de retornar à pergunta anterior, porque eu tenho a impressão que tem alguma pequena confusão sendo realizada. Tu poderias repetir a pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Claro.

O SR. EDISON DA ROSA — Porque eu não cheguei a me manifestar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah! Perfeito.
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O senhor acredita que os pilones possuíam capacidade de suporte suficiente para que a carga do vão pênsil fosse totalmente transferida para a cabos auxiliares, sem o suporte temporário inferior ao vão, levando-se em conta que a estrutura sofreria movimentos de rotação?

O SR. EDISON DA ROSA — É, esse é um ponto que, se eu estou entendendo bem, a gente não chegou a avaliar, porque a nossa proposta era outra concepção.

(O senhor Eduardo Alberto Fancello gesticula afirmativamente com a cabeça.)



Ou seja, não é de descarregar a estrutura do (*ininteligível*), seria simplesmente, né, que a gente já falou, de fazer aquele processo de reforço da cadeia de barras de olhal.

Então essa opção, digamos, né, de utilizar a estrutura das torres e das selas pra apoiar o novo sistema de cabos pra fazer a sustentação do vão pênsil de tal maneira a descarregar os esforços na barra de olhal pra viabilizar o processo de substituição das mesmas, isso não foi tema do nosso trabalho. Tá certo? Então, neste sentido, eu acho que a pergunta ela fica prejudicada.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO – Entendi agora... Ah, Eduardo Fancello.

Entendi agora, com a declaração do professor Edison: de fato a proposição da Steinman consistia em criar basicamente dois pilares novos em paralelo àqueles que hoje se encontram para, através dele, passar cabos que sustentariam a ponte.

Esse conceito era completamente distinto àquele que foi estudado, proposto dentro do, do... desse convênio. Era justamente um conceito diferente e não haveria transferência de carga para cabos. Esse é o ponto.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Uma última...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só fala o...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso.

De fato, como eu tinha comentado, existem apenas duas ou três grandes estratégias das empresas internacionais pra fazer esse tipo de serviço, essa é uma delas. Você constrói quase que uma outra ponte do lado, transfere a carga, troca as peças que você deseja e transfere de volta a carga.

Existe a segunda grande estratégia, que é essa de criar novas torres no fundo do mar, novas colunas, suportar o... levantar a carga, levantar o vão central, aliviar todo o carregamento e fazer a desmontagem e a remontagem etc. Então essas são as duas grandes... Ambas são... parecem estruturalmente viáveis. Como é a pergunta que você falou, a transferência usar as próprias torres pra suportar os cabos.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E se o senhor tivesse que sugerir alguma solução dessas, o senhor teria alguma sugestão sobre uma solução temporária para fazer essa recuperação? O senhor teria?...

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Você diz uma estratégia global?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, qual seria a sua sugestão?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Bom, a nossa sugestão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre essas.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — A nossa sugestão, de preferência, já não é mais viável, né, ela é... era essa que a gente desenvolveu no projeto, mas isso envolvia a ponte da forma como ela estava, né?

A partir dali, aparentemente aquela da Steinman de construir duas novas torres sempre nos pareceu um tanto volumosa, muita intervenção. Essa que foi, aparentemente, a gente não acompanhou, essa que foi desenvolvida aqui na reforma que tá em andamento, quer dizer, de construir duas novas fundações, duas novas torres e levantar o vão, parece bastante enxuta, simples, qualquer empresa aparentemente consegue fazer aquilo lá, porque é um processo padrão, esse processo de construir coisas no solo subaquático e fundações, levantar torres e suspender. Isso é bastante... conceitualmente simples. Essa é interessante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Inicialmente a ponte foi projetada para ter tabladros de madeira, que depois foram substituídos por asfalto sobre painéis de aço apoiados em longarinas transversais. Tal modificação incorreu em aumento de peso próprio da estrutura? E caso sim, isso teria acelerado o desgaste da ponte?

Um dos senhores poderia responder, dizendo o nome no começo?



O SR. EDISON DA ROSA — Edison da Rosa. Pelos estudos que nós fizemos, né, na década... na época em 89, que era justamente a substituição do piso de asfalto pra colocação de um piso de gradil, né, com uma estrutura bem mais leve, certo, eu não me lembro exatamente de valores numéricos, isso tá contido nos nossos relatórios, mas que houve efetivamente um certo acréscimo de peso próprio quando da substituição do piso original de madeira pela estrutura de suporte do piso asfáltico. Certo?

Então, pelos resultados que a gente obteve e pelos dados do projeto original, né, relatórios da própria Steinman — isso lá na década de 1920 —, certo, que detalha todo o processo de projeto e de cálculos da ponte na sua condição original, certo, efetivamente ocorreu esse acréscimo de peso com a substituição do piso de madeira pelo piso asfáltico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor acredita que isso, na sua opinião, tenha acelerado o desgaste da Ponte Hercílio Luz? [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. EDISON DA ROSA — Como desgaste, de uma forma, digamos assim, mais genérica no termo certo não tanto. Isso pode ter acelerado é o processo de ruptura da barra de olhal. Certo? O desgaste, digamos assim, por corrosão ou qualquer outra causa isso o aumento do peso não seria o caso. Certo? Agora, aquela ruptura da barra de olhal muito provavelmente pela presença de um pequeno defeito, seja de corrosão seja da própria fabricação da barra, porque ela, originalmente, talvez tivesse já... Isso pode ter levado a uma pequena sobrecarga, certo, pelo aumento do tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. EDISON DA ROSA — Mas daí é conjectura, né, pode ter levado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Paulo de Tarso.

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso. Na época, isso agora do desenvolvimento desse projeto, a gente analisou em detalhes cada um dos subsistemas, inclusive a pista de rolamento, como tinha



sido, como estava, como a gente achava que deveria ser. Então a gente comparando esses projetos, os desenhos que nós conseguimos da estrutura que foi adicionada na substituição do piso de madeira, a gente observou que tinha sido colocado uma quantidade que a gente considerou, na época, excessiva em termos de suportes de barras de aço. Então isso contribuiu para aumentar mais ainda o peso próprio da estrutura, o que reduz a carga útil.

Em termos de consequências, realmente o aumento dessa carga não tem relação com corrosão, a princípio. Mas como a estrutura ela tem um certo — como estrutura de grande porte —, um certo grau de movimento é possível, nós não chegamos a ver, fazer uma simulação sobre isso, mas é bem possível quando você tem cargas em movimento a possível geração do crescimento de trincas, é um termo técnico, mas existe o surgimento de uma trinca em algum lugar e, com o movimento e o piso aplicado, ela tem uma certa velocidade de crescimento. Então, aumentando a carga, a velocidade de crescimento aumenta e isso pode realmente ter feito uma contribuição justamente na ruptura daquela barra neste aspecto.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Somente para complementar. Por outro lado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O seu nome?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Eduardo Fancello. Por outro lado, o excesso de carga que estava e operou a ponte durante bastante tempo, ficou uma espécie de teste de sobrecarga natural, o que fazia com que, quando esse piso fosse removido, também era um elemento que ajudava na percepção de que a ruptura não teria, não seria iminente. Se eu elimino esse peso de, de... esse sobrepeso, esse peso excessivo, e que permitiria então trabalhar em condições mais é, é, é benignas para o processo de recuperação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edison, o senhor acredita que o senhor Carlos Alberto Schneider, que não pôde estar aqui hoje, na verdade, não foi encontrado, ele teria algo a acrescentar, na sua opinião, sobre tudo o que foi falado aqui hoje?



O SR. EDISON DA ROSA — Creio que sim. O professor Carlos Schneider participou, pelo menos pelo o que eu tô recordado, né, certo, nos momentos iniciais, assim que foi detectada a ruptura daquela barra de olhal lá em 82. Então, no trabalho de 83, certo, onde parte desse trabalho tá incluído aqui nestes documentos, certo, ele foi mais amplo, onde nós tivemos a participação do professor Berend Snoeijer também, certo, que é especí... especialista na área de materiais e metalurgia, a participação do professor Carlos Schneider em conjunto com o professor Carlos Alberto Flesch, certo, que fizeram — tanto o professor Schneider como o professor Flesch — o trabalho que eles fizeram foi um trabalho de acompanhamento e de medida das deformações e deslocamentos que ocorreram durante o processo de reparo emergencial da barra de olhal. Tá certo?

Então, pelo que eu tô recordado, né, o que eles fizeram foi uma medida via vários instrumentos, vários sistemas de instrumentação, pra fazer justamente esse acompanhamento de como que a estrutura estava respondendo àquele processo de recuperação. Isso é o que eu tenho lembrança. Algumas informações, digamos assim, complementares a tudo isso o que a gente tá falando, efetivamente, o professor Schneider poderia contribuir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.
[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

Por último, sobre os recursos destinados à remuneração do convênio. Qual foi a destinação dos recursos? Eu me refiro aos dois períodos, tanto na década de 80, como na década de 90.

O SR. EDISON DA ROSA — Certo. É, esse recurso da década de 90, por exemplo, de 80, melhor dizendo, de 83, 84, 85, certo, isso aí tipicamente foi relacionado a pessoal, né, contratação de bolsistas, certo, pagamento de bolsas de uma forma mais geral.

Na década de 90, que foi um volume um pouco maior, como envolvia um volume muito grande de trabalhos de simulação, então, primeiro ponto: tivemos um recurso bastante substancial pra aquisição de um sistema



de *software* de simulação, certo?

Se tô bem lembrado, à época, parte do orçamento, né — que o orçamento do contrato vocês provavelmente devem ter essa informação —, foi em R\$ 150 mil, correto, desses R\$ 150 mil, R\$ 40 mil foram destinados a compra de sistema de *software*, tá? Uma outra parcela que eu não tô bem lembrado agora, em torno de uns R\$ 15 mil, talvez, foi destinado à compra de equipamentos computação e de um porte adequado pra dedicação integral pelo volume de trabalho, né, a gente não poderia, digamos, fazer um tempo parcial, quer dizer, teria que ser um volume integral em termos de aplicação de tempo dos equipamentos.

Então, equipamentos dedicados só para desenvolvimento desse trabalho. Perfeito? E uma outra parte do recurso, que nem o professor Paulo inclusive comentou, nós tínhamos vários engenheiros que foram contratados para dar suporte, bem como alunos. Perfeito? Então é, digamos assim, de uma forma mais ou menos geral, né, a destinação dos recursos foi nesse sentido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E houve atraso em pagamento? O senhor recorda?

O SR. EDISON DA ROSA — Não é que não houve atraso. Houve o não pagamento da última parcela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah! Houve o não pagamento da última parcela.

O SR. EDISON DA ROSA — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso na [década] de 90 ou de 80?

O SR. EDISON DA ROSA — 97.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 97.

O SR. EDISON DA ROSA — É, quer dizer, dos 150 mil, efetivamente, foram recebidos R\$ 100 mil.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Alguma pergunta Deputados Sargento Lima e Jessé Lopes, Deputada Luciane Carminatti.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom dia, senhores. [Tenho] duas perguntas bem rápidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor indica quem vai responder às [perguntas], ou são os três?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Os três.

O estudo elaborado com a UFSC possui alguma relação com o projeto da Steinman?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso. Não, ele foi, talvez, desencadeado, né, porque foi feito um contrato com a Steinman... Oi?

(O senhor Eduardo Alberto Fancello manifesta-se fora do microfone: "Provocado.")

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Provocado, né? Primeiro o DER fez um contrato com a Steinman para identificar a viabilidade ou não da reforma, e isso foi em 96. E a partir do, do, das respostas da Steinman primeiro afirmando que sim, depois que não, é que gerou essa dúvida na equipe do DER, que é o que gerou o contato com a nossa equipe. Mas aí foi um trabalho independente com essa equipe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Perfeito. E qual das opções técnicas para a recuperação da ponte os senhores — aí pode ser individual a pergunta — o senhor indicaria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Começa com o senhor Edison. O senhor pode responder prontamente, senhor Edison.



O SR. EDISON DA ROSA — Poderias, desculpe, poderias repetir a pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ã-hã! Qual das opções técnicas propostas na época para a recuperação da Ponte Hercílio Luz o senhor indicaria?

O SR. EDISON DA ROSA — Bom, eu, né, como, digamos assim, meio pai da criança nesse sentido aqui dessa proposta que a gente colocou, certo, eu colocaria ela em função do principal fato que ela... mais simples de ser executada, certo, com uma intervenção menor e de... com o custo relativamente mais baixo, né? A gente não chegou a fazer uma avaliação de custos, certo, mas algumas informações colaterais, que eu não sei exatamente, digamos, da onde que surgiram pelo fato, né, que a gente não fez uma avaliação dos custos para ver o aspecto financeiro, né, seria inferior a 50% de uma solução tradicional.

Um ponto principal, né, das várias empresas, que tá inclusive comentado no documento que o professor Paulo anexou, é que não existe, digamos assim, uma tradição, para não dizer experiência, para não dizer que é um processo totalmente fora do que habitualmente as empresas de engenharias estão habituadas a trabalhar, a fazer, a realizar, correto? *[Transcrição: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

Então, digamos, é um processo em que as empresas elas não se sentem confortáveis em encampar pelo fato que ela não tem experiência nenhuma, certo? Ou seja, vai entrar numa... então, o que elas têm é experiência dos processos tradicionais de recuperação de pontes, certo, que é conforme o Paulo, basicamente, né... ou faz toda suspensão via novos cabos para suportar o peso, ou faz que nem foi feito aqui, né, a construção de um apoio intermediário para sustentar todo o vão pênsil e poder fazer o trabalho de restauração, de reparo e de troca de componentes, de elementos estruturais. Tá certo?

Então, digamos assim, tem as duas situações, né? Quer dizer, o que... dentro do nosso ponto de vista que foi expresso, né, em todos os documentos,



é viável tecnicamente. Agora, tem o outro lado da questão que é a execução, a operação por alguma empresa capacitada, né, e que aí justamente ocorre, digamos, essa condição de que as empresas não se sentem confortáveis em adotar essa solução pelo... justamente pelo fato que nunca ninguém fez algo desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Com a palavra o senhor Eduardo Fancello.

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Complementando o que foi dito. A proposição tinha de particular o conceito, e as tecnologias envolvidas na execução não tinham nada de extraordinário, questões associadas a controle de temperatura, à modificação de *designer* de peças diferentes que não são usuais. Mas não há um elemento tecnológico que pudesse se dizer que inviabilizaria qualquer execução, ou que teria que ser alguma empresa muito particular, porém, é inusual. Esse é o elemento principal que muitas empresas preferem é, é não tomar para si. Mas não há elementos tecnológicos estranhos, ou com características que na época fossem difíceis de execução, é inusual. E nesse aspecto a proposição era... é ousada do ponto de vista intelectual, mas perfeitamente viável de execução. Essa era a nossa percepção, isso era o que nós defendíamos quando montamos o documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Paulo de Tarso [está com a palavra].

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDONÇA — Paulo de Tarso. De fato, o nosso trabalho era mostrar uma opção e a viabilidade... com isso mostrar a viabilidade de reforma.

Do ponto de vista técnico, como foi comentado, é perfeitamente factível, nada de excessivamente complexo, diferente. Ficou claro já no final de que era inviável do ponto de vista mais econômico, financeiro, político. Nós estamos falando de... na época, não sei atualmente, mas na época o Estado não tinha recursos, não tinha intenção de alocar recursos para fazer a reforma. Então, ficava dependente de empréstimos de banco estrangeiro.



Na época, na licitação de 98, era um empréstimo do Eximbank, pela informação que a gente tinha na época dos envolvidos, né? Então, empréstimos estrangeiros e bancos de fomento eles já vêm com todas as regras escritas, praticamente o edital pronto. É... impedia praticamente a participação isolada de qualquer empresa brasileira, tem que ser um edital internacional... com a... envolvendo, principalmente, uma empresa internacional, mesmo coligada com uma local. Os requisitos para essas empresas internacionais eram tão restritos que, como eu comentei, o primeiro edital lançado não foi, não houve sequer interessados, ninguém conseguiu atingir aqueles patamares, depois foi modificado etc. São empresas de grande porte que têm a sua tradição. Os requisitos normalmente desses editais eles já exigem que a empresa demonstre ter feito trabalhos similares com aquela técnica várias e várias vezes em obras daquele mesmo porte.

Como a estratégia que a gente tinha desenvolvido era não usual, nenhuma empresa teria experiência com aquilo. Então, aquilo lá, do ponto de vista de possibilidade de implementação realmente política e financeira, bastante inviável, né? Era uma possibilidade.

No entanto, nós estamos falando — a sua pergunta era sobre qual a estratégia geral, né —, nós estamos falando dessa nossa proposta, mas hoje ela não existe mais. Aquela lá, ela... necessitava que a ponte estivesse na situação... estivesse montada ainda. Ela já não está mais montada, então não tem mais como a gente falar da possibilidade de aplicar a nossa estratégia, que era a estratégia de reforço na estrutura pré-existente, né? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

Então, hoje é aquilo lá, não, não, não existe mais, o que existe são as estratégias tradicionais.

Eu tinha comentado, ou — vocês tinham comentado, os colegas, né —, ou se constrói uma nova estrutura do lado, praticamente quase uma outra ponte, suspende, troca algumas partes... E essa que está sendo adotada que, eu, particularmente, opinião minha, me parece bastante interessante, bastante enxuta e, e simples, na verdade. Do ponto de vista de engenharia é



um conceito, é o mesmo conceito que se usa para construir vários outros tipos de estrutura, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não. Satisfeito, Deputado João Amin?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Volnei Weber, vossa excelência?...

(O Deputado Volnei Weber declinou usar da palavra naquele momento.)

Senhores vou fazer então algumas perguntas.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, solicita uma pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não. Fica suspensa a reunião por dois a três minutos. *(Pausa.)*

Senhores Deputados, vamos reiniciar [a reunião.]

O senhor Paulo de Tarso já está retornou.

Senhores, as perguntas que vou fazer, basicamente, vossas senhorias responderão sim ou não. Vou começar com o senhor Edison, em seguida o senhor Eduardo, e, em terceiro, o senhor Paulo de Tarso.

Além de engenheiros os senhores são professores da Universidade Federal de Santa Catarina?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Edison sim.

O senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pelos serviços prestados na ponte, foram serviços especializados de engenharia, vossas senhorias receberam remuneração por esses serviços?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim na forma de bolsas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Edison afirma que sim.

O senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Os recursos recebidos por vossas senhorias são advindos do convênio que a Universidade Federal tinha com o DER?

O SR. EDISON DA ROSA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Edison sim.

E o senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Eu nunca fiquei muito a par dos detalhes de quem assina os contratos. Eu sei que havia o DER... a, a Universidade, na época, os contratos eram assinados eu acredito



que todos via a Fundação, a Feesc. Então, essa linha sobre quem, eu não poderia dizer, mas eu recebia, digamos, as nossas bolsas eram pagas pela Feesc que, que realmente fazia a toda a intervenção financeira, porque era a interpretação legal da época. O contato externo da Universidade era sempre via uma Fundação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pelas especializações de vossas senhorias — especialistas em Engenharia Mecânica —, em razão da complexidade da obra, vossas senhorias indicaram ao DER alguma empresa para ser contratada para recuperação da ponte?

Senhor Edison?

O SR. EDISON DA ROSA — Indicação de empresa diretamente não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Alguma de vossas senhorias possui alguma empresa?

Senhor Edison?

O SR. EDISON DA ROSA — No momento, atualmente, eu sou sócio de uma empresa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas na época?

O SR. EDISON DA ROSA — Na época não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor Eduardo?

O SR. EDUARDO ALBERTO FANCELLO — Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo?

O SR. PAULO DE TARSO ROCHA MENDOÇA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Me dou por satisfeito.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a perguntar, eu agradeço a presença do senhor Edison, do senhor Eduardo e do senhor Paulo na reunião de hoje.

Deputado Bruno Souza, por gentileza, [vossa excelência está com a palavra.]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu só ia pedir para fazer ainda, nesta reunião, a juntada [dos documentos].

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Boa lembrança.

O senhor Edison, o senhor Paulo e o senhor Eduardo trazem a esta Comissão uma série de documentos conforme relação constante numa lista que aqui está — isso, filma a lista para poder... *(A TVAL filma os documentos.)* Dou por recebido e peço à assessoria que faça a devida juntada ao processo, bem como também um envelope contendo relatórios.

(O senhor Edison da Rosa manifesta-se fora do microfone: “Esse aqui especificamente é o item 1.13, o completo.”)

O constante do relatório é o item 1.13 da relação de documentos.

Senhores Deputados, muito obrigado e um bom-dia para todos.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]



**ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS
NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS
LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A
ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2019, ÀS 17H, NA
SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Boa tarde, senhores Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV da Assembleia Legislativa, pela Rádio Digital, e presentes aqui na CPI, que visa investigar indícios sobre a Ponte Hercílio Luz.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião, mas para iniciar eu coloco em discussão e votação a ata da 5º Reunião da Comissão Parlamentar de inquérito.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.



Os senhores os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Hoje nós iremos realizar a oitiva de mais duas pessoas, da senhora Cristiane dos Santos Piccoli, que não está presente, e do senhor José Luiz Piccoli. Está presente? Eu peço, com a concordância do Deputado Bruno Souza, que nós chamemos primeiramente o José Luiz Piccoli...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – ...também sócio da empresa Engecert Construção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tudo bem, Presidente. Por mim, Relator, está...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...não há prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – E peço que a assessoria, assim que a senhora Cristiane chegar, possa acomodá-la nas sala das Comissões.

Eu pergunto ao senhor José Luiz Piccoli se veio com advogado e se gostaria da sua presença aqui?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – O advogado está na Casa, aqui, mas sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Quer se acomodar aqui? (*Dirige-se ao advogado, que declina do convite.*)

Não precisa?

Então, antes de passar a palavra ao Relator, Deputado Bruno Souza, eu peço para o senhor José Luiz Piccoli que, através do microfone, fale o seu



nome completo, a sua profissão, a idade, o local de nascimento e o endereço do seu trabalho.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Meu nome é José Luiz Piccoli, eu tenho 64 anos, faço 65 esse ano, eu moro no Córrego Grande, na rua Volny Martins, 115, e a minha profissão é... eu sou engenheiro civil e essa é a minha atividade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Perfeito, senhor José.

Então eu aviso, tanto ao advogado quanto ao senhor José, que não pode haver nenhuma interferência, obviamente que se o senhor José quiser fazer uma consulta, ele pode fazer, mas eu peço que não seja feito nenhum tipo de gesto de concordância ou de não concordância. E alerto o senhor José que ele tem o direito de permanecer em silêncio.

(O senhor José Luiz Piccoli gesticula com a cabeça que sim.)

Então, passo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Boa tarde, senhor José, agradeço muito a sua presença aqui hoje.

Nós estamos tentando fazer uma reconstrução e esclarecer os fatos que envolvem a Ponte Hercílio Luz. O senhor teve uma participação como sócio na empresa Engecert durante o ano de 91 – o senhor tinha ou tem 75% das cotas – quando a empresa firmou contrato com o Estado relativo à Ponte Hercílio Luz. Foi o Contrato nº 13/91 firmado com a empresa do senhor e possuía como objeto a contratação de serviços para a Ponte Hercílio Luz, tendo sido pago o valor de R\$ 20.001,44 referente ao contrato, tendo sido executado em dezembro de 91 em uma única medição no dia 04/12/91.

Então como fez parte da história, nós convidamos o senhor para nos ajudar a esclarecer um pouco da história que envolve a Ponte Hercílio Luz e suas obras. Então, agradeço a sua presença aqui hoje.

Já vou começar fazendo a primeira pergunta e o senhor se sinta...



O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sem dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...confortável para responder...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, vou auxiliá-lo no máximo que eu posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Agradeço.

O senhor era sócio-gerente da empresa Engecert Construção quando foi firmado o Contrato nº 13/91 e durante a sua execução?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual era o seu papel na empresa em 1991?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Vamo lá... A empresa... É uma empresa que é eu e a minha esposa. Eu sou engenheiro, é uma empresa de engenharia, então na verdade quem executa as atividades da empresa sou eu como engenheiro e sou o responsável pela empresa também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor é o responsável técnico na empresa. É isso?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu sou o responsável técnico da empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E no ano de 91 também era?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim. Eu sou engenheiro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sempre foi o engenheiro...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu sou engenheiro... A minha esposa não é engenheira, só eu sou engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas durante todo o período o senhor sempre foi o...



O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...responsável técnico?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor foi o responsável técnico em relação ao Contrato 13/91? [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Que foi firmado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, de certeza!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Certeza! Eu sou o único engenheiro da empresa, é eu e minha esposa e a empresa é de engenharia. Então, quem, vamos dizer, responde pela empresa de engenharia é o engenheiro, que sou eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a empresa Engecert firmou contrato com o Estado no ano de 91 relativo à Ponte Hercílio Luz? O senhor pode confirmar isso? O senhor lembra da referida contratação?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu me lembro que eu fiz uma contratação, ã... tu terias o objeto desse contrato?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O objeto desse contrato foi...

(O assessor Victor Henrique Rorato manifesta-se fora do microfone assessorando o Deputado Bruno Souza.)

Na verdade nós temos apenas o registro do pagamento à sua empresa.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Ah, tá. Você não tem o objeto do contrato.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tem o objeto, não há registros. Por isso que uma das perguntas que eu lhe faço é essa, se o senhor lembra qual foi o objeto e se o senhor lembra desse contrato.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – É lógico que eu não vou me lembrar do contrato em si, por isso que eu tô pedindo até o teu apoio, Deputado, me auxiliando, me trazer à memória. Mas o que eu posso dizer é que efetivamente eu firmei um contrato, na época eu acho que era o DER que administrava, e esse contrato era para fazer algum serviço de manutenção, de restauração de alguma coisa... de algum lugar da ponte e o serviço em si era o fornecimento dessas vigas, dessas peças que eram pra repor uma determinada manutenção na ponte, que eu não sei onde que foi feita. Era, então, fornecimento de viga e cantoneira pra... com determinadas especificações de tamanho, bitola, etc., para uma... possivelmente um reparo na ponte, eu não sei em que local.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor classificaria o objeto como fornecimento...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...de peças e...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...insumos?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra da contratação, como que ela ocorreu? Foi realizado algum certame licitatório à época?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, de certeza!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – De certeza! De certeza!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra desse certame?



O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Não me lembro, mas de certeza eu participei e fui contratado. Mas certamente foi um processo público.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não lembra do certame propriamente dito?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Não. Não me lembro disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se o objeto foi integralmente suprido? Se os serviços foram executados na sua integralidade ou foram só parcialmente?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Não, isso eu posso te afirmar. O objeto era uma determinada... número de peças de tamanho e bitola específica, por isso que eu deduzo que era pra fazer um determinado conserto, e foi entregue todos em uma única vez, o lote inteiro. Essa carga de ferro foi toda especificada, era especificada as medidas e foi entregue em uma única vez. Respondendo a sua pergunta, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em uma única entrega o senhor...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Única apenas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...supriu com...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...o objeto do contrato?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Correto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se alguma parte do serviço foi terceirizada?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Nã... como terceirizada? Era entrega de produto, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei. A pergunta faz parte do...



O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Ah, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...roteiro e eu preciso lhe ouvir dizendo que...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, desculpa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...no registro da ata. Então, eu só peço que o senhor responda as perguntas.

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Tá. Deputado, então eu vou de novo.

Ã, foi entregue em uma única vez, só que os pagamentos disso na época foi feito de forma parcelada, porque não tinha dinheiro, etc. e tal da... tinha problemas de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor teve problema para recebimento?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu tive problema de recebimento, mas o... a entrega do produto e a certificação de toda a entrega foi feita em uma única oportunidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a compra também do produto foi o senhor que fez...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...e também foi o senhor que entregou?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor entregou na época algum documento técnico ao DER? O senhor teria alguma cópia desses documentos com o senhor?

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Não, Deputado. Eu não teria cópia de documento, mas lhe afirmo que efetivamente foi conferido toda a peça e essa certificação que eu recebi que eu fu... que eu dei encaminhamento pra



recebimento, imaginando que eu ia receber conforme o contrato num prazo de trinta dias, alguma coisa assim, o que não ocorreu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor teria mais alguma informação relevante sobre esse contrato que poderia agregar à nossa Comissão? Alguma lembrança sobre esse período, algo que queira compartilhar com esta Comissão? [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI – Eu não sei se pode ajuda, mas o que eu digo é o seguinte: na época eu não sei se era o DER que fazia a manutenção, quem é que fazia o reparo da ponte, mas eu me lembro que eram peças específicas, ou seja, com determinado tamanho, medida, com corte, etc., e eram um lote pra uma determinada coisa. Em que lugar foi feito? Também não sei, porque eu nunca tive esse... nem curiosidade de olhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a solicitação das peças eram feitas pelo DER ou pela empresa (*inaudível*).

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI — Por isso que eu, não... por isso que eu digo que foi um processo público, porque eu me lembro que tinha as especificações de cada peça, que foi um processo público, então eram, era pra atender aquela demanda, é uma carga só que foi solicitada prum determinado local na ponte, agora onde foi botado, isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não...

O SR. JOSÉ LUIZ PICCOLI — ...eu não sei dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Da minha parte eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Eu abro neste momento a palavra aos demais Deputados, Deputado Jessé Lopes, Deputado Sargento Lima, Deputado Jerry, Deputado Volnei, Deputada Luciane. (*Os Deputados citados declinaram usar da palavra.*)

Então eu suspendo temporariamente a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito para que a gente possa se despedir do senhor José Piccoli e chamar a senhora Cristiane Piccoli.



Por dois minutos a reunião está suspensa.

(O senhor depoente José Luiz Piccoli se retira do recinto.) (Pausa.)

Havendo quórum regimental, declaro reaberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Ponte Hercílio Luz. Houve um requerimento, que eu gostaria de colocar em apreciação, para a dispensa da senhora Cristiane dos Santos Piccoli.

Eu coloco em votação o requerimento.

Quem concorda, permaneça como se encontra.

Então a senhora Cristiane está dispensada e eu passo a palavra ao Relator, Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, também faço um requerimento verbal: solicitando que a reunião da semana que vem seja prorrogada para a semana seguinte, tendo em vista que a próxima quarta-feira será dia 1º de maio, então não haverá expediente na Casa, e também em decorrência do grande volume de documentos que nós recebemos, principalmente do Deinfra, havendo a necessidade de fazer uma análise documental mais profunda para que a gente possa nos preparar para as próximas oitivas também.

Então eu faço esse requerimento e peço a concordância dos outros Deputados, para que a gente possa fazer a prorrogação por uma semana da próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) – Coloco o requerimento do Deputado Bruno Souza em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não havendo mais nada a deliberar, declaro encerrada a reunião da CPI da Ponte Hercílio Luz. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão e leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]*



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Boa tarde, senhoras Deputadas e senhores Deputados.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da CPI da Ponte. E quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc e as senhoras e os senhores que se fazem presentes aqui nesta tarde.

Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia das atas da 6ª, da 7ª e da 8ª reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030.

Em discussão. (*Pausa.*)



Não havendo quem as queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como estão.

Aprovadas.

Recebemos o Ato da Mesa nº 0064 indicando a substituição do Deputado Kennedy Nunes pela Deputada Marlene Fengler na Comissão Parlamentar de Inquérito. Seja bem-vinda, Deputada.

Senhores Deputados, vamos então aos expedientes.

Recebemos expediente da Universidade Federal de Santa Catarina pedindo dilatação do prazo por mais trinta dias. Como recebemos esse ofício dia 30, então fica automaticamente prorrogado o prazo de trinta dias.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone perguntando a razão do pedido de prorrogação.)

Para a entrega de documentos.

Senhores Deputados, também recebemos do Ministério Público – e deu entrada nesta Casa no dia 2, mas chegou nesta Comissão no dia 6 – expediente assinado pelo seu Procurador-Geral, o doutor Fernando da Silva Comin, anexando o ofício da 26ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital, assinado pela Procuradora (sic) de Justiça, senhora Darci Blatt. Diz a senhora Procuradora (sic) no ofício, endereçado ao Presidente desta Casa, Deputado Julio Garcia:

“Senhor Presidente,

O Ministério Público, por sua Promotora de Justiça, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no artigo 129 da Constituição Federal, tendo por fim instruir o Inquérito Civil em epígrafe, vem solicitar, por ser imprescindível para a investigação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, informações sobre os temas que serão apurados na CPI, em especial. se os atuais contratos firmados com as empresas Teixeira Duarte e RMG Engenharia serão englobados pela comissão.

Outrossim, solicita, ao término da apuração, o encaminhamento do relatório conclusivo.”



Esse é o ofício da senhora Promotora.

Quero dizer aos senhores membros desta Comissão que vou encaminhar este ofício à Procuradoria da Casa para emitir parecer se temos competência ou não de encaminhar ao Ministério Público.

Também recebemos da Vivenda Construções, do senhor Sebastião Moraes Mattos, que esteve aqui depondo, [ofício] enviando respeitosamente informações e documentos, conforme acordado. Então eu passo [o documento] ao Relator para exame.

(Procede-se à entrega do documento ao Relator.)

Também recebemos ofício da testemunha, o senhor Roberto Borges Botelho, que havia sido convocado, comunicando que deixa de comparecer tendo em vista ter idade avançada e estar doente, não podendo se locomover de Minas Gerais para cá. Vamos, depois, tratar dessa questão.

Também o senhor Roberto Nogueira Costa comunica que deixa de comparecer em razão do custo de passagem aérea, transporte, hospedagem e alimentação.

Em razão disso, já sabendo dessas situações, enviei uma consulta à Procuradoria da Casa sobre se a CPI pode custear as despesas de locomoção, transporte de testemunha, e a resposta é afirmativa, é sim.

Então vamos tratar dessa questão com eventuais outros depoentes.

Eu pergunto ao senhor Relator, antes de ouvirmos a testemunha do dia, se tem requerimentos a serem apresentados, de novas testemunhas. Podemos tratar disso em gabinete, depois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vamos chamar para o seu depoimento a testemunha, o senhor Edgar Antônio Roman.

Solicito à assessoria que encaminhe o senhor Edgar Antônio Roman a esta sala.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pela ordem, o Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, até para ficar claro aos outros membros, o que nós temos a requerer são só algumas solicitações a mais de documentos e outras convocações, de mais duas pessoas. Isso tudo o Presidente pode deliberar, mas apenas para que fique esclarecido aos outros membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fizemos em gabinete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está certo.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — Presidente, posso só fazer um questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pela ordem, a Deputada Marlene.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — Consulto se esses depoimentos não podem ser feitos via webconferência, em vez de termos que pagar uma passagem para essa pessoa se deslocar para cá. Não é uma alternativa? É muito mais barata e tão efetiva quanto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vamos acolher a ideia de vossa excelência e fazer a consulta necessária para tal.

(O senhor depoente Edgar Antônio Roman adentra o recinto.)

Senhor Roman, por gentileza, pode tomar assento.

Senhores Deputados e senhoras Deputadas, já se encontra aqui à mesa a fotocópia da identidade do senhor Edgar Antônio Roman.

Senhor Edgar Antônio Roman, o senhor recebeu um ofício de convocação para estar hoje aqui – era na semana passada, infelizmente não houve possibilidade – para prestar depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo



Ato da Presidência nº 0030, de 2019. O senhor tem conhecimento de que vem para dar um depoimento nesta Comissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quero que o senhor diga no microfone o seu nome completo, a sua data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço, para que a Taquigrafia possa fazer a devida anotação.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu me chamo Edgar Antônio Roman...
O que mais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A data de nascimento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu nasci no dia 27 de novembro de 1948.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A sua profissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Atualmente aposentado. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas era...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Engenheiro civil.

E o seu endereço completo? De residência, pode ser.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Rua Armínio Tavares, 67, apartamento 902.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade somente a verdade no dia de hoje?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também tem o direito de ficar calado, se assim entender. O senhor poderia se fazer acompanhar de um advogado, e pelo que vejo o senhor não veio com advogado.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vou passar a palavra ao Relator da CPI para que possa fazer, por primeiro, as perguntas ao senhor Edgar Antônio Roman, e, depois, os senhores Deputados poderão complementar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Edgar. Agradeço muito a sua presença aqui, ela é importante para a continuação dos trabalhos que esta CPI tem se dedicado a fazer. Provavelmente entre no rol das CPIs com, talvez, o maior volume de documentos e maior necessidade também de ouvir pessoas que tiveram conhecimento sobre os fatos.

O senhor foi convidado a esta CPI porque era diretor-geral do DER na época da execução do Contrato 046/90, firmado com a empresa Vivenda; por ter assinado o 2º, o 3º, o 4º e o 5º Termos Aditivos ao contrato original; e também por ter sido diretor-geral do DER entre 15/3/91 a 31/12/94 e 4/01/99 a 31/12/2002. Por isso a nossa esperança de que a sua colaboração com esta CPI possa nos esclarecer alguns fatos.

Então, indo direto e objetivamente às perguntas, eu quero começar perguntando para o senhor: o senhor era diretor-geral do DER, como eu falei, em 3 de julho de 1991, quando da assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato 046/90 com a empresa Vivenda Construções e Incorporações Ltda., que objetivou a execução de serviços de conservação e restauração da Ponte Hercílio Luz. No referido aditamento, assinado pelo senhor, consta uma assinatura como sendo do senhor Sebastião, sócio da empresa Vivenda. Ocorre que o senhor Sebastião, aqui nesta CPI, reconheceu nas oitavas que a assinatura colocada no instrumento contratual não é a dele.

Considerando que no documento consta uma assinatura como sendo sua, o senhor poderia identificar se, realmente, primeiro: é a sua assinatura? E depois: quem assinou o aditamento pela empresa contratada, haja vista que o senhor



Sebastião não reconheceu a assinatura e afirmou que não autorizou ninguém a assinar qualquer documento da época em nome dele.

O contrato está ali, na tela atrás do senhor (*é mostrada imagem projetada em PowerPoint*), tem o seu nome e, ao lado, tem essa assinatura — José —, que está ao lado da assinatura do senhor Sebastião. O senhor estava presente na?... Como assinou o contrato junto, nós temos a esperança que o senhor possa nos dizer quem assinou pelo senhor Sebastião.

(O senhor depoente olha para o documento projetado.)

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É pra responder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Posso também passar à mão de vossa senhoria uma cópia do documento para verificação.

(É entregue ao depoente cópia do documento para que ele analise.)

(Pausa.)

Vossa senhoria está com a palavra. Pode responder.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Olha, eu não me lembro e nem tô reconhecendo se é o seu José ou não é o seu José.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não posso, não posso... não lembro, faz muito tempo. E... lendo aqui, eu tô vendo aqui, tem uma assinatura que parece José; agora, quem é esse cidadão, até hoje eu não me lembro mais, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não?...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...não, não recorda?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque essa era uma das nossas grandes dúvidas, porque o senhor Sebastião, aqui, reconheceu que



ele não era. Então nós tínhamos a esperança que o senhor, como diretor do DER à época, pudesse nos esclarecer quem assinou esses documentos no lugar do senhor Sebastião.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não tenho... a menor ideia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor supõe quem que teria essa... já que não foi a empre... a empresa não autorizou ninguém a assinar pela empresa, o senhor tem ideia de quem poderia ter assinado?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não tenho a menor ideia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor era o diretor à época do contrato.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, né, o contrato tá aqui, tá a minha assinatura, né? Desse termo aditivo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Mas quem assinou nesse local aqui eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra de alguém chamado José?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que trabalhava com o senhor, trabalhava na sua equipe à época?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhum José?

(O senhor depoente gesticula com a cabeça que não.)

O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Tá o.k., obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edgar, o senhor foi diretor do DER também em 15/3/91 a 31/12/94 e assinou o 2º, o 3º, o 4º



e o 5º aditamentos ao Contrato 46/90, também firmado com a Vivenda. Quatro meses antes de o senhor assumir a direção-geral do DER, foi firmado um termo aditivo que elevou o valor do referido contrato de Cr\$ 34.401,00 (*sic*) para Cr\$ 15.304.401,00. O senhor lembra desse aditamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sinceramente eu não me lembro. Muito tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O 2º Termo Aditivo ao contrato, esse mesmo Contrato 46/90, elevou de Cr\$ 15.304.401,00 para Cr\$ 45.304.401,52 o valor do contrato (Cr\$ 30 milhões de acréscimo). E o 5º Termo Aditivo elevou de Cr\$ 45.304.401,52 para Cr\$ 63.304.000,00 o valor do contrato (Cr\$ 18 milhões de acréscimo no total), tendo sido firmado cerca de um mês e meio, 45 dias, antes do encerramento do contrato; 45 dias antes do encerramento do contrato foi firmado mais um aditamento, aumentando o valor do contrato em mais de Cr\$ 18 milhões.

A que se referiam esses aditamentos? Houve algum acréscimo nos serviços contratados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ora, com certeza, né? Eu não me lembro desses acréscimos, nem desses aditamentos. Pra mim, na minha cabeça aqui, tá um ponto negro, né, nesses valores. Então eu me lembro muito bem que os contratos, que o... no meu período foram com a Roca-TEC. Essa Vivenda, eu não me lembro de ter trabalhado com ela no Departamento de Estradas de Rodagem na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Na verdade o senhor assinou quatro aditivos com ela...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Pois é, até eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...além do...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...tô surpreso com isso também, mas eu acho que na época...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era a sua assinatura. Mas o senhor reconhece a sua assinatura do aditivo?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É, a rubrica é minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor não lembra desses aditivos...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e das razões?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro, não lembro, não lembro, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edgar, as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Dá para repetir a pergunta?
[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edgar, as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras? O senhor, como diretor, o senhor se recorda se as desapropriações ocorriam antes da contratação das obras? Porque o Ofício 8/97, de 27/11/97, informa que o Contrato — um outro contrato, na época em que o senhor era diretor — PJ 132/96 foi aditado para atender a um Plano Emergencial de Trabalho e Estabilização dos vãos 19, 20 e 24, a fim de restaurar os viadutos de acesso, do lado da Ilha, trecho compreendido entre o encontro e a ancoragem — o senhor como engenheiro está familiarizado com os termos.

Contudo, o engenheiro Antônio Xavier relata que a desmontagem do vão 20 não foi possível em razão da existência de construções sob a ponte, que impediu o acesso e a operação de equipamentos especiais. E tem um processo de desapropriação, o DERP 12.123/978.

O senhor lembra se essas desapropriações aconteciam antes da contratação das obras?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu acho que não, não, eu não me lembro. Acho que não houveram nem desapropriações lá na... em torno da Ponte Hercílio Luz. No meu período, eu não fiz nenhuma desapropriação lá, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então as obras, mesmo precisando usar aquele espaço para fazer as obras, para os equipamentos, não era feita a desapropriação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, nunca foi feito no meu período desapropriação, não, que eu me lembre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca houve preocupação com desapropriação no seu período então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não... Não é que não houve preocupação, é que não necessitava, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, existe o relato do senhor Antônio Carlos Xavier relatando justamente que não pôde fazer porque havia uma... incidiam construções sob a ponte.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, existia um pessoal que residiam lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então havia residências.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Mas não foram tomado providências na minha época de desapropriar ninguém, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Então não houve preocupação com a desapropriação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, não houveram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Entendi.

Senhor Edgar, na década de 1980 quem executava os serviços de manutenção na Ponte Hercílio Luz era a empresa Roca, como o senhor mesmo bem lembrou. Ocorre que no início da década de 90 a empresa Vivenda passou a realizar os serviços até janeiro de 1992 — no começo de 1990 até janeiro de 92 —, sendo que ao final de 92 a Roca retornou à Ponte Hercílio Luz para a execução dos serviços de conservação através do Contrato 88/92, firmado com o Consórcio Roca-TEC em



15/12/92, assinado pelo senhor, se o senhor assinou esse contrato do retorno da Roca para a Ponte Hercílio Luz.

O senhor sabe explicar os motivos pelos quais a empresa Roca deixou de prestar os serviços na Ponte Hercílio Luz entre 90 e o final de 92?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ah, houve um período que foi paralisado, né, falta de recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, na verdade teve uma outra empresa que prestou esse serviço.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não me lembro.

Quem trabalhou lá na época foi a Tec Engenharia e a Roca-TEC, que era um consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não lembra se os serviços contratados com a Vivenda foram realizados no...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, não. Eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra da empresa atuando na ponte?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não... Eu não lembro e não tive... Não me lembro nada com a Vivenda nem... não conheço essa empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não conhece a empresa?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não conheço a empresa. Eu nunca trabalhei com ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade o senhor...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu soube... No final houve, houve... inclusive algum litígio judicial junto com, com o DER, porque a empresa Vivenda ela não cumpria... deixou de cumprir os serviços lá na ponte.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor lembrou da Vivenda?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, mas não como ela... trabalhando, como empreiteira, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra da Vivenda trabalhando como empreiteira?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não lembro. Eu nunca tive...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como foi que assinou quatro aditivos com a (*ininteligível*) empresa?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Esses, esses aditivos eles vinham normalmente feito pela procuradoria jurídica, eram encaminhado pra gente, né, pra, pra acertar os. os contratos em andamento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas se não estavam em andamento... O senhor acabou de alegar que não estava em andamento.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Mas a... eu, eu não me lembro direito, né, mas acho que já deviam, já deviam ter... esses aditivo já deviam estar pronto na época, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas prontos em datas tão diferentes?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Bom, pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor é... Só para organizarmos a ideia para que fique registrado. O senhor não lembra da empresa Vivenda prestando serviço na Ponte Hercílio Luz?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas assinou cinco aditivos com a empresa Vivenda, mesmo assim.



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Também tô surpreso com esses aditivos aí que eu assinei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra que a empresa Vivenda não trabalhou...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...mas assinou os aditivos? O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não é bem assim. Eu posso ter assinado a, a, a empresa não... estava com o contrato, né, mas não estava prestando serviço na época. Eu não me lembro de ter feito nenhum pagamento pra essa empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, se o senhor lembra que a empresa não estava prestando serviço para a Ponte Hercílio Luz, por que o senhor assinou os aditivos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É uma boa pergunta, eu não sei te responder, viu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Em 17/03/93 foi assinado, também pelo senhor, o Contrato PJ 001/93 com a empresa Steinman, que tinha como objeto serviços de avaliação estrutural e concepção de projeto conceitual de recuperação da Ponte Hercílio Luz. Seu valor inicial era de US\$ 739 mil. Como se deu essa contratação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A empresa Steinman ela foi a construtora da obra, e foi solicitado pra que ela fizesse um parecer técnico da viabilidade de recuperação dessa ponte. Eu não me lembro, mas acho que foi feito através de uma dispensa de licitação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato. E na...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...lembro de ter sido feito licitação, ela foi convidada pra fazer esse...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, é a pergunta seguinte. Houve uma licitação, só que o problema é que a dispensa de licitação feita à época... houve uma dispensa de licitação em um valor maior em favor da empresa Steinman, mesmo quando essa já se encontrava vencedora de uma licitação anterior, a Concorrência nº 24/91. Considerando que a solicitação de rescisão ocorreu em 30/6/92 — é importante se ater às datas aqui, 30/6/92 — e a aprovação da dispensa ocorreu em 16/7/92 pelo Governador do Estado à época, Vilson Kleinübing, por que aconteceu isso? A empresa tinha vencido uma licitação, entretanto foi desconsiderada essa licitação, e alguns dias depois foi feito uma dispensa de licitação para a mesma empresa fazer o mesmo serviço por um valor maior. Por que isso aconteceu?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não sei. Não me lembro. Não tenho a menor idéia. Sei que foi feita uma dispensa de licitação única, foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Depois da empresa já ter vencido uma licitação que foi cancelada? O senhor não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra desse cancelamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ainda acerca do Contrato 001/93, a empresa Esteio Engenharia e Aerolevantamentos S.A. fez parte dessa contratação? O senhor lembra? Esse mesmo contrato, o senhor lembra da empresa Esteio Engenharia...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Da dispensa de licitação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Lembro. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi a participação da empresa no contrato, especificamente com relação aos serviços encomendados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ela dava assessoria técnica pros, pros americanos que vinham aí, né, e conduziam os relatórios de, de, de trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Conduziam os relatório de trabalho?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É, eles fizeram uma espécie de um consórcio, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que de fato foi executado nesse contrato? O senhor lembra?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O que a empresa americana fez, fez um relatório da viabilidade de recuperação da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse re...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — E deu as coordenadas pra fazer um projeto... era pra... era pra fazer um anteprojeto, mas ela não entregou esse anteprojeto pra nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela não entregou?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mesmo com um contrato de quase US\$ 800 mil ela não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É. Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela não entregou? Pois então...



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ela fez um relato muito sucinto e não fez aquilo que nós esperávamos que fosse de fazer um tipo de um anteprojeto e... e... E adeus, até logo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então ela não apresentou solução técnica alguma?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não. Não, não que me lembre. Tanto que nós tivemos de contratar, depois, mais tarde, foi contratado um projeto final pra essa... pra restauração dessa ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra dos pagamentos à Steinman?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu... eu acho que foi feito os pagamentos, sim, de acordo com o cronograma que tinha sido acordado na época, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então houve o pagamento, mas não houve a entrega do projeto pela Steinman?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Houve a entrega de outros relatórios que não deram os dados suficientes pra que a gente... fosse elaborado um projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera então que não foi entregue o objeto do contrato licitatório?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não, na época, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não foi... não foi entregue? O.k.

No final dos anos 1990 também se iniciou um movimento no Estado de buscar uma contratação de um novo projeto, em nível nacional, que resultou na contratação, através de convênio com o DNER, hoje DNIT, da Sondotécnica Engenharia (Consórcio Sondotécnica-Ingérop), no ano 2000, período em que o senhor também era diretor-geral do DER. Quais os motivos de novamente ser contratado outro projeto e não ser utilizado na verdade aqueles relatórios? Aqueles relatórios não serviram?...



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...pra embasar?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, não serviram. Eles não deram elementos suficientes pra que se pudesse fazer uma licitação ou mesmo não deixaram com clareza... clareza necessária, que a ponte era recuperável.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor considera que pela não entrega do objeto da Steinman, foi necessário fazer essa nova contratação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Foi necessário fazer o novo projeto, sim, que foi feito um projeto final de engenharia através de convênio... governo federal, através do DNIT.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E esse... e esse...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Aí o Estado não participou com nada, né, nessa contratação desse projeto novo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como assim não participou com nada? Não...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – É... Foi o DNER que pagou tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ah, foi o DNER que pagou tudo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, mesmo... da mesma forma, mas o DNER acompanhou e super...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Através de engenheiro numa comissão mista, com engenheiros do DNER e engenheiro do DER...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...fizeram o acompanhamento desse projeto.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor considera... Então o projeto passou por supervisão técnica de vocês, então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do DER.

E o DER apresentou alguma sugestão técnica para elaborar o projeto ou para a escolha de solução?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, veja bem. A... esse projeto dessa ponte é um projeto muito... complicado. Não é qualquer é, é... como se diz, não é um projeto qualquer de uma ponte simples, não. É um projeto até muito desconhecido por todos os técnicos brasileiros, não é? Portanto que a gente pediu auxílio a quem projetou a ponte, quem construiu a ponte, e se manifestou, porque era um... é um monumento que está aí, né, diferente de todas as outras construções.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas então para registro...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O, o, o que eu fiz na época foi nomear uma comissão técnica para acompanhar a elaboração dos projetos, que eram fiscalizados e acompanhados pelo DNER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E essa comissão apresentou alguma sugestão técnica ao projeto?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ah, naturalmente que apresentou. A comissão apresentou, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Posso dizer até o nome do engenheiro que era o responsável por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por favor.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Engenheiro Wilson Kopsch.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Wilson?...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Kopsch. K, o, p... Kopsch.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 6/6/97 foi assinado o Convênio 894/97 com a UFSC. No referido convênio foi entregue, junto com o estudo da estrutura, uma solução de recuperação da Ponte Hercílio Luz. Por que não foi adotada a solução de recuperação proposta pela UFSC?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não sei te dizer, mas eu acho que a solução que a Universidade Federal apresentou não era satisfatória, não, no meu entendimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor acredita que não era, então, uma solução viável?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tendo em vista que vários convênios foram firmados e estudos para soluções técnicas foram contratados com a UFSC anteriormente, nas décadas de 80 e 90, com o intuito de apresentar soluções de recuperação, com essa mesma intenção, apresentar soluções técnicas para a ponte, o senhor acredita que tais estudos se justificam técnica e economicamente? Porque já tinham acontecido dois outros contratos anteriormente, então houve um terceiro que também não ofereceu solução técnica. O senhor acredita que esses estudos se justificavam economicamente?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Eu, eu acredito, eu acredito que... foi solicitado, foi a... a prestação de serviços por parte da Universidade, mas ela nunca trouxe soluções para, para, para o problema da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois é, pela terceira vez, na verdade, ela não trouxe.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não trouxeram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E por que teve três tentativas, o senhor pode me dizer?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não sei, eram interferências que existiam na época, né, inclusive políticas, mas a Universidade deixou... deixou a desejar nos seus, nos seus relatórios.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não teve, não teve nenhum relatório do, da Universidade que foi aproveitado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Justamente por isso, quando o senhor se refere à interferência política, o senhor pode discorrer um pouco mais sobre isso? Pode explicar para esta Comissão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não, não posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

Mas era de ciência dos senhores que já havia dois outros e que a UFSC não trazia, como o senhor mesmo falou, nunca trouxe solução técnica viável.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor também assinou o Contrato 315/94, firmado entre o DER e o Consórcio Roca-TEC, que objetivou a execução de serviços de conservação e manutenção das Pontes Hercílio Luz, Colombo Machado Salles e Pedro Ivo Campos. Especificamente, quais eram os serviços de conservação e manutenção contratados?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN – Na Ponte Hercílio Luz, né?
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, mas é que esse contrato, na verdade, foi um contrato feito para as três pontes, né?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eu queria saber especificamente...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não tô lembrado disso, mas eles... me lembro da Ponte Hercílio, Hercílio Luz. O que realmente eram feito lá, era um serviço de manutenção e conservação da... da... dos viadutos, né? Ou seja, dos



serviços de jateamento, pintura e substituição de placas ou peças avariadas pela... Com o tempo, né? Então eram feito as substituições dessas peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Foi contratado algum serviço, o senhor lembra – isso para o nosso estudo é muito importante –, o senhor lembra se foi contratado algum serviço, especificamente nas barras de olhais?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relatório de atividade e serviços executados referentes ao Contrato 315/94, é descrita a seguinte atividade com realizada: “vistoria nas barras de olhal e apoios, de maneira prática e não técnica, pelo supervisor de obras Sr. Ivo Pelegrini”. Esse tipo de serviço era recorrente? Qual a finalidade de uma vistoria prática e não técnica?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Aquilo era pra verificar se os... se o processo estava em andamento ou tinha estabilizado. Então esse senhor era um, era um... Seu Ivo, né, que tu falou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ã-hã.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É um funcionário antigo lá da (*ininteligível*)... Acho que é o funcionário mais antigo da ponte, um cara que conhecia... conhecia muito da ponte, e era um excelente técnico, conhecedor da ponte. Então ele fazia essas inspeções para verificar se tava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele era engenheiro?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não era engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então era um não engenheiro que fazia a verificação da ponte?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Fazia a verificação.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz, com diversos agentes, tais como as empresas Usimec (contrato de 1982 até 1987), Steinman (em 1993), a UFSC (em 1982, 1989 e 1997), e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop (em 2000, através de convênio com o DNIT), sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel.

Senhor Edgar, qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos, sucessivamente, e não executá-los, não colocá-los em prática? O senhor considera adequado, do ponto de vista econômico, tal prática?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Olha, eu vou te responder como uma pergunta, essa, essa pergunta. Os serviços, os projeto de contratação dos projeto eram feitos na tentativa de buscar a melhor solução. Todas essas tentativas elas foram praticamente frustradas, com exceção da última, foi feito, elaborado um projeto através de convênio com o DNER, né, que teve por fim um projeto final de engenharia pra restaurar esta ponte. Os outros estudos eram apenas estudos superficiais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois então, eu...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — E que todos eles nos deixaram com muita dúvida a respeito da solução, porque a solução para esta ponte, como vocês estão vendo até hoje, ela não é muito fácil não, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor... Diante de tantos contratos eu me pergunto, e também de acordo com o que o senhor relatou: existia algum tipo de interferência ao trabalho técnico dos senhores em relação à contratação de tantos estudos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu acredito que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca foi pressionado a contratar algum estudo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque do ponto de vista econômico, parece-me que foi contratada uma série de estudos, e nenhum nunca oferecia a solução, porque os senhores nunca estavam satisfeitos, mas eram alguns estudos, como o senhor mesmo falou, como o da Steinman, que nem o projeto entregue foi. Havia alguma interferência política nisso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, nunca houve interferência política em cima disso, muito pelo contrario. Essa interferência política que existia era pra que houvesse a execução de projetos capaz de se contratar a... um dia, né, se fosse possível, a contratação definitiva da recuperação da ponte, né? Todos esses que tu se referiu anteriormente, nenhum projeto desse ou anteprojeto, eu não chamaria isso de projetos, anteprojeto, relatórios, como os da universidade, não houve execução de projeto nenhum, houve relatórios. Queriam... no local faziam os levantamentos, mas nada de concreto era apresentado para o DER, né? Então, na tentativa mais correto, finalmente foi esse último, contratação através do, do, do DNER, porque era um projeto caro, não era um projeto de custo pequeno, não, custo muito alto. No entanto, eu nem me lembro o custo desse último projeto o quanto que foi, mas foi alto, com certeza, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, foi alto e, na verdade... Mas os senhores já tinham noção disso nos projetos anteriores, que era um projeto difícil, complicado tecnicamente.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que da insistência em projetos que não poderiam apresentar... que já era provável e sabido que talvez não oferecessem as soluções?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, toda vida nós buscamos soluções. Sempre se encomendava um relatório, um anteprojeto era na... com a finalidade de buscar uma melhor solução pra recuperar a ponte, né? Mas a gente não tinha encontrado solução final, né? E acredito que... Depois eu saí, não sei qual



foi o projeto utilizado pra restauração da ponte, mas... acho que foi até alterado o projeto feito através de convênio do DNER com o que hoje a situação está aí. Pelo menos quando eu passo lá e vejo, as noções que eu tinha da, da... do projeto de restauração da ponte não é isso que tá sendo feito aí não, houve modificação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No 2º Termo Aditivo do Contrato PJ 88/92, de 5 de maio de 1994 (*sic*), firmado com o Consórcio Roca-TEC, onde consta também o nome do senhor, consta também aquela mesma assinatura, novamente, constante do 2º Termo Aditivo ao Contrato 46/90, de 1991, firmado com a empresa Vivenda, que não foi reconhecida, como falamos, pelo senhor Sebastião, sendo que agora a referida assinatura consta no local reservado ao senhor Raul Ozório de Almeida, sócio da Construtora Roca.

O senhor pode dar uma olhada no documento ali também, nós vamos colocar em tela o documento. (*É mostrada imagem projetada em PowerPoint.*)
[Transcrição: Ana Clara Mota]

Essa mesma assinatura, num contrato que o senhor novamente também assinou, aparece essa assinatura misteriosa, mas agora em cima de outro nome. (*O senhor depoente analisa em mãos o documento então projetado.*) O senhor reconhece a assinatura nesse novo termo aditivo, também sob a sua supervisão?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Esse aqui é da Roca-TEC, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato. Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A Roca-TEC foi presente, sim, eu assinei os convênios tudo com eles e ele tinha, convênio, não, contrato, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, eu só lhe...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Agora, essa assinatura aqui eu não estou reconhecendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É a mesma que apareceu no contrato com a Vivenda.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A mesma que apareceu, né?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como que uma assinatura pode aparecer tão constantemente em épocas diferentes e todas sob a supervisão também do senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu... eu... me passando, assim, pela minha memória que pode ser que essas empresas, por exemplo, na empresa de Curitiba eles tinham repre... como é que é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não é o caso, porque neste caso são duas empresas distintas...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e o senhor Sebastião deixou bem claro que ele não tinha preposto algum para assinar por ele.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Ah, tudo bem. Mas eu não reconheço isso aí. Pode ser que alguém... algum preposto dessas empresas com esse nome aí. Só pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas que assinou... aqui ele assinou...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Procurador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, é que assim...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Algum procurador... esse cidadão José (*ininteligível*)...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que para essa hipótese ser verdadeira...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...pode ter sido procuradores dessas empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que para essa hipótese ser correta, esse senhor deveria ter sido procurador da Vivenda e depois se tornado procurador da empresa concorrente que venceu a Vivenda, e assinado, ainda, em cima de outro nome, de um terceiro nome agora. E não há nenhuma também, nenhuma indicação ali que seja...



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não sei te explicar isso direito aí, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tem ideia então de quem pode ser esse nome?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não tenho a menor ideia. Nem conheço esse tal de José, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era prática, durante a sua gestão como diretor, pessoas não autorizadas pelas empresas e não constantes no instrumento contratual, assinarem aditivos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas acontece. Não aconteceu?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, não sei, porque isso vinha da Procuradoria Jurídica e eles tinham que tá credenciado, né, na Procuradoria Jurídica como procurador com os documentos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que o senhor está me dizendo é que já vinha assinando para o senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não. Não estou dizendo isso, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era assinado na sua presença?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então vinha assinado?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Vinha assinado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então já vinha assinado pro senhor e o senhor...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Já, já vinha assinado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...só dava a sua assinatura...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A minha assinatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então já chegava até o senhor com a assinatura?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor acredita que essa assinatura, por exemplo, já... pelo que o senhor me relatou, essa assinatura já veio da Procuradoria, então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Já vinha... o documento já vinha pronto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Provavelmente... Então o senhor acredita que essa já veio pronta da Procuradoria?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Também, também. Era de praxe, assim... todos os contratos eram feitos assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o procurador jurídico na época?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Na primeira... na primeira gestão minha era o senhor Odorico Ferreira, advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Adolar Odorico Ferreira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Adolar Adorico...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Odorico Ferreira.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Odorico Ferreira.

E nos outros contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — No segundo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, no segundo período.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — No segundo período é o engenheiro, aliás, o advogado Márcio... *(pausa)*. Agora não me lembro, falhou o sobrenome dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então, era prática normal vir esses contratos já assinados para o senhor?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Já, prontinho pra só pegar a minha assinatura...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Já com as assinaturas para o senhor pegar...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca se questionou o porquê essa assinatura tava...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A mesma assinatura em diversos contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Edgar, o senhor tem mais alguma informação que queira compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que julgue ser relevante para a elucidação dos eventos e fatos aqui abordados e tratados?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, eu não tenho, eu só... Eu não tenho mais informações a dar, colaborar a respeito, né, só que são... foram atos praticados há muito tempo atrás. Então eu tenho... minha memória não é mais de gente tão jovem assim que se lembra tudo. Passou, eu me esqueço de muitas coisas. Já estou com mais de 70 anos, né? E esses fatos aí fazem mais de vinte anos, né? Então eu não tenho, assim, com clareza... você colocou datas e datas e datas, uma atrás da outra, eu não consegui aqui fazer uma assimilação, computar isso aí, né? Mas... que nem o caso da Vivenda, eu tô estranhando, porque a Vivenda não trabalhou no meu período!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, segundo...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós também estamos estranhando...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...não prestou serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...porque no segundo contrato prestou, assinado pelo senhor, na verdade

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É, mas não prestou os serviços lá na ponte. Quando eu assumi, já tava encrocado, já tava parada... paralisação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor assinou mais quatro aditivos com a Vivenda.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Pois é, isso que eu tô estranhando, como é que é isso aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era a sua assinatura.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...que eu não me lembro direito como é que foi isso aí, mas, com certeza, se eu assinei isso aqui, é porque as coisas estavam corretas.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como era o interesse político sobre a Ponte Hercílio Luz na época? Como era o acompanhamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu não tô entendendo a tua pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não... Quem eram os interessados, os maiores interessados à época... quem que... existiu... o senhor lembra de alguém que... de alguns interessados em saber do andamento, como não estava, como ia, como não ia. O senhor lembra de...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, na época eu prestava conta ao Secretário de Transportes e ao Governador, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Que era sempre questionado a... pelos Governadores, tanto pelo Kleinübing, como o... depois com o Esperidião Amin, que eles tinham a vontade de restaurar a ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor diria que era uma prioridade, que era uma...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Era uma prioridade e que... como é que se diz? Trabalhavam, lutavam junto com a gente para...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...até fazer esses grandes números de estudos, para ver se existia uma viabilidade técnica e econômica, porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...os... o difícil, além de fazer todos esses estudos, era os recursos para pagar isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eram difíceis, né? E muito mais difícil para fazer a restauração da ponte. Nós sabíamos que ia custar uma ponte nova ou mais.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor tinha esse contato direto com eles?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Com os... com o Governador e com o Secretário?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Tinha, claro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. O senhor se comunicava com os Governadores, então?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim, claro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se comunicava diretamente. Essa prestação de contas era formalizada?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou era verbal?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Verbal, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era verbal?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Verbal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O Governador Esperidião muito questionou pra que os projetos saíssem, né, e houvesse uma solução definitiva para esta ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Presidente, eu, no momento, me dou satisfeito com as perguntas. Só me reservo ao final o direito de, se eu puder, fazer mais um questionamento, caso a gente queira.

Muito obrigado. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Terminada a participação do Deputado Bruno, eu pergunto aos senhores Deputados se há alguma pergunta a fazer.



(O senhor Presidente pergunta diretamente ao Deputado Jessé Lopes, ao Deputado Sargento Lima, ao Deputado João Amin, ao Deputado Fernando Krelling e à Deputada Luciane Carminatti. Todos declinam.) (Pausa.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu tenho mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência pode fazer a pergunta, depois eu faço o encerramento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade eu acabei pulando aqui...

O senhor lembra, quando se falava em capacidade de reabilitação, o senhor lembra se comentavam se havia ou não a disponibilidade financeira para a reabilitação da ponte? Se era algo viável economicamente, se o Estado tinha dinheiro para a reabilitação?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, era uma questão que estava... Se discutia muito...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está desligado o microfone.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não, era uma questão muito discutida, tecnicamente e a viabilidade de se recuperar essa ponte, porque os custos, já se sabia que eram elevados pra recuperar essa ponte. Haveria comparações feitas com execução de uma obra como a Colombo Salles ou a Pedro Ivo, que custariam menos do que a restauração dessa ponte. Porém, sempre foi colocado que a ponte é um negócio que faz parte do Estado de Santa Catarina, não da cidade, mas, sim, do Estado, como um monumento histórico, né, um monumento que diz... Florianópolis, qualquer coisa, lembra a ponte, a ponte diz Florianópolis, né, e é um negócio cultural também daqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Então isso levou muito em consideração. O peso, tecnicamente, era se demolir essa ponte e construir uma nova, mas todos esses fatores que eu citei aí, de ser um monumento histórico em



Santa Catarina, não permitiu (*sic*), é que lutaram pra que a ponte não caísse, né, e estão lutando até hoje, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Satisfeito, Deputado? (*O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, gesticula com a cabeça que sim.*)

Senhores Deputados, senhor Edgar Antônio Roman... Deputado Bruno, eu gostaria que vossa excelência repetisse quais os dois períodos que o doutor Edgar Antônio Roman foi diretor-geral do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele foi diretor-geral do DER entre 15 de março de 91 e 31 de dezembro de 94 e entre 4 de janeiro de 99 e 31 de dezembro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Antes de eu perguntar ao senhor Edgar, quero contar uma pequena história, para contextualizar depois as minhas perguntas para poder entender bem – e o doutor Edgar há de se lembrar bem, deve até ter conhecido por ter sido servidor público por muitos anos. O senhor lembra do diretor do Tesouro, o doutor Baldança, né? O diretor do Tesouro antigamente era o Baldança, né?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não lembra ?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas antigamente o Baldança era diretor do Tesouro - isso contado pelo meu pai – e o servidor público fazia o vale, muitos servidores faziam o vale todo mês. O Tesouro funcionava onde hoje é o prédio da Prefeitura Municipal, o gabinete do Prefeito, e o Baldança já sabia quem queria fazer o vale e todo mês preparava um envelopezinho com um dinheirinho, e o servidor ia lá fazer o vale e era descontado no final do mês.

Por que eu faço essa introdução na minha fala? Porque é claro que antigamente não tínhamos a tecnologia que temos hoje, de pegar o telefone e fazer transferência de numerário *online*, enfim, em qualquer canto.



Eu quero perguntar para o doutor Edgar o seguinte: evidentemente que o DER tinha um engenheiro responsável pela obra da ponte. Era isso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Era.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode citar, nos seus períodos, quais os engenheiros, ou os principais, ou o principal engenheiro que cuidava da manutenção da ponte?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Olha, o engenheiro Itamar Flâmia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode falar mais perto microfone.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O engenheiro Itamar Flâmia no primeiro período, e no segundo período o engenheiro Arnaldo Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

Esses engenheiros naturalmente preenchiam a planilha das obras que eram realizadas.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eles eram diretor da, da, do, da, da área...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E eles preenchiam as planilhas?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — ...e lá no campo tinham a comissão que faziam as medições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Que faziam as medições. O.k.

Essas medições eram encaminhadas para a sede geral do DER?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Isso, pra diretoria, para as devidas... Diretoria de Operações.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A Diretoria de Operação fazia a devida verificação e se tudo estivesse correto, encaminhava para a parte financeira?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Para começar a providenciar o pagamento?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Era isso?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Esse era o rito?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — O rito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois bem, os pagamentos, em razão da falta de tecnologia, eram feitos para as empresas em moeda corrente, ou cheque, ou o DER depositava em conta?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Era feito ordens bancárias, né, depositado em conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O DER nunca fez pagamento em moeda corrente?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Nunca. No meu período, na minha gestão, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fez pagamento em cheque?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só depósito bancário?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Só depósito bancário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quem assinava esses depósitos bancários?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Assinatura de, de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Normalmente tinha que ter duas assinaturas no Estado.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — A assinatura final era minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sua?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — É, minha e do diretor... é... depois de fazer a tramitação geral de todas as diretorias, passado por procuradoria jurídica, todo parecer, ia pra Diretoria Administrativo-Financeira, que fazia os empenhos e encaminhava pra mim as ordens bancárias para pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quem no DER autorizava a fazer os aditivos aos contratos?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Os aditivos eram solicitados através das diretorias competentes, Diretoria de Operações, e eram encaminhados pra mim já totalmente elaborado, com quantitativos, planilhas de cálculos, de verificação, pra assinar, pra mim assinar e eram aprovados pelo Conselho Administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ah, então na época o DER tinha um Conselho?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Tem um Conselho, sempre teve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Esse Conselho é que examinava...

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — E aprovava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...e sugeria a aprovação do aditivo?

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Pra aprovar os aditivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o senhor simplesmente homologava isso?



O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Eu homologava, encaminhava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Quem homologava era o Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O Conselho, sim, e o senhor executava o que o Conselho determinava.

O SR. EDGAR ANTÔNIO ROMAN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu me dou por satisfeito.

Senhores Deputados, pergunto a vossas senhorias se têm mais alguma pergunta. *(Pausa.)*

Não havendo [mais perguntas], eu agradeço ao senhor Edgar Antônio Roman e peço à assessoria que o encaminhe, por gentileza. O senhor está dispensado e muito obrigado pela sua participação.

(O senhor Edgar Antônio Roman se retira do recinto.)

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado e boa noite para todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO
DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA**



PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 29 DE MAIO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhora Deputada [dirige-se à Deputada Marlene Fengler], muito boa-tarde, igualmente o meu boa-tarde a todos os senhores Deputados, bem como às senhoras e aos senhores telespectadores da TVAL, às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, e também a todas as pessoas que se fazem presentes neste ambiente.

Havendo quórum regimental, damos início a mais uma reunião da CPI da Ponte Hercílio Luz. Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 19ª (sic) Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Antes de convidarmos os depoentes, quero comunicar vossas excelências que recebi resposta do Ofício 072/2019, emitido no dia 24 de maio ao excelentíssimo senhor Ptolomeu Bittencourt Junior, Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, com o intuito único de solicitar parecer sobre a obrigatoriedade ou não de prestar informações, antes do término da CPI, conforme solicitado nos ofícios recebidos, o de nº 231/2019, da Procuradoria-Geral de Justiça, que anexou o Ofício nº 192/2019, da 26ª Promotoria de Justiça da Capital.



Vou pedir à assessoria que distribua cópia do presente parecer, mas antes farei a leitura da conclusão. Diz sua excelência, o senhor Procurador-Geral da Alesc: “Considerando o princípio da publicidade que rege os trabalhos parlamentares, as prerrogativas institucionais do Ministério Público e, ainda, o direito previsto na Lei de Acesso à Informação, a Comissão Parlamentar de Inquérito deve atender à solicitação, salvo se decretar típica, estratégica e temporariamente sigilosa a informação, hipótese em que a resposta denegatória do pedido deverá ser devidamente justificada.” (*Cópia fiel.*)

Então o senhor Procurador da Casa informa em parecer que não há óbice em concedermos os documentos ao Ministério Público, desde que se declararmos parte do todo sigiloso.

Eu pergunto ao senhor Relator: de toda a documentação que esta Comissão já recebeu, vossa excelência solicita que parte dela ou toda seja decretada sigilosa?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não há necessidade, Presidente. Não há nenhuma parte que seja sigilosa, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vamos noticiar o Ministério Público de que fica à disposição dele, porque é muito papel. Se eles precisarem tirar fotocópia, nós vamos ceder toda a documentação, e o que está em meio digital, nós vamos mandar por ofício, e o que está em papel, eles podem tirar fotocópia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência com a palavra ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu gostaria de fazer uma questão de ordem, mas antes da chamada dos depoentes. Não sei se o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deixe-me só terminar então.

Então peço à assessoria para distribuir cópia aos senhores Deputados e vamos fazer os ofícios ao Ministério Público, ao senhor Procurador-Geral de Justiça.



Com a palavra o Deputado Bruno Souza, para uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, antes de iniciarmos os trabalhos de hoje, eu quero fazer apenas duas explicações que acredito serem importantes para o trabalho.

Primeiramente gostaria muito de começar agradecendo toda a equipe técnica que tem trabalhado conosco aqui na CPI e tem feito um trabalho primoroso e com muito esforço. E também agradeço ao Presidente e ao Vice-Presidente, o Deputado João Amin, por terem construído, por terem possibilitado essa interação com os outros órgãos, porque o que nós estamos fazendo é um trabalho realmente muito minucioso, estamos fazendo uma verdadeira reconstrução de diversos fatos.

E com isso quero pedir um pouco da paciência de todos os Deputados, porque eu sei que, às vezes, o trabalho é um pouco exaustivo, mas isso tem uma importância na reconstrução histórica do que nós estamos fazendo. O tempo da ponte, infelizmente, é um tempo diferente do tempo dos homens, ao que parece, então algumas coisas que para nós, tipo dez anos, significam muita coisa, às vezes para uma obra como essa que levou quarenta anos, que está levando quarenta anos, é pouco tempo, sendo necessário, às vezes, fazer recapitulações mais antigas.

Então agradeço a paciência de todos os Deputados e todas as colaborações. Queria explicar apenas isso, que estamos realmente nos esforçando, porque cada parte é muito importante para o trabalho que a gente está fazendo. Desde já agradeço o Presidente, todos os Deputados que têm acompanhado a CPI e também a nossa equipe, que vem fazendo um trabalho realmente muito bom e diferenciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, hoje nós temos dois depoentes, o senhor Flávio Volpato e o senhor José Mauro Lopes Pereima.

Qual dos dois vossa excelência [pergunta ao Deputado Bruno Souza] deseja ouvir primeiro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor José Mauro Lopes Pereima.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então convido o senhor José Mauro Lopes Pereima a se fazer presente e solicito que o senhor Flávio Volpato se dirija à sala da Coordenadoria das Comissões e aguarde ser convidado a vir depor.

Peço à assessoria que faça o devido encaminhamento, por gentileza, do senhor Flávio Volpato. *(O senhor Flávio Volpato se retira do recinto.)*

Senhor José Mauro Lopes Pereima...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pereima?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Pereima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pereima mesmo. O.k.

Senhor José Mauro...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente hoje, aqui, nesta reunião?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tem consciência, tem conhecimento, né?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito a vossa senhoria que diga no microfone, para que os taquígrafos possam fazer o registro, o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Meu nome é José Mauro Lopes Pereima, eu moro na Rua Felipe Schmidt, 1.210, no centro de Florianópolis, e sou engenheiro civil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Engenheiro civil.

A sua identidade. O senhor tem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Tenho.

(O senhor José Mauro Lopes Pereira entrega a sua Carteira de Identidade ao Presidente, Deputado Marcos Vieira.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Peço à assessoria que tire fotocópia, frente e verso, da identidade, por gentileza.

O senhor jura dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, juro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder à pergunta que lhe for feita.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhar de advogado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

Então eu vou passar a palavra ao eminente Relator da CPI, o Deputado Bruno Souza, e após os questionamentos de sua excelência vou abrir a palavra aos demais Deputados.

Com a palavra o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor José, agradeço a sua presença.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu espero que a sua vivência e a sua experiência com a obra possa nos ajudar a trazer alguns esclarecimentos, e agradeço por ter vindo até esta CPI.



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Se eu puder, eu estou à disposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi requisitada a sua presença porque o senhor foi fiscal da conservação e manutenção da ponte em 1988, também solicitou a troca do gradil, por sugestão da Construtora Roca, na época, e participou de toda uma etapa na Ponte Hercílio Luz.

Eu quero começar perguntando para o senhor: o senhor ingressou no antigo DER, atual Deinfra, em 1980, com registro de aposentadoria do cargo de engenheiro civil em 2009. O senhor poderia discorrer sobre a sua trajetória no Deinfra, tais como cargos e funções que exerceu?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim, pois não.

Bom, primeiro quero fazer uma ressalva na sua colocação, porque o gradil não foi solicitado por mim, e sim pela Diretoria de Operações, à qual eu era subordinado.

Mas vamos ao meu histórico. Eu me formei em 79, ingressei nos quadros do DER, na Diretoria de Operações, primeiramente fui designado para a Engenharia de Tráfego, fui chefe da Polícia Rodoviária Estadual, posteriormente fui assessor do Diretor de Operações, e quando lá estava, a partir de... não me lembro da época, dado o lapso de tempo, fui designado para ser o fiscal da conservação da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exerceu mais alguma função, cargo, nesse período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Ah, sim, antes disso... Dado o lapso de tempo a gente vai esquecendo, eu fui assessor do vice-diretor-geral também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do Deinfra?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Do Deinfra, não, do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do DER.

O senhor poderia especificar qual foi o período da sua atuação como fiscal da Ponte Hercílio Luz?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Eu não recordo, assim, precisamente os tempos, dado o lapso de tempo, né, mas foi na década de 80.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não recorda exatamente em qual período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não, não recordo o período.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Além de fiscal, o senhor atuou de alguma outra forma em outro período na ponte?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não, só como fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só como fiscal?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra se trabalhou em algum período na década de 90?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não lembro, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não lembro. Só se consultar o meu histórico, mas não lembro. Mas pode ser que sim, dado o lapso de tempo. Eu trabalhei um tempo considerável ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor começou fazendo uma ressalva e falando que não tinha pedido a troca de gradil, que tinha sido o diretor. Então a sua memória estava... O senhor lembra disso claramente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — É, a minha função específica era fiscalizar os serviços de conservação, verificar se era plausível fazer aquele tipo de serviço. Se o senhor me permite exemplificar um fato...

Por exemplo, a empresa contratada verificava que... deixa eu ver um exemplo aqui pra todo mundo entender. Passarela de pedestre. Então os dormentes da passarela estavam com problemas, estavam com estado avançado de degradação, e eu verificava se precisava trocar ou não. Então eu digo: ó, realmente precisa, então vamos elencar o serviço, os materiais. E isso tudo eu remetia ao diretor de



Operações, que era o Nelson Picanço, já falecido, e ele autorizava ou não, né?

[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor diria que recorda bem do trabalho que fazia?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Recorda bem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Bem... assim, no dia a dia, mas especificamente tudo eu não recordo, né, quase trinta anos, mas algumas coisas relevantes, sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Com quem trabalhou, com...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Com quem trabalhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - As empresas que passaram.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Ah, sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor poderia dizer se recorda do contrato firmado com a empresa Vivenda Construções e Incorporações?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não era da minha época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, eu fiscalizei a Construtora Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Roca. Apenas a Roca?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Apenas a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No ano de 1988 o senhor encaminhou um ofício ao senhor Flávio Volpato, diretor de Operações do DER



na época, fazendo referência a uma proposta da empresa Makmetal, relativa à substituição do tabuleiro da Ponte Hercílio Luz, composto de chapas corrugadas por gradis metálicos. Em documento também assinado pelo senhor, é feita a referência ao custo dos materiais a serem empregados no serviço, à época 180 milhões de cruzados, equivalentes a R\$ 3,701 milhões, nos dias atuais, sendo que para a mão de obra foi prevista a utilização do pessoal locado pela Construtora Roca, que já executava o serviço de conservação na ponte.

O serviço de retirada do trecho de pavimentação, da pavimentação asfáltica e de substituição das chapas corrugadas por gradis metálicos foi realizado pela Roca?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Eu acho que foi. Não tenho certeza, mas eu acho que foi pela Construtora Roca, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi?

O senhor lembra dessa ocasião, desse ofício que o senhor encaminhou?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro. Tanto é que eu te falei ainda há pouco que eu não tinha solicitado. Eu não me lembro desse ofício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Esse é o ofício que o senhor faz menção justamente à substituição dos gradis. O senhor reconhece a sua assinatura? (*Mostra documento ao depoente.*)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, reconheço. Posso ler?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Claro.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — (*Passa a ler.*)

“Encaminho anexo, a pedido do Prof. Caspar E. Stemmer, da Assessoria Especial da S.T.O. proposta técnico-comercial da Firma Macmetal, interessada à Construtora Roca Ltda, a nosso pedido, para substituição do atual tabuleiro da Ponte Hercílio Luz composto chapas corrugadas por gradil metálico.

Esclareço, que dentro de outras vantagens, tal medida irá propiciar um alívio de carga permanente.” (*Cópia fiel.*)

Agora lembrei. Sim, como eu relatei no início, a minha função era verificar da necessidade ou não de se fazer determinado tipo de serviço. Então, dentre outros,



este, como eu citei o anterior, no caso da passarela, era relevante fazer isso. Por quê? Porque nós iríamos ter um alívio de carga considerável e seria um experimento para futuras trabalhos, e que a gente tava sempre em mente com o binômio da engenharia, que é segurança com economia. E como, como eu era fiscal e eu tinha que elencar fatos, né - não me recordava desse, confesso, dentre outros, devem ter havido outros que eu sugeri -, foi exatamente para que pudesse otimizar serviços e baratear custos e ver como é, se a gente chegaria num denominador pra restauração propriamente dita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor se lembra qual foi o ano da realização desse serviço?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro. Tem aí no ofício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim. Não, o serviço da troca dos gradis.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Também não?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não. Deputado, faz quase trinta anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Está bem.

O senhor também não lembraria se os serviços foram executados na sua totalidade?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Parece que foi, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor sabe se acarretou em algum aumento no contrato firmado com a Roca, como a necessidade de contratação de mais trabalhadores, por exemplo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não lembra?



A retirada da pavimentação asfáltica e a colocação dos gradis tinha por finalidade apenas aliviar o peso estrutural da Ponte Hercílio Luz ou existia alguma outra finalidade?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Como eu relatei anteriormente, na época, juntamente com o diretor de Operações, a gente ia conversando pra ver o que que seria, seria, aspas, “bom” pra ponte, né? Então, dentre outras, ver da possibilidade de esse gradil, que foi sugerido pelo professor Caspar Erich Stemmer, que seria bom pra que a gente pudesse otimizar serviços e baratear custos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso fazia parte de alguma nova concepção para a ponte, alguma nova técnica... O senhor lembra se isso fazia parte de algum contexto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — O contexto que se falava, assim, em termos técnicos, pelo pessoal da universidade, é que o gradil iria trazer pra ponte melhoras consideráveis em termos de alívio de carga, praticidade na execução e, principalmente, no fator econômico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E algum estudo foi contratado com a UFSC para realizar esse serviço?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Pra esse serviço propriamente dito, não me lembro, mas a UFSC foi contratada pra fazer uma análise da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra quem contratou, de quem partiu a iniciativa?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Se não me falha a memória, foi da direção-geral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Da direção-geral do DER na época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — É, cujo diretor era o Telmo Mattar de Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor foi favorável e esse contrato à época?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sim, sim. A universidade nos trouxe, assim, vários subsídios técnicos importantes, dado, assim, o corpo técnico, que é de altíssimo gabarito, principalmente pelo grupo da Engenharia Mecânica, o Grante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera então que foi um serviço útil prestado pela...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Acho que foi, eles colaboraram substancialmente, tecnicamente, para elucidar uma série de fatos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

Em 9 de agosto de 89 o senhor enviou o ofício 107/89 ao senhor Flávio Volpato, diretor do DER à época, o qual continha uma análise feita pelo senhor sobre solução técnica apresentada pela UFSC para a recuperação da Ponte Hercílio Luz - essa recuperação que o senhor acabou de mencionar. O senhor apontou que a solução apresentada era inviável tecnicamente. O senhor escreveu “o trabalho apresentado é bastante superficial”, e, ao final, concluiu dizendo “o projeto apresentado não passa de uma ideia a qual não pode ser avaliada por ter desconsiderado fatores de fundamental importância na restauração da Ponte Hercílio Luz”.

O senhor quer ver o documento?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Não precisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Eu fiquei um pouco confuso... o senhor considera que foi um bom trabalho, que não foi?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Assim, ó, a restauração... a restauração da ponte, né, é uma coisa muito complicada, então a universidade somou no sentido de trazer subsídios técnicos, mas a solução definitiva eu acho que deveria haver um estudo mais aprofundado pra que se chegasse a um consenso técnico que fosse realmente plausível de ser exequível.

Então, o que a universidade apresentou, na minha modesta opinião, é que embora tenha sido relevante, tecnicamente boa, mas eu, particularmente,



particularmente, não achei viável, à medida em que eu acho que, na época, né, eu achei que a gente precisava de um estudo mais aprofundado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É, o senhor fala que é bastante superficial o trabalho da universidade e inviável também, são as palavras que o senhor utiliza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – É, é como eu disse, eles contribuíram muito, dada a sua capacidade técnica, mas, na minha modesta opinião, eu achei que o projeto deveria ser mais aprofundado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, então, no que consistia essa solução proposta por eles, já que era inviável e superficial?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — É, eu, eu não me lembro, assim, assim, de todos os detalhes, né, mas eles queriam fazer substituição das barras de olhal com chapas, com (*ininteligível*), e eu acho que naquele trabalho de fazer, naquela época, ia trazer um custo muito elevado, embora seja bom. Mas eu, eu achava que seria uma solução melhor outra solução, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera que era inviável pelo custo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA - Na época, eu, particularmente, achei que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E considerando que era uma solução inviável, e o senhor constatou isso, o que foi feito desse estudo, foi executado ou levado a cabo alguma coisa, de alguma maneira? Ou foi só...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Olha, pelo que eu me lembre, não, não foi levado a cabo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Foi descartado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Considerando que a UFSC havia realizado alguns estudos anteriores também, na mesma linha de solução



técnica para a recuperação da ponte, o senhor acha que essas contratações sucessivas se justificaram, técnica e economicamente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Eu acho que sim, porque tudo o que a gente venha a somar, como o termo diz, soma. Então, embora eu não concorde, o fulano não concorde, mas eu acho que tudo vem somar, né, e tudo que venha a somar é bom.

E eu vou lhe confessar, Deputado, quando eu entrei na ponte os meus conhecimentos técnicos eram escassos, e aprendi muito. Tanto que aprendi que desenvolvi uma tese de mestrado na Universidade Federal cuja minha tese foi a restauração da ponte, calcado nos conhecimentos que aprendi com o pessoal que trabalhava comigo, com os técnicos que conversei, em que fui aprendendo no dia a dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor considera que, mesmo sendo superficial e inviável, foi um bom... O senhor considera que essas contratações se justificavam técnica e economicamente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Reitero que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Se a UFSC já havia apresentado um estudo superficial inexecutável... Eu não entendo, se antes já tinha sido considerado por outros, na vez em que a UFSC esteve na ponte fazendo outros estudos, foi considerado também inexecutável, por que foi recontratado? Por que, novamente, teve esse estudo?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Ah, isso teria que perguntar pro diretor-geral do DER. Não sei. Não cabia a mim contratar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E ninguém se questionava sobre isso?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não, não cabia a mim. Eu era subordinado a um diretor de Operações, que era subordinado ao diretor-geral. Não, não cabia a mim, por uma questão hierárquica.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tinha conhecimento dessa outra participação da Universidade Federal na Ponte Hercílio Luz à época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor também tinha conhecimento que o projeto não havia sido utilizado?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se havia alguma pressão para a contratação desses estudos e projetos com a Universidade Federal?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA- Nenhuma pressão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não havia?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, o diálogo que existia entre a direção-geral e o meu diretor de Operações era um diálogo franco, aberto, pra, junto com a universidade, exatamente pra somar, como eu lhe disse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É que o senhor concorda que causa, para quem está de fora, causa um pouco de estranheza. O senhor...nós temos um contrato, que ele reincidentemente não resulta em nenhuma solução técnica exequível, e à época o órgão insistia em recontratar. E o senhor mesmo fez um documento falando que é inviável, que é superficial. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Pois é, Deputado, mas como eu lhe disse, eu era apenas um fiscal, né, e não cabia a mim decidir sobre contratações, sobre o que fazer ou não fazer. Cabia à direção-geral do DER, eu era um simples engenheiro fiscal, mais nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim. Mas com observações muito pertinentes, né? Que eram...



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim. As observações, eu acho que até por uma questão, assim, de lealdade, eu podia externar opinião, mas não decisões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor defendeu a dissertação de mestrado em 27/11/2000.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com o título Reintegração da Ponte Hercílio Luz ao Sistema Viário do Município de Florianópolis/SC: Uma Abordagem Visando a Qualidade do Ambiente Urbano.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No item 3.3 Estudos Técnicos Existentes, o senhor discorre sobre a proposta da Steinman, que substituíria as barras de olhais por cordoalhas de cabos de aço.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Descaracterizando o aspecto visual original.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A UFSC, por sua vez, apresentava uma proposta alternativa, reforçando a cadeia com a colocação de mais duas barras paralelas.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que também descaracterizaria a Ponte Hercílio Luz. Ao final do item, o senhor conclui que (1) a vantagem econômica citada pela UFSC carece de amparo técnico, uma vez que – palavras do senhor – “está colocada de forma genérica”; e (2) as duas propostas não podem ser comparadas, uma vez que os parâmetros conceituais são diferentes; (3) o tombamento da Ponte Hercílio Luz conflita com as características incorporadas pelo projeto conceitual da Steinman.



O senhor cita que a proposta de solução da Steinman incluía “o reforço das fundações das torres principais, que consta da execução de oito tubulões periféricos por fundação, e sua integração com a estrutura existente, além de apoio provisório na fase de estabilização da ponte”. O senhor poderia explicar melhor esse projeto da Steinman para a gente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – O projeto da Steinman eu não posso explicar, porque o projeto é deles. O que eu tenho de conhecimento é o que eles queriam fazer. Agora, tecnicamente, qual era o procedimento de engenharia, eu não sei, é com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor escreveu um item sobre isso, né?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – É, eu fiz uma observação sobre o projeto conceitual deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o que o senhor pode nos falar sobre esse projeto conceitual?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Esse projeto conceitual, como tava no meu relatório de mestrado, eu citei que ele ia desvirtuar um pouco da... da arquitetura da ponte e, na minha opinião, já que era a minha opinião, que era a minha teste, eu achava, como achei, que no projeto deveriam ser preservadas as características arquitetônicas da ponte, e tanto um como o outro talvez não chegasse a esse denominador. Por isso que fiz essa observação, mas aí era observação minha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas então o senhor conhece bem o projeto conceitual da Steinman?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Bem, não. Eu conheço conceitualmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Conceitualmente bem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – (Ri.)



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – (Ri.) Porque o senhor escreveu sobre isso em uma dissertação de mestrado.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Não, mas o que eu quero dizer, Deputado, é o seguinte: num projeto de engenharia tem uma série de particularidades, né? Que eu não sei as particularidades do cálculo, as tensões, etc., etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k., sim.

A estrutura das fundações, na opinião do senhor, das torres, representava algum risco?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Olha... eu vou dar a minha opinião baseado em um relatório que li do que foi feito numa inspeção quando eu tava lá. E parece que era projeto Lalus. Não lembro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Projeto?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Lalus.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Lalus?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Acho que é isso. Não...

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Lalus, né? Larus, com r. E eles...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Desculpe, a plateia não pode se manifestar, por gentileza.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — E nesse, nesse, nesse... nesse Projeto Larus, que eles estiveram lá verificando, eu me lembro, embora vagamente, que eles relataram que, abre aspas, as pilastras parecem um queijo suíço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a base das estruturas principais?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – A base das estruturas principais é as pilastras.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas e...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – E as ancoragens.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – As ancoragens. Perfeito.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – As ancoragens, em termos, assim, visuais, pareciam que está... estarem bem preservadas, porém carecia de uma análise mais profunda, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se havia manutenção nessa estrutura?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não havia. Tanto que nós começamos a fazer a manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Vocês começaram?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Foi na época do senhor?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Sim, na minha época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na conclusão da sua dissertação, o senhor cita que o governo federal havia alocado recursos para licitar projetos de engenharia para a recuperação da Ponte Hercílio Luz, por meio da Portaria 78/97, do Ministério da Cultura. O senhor acredita realmente que precisava de mais um projeto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Eu não lembro desse fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra da sua fala?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não, não lembro. Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k. Mas, na opinião do senhor, o senhor acredita que na época da sua dissertação era necessário, em



97, mais um projeto? Os projetos existentes e os conceitos existentes não eram suficientes?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – O senhor fala pra conservação ou pra restauração?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para ambos.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Pra ambos. Eu acho que num caso de um projeto final de engenharia, sim, precisava contratar uma empresa que fosse... tivesse tradição, tivesse gabarito técnico, porque é uma obra ímpar e não é qualquer empresa que pode fazer. Tem que ser alguém que tenha habilidade técnica pra tanto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz com diversos agentes, tais como as empresas Usimec (82 até 87), Steinman (93), a UFSC (82, 89 e 97) e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop (em 2000), através de convênio com o DNIT, sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel.

Senhor Mauro...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos sucessivamente e não executá-los, não colocá-los em prática?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Não sei. Você teria que perguntar isso pro diretor-geral ou pro Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tem nenhuma opinião sobre isso?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Não, não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor considera essas atitudes de contratar diversos projetos e não colocá-los em prática adequadas do ponto de vista econômico?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Não cabe a mim avaliar isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se havia recursos financeiros para reabilitação e restauração completa da ponte nas décadas de 80 e 90?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Não, eu não sei. Eu não participava do setor financeiro do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que era comentado à época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Não recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em maio de 89 o senhor remeteu o Ofício 58/89 ao senhor Flávio Volpato, diretor de Operações, o qual solicitava providências a respeito de invasões nas áreas sob a Ponte Hercílio Luz e adjacências. Quais foram as providências tomadas pelo DER?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Eu solicitei a... providências do órgão porque estavam sendo instalados embaixo da ponte barracos, várias pessoas estavam ocupando, inclusive trazendo risco pra essas pessoas, porque o pessoal trabalhava e podia cair algum material em cima, e eu solicitei, já que não era da minha alçada, solicitei ao setor competente, que era a Diretoria de Operações, que tomasse providências. E não me recordo do que aconteceu, assim, propriamente dito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não lembra se foram tomadas providências?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque algumas casas ali... na verdade não eram nem barracos, o senhor lembra que eram casas de alvenaria?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Sim, as antigas, mas além das antigas e que estavam ali instaladas há tempo, várias pessoas estavam ocupando. Tinha até barraca embaixo da ponte.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois então. Uma das atribuições do DER era zelar pela faixa de domínio das obras. Correto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que essas invasões foram permitidas?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Eu não sou polícia. Eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas é atribuição do órgão ao qual o senhor fazia parte.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Tanto é que quando eu... aonde eu estava trabalhando que eu detectei que havia problemas, eu comuniquei a direção do DER pra que tomasse providências, mas eu não podia ir lá, não sou polícia, não tenho poder de polícia pra tirar as pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como é que isso foi encaminhado dentro do DER? Ou o senhor só encaminhou um ofício e esqueceu o assunto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Não, eu não esqueci. Eu encaminhei pra lá e não caberia a mim checar do meu chefe se ele tinha tomado providência ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nos contratos firmados com a Construtora Roca ou com o Consórcio Roca-TEC, quais eram os serviços contratados? O senhor pode especificar para a gente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – Eu vou te falar genericamente, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA – A Construtora Roca tinha um contrato de conservação e manutenção da ponte. Então o contrato versava sobre materiais e mão de obra, né? Então, é... dada a complexidade da obra, à medida que a gente ia fazendo as inspeções de rotina, nós íamos... nós íamos detectando problemas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Hum, hum.



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Então fomos ver um problema. Estamos lá na torre principal. Então o mestre de obra me chamava e dizia: “Mauro, aqui tem essa chapa que tá com problema. Dá pra tirar? Vamos ver, vamos só jatear? Vamos diminuir a sessão? Ou vamos rebitar? Vamos trocar? Não vamos?” Então nós íamos ali elencando prioridades pra que pudesse conservar a ponte - nós não estávamos restaurando, nós estávamos conservando. Então determinadas situações, por exemplo, com as correntes de barra de olhal, ninguém pode mexer. Então o que que a gente fazia? Então nós... Existe ali a corrente, o que temos que fazer? Vamos jatear isso aqui, vamos passar uma camada de zarcão por cima e depois vamos pintar. Então isso que nós íamos fazendo, nós íamos fazendo um trabalho paliativo pra não deixar que o problema se agravasse.

Tipo assim, eu sou um médico, o meu paciente tá com infecção generalizada, e eu vou dar um analgésico e um anti-inflamatório, mais do que isso não posso. Era algo mais ou menos assim, se me permite a analogia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Entendi.

Nos contratos firmados pelo DER nos anos 90... 80, perdão, envolvendo a Ponte Hercílio Luz existiam quantitativos nos instrumentos contratuais, ou seja, eram especificados a quantidade de materiais e os serviços exatos que seriam realizados ou os contratos eram abertos e genéricos?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA – Não. No contrato que eu fiscalizava, era... funcionava mais ou menos como eu relatei ainda há pouco. A empresa era contratada - aliás, quando eu comecei ela já estava lá -, então nós elencávamos serviços, dimensionávamos pessoal capacitado, então operário um, operário dois, mestre de obra, soldador, rebitador, etc., etc., pra trabalhar naquele evento que nós tínhamos elencado. E a partir dali, então, executávamos o serviço.
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Revisão: taquígrafa Sibelli D’Agostini]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas existiam quantitativos ou o senhor considera que eram mais abertos os contratos?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não, os quanti... os quantitativos de material ou de contrato?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De contrato. Os instrumentos contratuais mesmo.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não... Aí, o, o, o contrato era... foi licitado pelo DER. Eu não me lembro qual eram os quantitativos que preconizavam o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra se havia, ou era aberto, ou era algo mais genérico?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não lembro... Eu, eu... se não me falha a memória tinha um valor específico, tinha um teto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tinha o valor total do contrato?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Um teto, né, um teto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não existiam os quantitativos específicos por serviço, por hora?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não, não. Um teto do serviço tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi. Então era mais aberto?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, mais assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era mais aberto. A ponte sofreu sua primeira interdição em 82 e a interdição absoluta em 91. As ações de manutenção da ponte não eram efetivas?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Como assim, efetivas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque... porque elas foram... porque ela foi... A ponte teve a sua primeira interdição em 82 e aí até em 91, bom, teve ações de manutenção e foi fechada de vez em 91. Essas ações não resultaram em nada que... a tal ponto que foi necessário o próprio fechamento da ponte?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Olha, não era da minha época, mas, pelo que me consta, essa, essa rotina de inspeção da ponte foi o que levou ao fechamento, porque na época se... foi o Governador Jorge Bornhausen que fechou, né? E, e, foi exatamente porque nessas inspeções de rotina verificaram que existam problemas e contrataram o IPT, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de São Paulo, para fazer uma vistoria. E o que levou ao fechamento da ponte, se não me falha a memória, abre aspas, relatório do IPT: “Existe risco de colapso iminente da ponte sob peso próprio”, fecha aspas. E aí, então, que o Governador decidiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E as manutenções, então, elas não serviram para reduzir esse risco iminente?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Como eu te disse, como eu lhe disse, as manutenções vinham sendo feitas, não era do meu tempo, a partir dali se intensificou para não deixar que o problema se agravasse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época? O senhor lembra? Pode nos explicar?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — ã, vamos ver o que eu lembro. O contrato que eu fiscalizava, eu elencava os serviços, fazia um relatório semanal de todos os materiais que eu utilizava, até número de parafuso, de rebite, material empregado, número de pessoas que trabalhavam. E esse relatório, como eu lhe disse semanal, era enviado ao diretor de Operações, que checava as informações e encaminhava ao setor competente, competente do DER para registro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor lembra quais eram as condições dos aparelhos de apoio das torres principais, os pilones, nessa época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Bom, aparelho de apoio é uma coisa, esses pilões...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — ...que eu acho que o senhor quer falar é a fundação. É isso?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Os aparelhos de apoio que tinham da ponte são... que existiam, nós até trocamos, estavam todos com problemas sérios e emperrados. Isso daí tava levando a um problema sério de estabilidade da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor considera que... a condição, obviamente, então o senhor pode dizer isso categoricamente, não era logicamente adequada para...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não. Aliás, a ponte como um todo tava... está ainda, né? Bom, agora não, né, mas na época que eu estava tava seriamente comprometida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E para essas estruturas, os pilões, a empresa Roca prestou algum tipo de manutenção ou recuperação?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Pilões? Eu não tô... definindo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os pilões, as bases que...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Que tá dentro da água?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Que está dentro da água?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Que a gente chama de pilastra então. Não, isso aí não foi feito nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relação ao vão central, pênsil, alguma manutenção era realizada na sua época?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim, nas... as cordoalhas que apoiavam as treliças, que é aquela estrutura que tem no meio, elas estavam com problemas. Então nós íamos restaurando naquilo que dava, porque a gente não podia trocar.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Então, jateávamos, fazia um reforço aqui, outro acolá, mas nada que mexesse na estrutura, porque não dava, porque se mexer naquilo ali derruba a ponte. Então nós vínhamos colocando, aspas, “um *band-aid*”, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E existem documentos que comprovem essa manutenção ou inspeção?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Como eu lhe disse, o meu relatório era semanal, o que comprova isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ele abordava bem essa situação?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É porque o que me... o problema, o nosso problema em relação a isso, e eu lhe fiz essa pergunta, é porque os relatórios apresentados pelo Deinfra são muito sintéticos...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Pelo DER, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perdão, pelo DER, eram muito sintéticos, eles não apresentavam quantidades. Por exemplo, os relatórios que o senhor menciona, localização... Então, existem alguns documentos além disso? Porque os documentos que o senhor está mencionando, eles apresentaram para a gente esse problema, eles são muito sintéticos. Eles não têm nem quantidade, nem localização de onde eram efetuadas as manutenções?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIRA — Não. No meu relatório, é como eu lhe disse, nós elencávamos os serviços, né, quais os materiais empregados e as pessoas, os operários que nele trabalhavam. Mas, dada a gama de serviço, não tem específico — ó, hoje nós trabalhamos em tal local, ontem naquele, amanhã naquele outro — não tem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a gente não tem como saber onde foi feito aquele trabalho?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não tem. O que tem como saber, na minha época, por exemplo, eu restaurei todo o viaduto de acesso do Continente, eu pintei as duas torres, eu restaurei parte do viaduto de acesso da Ilha, eu restaurei quase todas as correntes de barra de olhal. Então, são algo, algo físico e palpável da época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor fez também parte da comissão do Deinfra que acompanhou o contrato firmado, DER na época, no ano de 82 com a Usimec?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Eu fiz parte da comissão, só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra desse contrato?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que de fato... Bom, então o senhor também não deve lembrar o que foi, de fato, executado. Eu imagino...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não, não lembro, porque eu só era um membro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Senhor José, nós vamos agora lhe mostrar dois documentos, instrumentos contratuais, um do ano de 91 e o outro de 94, em que consta uma assinatura que parece ser de alguém chamado José. O senhor reconhece... — eu vou lhe mostrar agora o documento — o senhor poderia dizer se reconhece essa assinatura?

(Mostra os documentos para o depoente, que os analisa.)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Qual delas? Essa aqui?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Onde tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Essa assinatura aqui? *(Aponta para o documento, mostrando ao depoente.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exatamente.



(O senhor depoente analisa o documento.)

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — José, sim, mas o outro não dá de saber.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor reconhece o José?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não conheço. Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra de algum outro José que fazia parte, colega seu, no mesmo órgão?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Tinha vários Josés lá, mas não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum com autonomia para assinar?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não lembro. Teve... não sei se é José Gaio, que foi diretor-geral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — José?...

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Gaio. Não sei se é José, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não reconhece?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, o senhor também falou muito da capacidade técnica de algumas empresas, o senhor fez um mestrado também sobre a Ponte Hercílio Luz. E, agora, eu gostaria de fazer uma pergunta justamente baseada na sua experiência na Ponte Hercílio Luz, no seu mestrado, em toda a sua vivência na obra, e tudo o que o senhor aprendeu durante esse tempo: o senhor considera que as empresas que vieram, após o seu, o seu período, elas tinham... e que se propuseram a fazer a restauração efetiva da Ponte Hercílio Luz, o senhor considera que elas tinham capacidade técnica para realizar os trabalhos para os quais elas se propuseram?



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Por uma questão de ordem ética, eu digo que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor gostaria de acrescentar mais alguma informação que possa ajudar esta Comissão Parlamentar?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Mas... não tenho nada a acrescentar, mas me coloco sempre à disposição pra quantas vezes forem necessárias vir aqui e prestar esclarecimentos e ajudar no que for possível, que é meu interesse também que esta obra venha a cabo e que se a gente chegue a um denominador e que se saiba por onde andamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu só vou fazer uma última pergunta. O senhor citou o senhor José Acelmo Gaio, é isso?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — É, que você me perguntou do José...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim, só para saber se esse era o José.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — É esse mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá certo. Muito obrigado.

Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, neste momento abro a palavra aos demais Deputados: Deputado Jessé Lopes, Deputada Marlene, Deputado Fernando, Deputada Luciane, Deputado Jerry. *(Os Deputados citados declinaram usar da palavra.)*

Deputado Bruno, eu vou fazer a pergunta direta ao senhor José Mauro Lopes Pereima. O senhor foi funcionário do DER e fiscal da ponte em qual período?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Ah, eu não sei lhe precisar datas, mas eu fui... Qual é a pergunta mesmo? O tempo que eu fui fiscal ou que eu fui?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fiscal da ponte.



O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Eu não sei lhe precisar datas, mas foi na década de 80 até meados de 90.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Na década de 80. Isso faz mais ou menos quase quarenta anos, trinta para quarenta anos.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Trinta a quarenta anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — É claro que a tecnologia naquela época não existia como existe hoje. O senhor sabia da forma de pagamento que o DER fazia para as empresas, se era ordem bancária, se era em cheque ou se era em espécie?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Sinceramente, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não sabe?

As empresas pagavam para os seus empregados em dinheiro vivo em envelope a cada final de semana ou era depósito em banco?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Eu não me recordo, mas... não quero afirmar isso, mas eu acho que era em cheque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Em cheque.

O senhor, enquanto fiscal da ponte, de período em período ou de semana em semana emitia um relatório de tudo o que a empresa contratada de manutenção fazia lá na ponte. O senhor encaminhava esse relatório para quem?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Precisamente ao diretor de Operações, engenheiro Nelson Giorno Picanço, já falecido. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Já falecido. A pergunta que eu quero fazer ao senhor em seguida é a seguinte: a Diretoria de Operações fazia a verificação e mandava depois para o financeiro. Havia algum contato do senhor com o financeiro para saber se efetivamente tudo aquilo que havia sido realizado estava sendo pago?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor, depois que remetia o relatório à direção de Operações, não tomava conhecimento de mais nada?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Findava o meu, meu, meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Absolutamente nada?

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Dou-me por satisfeito nas minhas perguntas.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a perguntar para o senhor José Mauro Lopes Pereima, faço a dispensa do mesmo. Agradeço a sua participação no dia de hoje... a não ser que o senhor tenha alguma coisa a acrescentar.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor está dispensado. Agradecemos a sua presença, muito obrigado por estar hoje aqui.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Senhores Deputados, senhora Deputada, foi um prazer estar aqui, contem sempre comigo e é uma honra estar aqui. E... se, se de alguma forma eu ajudei, fico satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MAURO LOPES PEREIMA — Até logo e boa noite a todos. (O senhor José Mauro Lopes Pereima retira-se do recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito à assessoria que encaminhe a esta sala o próximo depoente, o senhor Flávio Volpato, por gentileza. (Pausa.)

(O senhor Flávio Volpato adentra o recinto.)

Senhor Flávio, por gentileza, sente-se aqui à minha direita.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode se aproximar um pouco mais da mesa e, sempre que falar, fale bem perto do microfone para que fique bem...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Já foi tirada a fotocópia da sua identidade. O senhor é o senhor Flávio Volpato, é isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Para fins de registro na ata, as taquígrafas estão a postos, solicito que o senhor diga o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão e o seu endereço completo.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ã... Meu nome é Flávio Volpato, ã... eu tenho 68 anos, nasci no dia 2 de novembro de 1950, sou engenheiro civil, funcionário da ativa do Departa... do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O endereço do senhor?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ã... Residencial: Rua Álvaro Ramos, número 384, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina, CEP 88036-030.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor falou que é engenheiro do Deinfra.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Civil do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor ainda está na atividade?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Estou na atividade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Está na atividade.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ... há 42 anos no Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então é funcionário ativo do Deinfra?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sempre foi funcionário do DER e Deinfra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — No Estado?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fez 42 anos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Quarenta e dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — DER/Deinfra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Toda a minha atividade profissional foi exercida dentro do DER/Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe por que motivo está aqui?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Ah...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por que foi convocado para vir aqui no ofício que o senhor leu?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu no... pelo ofício que eu li se trata da... de algo... de assunto sobre a Ponte Hercílio Luz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ponte Hercílio Luz. Ok.

O senhor jura dizer a verdade e somente a verdade no dia de hoje, nesta reunião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Juro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder a todas as perguntas.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — O.k.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A pergunta que o senhor entender que não deva responder, o senhor pode ficar em silêncio. O senhor trouxe advogado?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não.

Então vou passar a palavra ao Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Flávio.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por colaborar com esta Comissão. Espero que a sua vivência na Ponte Hercílio Luz possa nos ajudar a esclarecer alguns fatos.

O motivo da sua requisição é porque o senhor ocupou o cargo de engenheiro no Deinfra desde 1º de março de 1977, e o senhor acompanhou, claro, fatos referentes à Ponte Hercílio Luz. Por isso que nós fizemos esse convite ao senhor para que pudesse vir e nos ajudar a esclarecer alguns fatos.

O senhor poderia determinar o seu período de atuação como diretor de Operações no DER de Santa Catarina?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ã... precisamente... por mês, não. Mas foi de 1988 até 1991, meados, dois anos e meio, aproximadamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor ocupou outros cargos de gerência ou direção?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu ocupei... anterior a isso eu trabalhei no interior, trabalhei em Lages, em São Miguel do Oeste, Tubarão, como coordenador dentro da estrutura existente naquela época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E em relação à Ponte Hercílio Luz, qual foi a sua atuação, direta ou indiretamente?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — A minha atuação na Ponte Hercílio Luz foi muito pequena. A única participação que eu tive... porque a Ponte Hercílio Luz, ã... eu, como diretor de Operações naquele período, a... eu... ele era subordinado à Diretoria de Operações, mas existia uma... uma comissão... existia uma comissão lá que era o fiscal, o fiscal que acompanhava no dia a dia, fazia as medições, fazia tudo. Então a minha participação foi muito, foi muito pequena.

Durante toda a minha vida do Deinfra, somente eu... nesse período, por subordinação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor... As deliberações, quem aprovava, quem não aprovava, eram?....

O SR. FLÁVIO VOLPATO — As deliberações aprovadas eram pelo... pelo Conselho, pelo Conselho do Deinfra, né? Então eu, como diretor de Operações, fazia parte do Conselho, o Conselho... a... determinava isso daí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor me permite: mas na época ainda não existia o Deinfra, né, era DER?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — DER...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, na época, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ele está se referindo ao DER...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — DER mesmo.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — DER, exatamente. Mas DER também existia o Conselho Administrativo do DER também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Então o senhor não considera que tinha uma participação ativa nas deliberações?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, nas delibera... participava como diretor, nas deliberações participava também. Mas, especificamente, assim, decisões unilaterais, isso aí não, não acontecia. Não acontecia, ã, havia um acompanhamento como subordinado.



Na época o diretor de Operações ele era mais afeto e mais dedicado à conservação rodoviária, porque nós fazíamos a conservação das rodovias estaduais, tudo por administração direta. Então, o volume de trabalho era muito grande, principalmente dedicado pra aquela faixa de serviço de conservação rodoviária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre os anos de 82 e 87 a empresa Usimec executou contrato de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor participou do acompanhamento desse contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — 82 a 87?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não. Em 87 eu estava... a... eu saí de São Miguel do Oeste e fui pra Tubarão nesse período. Eu comecei a trabalhar na sede do Deinfra em 1988.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao longo dessa década de 80 e também a década de 90, vários contratos de manutenção foram firmados — e a maioria deles — com a empresa Roca. Como eram estimados os quantitativos desses contratos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei te dizer porque a... Os quantitativos, os quantitativos ele eram... estipulados por.... existia uma Comissão de Licitação e a presidência, a... não sei, não sei quem, determinava as quantidades a serem a... quantificadas e orçadas pra licitação. Eu nunca participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca participou da composição de nenhum contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor assinava também?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Contrato, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os contratos com essas empresas, o senhor lembra se eram para fornecimento de mão de obra e material?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Ah, o contrato da empresa Roca, que fazia a manutenção rotineira, fazia com muita frequência, ela, ã... incumbia... quer dizer, ela existia a parte de material e a parte de mão de obra, no mesmo contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra quais eram os serviços de conservação e manutenção que foram contratados com a Roca?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Ah, os serviços de manutenção eram... altera... as... ã... vamos dizer... as substituições da parte metálica aonde havia necessidade e a corrosão se apresentava de uma forma mais acentuada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ela realizou alguma intervenção nas barras de olhais?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, nas barras de olhais, não. Isso aí é um serviço muito melindroso e até hoje ninguém conseguiu mexer naquilo lá. Essa ponte que tá sendo feita ela foi sustentada exatamente por causa daquilo. Inclusive na época a Universidade Federal de Santa Catarina fez um estudo com o, o Reitor Caspar Erich Stemmer fez um estudo tentando a, a elaborar um projeto que pudesse fazer esse tipo de atividade, mas não foi realizado nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, como diretor de Operações, acredito que pode nos dizer se recorda do contrato firmado com a empresa Vivenda Construções e Incorporações. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Leitura: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu me recordo, eu me recordo desse nome, Vivenda. Foi uma licitação, foi uma licitação... eu não sei te dizer exatamente o ano, mas uma licitação em que a empresa Roca participou, a empresa Vivenda participou, a empresa Vivenda apresentou um preço a... muito mais baixo do que o existente, do que o da outra empresa, e naquela época a licitação ficou meio que indecisa. Ficou indecisa por causa que essa empresa ela não... Durante a licitação ela



apresentou toda a documentação e a comissão de análise da documentação achou que tava tudo o.k.

E um fato superveniente que veio posterior a... sobre um... atestado de conservação de uma ponte lá na região de Criciúma, a... foi constatado que ela não tinha executado e... então o Conselho do Deinfra resolveu, na época, a... que foi também uma falha instruída pelo advogado do Deinfra, que anulou a licitação. Anulou aquela licitação e não deveria ter sido anulada.

Eu, como engenheiro, não posso te afirmar isso, isso daí, porque é um termo jurídico, então... Depois nós ficamos sabendo que anular seria por uma falha mais grave, alguma irregularidade na, na licitação e o correto seria revogar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a empresa apresentou uma documentação falsa nesse caso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Isso foi constatado *a posteriori* lá, que ela apresentou uma, um atestado sobre a Ponte Mãe Luzia, alguma coisa assim. Mas eu não tenho bem certeza qual é o nome do rio lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o contrato? Ele foi rescindido?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, esse contrato ele foi firmado, ele não... Inicialmente pela administração foi anulado. Então, a empresa entrou na Justiça, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Entrou na Justiça e a Justiça determinou que fosse contratado isso *a posteriori*, mais tarde, fosse contratado e ela realmente foi contratada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu me refiro ao final dele. E ao final? Ele foi rescindido? O senhor lembra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Depois dessa época se ele... Essa parte aí já é... Foi após a minha saída já da Diretoria de Operações. Tanto a parte de contratação e a parte de execução e a rescisão posterior, eu fiquei sabendo, ouvi que



ela... Que foi rescindido por ela ter apresentado documentação de recolhimento de INSS falsa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

O senhor lembra do trabalho executado pela empresa?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não foi na minha época. Eu já trabalhava noutro setor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe me dizer se ele foi totalmente executado, se...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabe...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu, de 1900, de 1991 até hoje, eu sempre trabalhei num outro setor do Deinfra, que foi a parte de financiamentos internacionais. Então todos os programas, nós temos sete programas, desde o... O DER/Deinfra tem, desde 1980, o Estado de Santa Catarina, contratos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para execução e reabilitação de rodovias.

Então eu gerencio desde aquela época, há 28 anos mais ou menos, eu gerencio esse tipo de atividade dentro do DER/Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 1988 o senhor recebeu ofício do senhor José Mauro Lopes Pereima, fiscal de conservação e restauração da Ponte Hercílio Luz à época, fazendo referência a uma proposta da empresa Macmetal, relativa à substituição do tabuleiro da Ponte Hercílio Luz, composto de chapas corrugadas por gradil metálico.

Em documento encaminhado anexo ao ofício é feita a referência ao custo dos materiais a serem empregados no serviço, 180 milhões de cruzados à época, R\$ 3.700 milhões hoje em dia, sendo que para a mão de obra foi prevista a utilização do pessoal alocado pela Construtora Roca, que já executava os serviços de conservação da ponte. Os serviços de retirada de trecho da pavimentação asfáltica e de substituição das chapas corrugadas por gradis metálicos, foram realizados pela Roca?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei te dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou mostrar o documento para o senhor, no qual o senhor é o destinatário do documento. (*Mostra documento ao depoente, que o analisa.*)

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Tá, mas eu... Eu não... Isso aqui não é decisão unilateral de um diretor. Ele mandou o documento pra ser encaminhado pra, pro... Pro Conselho Administrativo, pras decisões da Secretaria, de quem for, porque isso aqui é um valor significativo e uma decisão... É uma decisão que não é unilateral. Eu não sei aqui... Eu não autorizei.

(*O senhor depoente analisa detidamente o documento.*)

Ó, foi a Secretaria de Transportes. Eu encaminho à Secretaria de Transportes para o Secretário tomar decisões, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então quem tomou essa decisão, provavelmente, foi o Secretário, então?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor encaminhou para isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei... Foi encaminhado pras autoridades superiores definirem, como é natural em todo processo. Nenhum diretor toma... toma atitude....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem seria à época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Quem seria? Ah, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual seria o cargo, então, acima do senhor à época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Presidente... Ou diretor, ou presidente, não sei como é que... Isso aí variou bastante, né, ou diretor ou presidente e o Secretário, quem tinha o poder de decisões (*ininteligível*)...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum estudo na época foi contratado com a UFSC para a realização desse serviço?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ã... Dentro da... Eu sei que a direto...ã... O Deinfra, o DER da época, a Secretaria, não sei se foi através de convênio, através... Mas foi feito lá num outra instância superior, pra que o.... a engenharia mecânica do Dein... do, do, da UFSC fosse elaborar esse trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que é outra instância superior?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Instância superior...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Alguém?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ...da minha, no caso o Secretário, o diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah! Então esse contrato não passou pelo senhor?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É isso o que o senhor está falando?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi um contrato feito entre, provavelmente, o Secretário...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É. Ou do governo, direto do governo, de Secretária, não sei, então... Isso aí era tratado num outro nível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Veio de um nível que não era o nível que tratava diretamente com a Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, exata... exatamente, porque não passava... Não passou pela diretoria, nada disso daí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não passou por ninguém que trabalhava diretamente na Ponte Hercílio Luz?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então veio de cima, segundo o seu relato.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, foi a... Foi através de alguma entidade superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra quem poderia ter realizado essa contratação?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considerando que a UFSC já havia feito, realizado alguns estudos anteriores na mesma linha de solução técnica para a recuperação da ponte, o senhor acha que essa contratação... Essas contratações sucessivas se justificam técnica e economicamente? Qual a sua opinião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A minha opinião é que a... a Ponte Hercílio Luz sempre necessitou de conservação, sempre! Ela corria risco de cair, então tinha essa necessidade de se fazer a manutenção. Agora, quanto à restauração, reabilitação dela, dando a... toda a garantia de sustentação, aí eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas em relação aos estudos da UFSC, o senhor considera que eles eram... Que eles se justificaram técnica e economicamente?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei, eu não participei disso daí, não sei nem o que foi feito, o que que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor era diretor na época.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, eu era diretor, mas, como eu te falei, não passava nessa instância, era alguma coisa acima.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem alguma opinião sobre esses contratos?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não. Não tenho, até nem sei se tem contrato, nem... nunca fiquei sabendo se tinha contrato com a UFSC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabia se tinha?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não. Eu sabia... eu sabia que existia uma participação da UFSC trabalhando na ponte, mas da forma como era, se era remunerado, se não era remunerado, eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, porque o senhor acabou de falar que sabia da existência de um convênio com a UFSC.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, se era convênio, se era remunerado ou não, eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

Em 9 de agosto de 89 o senhor José Mauro Lopes Pereima enviou o Ofício 107/89, destinado ao senhor, o qual continha análise sobre a solução técnica apresentada pela UFSC para a recuperação da Ponte Hercílio Luz. Foi apontado que a solução apresentada era inviável tecnicamente. Constava no ofício que o trabalho apresentado é bastante superficial, e ao final conclui-se dizendo, abre aspas, “o projeto apresentado não passa de uma ideia a qual não pode ser avaliada por ter desconsiderado fatores de fundamental importância na restauração da Ponte Hercílio Luz”. O senhor falou que não lembrava, mas o senhor recebeu e assinou esse ofício.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É... é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor gostaria de ver esse documento que o senhor?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe me dizer em que consistia essa solução proposta ao qual o técnico se refere aqui?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, apesar de ter sido o destinatário...



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, eu não, eu não tô, eu não to mais lembrado lá, mas eu não, não entrei, não, não... Não entrei aprofundada, até porque eu não sou especialista em ponte metálica. Então... Eu sou engenheiro, mas não sou... Eu sou engenheiro de estradas, não sou engenheiro de ponte metálica. Então, eu não sei detalhamentos, segurança, essa parte se é a solução... Isso daí é um encaminhamento de praxe, que depois isso daí tem que ser encaminhando pra uma comissão, pros especialistas avalia, avaliarem o resultado desse trabalho. Então, eu não sei realmente nada disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe da existência do contrato, né?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como recebeu...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não. Nem do contrato, nem do contrato... Eu não sei, eu não sei nem do contrato. Eu sei esse documento agora... que vossa excelência apresentou agora encaminhando o documento, mas eu não sei se eles apresentaram um volume...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe se eles apresentaram ou o que foi feito desse estudo? Se foi levado a cabo alguma sugestão?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 17 de março de 93 foi assinado o Contrato PJ 01/93 com a empresa Steinman, que tinha como objeto serviços de avaliação estrutural e concepção de projeto conceitual de recuperação da Ponte Hercílio Luz, e seu valor inicial era de 739 mil dólares. O senhor lembra dessa contratação?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, isso aí já foi posterior à minha participação lá na Ponte Hercílio Luz. Em 93 eu já era coordenador desses... nesses contratos de financiamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No final dos anos de 1990 iniciou um movimento no Estado de buscar uma contratação de um novo



projeto, em nível nacional, que resultou na contratação, através de convênio DNER, hoje DNIT, da Sondotécnica Engenharia (Consórcio Sondotécnica-Ingérop), no ano 2000. O senhor lembra dessa contratação? [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre 1982 e 2000 o Estado de Santa Catarina contratou inúmeros projetos, inúmeros, estudos, propostas de soluções técnicas, entre outros instrumentos, objetivando a recuperação da Ponte Hercílio Luz, com diversos agentes, tais como a Usimec, a Steinman, a UFSC, três vezes, e o Consórcio Sondotécnica-Ingérop, em 2000, através do consórcio com o DNIT, sendo que nenhum deles obteve sucesso em restaurar a ponte, ao passo que a grande maioria sequer saiu do papel.

Senhor Flávio, qual o motivo de o Estado contratar tantos estudos e projetos, sucessivamente, e não executá-los, não colocá-los em prática?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei. Nessa época eu não tenho conhecimento de nenhum desses fatos aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor tem 42 anos de órgão, o senhor deve ter uma opinião.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Tem... tenho, mas eu tenho opinião... mas a minha opinião é... é uma opinião de leigo perante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas o senhor não é leigo, o senhor não é leigo, imagina...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Perante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor está longe de ser...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Perante a Ponte Hercílio Luz, eu sou um leigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas nós gostaríamos de ouvir a sua opinião, o senhor tem alguma opinião sobre isso, poderia nos formular alguma opinião?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera adequado do ponto de vista econômico essa prática?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, de jeito nenhum. Sempre como técnico, como técnico eu sempre a, a... rebati e acho que não tem. Isso aí são situações políticas que se colocam e resulta em... nesse tipo de ação. Tecnicamente, nenhum técnico... ele, ele vai, sem o aval político, fazer alguma coisa dessa forma aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, tem natureza política esses contratos? O senhor acredita?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque tecnicamente...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não tem justificativa. Até porque aquilo ali é uma obra singular. O grande ponto está lá em cima, naquele, naquele pilar, nas barras de olhal, e nenhuma empresa, com exceção da americana, tem capacidade de fazer a transferência de carga sem a... o perigo daquilo ali cair. Isso aí era o projeto que foi licitado nessa última fase aí... o projeto financiado pelo Banco Interamericano, inclusive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor lembra se existia um manual ou um plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não sabe dizer como eram definidos os serviços necessários e a periodicidade desses serviços?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em maio de 89 o senhor José Mauro Lopes Pereima remeteu a sua diretoria o Ofício 58/89, o qual solicitava providências a respeito de invasões nas áreas sob a Ponte Hercílio Luz e adjacências. Quais foram as providências tomadas pelo DER?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — É outro documento que foi encaminhado à frente e eu não tenho... não, não tive o acompanhamento da situação, se houve desapropriação, se não houve. Eu acho que a desapropriação até, até agora, nessa última fase de execução, era problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor era diretor de Operações.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E uma das atribuições do DER é zelar pela faixa de domínio das obras. Dentro do DER na época, quem teria essa competência, essa obrigação? Qual era o cargo responsável por tomar providências?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — ã... era o DER de uma forma geral, a presidência, a presidência do... do... do DER, que tinha essa obrigatoriedade de fazer, de viabilizar o quê? Orçamento, viabilizar recursos para desapropriação, tudo isso daí é o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — À Diretoria de Operações não cabia nada disso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Cabia, cabia à Diretoria de Operações detectar problemas, fazer... porque a faixa de domínio não era da diretoria, era manutenção da direto... da, da, das rodovias e da faixa de domínio. Manutenção. A Diretoria de Obras, de execução de obras, é que definia as faixas de domínio, se eram desapropriadas. Naquela época nem tudo era desapropriado, era... muitos era por doação... Eu trabalhei muito no interior, então os proprietários faziam doação, outra parte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era sua atribuição?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não era, não era.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabe dizer por que essas invasões foram permitidas?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque existiam construções de alvenaria ali dentro. Existia...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Mas isso já aconteceu muito anterior a isso daí, né? Isso aí já, já existia... não... ali moradias, desde a época da construção da ponte e tudo, já existiam ali embaixo residências, já existiam... ali sempre houve uma polêmica de posse daquilo ali, não sei nem se hoje tá resolvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — O fiscal era o fiscal da, da obra é que no dia a dia controlava tudo isso daí, apresentava as medições, as medições para serem pagas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então ele apresentava relatórios?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Apresentava medição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que eles eram detalhados? O senhor lembra?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, o rela... Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

O senhor, para nós finalizarmos, saberia informar qual a periodicidade de inspeção ou manutenção na base da torre principal?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não existia... não existia um... assim, uma definição ou um planejamento de vistoria. Disso daí eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor falou também em pressões políticas. O senhor pode ficar muito à vontade, agora, se quiser



falar um pouco mais sobre isso também, se tiver alguma informação a acrescentar. Sinta-se à vontade para falar nesta Comissão. Nós estamos tentando chegar a uma verdade sobre tudo o que aconteceu, fazer um relato histórico. Se o senhor puder acrescentar algo mais, seria de muita valia para esta Comissão.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Pois é, faz... isso, isso acontece há muito tempo, assim, a gente não tá mais tão lembrado, são trinta anos, né? Trinta anos de trabalho, de exi... Então a gente vê, a interferência... uma coisa é certa, todos são políticos, a gente tem que ter o maior respeito, porque são nossos representantes, né? Mas uma coisa é certa, eu vou falar como técnico, a interferência política na parte técnica é o maior desastre que pode existir na administração pública do País. Essa é a minha conclusão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso era claro na época, então?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sempre, não só na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Jessé Lopes, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Senhor Flávio, você fez uma recordação com muita propriedade da lembrança da época que a Vivenda ganhou a licitação no início dos anos 90. Tu lembra se nessa época teve alguma movimentação política para reverter o resultado da licitação? Você falou do processo, que ele entrou com a licitação, depois tentaram tirar...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, o que eu sei... o que eu sei e que na... que eu tô assim lembrado um pouco é que houve... houve uma proteção bastante grande por parte da administração da Prefeitura de Criciúma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Pela manutenção da Vivenda?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Pela manutenção da Vivenda. Isso... isso eu tenho uma leve lembrança que ocorreu. E de fato depois ela entrou na Justiça e foi... E o Conselho Administrativo do Deinfra está... do DER da época, tá sendo processado e tá sendo... com relação à diferença entre o que foi pago para a Roca durante esse período, foi anulado o contrato da Vivenda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Sargento Lima, vossa excelência tem perguntas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Boa tarde, senhor Flávio.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Um parecer técnico do senhor: qual a diferença entre manutenção e restauração?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A manutenção ela é periódica, ela é periódica, corriqueira, é diária, vamos supor. A... a... a manutenção ela é diária, por exemplo, o que que nós temos que fazer? Roçada, limpeza de canaleta, sarjetas, toda, toda a parte que envolve a conservação dessa rodovia num estado bom. A restauração é a rodovia que ela foi... já foi pavimentada e que ela precisa de uma intervenção maior. A... já tem buraco na pista, já tem uma série de avarias e não deixa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Diretamente relacionado à ponte ali, não de rodovias...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Ah...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O que é uma restauração? A gente está falando da ponte.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A restauração... a restauração da ponte é... é... eu acredito que seja o que tá sendo feito hoje; a restauração da ponte é o que tá sendo feito hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hoje?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Hoje. Que é refazê-la de uma forma total para que ela tenha segurança. E a manutenção são substituições de peças, de... de algum tipo de intervenção dela, mas sem mexer na estrutura propriamente dita da ponte, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Cada vez que a gente... lógico, nós conversamos aqui com outras pessoas que vieram aqui nos ajudar aqui com seus depoimentos, né?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E, lógico, todas elas, devido ao tempo, têm um pouco de dificuldade de se lembrar. Porém, é fácil de acompanhar um fluxo de gastos e aditivos, de contratações e serviços que antecederiam campanhas políticas. O senhor entendeu a minha pergunta?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Qual a opinião do senhor sobre isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Acho que uma atitude totalmente errada se proceder dessa forma, como técnico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Bom, tendo em vista... Bom, o senhor acha errado.

Retornando aqui: em algum momento o senhor acha que alguma empresa lhe... tanto a Roca ou a Vivenda, se perderam nessa diferença da minha primeira pergunta, do que seria restauração, do que seria manutenção, se pré-dispunham a fazer um serviço e faziam o outro?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Tá, o.k.. Muito obrigado. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Presidente, posso perguntar de novo?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode. Pois não, Deputado Jessé.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Na sua opinião, as empresas que tinham como objetivo fazer a restauração da ponte, na sua opinião, elas tinham capacidade técnica para tal?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Na minha opinião, na fraca opinião, eu estou dizendo que eu não conheço nada de estruturas metálicas, mas a empresa vencedora desse contrato aí não tinha capacidade técnica pra fazer essa obra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E tu falou que a influência política na decisão técnica é desastrosa.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Na prática, você sabe nos dizer, nos dar um exemplo de como aconteceu isso no seu tempo, de como foi e de que forma isso aconteceu, e o que causou essa influência de mau para as questões da ponte?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, isso aí é no dia a dia, no dia a dia, não especificamente da ponte, mas na vivência do dia a dia da gente, nas obras, no, no... Isso a gente percebe que é prejudicial e não coopera com nada para a boa e a profícua administração pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E geralmente a influência política é a última, é a que determina, é a que determinava, pelo menos.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — De um modo, de um modo geral a decisão última é do Governador, é do... Sempre, sempre passa por isso, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Tá. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não havendo mais perguntas por parte do Deputado Jessé, pergunto se a Deputada Marlene, o Deputado Fernando, o Deputado João Amin, a Deputada Luciane, o Deputado Jerry querem se manifestar. *(Os senhores Deputados citados declinam usar da palavra.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, quer falar ainda?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uma última, que me surgiu depois do relato do... Uma última apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência com a palavra. Depois eu quero finalizar com as minhas perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor tem conhecimento que o contrato com a Vivenda foi pago por quase dois anos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu sei que ele foi, por determinação judicial, foi contratado. Ele ficou na ativa um determinado tempo, não sei te especificar em termos de anos, porque eu já não estava mais ali nesse setor, mas a... ele, ele operou durante um bom tempo aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque pelo relato do senhor, ele apresentava diversos problemas, só que ele foi aditivado cinco vezes.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Hm, eu não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem decidiu por manter esse contrato?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A... a direção do... do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A direção do órgão?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A direção do órgão, porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Seria quem teria competência para isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Competência pra contratar, pra aditivar, pra fazer todo, todos os procedimentos de manutenção do... ativa de um contrato, né? Isso aí é atribuição deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito. Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pois não, Deputado Sargento Lima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Mais uma pergunta.

O senhor, como engenheiro, apresentava pareceres técnicos ali, daquilo que era feito dos trabalhos apresentados na ponte. É isso?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, sobre a ponte eu nunca apresentei, porque eu não sou especialista, não sou especialista nessa, nessa área, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Se o senhor tivesse que explicar para um leigo qual foi o seu envolvimento com a Ponte Hercílio Luz, uma pessoa que não é engenheiro?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Foi muito pequena.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Por exemplo?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Muito, muito pequena. Simplesmente subordinação... Porque eu fui diretor de Operações e a ponte era subordinada à Diretoria de Operações. Só, como eu falei antes, com a... todas, todas as decisões relativas à ponte eram tomadas pelo Conselho Administrativo do órgão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O senhor, na sua carreira, já foi procurado alguma vez por um político do Legislativo ou do Executivo com um pedido para interferir no parecer do senhor ou no posicionamento do senhor em relação a alguma obra, em específico à Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Flávio Volpato, o senhor tem 42 anos de trabalho prestado ao DER e ao Deinfra. O senhor disse que entrou no DER como engenheiro de estradas. O senhor foi engenheiro residente em quais cidades?



O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eu fui engenheiro residente... Quando eu me formei, eu fui e trabalhei três anos em Lages, depois fiquei seis anos e meio em São Miguel do Oeste, em seguida, lá em 1970, em 88, eu fui pra Tubarão e em 89 voltei pra Florianópolis e estou até hoje ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pelo que o senhor acaba de dizer, pelo menos doze anos engenheiro residente?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Doze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Quem não sabe o que é engenheiro residente, o DER mantém uma estrutura física, como hoje tem as Polícias Rodoviárias Federal e Estaduais, o DER tinha nas regiões uma estrutura física dessa, com engenheiro residente.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Eram 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vinte e duas na época.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Vinte e duas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor passou doze anos como engenheiro residente no interior do Estado.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vinculado à Diretoria de Operações do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor recebia... Era costumeiro o senhor receber a visita do diretor de Operações do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não existia assim uma frequência muito grande, não, com relação a isso. Eles, esporadicamente, faziam visitas, esporadicamente, mas sem uma frequência assim pré-determinada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Nos quase três anos em que o senhor foi diretor de Operações, o senhor visitou as residências do DER?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Visitei, até porque..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E quantas vezes, por subordinação que a Ponte Hercílio Luz estava vinculada a sua diretoria, se o senhor visitou as residências por muitas vezes, quantas vezes o senhor visitou a Ponte Hercílio Luz?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — E... e... eu visitei, eu acho, duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Visita técnica, acompanhado?...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, acompanhando, acompanhando... Acompanhando o... acho que foi o Secretário da época.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor afirmou também para nós, aqui hoje, que o Deinfra tem um Conselho de Administração.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Da mesma forma como teve o DER o seu Conselho de Administração. Quem preside hoje o Conselho do Deinfra e quem presidia na época? Hierarquicamente, era o diretor-geral do DER/Deinfra, ou o Secretário antigamente de Obras, ou o Secretário hoje de Infraestrutura?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Hoje quem preside?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Hoje, hoje ainda tá naquela situação que... Existem os dois órgãos: Deinfra e Secretaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim.



O SR. FLÁVIO VOLPATO — ...mas já não existe mais o presidente, o diretor-geral. O presidente do Deinfra, então hoje, é o Secretário...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, porque hoje está sendo acumulado.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas na...

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Mas na época sempre o presidente ou o diretor-geral do Deinfra, trocava o nome assim, depende da estrutura, mas sempre o presidente ou o diretor-geral do Deinfra, até porque o Deinfra e DER, eram uma autarquia, uma autarquia independente, que tinha toda autonomia financeira e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E sempre foi o Conselho do Deinfra e do DER que decidiam sobre as licitações, os contratos, as obras a serem feitas no Estado?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim, eram decisões, decisões superiores e devia ter se... corroboradas pelo Secretário, pelo Governador, porque isso envolve uma política governamental, né, pra dizer qual é a rodovia que vai ser executada, o que vai ser feito, como vai ser feito, e daí se procedia a licitações normais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Os diretores de Operações do DER e do Deinfra fazem parte do Conselho de Administração?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Fazem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor era membro do Conselho de Administração?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor ajudava nas decisões?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Participava, participava das decisões que eram submetidas ao Conselho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor participava das decisões, das discussões e decisões da obtenção de financiamentos?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, não... O financiamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor falou para nós que os financiamentos passavam pelo Conselho de Administração.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, mas o, o... os financiamentos externos eles são... O mutuário é... é o governo do Estado, o mutuário, e o Deinfra é o executor. Então a gente fazia todo o procedimento técnico de negociação e tudo, mas a decisão final é do Governador, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Toda a questão da pavimentação ou não de uma rodovia, da estadualização ou não dela, tudo era decidido no Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A estadualização... a estadualização não, é através de decreto, é através de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim, mas existe o decreto que trata da malha viária catarinense, que é assinado também pelo diretor de Operações do DER e do Deinfra.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Além do diretor-geral, do diretor de Operações.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — É, eu nunca participei de, de, de... efetivamente desse tipo de colocação não, então eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — As licitações eram decididas pelo Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — A homologação das licitações, todas são...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, o início delas, para autorizar a Diretoria Administrativa a fazer, era o Conselho...



O SR. FLÁVIO VOLPATO — É o presidente, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ele não pedia autorização para o Conselho?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Não, ele homologa, ele... O presidente autoriza a iniciar o processo de licitação, é desenvolvido o processo de licitação, concluso, volta pro Conselho, o Conselho homologa e procede à contratação através do setor jurídico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E todos os membros do Conselho assinam juntos, se concordam ou não com a homologação da licitação?

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k. Dou por satisfeita a minha participação.

Senhores Deputados, não havendo mais perguntas, libero o senhor Flávio Volpato. Agradeço a participação de vossa senhoria e se vossa senhoria quiser se manifestar um pouco mais, está à disposição, se não, nós agradecemos a sua participação no dia de hoje. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. FLÁVIO VOLPATO — Obrigado também e me coloco à disposição. Eu digo a vocês que o que eu sei, eu falei de coração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

Solicito à assessoria que acompanhe o senhor Flávio até a saída, por gentileza.

(O depoente, senhor Flávio Volpato, se retira do recinto.)

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, estando convocada outra para amanhã, às 10h, sob a presidência do Deputado João Amin.

Muito obrigado. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2019, ÀS 10H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Bom dia, a todos e a todas. Bom dia aos senhores Deputados, aos telespectadores da TV Assembleia Legislativa, aos ouvintes da Rádio Digital e aos presentes.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que trata da Ponte Hercílio Luz. Não há ata [da reunião anterior] e a pauta de hoje é a oitiva do senhor Telmo Fernando Mattar de Souza - e eu peço à assessoria que o coloque sentado à mesa.

(O senhor Telmo Fernando Mattar de Souza posiciona-se à mesa no lugar indicado pelo senhor Presidente, Deputado João Amin.)

Bom dia, senhor Telmo. Obrigado pela paciência, por esperar o início da CPI. O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor teria a disponibilidade de me fornecer o seu documento de identidade só para pedirmos à assessoria tirar...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Já forneci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado.

Então, vou pedir para o senhor falar o seu nome completo, a profissão, a idade, o local de nascimento e o endereço.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Nome: Telmo Fernando Mattar de Souza; idade: 71, fazendo agora, daqui a um mês; moro na Avenida Othon Gama D'Eça, 873, apartamento 501, Florianópolis, Capital.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, senhor Telmo.

Eu informo que o senhor tem o direito de não responder as perguntas, se assim achar necessário, o que não souber ou que não tenha interesse. Mas informo o senhor que está sob juramento e pergunto se o senhor se compromete a falar a verdade.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Exatamente, a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Muito obrigado, senhor Telmo.

Então eu passo a palavra ao Relator, Deputado Bruno Souza, para iniciar as perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom dia, senhor Telmo. Bom dia a todos os colegas Deputados, agradeço a presença e a disposição.

O senhor Telmo foi convidado, o motivo da sua requisição, é porque ele foi diretor-geral do DER à época da assinatura e execução do Contrato PG 114/80, firmado com a Construtora Roca, assinando o contrato original e todos os cinco aditamentos. Também assinou o contrato original DJ 119/86, firmado com a Construtora Roca, que objetivou a execução de serviços de conservação da ponte. Em 13/5/82 também assinou o Contrato PJ 048/82 com a Usiminas Mecânica S.A. para a restauração da ponte.



Por isso foi requisitada a sua presença, justamente para que a gente possa esclarecer alguns pontos e nos ajudar a construir a história que nós estamos tentando remontar aqui.

O senhor poderia determinar o seu período de atuação como diretor-geral do DER?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim. Meu período de atuação foi de 79 a 83 e depois de 83 a 87, março de 87.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor ocupou algum outro cargo de gerência ou direção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não. Diretor-geral nesse período que eu citei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Além desse período, o senhor ocupou algum cargo de gerência ou direção no DER?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

Com relação às obras na Ponte Hercílio Luz, qual foi a sua atuação, direta ou indiretamente? Como o senhor classifica?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — A manutenção ou a reforma e/ou restauração?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ambas, a sua participação. Como o senhor classifica a sua participação? Pode nos falar um pouquinho mais?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Como administrador no sentido de... é... pela indicação de técnicos, preservar a ponte no que diz respeito à manutenção, que não é novidade. Ela existe desde que ela foi inaugurada em 1926, pelo governo Hercílio Luz. Essa manutenção é necessária e ela prosseguiu ao longo dos anos, e não foi diferente na minha administração.

Então, pela indicação da continuidade de manter a ponte, os técnicos se posicionaram e assim foi feito, de maneira que, ela vive, ela convive com um meio



agressivo bem difícil e, por certo, tem que ser feito manutenção, e manutenção de peças, de pintura, de tirar corrosão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor... Era da sua responsabilidade então determinar a manutenção, delegar funções e...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim, a minha responsabilidade, porque a Ponte Hercílio Luz ela fazia parte do elenco de obras... de obras a serem conservadas e contratadas no caso de precisar reformar ou restaurar, que são duas coisas diferentes. E, no fim, três coisas diferentes: manutenção, reforma e restauração - reforma antes de ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Reforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Restauração, após o tombamento, porque tem que voltar à forma original.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Então também era sua atribuição preservar os espaços, as zonas... a área da ponte e também fazer e formular contratos e delegar funções?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Também estava sob sua... [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Porque o DER é uma autarquia, ela tem autonomia administrativa e financeira, entre aspas, porque na verdade os recursos financeiros vêm do governo do Estado através da Secretaria da Fazenda e através da Secretaria dos Transportes.

Então o diretor-geral tinha por atribuição exercer aquelas atividades que são inerente ao cargo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — E aplaudidas e autorizadas pela Secretaria de Transporte e o governo do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.



Então sobre esses contratos, principalmente os firmados na década de 80, a exemplo do PG 114/80, desde o DJ 119/86, firmados com a empresa Roca e assinado pelo senhor para a manutenção da Ponte Hercílio Luz, eles eram baseados no custo das equipes de trabalho que seriam colocadas à disposição no canteiro de obras?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É, porque o sistema de licitação, se não me falha a memória, era tratado pelo um grupo executivo de licitações que o órgão tinha. E como era uma... um tipo de obra difícil de você dimensionar o que teria de problema, então ela foi feita, no meu modo de entender, se não me falha a memória, por administração contratada. Então era uma solicitação em que você tinha necessidade de mão de obra e material e à medida que havendo a necessidade ia comprado o material, executando através da mão de obra e a empresa tinha um ganho administrativo em cima desses valores. Assim fazia-se a manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então o material era contratado com outros fornecedores?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – O material era comprado pela empresa vencedora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A empresa comprava o material?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Sim. Agora, eu quero só enfatizar que eu não me lembro de número de contrato. Quando você cita número de contrato, eu não vou conseguir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tem problema.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Interagir com esse número de contrato e me lembrar de termos, de datas, de assinaturas, de nada disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não tem problema.

Como eram estimados os custos desses contratos? O senhor lembra?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Ah, isso era um trabalho feito por técnicos, que estabeleciam valores e preços unitários, e à medida que ia se executando as obras, tanto na... da mão de obra, né, porque o material não tem como



você prever, num... num... você pode fazer uma previsão de global, mas não tem como prever custo de uma peça que você nem sabe qual é que vai ser preciso fazer manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então não...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Então, na hora que precisava do parafuso ou da peça xy, era visto o custo, era comprado. A própria empresa fazia uma pesquisa de mercado, voltava ao órgão, a fiscalização analisava, autorizava e aí, então, era adquirido e pago a administração, de acordo com a licitação.

Então, para fazer esse contrato, foi feita uma pesquisa, naturalmente, pela equipe de fiscalização, pela diretoria competente e, com base nisso, foi lançado o edital de licitação - eu tô falando agora porque eu sei que essa é a sequência, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pelo que eu entendi da fala do senhor, então não havia nenhum tipo de levantamento quantitativo prévio?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Não, existia levantamento prévio, mas eu digo que ele é um... é uma previsão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quais eram os tipos, o senhor pode citar, quais eram os tipos de quantitativos então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Não, é difícil eu citar tipos de quantitativo porque era o administrador do órgão. Então tinha Diretoria de Operações, tinha fiscalização vinculada à Diretoria de Operações. Então dificilmente a gente entrava no mérito da questão dos detalhes. Mas, sim, confiava na equipe, a equipe tocava, era feita a licitação, um grupo de executivos de licitações fazia a licitação e depois era feito o contrato, o contrato ia ao Conselho Administrativo do DER. Antes também era levado ao Secretário de Estado para que tudo isso fosse autorizado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Certo.

Entre os anos de 82 e 87 a empresa Usimec executou o contrato de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor participou do acompanhamento desse



contrato? [Transcrição: *taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É, eu tenho dificuldade em me lembrar, porque a empresa que eu me lembro é a empresa Steinman, que foi quem fez o projeto inicial da Ponte Hercílio Luz quando ela foi inaugurada, na época de 21 a 26. E essa mesma empresa, por questão de notória especialização, ela veio para elaborar o projeto da reforma, porque até então não tinha o tombamento. E... eu não estava me lembrando do contrato da Usimec, mas que me parece que a Usimec, junto com uma empresa nacional, com a Steinman, estava fazendo o projeto para que pudesse ser aplicado peças nacionais à Ponte Hercílio Luz.

É isso única coisa que eu me lembro desse episódio, Usimec, porque eu pra mim tava até pensando que o contrato teria sido feito direto com a Steinman.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor não lembra, ou lembra, o que foi executado desse contrato? O senhor teria alguma coisa a acrescentar?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É, é muito difícil depois de 37 anos lembrar o que foi e o que não foi. Uma coisa é certo: a obra, o projeto ia sendo desenvolvido, esse grupo que era composto por dois engenheiros e um advogado é que analisavam o trabalho feito e que, então, autorizava o pagamento, certificava o pagamento. Só que esse contrato e esse projeto ele foi interrompido várias vezes pela falta de recursos financeiros, como eu disse agora há pouco, autarquia, entre aspas, autonomia financeira, autonomia administrativa, mas não tinha os recursos financeiros; previstos, sim, orçamentários, sim, mas não o repasse. Então era interrompido a cada momento. O que passou-se o ano de 82 fazendo praticamente o contrato, que como você mesmo citou, foi em maio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ã-hã.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Certo? E houve um desenvolvimento, que eu não sei agora, depois de tanto tempo, sem documento, sem nada, dizer o que foi feito nesse período, e depois entramos num outro período, de 83 a 89, que aí eu acho que foi menor ainda o efeito de elaboração do projeto, porque ele foi interrompido várias vezes por falta de recursos financeiros.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E sobre a empresa Steinman, o senhor sabe se ela chegou a realizar as etapas que envolviam a inspeção, o anteprojeto e projeto, o objetivo final?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Sim, acabei de dizer. Era... eu não me lembrava do contrato da Usimec junto, mas entendi de que isso teria sido feito em maio, junto, para que a Steinman pudesse trabalhar. Então o que foi feito pela Steinman foi dentro e administrado no contrato da Usimec, vamos dizer assim.

Então desta forma, o que foi feito - que eu não posso me lembrar, é impossível, posso até olhar os documentos outra hora, se quiseram, estou à disposição, e tentar relembrar -, mas o que foi feito é aquilo que reza no contrato então, esse de maio, que é parte integrante a empresa Steinman.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor lembra se a Steinman era cumpridora dos prazos, ela fazia a parte dela?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Eu acredito que sim, se ela não cumpriu foi por falta de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor lembra se existia algum manual ou plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É, manual eu não me lembro, mas eu acredito que deveria ter, sim, um manual, porque a ponte estava sendo feita manutenção desde a sua inauguração. Não é uma... não foi uma novidade, a manutenção da ponte não é uma novidade, e ela vai continuar sendo feita, eternamente, inclusive depois de terminar agora em 31 de dezembro, que está marcado para entregar, podes crer, se não houver uma garantia da empresa de tantos anos sem necessidade de manutenção, vai ter que começar imediatamente uma licitação para continuar a manutenção em função do meio ambiente que ela convive.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois então. Mas se não havia esse plano de manutenção da Ponte Hercílio Luz ou um manual, como eram definidos os serviços necessários e a periodicidade desses serviços?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – É porque... agora há pouco eu disse, era uma licitação, um contrato, é, obra... é... administração



contratada. Então você não tinha condições... Como é que você ia saber se o pino entre a cadeia de elos ele tinha trinca ou não tinha trinca, se ele tava em condição de sustentar ou não tava em condição de sustentar. Não tenho como fazer isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não havia uma rotina de manutenção, não havia um plano de manutenção, não havia um?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Existia uma rotina de manutenção pela experiência ao longo dos anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era baseado na experiência, então. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA – Ao longo dos anos. Eu não me lembro, por exemplo, não chegou à minha pessoa um manual com todos os descritivos. Isso não. Até porque, numa obra desse estilo, é difícil, não é fácil, porque é uma estrutura metálica que vive ali numa tecnologia de 1921. Basta dizer que tem que ser muito bem considerado, que uma obra que é feita em 1921, 1926, com uma tecnologia diferente da atual, tem que aplaudir. Está até hoje em pé. E, hoje, com muito mais tecnologia, já estamos com 37 anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra como funcionava a fiscalização e a supervisão dos contratos relativos à ponte na sua época?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — A Hercílio Luz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA - Era feito pela Diretoria de Operações com a equipe de fiscalização que analisava os serviços feitos, emitia o parecer e a Diretoria encaminhava ao setor financeiro para o devido empenho - na época acho que era empenho, hoje não existe mais isso -, empenho, e era assinado o cheque e pago.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor então... o seu acompanhamento em relação à fiscalização e à supervisão era apenas nos relatórios, era nos relatórios?



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Nos relatórios que eram encaminhados... Eram encaminhados à Diretoria de Operações, a Diretoria de Operações encaminhava ao setor financeiro, porque existia um parecer da fiscalização. A fiscalização...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não participava diretamente da...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Diretamente, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...nenhuma parte fiscalização e supervisão?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Diretamente... Não, mas tranquilo do que os meus companheiros estariam fazendo, porque quando a coisa chegava pra mim seria ou assinatura de cheque, normalmente eu nem assinava, a grande parte dos cheques quem assinava era o vice-diretor. Eu não acompanhava assim, dentro da obra, o dia inteiro dentro da obra, o manual, o parecer, os serviços que estavam sendo feitos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor, como diretor-geral, como conseguia se certificar que realmente a supervisão e a fiscalização estavam sendo feitas?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É, eu acho assim, ó...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era baseado apenas na sua confiança pessoal nos técnicos?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É, eu acho que você deve confiar nas pessoas até o dia que você deixa de confiar. Então se você tem alguém da sua confiança trabalhando, você tem que confiar naquela pessoa que está trabalhando. A mesma coisa acontece com o Secretário e a mesma coisa acontece com o Governador em relação ao Secretário. Então a partir do momento que não tem confiança e que surgir alguma coisa, algum problema, eu acho que não tem outra saída a não ter, a não ser a substituição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ao longo dos anos 80 e 90 vários estudos foram firmados com a UFSC para...



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, aí eu vou pedir pra você excluir 90. De 87 em diante, você me exclui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, aqui eu não estou citando o senhor. Eu estou citando um fato e não posso excluir fatos. São fatos e o senhor vai ouvir a pergunta.

Ao longo das décadas de 80 e 90 vários estudos foram firmados com a UFSC para apresentar uma proposta técnica de recuperação da Ponte Hercílio Luz. O senhor sabe qual é o motivo de tantos estudos serem solicitados?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não. É assim ó, na verdade, era uma absorção de tecnologia de empresa conhecida mundialmente e que, inclusive, estava envolvida no projeto da ponte em 1921. Então essa absorção de tecnologia e mais os subsídios com a universidades iam trazer resultados, esses vetores, uma resultante melhor. Daí porque foi feito alguma coisa de entendimento com a Secretaria, mas eu quero dizer que eu não me entendi diretamente com a Secretaria... com a universidade. Tenho a impressão que foi a Secretaria dos Transportes que conversou com a universidade e fizeram um convênio, alguma coisa nesse sentido, para absorver é, é, os estudos que eles estavam fazendo, que era... um grupo de tensões e poder auxiliar a equipe que estava fazendo o projeto. E também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os convênios então não foram iniciativa da direção-geral do DER à época, então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, não foi pela minha iniciativa, não, foi iniciativa de conjunto, porque quem fez contato com a universidade nesse sentido foi a Secretaria dos Transportes ou o grupo executivo, nomeado por portaria, que acompanhava esses projetos, que eu disse na inicial que eram compostos de dois engenheiros e um advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor considera que esses contratos foram economicamente justificáveis?



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Olha, eu acredito que sim, porque a ponte foi fechada, era um momento de muita responsabilidade. Você, diante de um parecer técnico, de um instituto de nome no Brasil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois é, é justamente... [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Que conclui, que conclui que a Ponte Hercílio Luz poderia entrar em colapso com o seu peso próprio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas é esse ponto que eu fico um pouco curioso, porque foram três contratos ao longo do tempo e diversos relatos técnicos do pessoal, que o senhor alega confiar, que declararam que eles eram superficiais e impraticáveis, esses estudos realizados pela Universidade Federal.

Então eu queria entender um pouco melhor sobre qual o motivo que tantos estudos eram solicitados, mesmo...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o seu corpo técnico, que o senhor confia, alegando que eles eram todos superficiais. Nós temos aqui os documentos enviados, inclusive a Diretoria de Operações estava ciente, os fiscais estavam cientes.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Cê tá falando com relação à universidade?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, a universidade ela apresentou algum trabalho, esses trabalhos foram considerados de risco, e aí, então, o que que aconteceu? Foi feito pela Secretaria contato, foi feito convênio, contrato, que eu não me lembro, e a universidade trabalhou em conjunto, ou seja, para auxiliar, trazer subsídios e também para absorver a tecnologia do novo projeto.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha ciência de que existiam ocupações na zona de domínio da Ponte Hercílio Luz?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Ocupações? Eu não entendi muito bem a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, as ocupações embaixo. Havia casas construídas de alvenaria...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, existiam atividades comerciais e tudo mais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, posses, invasões e... na zona de domínio da...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É, isso eu não me recordo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não se recorda?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Eu sei que existiam comércio, existia alguém morando. Eu não saberia dizer se era invasão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E se houvesse alerta do fiscal lá na ponta, se o fiscal fizesse um ofício sobre isso, em quem ia parar? A quem caberia tomar providências?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Ele ia encaminhar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para resguardar (*ininteligível*).

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...ele ia encaminhar pra direção-geral, no caso pra mim, e eu levaria em despacho ao Secretário e ao Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E aí seriam tomadas...



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Pra tomar a decisão, a decisão de quê? Desapropriar, né, que era uma decisão também de ordem política. Desapropriar e mostrar o risco que essas comunidades estariam sofrendo em função de um possível colapso pelo peso próprio da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode só nos explicar, por último, como nasciam os processos licitatórios na sua época?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Era encaminhado pelas diretorias competentes a necessidade, né, e isso era debatido com a Secretaria dos Transportes, e depois era encaminhada ao grupo executivo de licitações, que era uma equipe nomeada por portaria, para proceder às licitações pertinentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem tomava a decisão de efetivamente realizá-las?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Quem tomava as decisões realizadas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em licitar?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, a decisão era tomada pelo governo como um todo, o Governador, o Secretário e o diretor, porque o diretor ele era um executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então as decisões eram tomadas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Eu não poderia, por exemplo, fazer uma licitação de uma obra aqui pra atravessar o Estado de Santa Catarina inteirinho por minha conta e decisão própria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Então as decisões relativas à Ponte Hercílio Luz eram tomadas em uma instância...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pelo Secretário...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...ou pelo Governador?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É óbvio. Como é que eu poderia, eu, fechar uma ponte sem ouvir o Secretário, ouvir o Governador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ouvir, sim...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Mesmo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas as decisões...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...mesmo que era muito importante o que estava escrito no parecer técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas como o senhor?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como o senhor?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...que essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como o senhor é signatário desses aditivos e desses contratos, cabe a mim lhe perguntar...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...se cabia ao senhor fazer essas licitações ou se as licitações eram determinadas e decididas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, a licitação depois de determinada era feita pelo órgão que eu dirigia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas a decisão não cabia ao senhor, então?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, a decisão era uma decisão de governo. Uma obra como a Hercílio Luz só de governo. Não pode o diretor-geral chegar e...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Restauração, manutenção?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...vou fazer a restauração. A manutenção até poderia ser, mas não a restauração, não a restauração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os contratos de manutenção então...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não a reforma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os contratos de manutenção, então, vamos ser específicos.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Manutenção é outra coisa, porque a manutenção é uma sequência, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eu vou repetir a pergunta: como se iniciava e quem definia os contratos de manutenção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, iniciava com o conhecimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Com as diretorias.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Nas diretorias com o conhecimento da Secretaria e do governo do Estado, e aí faria... fazia-se a licitação. Mas isso aí era um negócio contínuo e vai continuar sendo contínuo, não tenho dúvida disso. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem. Então, quem cabia decidir sobre a licitação de mais um contrato de manutenção?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim, caberia à direção-geral...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — ...por força de informação da diretoria setorial.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem mais alguma informação?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — E isso era levado também ao Secretário para o acordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O senhor tem mais alguma informação?...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É que assim, ã... Essa, essa, esse... essa vinculação é interessante, né, porque a autarquia tem a autonomia administrativa e financeira, então quem decide é a autarquia. Não é bem assim, né? Existe esse vínculo da Secretaria com o governo, não vai o órgão, o Executivo, decidir algo sem passar pelo Secretário e sem passar pelo Governador do Estado.

Agora, uma coisa rotineira, a rotineira ela passa a ser uma decisão normal, já de conhecimento, não pode ficar sem fazer o serviço, sem restaurar, sem fazer manutenção. Manutenção, né, porque reforma era até então ser tombado, eram duas hipóteses de soluções, era mudança da cadeia de elos ou passar um feixe de cabos de aço para transferir os esforços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Agora, depois do Iphan, só restauração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Justamente. Mas então cabia ao diretor-geral... ele tinha essa...

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Da manutenção? Sim, já te respondi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, tinha certa autonomia.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Depois de decidido, depois... Autonomia, sim. É a mesma coisa de uma construção de obra, decidido em plano. Então quem que mandava licitar? O diretor-geral mandava licitar, licitar de acordo com o plano estabelecido e com o plano acordado pelo governo do Estado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor tem mais alguma informação para acrescentar a esta Comissão?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É difícil eu me lembrar algo para acrescentar. Eu me coloco à disposição para responder ou até para auxiliar *a posteriori*, vendo os documentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito. Muito obrigado.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Que fica mais fácil pra mim poder puxar da memória.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Talvez possa existir algum dado que agora eu não tenha me lembrado, né?

Até com relação à universidade, porque eu me lembro que existia um contato também entre a Secretária, através de um professor da Universidade, o professor Honorato Tomelin, que fez contato com a universidade no sentido da universidade ajudar e participar de um trabalho de dar subsídios também e para que pudesse absorver a tecnologia de empresa, não que é uma empresa estrangeira, e, sim, porque era a mesma que fez a ponte, o projeto da ponte em 1921.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A universidade absorver a tecnologia?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Sim, a universidade e o Estado, e Santa Catarina como um todo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, porque a universidade foi paga por esse serviço. O senhor tem ciência disso?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — É, eu tenho ciência que houve um contrato, um convênio nesse sentido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, que novamente eram pagos pelo Estado.



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Só não me lembro datas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Por isso que a minha dificuldade de expressar aqui, de entrar no detalhe e esmiuçar, dissecar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, Deputado Bruno.

Então com a palavra os Deputados que tiverem alguma pergunta. Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Bom dia, senhor Fernando.

Ontem, no depoimento aqui do senhor Flávio, ele relatou que é uma influência política desastrosa quando ela atua em cima da atuação técnica, influência política em cima da atuação técnica. Ele disse que isso era desastroso.

Eu te pergunto se no seu, na sua gestão você identificou ou pôde acompanhar alguma movimentação política com relação à ponte que possa ter causado algum dano com relação à ponte?

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não, nenhuma. Até porque eu, como diretor do órgão, não trocaria o histórico técnico de preservar a ponte por uma influência de ordem política. Aí eu preferiria deixar o cargo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Satisfeito, Deputado Jessé?

Deputado Sargento Lima, o senhor tem alguma pergunta para fazer? Deputado Fernando Krelling? Deputada Marlene? (*Os Deputados citados declinaram usar da palavra.*)

Então gostaria de liberar o senhor Telmo. O senhor está liberado. Muito obrigado. Tem alguma consideração a mais, final, que gostaria de fazer? [*Transcrição: Ana Clara Mota*]



O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — Não. Agradecer e continuar me colocando à disposição, até porque eu acho que numa Comissão, num plenário, é mais difícil a gente poder falar e lembrar, mas de posses de documentos — porque eu tenho certeza de que o Bruno está com os documentos advindos do Deinfra, do antigo DER, que não tem a tecnologia hoje talvez no sistema, mas tem na microfilmagem — e também dos contratos que foram aprovados no Tribunal de Contas, de posse disso, olhando, eu posso me lembrar de muita coisa. Por exemplo, é aquilo que ele agora há pouco comentou, a universidade, eu não me recordo do contrato com a universidade, e agora há pouco também eu não tava me recordando do contrato com a Usimec, a empresa nacional.

Eu tava com a ideia de que a Steinman foi contratada diretamente sem auxílio da Usimec ou outra empresa. Então, esses detalhes eles vão aparecendo no *feedback* que eu recebi do próprio Bruno, e eu vou me lembrando.

Então, para se ter um pouco mais, é necessário que eu possa ver, acompanhar. Então é nesse sentido — se não houver necessidade, tudo bem —, é nesse sentido que eu me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Perfeito.

O SR. TELMO FERNANDO MATTAR DE SOUZA — E agradeço a atenção e a oportunidade de me expressar.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, gesticula afirmativamente com a cabeça.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, senhor Telmo Fernando Mattar de Souza, por contribuir com a CPI.

Não havendo mais nada a ser debatido, declaro encerrada a presente reunião.
(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição: Bruna Maria Scalco / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]



ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 5 DE JUNHO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito boa-tarde, senhora Deputada e senhores Deputados. Quero cumprimentar também as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, bem como as senhoras e os senhores que se fazem presentes na tarde de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, eu gostaria de relatar um fato que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João Amin...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria que fosse agora, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas primeiro as atas [discussão e votação], como é de praxe. Em seguida às atas, eu concedo a palavra a vossa excelência.

Senhores Deputados, vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 10º Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019, bem como cópia da ata da 11º Reunião.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, colocamos em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Por questão de ordem, o Deputado João Amin com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Presidente. (*Passa a ler.*)

“Segundo a agenda da ALESC, no dia 30/05/2019 havia reunião ordinária da Comissão de Agricultura e Política Rural na sala de comissões no período entre as 08:30 e 10:00 horas.

Na seqüência, das 10:00 até as 11:30 estava agendada Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que seria presidida por mim.

Acontece que no horário marcado, 10 horas, a reunião da CPI não pode começar porque a reunião da Comissão de Agricultura e Política Rural ainda não havia acabado.”

Nesse meio tempo conversei com o Bruno, conversei com alguns técnicos aqui, com a própria testemunha, que estava aqui e não poderia estar em Florianópolis hoje, quarta-feira.



“A Coordenação das Comissões, em um primeiro momento, não estava presente no local e quando chegou informou que a reunião deveria ser realizada em outra sala. Obviamente que eu neguei isso, tendo em vista que por se tratar de ato público e formal, indispensável seja realizado no local previamente designado. Isto em homenagem ao princípio de publicidade, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.” Isso poderia ter ocorrido, se acontecesse, poderia, na mão de um bom advogado, requerer a “nulidade nos atos, foi mantida a reunião, que começou com 35 minutos de atraso.

Solicito que a coordenação das Comissões tome maiores cuidados para que isso não volte a acontecer.” (*Cópia fiel.*)

Eu fui induzido ao erro e poderia ter jogado o trabalho do Bruno, dos técnicos, dos Deputados... poderia ter jogado no lixo o trabalho. Então peço um maior cuidado para que isso não volte a acontecer. E peço que seja transcrito em ata, que conste em ata, essa minha declaração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhora Deputada, senhores Deputados e Deputado João Amin, vossa excelência está coberto de razão, foi feito o agendamento da reunião, no dia e hora, neste local, e dever-se-ia ter iniciado na hora acordada.

Peço à taquigrafia que insira a fala do Deputado João Amin na ata da reunião de hoje e peço à assessoria que elabore minuta de ofício para que eu possa officiar o ato e o feito ao senhor Presidente desta Casa, solicitando que não ocorra mais o fato narrado por vossa excelência e comprovado pelos demais senhores Deputados.

Senhores Deputados, passada a fase da discussão das atas, vamos à ordem do dia.

O senhor Deputado Bruno Souza apresenta requerimento [pedindo a ouvida] de novas testemunhas, quais sejam: o senhor Tolstoi Maia Duarte, sócio administrador da empresa TEC e do Consórcio Roca-TEC; o senhor Sidney Lourenço Dal Sasso, engenheiro civil da empresa TEC; o senhor Hubert Beck Júnior, engenheiro civil da TEC; o senhor Neri dos Santos, Secretário de Estado dos Transportes e Obras em novembro e dezembro de 1987; o senhor Marcos João



Rovaris, Secretário de Estado dos Transportes e Obras de 1983 até março de 1987; e o senhor José Acelmo Gaio, diretor-geral do DER em novembro e dezembro de 1987.

Em discussão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Com a palavra, pela ordem, o Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Gostaria só de fazer uma ressalva, qual seja, se nós conseguirmos ouvir a testemunha que está em Minas Gerais e impossibilitada de vir e conseguirmos as informações que pretendemos, esses três últimos serão futuramente dispensados, não sendo necessário ouvi-los, caso nós consigamos fazer a oitiva com a testemunha de Minas.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “Qual é o nome da de Minas?”)

Roberto Nogueira Costa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, o Deputado Bruno faz a sugestão de que, se esta Casa ouvir a testemunha de Belo Horizonte... Vossa excelência pode repetir o nome?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Roberto Nogueira Costa. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se esta Casa ouvir o senhor Roberto Nogueira Costa, ficam dispensados da oitiva os senhores Neri dos Santos, Marcos João Rovaris e José Acelmo Gaio.

Então vamos aprovar, preliminarmente, a convocação dos senhores Tolstoi Maia Duarte, Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Júnior.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.



Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada a convocação dos três primeiros.

Senhores Deputados, também o Deputado Bruno pede a prorrogação do prazo da CPI por mais noventa dias - faz um arrazoado e apresenta aos senhores Deputados. Solicitei que fosse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — São 120, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — São 120? Mas vossa excelência colocou na imprensa que era por noventa dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não fui eu que coloquei (*ri*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu fiquei sabendo pela imprensa hoje. Vossa excelência (*ininteligível*) sabia?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — (*Ri.*) Na verdade eu acabei encontrando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Nós, Deputados que fazemos parte da Comissão, não ficamos sabendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu fiquei... eu encontrei o jornalista, ele me perguntou e eu falei, sim, que eu iria pedir uma prorrogação, mas não foi uma nota enviada por mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então vossa excelência diga a ele que ele errou, pois falou noventa dias, e eu cheguei hoje aqui com a cabeça feita para aprovar os noventa dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu lamento, lamento o ocorrido, mas na verdade não foi a intenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas eu peço à assessoria que tira cópia, entregue aos senhores Deputados o arrazoado do



Deputado Bruno para que leiam e, ao final desta reunião, depois da avaliação de cada um dos senhores Deputados, nós vamos decidir ao final da reunião.

Vamos, então, à ouvida das testemunhas. Nós temos para hoje duas testemunhas, o senhor Ricardo Procopiak Saporiti e o senhor Fernando Vieira Torres.

Eu consulto o Relator desta CPI qual das duas testemunhas quer ouvir por primeiro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Fernando Vieira Torres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então convido o senhor Fernando Vieira Torres para tomar assento e solicito que o senhor Ricardo Saporiti se dirija à sala da Coordenadoria das Comissões e aguarde ser chamado, por gentileza.

(O senhor Ricardo Procopiak Saporiti deixa o recinto.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, posso prestar um esclarecimento para os Deputados sobre...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Deputados, na verdade é apenas em nível de esclarecimento. Com o depoimento do senhor Fernando e do senhor Ricardo, nós encerramos a parte mais antiga das oitivas, relacionada aos contratos mais antigos, e os dois depoimentos tendem a ser breves.

Então, agradeço desde já por toda essa paciência e acompanhamento em toda a Comissão e nós vamos encerrar, provavelmente hoje, essas oitivas. Apenas em nível de esclarecimento para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Recebo da Deputada Luciane Carminatti ofício comunicando sua ausência no dia de hoje, tendo em vista consulta médica.



Senhor Fernando Vieira Torres, o senhor, por gentileza, tem a sua identidade ou já foi?...

Ponha a cópia aqui na minha mesa, por gentileza.

(A assessoria entrega cópia da identidade do senhor Fernando Vieira Torres ao senhor Presidente.)

Senhor Fernando, nós gostaríamos que o senhor dissesse o seu nome completo...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...a sua profissão, a data de nascimento e o seu endereço completo.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Fale bem nítido no microfone para que a taquigrafia possa fazer os devidos registros, por gentileza. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Fernando Vieira Torres...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A sua profissão.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A data de nascimento.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — 1º/11/1950.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o seu endereço completo.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Rua José do Patrocínio, 312, CEP 88070-400, Capoeiras, Florianópolis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor recebeu um ofício sendo convocado para estar hoje aqui nesta CPI para prestar um testemunho. O senhor sabe o motivo por que está aqui?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — O motivo é o que eu li na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o que o senhor leu? Vir dar um depoimento na CPI da Ponte. É isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — A convocação da CPI da Ponte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje nesta CPI?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder todas as perguntas; se desejar ficar calado, o senhor também pode ficar calado.

O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não? Ok.

Passo a palavra, então, ao eminente Deputado Bruno Souza para iniciar com as perguntas. Na hora em que o senhor falar, fale mais perto do microfone para que se entenda bem.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Ah, tá, tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por ter atendido esta convocação. Na verdade o senhor foi convidado a vir aqui porque o senhor foi membro da comissão do DER que acompanhou o contrato firmado com a empresa Usimec, no ano de 88... 82, perdão. E para que nós possamos encontrar algumas repostas, talvez o senhor possa nos auxiliar nesse objetivo.

Então eu já começo perguntando: o senhor poderia discorrer sobre a sua trajetória no DER e os cargos e as funções que exerceu e os respectivos períodos?



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu não... eu não vou me lembrar, assim, de tudo exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que lembrar, o senhor pode nos informar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu entrei no DER em 1976 como chefe das Patrulha Mecanizadas, até 81. Depois eu fui fiscal do Serviço de Conservação da Ponte Hercílio Luz, de 81 em diante – não lembro até quanto –, e mais tarde fui também chefe de Serviço de Conservação na Diretoria de Operações do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O senhor poderia especificar qual foi o período em que fez parte da comissão que acompanhava o contrato com a empresa Usimec e Steinman, na década de 80? Qual foi o período ali?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não lembro mais, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não lembra?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá.

Em relação a esse contrato com as empresas Usimec e Steinman, até que etapa ele foi executado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Olha... até que etapa eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe dizer...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o percentual dele que foi atendido? Até qual etapa...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Foi iniciado e foi interrompido, foi abandonado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que dele foi feito? O senhor sabe especificar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — O que foi feito eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe me dizer se houve alguma paralisação desse contrato? Ou melhor, qual foi o motivo da paralisação que o senhor acabou de alegar?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Olha, eu não sei porque que... O motivo eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor era da comissão que acompanhava o contrato.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Mas as decisões são tomadas... escalão superior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E nada foi informado ao senhor?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, nada foi informado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ninguém se questionou o motivo de que...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do porquê ele foi parado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só aceitaram?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Foi interrompido, mas não foi... não foi nos informado porque...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que se comentava no DER à época dos possíveis motivos da interrupção?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — ã, não sei de comentários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois é, e quando o senhor fala que essa decisão veio dos escalões superiores...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Da onde? Esta decisão partiu da onde de interromper esse contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu não sei. não sei. Pode ser do governo do Estado, do Governador, do Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor faz parte da comissão e essa comissão foi informada. Por quem foi informada? Foi informada por quem, de que seria interrompido o contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não recebi nenhuma informação que ia ser interrompido o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como o senhor ficou sabendo que o contrato foi interrompido então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Pelo que a gente vê, até ali fora, na imprensa, pela obra que tá parada, que ficou parada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá. E qual era a sua função na comissão, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Fiscalizar os serviços de restauração da ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Fiscalizar os serviços?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É, os serviços.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor estava fiscalizando um contrato que estava em execução. E o senhor não se perguntou quando ele foi...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...interrompido?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu lembro... Que eu me lembre, não passou da fase de projeto. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não passou da fase de projeto?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É, não passou da fase de projeto e foi abandonado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi. O senhor não chegou a fazer uma fiscalização *in loco* da execução do projeto, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, não chegou a ser feito, o, o, a obra não chegou a ser feita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele foi abandonado, então, antes de ser efetivado?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Foi abandonado... Na fase de projeto ou anteprojeto já foi abandonado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi. E o senhor... mas não houve nenhuma mobilização de canteiro?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não. Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entendi.

Ainda em relação ao contrato da Usimec/Steinman, esses projetos que foram feitos foram entregues ao DER? O senhor sabe me dizer isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não sei se foi entregue ao DER.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor fiscalizou alguma coisa?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu fazia parte da comissão, mas não, não, não passou pela minha mão, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A comissão não chegou a fiscalizar nada, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, não chegou a fiscalizar nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a comissão nunca atuou?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É isso o que o senhor está alegando?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe ou lembra, pelo menos, se o projeto que a Steinman iria apresentar ou entregar, o senhor está me alegando que ela não chegou nem a entregar o projeto, então?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Sim. Que eu não lembro de, de ter entregado o projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra, pelo que se falava, se o projeto era exequível ou não era? A proposta da Steinman, porque provavelmente os senhores conversavam, era uma proposta exequível?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não lembro de, de... Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acompanhou algum outro contrato relativo à Ponte Hercílio Luz, como fiscal?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu acompanhei o contrato de, de, da conservação da ponte. Isso de 81 até... não me lembro quando foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode citar as empresas?



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Foi a empresa Roca, na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só a Roca?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Só a Roca. Fui fiscal na época que a empresa era a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fez parte de alguma outra comissão que acompanhou a execução de projetos para a ponte?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Outra comissão foi essa que o senhor citou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, além dessa?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Além dessa, não. Mais nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na época do contrato com a Usimec, o Estado, através do DER, firmou contrato de recuperação e manutenção com a empresa Roca e estabeleceu um convênio com a UFSC. O senhor lembra dessas referidas contratações?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Hum, eu lembro que houve, houve comentários entre o pessoal da comissão que... sobre a participação da UFSC, mas foi, pelo que eu me lembro, foi rejeitada a participação da UFSC no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por qual motivo?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Eu não sei, porque isso não foi decidido por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não se conversavam dentro do DER? Os técnicos não se falam?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É, eu me lembro que o presidente da comissão falou que não interessava a participação da UFSC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De fazer a participação ou executar o projeto? O senhor pode especificar? A UFSC chegou a entregar algum projeto?



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, a UFSC não chegou a entregar nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A UFSC não entregou nada?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não realizou estudo nenhum, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, estudo nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não chegou a ir *in loco*, fazer algumas medições nas áreas?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não, pelo menos que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, o senhor trabalhava, era fiscal da obra, né, então o senhor deve, a sua informação deve ser?...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É que faz muito tempo também e muita coisa eu não lembro. Faz quase quarenta anos isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas convenhamos que a Ponte Hercílio Luz é um caso singular, né? Então as obras ali também o são, pela...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... especificidade técnica da obra.

Senhor, e como funcionavam as atividades de fiscalização e supervisão dos contratos relativos à Ponte Hercílio Luz na sua época? Como o senhor fiscalizava?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Fazendo visitas regulares a, a, à obra. Eu estou falando da parte de conservação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem.



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Que eu fui fiscal. E, e, e acompanhando os serviços, juntamente com o engenheiro da obra, que... encarregado de obras i, i, i...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, indo e fazendo visitas regulares, é isso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Regulares.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então eu presumo que existam relatórios sobre essas visitas?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas... Era uma fiscalização sem prestação de contas? Era uma fiscalização...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não. Existia a prestação de contas que era feita mensal pela empresa. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, como fiscal, não confeccionava relatório algum?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então era uma fiscalização que não há como saber o que o senhor... O senhor fiscalizava e não fazia anotações, não fazia relatório?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — É... O que ocorria é que a empresa mensalmente me entregava o relatório com a... fatura. Daí eu... fazia a... conferência do processo aí, e se estivesse de acordo, assinava... pela, pela, pelo pagamento da fatura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não há nenhum registro da sua fiscalização efetiva no local?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Não. Eles tinham uma... não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E a comissão, ela atestava os pagamentos desse contrato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não, nessa época que eu tô falando não era uma comissão... eu era... era o único...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era o senhor?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Era o fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era o senhor que atestava os pagamentos, então?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então pode-se dizer que os pagamentos efetivados nessa época o senhor fiscalizou e confirma...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Confirmava os serviços feitos e o pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então...

(O senhor Deputado Estadual Jessé Lopes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O Deputado Jessé tem uma pergunta também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Não, com a palavra vossa excelência primeiro. Depois o Deputado Jessé, pela ordem, por gentileza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É que ele sugeriu aqui... Mas então o senhor faz na sequência, pode ser?

Senhor Fernando, o senhor tem alguma outra informação que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, algo que julgue interessante ou relevante para a elucidação dos fatos?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não, não tenho nada.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Uma última pergunta: os aditivos eram iniciados por quem?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Eu não sei, porque pela... por mim, pelo fiscal, não era... se foi feito aditivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas quem determinava a necessidade deles? Quem atestava a necessidade deles?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Olha, na época que eu fui fiscal da conservação, que foi de 81 em diante, não soube de nenhum aditivo no contrato. Agora, houve outros contratos depois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De 81 até mais ou menos que ano? Diga um período, mais ou menos, para eu poder ter isso claro na minha cabeça.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – É que eu não me lembro até que ano eu fui fiscal, que foi cessada a portaria que me designava fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quantas vezes por semana o senhor estava na ponte?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Ah, quase que diariamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quase que diariamente?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mesmo assim não tem nenhum relatório?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...

E da mesma forma também desconhece aditivos?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Desconheço, desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Tá bom.



Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, havendo a participação do Deputado Bruno, Deputado Jessé Lopes, vossa excelência agora está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Senhor Fernando, o senhor disse que fazia a fiscalização.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E você assinava o documento de liberação...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Liberação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Essa liberação é a liberação da verba, no caso?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Do... Do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Do pagamento?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Do pagamento da fatura...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E como era feita essa fiscalização? Você tinha que fiscalizar para liberar, como que era? Você só se baseava pelo relatório da empresa? Ou você fazia... Como que era feita a fiscalização?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – *(ininteligível.)* Eu... eu tava frequentemente na obra. E depois vinha discriminado na... junto com a fatura tudo o que foi feito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E tu acordavas que estava feito aquilo?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – E aquilo... Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Você fazia uma fiscalização na obra? Na obra você fazia também essa fiscalização?



O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Fazia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E estava tudo o.k.?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – O.k. Isso foi na fase de... de...de...
que... que a empresa que trabalhava lá era só a Roca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Sei... E...

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Era uma empresa só e só um fiscal,
que era eu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E quem era o seu chefe
imediato?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Era o... engenheiro Picanço, Nelson
Picanço, ele era o diretor de Operações.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – E você nunca recebeu
uma influência dele para deliberar sem as devidas fiscalizações?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não, não. não. Não, não. Isso nunca
houve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – Tá. O senhor não fazia o
relatório dessas fiscalizações, assim?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES – A sua... Não?

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores
Deputados... Deputado Sargento Lima, Deputada Marlene, Deputado João Amin,
Deputado Fernando... *(Os Deputados citados declinaram usar da palavra.)*
Também este Deputado não deseja fazer perguntas.

Senhores Deputados, não havendo mais quem queira fazer perguntas, eu
agradeço a participação do senhor Fernando Vieira Torres nesta Comissão.
Agradeço a sua estada aqui, muito obrigado, e peço à assessoria da Comissão que



o conduza até o ambiente externo, por gentileza. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O senhor está dispensado. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO VIEIRA TORRES — Obrigado.

(*O senhor Fernando Vieira Torres deixa o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Também peço para a assessoria que conduza a este ambiente o senhor Ricardo Procopiak Saporiti. (*Pausa.*)

Enquanto o senhor Ricardo Saporiti não vem, pergunto aos senhores Deputados se leram os argumentos do Deputado Bruno solicitando a prorrogação da CPI.

Consulto o Deputado Sargento Lima: está pronto para decidir sobre a prorrogação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Dos noventa dias? (*Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vossa excelência assistiu à televisão também. (*Risos.*) Não foi só eu, não foi só eu, vossa excelência também. (*Ri.*)

Deputado Jessé?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Tudo o.k. Eu acredito que os noventa dias tenham saído porque CPI na Câmara de Vereadores é de noventa. Talvez tenha sido esse o equívoco do jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode ser. Deputado Fernando?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputada Marlene?

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER — O.k.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João? *(O Deputado João Amin gesticula afirmativamente com a cabeça.)*

Havendo a concordância dos senhores Deputados, ficam prorrogados por mais 120 dias os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Ato da Presidência nº 0030, de fevereiro de 2019.

(O senhor Ricardo Procopiak Saporiti adentra o recinto.)

Senhor Ricardo Procopiak Saporiti...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Está aqui na mesa a identidade de vossa senhoria. Solicito a vossa senhoria que diga o seu nome completo, a data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço completo. Por gentileza, no microfone.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Ricardo Procopiak Saporiti, eu sou engenheiro civil, data de nascimento é 13/12/1944, o endereço é Rua Presidente Coutinho, nº 297, apartamento 504, bloco B-2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe por que está aqui hoje?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor não recebeu o ofício?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu recebi, mas o ofício só me convocou como testemunha. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O ofício diz o seguinte, vou ler para vossa senhoria: “Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência Nº 0030-DL, de 2019, para investigar ilicitudes praticadas nas obras da Ponte Hercílio Luz em procedimentos licitatórios ocorridos desde sua interdição até a atualidade, com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina,



CONVOCO Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado.” (*Cópia fiel.*)

O senhor leu isso?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Li.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor tem conhecimento do porquê está aqui?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Do texto, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k. Então, o senhor vai saber agora por intermédio das perguntas o restante da...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também tem o direito de ficar calado se desejar não responder alguma pergunta.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se faz acompanhado de advogado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então, passo a palavra ao eminente Deputado Bruno Souza, Relator da matéria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Ricardo.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Boa tarde, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor foi convocado a esta CPI para tentar nos ajudar com o esclarecimento dos fatos e com



a reconstrução histórica de toda a obra da Ponte Hercílio Luz, que é uma obra muito peculiar e tem aspectos muito específicos.

Então, gostaria de começar pedindo para o senhor discorrer sobre a sua trajetória no DER, os cargos e as funções que exerceu e os seus respectivos períodos. [*Transcrição: Ana Clara Mota.*]

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Pois não.

Eu... Deputado, eu entrei no DER em 18 de março de 1971 e no período daquela data até 31/12/1973 eu fui engenheiro residente do DER - na época eram duas residências, de Florianópolis e de Santo Amaro da Imperatriz. E como engenheiro residente do DER, eu tinha a obrigação também de ser fiscal das obras de... que estavam sendo executadas naquela época na Ponte Hercílio Luz. As obras na, naquela época, consistiam na... o estrado era todo ele estrado de madeira e ele foi substituído por um revestimento asfáltico. Então, foi esse trabalho que eu fui... acompanhei a execução naquela época. Isso deve ter sido, mais ou menos, entre 1971 e setenta... e 73 quando eu, eu sai lá da, da residência e fui atuar na Secretaria dos Transportes e Obras, no período de 1974 até, até 1982, onde eu fui coordenador de Planejamento da Secretaria de Transportes e coordenador das Obras de Recuperação Rodoviária na região sul do Estado, quando ocorreu aquela enchente de 1974, onde eu tive a oportunidade de trabalhar na região por volta de dois anos, mais ou menos, recuperando as estradas.

Depois disso eu fui... eu fui nomeado administrador do Fundo Estadual de Assistência Rodoviária e Desenvolvimento Econômico dos Municípios – era um fundo que ajudava as Prefeituras Municipais na execução das obras rodoviárias municipais e também obras de desenvolvimento urbano. Eu fui administrador desse Fundo de junho de 1975 até março de mil novecentos... de 1982. É... e de... de 1982 até 1985 eu fui chefe da Divisão de Supervisão de Programas Especiais do Departamento de Estradas de Rodagem. De 1985 até agosto de 2001 eu, eu fui cedido para o Ministério dos Transportes, em Brasília, onde eu fui, ã... o engenheiro responsável pela execução das obras das escolas técnicas federais e agrotécnicas, escolas agrícolas em todo o Brasil, e especialmente aqui em Santa Catarina. Eu, mais ou menos em... em dois mil e... em 1988, aproximadamente, eu não tenho bem certeza dessa data, eu vim de Brasília e fiquei é... lotado na Delegacia da...



do... do Ministério da Educação em Santa Catarina, onde eu acompanhei a execução das obras da... escola agrotécnica de Sombrio, a escola agrotécnica de Rio do Sul, a escola é... a Escola Técnica Federal de São José...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uhum.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Quer dizer, uma série de escolas agrícolas que foram feita nas... nos Municípios e acompanhava todas as obras de, de melhoramentos de escolas através do Ministério da Educação.

É... e vim me aposentar em agosto de 2001. De 2001 pra cá eu tô atuando na iniciativa privada com uma empresa de engenharia que eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor poderia especificar qual foi o período em que fez parte da comissão que acompanhava o contrato com as empresas Usimec e Steinman na década de 80?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu... eu não... eu... pra ser bem sincero eu não me lembro bem dessa... porque nós trabalhávamos no DER e... o coordenador desta parte da, da recuperação da ponte, os contatos com a Steinman, que é uma empresa americana, eram feitos pelo doutor Cleones Bastos, que era um profissional já mais antigo do DER, conhecedor profundo do problema da Ponte Hercílio Luz. E o doutor Cleones ele tinha ainda um... um predado que ele falava muito bem inglês, então todos esses... essas tratativas com a Steinman eram feito através do doutor Cleones Bastos, um saudoso colega nosso do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor fez parte de uma comissão de acompanhamento do contrato ou não?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu não me lembro, doutor... ã... Deputado. Sinceramente eu não, não me lembro se eu fazia parte. Como, como eu tava nessa, nessa divisão de, de obras especiais do DER, eu posso ter acompanhado... é... até prestado assessoria nessa parte, mas eu não me lembro se eu fui nomeado pra essa comissão ou não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O seu nome consta nas atas.



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Bom, se consta, então eu fui nomeado. Agora, eu não me lembro desse, desse dado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essas comissões, elas eram remuneradas na época?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não, absolutamente.
[Transcrição: Bruna Maria Scalco]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em relação a esse contrato com as empresas Usimec e Steinman, o senhor sabe me dizer até que etapa ele foi executado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sabe me dizer se houve paralisação desses contratos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Eu, vagamente, eu lembro assim, que na época havia um problema financeiro muito sério e tinha dificuldade. Inclusive eu não sei nem se esse contrato foi assinado com a Steinman ou não, porque... Na verdade era um contrato pra execução do projeto da restauração da ponte, porque houve naquela época o problema do rompimento de uma barra de olhal e eles nos assessoraram, inclusive como que poderia ser feito pra, pra fazer um... um serviço assim, pra, pra minimizar o problema existente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E foi entregue esse projeto?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Eu não lembro disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou até que etapa ele foi executado?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não lembro, porque isso era coordenado pelo doutor Cleones Bastos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Também isso... Deputado, isso deve ter sido mais ou menos 1982, 83...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Então, é um lapso de tempo muito grande pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor sabe se algum desses contratos, desses projetos foram entregues para alguém?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não sei lhe informar, não sei lhe informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E sabe dizer se alguma parte da obra chegou a ser executada, alguma parte desse projeto?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Olha, da parte da restauração, pelo que me consta, não foi feito nada; o que foi feito foi aquela, aquele reforço naquela barra de olhal que rompeu. Isso foi feito através da Roca inclusive, na época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O senhor acompanhou algum outro contrato relativo à Ponte Hercílio Luz?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhum outro?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Só esse que eu me referi lá em 1972... 71, 72.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como fiscal?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Como fiscal. Que eu era residente do DER, foi na época que foi tirado o estrado de madeira e foi feito o estrado com... com... com concreto asfáltico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E fez parte de alguma outra comissão que acompanhou a execução de projetos para a ponte?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, não fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Também não?



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na época desse contrato da Usimec, o Estado, através do DER, firmou um contrato de conservação e manutenção com a empresa Roca e estabeleceu um convênio com a UFSC. O senhor lembra dessas contratações?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não, eu não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não participou disso?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não, não participei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas sabe me dizer algo sobre esses contratos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Eu, eu lembro assim, porque nós trabalhávamos numa sala da, da, do DER, o doutor Cleones, era eu e mais... mais um outro colega que trabalhávamos lá naquela sala, então a gente tinha contato ali da, da vivência diária ali, mas eu não... detalhes eu não.. não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas deve lembrar algo sobre o convênio com a UFSC?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Também não sei, não participei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe me dizer se os fiscais que fiscalizavam esses contratos produziam algum tipo de relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — Não sei lhe dizer. Não sei, porque não era, não era do, do... vinculado a minha área, né?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como o senhor acabou de dizer, conversavam, estavam na mesma...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Conversávamos, exatamente, agora a responsabilidade era do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — ...doutor Cleones, que era o presidente da comissão lá de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas então sabe dizer se...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não sei....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se algum tipo de relatório era feito da fiscalização?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não sei, porque eu não acompanhava isso, não fazia parte do meu, da minha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sabe me dizer como é que funcionavam as atividades de fiscalização e supervisão dos contratos relativos à ponte na sua época?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Na minha época, sim, porque nós tínhamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como funcionava?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Era feito medições, tudo direitinho, né, mas isso naquela, naquele período lá, de 1971 a 73.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode detalhar mais como eram feita as pesquisas?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Não, era, era acompanhando diariamente. A gente... Eu, além do setor rodoviário que eu cuidava, eu também sempre passava lá na ponte, via como é que estavam, quais eram as atividades



que estavam sendo desenvolvidas. Problema de pagamento, medições e tudo mais eram feitos através da residência do DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor ia até o local?...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O fiscal ia até o local?...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eu, eu volto a me referir, sim, eu estou me referindo ao período de 1971...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — ...até 1973, que eu era residente do DER. E aí a fiscalização era subordinada a minha pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eram confeccionadas algum tipo de relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Eram todos os relatórios, tudo direitinho, mensalmente, medições e liberações de parcelas, normais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eram... sempre havia relatórios?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Sempre havia, como todo processo de engenharia deve ser, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então como todo processo de engenharia deve ser, provavelmente, então, os outros fiscais posteriores também fizeram relatórios?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAPORITI — Aí... aí, Deputado, com todos o respeito não cabe a mim responder isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como o senhor acabou de alegar...



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI — A boa engenharia manda isso, né, agora... não posso lhe afirmar. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, então, na sua época era...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Na minha época era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Era... era... tinha hábito de fazer o relatório?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI - Era feito medição, tudo direitinho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perfeito.

O senhor fez parte da comissão de licitação para essas obras de manutenção ou restauração?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – De manutenção e monitoramento da ponte?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Restauração. O senhor fez parte da comissão de licitação?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Não, não fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor nunca fez parte de uma comissão de licitação?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Nunca. Que eu me lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor possui parentesco com o senhor Paulo Procopiak da Aguiar?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Sim, é meu primo, é meu primo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ele é ex-sócio da Roca; e Luiz Fernando Procopiak de Aguiar?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – É meu primo também, irmão do Paulo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Que é ex-diretor técnico da Esteio Engenharia e Aerolevantamentos.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Exatamente, exatamente. Dois profissionais extremamente competentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como membro da comissão, o senhor acompanhava os contratos executados por essas mesmas empresas?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor era da comissão.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Dessas mesmas empresas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, da Roca, o senhor acompanhava...

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Mas eu... eu, aí, Deputado, o senhor vai me permitir, eu não lembro se naquela época, em 1972, se o Paulo era sócio da Roca ou não, isso aí eu não me lembro e não... Eu nunca tive atividade profissional ligada com os meus parentes. Nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas o senhor, na verdade... O senhor era da comissão em conjunto com o Cleones, na época em que o Paulo era sócio da Roca.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Eu vou ser bem sincero, Deputado, eu não lembro se eu era da comissão com o doutor Cleones Bastos. Eu não me lembro se tem portaria me designando pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Existe.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Existe? Bom, se existe, então tá lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor...



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI - Mas veja, eu cuidava da parte... a minha parte era de engenharia, a parte comercial não era conosco, ali com a comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor era da comissão que acompanhava os trabalhos.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – O senhor falou que tem a portaria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não acha que existia um conflito de interesses, haja vista que o senhor era parente dos empreiteiros?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Absolutamente, absolutamente, Deputado, absolutamente. Eu sou um profissional que estou com cinquenta anos de formado, fiz agora em novembro do ano passado, me formei na Universidade Federal do Paraná. Agora, se o senhor for pegar o meu passado dentro dos órgãos públicos, o senhor não vai ver uma mancha assim na minha reputação profissional. Inclusive agora, que continuo atuando na área de rodoviária, nunca, assim, houve qualquer coisa que viesse a denegrir a minha pessoa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então na opinião do senhor não há problema nenhum um membro de uma comissão que acompanha uma licitação ser parente dos executores da licitação?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Olha, eu... eu nem sabia na época que eram sócio ou deixavam se ser sócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Porque quando eu entrei lá a Roca já estava trabalhando na, na, na, na obra da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, de alguma forma, influenciou a contratação dessas empresas?



O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI – Nunca, nunca, absolutamente. Nunca, não é do meu feitio isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tem alguma outra informação que gostaria de compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que julga interessante ou relevante para a elucidação dos fatos?

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI - Não tenho. Eu até parabenizo a Comissão Parlamentar, agora eu não tenho, assim, nada que possa ajudar. Só que é muito difícil, pra qualquer profissional, num lapso de trinta, quarenta anos, você se recordar de detalhes. Isso é humanamente... é muito difícil. A pessoa vai ficando mais velha, já vai ficando, por natureza, mas esquecida, agora com um lapso de tempo tão grande assim, é muito difícil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Ricardo, muito obrigado pela sua participação.

Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, o Deputado Jessé não deseja, o Deputado Sargento Lima não, a Deputada Marlene, o Deputado João, o Deputado Fernando e este Deputado também não. *(Todos os Deputados presentes declinaram usar da palavra.)*

Agradeço, então, a participação do senhor Ricardo Saporiti nesta Comissão. Vossa senhoria está dispensado, por gentileza.

O SR. RICARDO PROCOPIAK SAVORITI - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Peço à assessoria da Comissão que conduza o senhor Saporiti até a área externa deste ambiente.

(O senhor Ricardo Procopiak Saporiti se retira do recinto.)

Senhores Deputados, mais alguma manifestação dos senhores, de algum Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, apenas para salientar que nós, ontem, fizemos a primeira reunião entre os assessores dos Deputados com o intuito de que sejam sempre atualizados de todos os procedimentos da CPI, e isso será semanal. Então todos os Deputados que tiverem interesse e puderem mandar os seus assessores para que tenham todo o material sempre atualizado, nós estaremos sempre à disposição nessas reuniões para sempre tirar qualquer dúvida e esclarecer todos os fatos.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputada Marlene, por gentileza.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Essa até era uma solicitação que eu iria fazer, porque senão... se a gente não conhece um pouco antes, aí fica difícil inclusive a gente se manifestar aqui, né, porque não... Então se tiver uma reunião anterior é melhor para a gente também poder participar mais efetivamente, né? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Com certeza. Toda segunda-feira, às 13h30min, será feita justamente para isso, para que todos possam acompanhar.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL MARLENE FENGLER – Perfeito. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado João Amim, por gentileza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O último relatório do progresso da CPI é do dia 10/4/2019, não sei se há algum mais atualizado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Podemos também providenciar e encaminhar aos gabinetes, sem problema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Deputado Bruno, Relator da matéria, fica acordado que vossa excelência vai atualizar todos os dados e repassar aos senhores Deputados que compõem esta Comissão.

Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, ordinária, para quarta-feira da semana que vem.

Muito obrigado e uma boa-noite a todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)*
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito boa-tarde, senhora Deputada e senhores Deputados. Quero cumprimentar também



as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc, bem como as senhoras e os senhores que se fazem presentes nesta reunião.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL. E os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Recebemos, fruto de solicitação desta Comissão, do Tribunal de Contas o Ofício nº 9.983/2019 que encaminha cópia de processo licitatório, bem como o Ofício nº 0099.2019, também do Tribunal de Contas, que encaminha a documentação. Solicito à assessoria que faça a devida anexação dos documentos ao processo da CPI e que dê vistas ao Deputado Bruno, Relator da matéria. Se os demais Deputados também desejarem, fica aberto para todos os senhores Deputados.

Vamos à ordem do dia da pauta da reunião. Solicita o senhor Deputado Bruno Souza, Relator da matéria, mais documentos. Eu vou pedir à assessoria que envie cópia da solicitação aos senhores Deputados. Dou por aprovado o requerimento do Deputado Bruno, até que um de vossas excelências conteste alguma solicitação. Não havendo a contestação, dou por aprovado, e que façam os ofícios para que eu possa fazer a devida assinatura.

Tem também, senhores Deputados, a solicitação do Deputado Bruno para a oitiva das seguintes pessoas: Arnaldo Martins, diretor de Operações do Deinfra no período em que operava na Ponte Hercílio Luz no Consórcio Roca-TEC, e de



Delbi Joel Canarim, gerente de Licitações, presidente da Comissão de Licitação e é atualmente diretor de Operações do Deinfra.

Eu coloco em discussão o requerimento.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores, vamos então à parte mais importante desta reunião, que é a oitiva das seguintes testemunhas: nós temos, por convocação, os senhores Tolstoi Maia Duarte, Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Júnior. Os três estão presentes. Eu pergunto ao Deputado Bruno: qual o primeiro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Tolstoi Maia Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E o segundo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O segundo é o senhor Sidney Lourenço Dal Sasso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E, aí, restando o Hubert Beck Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então solicito a presença do senhor Tolstoi aqui à mesa (*aponta para o espaço reservado ao depoente*) e peço à assessoria que encaminhe o senhor Sidney e o senhor Hubert à sala da Coordenadoria das Comissões.

(O senhor Tolstoi Maia Duarte toma assento à mesa dos trabalhos e os senhores Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Júnior se retiram do recinto.)



Senhor Tolstoi, seja bem-vindo.

Eu gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão e o seu endereço completo, até para que o pessoal da taquigrafia possa fazer o devido registro. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Pois não, Presidente.

O meu nome é Tolstoi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor fale bem pertinho do microfone.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Meu nome é Tolstoi Maia Duarte, eu tenho 67 anos, é... moro aqui... sou engenheiro civil, moro aqui em Florianópolis à rua... é... Engenheiro Newton Ramos, número 70, apartamento 1.302, no centro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor sabe por que está aqui no dia de hoje participando desta reunião da CPI?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tem conhecimento?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tenho pleno conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje nesta reunião?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também não é obrigado a responder as perguntas que lhe são perguntadas, pode ficar em silêncio se assim desejar. O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Cópia da carteira de identidade do senhor Tolstoi já está em poder desta Comissão.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Hhm-hm.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Passo a palavra ao Deputado Bruno, Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Tolstoi, tudo bem com o senhor?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Boa tarde. Como é que vai, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Seja muito bem-vindo a esta Comissão. Muito obrigado por atender o nosso pedido, a nossa convocação.

O senhor foi chamado aqui porque o senhor foi sócio administrador da empresa TEC – Tecnisa (*sic*) e teve contratos firmados com o Deinfra. Então nós temos a esperança que o senhor possa nos ajudar a esclarecer um certo período dessa história da Ponte Hercílio Luz.

Então seja muito bem-vindo e muito obrigado por se dispor a vir e a contribuir com o seu conhecimento.

Mas antes de adentrarmos aos contratos que registraram a participação da TEC nos anos de 2000, 2005 e 2006, gostaríamos de saber se o senhor poderia explicar o que houve com o Contrato 203/2014 para a conclusão da estrutura provisória, que teve o extrato publicado no Diário Oficial, mas não teve indícios de que tenha sido realizado.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Contrato 2013?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Contrato 2013 de 2014... 203 de 2014.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O Contrato 2003, de 2014... Ó, Deputado, eu...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para estrutura provisória...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ó, Deputado, eu, eu, eu... O senhor me desculpe, mas eu não fiz parte desse contrato.

É... Só uma correção, por gentileza, o senhor falou o nome da, da nossa empresa... O nome correto da empresa é TEC – Técnica de Engenharia Catarinense Ltda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso mesmo.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O senhor falou Tecnisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Perdão, é a TEC.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Tá. E nós não participamos dessa... desse contrato, eu não sei nem do que tá se tratando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor então alega que não participou?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não, não, não. Nós estamos fora da ponte desde 2009.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Bom, no contrato da fase 1, PJ.015/2006, todas as peças dos viadutos foram substituídas? O senhor lembra disso? Pode nos dizer como é que ocorreu?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Deputado, veja bem o seguinte... é... eu gostaria de falar e... e, e, e, e, e, por favor, é... me entenda... do que que eu gostaria de falar, tá?

Nós tamo na ponte desde 92, tá? E nós fizemos, durante todo esse período, serviço de manutenção. Nesse contrato em particular, era um contrato já de restauração. Então foi um contrato muito grande, tá, um contrato de um volume razoável, onde nós fizemos a recuperação de... dos viadutos de acesso. Particularmente quantas vigas, quantas estruturas foram recuperadas, eu não tenho de cabeça, mas eu quero dizer ao senhor o seguinte: foram recuperadas



muitas estruturas. Todas, todas as estruturas da ponte, desse segmento, foram recuperadas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Todas as peças do viaduto...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Com...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...foram substituídas?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...com exceção... a única coisa que nós não mexemos foi no estrado, porque o estrado não fazia parte do escopo do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor alega que todas as peças dos viadutos foram substituídas?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, foram... não é que todas as peças foram substituídas, algumas foram substituídas, outras foram recuperadas... Tá entendendo? Então... substituída é quando se substitui totalmente a peça. Não, algumas foram restauradas, outras foram... é, é, é, é, é, substituídas, e assim nós restauramos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra se algum trabalho foi realizado no vão central da ponte?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, no vão central nós não, não, não... não trabalhamos no vão central.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não era... não fazia parte do escopo desse contrato, até porque a fase 1 já dizia: serviços nos viadutos de acesso.
[Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E nas torres principais?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Nas torres principais a gente, nesse contrato eu acho que a gente mexeu em alguma bobagem, eu não me lembro.



Tá entendendo? Eu não me lembro é... efetivamente o que foi feito nesse contrato na torre principal. Mas eu, eu acho que a gente mexeu muito mais nos viadutos, tá entendendo, recuperamos os viadutos e as torres principais já tinham sido recuperadas uma época... e eu não me lembro se a gente mexeu em alguma coisa nessa ponte. Talvez...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(Ininteligível.)*

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...só um segmento... só um pequeno segmento da torre, parece-me, da base até a altura da viga principal. Parece que foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi realizado então pela...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — É, eu acho que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pela sua empresa?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Acho que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nesse contrato a mão de obra técnica, os engenheiros, era da TEC Engenharia ou da Roca também?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O... Nós tínhamos um consórcio, um consórcio, na verdade, a reunião de esforços e de conhecimentos, né, tanto nós como a Roca estávamos na ponte... A Roca há muito mais tempo, a Roca tava desde 1980 e nós entramos em consórcio com a Roca depois de 92.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi, a pergunta foi objetiva.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, mas eu quero esclarecer, Deputado, o senhor me desculpe, mas eu quero esclarecer para o senhor entender, certo?

Então, os engenheiros da... da... da... que tavam, faziam parte lá, fazia a... às vezes tava na folha da Roca, às vezes tava na folha da TEC. Então, era



do consórcio em si. Então, nesse particular, nesse particular é... desse contrato em si, desse último contrato, os engenheiros eu acho que tavam em nome da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então os engenheiros transitavam entre uma empresa e outra. Estavam ora na folha de uma e ora na folha de outra?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Em alguns contratos, não assinam o mesmo contrato, um único contrato do começo ao fim era na mesma folha. Mas, evidentemente, eu não me lembro se nos contratos anteriores estava na outra folha, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas era comum isso então?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não comum. Não era comum. Podia eventualmente acontecer. Eu só quero dizer que eu queria me lembrar qual era a folha que estavam os dois engenheiros desse último contrato. Eu acho que, sim, era da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eram da TEC os engenheiros...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Da TEC, da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que o senhor alega?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor emitiu a ART no contrato da fase 1?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, todos os contratos são obrigados a emitir ART, todos os contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor emitiu...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Claro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...alguma ART?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Claro, claro, nós temos ART em todas elas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor emitiu ART? Então o senhor assinou?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu assinei, sim, eu assinei. Eu era o responsável técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para a fase 1, houve alguma divergência entre o previsto no projeto do DNIT e a execução?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, na verdade a gente não seguiu nenhum projeto... Veja bem, não existia projeto, não exista projeto para os viadutos. O DNIT não fez um projeto, fez um projeto pro vão central. Quando se fala em projeto de restauração, nesta ponte basicamente era recuperar o sistema portante. Era fundamento do, do, do, do, do, do, do projeto era fazer exatamente a substituição do sistema portante.

Então, nunca, nunca na Ponte Hercílio Luz se apresentou um projeto de restauração, pelo menos na fase em que nós estávamos. Nós recuperamos... o que que é recuperar a fase 1? É fazer exatamente aquilo que a gente não fazia na manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que o senhor alega é que não havia, então, projeto do DNIT. Era isso?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, o projeto do DNIT... O DNIT, na época, fez uma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As suas respostas estão... Eu gostaria de entender: havia contrato do... havia um projeto do DNIT ou não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Havia um projeto do DNIT, mas não entregue pra essa situação. Não foi dado o projeto pra gente seguir projeto nenhum. Eu sei que...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então vocês não seguiam um projeto?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não, não tinha projeto, que a gente não seguia o projeto do DNIT. Não, de jeito nenhum. Aliás, eu nem conheço o projeto do DNIT. Eu sei que o DNIT fez um projeto, tá entendendo, eu acho que 97, alguma coisa assim, 99, 2000, alguma coisa assim, fez um projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor estava dentro de um projeto de restauração...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...mas não seguia projeto algum?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu estava dentro de um serviço de recuperação da ponte, do quais, dos quais a gente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do qual não havia projeto.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...não havia projeto. Não, não havia projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabiam o que fazer então?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — A gente sabia fazer, nós trabalhava na ponte há vinte anos, nós sabíamos recuperar a ponte. Então, recuperar a ponte é um serviço diferente de manutenção, tá? Então, no momento que a gente tinha uma verba pra fazer a recuperação, que era uma verba muito maior, então a gente realmente fez a recuperação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então como não havia... Como o senhor alega que não havia nenhum projeto, então também não havia, não pode alegar se houve alguma alteração no contrato.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O contrato previa a instalação de aparelhos de apoios nos vãos 12 e 14, anterior e posterior ao vão pênsil. Esses aparelhos foram instalados? [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Foram instalados, sim. Foram substituídos os aparelhos de apoio, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foram substituídos?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Foram substituídos, sim. Claro!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Houve atraso nos pagamentos da fase 1?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, sempre houve atraso de pagamento, sempre houve atraso de pagamento. Em qualquer obra do Estado sempre atrasa um pouco. Evidentemente que não houve um atraso como havia há vinte anos, mas houve atraso de pagamento normal... dois, três meses atrasavam, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 2009 transcorreram em média 58 dias entre o final da medição e o pagamento. Isso inviabilizava ou comprometia o cronograma de execução do contrato?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não inviabiliza. Não... Não inviabiliza, não, porque nós tínhamos suporte financeiro pra isso. Em momento nenhum a gente, a gente diminui o ritmo em função disso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então os atrasos... o senhor não...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não. Em momento nenhum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não diminuiu o ritmo, não...



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não. Até, até é interessante, como complemento de sua informação, teve um período na ponte aí, nesse contrato, que o Deinfra mandou paralisar as obras por falta de dinheiro e nós não paralisamos as obras. Nós continuamos trabalhando normalmente, quando reativaram a gente mediu aquilo que foi feito. A gente tinha suporte financeiro pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Houve alguma interferência na execução do contrato por causa das desapropriações?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não houve desapropriações, que eu saiba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum serviço deixou de ser realizado?...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Deixou... alguns serviços deixaram de ser, de ser realizados, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E as desapropriações, elas atrasaram...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — É porque é o seguinte, às vezes a... as... as... as interferências na obra em função dos residentes eram realmente... é... preocupantes, tá? Então a gente tinha uma série de preocupações com a questão da segurança debaixo. E esse processo de desapropriação é um processo extremamente lento, iniciou-se, mas... é... não, não deram continuidade e isso interferiu. sim, evidentemente, no ritmo das obras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor comunicou esse... (*ininteligível*).

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Era conversado às vezes informalmente. Não... não oficialmente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, oficialmente, ninguém...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não há como alegar que...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Porque isso não era, não era uma preocupação nossa, Deputado. Era preocupação do administrador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas estava atrasando a execução do contrato...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, tava exe...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do qual o senhor era o executor.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tava atrasando e... e... mais não é por conta disso que nós vamo brigar com, com o Estado por... e nem com o órgão por conta desse problema. Nós continuávamos trabalhando normalmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era a situação das rótulas existentes na base das duas torres principais, T7 e T8, durante a execução da fase 1?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — As rótulas... é... das torres principais?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, existentes nas bases das duas torres principais.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, essas... é, é, é... esse apoio da, da, das torres, dos pilones nas bases de concreto, elas não foram mexidas, porque elas estavam numa situação é... congeladas e isso era fruto do projeto de recuperação do vão central.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual projeto de recuperação?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O projeto de recuperação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do DNIT?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...da fase 2, não do DNIT. Quer dizer, se era do DNIT eu não sei, mas eu... era fruto para o projeto que seria é... que seria exe... que seria ser usado na execução do... do, do, do, do... da fase 2.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra da condição dessas torres?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Das torres ou do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Das rótulas, perdão. O senhor lembra?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, eu me lembro, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual era a condição delas?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, elas estavam congeladas lá, quando a gente fala congelada, quer dizer, é o tempo... o tempo fez com que elas não tivessem mais rotação, então precisava fazer um trabalho de... retirar é... e, e lubrificar aquele negócio todo, mas não era do nosso escopo, não era do nosso escopo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Existiam fissuras aparentes ou indícios de que as rótulas não suportavam sobrecarga de material?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu não, em nenhum momento eu me lembro que a gente discutiu esse assunto que as rótulas não suportavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não houve esse debate?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não houve esse debate.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor lembra se existiam ou não fissuras?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não me lembro, não. Não me lembro disso, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Segundo a relação de trabalhadores constante no arquivo da SEFIP/GFIP, encaminhados ao INSS no período de fevereiro de 2006 a julho de 2009, o senhor informou que havia em média 46 funcionários trabalhando na obra de restauração da Ponte Hercílio Luz.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia informar qual tipo de serviço era realizado por terceiros, bem com uma quantidade estimada de terceiros que trabalhavam na Ponte Hercílio Luz em média, por mês? [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Terceiros?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, além dos 46.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Nós não tínhamos terceiros lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não tinham terceiros?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não tínhamos, a, a, a folha de pagamento... Até porque não tinha terceiros, porque a, a remuneração também dos trabalhos era em função, em função da folha de pagamento. Então a gente não podia apresentar folha de terceiro, era... tinha que ser empregado próprio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual a estimativa de trabalhadores para a etapa 2?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Etapa 2?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — A estimativa? Olha, Deputado, eu não participei da... efetivamente da fase 2, eu apenas participei da licitação... da fase 2. Nós estamos falando da fase 1.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, a fase 2 o senhor...



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — A fase 2 eu entrei na licitação, mas infelizmente a gente não... foi até o fim da licitação, nós tivemos que sair do processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas no seu orçamento, qual era a estimativa?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu não me lembro, Deputado, eu não me lembro. Nós trabalhamos muito nesse orçamento, fizemos o projeto, um projeto de recuperação próprio, porque nós tínhamos um consócio muito bem formatado, era nós, a construtora Roca, a Odebrecht e mais é... a American Bridge. Então, cada um tinha a sua função nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor, no seu projeto para a etapa 2, não lembra qual era a estimativa de trabalhadores?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, mas era bastante gente, né, porque era um serviço grande, né? Talvez, talvez... eu estimo, assim, pelo menos umas cem pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Mas nós, não, não... Eu não me lembro desses detalhes, de quantas pessoas têm, até porque isso era... foi fruto na época de um estudo e eu não me preocupei mais em... A partir do momento que a gente não, não, não participou mais da licitação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para a fase 2, recuperação do vão central.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A solução técnica proposta no projeto do DNIT para a recuperação do vão pênsil, o senhor lembra se era exequível?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu, eu, eu não cheguei, em momento nenhum, a conhecer o projeto do DNIT.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fez um orçamento.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, veja, eu fiz um orçamento em cima de um projeto nosso, porque o, o, o edital previa um projeto alternativo. Então nós estudamos um projeto próprio. Nós estávamos junto com a American Bridge e eles tavam... aliás, eles gastaram muito dinheiro nesse projeto, porque ficaram quase seis meses trabalhando nesse projeto antes da licitação e era o projeto, exatamente, pra o consórcio nosso, tá? E a solução inclusive nem era essa que tão adotando, era uma outra solução, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teria essa solução ainda?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Essa solução... Hm... É... até eu tenho conhecimento dela, mas eu, eu não, por, por questões de contrato com a American Bridge a gente não pode dizer qual era a solução.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A sua empresa, em consórcio com a Roca e a Odebrecht, apresentou proposta durante a licitação para a fase 2.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que se retiraram da concorrência antes do final do processo licitatório?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Porque, veja bem, Deputado, nós estávamos na ponte desde 92, como falei, a gente conhecia perfeitamente a ponte. Nós tínhamos os melhores técnicos, a melhor equipe, tá? É... Nós tínhamos condições técnicas, veja bem, só pra vocês entenderem aqui, isso é muito importante que saibam, nós tínhamos condições técnicas de fazer as obras, nós e a Roca e a American Bridge, nós tínhamos essa condição, por quê? Qual era a participação de cada uma? A nossa era questão de execução, que nós estamos acostumados a trabalhar com a ponte, nós tínhamos os melhores técnicos, as melhores equipes, e a American Bridge ia fazer o papel primordial, que é um papel que nós não sabíamos fazer, que era transferência de carga,



que só são... É um processo que, hoje, talvez uma meia dúzia de empresa no mundo detém essa tecnologia de transferência de carga.

Então a American Bridge acompanhava o nosso serviço durante todo o serviço de manutenção, através do pessoal da American Bridge com o conhecimento com o pessoal da Roca, o doutor Raul, que era muito amigo do pessoal da American Bridge, e através da Steinman, que também participava aqui em alguns processos aqui é... de análise aqui da ponte, tá, e a gente tinha contato direto com o pessoal da Steinman, até uma certa parte, um certo contrato a Steinman trabalhou com a gente ali, tá?

Então, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque o senhor se retirou da concorrência antes do final do processo licitatório?
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu vou lhe explicar, tá? É... a gente tinha uma proposta muito bem executada, muito bem executada, a proposta nossa pronta pra exatamente executar essa obra, e vou dizer com toda a falsa de modéstia, se nós tivéssemos ganhado a licitação, essa ponte tava pronta em 2013, porque a nossa solução era exequível, era eficiente, porque tinha os melhores técnicos, as melhores empresas do mundo trabalhando, aquele negócio todo.

Então, nós entramos na licitação com esse consórcio e, daí... hm... um mês antes da licitação... É uma história que eu vou contar aqui, porque pouca gente sabe, um mês antes da licitação nós descobrimos concorrência internacional de altas exigências, né, técnicas, nós descobrimos que a Espaço Aberto - uma empresa aqui de Santa Catarina, que não tinha conhecimento nenhum de estrutura de obra de arte especial - tava participando do contrato.

E eu sabia da história da Espaço Aberto, aí, diversas obras da Espaço Aberto, e a gente se reunia muito, eu me lembro muito em São Paulo, que a gente se reunia em São Paulo na sede da Odebrecht, lá, todo mês a gente ia estudar o processo, estudar as soluções a ser adotada e eu disse bem claro... me vieram falar assim: escuta, a Espaço Aberto pegou o edital? Aí eu disse:



olha, a Espaço Aberto é uma empresa de Santa Catarina, que eu conheço, que não tem tradição, nem conhecimento para trabalhar na Ponte Hercílio Luz, então eles vão ser desqualificados. E, daí, disseram: não, mas ela tá associada a uma empresa americana. E daí nós consultamos a American Bridge e a American Bridge disse assim: olha, a empresa americana, ela é uma empresa que não é... não é tradicionalmente executante de obra, ela é uma empresa projetista. Certo? Então provavelmente ela não tem tradição técnica exigida, tá entendendo, pra executar, pra participar da licitação. Aí, eu disse assim: olha, eu vou dizer a você - eu disse assim pro pessoal -, eles vão participar da licitação e eles vão ganhar essa licitação, por conta que a Espaço Aberto é uma empresa que tá acostumada a entrar em licitação e tumultuar processo lá com advogado, com isso, com aquilo, aquele negócio todo, e vão ser qualificado. E isso aconteceu.

Nós entramos na licitação junto, só que os americanos... A gente tinha um... a gente tinha um acordo com os americanos que se a gente perdesse a licitação, por algum motivo, eles investiram muito dinheiro, a gente tinha que pagar oito milhões de dólares pra eles pelo projeto. E eu disse assim pro Raul, eu disse: Raul, eu... nós vamos perder essa licitação. Certo? Nós vamos perder essa licitação, porque eles vão, vão aprovar as três fases da licitação, sem dúvida, tá entendendo, e eles vão ganhar no preço, porque eles sabem mais ou menos o preço que a gente vai entrar, eles vão entrar mais baixo e eles... Depois eles estão acostumados a trabalhar com órgão público e a gente vai perder. Então a gente vai tá arriscando. Eu não tenho condições financeiras – a conversa foi essa, bem clara -, eu não tenho condições financeiras de pagar um milhão e seiscentos mil dólares pros americanos, pela parte minha do contrato, que era 20%. O Raul disse: eu também não tenho.

A American Bridge ia cobrar isso daí se a gente perdesse, era um compromisso que eles iam investir no projeto em função exatamente de que existia uma expectativa de sucesso. Tá entendendo? E, daí, nós, na primeira fase nós entramos e, evidentemente, se vocês analisarem a ata dessa primeira fase, vocês vão ver que é uma ata que eu reputo como imoral, imoral, porque a gente fez doze ou quatorze impugnações na ata e não foi atendido.



Então isso foi uma demonstração extremamente palatável de que... de que o processo ia ser assim nas outras fases, né? Como é que uma empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ia ser o quê?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode repetir, por favor, o processo ia ser o quê? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O processo é... Que ia ser um processo lá na segunda e terceira fase da licitação que eles não iriam ser desqualificados. Porque, você veja o seguinte, como é que uma empresa que nunca fez uma obra de arte na vida entra numa licitação com 85% de participação no consórcio. Os americanos que faziam parte do consórcio deles era uma empresa que não era executante e... e... e... e... tava só com 15%. Como é que o Estado, o DER, olha esse negócio e aprova? Eu acho que foi uma irresponsabilidade na época. Então, em função do nosso risco, eu disse na reunião lá na, na... quando já ia abrir a segunda fase, eu disse: olha, nós vamos perder. Então, eu não...

Como a tradição era minha e do Raul, porque a American Bri... a Odebrecht não tinha tradição, a Odebrecht entrou no consórcio por força econômica, porque ela garantiu pra gente que não ia faltar dinheiro, foi a única coisa, porque nós não queríamos a Odebrecht no nosso contrato. A execução da obra a gente sabia fazer, a transferência de carga a American Bridge fazia pra gente, e a Odebrecht chegou e disse: não, ou a gente, ou a gente entra no consórcio com vocês ou, então, nós vamos tumultuar o processo.

Foi a conversa da época. Certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor entrou num processo licitatório, pelo que eu entendi...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Que havia uma cláusula em que, se perdesse, o senhor ia ter um grande prejuízo financeiro.



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então, quem faz uma aposta dessa, faz uma aposta com grande expectativa de sucesso.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim, porque veja o seguinte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não lhe parece uma aposta arriscada?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, porque a gente... Veja bem, a gente, a gente tava, a gente tinha uma expectativa de que o consórcio, o consórcio do qual eu fazia parte, está entendendo, ela seria o ganhador da licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois então, justamente. E por que tanta certeza?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE - Porque nós sempre trabalhamos com a ponte, as exigências da ponte eram extremamente, vamos dizer assim, profundas, e esse exigência técnica nenhuma empresa no Brasil tinha, nem a Odebrecht tinha, só se fosse um grupo internacional, e nenhum grupo internacional vem aqui fazer uma obrinha de 50, 100, 200 milhões. Dificilmente, dificilmente. Os portugueses estão aqui porque já tinham obra aqui no Brasil, senão eles não viriam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E uma outra curiosidade minha: o senhor tinha um contrato que, se perdesse, teria que ressarcir o projeto para...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, e se desistisse, não tinha? Só ressarcia se perdesse?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim, claro, porque, veja bem, claro, porque uma coisa é o, é o, é o projeto conceitual, certo, projeto conceitual. Outra coisa é o projeto executivo. Então, no momento que a gente ganhasse a



licitação, a American Bridge iria executar o projeto executivo, que é muito mais complexo, muito mais caro, aquele negócio todo. Correto?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas isso não responde a minha pergunta.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Hum,hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor estava em um... o senhor alega que desistiu da licitação porque começou a entender que iria perder.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E, se perdesse, teria um prejuízo financeiro...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Claro, certo. .

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...um ressarcimento que teria que fazer para a empresa projetista.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Claro, eu falei isso, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, se o senhor desistir do contrato, não tinha essa cláusula?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, não tinha, não tinha, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É que não faz nenhum sentido.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – É que não foi aberto, não foi dado conhecimento, não foi dado conhecimento do projeto deles. A cláusula era se houvesse conhecimento público do, do, do, da solução que eles estudaram e a gente perdesse a licitação, essa era a cláusula.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas conhecimento público não daria só caso fosse escolhido, o senhor se sagra-se vencedor da licitação?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, porque a expectativa nossa era que houvesse só a participação de um único consórcio, não a empresa com outro consórcio sem qualificação. Nós tínhamos a expectativa que ninguém ia entrar na licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Me desculpa, o senhor não respondeu a minha pergunta ainda. O senhor estava em um contrato onde o senhor deveria ressarcir a empresa caso perdesse.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Entretanto, o senhor desistiu um mês antes...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E aí não teve que ressarcir a empresa?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Ressarcir a American Bridge?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor alega que desistiu do contrato, porque se perdesse...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, o senhor não entendeu a proposição, o senhor não entendeu a proposição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então me explique, por favor.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Nós tínhamos um consórcio e existia assim uma cláusula que dizia assim: se nós perdermos a licitação, porque, pelo motivo de alguém entrar mais e ganhar essa licitação, aí, sim, nós faríamos o ressarcimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E se desistisse, não teria problema?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Se desistisse, não teria problema. Claro, porque não precisava executar, fazer o processo executivo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas o processo executivo só faz se vencer.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Claro, exatamente, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Uma vez, então... Por isso que eu digo que a sua lógica...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – É por isso que... Claro, é por isso que eu podia, eu podia, nós podíamos recuar antes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nós não estamos compreendendo essa lógica.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Nós podíamos recuar antes, porque o processo executivo, o projeto executivo é um projeto muito mais demorado, muito mais caro e que demanda muito mais custos.

Não sei se eu me fiz entender pro senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Bom, o senhor então alega que...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Eu posso esclarecer mais, doutor, não tem problema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor alega então que nenhuma das empresas possuía capacidade técnica para a execução da obra, correto? A Espaço Aberto, por exemplo.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, com certeza absoluta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE - Na minha ótica, na minha ótica. Veja bem, na minha ótica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como o senhor fez o orçamento do...como o senhor fez o orçamento sem ver o projeto? O senhor alega que não viu, que o projeto não...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...não foi aberto, não é?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Como o senhor fez o orçamento, então?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, não foi aberto ao público.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor fez e fez o orçamento sobre...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Sim, sim, claro, claro. Não foi aberto ao público, nem ao Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia explicar um pouco mais por que o senhor tinha tanta certeza de perder essa licitação? Eu gostaria de entender isso.

Esteja claro que nós queremos esclarecer só os fatos, né? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Veja bem. No momento que você pega a primeira fase da licitação, certo, em que existe uma série de, de, de, de objeções, qualificação jurídica dessa empresa, aquele negócio todo, e a gente vê que isso não foi relevante pra comissão, então, pra gente... eles iam apresentar uma cópia dum projeto lá dos franceses ou do DNIT, que era a segunda exigência, tá entendendo, ia ser aprovado e eles iam ganhar no preço. Essa foi a certeza nossa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor diria que houve interferência nesse processo licitatório de algum agente público ou político?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu não tô falando isso. Eu não tô falando isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que...



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu tô, eu tô apenas falando, eu tô apenas falando que houve exatamente uma participação da empresa desqualificada e concederam a empresa alguma qualificação que, na minha opinião, não é justa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor diria que houve interferência nesse processo licitatório?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ó, Deputado, basta ver o resultado da licitação. É... é... o que eu tô falando mostrou aqui na realidade. O que que, o que que fizeram na, na, na, na obra depois? O que que fizeram na obra depois? A empresa teve que sair depois, não foi isso? Esse é o resultado que eu tava pensando, não tinha qualificação pra fazer o serviço, é tanto que saiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu não tô acusando ninguém, tá, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu sei que não. Eu gostaria de ouvir a sua opinião...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, a minha opinião é a seguinte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que houve interferência...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Na minha opinião a empresa que tinha qualificação era o consórcio chamado... Eu não me lembro o nome que nós demos lá pro consórcio nosso, eu não me lembro mais, mas era o nosso, o nosso consórcio que tinha qualificação. Nós estávamos trabalhando na ponte há quarenta anos, através de nós e a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Consórcio (*ininteligível*) Hercílio Luz.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — A Roca desde 1980 e nós desde 1992/1993.



Então nós tínhamos conhecimento de todo o serviço da ponte, então nós tínhamos classificação pra isso. Eu, eu não, não, não, não, não, não, não acho, não acho justo, tá entendendo, qualificar uma empresa que não conhece obra de arte especial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, diria que o processo licitatório não foi conduzido de forma imparcial?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, quem diz, quem possa dizer isso é os senhores que analisando, analisando o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor participou, é por isso...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu participei e resolvi sair. Quando eu vi que, exatamente, a gente ia perder, eu saí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor considera que não foi imparcial o processo licitatório?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, se fosse um processo justo, justo, vamos dizer assim, eles teriam sido desqualificados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Agora essa fase 2, o consórcio que ganhou o contrato procurou a sua empresa para subcontratar a obra?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim. Não a minha empresa, diretamente, procurou a Roca, pra Roca trabalhar junto e a Roca normalmente não trabalhava ali, a gente trabalhava junto com a Roca. Chamou o Raul, tá entendendo, e... informalmente, e pediu uma proposta, tá, uma proposta.... O Raul veio conversar comigo, pedir opinião e eu disse: não, Raul, não vamos fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A TEC ou a Roca, ele então participou como subcontratado ou não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, nenhuma das duas.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhuma das duas?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não quisemos participar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum agente público ou político procurou o consórcio que o senhor participou solicitando algum tipo de vantagem ou remuneração?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, em hipótese nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apresentou algum atalho?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, em hipótese nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca lhe foi apresentado nada?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, de jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor assinou o Contrato PJ 123/2002, firmado com o DER e o Consórcio Roca-TEC em 12/07/2002, para a execução de serviços de conservação e manutenção da Ponte Hercílio Luz em um prazo de dezessete meses, porém foi executado em um total de vinte meses, com o valor de R\$ 2,9 milhões originais, que ao final totalizou R\$ 3,589 milhões pagos. Apesar de o contrato ter sido assinado em 2002, o Consórcio Roca-TEC foi formalizado apenas no ano de 2006.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não... O contrato... Não, alguma coisa tá errada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou repetir para o senhor. O senhor assinou o Contrato 123, de 2002...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que é firmado entre o DER e o Consórcio Roca-TEC.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Certo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...em 12/7/2002 para a execução de serviços de conservação e manutenção da Ponte Hercílio Luz.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...no prazo de dezessete meses. Porém foi executado no total de vinte meses com valor de R\$ 2,9 milhões originais...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que ao final totalizou R\$ 3,589 milhões pagos. Apesar de o contrato ter sido assinado em 2002, o Consórcio Roca-TEC foi formalizado apenas no ano de 2006.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, senhor. O senhor me desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — São os documentos.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não. Discordo totalmente.

Toda vez que nós ganhávamos uma licitação... veja bem, toda vez que você participava de uma licitação em consórcio, a formalização do consórcio era feita no ato da licitação. Era um documento obrigatório. Alguma coisa não tá fechando, Deputado, dessa informação. Era um documento importantíssimo.
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor, por gentileza, fale próximo ao microfone, senão o sistema de som não capta a sua voz.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Era, era, era um documento que fazia parte da lici... de qualquer processo de licitação, a formalização do... é... do, do consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois então, o senhor alega isso, entretanto as notas eram emitidas em nome de uma das empresas, não do consórcio.



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ó, aí, aí é outro departamento, certo? Aí é outro departamento.

Existia certos momentos que você faturava só por uma empresa, certo, só por uma empresa. E daí a gente pleiteou junto ao órgão público, tá entendendo, em determinado momento - eu não sei quando é que foi -, que a gente pudesse fazer o faturamento 50%, 50%, que era exatamente evitando a chamada bitributação. Porque eu, eu ou a Roca, uma das duas empresas emitia a nota fiscal de fatura contra o órgão público e, quando era uma única empresa, você recebia aquele dinheiro, e a outra empresa teria que efetuar uma outra nota fiscal contra você. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E notas fiscais para o consórcio somente após 2006.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Em 2006 já era 50% para cada empresa. Duas notas fiscais era... era apresentadas para o órgão público. Inclusive eu entreguei esse documento pra vocês.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nos anos de 2002 e 2006 o Consórcio Roca-TEC firmou contratos com o Deinfra relativos à Ponte Hercílio Luz, respectivamente os Contratos 123/2002 e 015/2006, sendo que no ano de 2005 a sua empresa, a TEC, firmou o Contrato 239/2005 para a realização de serviços na ponte. Ocorre que na licitação de 2005, que resultou no Contrato 239/2005, a empresa TEC concorreu no certame contra a Construtora Roca, com quem manteve consórcio antes e depois do referido contrato do ano 2005.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, Deputado, eu explico isso daí, certo?

Na verdade é o seguinte: entre o contrato de 2002, que terminou, e o contrato de 2005, ficou um período, um período sem manutenção. E daí precisava fazer alguma coisa lá de urgência, alguma coisa assim, o DER fez uma carta-convite. Ou concorria nós ou concorria a Roca, e como nós trabalhávamos juntos, até esse contrato aí nós fizemos junto, informalmente, fizemos junto, tá? Acontece o seguinte, que... a carta-convite não poderia ser só



um pretendente, então nós entramos com a Roca e entramos com a TEC, mas entramos em nome da TEC, um contrato de três meses de cento e poucos mil reais, se não me engano, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não vê problema nenhum, ético e moral, em fazer... *(Ininteligível.)*

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, de jeito nenhum. Não, de jeito nenhum, porque nós fomos atender uma urgência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para fazerem o mesmo contrato, não?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não, o senhor me desculpe, não. Imoral é outras coisas. No momento em que a gente trabalha na ponte há vinte anos e, eventualmente, tem um problema na ponte que a gente vai socorrer a obra, e é um contrato em quem vai participar são empresas que sabem fazer o serviço e são as únicas que sabem, qual a imoralidade nisso, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, o senhor tinha um consórcio com a... O senhor... *(Ininteligível.)*

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu tenho um consórcio... Eu não briguei com a Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pelas palavras que o senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu não briguei com a Roca. Nós concordamos que entraríamos as duas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pelas palavras do senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pelas palavras do senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores então concordaram e combinaram as cartas-convites e os preços que iriam mandar.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não é que concordamos. Nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor alegou isso aqui.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não é que... Veja, não é que nós concordamos com a (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Vocês fizeram juntos, como o senhor falou.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Nós fizemos juntos, sim, claro, claro. Porque é o seguinte: não tinha pretendente, não existia pretendente. Não se podia chamar qualquer empresa pra participar, não se podia. O DER, o DER não tinha pra quem mandar essas cartas. Para quem?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao mesmo tempo que o senhor fala isso, o senhor também fala que saiu de uma licitação porque iria perder a licitação.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, isso é outra conversa, aí é outro departamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que... Quer dizer, o senhor já alegou aqui que não houve competitividade nessa licitação ou os preços que a TEC e a Roca apresentaram... esses preços eles foram... então o senhor, o senhor, os senhores combinaram os preços que iriam enviar, segundo a alegação do senhor, já que fizeram juntos.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Deputado, veja, nós entramos juntos, nós entramos junto nessa licitação, certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então combinaram os preços?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, combinamos os preços, sim, porque era... nós é quem fazíamos o serviço na ponte. Na verdade nós não tínhamos interesse em... em... em... em combinar preço, fazer conluio, não.
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como é que decidiram quem iria vencer a licitação? A TEC ou a Roca?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Isso, isso, isso, isso não tem, isso não tem importância nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas para nós tem. Como que os senhores decidiram?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu não sei se na época quem foi é que vai ganhar a licitação, mas porque era uma cartinha-convite, uma bobagem ali. Se fosse uma obra de dez, vinte milhões e a gente tivesse concorrendo, aí é diferente. Mas uma obra... foi simplesmente pra atender um problema que tinha na ponte lá, de urgência, é... entre um processo e outro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores Sidney Lourenço Dal Sasso e Hubert Beck Junior, os dois engenheiros, eles eram funcionário da TEC ou da Roca Engenharia?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eles tavam... o, o Sidney é da TEC Engenharia, certo, da TEC Engenharia, e o Hubert também da folha da TEC Engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os dois estavam na TEC então?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem representou a empresa TEC no certame de 2005 foi o senhor Sidney Dal Sasso, que era sócio da empresa, e quem representou a construtora Roca foi o senhor Humbert de Souza (*sic*). O senhor Humbert (*sic*), como o senhor acabou de alegar, não era funcionário da TEC? Ele representou a empresa Roca, mas era funcionário da empresa TEC.



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Quando isso? Quando isso? Em quando isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 2005.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Em 2005, em qual contrato?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No certame que o senhor... que nós falamos agora, o certame 123, de 2005.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Aquele processo da carta-convite?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ué, os dois eram funcionários da empresa. Qual é o problema?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não. É que um era funcionário...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Era... não... Eles eram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou repetir a pergunta para o senhor. O senhor Sidney Dal Sasso, que era sócio da empresa, representou a construtora, e quem representou a empresa Roca foi o senhor Humbert (*sic*)...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Hubert, Hubert...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que representou a empresa Roca foi o senhor Humbert (*sic*), que era funcionário da TEC.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Sim, da TEC. Qual o problema?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi, o senhor...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Os dois... O Hubert, o Hubert sempre foi funcionário do consórcio, certo? O consórcio. O Hubert era funcionário do seu consórcio, que estava na folha da TEC Engenharia. Então quando se fala em



consórcio, na verdade ele é funcionário das duas empresas, porque os objetivos são os mesmos, o dinheiro é o mesmo, tá entendendo, e a atuação é a mesma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então não houve duas empresas participando do certame de 2005, houve um consórcio participando?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Houve um consórcio participando, sim, senhor, consórcio participando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi, o senhor usou mão de obra, materiais, serviços, insumos, componentes ou subcontratou alguma parte do contrato do ano de 2005 para a empresa Roca?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não. Como é que eu vou subcontratar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi, o senhor tem algo mais para esclarecer ou gostaria de compartilhar mais alguma informação com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Quero, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Diga.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu... eu... o senhor me permite...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Claro

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...falar cinco ou dez minutos? Então eu vou falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu peço que seja breve, mas fale.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu... Infelizmente eu gostaria de, de participar, tá entendendo? Eu tenho até um ofício para entregar pra vocês. Quando é que eu poderia entregar?

Isso aqui é a resposta é... da segunda... do segundo ofício que o senhor nos mandou, Presidente. Tá aí e... eu... particularmente eu tive na semana



passada falando com alguns membros da Comissão, porque nós achamos que foi redundante o ofício, tá? Mas aí eu vim aqui pedir a interpretação deles e eles concordaram comigo em algumas coisas, tá entendendo? E nós temos a resposta, porque nós já havíamos entregue essa documentação. Eu só quero que protocolem, por gentileza, tá?

(O senhor Presidente Marcos Vieira recebe o documento entregue pelo depoente, o senhor Tolstoi Maria Duarte.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Antes de o senhor iniciar, vou fazer a correção do meu nome, que é Marcos, se me permite.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Ah, pois não. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sinto-me na obrigação de ler o ofício, até para poder ficar gravado.

Está num papel timbrado da TEC Engenharia. São José, 10 de Junho de 2019, dirigido a esta Comissão. Começa o ofício. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

(Passa a ler.)

“Na qualidade de (...) Sócio e Engenheiro Responsável Técnico da empresa TEC–TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA. – CNPJ 78.888.377/0001-16, com sede à Rua Governador Aderbal Ramos da Silva – nº 313 - Área Industrial - São José/SC, em atenção especial aos termos do Ofício nº 076/2019/CPI, é importante fazer considerações sobre o teor do mesmo, no que tange a entrega desta documentação listada, em virtude de:

OBJETO:

OBRA – Restauração, Reabilitação e Manutenção da Ponte Hercílio Luz.

CONTRATO – PJ 015/2006- (ETAPA I)

CONTRATADA: CONSÓRCIO ROCA-TEC – Constituído das empresas (Construtora Roca Ltda. e TEC-Técnica de Engenharia Catarinense Ltda.)

No nosso entendimento, os termos desse Ofício 076/2019”, que foi um ofício expedido por esta Comissão ao senhor Karlo Gabriel Lemos, diretor da



Técnica de Engenharia Catarinense Ltda. (Consórcio TEC), então faz referência ao “Ofício 076/2019, apesar de aparentemente objetar outra documentação, trata-se, no entanto, de pedido para apresentar os mesmos documentos contábeis, já demandados através do Ofício 009/2019/CPI”. O Ofício 009 também põe em anexo e também na mesma época foi endereçado ao senhor Karlo Gabriel Lemos, “datado de 13/09/2019, os quais já foram entregues...”. O senhor desculpa, o senhor errou na sua resposta, não é 13 de setembro, é 13 de março, aqui no ofício faz menção à data de 13/09 e eu vou corrigir para 13 de março, até porque não chegamos ainda no mês de setembro.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — *(Ri.)* Desculpe, tá? É que a gente fez isso nas pressas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — *(Continua lendo.)*

“...os quais já foram entregues pela empresa TEC-TÉCNICA DE ENGENHARIA CATARINENSE LTDA. a esta Digníssima Comissão, conforme cópia de ofício anexo.

No entanto, fazendo uma leitura mais acurada, entendemos que poderia se tratar de pedido de complementação da documentação do Contrato PJ 015/2006, executados nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, neste caso, de posse contábil da nossa parceira no Consórcio ROCA-TEC, a empresa CONSTRUTORA ROCA LTDA.

Desta forma, demos pleno comunicado a parceira ROCA, sobre o teor do Ofício 076/2019/CPI, que até então não havia sido demandada por esta CPI, e de pronto, entendendo esta da mesma forma, enviou prontamente a documentação complementar referente à sua participação no referido Consórcio ROCA-TEC, para as obras objeto do Contrato PJ 015/2006. (Ofício em anexo.)

É importante anotar, que, no intuito de um melhor esclarecimento sobre o teor deste Ofício, estive pessoalmente em contato com membros da Digníssima Comissão Parlamentar, os quais reiteram este entendimento.

DESTA FORMA:



Entendendo que atendemos plenamente aos termos dos Ofícios 009/2019 e 076/2019 subscrevo e me ponho à disposição para qualquer esclarecimento.”

(a) Tolstoi Maia Duarte.” (*Cópia fiel.*) Ele é sócio e engenheiro responsável técnico da empresa.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Só esclarecendo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Dou por lido o requerimento, bem como também faço o recebimento. Vossa senhoria com a palavra.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Só para esclarecer a respeito desse ofício que nós recebemos: o primeiro ofício dirigido à TEC Engenharia solicitando uma documentação referente ao Contrato 015, tá? E esse contrato é exatamente o contrato de 2006 a 2009, e nós fizemos a entrega da documentação da TEC, porque o pedido foi feito da documentação da TEC. E daí nós fomos surpreendidos com esse segundo ofício pedindo exatamente a mesma documentação é... referente ao ano de 2006, 2007, 2008, 2009, que refere-se ao Contrato 015. [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Então eu achei exatamente que era a mesma documentação. Daí eu vim conversar com o pessoal aqui da Comissão, até procurei o Deputado, o Deputado não tava, e fui conversar com alguns membros da Comissão, me encontrei com o pessoal que eu acredito que é o do Tribunal de Contas e do Ministério Público, expliquei, eu disse: ó, me explica esse ofício aí, porque eu acho que tá havendo uma redundância aí, tão pedindo a mesma coisa. E daí a gente entendeu, assim, que talvez tivessem pedindo a mim os documentos da Roca, que a Roca não tinha mandado, e a Roca faz parte do, do, do contrato. E daí eu, eu, eu relatei isso pro Raul, o engenheiro Raul da Roca, disse: Raul, tão pedindo pra TEC, mas eu acho que é o... os teus documentos. E ele entendeu também, tanto que no mesmo dia mandou. Aí eu anexe... o ofício dele.

Então, só pra dizer que nós atendemos ambos os ofícios. Certo? Esse é o...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Feito o esclarecimento, solicito à assessoria que faça a devida anexação ao presente processo, rubricando e numerando as folhas.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

Em segundo lugar, é o seguinte... é... nós tamos aqui pra colaborar com vocês, esclarecer a participação de vocês... é... sem modéstia nenhuma nós fizemos os nossos serviço e, e acho que foi um serviço muito bem feito, tá? Quero enaltecer, inclusive, o serviço do... da Roca no processo, né, o Raul, pra mim, é o maior entendedor dessa obra no Brasil, não tem ninguém que conhece igual a ele... fazia parte do escopo do, do, do, do coisa.

E nós, no intuito de ajudar vocês, tá, eu conversando com o pessoal ali, eles perguntaram pra mim: ô, Tolstoi, vocês não têm alguma foto, alguma coisa assim, aquele negócio todo... E a gente começou a procurar nos arquivos e nós achamos uma série de fotos que vai ilustrar e dar pra vocês uma visão melhor do nosso trabalho, durante esse período. Eu trouxe a caixa. Por favor, pega a caixa aí (*dirige-se a seus acompanhantes*). São mil e poucas fotos, isso vai dar pra vocês uma ideia muito boa.

(O depoente passa às mãos do Deputado Marcos Vieira uma caixa contendo fotografias relativas ao trabalho desenvolvido na Ponte Hercílio Luz.)

E, ao mesmo tempo, eu sugiro a esta Comissão, tá entendendo, que nos convoque numa reunião à parte, informal, junto com os técnicos do Tribunal de Contas e do Ministério Público e de vocês pra a gente, um dia aí, o dia todo, vamos ilustrar com fotografias e fazer uma palestra pra vocês do que foi realmente o serviço executado. Porque muitas vezes se conversando aqui não, não se conhece o processo. Então nós estamos aqui dispostos a voltar aqui, eu, o Raul, tá entendendo? O Raul é um... um, vamos dizer assim, um mestre nessa obra, e eu, eu sou um engenheiro... modéstia à parte, eu me considero um engenheiro muito bom, mas o Raul é dez vezes melhor do que eu, certo? Dez vezes melhor do que eu. E o Raul conhece a história dessa ponte que... a mãe carochinha não conhece.



Então, seria muito interessante pra Comissão convocar, a gente está à disposição, vem aqui, conversa pra vocês, faz uma palestra, mostra detalhes técnicos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá difícil tirar ali (rī).

(O Deputado Marcos Vieira encontra dificuldade para tirar a caixa contendo as fotos da sacola.)

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Então eu tô emprestando essas fotos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu agradeço e será cuidado e restituído ao final da Comissão.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — É um arquivo nosso... eu tinha mil... eu tinha duas mil fotografias, só que eu vendi uma parte da empresa pros árabes... vendi a capacidade técnica pra empresa há uns quatro anos atrás e eles tumultuaram todos os meus arquivos. Quando eu tomei a empresa de volta, eu encontrei tudo tumultuado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Tolstoi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Só deixa eu fazer referência. Quero que as câmeras... ele anexa, ele...

(O Deputado Estadual Marcos Vieira mostra a caixa contendo as fotografias.)

O arquivo diz respeito à Ponte Hercílio Luz. Arquivo fotográfico PHL, Consórcio Roca-TEC... TEC, Técnica Engenharia Catarinense Ltda., Construtora Roca, documentação. Diz a caixa aqui que constam 1.272 fotos.

Vou passar à assessoria para que faça o devido registro e já está consignado de que o senhor Tolstoi...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — E aí tá o ofício, por gentileza, tá?



Eu espero que essa fotografia ilustre o trabalho de vocês, é um tra... é um, é um arquivo magnífico pra entendimento dos trabalhos de recuperação da ponte, tá? E...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Peço que sejam digitalizadas as fotos e imediatamente devolvidas por ofício ao senhor Tolstoi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá.

Uma segunda... uma terceira... Eu queria aproveitar... é... falar sobre dois ou três assuntos rápidos - o senhor pediu rapidez, mas infelizmente é...

Eu fiz um levantamento de todos os nossos contratos, essa semana passada, quando eu fui convocado, e... eu queria aqui tentar esclarecer algumas coisas, bem rápido. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

Fala-se tanto aí na ponte, que a ponte tem 700 milhões que tão gastando na ponte, né? Tão gastando na ponte. Eu peguei nossos contratos e atualizei pra hoje, atualizei pra hoje. Os serviços de recuperação de 92... tô dizendo os contratos que... do quais eu participei, foram seis ou sete de... seis contratos de... de recuperação... de, de manutenção e um de recuperação. Só pra ter uma ideia, os contratos de 92 até 95, a preço de hoje, nós gastamos na ponte R\$ 37 milhões. Isso dá uma média de R\$ 291 mil por mês. Isso, pra uma conservação de uma ponte dessa, isso é uma mixaria, do ponto de vista financeiro, tá?

Então você veja, 37 milhões, talvez algum resultado... E eu acho que não chega nem a 37 milhões, porque eu peguei o valor PI e reajuste pra cá, e na verdade o dinheiro não saiu no PI, o dinheiro saiu parcelado, então se você for pegar cada medição e reajustar pra hoje, talvez não chegue a 137 milhões, chegaria a uns 30 milhões, certo?

O serviço de restauração da ponte, que foi um preço inicial de 22 milhões mais ou menos, a preço de hoje seria 47 milhões. Então o consórcio Roca-TEC, de 92 até 90 e... até 2009 gastou R\$ 80 milhões. Onde é que tá esses 700 milhões? Nós não fomos. Então o buraco tá mais na frente, certo? A expressão



infelizmente é essa. Então nós gastamos aqui uma média de R\$ 291 mil, que realizando o valor correto pelas datas daria no máximo uns 200 mil. Quer dizer, qualquer conserva de rodovia, qualquer serviço bobo custa 300, 400 pau por mês. Então mostra que realmente não houve, não houve, é... é... é... problema conosco, com nossos contratos. Isso é uma coisa que eu queria só esclarecer, deixar bem claro isso. Isso é um levantamento que eu fiz, Presidente, tá?

Outro assunto que eu queria também esclarecer aqui, tá entendendo, era... a respeito que se fala tanto em aditamentos, certo, em aditamentos. O senhor não, não perguntou, eu tava até esperando que o senhor me perguntasse alguma coisa. Então houveram aditamentos em alguns contratos nossos. Por exemplo, nesse último contrato nosso, esse último contrato nosso, ou eram onze aditamentos, dos onze aditamentos, sete ou oito foram assim: aditamento porque a dotação sai dessa verba, vai pra essa verba. Então era um problema interno do órgão, porque cada vez que a dotação saía de uma, de uma, de uma rubrica daquela vai pra outra, eles fazem um aditamento, né? E houveram três aditamentos. Um diminuindo o valor, o segundo diminuindo o valor, o terceiro realmente foi um aditamento de R\$ 3 milhões e carquerada, certo, num contrato de 22, porque houve aumento de serviços, e... é... mesmo assim a gente concluiu a obra e ainda sobrou uns 2 milhões desse valor, desse aditamento. Então, quer dizer, significa a idoneidade da empresa, se a gente realmente tivesse usando dinheiro público, a gente ia faturar todo o contrato. Então só mostra uma imagem, tá?

Então aditamento é um processo, Deputado, que o senhor fala em trinta aditamento aqui, que eu já vi em algumas... É um processo que é estudado dentro do órgão, sai uma petição ou da obra, do, de engenheiro residente, ou sai dentro da administração do DER, porque é uma mudança de, de, de, de, de, ou falta de dinheiro, aí tem que fazer um aditamento, tem que fazer...

Então é um processo que passa por departamentos diversos dentro do órgão, é estudado, depois do fim da obra vai pra o Tribunal de Contas, o Tribunal de Contas analisa, todos os contratos nossos o Tribunal analisou, o Tribunal de Contas tem excelentes, excelentes técnicos, o Ministério Público tem excelentes téc... Como aqui a, a, a Assembleia deve ter, tá entendendo? Então eu gostaria



que desmistificassem um pouquinho essa questão de aditamento, pelo menos no nossos contratos.

E, por fim, e, por fim, eu só queria deixar bem claro aqui, tá, eu tô aqui hoje num misto de satisfação e, ao mesmo tempo, de indignação, certo? Primeiro, a satisfação de aproveitar essa oportunidade e explicar isso aqui, explicar nossos contratos, né, oportunizar e me... me... por à disposição dessa Comissão, o engenheiro Raul já disse que tá aqui também comigo, se quiserem que a gente passe um dia explicando direitinho pra vocês entenderem melhor, até o processo que, posterior, tá. Mas, ao mesmo tempo... Hm... eu quero dizer o seguinte, a minha indignação é porque eu criei uma empresa com tanto cuidado, respeitada no Brasil inteiro, em Santa Catarina é a melhor empresa de Santa Catarina, é uma das melhores empresas do Brasil, e eu digo isso pela Roca também, que é também. Como profissional sempre procurei me pautar como uma pessoa responsável, capacitada e decente. E, no entanto, a gente é chamado numa Comissão, que para o público, leigo, quem participa de uma Comissão dessa e é chamado, no fundo é um suspeito e um ladrão, e eu não sou nada disso, nem minha empresa é. É isso a minha indignação, eu queria deixar esse protesto. Eu poderia ter sido chamado aqui reservadamente: olha, explica o processo de vocês aí, explica o processo de vocês aí, explica o que que vocês fizeram na ponte, se não nós vamos expor vocês nos jornais. Aí tudo bem, tudo bem.

Então, Deputado, é essa a minha indignação. Mas a TEC Engenharia é a melhor empresa de Santa Catarina e uma das melhores do Brasil, em termos de capacidade técnica, tá? Eu agradeço muito os senhores me ouvir. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Agradeço a sua participação, senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, quanto a essa questão levantada por ele, respondo eu, por gentileza.

Quero dizer a vossa senhoria que não há qualquer suspeita quanto à sua pessoa. A CPI da Ponte foi constituída por solicitação do Deputado Bruno Souza,



cumpriu as formalidades legais e constitucionais, foi instalada e tem por objetivo verificar se houve alguma ilicitude no período de todo esse processo de reforma da ponte. Não há suspeitos. Nenhuma das pessoas que aqui vieram e nenhuma das pessoas que aqui ainda estarão, são suspeitas de qualquer ato de ilicitude. Ao final é que se chegará a um relatório e se o relatório do Deputado Bruno for aprovado por esta Comissão, toda a documentação será encaminhada ao Ministério Público de Santa Catarina.

Então, não são os membros desta CPI que vão fazer qualquer tipo de julgamento. A nossa função é de investigação, é de investigação.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu sei, Deputado. Eu entendo perfeitamente e agradeço as suas explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então não queira sair daqui com essa impressão.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, mas sabe por quê? Porque um vizinho meu, um vizinho meu chegou pra mim e disse: Tolstoi, eu soube que você vai ter sido chamado lá, a tua empresa, na CPI; vocês fizeram alguma coisa de errado nisso?

Eu tô dizendo assim, pa o público leigo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, mas não se preocupe.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — ...quem participa desse processo é porque tá investido de algum envolvimento. Certo? E isso me deixa triste, porque infelizmente as pessoas não entendem que existe exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A sua vinda aqui é para ajudar no processo de investigação. O senhor veio aqui para ajudar.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, eu entendo disso. Eu entendo, mas o público não entende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Nós não conhecemos a realidade da ponte.



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O público que não entende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Nós não conhecemos a realidade da ponte. Quem conhece a realidade da ponte é quem esteve envolvido com ela em todo esse processo. Então o senhor está aqui para nos ajudar.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Eu entendo perfeitamente e digo mais para o senhor, eu entendo a realidade da ponte, conheço a ponte profundamente, conheço... O Raul conhece a ponte profundamente, nós somos os maiores responsáveis pela ponte durante muito tempo e nós estamos à disposição dessa Comissão pra esclarecer qualquer fato do nosso contrato. Pode nos convocar, Deputado. Tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas saia daqui convicto de que não há nada contra a sua pessoa.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Muito obrigado pela... deferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O que há é a favor do senhor ter vindo aqui para ajudar.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não havendo mais perguntas do Deputado Bruno, pergunto aos demais senhores Deputados se há perguntas a fazer?

Como a palavra o Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Boa noite, senhor Tolstoi.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Eu queria também agradecer, mas dizer que nós estamos aqui para investigar e fazer um levantamento do que aconteceu na ponte esses anos todos, independente se o orçamento foi de 35 milhões, 32 milhões, 1 milhão ou R\$ 2,00. É dinheiro do



pagador de impostos, é dinheiro que eles precisam saber onde foi investido, e o senhor está aqui ajudando nas investigações.

Tenho uma pergunta só. Como eram feitos os pagamentos para os funcionários, para os engenheiros? Como eram feitos os pagamentos?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, nós tínhamos a folha de pagamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor fale bem próximo do...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Nós tínhamos a folha de pagamento normal, os funcionários eram todos contratados, aliás, eram funcionários tradicionais, eles estavam conosco... A maioria, 80% vinha com a gente trabalhando há muitos anos. Certo? Porque eram pessoas especializadas, não é qualquer operário que trabalha na ponte. Então esse pessoal entrava na folha de pagamento, até porque essa folha de pagamento servia como elemento de medição. O Estado pagava pra gente essas folhas, tá? Então as pessoas todas eram registradas, todas eram... é... é... é... compiladas na medição e era feito o pagamento normal pra eles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Era em dinheiro?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Olha, é... eu, eu não me lembro bem como é que a gente pagava o pessoal da ponte, porque tinha uma época que se pagava em dinheiro, depois se pagava em depósito bancário, tá entendendo? Eu não me lembro bem como que era feito isso, tá? Não me lembro bem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Sargento Lima, vossa excelência tem perguntas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Sim.

Boa tarde, senhor Tolstoi.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Boa tarde.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Eu prestei bastante atenção em todas as perguntas feitas pelo eminente Deputado Bruno, Relator desta Comissão, e numa referência ao Contrato 015, o senhor se referiu a ele no início, em que era questionado como grande contrato.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Posteriormente, uma obrinha de cem ter, abre aspas, “uma obrinha de cem, duzentos milhões”.

É...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — *(Ininteligível)*... desculpe, duzentos milhões nesse Contrato do 015? Duzentos milhões nesse Contrato 015?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Eu acredito que tenha sido isso, cem ou duzentos mil...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não... não... [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Cem ou duzentos mil...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, eu tava falando que os contratos de conser... de manutenção, manutenção, que foram aqueles de 92 até 2005...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Hum-hum...

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – ...eram manutenções. Dava uma média mensal, a preço de hoje, de duzentos e poucos mil reais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Tá o.k.

Aí nós tivemos contato aqui com a Roca-TEC, com a American Bridge, através do senhor Raul, porque o senhor fez menção a ele como mestre, e utilizando sem modéstia, né?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – É, meu mestre mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – É, mestre mesmo, né?



O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - E das melhores técnicas e melhores equipes, também palavras do senhor.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Aham.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - E aqui relataram que cumpriram diligentemente tudo aquilo que se propuseram a fazer nos contatos.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE - Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Contudo, o fato é que a ponte não foi colocada à disposição do contribuinte. Ponto.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Certo. Posso responder?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Já... O senhor atribui esse fato... Como eu disse, mestres, sem a menor modéstia, a melhor equipe, os melhores funcionários, a melhor empresa do Brasil, as melhores empresas da América Latina, contatos com a Odebrecht, que é uma... a Odebrecht, não, a American Bridge, que é uma referência no mundo, segundo o senhor mesmo, uma empresa e, mesmo assim até hoje, 37 anos, a ponte não foi colocada em funcionamento. O senhor atribui este fato a quê?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Eu... Deputado, eu quero esclarecer uma coisa aqui, foi importante essa sua pergunta. A Ponte Hercílio Luz, desde 1980, veja bem, desde 1980 até 2005, até 2005, ela... todos os contratos não tinham nenhum objetivo de entregar ao público. Era simplesmente uma manutenção pra manter a ponte inteira, não existia objetivo de entregar, o Estado não tinha o objetivo de entregar a ponte ao público. Era um serviço de manutenção, manutenção da ponte significa você manter a estrutura estável, não deixar ela cair. No momento que se pensou em fazer restauração, que é o processo de 2005 pra frente, que houve a primeira fase do quais nós fomos os detentores no contrato; e esta segunda fase, dos quais a Espaço Aberto entrou e depois entrou os portugueses, sim, isso aí já é realmente o objetivo de entregar ao público.



Então, é esse o problema, está entendendo, da imagem da ponte que a gente vê as pessoas falando: ah, porque essa ponte tá muito tempo lá, e tão mamando dinheiro, e tão isso e tão aquilo. Não, na verdade a gente não tinha obrigação nenhuma de entregar a ponte. Nós fazi... até porque o dinheiro que se gastava na ponte não era pra se entregar a ponte, porque pra entregar a ponte, o objetivo principal primeiro era se fazer o projeto de restauração, que nunca foi feito – foi feito a partir de... é... é... é... eu acho que em 97 foi feito um pelo DNER, mas nunca foi aplicável; depois foi feito um outro projeto de restauração pelos franceses, através de um Consórcio Sondotécnica-Ingérop, acho que era alguma coisa assim, que também nunca foi utilizado.

Então o serviço da TEC e da Roca, do quais formavam o consórcio Roca-TEC, não era aplicar esse... esse... esse projeto, era fazer a manutenção. Então nós não temos culpa nenhuma por isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Obrigado, senhor Tolstoi.

A definição do senhor de recuperação e manutenção, qual é a diferença? Como engenheiro, qual é a diferença entre uma palavra e outra, recuperação e manutenção?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE - Veja bem, a gente fazia a manutenção da ponte, é você manter a estrutura estável, tentando consertar a estrutura de tal maneira que ela não provoque mais danos, aquele negócio todo. A recuperação é você trazer a estrutura quase às condições originais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - A recuperação seria colocá-la à disposição do público?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Que eu até gostaria de ressaltar que, em determinados momentos, dentro do serviço de manutenção a gente fez muita recuperação, porque quando você pega uma peça e você pega essa peça e essa peça não serve mais, está entendendo, e você substitui por outra, na verdade você já fez a recuperação dela, já fez totalmente a recuperação. E quando você faz a manutenção, você às vezes a peça tá estragada, você jateia, pinta novamente e ela ainda suporta esforços e tensões.



Mas quando você vai fazer a recuperação, aí, sim, aí você estuda todos os limites dos quais essa peça tem que durar mais vinte, trinta anos. Aí, às vezes, é preciso substituir a peça.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Senhor Tostoi, o senhor, como pessoa física, já fez doação de campanha para algum candidato na vida do senhor? Como pessoa física?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Como pessoa jurídica?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE - Eu não me lembro, eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Mas isso é um fato relevante, importante na vida das pessoas, né?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE – Não, mas eu não me lembro, não, doutor. Não é costume nosso fazer doação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA - Como pessoa jurídica?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE - Nem como pessoa jurídica, nem com pessoa física.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA – Tá. Era só isso, senhor Presidente. [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Senhores Deputados, não havendo mais perguntas endereçadas ao senhor Tolstoi, dou-o por dispensado. Agradeço a participação de vossa senhoria.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Senhores Deputados, senhor Presidente, senhor Relator, eu agradeço essa presença aqui, foi uma forma de eu expressar exatamente pra vocês informações que talvez sejam úteis, né, no entendimento dos serviços prestados pelo consórcio, tá? E digo mais uma vez, estamos à disposição de vocês pra voltar aqui e esclarecer, através dessas



fotografias, mostrar direitinho, pra dar um conhecimento mais profundo da realidade que foi aplicada à obra, tá?

Eu agradeço esse momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor está dispensado.

Peço à assessoria que encaminhe o senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, ele gostaria de entregar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor tem mais documentos a entregar para a CPI?

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Não, não, não... Eu tinha... Eu apenas compilei essas fotografias aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Das fotos.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Tá entendendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Um estudo que eu fiz essa semana, porque eu digo, olha eu tenho que esclarecer algumas coisas lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Perfeito.

Senhores Deputados, eu vou passar a presidência dos trabalhos ao eminente Deputado João Amin para que dê prosseguimento aos trabalhos desta Comissão no dia de hoje.

Enquanto isso, solicito que a assessoria encaminhe até esta sala o senhor Sidney Lourenço Dal Sasso.

O SR. TOLSTOI MAIA DUARTE — Até logo, senhores. Obrigado.

(O senhor Tolstoi Maia Duarte se retira do recinto.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa noite. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Boa noite.

(O senhor Sidney Lourenço Dal Sasso adentra o recinto e a assessoria indica o local em que deve se sentar.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Boa noite, senhor Sidney Lourenço Dal Sasso.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Gostaria de pedir para o senhor que pudesse nos passar... o senhor já passou a documentação, pudesse se identificar dizendo o seu nome completo e endereço, por favor.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Meu nome é Sidney Lourenço Dal Sasso, endereço é Rua Wilson Luz nº 110, apartamento 303, Coqueiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — A sua profissão e a data de nascimento.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Minha profissão é engenheiro civil e advogado; nascimento 8 de junho de 63.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Bom, o senhor tem conhecimento do motivo do convite para o senhor estar aqui hoje?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Tenho, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então tá.

O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor tem o direito de permanecer calado. E eu vou passar a palavra ao Relator Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa noite, senhor Sidney.



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Boa noite, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por atender o nosso convite. Nós esperamos que o senhor possa nos ajudar a esclarecer algumas partes relacionadas à história da Ponte Hercílio Luz.

Senhor Sidney, o senhor foi sócio e trabalhou apenas na empresa TEC Engenharia ou já prestou serviços para a Construtora Roca Engenharia?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Só pra TEC Engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas para a TEC?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em que períodos?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Eu comecei como engenheiro lá em 1987, aí eu passei a ser sócio-cotista em 98 e me desliguei em 2013.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor já trabalhou em algum órgão público?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Prestou algum serviço a outra empresa que trabalhou na Ponte Hercílio Luz?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca prestou serviço a nenhuma outra empresa?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi a sua atuação como engenheiro nas obras da Ponte Hercílio Luz?



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Eu era supervisor técnico e tínhamos um engenheiro residente na obra e eu era supervisor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor era supervisor.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode especificar o período?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — É... hmm... Foram vários contratos, 96 creio em diante até 2009.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De 96 a 2009.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor foi supervisor durante esse período todo?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No contrato da fase 1, de restauração/reabilitação da Ponte Hercílio Luz, PJ 15/2006, todas as peças dos viadutos foram substituídas?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Todas as peças?... Se todas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do viaduto, isso. Elas foram substituídas?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Sim. Nós fomos contratados pra fazer toda a parte do... da... do viaduto insular e toda a parte do viaduto do Continente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o contrato era justamente para fazer essas partes do viaduto, então?



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — É, pra deixar pronto dos dois lados pra poder, na fase 2, entrar a empresa pra trabalhar no vão central, no vão pênsil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o serviço foi inteiro realizado?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E as peças foram integralmente substituídas?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Foram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum trabalho foi realizado no vão central da ponte?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nem nas torres principais?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Hmm... não. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para a fase 1...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Só vistoria, vamos dizer assim, fazíamos alguma vistoria expedita, visual, né? Rotina, assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para essa fase 1, houve alguma divergência entre o previsto no projeto do DNIT e a execução?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Orçamentária, o senhor diz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – É... houve um aditamento... É isso o que o senhor quer saber?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim.



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO - Houve um acréscimo, sim, pequeno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Em relação à execução do projeto, à execução da empresa, ela seguiu completamente o projeto do DNIT?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Seguiu com o projeto... o projeto que o senhor diz é o da Ingérop...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, sim. *(Ininteligível.)*

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Sim. Na verdade nós fazíamos um serviço *as-built*, né, na parte... como a obra foi construída, era... toda vez que era feito uma restauração era deixada ela exatamente como original.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então os senhores seguiam um projeto no trabalho da TEC?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – É, é, porque na verdade o projeto... esse projeto que o senhor tá se referindo ele era mais no vão central, porque era da, da, da, do vão pen... da parte pênsil, que nós não trabalhamos. Nós trabalhamos nos viaduto de acesso, que não são pênseis, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor lembra se alguma alteração no projeto foi necessária?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO - É como eu disse, não houve mudança alguma, porque o projeto que existia era pro vão pênsil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E o contrato também previa a instalação de aparelhos de apoio nos vãos 12 e 14, anterior e posterior ao vão pênsil. Esses aparelhos foram instalados?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO - Foram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Houve interferência na execução do contrato em virtude das ocupações irregulares?



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Se tivemos que mudar alguma coisa na obra em relação às ocupações?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sim, se entreviu de alguma maneira?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Sim, tivemos que tomar um cuidado ultraespecial, tivemos que fazer vários andaimes pra proteger pra não cair nenhum objeto lá embaixo, colocar telas de proteção... Esse tipo de situação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - De alguma forma atrasou a obra?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Sim. Sim, porque não haveria necessidade de você construiu andaime naquele, naquele, na região toda, né, da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os senhores alertaram o Deinfra à época?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Já era de conhecimento de todos que tinha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O Deinfra... Mas alertaram oficialmente, notificaram o Deinfra sobre o caso?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Sim, tanto que eles autorizaram a fazer o andaime em 100% da região onde a gente tava trabalhando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum serviço deixou de ser realizado?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nesse contrato da fase 1 a mão de obra técnica, os engenheiros, era da TEC Engenharia ou da Construtora Roca?



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – É... Tinha o engenheiro residente, era o engenheiro Hubert, que na verdade era Consórcio Roca-TEC. Nós tínhamos uma parceria com a empresa Construtora Roca e... mas se você quer saber o contrato, quem era contratado de qual... É isso o que o senhor quer saber?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Isso. Quem era a mão de obra?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Então, tinha um enge... Não, eram das duas empresas. Alguns eram de uma empresa, outros eram de outra empresa, no caso os engenheiros, eu, da TEC, obviamente, e o engenheiro Hubert era da TEC também. E o engenheiro Raul era da Roca, mas ele não fazia parte do... oficial do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor pode nos dizer qual era a situação das rótulas existentes na base das duas torres principais, T7 e T8, durante a execução da obra da fase 1?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO - Não fazia parte do nosso... do escopo do nosso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Mas o senhor deve ter uma ideia? Devem ter...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – O senhor quer saber a situação na, na época?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, isso.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Era uma situação, creio eu, não era emergencial, mas era uma situação degradante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor, existiam fissuras aparentes ou indícios de que as rótulas poderiam não suportar sobrecarga?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO - Eu não tenho conhecimento. Não... não fiz vistoria desse... Eu não fiz.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor poderia informar qual tipo de serviço era realizado por terceiros durante a fase 1, bem como quantidade estimada de terceiros que trabalhavam na Ponte Hercílio Luz, em média, por mês?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – É... Os, os, os colaboradores eram todos da Roca e da TEC. Não existia assim contratação de, de terceiros. Só compra de materiais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E qual era a estimativa de trabalhadores para a fase 2?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – É... No total eram... era variável, mas variava de cinquenta a setenta pessoas, quarenta, dependendo da fase, mais ou menos isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Para a etapa 2, nós estamos falando aqui. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Para a etapa dois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Que não é a manutenção e conservação, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Seria pra reabilitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nos anos 2000 e 2006 o Consórcio Roca-TEC firmou contratos com o Deinfra relativos à Ponte Hercílio Luz, os Contratos 123 e 2015 (*sic*), de 2002 e 2006, sendo que no ano de 2005 a TEC firmou o Contrato 239/2005 para a realização de serviços na ponte. Ocorre que na licitação de 2005, que resultou no Contrato 239, a empresa TEC concorreu no certame contra a construtora Roca, com quem manteve consórcio antes e depois de ter feito o contrato do ano 2005.



Senhor Sidney, o senhor não verifica nenhum problema de ordem ética ou moral em competir em uma licitação contra a empresa com quem o senhor mantinha um consórcio?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – É... não... Eu... Eu... Não tô entendendo bem a pergunta, porque tá parecendo que a Roca... É... É... participou contra a TEC, é isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não está parecendo, foi isso que aconteceu?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não, é que eu traba... eu trabalhava na obra, né, em si, eu não participava da parte de... relações públicas ou relações comerciais. Então eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não soube disso?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não, não participava disso. Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não sabia que as duas concorreram contra?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não, se nós ganhávamos a licitação eu trabalhava na obra. Era a minha parte. Eu era engenheiro supervisor e trabalhava na obra diretamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então o senhor alega que não sabia disso?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não, tô sabendo agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas foi o senhor que representou na licitação e assinou a ata.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Sim, na licitação, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas é justamente...



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Porque, por, porque precisava de acervo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - ...nessa licitação aonde uma empresa concorreu com a outra. O senhor foi o representante e assinou a ata pela TEC.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Perfeito. Na... na... Pra participar da licitação, realmente eu ia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, é na ata, o senhor assinou...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Sim, participei da licitação. É isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o senhor não sabia que estava concorrendo contra a Roca?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não lembrava que tinha havido isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mesmo assinando a ata o senhor não lembrava?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não, não lembrava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Sidney, quem representou a empresa TEC no certame de 2005 foi o senhor e quem representou a construtora Roca foi o senhor Humbert (*sic*). Mas o senhor Humbert (*sic*) não era funcionário da TEC?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Era funcionário da TEC. Na verdade era do consórcio, dos dois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas ele representou a Roca no certame.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Mas aí quem a Roca coloca para representá-la eu não tenho nada a ver com isso, com essa decisão, né? Talvez nessa época o Hubert nem fosse mais... empregado nosso, não sei.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - A TEC usou mão de obra, materiais, serviços, insumos, componentes ou subcontratou alguma parte do contrato do ano 2005 para a empresa Roca?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não. Subempreitada, o senhor diz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Subcontratada ou subempreitada.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Para a fase 2, recuperação do vão central, a solução técnica proposta no projeto do DNIT para a recuperação do vão pênsil, era exequível?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Ah, isso... É um assunto bem... Pessoal assim, né? Eu acho que não era exequível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Levando em conta que a estrutura estava em estado sofrível, o consórcio que sua empresa participou iria apresentar proposta alternativa a essa proposta sofrível?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Eu não sei dar essa informação, porque eu não participava dessa parte de... de... Minha parte era obra, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A sua empresa, em consórcio com a Roca e com a Odebrecht, apresentou propostas de licitação para a fase 2. Por que se retiraram da concorrência antes do final do processo licitatório?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Também não sei lhe dizer. Porque nós... nós éramos uma coisa muito pequena na... é um... simplesmente uma consorciada muito pequena, nós não tomávamos decisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor participou das sessões públicas da licitação?



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Provavelmente sim, participava, mas não era eu que decidia, o que que ia fazer, o que que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E não se perguntou por que desistiram?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Eu acho que foi uma decisão de cúpula entre todas as empresas. Eu não participei dessa decisão, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Como se davam essas decisões de cúpula entre todas as empresas?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Eram... o... o... os donos das empresas que... que resolviam, se... Combinar um encontro e resolviam as coisas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E resolviam as licitações?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Isso. As empresas consorciadas no mesmo, né, no mesmo grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas é que a empresa do senhor desistiu da licitação, isso um mês antes da...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – É... era a nossa empresa e mais várias empresas, né? Eram quatro ou cinco, não lembro agora.
[Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que o senhor está alegando é que, provavelmente, houve uma conversa com as outras empresas...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO – Isso. A nossa participação acho que era, sei lá, 5%. É muito pequena. Nós não tínhamos voz nesse... nessas decisões aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Houve alguma interferência nesse processo licitatório de algum agente público ou político?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor também... O senhor alega que não, com ênfase, mas o senhor também alega antes que não participava dessas decisões.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não participava dessas decisões. Que eu saiba não existia isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para essa fase 2, o consórcio que ganhou o contrato procurou a sua empresa para subcontratar a obra?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não entendi bem essa pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa que...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Na fase 2?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, para a fase 2, o consórcio que ganhou o contrato, procurou em algum momento a sua empresa para subcontratar a obra?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A TEC participou da... não participou, então, como subcontratada na fase 2?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Na fase 2, não, de jeito nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum agente público ou político procurou o consórcio que o senhor participou solicitando algum tipo de vantagem ou remuneração?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Que eu saiba, não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca foi apresentado nenhum atalho para o senhor?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não. Para mim, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Soube de algum atalho?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Nunca soube nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem algo mais para esclarecer ou gostaria de compartilhar mais alguma informação com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Estou à disposição para, quando precisar vir aqui ou tirar alguma dúvida, algum... Estou à disposição para qualquer coisa que vocês precisarem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado.

Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, Relator Bruno Souza.

Eu passo a palavra aos Deputados que tiverem perguntas. Deputado Jessé Lopes? Deputado Sargento Lima?

O Deputado Sargento Lima com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Boa noite, seu Sidney.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — De forma bem específica mesmo, qual empresa o senhor possui vínculo, possuiu na época vínculo empregatício? A qual empresa, de forma específica.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — TEC Engenharia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — TEC Engenharia.



O senhor possuía na época ou ainda tem filiação político-partidária?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Nunca pertenceu a nenhum...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Nunca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O senhor, como pessoa física, já fez doação de campanha?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O senhor, como pessoa jurídica, já fez doação de campanha?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não, que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Como assim, que o senhor saiba?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Porque se tivesse esse tipo de coisa na empresa, não seria eu que faria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Não há nada de ilegal isso, né?...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não, lógico, eu sei,

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ...Sabe que qualquer cidadão pode fazer, né?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Eu sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Mas o senhor jamais?...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não. Eu, que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ã-ha.

Nós conversamos anteriormente com o senhor Tolstoi e na declaração dele ele disse que até 2005 nenhuma das empresas objetivavam finalmente



entregar a empresa... a ponte para uso, simplesmente para manutenção. E muitas vezes consta ali recuperação. O senhor, como engenheiro, qual a diferença entre recuperação e manutenção?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Bom, manutenção e conservação você vai fazendo os serviços que estão, né... apagando o fogo, que existiam. E quando o teu objetivo não era entregar a obra de volta ao trânsito, né?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ã-ha.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — ...então entendo que é uma recuperação, manutenção, conservação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — A recuperação...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — A restauração seria devolver a ponte ao trânsito, o que a gente nunca foi contratado pra isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Para restauração, não?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não. Só essa fase 1 e 2, né, que seria a fase 1 seria pra preparar pra empresa da fase 2 entregar ao tráfego.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — E de forma nenhuma...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Mas os outros contratos anteriores, que eram manutenção e conservação... O senhor veja, são três anos de trabalho que eles estão levando, quatro, não sei... Você teria que ser contratado com um monte de gente, quinhentas pessoas, pra fazer um trabalho desse. Nunca tivemos quinze, vinte pessoas, trinta na obra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Nunca tiveram mais que trinta pessoas na obra?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Só nessa fase 2, que era a restauração mesmo, né?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — A restauração.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Na reabilitação. Nas outras fases, não, tanto que o valor nosso mensal era em torno de R\$ 100 mil à época, entre a Roca e a TEC, era R\$ 50 mil para cada um.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Era R\$ 50 mil para cada um.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Era um contrato pequeno...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ã-ha.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — ...mensalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Essa ponte tá parada há 36 anos.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Eu acho que mais, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Aproximadamente isso.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — De forma definitiva mesmo.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Acho que desde os anos 80.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — É isso, senhor Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — *(Ininteligível.)* 82.

No entendimento do senhor, igual eu conversei ali com o seu Tolstoi também, né?... *[Transcrição: Ana Clara Mota.]*

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Hum, hum.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ...todos extremamente técnicos, todos extremamente habilitados, foram feitos estudos, estudos por empresas reconhecidas internacionalmente, a própria universidade, a faculdade daqui prestou serviços e estudos em relação a como chegar numa conclusão ali de entregar essa obra mesmo, né?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Na fase 2 era de recupe... não era de recuperação e, sim, era de recuperação e não de manutenção. E a que o senhor atribui, quase quarenta anos depois, essa ponte não ter sido entregue, com gastos consideráveis e com tanta gente competente... tão competente, né, porque todo mundo...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ...sempre exalta aqui, sem falsa modéstia, verdadeiros mestres e profundos conhecedores da ponte. A que o senhor atribui o fato de ela, hoje, não estar sendo utilizada pelo contribuinte, que na verdade foi ele que pagou por essa ponte até hoje.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Pois é... eu entendo que essa reabilitação, né, essa restauração entrega pro trânsito ela devia ter sido feito muito tempo atrás, né, logo depois que ela teve o problema e... tanto que a primeira manutenção, pelo que se sabe, foi feita vinte anos depois, né? Então, de 1926, foi feita lá em 45, por aí, pelo que eu tenho de informações. E... então, desde o começo sempre houve... como é que vamos chamar, um desleixo também, né, do Poder Público, que eu acho que deveriam ter... uma vez que seria óbvio que você fazendo as coisas sem entregar ao tráfego, você ia gastar muito mais dinheiro, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Hum, hum.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Que dizer, se você tem uma casa com todo o piso com problema e você contratar, um ano arruma uma sala, outro ano arruma um banheiro, outro ano... é... Dez anos depois você vai



contratar uma empresa pra arrumar a mesma sala que você já tinha arrumado dez anos antes.

Então, o que ocorria na pPonte era mais ou menos isso, né? Então você acabava voltando, fazia outro serviço, muito tempo ela ficava também sem, sem nenhuma manutenção. A manutenção ela é sempre permanente, ela vai sempre existir, mas só que o que você vai gastar com ela depois que ela tiver nova, vamos dizer assim, de novo, né, você vai gastar um valor muito menor por mês, né?

Então você ia lá fazer serviços... na verdade, tava quase a ponte caindo você tinha que procurar o pior em cada ponto, em cada região da ponte, procurar o pior e atacar o... aquele pior, pra evitar que ela caísse. Então você não tava indo pra frente, você tava indo pro lado, né? Ou, às vezes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Muito obrigado, seu Sidney.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Satisfeito, Sargento Lima?

Deputada Marlene... Deputado Jessé...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Seu Humbert (*sic*), boa noite.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Sidney.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Sidney. Sidney, desculpa. Boa noite.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Você lembra como eram feitos os pagamentos para os funcionários, os engenheiros?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — O do... do nosso pessoal?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Isso.



O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E como era?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Em dinheiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Tudo em dinheiro?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo. O seu também?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Eu... recebia em dinheiro também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Porque eu era, eu era sócio no... mais no final, né? Então era um pouco diferente, mas a folha de pagamento era... paga em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O Deputado Bruno tem algum complemento?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É um complemento apenas.

O senhor, que trabalhou na Ponte Hercílio Luz, considera que a construtora Espaço Aberto tinha capacidade técnica para realizar o serviço de reabilitação?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não, não tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — O.k., muito obrigado.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Deputado Jerry? Mais algum Deputado? (*Pausa.*)

Então agradeço a participação do seu Sidney Lourenço Dal Sasso...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor tem mais alguma complementação, gostaria de fazer algum comentário que possa contribuir para a CPI?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Acho que alguma coisa que não foi me perguntado sobre aditamentos, eu acho que eu gostaria de falar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Por favor.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — É... que a gente ouve muito falar em aditamento, né? E... e... eu lembro que... é... antes da, da Lei de Licitações, de 93, é... a maioria de... de vocês não, não sabe, porque são jovens, né? Mas... é... eram feitos aditamentos pra quaisquer alterações contratuais. E o que acontecia naquela época... é... depois mais ou menos de 80 a 94 é... no Brasil houve uma hiperinflação e o que que acontecia? É... você fazia uma medição... é... você ganhava uma obra, o orçamento, por exemplo, era de janeiro, é... quando você ia fazer a medição do... por exemplo, do mês de novembro, né, nove meses depois, dez me... onze meses depois, é... você ia fazer a fatura, então era, era, dez mil ao preço do teu orçamento da época e o reajustamento era, sei lá, cem mil, duzentos mil, porque a inflação era, era altíssima, é... em, em março de 90 a inflação chegou a 82% e muito meses a inflação era 40, 50% ao mês, ao mês! *[Transcrição: Bruna Maria Scalco]*

Então o que acontecia? No final é... você fazia... sei lá, 100 mil de medições e reajustamento dava 10 milhões, e o que acontecia? Isso tudo era feito é... aditamento contratual, e aí na hora que vocês levantam... é... os dados e dizem assim: “não, de aditamento essa obra deu uma fortuna”. Só que na verdade o aditamento era o próprio preço da obra naquela época, porque a partir de 93, com a Lei de Licitações 8.666, os reajustamentos eram feitos por apostila, não era mais termo de aditamento contratual.

E também, depois dessa época ou na época que a gente trabalhou na, na, na ponte efetivamente, o que que acontece? Muitos aditamentos eram de prazo, às vezes mudava a rubrica do, do, do pagamento, né, o tipo de, de, de, se, se era recurso próprio ou se era dinheiro que vinha de algum outro lugar...



Então era feito um aditamento por causa disso. É... Quando, quando estourava qualquer serviço, qualquer serviço que estourasse, o primeiro serviço que estourasse, se estourasse três, quatro meses depois, era obrigado a fazer o aditamento, porque você não podia faturar aquele serviço se ele não... se ele já tinha sido estourado na obra. Como a obra ninguém sabia o que ia acontecer, porque você não sabia o que que ia fazer, né? Então era comum de acontecer isso, então era feito aditamento.

Então foram muito poucos aditamentos pra efetivamente de acréscimos de serviços. E na verdade, nos nossos contratos, quando tinha acréscimo de serviços, não era igual a uma obra nova que você vai construir um prédio e você entra com um preço x, e se você gastar duas vezes o preço x, alguma coisa... alguém vai ter que explicar alguma coisa. No nosso caso não era assim, se aumentava um pouco o valor da obra é... é porque... e trabalharíamos alguns meses a mais, um tempo a mais. Então, não é porque a obra tava custando mais caro, simplesmente porque às vezes, às vezes você precisava terminar um serviço que você começou - você tava trabalhando num vão, sei lá, vão de 33, vão de 56, e faltava pouco pra terminar, valia à pena você ir até o fim dele, porque se tinha um pedaço do vão com problema, o vão inteiro tá com problema, né? Quando você tem uma corrente que tem um elo que é fraco, a corrente inteira é fraca, né?

Então isso era... era o que acontecia, que eu acho que tem que ser levado em consideração essas...

Outra coisa é o seguinte: obras de manutenção e conservação, perante a lei, o aditivo permitido pela lei era de 50%, mas nunca houve é... é... eles adotavam no DER e no Deinfra um aditamento não superior a 25%, que era pra obras normais. Então também era outra coisa que ocorria na época.

Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Mais alguma coisa, senhor Sidney?

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Não, muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então eu gostaria de agradecer o seu tempo, obrigado pelas considerações, se tiver qualquer outro fato novo, algo que se lembrar e puder disponibilizar à CPI...

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — ...a gente faz esse pedido.

Peço que a assessoria acompanhar o senhor Sidney até a saída.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado.

O SR. SIDNEY LOURENÇO DAL SASSO — Obrigado a todos os Deputados.

(O senhor Sidney Lourenço Dal Sasso deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Nós conversávamos informalmente aqui com o Relator, nós teríamos outra testemunha que faria a sua oitiva hoje, o senhor Hubert Beck Júnior. Nós vamos reconvidar o senhor Hubert, já que pelo adiantado da hora ele se retirou da Assembleia Legislativa.

Paralelo a isso, Deputado Bruno, com a sua concordância e com a dos demais Pares, a gente comunica à Procuradoria da Assembleia Legislativa para que possa nos orientar como tomar essas decisões futuras e, ao mesmo tempo, reconvidamos para a próxima reunião da CPI.

Estão todos de acordo? Sargento Lima, Jessé, Marlene, Jerry, pode ser assim? *(Os Deputados aquiescem.)*

Então, não havendo mais nada a deliberar, declaro encerrada a presente reunião da CPI. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]



ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Declaro aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, em cumprimento ao artigo 156, do Regimento Interno, que se realizará hoje nesta sala de Comissão.

Nós temos aqui na ordem do dia – não temos a ata ainda [da reunião anterior] porque a ata não foi confeccionada, então não vamos nem discutir, nem aprovar – a sinopse da correspondência e outros documentos recebidos, Ofício 99/2019, do TCU-SEC/SC encaminhando processo solicitado, e o Presidente dá ciência aos demais Deputados; temos aqui dois ofícios do Deputado Bruno Souza, que eu vou esperar o Marcos Vieira vir e dar o recebido, senão depois, no final, eu dou o recebido, que são requisição de documentos. E nós temos como item *b* da ordem do dia a submissão de novos nomes para oitivas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na semana que vem nós vamos encaminhar os nomes.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então temos agora a oitiva da testemunha Hubert Beck Júnior. Ele se encontra aqui?

(O senhor Hubert Beck Júnior geticula.)

O senhor, por favor.

(O senhor Hubert Beck Júnior se dirige à mesa.)

Não cumprimentei a Deputada Marlene, o Deputado Jerry, o Deputado Sargento Lima, o Deputado Jessé, o Deputado Bruno, a Deputada Luciane.

Nós já temos a cópia dos documentos do senhor Hubert. Então vou pedir que o senhor fale próximo ao microfone. Primeiramente eu preciso de algumas informações do senhor. O senhor tem conhecimento do por quê está aqui hoje?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Tenho sim, tenho consciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então, se o senhor puder, diga o seu nome, a sua data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Pois não.

O meu nome é Hubert Beck Júnior - aqui o Raul me chamava de Pinga, então eu sou o Pinga que vou falar. Eu nasci em 6 de março de 44, resido à rua Almirante Lamego, 674, apartamento 604, e sou nascido em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Senhor Hubert, o senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, não. Eu não tive razão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então não veio acompanhado de advogado.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor tem o direito de permanecer calado ou não responder alguma das perguntas. Isso faz parte do seu direito.



Eu acho que não esqueci de nada... Não, né? Então eu passo a palavra ao Relator Bruno Souza.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Hubert.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por atender a nossa convocação. Esperamos que hoje consigamos esclarecer um pouco mais essa história que nós estamos reconstruindo.

Senhor Hubert, o senhor trabalhou apenas na empresa TEC Engenharia ou já prestou serviço para a construtora Roca Engenharia?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, eu comecei no Consórcio Roca-TEC, as duas empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E em qual das duas o senhor era...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Era registrado na TEC Engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na TEC Engenharia. Já foi registrado na Roca?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, nunca fui registrado na Roca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em que período, o senhor lembra?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Período de 20 de fevereiro de 96 até 2009. Eu não me lembro exatamente o mês, mas foi até 2009.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Até 2009 na TEC?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Na TEC.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor já trabalhou em algum órgão público?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Eu era engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem, trabalhei lá de junho de 2000... De 1962 até agosto de 1994. Eu saí com 50 anos porque não aguentava mais o serviço público.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E saiu e... E esse período entre a TEC e a Roca?... Entre a TEC e o Departamento?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Ah... Trabalhei na Rodo Service, lá em Blumenau.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Ah, não... Antes trabalhei também na Prosul durante onze meses.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor prestou algum serviço a outra empresa que trabalhou na Ponte Hercílio Luz?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor emitiu alguma ART para a outra empresa?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Emiti, emiti pela TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por alguma outra empresa?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, nunca emiti. Só pelo Departamento de Estradas de Rodagem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi a sua atuação como engenheiro nas obras da Ponte Hercílio Luz?



O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Eu era o engenheiro responsável pela produção. Para que vocês entendam, era responsável pela execução dos serviços.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em que período foi isso?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — De 96 até 2009.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quando o senhor se refere a ser responsável pelos serviços, quais serviços seriam esses?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Bom, o serviço é... conservação e manutenção. Entenda-se por conservação o jateamento e pintura; entenda-se por manutenção a substituição de peças danificadas por peças novas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No contrato da Fase 1 de restauração/reabilitação da Ponte Hercílio Luz, o Contrato 015/2006, todas as peças dos viadutos foram substituídas? [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Olha, eu trabalhei lá desde 96. Nós começamos a substituir as peças a partir de abril de 97. Então, não foram substituídas. Ficava... ficou faltando a torre 6 do lado Continente e ficou faltando 50% do vão 12. O vão 12 é aquela treliça de 56 metros que ficou, porque tinha uma... tinha residências embaixo e nós não podemos trabalhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Algum trabalho foi realizado no vão central da ponte?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não, nós éramos impedidos de trabalhar no vão central. Desde que eu cheguei na ponte, nós éramos impedidos de trabalhar no vão central.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por qual motivo?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR - Porque diziam que o vão central tava em perigo, uma série de alegações que eu, também, algumas eu desconheço. Mas nós não éramos... não nos era permitido trabalhar no vão central.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E nem nas torres principais?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR - As torres principais, nós trabalhamos nas duas travessas que dão apoio ao vão 14 e ao vão 12. O vão 14 é o primeiro vão após as torres principais, e o vão 12 é o último vão antes de chegar na torre principal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E quais foram os serviços?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR - Foram restauração das travessas pra poder substituir os elementos de apoio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Para essa fase 1, houve alguma divergência entre o previsto no projeto do DNIT e a execução?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Perdão, não entendi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Existia um projeto do DNIT? Foi entregue aos senhores?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não, o projeto do DNIT ele... ele foi entregue em 2000... em 2004, mas não nos foi dado conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Não foi dado?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Os senhores não faziam, então, de acordo com o projeto?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não. Eu, lá, eu respondi por diversas vezes ao Iphan, porque a ponte foi tombada e recebi visitas, diversas vezes, do Iphan. Então eu trabalhava só na restauração, só fazia... a ponte tinha que ficar exatamente igual como estava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor, o contrato previa a instalação de aparelhos de apoio nos vãos 12 e 14, anterior e posterior ao vão pênsil. Esses aparelhos foram instalados?



O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Foram, foram instalados, sim. Alguma, com alguma polêmica, mas foram instalados, tão funcionando até hoje, são aparelhos modernos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Qual polêmica?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – A polêmica, achava-se que era... porque os aparelhos de apoio eles podem andar, tanto com todas as direções ou como ser unidirecional. O projeto previa... a ponte previa um projeto unidirecional, e nós colocamos unidirecional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Algum serviço deixou de ser realizado?...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não... só

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Do contrato do senhor, que o senhor participou?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não, todos os con... desde que eu cheguei lá, todo o serviço que foi possível realizar, nós realizamos. Nenhum... nunca nos impediram de realizar nenhum serviço sobre os viadutos.
[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor alegou também anteriormente que as desapropriações impediram de...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, só nesse trecho, que já tinha explicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ali nesse trecho...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Desapropriação lá no lado da Ilha... do Continente. Mas o resto, não... lá fomos impedidos de... de... Por que que... Nós também temos que ter bom senso, o engenheiro, além de ser um técnico, ele tem que ter bom senso, e o bom senso indicava que a gente não trabalhasse em cima de residências.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E alguma vez deixou de ser realizada pintura na ponte depois de jateado?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, não, não. Era obrigado, senão eu... eu... eu perderia o serviço. Eu não podia perder serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E nesse contrato da fase 1, a mão de obra técnica, engenheiros, era da TEC Engenharia ou da Roca também?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, o... a... a TEC cuidava da parte administrativa, alguns funcionários eram da TEC, outros da Roca, mas todos eram técnicos já habilitados pra fazer o serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo, mas os engenheiros eram da TEC ou da Roca?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, o engenheiro era eu, da TEC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Só tinha o senhor de engenheiro da obra?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Só... de engenheiro, não, e tinha o Sidney, que era o supervisor, que era o meu chefe imediato. Então ele tava lá, quase todos os dias ele ia lá me visitava, a gente discutia tal, quando o problema técnico era maior ele discutia com o Raul. A parte técnica sempre era resolvida pelo Raul, eu mandava os problemas e ele mandava a solução.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

E qual era a situação das rótulas existentes na base das torres principais T-7, T-8, durante a execução da fase 1?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Elas tavam congeladas, elas tavam totalmente oxidadas e congeladas, elas não se mexiam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Congeladas e oxidadas?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — É, é... nós, engenheiros, chamamos de congeladas. Na realidade ela criou oxidação embaixo, tem um vão pra, pra



rotular né, e esse vão não podia se mexer porque tava cheio de, de oxidação. E o óxido de (*ininteligível*) pra quem não sabe, é um, é um material muito poderoso, muito forte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E existiam nessas rótulas fissuras aparentes ou indícios de que elas não suportariam sobrecarga?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Olha, isso é uma coisa que eu não vou muito discutir, porque as fissuras que existiam, quando eu cheguei na ponte elas já existiam, e o que eu... é um conhecimento que eu tenho do relatório lá de 46, era...era... fissura de fundição, não que comprometesse, nunca comprometeram, a ponte funcionou o tempo todo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então, nenhum indício de que eles não aguentariam sobrecarga de material?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Do meu conhecimento, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor diria que não?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, no meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia informar qual tipo de serviço era realizado por terceiros durante a fase 1, bem como a quantidade estimada de terceiros que trabalhavam na ponte em média por mês? [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Como assim, terceiros?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Terceiros contratados?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não, era só Roca-TEC. Ninguém... Era só nós que trabalhávamos lá. Nunca tratamos terceiros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E qual era a quantidade de trabalhadores que estavam... que trabalhavam diretamente na ponte?



O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Olha, quando eu entrei na primeira vez era em torno de 40, 50, aí foi aumentando, chegamos até a 92 operários, se eu não me engano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quarenta e?...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Quarenta e... Entre quarenta e cinquenta operários no primeiro contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – No primeiro contrato, na fase 1?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Na fase... É, no primeiro contrato lá em 1996.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O senhor mencionou antes o Relatório 46. Que relatório é esse?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Esse relatório foi feito pela Machado da Costa, Oscar Machado da Costa, professor Belo e eu não sei se era o Raul Ozório de Almeida ou se era... Raul, não, Roberto Ozório de Almeida, o pai do Raul, o outro engenheiro. Eu não me lembro agora, mas esse relatório existiu. Eu acho que existe ainda, uma cópia dele, lá no DER.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Nos anos de 2000 e 2006 o Consórcio Roca-TEC firmou contratos com o Deinfra relativos à Ponte Hercílio Luz, respectivamente os Contratos 123/2002 e 015/2006, sendo que no ano de 2005 a TEC firmou o Contrato PJ 239/2005 para a realização de serviços na ponte. Ocorre que na licitação de 2005, que resultou no Contrato 239/2005, a empresa TEC concorreu no certame contra a construtora Roca, com quem teve ligações e consórcio antes e depois do referido contrato do ano de 2005. O senhor não verifica nenhum problema de ordem ética ou moral?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Olha, eu, eu, eu não participava dessa área. Essa área não era a minha área. A minha área era técnica, era só execução de serviço. Então eu não posso responder sobre uma coisa que eu não tenho conhecimento. Eu gostaria até de ter conhecimento dessas coisas, porque realmente eu não sei o que aconteceu.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor representou a Construtora Roca na referida licitação?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não me lembro. Não me lembro mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não lembro assim de eu ter representado a... Eu representei a Roca em outras pontes, mas nessa ponte não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor estava com a memória tão boa, eu estava com a esperança que o senhor soubesse dizer isso para a gente.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não, não. Eu tenho... A minha memória realmente é muito boa. Eu, por exemplo, conheço o Deputado João desde que era pequeninho, viajava comigo e com o Governador lá nos anos 80.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas não lembra se representou a empresa Roca em 2005?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não. Sabe, eu vou lhe dizer, era tanta informação que a gente não... A Ponte Hercílio Luz, ela requer um cuidado muito grande, você tem que tá toda hora muito atento ao serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas, bem, então eu ajudo o senhor. O senhor representou, consta a sua assinatura.

O senhor acha que houve competitividade nessa licitação ou os preços que a TEC e a Roca apresentaram foram combinados previamente?
[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não posso dizer isso. Não posso dizer, porque se eu... talvez... eu fui nomeado representante pelo que o Aol (?) não pudesse vim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois é, mas é justamente esse o ponto, porque o senhor alegou no começo deste depoimento



que o senhor sempre trabalhou para a TEC, e aqui o senhor, nessa licitação, o senhor...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Eu tinha, eu tinha procuração da Roca para representá-la em algumas licitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Contra a sua própria empresa?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Olha, eu nun... eu não me lembro desse detalhe, desse, desse.. De trabalhar contra a minha própria empresa, eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Se o senhor representou a Roca, o senhor concorreu contra a TEC.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não, ora, eu sinceramente não me lembro desse, desse, dessa licitação, porque sempre o certames eram feito com o consórcio Roca-TEC. Eu sempre trabalhei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em 2005, não. Em 2005 a TEC foi concorrente da Roca e o senhor, mesmo estando na TEC, representou a Roca.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Mas no contrato da Ponte Hercílio Luz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso, nesse certame.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Não tô lembrado. Você me desculpa, mas eu não tô lembrado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor acredita que houve... O senhor atuava, pelos documentos aqui e pelo que o senhor mesmo falou, pelas duas empresas. O senhor acredita que houve favorecimento para a empresa TEC vencer o certame, por parte do Deinfra ou da Construtora Roca?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Olha, sinceramente, eu não sei como explicar isso aí. Entende? Que... eu não trabalhava no Estado, eu trabalhava na



empresa. Se houve favorecimento, desconheço, porque realmente eu não trabalhava na Comissão de Licitação, eu não posso responder essa pergunta. Não tenho como responder essa pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Que pena, achávamos que... que estava indo tão bem. Vamos lá.

O senhor trabalhou...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Eu acho que ainda tô indo muito bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...o senhor trabalhou na... Eu digo isso porque o senhor estava lembrando de bastante coisa.

O senhor trabalhou na Ponte Hercílio Luz e conhece muito bem a estrutura, afinal estava anos lá e foi o engenheiro responsável, gostaria de saber se o senhor considera que a Construtora Espaço Aberto tinha capacidade técnica para realizar o serviço de reabilitação.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Eu... Eu não... não... Ela apresentou um técnico como... como... E até trabalhei de... a... novembro de... Acho que foi novembro de 2009 a abril de 2010 eu trabalhei na Espaço Aberto, mas... eu não me lembro, assim, dela ter um técnico altamente qualificado. Não me lembro. Não tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Experiência?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR – Experiência não tinha. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor tem algo a mais para esclarecer ou gostaria de compartilhar mais alguma informação com esta Comissão Parlamentar?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Olha... Ã... O tempo que eu tive lá na ponte, a Roca e a TEC trabalharam com muita responsabilidade. Nós fomos investigados pela Polícia Federal, pela Polícia Estadual e nunca houve nenhum problema, nunca acharam nada do que nós trabalhamos, a, a... O que se



alegava que nós não tínhamos capacidade. Quando chegaram lá pra fazer a investigação, nós tínhamos capacidade e provamos que tínhamos capacidade. É... houve uma investigação sobre um problema de pintura e fizemos todos os ensaios, foram 102 ensaios, isso eu tenho na cabeça, porque nós pagamos cada ensaio desse, e nenhum deu problema. Todos foram aprovados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, Relator, Deputado Bruno Souza.

Passo a palavra ao Deputado Jessé Lopes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Boa noite, seu Hubert.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Você recorda como que eram feitos os pagamentos dos funcionários na sua época?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Os pagamentos eram feitos na própria obra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Mas era feito em dinheiro, se lembra?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Se... Não, que eu me lembro, não. Era pagamento assim... Era pagamento em dinheiro, porque se nós tinha... Perdeu... Se pagarmos em cheque ou depósito bancário, tínhamos que perder um dia de trabalho de cada operário pra eles poder retirar o dinheiro. É a lei, a legislação trabalhista prevê isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Certo. Inclusive o seu também era em dinheiro?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Era em dinheiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Satisfeito, Deputado Jessé?

Deputado Sargento Lima? Deputada Marlene? Deputado Jerry? Deputado Marcos Vieira, que é o Presidente, não sei por que não ocupou aqui a mesa depois que chegou (*risos*).

Bom, seu Hubert, o senhor tem alguma... Deputada Luciane, desculpa.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Não enxerga a esquerda, né, João Amin? Tá bom (*ri*).

(O senhor Deputado Estadual João Amim manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Eu sei, o coração é vermelho (*ri*). Gostem ou não (*risos*).

Quero cumprimentá-lo e...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Boa tarde.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Boa tarde.

Quero dizer que eu fiquei um pouco intrigada com essa... com essa menção a... O senhor mencionou aqui que representa a... Atuou, né, de 62 a 94, por 32 anos, né?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Sim.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — 32 anos representando...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — E saí com 50... com 36 anos e 2 meses...

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Sim.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — ...considerando as licenças-prêmio e seis meses de férias não gozadas que a Secretaria da Administração me negou, e depois foi me dada pelo Tribunal de Contas.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Ótimo.



Então, o senhor foi engenheiro da TEC, mas num processo de licitação o senhor representou a Roca. É, nos parece burlar a licitação, o processo...
[Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Olha, eu não vejo nenhum problema, porque eu tinha procuração pra... pra... da Roca pra votar inclusive nas eleições do sindicato da, da... da Associação Catarinense dos Engenhe... da, da Associação Catarinense dos Engenheiros... como é... das empresas de obra pública, que era um sindicato e, e, e, pra eu representar a Roca no d... representei a Roca muitas vezes no DNER e...

Não vejo assim, nenhum problema, porque é um, é um... eu trabalhava no consórcio, pra mim não tem problema nenhum.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Então, não teríamos aqui duas empresas disputando um processo licitatório, talvez só uma ou com valor combinado?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, não, isso aí eu não posso falar, querida, porque eu não tenho conhecimento. Desculpa, Deputada, mas eu não tenho conhecimento dessas coisas (ri), porque a minha parte eu já disse, a minha parte era técnica. Eu só fazia a parte técnica! Não me... não me excluía em orçamentos, não me excluía nada, aliás, quem fazia os orçamentos era o Departamento de Estrada de Rodagem. Às vezes a gente auxiliava em pequenas coisas, assim, dando informações, mas... o Departamento de Estrada de Rodagem... até 2012 era Departamento de Estrada de Rodagem, eu sou aposentado pelo Departamento de Estrada de Rodagem... era o DER que fazia os orçamentos, os levantamentos, todos...eles, eles tinham a equipe técnica do DER que fazia, não cabia ao consórcio se meter nisso.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Só mais uma pergunta. O senhor lembra que... nos chama a atenção que em 2002 o contrato com a Roca-TEC era na ordem de 2 milhões 902 mil, arredondando, e ele terminou em 2006 com 20 milhões 986 mil, com o mesmo objeto.



O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — *(Ri.)* Ao que me consta esse contrato terminou dois anos depo... três anos depois e... e foi feito nova licitação pra esse contrato de 20 milhões.

(Orador não identificado manifesta-se fora do microfone: “A nova licitação.”)

Esse contrato de 20 milhões é um outro contrato.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Mas o objeto é o mesmo?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — O objeto é o mesmo.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — Mesmo objeto...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — É, obje... é, é, é conservação e manutenção.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI — O.k., obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Deputado Bruno Souza, teria mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Acabou surgindo aqui, mas agradeço por poder responder.

No período que o senhor trabalhou na Ponte Hercílio Luz, o senhor alguma vez presenciou a contratação de algum profissional a pedido do Deinfra, ou algum parente, ou alguém relacionado, algum agente político?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Ah, que eu me lembre, não. Muito pelo contrário *(ri)*, ali era assim, às vezes um servidor dizia: ó, eu tenho um irmão desempregado... Um trabalhador lá: eu tenho um irmão desempregado, será que vocês podiam contratar como servente? Às vezes até a gente contratava, mas isso era do próprios... dos próprios empregados que solicitavam...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uhum.



O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — ...é... para parentes, para cunhados, mas político? Olha, sinceramente, Deputado, eu não me lembro disso não (ri).
[Transcrição: Bruna Maria Scalco]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por último, o senhor... Ainda sobre a licitação, que a Deputada também mencionou, e que nos causa estranheza, o senhor ter representado a empresa concorrente ao qual o senhor era registrado.

O senhor era registrado na TEC, mas representou a Roca contra a TEC. A empresa TEC nunca se incomodou com isso?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Eu acredito que não, senão teria me botado pra fora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá bom. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Senhor Hubert, antes de terminar, eu só queria... O senhor teve uma participação como funcionário público e depois foi para a iniciativa privada?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, como funcionário público eu nunca trabalhei na Ponte Hercílio Luz. Eu trabalhava... eu era... eu fui responsável por muitas obras aqui na Ilha, fui responsável pela implantação e pavimentação da Beira-Mar Norte, da BR-282, a SC-407 São José/São Pedro de Alcântara, Tijucas/Canelinha/São João Batista, é... Antônio Carlos, implantação da rodovia de Anitápolis... olha, foram inúmeras obras, grande quantidade. Ah, pavimentação, implantação do sistema viário do aterro da Baía Sul, ã...inúmeros, inúmeras obras, mas não me lembro de ter trabalhado, nunca trabalhei na ponte. A única vez, foi certa vez que eles... o DER ia comprar materiais eu participei ali pra... ajudando na, a fazer as planilhas pra compra de materiais, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — E como eu era pequeno, a vez que a gente andou de carro, eu confesso que não me lembro...

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — O senhor era muito pequeno.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor e o Governador, foi em algumas dessas obras aí que o senhor mencionou?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Sim, sempre nessas obras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Nada a ver com a Ponte Hercílio Luz?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não. Não, não. Uma vez nós fomos parar em Lages, tava um frio desgraçado, mas fomos pra Lages.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Pois é, eu me lembro de uma vez na serra que atolou o carro, mas quem estava dirigindo era o Colombo Salles, e aí eu tive que ajudar a desatolar.

Não, mas só porque o senhor falou anteriormente e às vezes a pessoa vai ver na televisão ou vai fazer depois a gravação em DVD e pega somente esse trecho que o senhor falou, e às vezes tem algum mal-intencionado que pode fazer alguma ilação, o senhor vindo aqui contribuir para a CPI, eu estando presidindo neste momento no lugar do Deputado Marcos Vieira, é capaz de alguém pegar esse trecho e querer fazer alguma maldade, mas não vai conseguir. Era só para esclarecer isso.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, não, não. O Governador Esperidião, a gente visitava as obras e era um problemão danado, porque ele cobrava tudo. Ele dizia: seu Pinga, por que que isso não tá assim? Governador, atrasou, choveu. Não, mas devia tá assim. Então não tava, e é assim.

Eu ía me incom... quer dizer, cada viagem era um monte de incômodo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Tá bom.

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Eu chegava com um monte de incômodo pra resolver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Tá bom.
(Risos.)

O senhor teria mais alguma contribuição a dar à CPI?

O SR. HUBERT BECK JÚNIOR — Não, não, não tenho, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Depois eu te conto o que eu fazia, Sargento Lima (*ri*).

Não havendo mais nada a discutir, declaro encerrada a presente reunião.
(*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Boa tarde a todos e a todas, aos senhores Deputados, ao público que nos assiste pela TVAL, aos ouvintes da Rádio Digital e aos presentes no plenário.



Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da CPI constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL.

Inicialmente eu coloco em discussão e votação as atas [13ª e 14ª] das reuniões anteriores – os senhores Deputados receberam cópias em seus respectivos gabinetes.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Hoje nós teremos a oitiva de duas testemunhas, o senhor Delbi Joel Canarin e o senhor Arnaldo Martins.

Qual dos dois depoentes vossa excelência [pergunta ao Deputado Bruno Souza] deseja ouvir primeiro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Arnaldo Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então eu peço que o senhor Arnaldo Martins se dirija à nossa mesa e solicito que o senhor Delbi Joel Canarin seja acompanhado pela assessoria da Comissão à sala da Coordenadoria das Comissões.

Já tenho aqui o documento das nossas duas testemunhas de hoje.

Tudo bem, senhor Arnaldo? O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. ARNALDO MARTINS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor sabe por que foi convidado para se fazer presente aqui hoje?

O SR. ARNALDO MARTINS — Sei, sei, sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão, acerca dos fatos e do que lhe for perguntado?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor também não é obrigado a responder a pergunta que lhe for feita.

Para que as taquígrafas possam fazer o registro da sua qualificação, peço que o senhor fale o seu nome completo.

O SR. ARNOLDO MARTINS — Arnaldo Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — A sua profissão?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — A sua idade?

O SR. ARNOLDO MARTINS — 73 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O seu local de nascimento?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Porto União, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — E o endereço?

O SR. ARNOLDO MARTINS — É Rua Desembargador Pedro Silva, 2.800, apartamento 301/Bloco A.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então está bom. Muito obrigado, senhor Arnaldo.

Então eu passo a palavra ao Deputado Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Arnaldo.

O SR. ARNOLDO MARTINS — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado pela sua presença.



Senhor Arnaldo, poderia confirmar se exerceu o cargo de diretor de Operações no período de 20/01/99 a 30/12/2002?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor ocupou outros cargos no DER/Deinfra ou na Secretaria de Infraestrutura?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia...

O SR. ARNOLDO MARTINS — ã... o meu primeiro cargo de chefia foi chefe do Setor de Apoio Administrativo da Coordenadoria Regional Litoral-Centro, em Florianópolis, depois fui engenheiro residente em Canoinhas. Na Diretoria de Operações fui chefe do Serviço de Sinalização e depois de Restauração; durante um ano, mais ou menos, fui chefe do Setor de Planejamento; e depois fui gerente de Manutenção, para depois ser diretor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foram esses?

(O senhor Arnaldo Martins aquiesce positivamente com a cabeça.)

O senhor... O escritório da Ponte Hercílio Luz, parte do 9º Distrito Rodoviário de Florianópolis, estava sob a responsabilidade da Diretoria de Operações?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Estava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No período em que o senhor exerceu o cargo de diretor de Operações, o senhor participou de alguma forma dos contratos de manutenção ou reabilitação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Reabilitação, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E dos contratos de manutenção?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Sim, a manutenção e a conservação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participou?



O SR. ARNOLDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sabe... poderia me citar quais foram? Poderia me citar quais foram?

O SR. ARNOLDO MARTINS — 006/98, 98 acho, e... eu acho que 123, em 2002.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 123/2002?

O SR. ARNOLDO MARTINS — 2002.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro mecânico Antônio Carlos Xavier, que era fiscal da Ponte Hercílio Luz, encaminhou um ofício no dia 06/01/99 ao gerente do 9º Distrito do DER relatando o seguinte: “Os serviços nas extremidades inferiores das torres, como substituição de chapas, perfis e rebites, bem como, jateamento e limpeza de superfície, foram realizados há alguns anos, na época da recuperação das torres principais. Acontece que a aplicação de proteção anti-corrosão (zarcão), e da pintura protetora, não ocorreu por falta de recursos financeiros, ocasionando o estado de deterioração nas referidas áreas. A mesma situação está acontecendo com os serviços que estão sendo realizados no viaduto de acesso, lado Ilha Ponte Hercílio Luz, pois a aplicação do anti-corrosivo e da pintura protetora, não está acontecendo pelo mesmo motivo mencionado acima, o que irá provocar uma corrosão acelerada nos serviços já efetuados, fazendo com que os mesmos tenham que ser refeitos, implicando em gastos desnecessários.”

O senhor gostaria de ter o documento em mãos?

(O Deputado Bruno Souza mostra o documento ao senhor Arnaldo Martins.)

[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor conhece essa comunicação?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não. Que... qual a data primeiro, que o senhor falou? Eu não faço...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É do dia 06/01/99.



O SR. ARNOLDO MARTINS – 06?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Do 01 de 99.

O SR. ARNOLDO MARTINS – Eu... Eu não era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu sei. O senhor...

O SR. ARNOLDO MARTINS – Eu não tinha assumido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, sabemos disso.
Mas o que eu quero perguntar para o senhor é: era normal isso acontecer?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Esse tipo de ação
ser paralisada pelos motivos que ele relatou aqui?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não...eu... realmente como é que eu posso
saber se era, foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na sua época...

O SR. ARNOLDO MARTINS – Do governo anterior. Mas não era da minha
época.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na sua época era
normal isso acontecer?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na sua época
aconteceu algo do tipo como relatado nessa ocasião?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não aconteceu nada
do tipo?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Eu não recebi, não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Se o senhor quiser
consultar o documento apenas para conhecimento, porque o que eu quero saber é
se o que foi relatado anteriormente se repetiu durante a sua diretoria.



O SR. ARNOLDO MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor participou da concepção do projeto realizado pelo consórcio Sondotécnica – Ingérop?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não participou?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor recorda da existência do convênio com o DNIT ou algo acerca da solução técnica que foi apresentada?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Arnoldo, existiam à época — década de 90 e início dos anos 2000 — outros projetos ou propostas de soluções técnicas para a restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. ARNOLDO MARTINS – O seguinte: existe no DER... Existia no DER uma diretoria de Estudos e Projetos. Então, sendo assunto nessa área, iria para eles e não para a manutenção, que era o setor fim. Entende?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então se houvesse um projeto de restauração não passaria pela diretoria do senhor?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não, é... ah.. Teoricamente, não, porque na década de 90... Eu realmente não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É? O.k.

O senhor já trabalhou ou prestou serviços — assessoria, consultoria, supervisão ou algo do tipo — para empresas que tiveram contratos firmados com o DER/Deinfra relativos à Ponte Hercílio Luz?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor atuou ativamente na Concorrência nº 055/02 do DER, atual Deinfra, que resultou no contrato PJ, que o senhor mesmo citou, 123/2002, assinado com o Consórcio Roca-



TEC para a execução dos serviços de manutenção e conservação da Ponte Hercílio Luz. Digo que atuou ativamente haja vista que o senhor assinou o edital de concorrência e a sua errata, bem como também era o diretor de Operações quando o contrato foi assinado e os serviços começaram a ser realizados, tanto na assinatura quanto no começo desses serviços.

Senhor Arnaldo, por qual motivo não foi exigida a formalização do Consórcio Roca-TEC na sua época, tendo em vista que o contrato e os seus respectivos termos aditivos foram firmados com o CNPJ da empresa TEC?

O SR. ARNOLDO MARTINS – Como é que é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que não foi exigida a formalização do Consórcio Roca-TEC na sua época? E os contratos foram assinados justamente no CNPJ da TEC.

O SR. ARNOLDO MARTINS – Bom, da parte da Diretoria de Operações, era... fazer a documentação para fazer a licitação, ou seja, poderia ser originária da Fiscalização ou de uma ordem superior para você fazer o edital, certo, de licitação. Quando você fazia a parte técnica, você mandava pra jurídica para a análise jurídica do assunto. A jurídica... ã... a partir disso, envia para o Conselho para aprovar esse edital ou, ou, ou a licitação.

Então, por que que não foi formalizado, essa é uma parte documental, não é parte técnica. Então não seria o caso da Diretoria fazer alguma coisa, era a jurídica.
[Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha consciência disso?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acreditava que era um consórcio formalizado?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Sim, porque eu não tenho... Eu, eu não... Vou dizer assim, não participava do setor de registro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas na sua...



O SR. ARNOLDO MARTINS — *(Ininteligível.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor está alegando que na sua concep... O conhecimento que o senhor tinha à época era de que era um consórcio, mas não tinha ideia de que não era um consórcio formalizado.

O SR. ARNOLDO MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabia que era formalizado?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Não sabia. Pra mim era formal. Tinha vários contratos durante muito tempo, anterior ao...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Durante o período em que o senhor foi diretor de Operações do DER, o senhor já solicitou que alguma empresa que trabalhou na Ponte Hercílio Luz diminuísse o ritmo de execução de serviços, ou seja, realizasse medições menores?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k. O senhor...

Senhor Arnaldo, o senhor tem mais alguma informação relevante que queira compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ARNOLDO MARTINS — De minha parte, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, Deputado Bruno Souza.

Passo a palavra ao Deputado Jessé Lopes, à Deputada Marlene, ao Deputado Fernando Krelling, ao Deputado Jerry Comper, ao Deputado Sargento Lima.

(O Deputado Sargento Lima sinaliza que deseja se manifestar.)



Só antes de o Deputado Sargento Lima falar... Eu cometi uma gafe aqui, já que eu estou substituindo o Deputado Marcos Vieira. Vou comunicar aqui que a Deputada Luciane Carminatti estará ausente desta reunião da CPI da Ponte Hercílio Luz, pois está em Brasília participando da avaliação do quinto ano do PNE, o Plano Nacional de Educação e o futuro da educação brasileira. Então, faço essa justificativa de ausência da Deputada Luciane Carminatti.

Deputado Sargento Lima, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Seu Arnaldo, boa tarde. Tudo bem?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Apesar de esta ser uma Comissão de investigação, ninguém aqui está sendo investigado. O senhor aqui é uma testemunha que vai trazer luz e conhecimentos por nós ignorados, tá?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ã... Seu Arnaldo, no período de 1999 a 2000, que foi o período em que o senhor estava envolvido na situação, qual o primeiro cargo que o senhor assumiu em 1999?

O SR. ARNOLDO MARTINS — 99?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — De 99 a 2000? Essa é a data?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(Inaudível.)*

O SR. ARNOLDO MARTINS — Eu era o diretor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Diretor, Tá.

O SR. ARNOLDO MARTINS — Fui diretor, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — De 99 até 2002?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Até 2002.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Até 2002.



Em algum momento o serviço deixou de ser feito por falta de recursos financeiros por parte do Estado? Em algum momento o trabalho deixou de ser realizado por falta de recursos?

O SR. ARNOLDO MARTINS — Nesse período, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Nesse período transcorreu...

O SR. ARNOLDO MARTINS — Normal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — ...na tranquilidade.

O.k., era só isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então, eu gostaria de agradecer a presença do senhor Arnaldo Martins e peço que a assessoria da Comissão o acompanhe. E agradeço.

(O senhor Arnaldo Martins se retira do recinto.)

Passo a palavra ao Presidente Marcos Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhora Deputada, senhores Deputados, muito boa-tarde. Agradeço a compreensão do Deputado João Amin, pois eu estava numa outra reunião lá na presidência.

Mas antes de dar continuidade, vamos pedir para chamar, então, a próxima testemunha, que é o senhor Delbi Joel Canarin. [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

Enquanto o senhor Delbi chega até aqui, vamos dar continuidade ao expediente.

Senhores, recebemos o Ofício 035/2019, que é a resposta ao Ofício 077/2019 da CPI endereçado ao Badesc. O Badesc nos devolve em dois volumes (*mostra os documentos*). Dou por recebido e solicito à assessoria que faça a devida anexação ao processo carimbando, numerando e, após, libere aos demais Deputados que queiram tomar conhecimento, bem como ao Relator da CPI.



Também temos o ofício do Poder Judiciário de Santa Catarina, do Presidente Rodrigo Collaço, que encaminhou o Ofício 1.908/2019, de 26 de junho, encaminhando a esta CPI “anexa mídia CD contendo cópia integral do processo administrativo eletrônico CI nº0013764-53.2019.8.24.0710”. Também dou por recebido e faço a juntada ao processo, numerando e liberando aos senhores Deputados e ao Relator da matéria.

Solicito à assessoria que remeta cópia da solicitação do Deputado Bruno, fazendo a solicitação de novos documentos, à endereçada, Construtora Espaço Aberto, CSA Group, que foi o Consórcio Florianópolis Monumento, ao Deinfra, RMG, Deinfra, Secretaria de Estado da Segurança Pública... essa eu vou me permitir excluir e depois eu quero ter uma conversa com vossa excelência, se assim me permitir (*dirige-se ao Relator*), endereçado ao relatório de natureza financeira, porque entendo que realmente está muito genérico e como nós vamos adentrar em questões pessoais, precisamos dar uma conversada. Bem como também, tenho aqui Deinfra, cópia digital do plano de trabalho, cópia digital do processo também Deinfra.

Solicito à assessoria que remeta cópia aos senhores Deputados para que cada um possa tomar conhecimento e deliberar.

(O senhor Delbi Joel Canarin adentro o recinto.)

O senhor Deputado Bruno Souza, Relator da matéria, pede também que esta Comissão aprove os nomes do senhor Moacir Tadeu de Menezes, que é corretor de seguros envolvido em contratação de apólices atreladas às obras da Ponte Hercílio Luz; e do senhor José Barros, também corretor de seguros. Alguma discussão sobre os nomes? (*Pausa.*)

Não havendo discussão, coloco em votação.

Aprovados.

Senhor Delbi Joel Canarin...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tudo bem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Como vai o senhor? O senhor pode chegar mais perto da mesa, aqui o senhor liga [o microfone] e aqui o senhor desliga.



Senhor Delbi, o senhor sabe a razão de estar aqui na Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Eu sei, mas eu recebi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor recebeu...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — ...às 14h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — De hoje?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — De hoje. Então eu... o que eu me lembrar, eu vou comunicar, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas o senhor tem conhecimento porque o senhor leu o ofício...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Sei, eu li o ofício, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Agradecemos a presença do senhor aqui.

Eu gostaria que o senhor dissesse, bem no microfone...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...para o registro da taquigrafia...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...o nome completo do senhor, a sua idade, data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço completo, por favor. [*Transcrição: Bruna Maria Scalco*]

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Delbi Joel Canarin, sou engenheiro, nasci em 27/11/49 e sou... hoje ainda sou funcionário do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O seu endereço completo, por gentileza.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Valter de Bona Castelan, 403, 88037-300.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Qual o bairro?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Jardim Anchieta, Córrego Grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)— O senhor ia dizer que é funcionário...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Sou funcionário do Deinfra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)— Da ativa?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Da ativa, desde 70. Entrei como estagiário e tô terminando agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)— O senhor jura dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje nesta reunião da CPI?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)— O senhor se faz acompanhar de advogado?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira)— O senhor também não é obrigado a responder a todas as perguntas que lhe são endereçadas.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tem conhecimento?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Feito o início de praxe, passo a palavra ao Deputado Bruno Souza, que é o Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Delbi.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —Muito obrigado por atender o nosso convite.



Senhor Delbi, o senhor poderia confirmar os períodos em que exerceu os cargos de gerente de Licitações e de presidente da Comissão de Licitação do DER/Deinfra.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Foi no período de 94... 95 a 99, por aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 94, 95 a 99?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — 99. Não me lembro o governo na época, não sei se era... Esperidião, se eu não me engano, o diretor era o Edgar Roman.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor foi o gerente de Licitação...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e também o presidente da Comissão de Licitações do DER, do DER/Deinfra?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Sim, o período exato assim... não sei qual foi o governo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor ocupou outros cargos no DER/Deinfra ou na Secretaria de Infraestrutura?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Na época? Bom, na época eu era presidente da Comissão e era gerente de Licitação. Eu fui... eu fui... gerente de... de Conservação e Manutenção.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, ao falar, se puder lembrar dos períodos também.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Pois é, aí vai ser difícil, mas em todos os casos, vou tentar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas no que lembrar...

O SR. DELBIJOEL CANARIN — Mas assim, eu vô sempre... eu vô sempre me referir no período que foi o diretor, que aí... o diretor ou o governo, né, porque eu não me lembro exatamente qual foi. Eu me lembro que o primeiro acho que foi o



Esperidião Amin, depois não sei se veio o Paulo Afonso, depois voltou Esperidião, alguma coisa assim. Foi nessa época que foi o Esperidião Amin, que aí o diretor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas quais cargos?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — ãh?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os cargos e o período.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Os cargos, tá. Normalmente foi... Eu fui gerente de... de... de Conservação ou eu era gerente de Licitação nesses períodos, sempre fui nesses dois cargos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sempre... Esses foram os cargos que o senhor exerceu anteriormente?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Foi o cargo que exerci nas épocas desses governo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E atualmente é o diretor de Operações do Deinfra?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — É, diretor de Operação do Deinfra eu entrei quando foi no governo do Colombo Salles, o Wanderley era o presidente do Deinfra, que convidou, eu fiquei lá e tô até hoje, até hoje to como diretor de Operações do Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sabe lembrar, precisar mais ou menos o ano que o senhor começou como diretor de Operações?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — 2015?... 15, 16, 17, 18 e aí trocou o governo agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E continuou como diretor.

O escritório da Ponte Hercílio Luz, parte do 9º Distrito Rodoviário de Florianópolis, sempre esteve sob a responsabilidade de Diretoria de Operações?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — O escritório de?... Da Hercílio Luz? Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)— Isso.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Assim ó, ele teve, na época, em 98, naquela época era ligada à Diretoria de Operações. Nesse período... nesse outro período era ligada à Diretoria de Obras, hoje ainda Diretoria de Obras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ainda está.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza)— De 98 até hoje está na Diretoria de Obras?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — É. Na época lá que... do governo... quando eu entrei como gerente de Licitações pertencia à Diretoria de Obra... à Diretoria de Operações, que eu acho que quem teve aqui antes de mim foi o diretor de Operações na época. Depois, quando passou nesse outro período que tu falou aí, já pertencia à Diretoria de Obras, que é a Diot, que pertence até hoje. O contrato inclusive era com aquela Diretoria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

E no período que o senhor exerceu os cargos de gerente de Licitações e de presidente da Comissão de Licitações, o senhor recorda de quais certames licitatórios participou referente à contratação de manutenção ou reabilitação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — De manutenção. Acho que foram dois... dois contratos. Acho que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais foram?
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. DELBI JOEL CANARIN — ...98 até noventa... Foi dois contratos que eu me lembro que eu fiz, agora... o período é de 98. Na época, que eu fui diretor de Licitações. Aí tem que ver o período do governo, não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participou de dois certames, então?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Dois.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor se recorda?...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Dois, dois eu me recordo, que era de conservação dos viadutos, porque a parte pênsil só começou nesse governo anterior aí, no governo acho que do Luiz Henrique, alguma coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — A parte pênsil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O senhor conheceu os profissionais que realizavam a manutenção na Ponte Hercílio Luz no final da década de 90 e início dos anos 2000? Engenheiros, proprietários, as empresas de engenharias, da engenharia Roca ou TEC e seus representantes?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Eu conhecia da Roca, eu conhecia, era de Curitiba. Inicialmente era a Roca, depois entrou a TEC. A TEC era uma outra firma que eu acho que é Técnica de Engenharia Catarinense, depois consorciaram os dois, tiveram contrato os dois consorciados com o Deinfra lá, para manutenção dos viadutos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor conhecia bem os representantes das empresas?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Conhecia e conheço ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participou de alguma maneira da concepção do projeto realizado pelo consórcio Sondotécnica – Ingérop (projeto DNIT) ou da formalização do convênio entre o DER e o DNIT ao final da década de 90 e início dos anos 2000?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — O projeto do DNIT foi o primeiro que teve. Eu participei junto com outros membros aí que eu não me lembro, um era... acho que ele foi diretor da Casan, se não me engano, é... Beneton, que é engenheiro, acho que é aposentado. O prim... as prime... o... a primeira vez que veio o projeto



do DNIT eu participei da análise do projeto, entendeu? Ele já veio pronto, nós só analisamos e depois dali pra frente acho que foram feitas algumas modificações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não tem... não participou da concepção do projeto.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não. Concepção não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De nenhuma maneira?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não. Não, porque o projeto já veio pra nós pronto do DNIT, entendeu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor lembra se quando foi concebida a solução proposta pelo consórcio, outras alternativas foram apresentadas?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Na época?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na época.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Eu não me lembro. Eu não me lembro se... Se teve alguma alteração, tu diz?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não, eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou apresentaram alguma solução alternativa?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não. Nós só analisamos o que veio do DNIT. Era uma comissão, não me lembro se eram cinco pessoas – eu me lembro do Beneton, porque eu me dou com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Deinfra revisou ou apresentou sugestões para esse projeto do DNIT?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não. Nós só analisamos e aceitamos como tava.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aceitaram como tava.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Como tava. Naquela comissão nós não fizemo alteração nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que foi escolhida essa proposta?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — É que o DNIT tinha oferecido na época. Nós não fizemo alteração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas ela era viável tecnicamente, os senhores avaliaram?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tecnicamente... eu acho que era. Veio pra nós, a análise que nós fizemo tava correta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A análise era... demonstrava que o produto era adequado.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Pra nós... Depois foram feito outras alterações, que aí eu já não participava mais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não participava mais?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não, aí não. Só participei na primeira análise que o DNIT mandou. Só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os aparelhos de apoio, as rótulas, da torres principais nunca foram trocados, já que, para isso acontecer, teria que se transferir o peso da estrutura da ponte sustentado pelas torres, né, para outra estrutura provisória. Tais aparelhos possuíam quase oitenta anos à época do projeto do DNIT. Os empreiteiros que prestaram manutenção à ponte já afirmaram, nesta Comissão, que essas rótulas não funcionavam mais como deveriam, uma vez que se encontravam em estado *frozen*, como tecnicamente os senhores falam, congelada. Ou seja, não mais permitiam o movimento de rotação, limitada para a qual foram projetadas. Então, por que escolheram essa solução?



O SR. DELBI JOEL CANARIN — Aí não... eu não... eu não me lembro, eu não posso te responder isso aí, não tenho... não me lembro de... Eu não me lembro assim ó, do que ocorria na parte do pilar embaixo, eu não me lembro direito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores não consideraram isso na análise?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não, eu não me lembro. Não posso te responder porque eu... Entrar em coisa de erro... eu não me lembro disso aí. Eu não posso dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi um erro?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não. Eu não... Eu não posso dizer, porque senão eu posso errar. Eu não me lembro dessa parte da rótula aí, eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas é uma parte extremamente importante para se avaliar num...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Como é qualquer aparelho de apoio de outra ponte, também é importante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato. Por isso que eu estou lhe perguntando se...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Só que como eu não conhecia a parte mecânica, eu não vou... eu não posso dar a resposta. Tu tá falando que ela tava emperrada, eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que elas não estavam? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não, eu não considero, porque eu não sei, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque todos os engenheiros que passaram por aqui afirmaram isso.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Então... eles tão correto... Eu não posso dizer que eles tão co... se eles tão correto...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que a análise desse projeto do DNIT foi feita da maneira adequada?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Foi feita da maneira que nós tínhamos condições de aten... de fazer, e fizemos dentro do possível, né? Não fizemos alteração nem nada, nós aceitamos o que veio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então os senhores apenas aceitaram?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Aceitaram... Nós não fizemos alteração nenhuma do DNIT.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor considera que foi... é que eu não consigo compreender a resposta do senhor. O senhor considera que foi uma análise bem-feita ou não?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não sei o que tu pode dizer bem-feita... eu, eu não sei. Nós analisamos o que veio e foi, e foi, e foi aceito pelo órgão como veio do DNIT. Depois deve ter sido feita outras alterações que daí eu não sei, eu não participei. Só participei de uma... da reunião, da primeira reunião junto com outra comissão que nós analisamos a primeira que veio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, então, pelo que o senhor está me dizendo, houve alterações mais tarde?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não, não sei. Eu tô dizendo que pode ter havido outras alteração, que aí eu não participei. Nós não fizemos alteração...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor afirmou algumas vezes aqui que houve alterações posteriores no projeto que veio do DNIT, mas o senhor não estava presente.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — É, eu não sei. É, eu acho que houve alteração, porque o que tá lá não é exatamente o que veio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então vocês erraram na análise do projeto.



O SR. DELBI JOEL CANARIN — Podemos ter errado. Agora, não posso te garantir que nós erramos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o projeto não era exequível? Os senhores (*ininteligível*)...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não sei se era inexecuível. Eu não tô dizendo que não era inexecuível. Nós analisamos o projeto, nós não analisamos se era o perfeito, se era aquilo que deve ser aplicado, que, provavelmente, não foi o que foi feito. Foi feito outro projeto, eu acho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bem, o senhor está me dizendo que fizeram uma análise, mas não se a análise era do projeto adequado, ou perfeito, ou ideal.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não, não, não analisamos pra aplicar ali. Nós analisamos um projeto que veio do DNIT, como vem de qualquer lugar tu analisa o projeto, o projeto tá correto como tá feito, agora, se vai ser aplicado ou não, aí não é decisão nossa. Nossa decisão era só verificar como estava o projeto, e verificamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Verificaram e na sua opinião...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não fizemos relatório, só demos a opinião e ficou por isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E na sua opinião o projeto estava adequado?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Como veio na época, tava, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Estava bom, então?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não sei, se ele pode ser bom pra mim e pode ser não bom pro outro técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tecnicamente, era aplicável?



O SR. DELBI JOEL CANARIN — Pra mim, podia ser. Pra mim. Agora pros outros, não. Depende de cada um, né? A análise vai ser... a minha análise não pode ser igual a de outro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade eu tinha uma concepção de que engenharia não é uma questão de opinião. Eu tenho para mim, eu não sou engenheiro, mas o senhor pode me confirmar isso, que a engenharia não me parece algo como uma questão de gosto ou opinião. Parece-me ser algo muito mais exato que isso. Por isso a minha pergunta sobre a sua análise do projeto.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tá, mas assim, ó, só um detalhe: tu pode fazer dois projetos diferente um do outro, não pode?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — E pode ser os dois bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor considera que o que veio era adequado?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Na época pra mim era adequado. Agora, terias que perguntar pros demais membros da Comissão para ver se eles concordam comigo ou não, né? Que a minha opinião pode ser diferente da dos demais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor... Novamente, só para que fique registrado, o senhor considera que ele era adequado. Então a análise, e houve alteração posterior, a análise não foi a ideal, né?

Senhor Delbi, existiam à época, década de 90 e início dos anos 2000, outros projetos ou propostas de soluções técnicas para a restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não entendi a pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Existiam na época outras propostas de outras soluções técnicas para a restauração da ponte?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não sei, não sei. Porque é assim, ó: na minha época nós só fizemo a manutenção dos viadutos. Só. O projeto que veio do



DNIT foi feito... ele veio pra ser analisado. Eu não participei, nem nós, da Comissão, não participamos de mudança de projeto nem de outros projetos, não participamos. Nós só fizemos a manutenção dos viadutos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor não recorda se existiam outras soluções técnicas na época discutidas?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não, não me recordo. Pode ser que tenha visto, não me recordo. Não participei, não me recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor já trabalhou ou prestou serviço, assessoria, consultoria ou supervisão para empresas que tiveram contratos firmados com o DER/Deinfra relativos à Ponte Hercílio Luz?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Nunca participei de nenhuma empresa fora do Deinfra, desde 70 até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor atuou ativamente na Concorrência 5.502 do DER, atual Deinfra, que resultou no Contrato PJ 123, de 2002, assinado com o Consórcio Roca-TEC para a execução do serviço de manutenção e conservação da Ponte Hercílio Luz. Eu digo que o senhor atuou ativamente, haja vista que o senhor assinou o edital de concorrência, bem como a sua errata, e também a ata da sessão da licitação, e fez publicar o resultado da licitação. *[Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Roca-TEC, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Da Roca-TEC, isso mesmo.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Manutenção, não é isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Acho que é 98?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Este contrato é de 2002.



O SR. DELBI JOEL CANARIN — 2002, é. Mas não sei se começou em 2002 ou... Porque teve dois, um em 90 e alguma coisa, depois foi um até 2003, eu acho, 2004.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor lembra bem desse contrato?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tô... tô lembrando ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, por qual motivo não foi exigida a formalização do consórcio Roca-TEC na sua época, tendo em vista que o contrato e seus respectivos termos ativos foram firmados com o CNPJ da empresa TEC somente?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Participaram as duas ou separado? Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os contratos foram todos assinados pela TEC, elas concorreram juntas, com o Consórcio Roca-TEC. A minha pergunta é: por que não foi exigida a formalização do consórcio?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Teria que ver o edital, sem o edital... O edital previa consórcio? Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Previa consórcio, sim. Elas concorreram juntas...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Foi assinado só com a TEC?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não... Elas (*inaudível*), mas elas concorreram juntas e em consórcio, e o edital previa.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tá. E foi assinado só com a TEC?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pela TEC.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — A TEC era a líder?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A TEC era a empresa que assinava e era a líder, sim.



O SR. DELBI JOEL CANARIN — Se era a líder, ela tinha que assinar com TEC, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, mas por quê?...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Normalmente é assim, ó: quando se forma um consórcio, tu define uma líder para ser a dona do contrato. É ela que vai assinar o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entretanto...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Isso é pela Lei 8.666.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas o CNPJ tem que ser do consórcio.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Se tu montar o consórcio. Normalmente eles fazem um consórcio. ã... normalmente quando faz a licitação, eles fazem um... como é que se diz... em cartório, eles montam um consórcio em cartório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor me desculpe, mas elas concorreram juntas, concorreram como consórcio e o CNPJ tem que ser do consórcio. Entretanto, a TEC que assinou. Eu gostaria de entender por que não foi exigida a formalização do consórcio?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tá. Então, tá. Então eu, eu teria que ver esses documentos. Eu não, não posso te responder. Por que assim, ó: quando tem um consórcio, tu define uma empresa líder. A empresa líder... posso continuar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — A empresa líder assina o consórcio e o contrato é direto com ela, até os pagamentos são feito pela empresa líder. Entendesse? A não ser que seja definido o percentual, que eu não sei se tá definido, de cada uma delas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não... Na verdade não é isso. Se é constituído o consórcio, o CNPJ tem que ser do consórcio.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tudo bem.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As duas empresas concorreram como um consórcio. Entretanto, só uma empresa assinou, assinou os contratos.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Ah, então assim, ó, então eu teria que ver, porque realmente eu também não posso me lembrar de todos os detalhes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Dessa forma que o senhor me falou, me relatou, não é consórcio.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Se não é consórcio, não podia ter assinado, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É. E por isso queremos que o senhor nos esclareça. O senhor era o presidente da comissão.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Só... só se eu ver as documentação, porque eu não me lembro mais. Eu não me lembro. Esse detalhe aí eu não tô lembrado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade não é um detalhe, né? É toda a forma jurídica de um contrato enorme...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Não, tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que envolveu duas empresas extremamente conhecidas.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Deputado, eu até nem sei juridicamente se isso aí tá correto. Acho que não, né? Isso que tais dizendo acho que juridicamente não tá correto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, está correto, está... É assim que é feito e é assim que deveria ter sido feito. Nós queremos entender por que não foi feito assim.

O senhor atuou também na licitação... atuou na licitação ou em qualquer aspecto envolvendo a contratação da empresa TEC no ano de 2005?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Sss...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que prestou serviço na época de conservação e manutenção da Ponte Hercílio Luz?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Manutenção da ponte, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participou?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Pode ser que eu tenha participado... em 2005. Se foi no período que eu era, se foi no período que eu era presidente da Comissão e gerente da Licitação, provavelmente eu participei. Se foi nessa... no período que eu tava lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Senhor Delbi, o senhor tem mais alguma informação relevante que queira compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que possa nos ajudar a esclarecer os fatos relativos à Ponte Hercílio Luz?

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Assim, ó, eu, eu até não tenho porque eu não me preparei pra vir aqui. Eu recebi essa notificação hoje às duas horas da tarde. Eu não... o que eu tô te fornecendo aqui é o que eu me lembro, só isso, é o que eu me lembro. Então, se eu tivesse tempo para me preparar, poderia ser até que teria dado mais informação, entendesse?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se o senhor lembrar de mais alguma informação que queria prestar a esta Comissão...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tudo bem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...nós estamos à disposição também para lhe ouvir novamente.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Tá o.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu me dou por satisfeito. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, pergunto ao Deputado Jessé Lopes, à Deputada Marlene, ao Deputado



Fernando, ao Deputado Jerry, ao Deputado Sargento Lima, ao Deputado João Amin [se desejam fazer perguntas].

(Os Deputados citados declinam usar da palavra.)

Este Deputado também não tem nada a perguntar.

Eu agradeço a participação do senhor...

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Delbi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...Delbi Joel Canarin. O senhor está dispensado.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Muito obrigado. Conheço bem o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito obrigado.

O SR. DELBI JOEL CANARIN — Obrigado, tá?

(O senhor Delbi Joel Canarin deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, mais algum assunto a ser discutido? *(Pausa.)*

Não havendo mais nada a discutir nem a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra, ordinária, para a quarta-feira da semana que vem.

Boa noite e também muito obrigado. *(Ata sem revisão dos oradores.)*
[Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza / Leitura final: Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



**ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS
OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS
OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE,
REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE
REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, muito boa-tarde. Boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como quero cumprimentar as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc e as senhoras e os senhores que se fazem presentes na tarde de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída por ato da Mesa desta Casa. Os senhores Deputados receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída, como disse, pelo Ato da Presidência nº 30.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Recebemos um ofício do eminente Deputado Nazareno Martins, líder do bloco parlamentar PP, PSB, PRB e PV, comunicando a ausência do Deputado João Amin, tendo em vista que está de licença sem remuneração.



Vamos à pauta, senhores Deputados.

Recebemos o Ofício nº 54.137/2019, do Departamento Nacional de Infraestrutura, em resposta à solicitação encaminhada àquele órgão. Solicito à assessoria que faça o apensamento ao processo. Também recebemos o Ofício nº 102, do Crea, em resposta ao Ofício 93/2019, da CPI, encaminhando relação. Também peço à assessoria que faça o devido recebimento e apensamento. Recebemos da Secretaria de Estado da Infraestrutura, assinado pelo senhor Secretário Carlos Hassler, o Ofício nº 529, solicitando prorrogação pelo prazo de trinta dias para que seja enviada a documentação solicitada no Ofício 089/2019. Fica autorizado e também solicito que se faça o apensamento.

Senhores Deputados, tenho aqui o ofício do Deputado João Amin que solicita seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão o senhor José Ruiz, [incluindo-o] na lista das testemunhas a serem ouvidas pela CPI. E me vem à memória que o senhor José Ruiz foi descoberto por um jornalista do Notícias do Dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu li a matéria... Só deixa eu fazer o comentário e depois eu dou a palavra a vossa excelência.

Diz a matéria do jornalista Altair que o senhor José Ruiz é o autor, Deputado Lima, daquela assinatura daquele aditivo, daquele contrato, que todos que estiveram aqui desconhecem. E o senhor José Ruiz, na matéria, disse para o jornalista que a assinatura era dele e que ele trabalhou 38 anos na ponte.

O Deputado Bruno Souza com a palavra (ri).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Desculpa, é que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Imagina.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — É que na verdade nós não descobrimos e o jornalista descobriu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, na verdade essa informação do jornalista não é verídica... Não é que não seja verídica, ele, na verdade, descobriu com quinze dias de atraso, porque nós temos documentos já protocoladas desde o dia 22 de maio e nós sabíamos que era o senhor João Luiz... José Luiz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — José Ruiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — José Luiz. E ele... só que na verdade ele tinha... a gente também encontrou as procurações que ele tinha para assinar no nome de outras pessoas. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Então, para esse momento, a gente não viu só a necessidade de... Enfim, a gente está aqui para fazer uma análise técnica e não para fazer fumaça. Nós temos a documentação protocolada que mostra que sabíamos já, desde o dia 22, nós tínhamos a lista com as assinaturas de cada funcionário da obra. Então estava lá a assinatura dele e esse mistério tinha sido resolvido. Mas nos aprofundando nas outras matérias da CPI, a gente não viu aquilo como um fator relevante que deveria voltar atrás, então só seguimos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas se Deputado fosse o jornalista Altair, ele seria um bom investigador aqui na CPI. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Fernando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO KRELLING — Eu me sinto desconfortável numa situação dessa. Se eu sou questionado na rua, sendo membro da CPI, passaria batido e talvez passasse vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, então vamos convocar o senhor José Ruiz e também há a solicitação



do Deputado Bruno, Relator da matéria, para que sejam convocados os senhores Roberto Alexandre Zattar, integrante da Comissão Permanente de Licitação, responsável pelo Edital 44/2017; Laércio Osvaldo Martins, componente da equipe de apoio da Comissão Permanente de Licitação; Paulo Ney Almeida, sócio do Consócio Florianópolis Monumento, da Construtora Espaço Aberto; e também a senhora Denise Regina Almeida Marcon, sócia da Construtora Espaço Aberto e também do Consócio Florianópolis Monumento.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada a solicitação de convocação de todos.

O Deputado Bruno também apresenta a solicitação de requisição de novos documentos ao Deinfra (informações acerca do histórico dos processos de desapropriações, cópia eletrônica dos processos físicos e também cópia de inteiro teor do regulamento Consócio Florianópolis Monumento/Espaço Aberto, todos os dados).

Quanto à quarta solicitação, eu me permiti tirar de pauta porque se trata mais uma vez dos relatórios financeiros de pessoas que não estão relacionadas.

Então ficam aprovados.

Senhores Deputados, vamos então à ouvida da testemunha, o senhor Moacyr Thadeu de Menezes. Onde está? Já se encontra? Por favor...

(O senhor Moacyr Thadeu de Menezes senta-se no local indicado pelo Presidente.)

Senhor Moacyr Thadeu de Menezes, o senhor sabe por que foi convocado para vir nesta tarde na CPI?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Pra falar sobre a parte de... de... de seguro da ponte.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Para falar sobre a ponte.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Isto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Para investigar eventuais ilicitudes na ponte. O senhor recebeu o ofício?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Recebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor leu?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Li.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor sabe por que está aqui.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A identidade do senhor Moacyr? *(Pergunta à assessoria da CPI, que responde que já providenciou fotocópia.)*

Eu gostaria, senhor Moacyr, que o senhor dissesse o seu nome completo, a sua data de nascimento, a sua profissão e o seu endereço completo – e sempre falando perto do microfone, por favor.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Moacyr Thadeu de Menezes, nascido em 23/10/53, meu endereço é Martinho Calado, 20, apartamento 902, Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — E a sua profissão?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É... empresário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — De que ramo?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É... é consultoria e projetos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Moacyr, o senhor se faz acompanhar de advogado?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não.

O senhor também jura dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Juro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também pode... Se o senhor desejar não responder pergunta, o senhor também...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode... tem esse direito de ficar em silêncio.

Feitas as perguntas preliminares, eu passo a palavra ao Deputado Bruno Souza, que é o Relator da CPI.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Moacyr.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado pela sua presença. O motivo da sua requisição é porque o senhor atuou na negociação e contratação de seguro...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...ligado às obras e aos serviços de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz durante a execução do Contrato PJ nº 264/2008 pela Construtora Espaço Aberto...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Certo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que foi integrante do Consórcio Florianópolis Monumento.

Então eu começo perguntando: o senhor poderia descrever um pouco da sua atuação profissional no ramo de seguros?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Na verdade eu fui contratado pela Mapfre pra fazer o levantamento de custo da ponte, né? E... nós fizemos todo esse trabalho, apresentamos... apresentei à Mapfre e à corretora, porque pra fazer seguro é obrigado ter uma corretora, né, e isso foi apresentado e eles fizeram a tratativa com a Espaço Aberto.

É... eu já gostaria aqui de fazer um... um aparte, de que o diretor da época da Mapfre hoje contactou comigo e disse que tem toda a documentação e tá esperando a convocação, o Jorge Barros, né, residente em Curitiba, com a documentação necessária de todo aquele processo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor já atuou em outras... já representou outras seguradoras? [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não. Eu só... só fui contratado pra fazer o levantamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Qual foi o seu papel na... gostaria de ouvir mais detalhadamente qual foi o seu papel na securitização das obras e dos serviços da Ponte Hercílio Luz durante a execução do Contrato 264/2008 pela Construtora Espaço Aberto?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Olha, na... Foi feito o seguro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ã-hã.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não foi pago o seguro, aí foi... foi a... A Mapfre fez uma comunicação à Procuradoria junto ao Tribunal de Contas informando o não pagamento e cancelando a apólice de seguro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi o seu papel nesse processo?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Eu não... Eu fiz o levantamento e apresentei à Mapfre pra ela estipular o valor da apólice.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fez o levantamento do custo?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É, de custo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quantas apólices de seguro foram emitidas?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Uma só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas uma.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É. Que eu tenha conhecimento, uma. *(Ri.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso foi em que ano?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Foi no final da administração do Paulo Meller, no Deinfra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode precisar o ano?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Oito anos atrás... dois mil e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse contrato, ele foi somente no nome da Construtora Espaço Aberto ou do Consórcio Florianópolis Monumento também?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Na época... Isso aí eu não sei, porque eu apresentei os trabalhos pra Mapfre e ela fez essa negociação com a Espaço Aberto e com o Consórcio.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não saberia dizer se foi só com a Espaço Aberto ou com o Consórcio?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É. O que eu tenho certeza é que não foi pago. Disso aí eu tenho certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual era o valor desse contrato... desse consórcio?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Do... o valor da apólice?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Da apólice do seguro.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Na época tava em 280 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 280 milhões.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Aproximadamente, tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

Senhor Moacir, o seguro contratado foi o seguro garantia para a execução do contrato ou foi emitida alguma apólice de valor menor para viabilizar a participação da empresa na licitação?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Na verdade foi feito esse seguro pra legalizar a parte da licitação, porque não tinha seguro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k., mas então foi feito um seguro, uma apólice menor e foi com o fim de viabilizar a participação da empresa na licitação. Foi isso?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não... Menor, eu não sei, tá? Eu passei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O seguro contratado foi um seguro garantido ou um seguro garantia para a execução do contrato ou não?



O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Não, foi pra, pra, pra, pra garantia de que acontecesse alguma coisa na ponte. Por exemplo, se ela caísse, alguma coisa, aí o seguro cobriria esse custo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Então foi de risco de engenharia. Então é isso?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Risco de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Seguro de risco de engenharia. Foi isso?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - No valor de duzentos e...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Aproximadamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...sessenta milhões.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – É. Duzentos e oitenta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – De 280 milhões?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Na época, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor encontrou pessoalmente com representantes da Construtora Espaço Aberto?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Encontrei... duas vezes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Duas vezes?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quem eram esses representantes?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Era o Paulo. O Paulo da Espaço, o proprietário.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor encontrou duas vezes, então, com o...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Junto com o Jorge Barros, da Mapfre, e um corretor da, da, da Mapfre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quais eram as finalidades desses encontros?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Era pra negociar a parte de seguro, porque ele tinha necessidade de fazer esse seguro da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E onde eram realizados esses encontros?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Na Espaço Aberto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Na sede da empresa?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – É, na sede da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Sob quais condições foi realizado o contrato para segurar a obra? As condições foram cumpridas? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES – Olha, foi feito... Aí já é a parte da Mapfre com o Jorge, que fez todo esse *approach*, esse contato. Aí eu já não tenho mais conhecimento. A minha parte eu fiz, entreguei, participar ali de duas reuniões, e ele continuou a fazer. Tanto é que hoje ele falou que tem toda a documentação necessária, né, que foi conversado com o Victor [refere-se ao assessor da CPI Victor Rorato], e essas comunicações da inadimplência, da suspensão do seguro, né, esses detalhes aí é com ele e ele tá preparado para vir, aguardando só a convocação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

E a apólice fornecida pela seguradora, ela foi apresentada pela Construtora Espaço Aberto ao Deinfra?



O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Eu acredito que sim. Eu... Disso ai eu não participei, mas foi entregue a ele. Com uma... com uma... com um boleto pra pagamento, né, o qual não foi pago, e depois a seguradora comunicou a suspensão da apólice em função da inadimplência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E houve algum pagamento por parte da Construtora Espaço Aberto à seguradora?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Nenhum centavo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nenhum centavo? Nunca?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Nenhum centavo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E de quanto eram as parcelas?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não, foi numa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era uma?...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Uma... Um pagamento só.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Um pagamento só?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra o valor?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não... mas era... pelos cálculos devia ser na faixa aí de uns R\$ 3 milhões, R\$ 4 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E nunca foi pago então?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É. Mas isso ai o Jorge vai trazer todos os comprovantes ai.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.



A apólice perdeu a sua validade em algum momento?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Perdeu. Em função do não pagamento ela foi extinta quinze dias após o não pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode precisar o mês e o ano?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Foi no ultimo ano do Deinfra, ali na administração do Paulo Meller, e... foi agosto. Mês de agosto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E não foi mexida a outra apólice?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não. Só pra... É... Existe uma... uma... um acordo entre seguradoras que quando acontece uma inadimplência nenhuma seguradora faz o seguro. Existe isso informalmente entre eles: ó, não pagou, tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

E o Deinfra, ele foi notificado de que a apólice...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...apresentada não possuía mais validade?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Foi porque e... o... o Jorge teve três reuniões no Deinfra, eu não acompanhei; ele teve reunião no Tribunal de Contas, na Procuradoria junto ao Tribunal de Contas mais umas três vezes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem foram as autoridades, o senhor pode me... O senhor lembra, pode me dizer quem foi notificado? Essas reuniões foram com quem?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Foi o presidente do Deinfra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — O Paulo Meller. E é... A assessoria jurídica. Isso eu tô falando em função do que o Jorge me posicionava.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso foi logo após a perda da validade da apólice?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou seja, a Ponte Hercílio Luz estava sem seguro algum e as autoridades foram notificadas disso?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Com certeza, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sabiam que a ponte, se houvesse qualquer problema, não estava segurada?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É. eles foram comunicados que tinha sido suspensa a apólice em função da inadimplência, do não pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem qualquer outro documento referente à contratação do seguro, incluindo essa apólice?

(O senhor Relator pergunta ao assessor da CPI: “Nós temos aqui?”)

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não. Esse... essa documentação toda o senhor Jorge vai trazer, porque é uma documentação que não é minha, é da Mapfre e da corretora, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

E o Deinfra, ele chegou a acionar a seguradora para levantamento do eventual valor segurado ou da obtenção de algum tipo de informação?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não sei. Isso aí realmente eu não sei. Isso aí tem que ser com o pessoal da Mapfre, com o Jorge.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Moacyr, nós vamos lhe mostrar alguns documentos e gostaríamos de saber se o senhor reconhece algum deles e pode nos esclarecer algumas dúvidas. Tudo bem?



O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Pois não. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O primeiro é o e-mail datado de 19/08/2013, em tese remetido pelo senhor para a pessoa de nome Luciane, da Construtora Espaço Aberto. (*Mostra documento ao depoente.*)

O senhor reconhece esse e-mail? Foi o senhor que recebeu?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que remeteu?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, foi o senhor?

A cotação de seguro que está descrita no e-mail foi a que resultou na apólice contratada pela Espaço Aberto? Pode explicar esse trâmite para a gente?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Ah, não. Aí essa negociação final foi com o Jorge. A seguradora, né, o corretor, que o Jorge era diretor na época, aí é uma negociação que... que fizeram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas foi essa a cotação?...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — O valor orçado foi esse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse foi o valor orçado para a negociação?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É, inicialmente, pra negociação, iniciar a negociação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Moacyr, o próximo documento é uma...

Pode passar pra ele, por favor. (*O senhor Relator pede que a assessoria mostre ao depoente o documento.*)



Senhor Moacyr, o próximo documento é uma carta de nomeação firmada pela Construtora Espaço Aberto, datada de 10/03/2014, onde a JLT Brasil Corretagem de Seguros é nomeada como única e exclusiva corretora de seguros para os seguros de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz. Essa carta de nomeação ou essa corretora possuem alguma ligação ou envolvimento com a apólice de seguro contratada por seu intermédio?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — *(O depoente diz que não com a cabeça.)* Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então essa carta... essa... essa seguradora que foi apresentada não possui nenhuma relação com o seguro que o senhor intermediou?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não, nem conheço, nem conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por fim, o último documento é uma apólice de seguro garantia *(mostra documento ao depoente, que observa atentamente)*. Essa não é a apólice contratada por seu intermédio?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não é?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sabe informar se o seguro contratado com a sua intermediação foi o que substituiu o seguro referente a esse apólice que o senhor acabou de ler?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É... aqui ele fala só a garantia do contrato, não é da ponte. Ele fala sobre a garantia do contrato, não é da ponte. Da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Diferente do seguro do senhor...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — É.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que o senhor estava orçando...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — O seguro era da obra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era para a obra...

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Da ponte, da restauração...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E essa era apenas pro contrato.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou seja, a Ponte Hercílio Luz continuou, a obra continuou sem... sem seguro.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante todo esse período?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — E aí não é apólice, né, é um pedido de... de... de... de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Um pedido de seguro só, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De seguro.

Senhor Moacyr, a seguradora teve prejuízo nessa negociação?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Teve. Não recebeu um centavo a Mapfre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por fim, o senhor pode afirmar que o seguro contratado por seu intermédio não teve qualquer validade legal pelo visto do seu não pagamento?



O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Ela... Ela... Ela, quando foi assinado com a Mapfre, ela se tornou legal. A partir do não pagamento, ela tem... ela teve um prazo, em que é tolerada a inadimplência, foi feito... O Jorge teve aqui, conversou, não foi pago, aí ela foi suspensa a apólice de seguro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Moacyr, o senhor tem mais alguma informação para compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algo que possa nos ajudar a esclarecer os fatos envolvendo a Ponte Hercílio Luz?

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Não, mas com a documentação do Jorge que ele tá trazendo, tanto da seguradora, dele, das tratativas, *e-mail*, negociações, apólice, anulação da apólice, tudo, documentos, isso aí vai... Vai ajudar bastante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo certo. Muito obrigado pela sua participação.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, terminada a manifestação do Deputado Bruno, concedo a palavra, se desejar falar, ao Deputado Jessé, à Deputada Marlene, ao Deputado Sargento Lima, ao Deputado Fernando Krelling, ao Deputado Jerry e à Deputada Luciane Carminatti. *(Os Deputados citados declinam usar da palavra.)*

Este Deputado também não deseja [usar a palavra].

Senhores Deputados, não havendo mais nada, então, a deliberar, eu o dispenso, senhor Moacyr, e agradeço a sua participação. Peço à assessoria que o acompanhe até a área externa desta sala.

O SR. MOACYR THADEU DE MENEZES — Muito obrigado.



(O senhor Moacyr Thadeu de Menezes deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, dou por encerrada, então, a presente reunião, convocando outra, ordinária, para quarta-feira da semana que vem.

Muito obrigado e uma boa-noite para todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Leitura final: Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 7 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Boa tarde a todos e a todas, Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV da Assembleia Legislativa, pela Rádio Digital e também aqui na sala da CPI.



Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da CPI constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL.

Inicialmente eu coloco em votação a ata da reunião anterior, que os senhores Deputados receberam cópia em seus gabinetes.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Nós temos aqui no expediente a sinopse da correspondência e outros documentos recebidos: ofício encaminhado pelo senhor Sebastião Moraes Mattos, da Vivenda Construções, em resposta ao Ofício nº 92/2019; ofício encaminhado pela RMG Engenharia enviando a documentação solicitada, em resposta ao Ofício nº 97/2019; Ofício 59.332, do DNIT, encaminhando documentos e informações solicitadas em resposta ao Ofício nº 88/2019; Ofício SIE nº 632, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, encaminhando documentos em resposta ao Ofício nº 89; Ofício nº 003-CEA/Alesc, da Construtora Espaço Aberto, solicitando prorrogação de prazo para o envio de documentos em resposta aos Ofícios 95 e 113/2019; também Ofício TC/GAP 12.318/2019, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, informando a prorrogação da cessão dos servidores Roberto Silveira Fleischmann e Gabriel Vicente de Ferreira Carvalho; Ofício SIE 733/2019, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade; requerimento do Deputado Bruno Souza para juntada de documentação; e Ofício GJA 278/2019 encaminhando documentos a esta CPI.

Para a ordem do dia de hoje, nós temos a requisição de novos documentos. Eu não sei se o Relator tem alguma observação para fazer sobre os novos documentos. *(O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, gesticula negativamente com a cabeça.)* Algum outro Deputado? *(Pausa.)* E



temos hoje a oitiva das testemunhas Roberto Alexandre Zattar e Laércio Osvaldo Martins. Pergunto: encontram-se aqui? *(A assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito informa ao Presidente que as testemunhas se encontram no recinto.)*

Eu peço que o senhor Laércio seja acompanhado pela assessoria da Comissão à outra sala, a fim de que aguarde, e chamo o senhor Roberto Alexandre para fazer parte aqui da nossa reunião.

(O senhor Roberto Alexandre Zattar senta-se no local indicado pelo Presidente.)

Muito obrigado, senhor Roberto Alexandre.

Senhor Roberto, o senhor tem conhecimento do motivo de estar aqui?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Eu peço que o senhor se apresente dizendo o seu nome, a sua idade, a sua data de nascimento, o seu endereço e a sua profissão.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Pois não. Engenheiro civil Roberto Alexandre Zattar, funcionário de carreira do ex-Deinfra, hoje Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, nascido em 18/8 de 1955, morador na Rua Tenente Silveira nº 540, apartamento 202.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Muito obrigado, senhor Roberto. O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor tem o direito de permanecer calado, depois de alguma intervenção.

Eu passo neste momento a palavra ao Relator, Deputado Bruno Souza, para dar sequência à oitiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, utiliza-se da projeção de imagens para ilustrar a oitiva.)*



Boa tarde, senhor Roberto.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Obrigado por atender a nossa convocação.

O motivo da sua requisição é porque o senhor foi gerente de Estudos e Projetos, foi consultor de Licitação, também diretor-geral do Deinfra, e participou como consultor de Licitação e presidente da Comissão de Licitação durante a Concorrência Pública Internacional nº 44/07, que contratou o Consórcio Florianópolis Monumento. O senhor, provavelmente, é a pessoa que mais conhece esse processo licitatório, esse trâmite, já que atuou do começo ao fim nesse processo licitatório.

Então tenho certeza que o senhor vai conseguir nos esclarecer muitas coisas hoje, nesta oitiva, necessárias para o esclarecimento da história da Ponte Hercílio Luz e da sua recuperação. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

Então estávamos muito ansiosos, porque sabemos que o senhor vai poder nos fornecer muitas informações importantes aqui. Novamente, poucos conhecem tanto quanto o senhor esse processo licitatório.

O senhor poderia começar especificando a sua formação, os cargos em que atuou no Deinfra e em quais períodos?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Minha formação é engenheiro civil, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas engenharia... Engenharia?...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas engenheiro civil?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Civil. Isso, apenas, né? Funcionário há 39 anos, né, do serviço público. Atuei como gerente de Projetos,



à época era DOH ainda, né, bem antigo, né? Depois fui diretor de Obras e Manutenção da Secretaria da Saúde...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra os períodos?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — *(Sinaliza negativamente com a cabeça.)* Muito tempo, né? Mas na... foi... Eu me lembro de governos, né, digamos assim.

De infraestrutru... na Secretaria de Manutenção, na Saúde, foi governo... se não me engano Paulo Afonso. Depois atuei dentro do Deinfra como gerente de Projetos, de obras civis daí no caso, né? Depois fui consultor de licitações do Deinfra, na época em 2004, 2005... Na época desse processo licitatório, né, onde ocupei o cargo, daí no caso, de presidente da Comissão de Licitações. Depois fui também na Secretaria de Infraestrutura à época, por seis meses, diretor-geral da Secretaria de Infraestrutura, governo Luiz Henrique e Leonel Pavan; e depois fui gerente de Licitações agora na... ultimamente, no governo de Raimundo e Eduardo Pinho Moreira. E acabou pra mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor é consultor de licitação, correto?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Na época a função, né, consultor de licitações, pelo Regimento Interno do Deinfra. Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito. Então o senhor pode nos explicar o motivo de realizar uma licitação na modalidade concorrência, tipo técnica e preço? Pode explicar para esta Comissão?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Por que que foi escolhido?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que se usa isso, e por que nesse caso especí...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Essa modalidade?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Bem, não... não partiu de mim, né, partiu de toda a estrutura do órgão onde escolheu esse tipo de modalidade, que foi um pessoal jurídico também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que se escolhe esse tipo de modalidade?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Porque eu acredito... Sinceramente, é uma concorrência pública internacional onde foi escolhido projeto, à época também, opções de projeto, e obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Técni...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Por isso que foi escolhido...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tecnicamente, por que se escolhe essa modalidade? O senhor pode nos dizer a definição do que faz um órgão público escolher essa modalidade e esse tipo de licitação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Em função... em função da dificuldade da execução da obra (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em função da dificuldade...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que os membros da Comissão de Licitação e a equipe de apoio possuíam condições técnicas de analisar as propostas desse empreendimento único e de grande porte?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — A parte de habilitação, né, e a parte de proposta de preço foi a Comissão Permanente de Licitações, onde eu fiz parte. A parte de análise técnica foi uma outra comissão, escolhida pelo presidente do órgão, onde tinha pessoas qualificadas para analisar esse tipo de obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor então nos diz que na parte de habilitação da empresa...



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Da... dos consórcios, né?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Dos consórcios... Então a Comissão tinha condições técnicas de fazer um bom trabalho?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sem dúvida nenhuma, sem dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que a Comissão de Licitação agiu de maneira correta em todas as etapas do certame ou, nos dias atuais, julga que poderiam ter agido de maneira diversa em algum aspecto?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não acredito, eu acho que seguiu todos os trâmites legais do processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, ainda hoje em dia aprova o trabalho feito naquela Comissão?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sem dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teve acesso ao material da fase interna, antes de assinar o Edital 44, de 2007?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Fase interna? O senhor fala o processo licitatório? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, passa por nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Passa pelo senhor?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Passa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode especificar que tipo de acesso o senhor teve?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Li o processo, né? Vem toda a tramitação, análise, a solicitação da área técnica para realizar o referido



processo, o aceite, por exemplo, na época, que era o presidente do órgão – por ser uma, uma autarquia existia um presidente do órgão, né? –, onde ele deu o aceite, parecer jurídico, grupo gestores, todo mundo analisando o referido processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem confeccionou o edital?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Quem elaborou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — ...o edital? A parte de habilitação nossa, que rege conforme a lei, é o setor de licitações, né? A parte técnica é o setor técnico, que seria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — ...termo de referência, essas coisas todas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem fez a parte de habilitação? Quem escreveu? Quem foi o responsável técnico?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — A parte de habilitação? Fui eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...foi o responsável...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...por elaborar o edital no que tange a sua...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Habilitação.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...parte de habilitação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Isso. Parte jurídica, né, qualificação econômica e financeira e a regularidade fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Parte jurídica, econômica e financeira...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — ...e financeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e fiscal.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — E fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E habilitação, claro.

O senhor... (*O senhor Relator conversa com o seu assessor Victor Rorato.*)

O senhor foi gerente de Estudos e Projetos no ano de 2003. Confere? (*Pausa.*) Segundo os dados, confere. Nesse período a sua gerência fez alguma revisão ou conferência no projeto para recuperação da Ponte Hercílio Luz, concebido pelo Consórcio Sondotécnica – Ingérop e cedido pelo DNER quando da entrega do projeto?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então... A sua gerência nunca fez revisão alguma no projeto?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não. A nossa gerência era só na parte de obras civis, quando foi a gerência. Existe outra gerência técnica para obras de artes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual seria a gerência? Pode citar, por favor?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, era vinculada à Diretoria de Infraestrutura. Era uma gerência específica.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual gerência?

O senhor lembra o nome ou não?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro. Aí teria que pegar o organograma do órgão na época, mas não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Havia uma gerência específica para obras de arte?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Gerência específica para obra de engenharia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De engenharia.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Onde encaixava as obras de artes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor me disse, então, que não teve, não fez nenhuma conferência no projeto encaminhado pela Sondotécnica. Então, por que o Deinfra, sabedor das reais condições do empreendimento, não revisou esse projeto e solicitou alguma alteração, apenas recebeu sem conferência?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não era atribuições do setor de licitações isso, né? Existe uma Diretoria de Engenharia onde ela faz todo o *check-list* do projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, se os senhores recebem um... Então, os senhores...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Um parece favorável de um órgão técnico, como é de um edital de licitação, eu recebo um parecer favorável no setor jurídico, não cabe a mim contestar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Jurídico, mas tecnicamente era sabido que o projeto tinha certas condições e isso não foi solicitado em momento nenhum, nenhuma alteração, nenhuma revisão, nada?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tenho ciência disso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tem ciência disso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tenho. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entretanto, a ata da reunião do dia 11/04/2007 informa que o projeto de referência data de 2002 e já o edital afirma que ele foi concluído, o projeto de referência, em 2004. Ou seja, temos duas datas para a conclusão do projeto de referência.

O senhor saberia... Conforme está projetado (*aponta para a imagem*), temos ali, primeiro, a ata da reunião do dia 11/04/2007, que fala que o projeto de referência, esse que foi baseado, esse da Sondotécnica, é de 2002; já no edital nós temos a referência que o projeto foi concluído em 2004.

O senhor saberia informar quando o projeto, que serviu de base para o edital, foi de fato concluído?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tenho, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fez um edital, elaborou um edital para a execução desse projeto. O senhor não sabe quando ele foi concluído?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, eu não fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participou da confecção do edital para a execução desse projeto de referência, não foi isso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Pra obra, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para a obra, sim.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Pra obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para a execução do projeto de referência, para a execução da obra do projeto de referência. A obra foi baseada nesse projeto de referência. Não é isso?



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, é o que tava aqui e recebi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, e o senhor não sabe a data que ele foi confeccionado?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não sei. Não tenho ciência disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não sei, não passava por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante toda a confecção do edital, da elaboração do edital, essa pergunta de quando era o projeto de referência nunca foi feita?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Nunca foi feito. Pra mim nunca foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor nunca se questionou?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, nunca foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Roberto, como foi elaborado o orçamento para a licitação de recuperação da Ponte Hercílio Luz, tais como as metodologias utilizadas, se foram usadas tabelas de referência de preço de órgãos oficiais, por exemplo...

(O senhor Relator troca informações com o assessor da CPI Victor Rorato.)

Como foi elaborado o orçamento para a licitação de recuperação da Ponte Hercílio Luz, tais como as metodologias utilizadas, se foram usadas tabelas de referência de preço de órgãos oficiais, por exemplo, DNER, Deinfra ou outros. Como foi feito, como foi elaborado o orçamento? Como?



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Geralmente o orçamento é feito pela Diretoria de Planejamento, à época, onde tinha um setor de orçamento, né, onde tinha as quantitativos e o preço, que era aprovado. Nós tínhamos um preço base, né, e ali era colocado. Tinha orçamentista específico para isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O orçamento básico previa alguns itens, como metodologia executiva de obras; estudos de transferência de carga e ajuste; projetos detalhados de obras; projetos de obras provisórias; estado da obra e programação da reabilitação. Como o senhor pode conferir aí, não é?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hum, hum. (*O senhor depoente analisa o documento então projetado.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — São itens para estudos e detalhamento de projetos executivos da obra contratados com o Consórcio Florianópolis Monumento, a um custo de aproximadamente R\$ 22,5 milhões. Era normal incluir esses itens de projeto no orçamento de obras de reabilitação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Quem fazia isso era um setor técnico. Eu não tenho... condições de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, o senhor tem muita experiência com licitação...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Ah, experiência, sim, eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eu lhe fiz uma pergunta clara: era normal incluir esses itens de projeto no orçamento de obras de reabilitação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Pelo que eu sei... hum... foi a única obra que teve isso, né, desse porte, mas geralmente não se coloca isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Geralmente não se coloca isso?



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, quando fizemos obras, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, nenhuma obra que o senhor viu se coloca projeto, o orçamento de projeto em obra de execução?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Orçamento de projeto consta no orçamento, mas assim, como verba, nunca vi, não. Ali é um preço global, que tá ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas para os Deputados...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Geralmente é detalhado, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para explicar aos Deputados, nós temos uma verba de R\$ 22,5 milhões relacionados à parte de projetos em uma licitação de execução de obra. O que, como o senhor Roberto mesmo afirmou, isso não acontece, até porque são... diferente.

Pois é, mas aí, tais estudos e detalhamentos de projetos, vocês não deveriam ter sido... eles deveriam ter sido feito antes da licitação da obra, não é verdade?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aqui nós temos estudo e transferência de cargas, projetos detalhados de obras, projetos de obras provisórias. Esses estudos todos deveriam ter sido feito antes da licitação da obra, não? Não confere?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — No meu entendimento, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor se questionou sobre isso durante a sua presidência como presidente...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hum. Como presidente da comissão...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como presidente...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — ...presidente da Comissão, você tá ali é pra julgar, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso passou sem nenhum problema para o senhor?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hum!...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não viu nenhum problema aí?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Veio pelo setor técnico, né, qualificado pra isso e assinado, assumindo toda essa responsabilidade. O que que eu vou contestar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era a sua responsabilidade como presidente da Comissão de Licitação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — De licitação? A minha responsabilidade?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que... o que... nós devemos então responsabilizar o senhor? Qual é a parte que lhe cabe?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — A minha... o que cabe a mim era julgar a parte de habilitação, né, toda do processo licitatório, a qualificação tanto técnica, como jurídica, fiscal. No caso aqui foi técnica e preço. Eram três envelopes, digamos três fases de licitação. A primeira fase conosco; a segunda fase com o setor técnico e a terceira fase voltava para nós. Dali nós fechamos o processo e encaminhava ao Conselho Administrativo do órgão – por ser uma autarquia tinha um Conselho, onde homologada e adjudicava o referido processo. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou seja..

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — E terminava ali a parte de licitação.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor me diz que independente do vício que tivesse antes de chegar até o senhor, não seria a sua responsabilidade e o senhor não faria nada a respeito, como aqui nós temos algo estranho, as exceções.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Pode ser estranho agora, o importante é ser escutado com o setor técnico, porque que ele botou aqueles itens ali, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor não se... E o senhor...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Deve ter uma composição de custo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor não se perguntou isso na época?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, não é minha função, né, como presidente da Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Novamente, então se veio um projeto para o senhor fazer as suas funções e passar pela sua comissão e ele vier supostamente eivado de vícios, o senhor vai dar procedência a ele de igual forma?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, não é assim, né? Quais são os vícios que tem?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou lhe perguntando, porque tem algo bem diferente numa licitação.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Esse é um ponto de vista, né? Agora, tem que ver um pessoal qualificado pra explicar essa área técnica de preço, de composição do serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Roberto...



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Aquilo é uma composição de serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Havia algum receio ou certeza de que os projetos do DNER não poderiam ser executados, por isso que foram incluídos esses itens, esse serviço de projetos, bem como permitida a apresentação de proposta alternativas? Tinha algum receio de que o projeto do DNER não poderia ser executado e por isso que estão ali esses itens?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Acredito que sim, eu não tenho ciência disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que talvez por isso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Acredito que sim, eu acho que era um projeto muito antigo, deve ter acontecido alguma coisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então se havia esse receio de que o projeto não poderia ser executado, porque prosseguir com esse projeto então, se havia esse receio?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não sei. Não sou a pessoa qualificada pra responder essa pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor apenas passa... apenas julga na sua comissão?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Na Comissão de Licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Roberto, pode-se verificar na documentação apresentada pela própria empresa Espaço Aberto, líder do Consórcio Florianópolis Monumento, que o currículo dos profissionais componentes do quadro do Consórcio (especificamente da empresa CSA Group) possuía como experiência projetos de pontes – a experiência que foi apresentada era experiência em projetos de pontes –, não possuindo experiência em execução de tais obras para pontes pênséis metálicas com vão superior a 235 metros. Também não se constata em nenhum momento



qualquer atestado, certidão ou declaração que ateste a qualificação técnico-profissional desse quadro de profissionais pertencente ao Consórcio para pontes pênséis metálicas com vão superior a 235 metros, que era uma exigência.

Senhor Roberto, considerando que projetar é uma atividade muito distinta de executar, inclusive com ARTs e acervos técnicos diferentes, por que o Consórcio Florianópolis Monumento foi habilitado nessa licitação, cujo objeto era execução da reforma da ponte?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Foi analisado toda a documentação da qualificação técnica desse Consórcio, onde foi dado o “de acordo” com o pré-estabelecido no edital. Não... não concordo com isso daí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não concorda.

O senhor pode me dizer se havia atestado, certidão ou declaração que ateste qualificação técnica em execução?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Havia?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, senão não poderia ser habilitada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode nos dizer qual era... O senhor lembra de algum profissional, lembra de alguém que tenha qualquer documento que ateste essa experiência em execução de obra?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Infelizmente não me lembro. Isso ali foi em 2005, se eu não me engano, né, ou em 2006. Não me lembro disso, não. No processo deve tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como o senhor pode ver (*aponta para a imagem projetada*), nós tínhamos esse tipo de... era isso que foi disponibilizado, dentro da habilitação nós tínhamos alguns currículos e o que os currículos atestavam era uma análise de capacidade de carga de



projetos, de capacidade de carga de cabos, projetos. Nenhum dos documentos que nós encontramos no processo ou outro também diz respeito à capacidade técnica de execução. Isso nos causou bastante estranheza, porque... o senhor tem uma explicação para isso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Isso daí... o que está passando aí é o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor utilize o microfone.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Opa, desculpe.

Aquilo ali (*refere-se à imagem projetada*) é um quadro anexo, né? Não são atestados técnicos. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim, tudo bem, mas...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Operacionais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas nós estamos mostrando...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Isso aí é profissional, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, também. Mas nos atestados também não há atestado de execução, e é o que nos causou um grande espanto. Na verdade eles são currículos apresentados pelo Consórcio, esses aqui, né?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — São os anexos que eles constavam bem sucintos, né, dizendo o que que já tinha sido executado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Eles apresentaram esses currículos...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Profissionais, aquilo ali, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...como qualificação dos profissionais.



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Profissionais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, justamente. Só que esses profissionais demonstraram experiência em projeto e não em execução.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E nós queríamos entender por que isso foi aceito?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro. Sinceramente, não me lembro. Mas não acredito, deve ter.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, não há. Não existe atestado nenhum. Na verdade, atestados mesmo no processo não temos nem para a de projetos. O que nós temos são autodeclaração das empresas e também os currículos que aprovam a experiência dos profissionais envolvidos em projetos, nenhum em execução.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hum... Não me lembro, sinceramente. Eu acho... é obrigado, senão não poderia ser habilitada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu sei, justamente. É por isso que estou lhe perguntando, porque ele foi habilitado.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Foi habilitado, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi habilitado e sem apresentar os atestados.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — ã-hã. Foi habilitado e tanto que ninguém recorreu contra a habilitação dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso não é verdade. Houve um pedido de impugnação, na verdade.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, não. Eu tô dizendo parte administrativamente, habilitação.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor não faz ideia por que então que uma empresa, o senhor presidente da Comissão...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Presidente da Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que como bem o senhor explicou era sua responsabilidade a habilitação da empresa, e isso é habilitação, o senhor habilitou uma empresa que não apresentou os atestados de execução para...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Nunca faria isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para um... Como que esse projeto foi habilitado então?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Eu não tenho o processo em mãos, senão mostraria pra vocês.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Um momento. *(Pausa.)*

Ainda nessa questão de qualificação técnica, em relação à qualificação técnica-operacional da empresa, também não se verifica na documentação apresentada pelo Consórcio Florianópolis Monumento qualquer atestado ou declaração que comprove experiência na execução desse tipo de obra. Não foi apresentada nenhuma declaração de contratantes dessas empresas, sequer carta de recomendação emitida pela contratante – nada, não tinha nada – ou, ainda, cópias de instrumentos contratuais, sendo apresentadas, como falei, apenas autodeclaração. Ou seja, a empresa dizia, se autodeclarava com capacidade técnica. Como eu falei, não havia nenhum documento, atestado de obras...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — De empresas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nem nada, nada, nada.



Senhor Roberto, como um consórcio pode ser habilitado na licitação baseando-se tão-somente em autodeclarações e currículos profissionais emitidos pelo próprio consórcio e parceiras?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hhm-hm. Nós habilitamos a empresa, o Consórcio, a Construtora Espaço Aberto, se eu não me engano, ela não tinha experiência nenhuma, tanto que ela se juntou e consorciou com uma empresa que tinha *expert* nesse assunto e foi apresentada a documentação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou repetir o enunciado para o senhor responder a minha perguntar, porque o senhor não respondeu.

Ainda nessa questão de qualificação técnica, em relação à qualificação técnica-operacional da empresa, não se verifica na documentação apresentada pelo Consórcio – pelas duas empresas, CSA e também Espaço Aberto – qualquer atestado ou declaração que comprove experiência, não há no processo, na execução desse tipo de obra. Também não foi apresentada nenhuma declaração de contratantes dessas empresas, qualquer uma das duas, nenhuma documentação de contratante foi apresentada, sequer carta de recomendação emitida por contratante, algo que é comum em contratações nacionais, ou ainda cópias de instrumentos contratuais, sendo apresentado apenas autodeclarações. Não houve nenhum atestado, nenhuma demonstração de... nenhum contrato ou carta de recomendação, nada. Apenas autodeclaração.

Senhor Roberto, como um consórcio pode ser habilitado na licitação baseando-se tão-somente em autodeclarações e currículos profissionais, emitidos pelo próprio consórcio e parceiros?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não poderia ser habilitado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas foi, pela Comissão que o senhor era presidente.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Foi habilitado pela Comissão porque foi apresentado esses documentos.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não foram. O que foi apresentado...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, não é possível.
[Transcrição: Grazielle da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E não é uma questão de opinião, é uma questão que está no processo, está nas documentações. Está ali, aliás (*aponta para a imagem projetada*). O senhor pode... Essa aqui é uma das autodeclarações.

É isso aqui que foi apresentado, senhor Roberto, é uma autodeclaração. Isso não é um atestado, isso não é uma carta de recomendação, senhor Roberto. Eu quero entender como é que isso é suficiente para habilitar uma empresa. O senhor bem nos falou que a responsabilidade de habilitação era, sim, sua.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — É, da Comissão, nossa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então nos explique como é que se habilita uma empresa baseada apenas em autodeclaração?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Mas eu não conheço essa proposta, que se afirma, eu não sei quem é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Consórcio Florianópolis Monumento.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Ah, tá. Porque tinha um atestado técnico, é obrigado a ter um atestado técnico na empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou lhe repetir: o que há são autodeclarações.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Pois é, eu não concordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não há o que concordar, está nos autos do processo.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Mas eu não tenho os autos aqui para mostrar.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou até ler o que estava no próprio edital que o senhor participou...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Né, que o senhor elaborou: “No caso de empresas estrangeiras que participem isoladamente ou em consórcio nesta licitação, serão aceitos pelo DEINFRA, cópias de contratos executados, ou vinculações empregatícias, em nome da empresa ou das consorciadas, para a comprovação das exigências do item 6.1.3. Caberá ao DEINFRA, se assim o desejar, fazer eventuais verificações da documentação que for apresentada, junto aos Clientes contratantes.”

Ou seja, não foram apresentadas cópias de contratos executados, não foram apresentadas vinculações empregatícias em nome da empresa ou das consorciadas para comprovação dos itens exigidos no edital. Isso está no autos do processo, existem apenas autodeclarações. E eu queria entender isso, por que essa empresa foi habilitada sem apresentar os documentos para tal?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tenho... não tenho lembrança. Sinceramente, não tenho lembrança. Porque não poderia ser...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É recente, senhor Roberto.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É recente. É relativamente recente.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não. não é tanto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — relativamente... Nós estamos falando de pessoas aqui que estiveram envolvidas em contratos em 1980, então relativamente é recente. O senhor não lembra?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro, sinceramente eu não me lembro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teve uma participação fundamental nesse processo e o senhor não lembra?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, fui presidente da Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ainda sobre essa parte: “Caberá ao DEINFRA, se assim o desejar, fazer eventuais verificações da documentação que for apresentada, junto aos Clientes contratantes.” O Deinfra realizou alguma diligência para confirmar a veracidade dos documentos de habilitação técnica?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro. Eu não acredito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então apresentaram uma autodeclaração e o Deinfra também não fez diligência...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...para confirmar a veracidade... para a veracidade...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Veracidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...a veracidade dos documentos de habilitação técnica. É isso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Com relação à demonstração de capacidade técnico-profissional, o edital exigiu que as licitantes detivessem em seu quadro permanente engenheiros civis, responsáveis técnicos pela empresa, detentores de certidão de acervo técnico expedidas pelo Crea, por execução de obras ou serviços semelhantes ao objeto do edital. Com relação às empresas consorciadas e estrangeiras, foi feita a seguinte observação: “No caso de consórcio, serão aceitas certidões em nome dos responsáveis técnicos das empresas que participam do consórcio. No caso de empresas estrangeiras, que participem isoladamente ou em consórcio nesta



licitação, serão aceitos pelo DEINFRA, a comprovação se fará ou por vinculações empregatícias, em nome da empresa ou das consorciadas, para a comprovação das exigências do item 6.1.3. pela proponente através das normas do país de origem da proponente, sendo dispensadas das formalidades acima descritas com relação ao CREA.”

Sendo assim, se é necessário comprovar um vínculo empregatício – é isso que se fala ali – por que no caso do senhor Khaled Mahmoud, engenheiro estrutural do Consórcio Florianópolis Monumento, foi aceita apenas uma carta de oferta de emprego da CSA Group, em completo desacordo com o edital, sendo essa carta datada de 8/5/2008, ou seja, apenas cinco dias anteriores à data de abertura dos envelopes dos documentos de habilitação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro também disso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Habilitação é sua responsabilidade.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim. Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que foi aceita essa carta, essa oferta de emprego como comprovação de vínculo empregatício?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Vínculo empregatício?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor quer que eu volte à parte do edital que fala da observação?

(O senhor Relator pede à assessoria da CPI que volte um slide.) (Pausa.)

Portanto, eu lhe pergunto outra vez: por que foi aceita uma carta, entregue cinco dias antes do edital, da abertura dos envelopes, apenas como oferta de emprego, caracterizando isso um vínculo empregatício com esse engenheiro?
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — É que... Hm... Hoje a lei é bem clara também, você não pode exigir que o profissional seja do quadro permanente da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Mahmoud... não havia... vocês... o senhor escreveu, participou da confecção de um edital, que solicitava um vínculo empregatício. O senhor considera uma oferta de trabalho um vínculo empregatício?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Para participação da licitação, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hoje... Então eu posso participar de uma licitação se eu quiser, a experiência de um outro profissional, se eu meramente fizer uma proposta para ele, para a sua Comissão estará comprovada, então, que eu posso estar habilitado pela experiência do outro profissional apenas porque eu fiz uma proposta de emprego a ele? É isso o que o senhor me diz? Hoje o Estado procede dessa forma?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hum-hum. Em termos de contrato, né? De Contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Estado se comporta dessa forma ainda hoje em dia?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Basta eu fazer uma proposta de emprego a um qualquer...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não. Tendo vínculo, em vínculo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele aceitando, ele tendo interesse ou não, isso comprovará um vínculo empregatício meu, da pessoa comigo?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — É, porque hoje você é proibido de exigir que um profissional seja no quadro permanente da empresa.



Basta ele ter um vínculo empregatício, um termo de compromisso que ele vai atuar naquele processo licitatório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se eu fizer uma proposta de emprego para o senhor, eu posso considerar que o senhor tem um vínculo empregatício comigo?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera isso um vínculo empregatício?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — É um vínculo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(Pausa.)* E é curioso que esse... esse engenheiro, e eu faço tanta ressalva em relação a isso, porque foi justamente ele, esse foi o engenheiro estrutural de gabarito que conferia o incremento da capacidade técnica e é por isso que ele é tão relevante.

Para os Deputados entenderem, a empresa se capacitou tecnicamente, ela conseguiu ter esse incremento da sua capacidade técnica porque comprovou, supostamente, o vínculo empregatício com esse engenheiro que... Aliás, a carta foi feita cinco dias antes do edital, da abertura das cartas. E o senhor considera, acha isso absolutamente normal? Eu posso ficar tranquilo quanto às licitações do nosso Estado, porque isso é algo absolutamente normal?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não vejo problema nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera isso, então, um vínculo empregatício? Para ficar registrado.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Um vínculo empregatício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Termo de compromisso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, não há compromisso nenhum. Eu fiz uma oferta, a pessoa não falou que aceita... Ele nem falou que aceita.



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, mas ele tem um termo de compromisso, se ele for o vencedor daquele processo licitatório, ele vai ser contratado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E se o engenheiro não aceitasse? E se o engenheiro não aceitasse?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Como não vai aceitar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É uma oferta de emprego. Se eu fizer uma proposta, uma oferta de emprego para o Deputado ao meu lado, ele pode aceitar ou não. Por isso que não se é aceito usualmente uma oferta de emprego como uma comprovação de vínculo empregatício, porque se eu vencesse a licitação, como aconteceu essa empresa, falando que tem um vínculo com o Khaled, ele poderia depois simplesmente não aceitar o emprego – ele é livre para isso, não é? Porque da parte dele não há nenhum documento que comprove que ele tinha interesse em participar da obra ou que ele tinha, de fato, algum vínculo, algum compromisso com aquela empresa.

Por isso me entranha muito o senhor, presidente de uma Comissão, com tanta experiência na área, dizer-me que isso é um vínculo empregatício. Porque o engenheiro Khaled poderia simplesmente recusar, e aí a empresa venceria. E se ele recusasse, como é que ficaria?

A empresa, o consórcio ganhou pontos na parte técnica porque supostamente — que eu discordo bastante — comprovou um vínculo empregatício com esse engenheiro, que poderia simplesmente recusar a oferta. Por isso me entranha muito o senhor achar que isso é um vínculo empregatício. E aí, o que aconteceria se o engenheiro recusasse a oferta? O que aconteceria?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Ah, tá. Teria que ser contratado um novo profissional...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aí ela já estaria habilitada...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, não, não. Isso depois do processo, né, todo, né, se é o do homologação do processo...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que isso serviu para habilitação, foi comprovado que havia um engenheiro com essa... vocês aceitaram, a Comissão aceitou isso como um vínculo empregatício, como a comprovação de que o consórcio tinha habilidade para fazer isso, porque simplesmente ele fez uma oferta há uma pessoa que poderia muito bem pegar essa oferta e recusar. Por isso me preocupa se os senhores estão aceitando esse tipo de comprovação de emprego nas licitações do Estado, e o senhor ainda está na ativa...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, não estou mais, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não... O senhor já se aposentou?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Tô de licença.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está de licença. Mas não se aposentou ainda?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Ainda não. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então isso me preocupa, por isso eu faço tanta ressalva em relação a esse ponto, ainda mais porque esse ponto foi fundamental também para a empresa ser habilitada, uma simples oferta de emprego a um qualquer, que poderia aceitar ou não. Isso não é uma questão de opinião, é uma questão de fato, é lógica, né?

Senhor Roberto, não é contraditório utilizar o tipo técnica e preço e exigir o atendimento de apenas 50% da pontuação da técnica para classificar uma proposta?

Vamos por partes. Como o senhor bem falou no começo desta nossa oitiva, que pela complexidade da obra foi escolhida o tipo técnica e preço, porque era importante a empresa comprovar habilidade técnica. Entretanto, o senhor, quando confeccionou o edital, solicitou apenas uma pontuação de 50% da parte técnica. A título de comparação, no mesmo ano de 2008, um aluno para ser aprovado na rede pública precisaria ter 70% do domínio das matérias para



passar de ano. Entretanto, basta uma empresa ter 50% de aprovação técnica para fazer a obra mais complexa do litoral brasileiro.

O senhor acha... O senhor, mesmo assim, considera acertada a exigência de uma proposta técnica com apenas 50% do atendimento geral?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Quem pontuava não sou eu também, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou lhe fazendo uma pergunta.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Está fazendo uma pergunta. Geralmente o Deinfra usava 60/40 ou 50/50. Foi optado 50/50.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual a sua opinião?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Minha opinião, acho que poderia ser até, pelo vulto da obra, poderia ser 70/30.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Lembrando que a nota máxima da proposta técnica seria 100 pontos...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...sendo desclassificadas as propostas que obtivessem nota final inferior a 50%.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — A 50%.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então para passar de ano letivo precisa de 70%, agora para construir ponte, para reformar a ponte, 50%.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — É o que tava no edital, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E para ficar...

(O senhor Relator troca informações fora do microfone com a sua assessoria.)



Apenas para esclarecer, e eu vou retomar a pergunta também, nós estamos falando que 50%... A parte técnica — até para os Deputados entenderem — a parte técnica equivalia a 50% da avaliação total técnica, ou seja, não era... 50% da nota técnica era comprovação de capacidade técnica, o resto não dizia respeito à parte... O senhor considera isso um bom método, considera que foi... Para essa obra tão complexa, o senhor considera que essa foi uma boa forma de escolher a empresa?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Foi. 50, foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 50 para o senhor?...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá bom?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Tá bom.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone ao seu assessor: “Não, falo depois”.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Roberto, por que escreveu o histórico da concepção e execução da ponte foi considerado como técnico?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Acabamos de falar que a parte técnica, comprovação que a empresa tinha capacidade técnica, equivalia apenas a 50% da nota técnica, 50% da nota técnica dizia respeito à capacidade técnica – redundante, mas é verdade. O resto eram outros critérios, entre eles histórico da concepção e execução da ponte. Por que isso foi considerado como técnico?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Quem faz toda a parte técnica era o setor de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essa parte o senhor então alega que o senhor não participou da...



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Eu não participo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...confecção do edital nessa parte?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Nessa parte eu não participo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não participou em nenhum momento nisso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não. Nenhum momento disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Elaboração de termo de referências, de pontuação, não passa por mim isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera adequado atribuir 30% da nota técnica para descrever o conhecimento do problema?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Todos os editais do Deinfra é conhecimento do problema, se eu não me engano é 30%, plano de trabalho é 20 e assim vai indo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — O setor de engenharia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...normal?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Isso é normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que informações que podem ser obtidas na Internet, como o histórico da construção e afins, são realmente necessários para avaliar a capacidade técnica de execução da empresa a ponto de somente esse item valer 30% da nota atribuída ao licitante? Porque não fizemos o teste, nós fomos... Nós



pegamos o que foi apresentado e valeu 30% e nós encontramos diversos trechos *ipsis litteris* na Wikipédia, no próprio *site* do Deinfra, e isso valeu 30%.

Isso significa que eu, que sou contador e não entendo nada de Engenharia e muito menos de pontes, conseguiria estar 30% habilitado tecnicamente para realizar essa obra. O senhor considera esse um bom critério?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hum, se for assim não considero. [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque foi isso. O que foi apresentado na licitação que o senhor foi o presidente da Comissão, vou repetir isso, foram partes *ipsis litteris* pegadas de *sites* e coladas lá. E isso valeu 30% da nota técnica.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tenho cer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não li...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não leu o quê? O que a empresa apresentou? Isso é importante.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não. Hum! Como já falei pra vocês, o conhecimento do problema, plano de trabalho, existe uma comissão específica para fazer análise técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Onde dão a pontuação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não faz... O senhor considera uma consulta à Internet um bom fator para ganhar 30% da nota técnica?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, quem deu as notas eu não sei, como é que foi a interpretação deles.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou lhe dizendo. O edital está ali, atrás do senhor (*aponta para a imagem projetada*), se o senhor quiser olhar.

Todos esses critérios, para os Deputados entenderem, faziam parte da pontuação e valiam 30% da nota técnica. Um método executivo, que se encontra no *site* do Deinfra; as principais características técnicas também se encontram no *site* do Deinfra; principais problemas ocorridos durante a construção, no Google; utilização da ponte e sua degradação ao longo do tempo, desde a inauguração, também na Internet; influência da atual situação da ponte sobre a metodologia executiva de restauração, se encontra também. Isso aí valia 30% da nota técnica. O senhor concorda com esses critérios?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Como tá escrito ali, eu concordo, sem dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Todos esses itens nós conseguimos encontrar, como eu falei, todos esses estão na Internet à disposição...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou seja, um Google conseguiria responder...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Te dava 30 pontos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Te dava 30 pontos. O senhor acha adequado?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não. Se for assim, não acho. Quem fez a análise...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, mas quem fez o edital, na verdade, dar 30% da nota técnica...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Quem faz o edital nessa parte... eu não participo. Já relatei aqui.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor considera que o grau de complexidade técnica do sistema portante e de transferência de cargas tem a mesma complexidade técnica do conhecimento do problema, que é esse histórico que nós mostramos, que envolvia o histórico da ponte e utilização da ponte, itens de fácil acesso na Internet, ou seja, 30% da nota? Ou seja, o sistema portante e de transferência de carga era o grande problema técnico ali da Ponte Hercílio Luz. A empresa comprovar que saberia como lidar com esse problema tem o mesmo peso de uma consulta à Internet. O senhor considera que eles têm o mesmo grau de importância no edital?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não, não concordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor discordou então desse edital?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, nessa qualificação aí, eu não participei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor discorda do método que foi feito?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não posso dizer, neste momento agora, que eu discordo. Isso já passou, infelizmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, passou, mas o senhor pode nos dar uma opinião.

Novamente: o edital atribuiu o mesmo peso ao histórico da ponte para o sistema portante e de transferência de carga, que é o motivo de que tanta complexidade... Tem o quê, três ou quatro empresas no mundo que sabem fazer. E o edital atribuiu a mesma importância para os dois itens.

Até a título de curiosidade, a empresa fez 28,5 pontos de 30, na parte do histórico, mas, nessa parte aqui, ela fez apenas 16 de 30.

O senhor não vê como grave isso? Um edital apresentar... a empresa conseguir não comprovar a parte técnica, talvez com excelência, mas conseguir o mesmo peso no histórico?



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Hm, é difícil falar. Ela atingiu um ponto razoável pra ganhar, né? Agora acredito...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia discordar do edital na fase interna da licitação? O senhor tinha essa prerrogativa?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — De discordar do edital?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. De apresentar objeções, de discordar no texto da forma como ele foi apresentado, fazer alguma objeção ao edital em si?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Na parte de qualificação técnica, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na fase interna, eu me refiro.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Eu digo, então, na fase interna, onde é feita a elaboração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tinha competência ou prerrogativa para isso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tinha competência nem atribuições para isso. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O item 7.2.6.3 do Edital 44, que está ali (*aponta para a imagem projetada*), estabelecia a pontuação para cada um dos requisitos: errôneo, pontuação zero; insuficiente, pontuação 40%; completo, 100%. O senhor poderia explicar a metodologia de graduação da pontuação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tenho condições. Isso daí vem do setor técnico nosso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor tem uma vasta experiência em licitação...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim, sim, sim, tenho.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Explique para esta Comissão, por favor, o que significa isso, como é feita essa pontuação.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – É uma análise muito subjetiva, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É uma análise subjetiva?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Subjetiva. No meu entendimento essas novas licitações nossas, agora, até por intermédio nosso, do órgão, minha — que foi junto ao Tribunal de Contas —, nós fizemos uma qualificação técnica agora bem mais subjetiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Agora é mais subje...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Mais objetiva! Objetiva. Essa é muito subjetiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – É muito subjetiva então?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Muito subjetiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Então a obra mais complexa do litoral catarinense...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – À época... foi assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...ficou sob uma análise subjetiva dessa?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Mais subjetiva. Depende de cada técnico pra dar sua nota.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque eu sempre me pergunto: é um serviço de engenharia, especializado. Para mim, a empresa está apta para realizar o serviço ou não está apta.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Certo.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ela não está insuficientemente apta para ganhar 40%, para transferir carga e peso de uma ponte. Existe coerência para atribuir 40% da nota para uma proposta considerada insuficiente? Como eu falei, ou ela está apta, ou ela não está. Existe alguma coerência, alguma justificativa, para 40% de pontuação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não, se fosse assim então você tem que dar zero ou cem, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Exato, mas o senhor acha que há coerência em dar 40%... Eu tenho 40% de capacidade técnica...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – É, eu entendo, eu entendo a posição, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o que o senhor acha disso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Eu acho... Não acho certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor não acha certo?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não acho certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Roberto, após a homologação do edital de licitação, quem era o servidor público e o setor responsável por conferir se o consórcio foi firmado antes da assinatura do contrato?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – O setor jurídico do órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Seria o setor jurídico?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Jurídico do órgão. Após a homologação e a adjudicação pelo Conselho Administrativo do órgão, né, como já falei, por ser uma autarquia, né, passava para o setor jurídico. Na época Projur, né, se não me engano, Procuradoria Jurídica.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor poderia explicar o motivo de não ter sido exigido do consórcio vencedor da licitação a constituição oficial do consórcio (registro na Junta Comercial do local da sede da empresa líder) antes da assinatura do contrato, haja vista que, além de ser uma exigência da Lei nº 8.666, como o senhor bem sabe, foi realizada a previsão no edital da licitação, considerando que a solicitação de registro do Consórcio Florianópolis Monumento foi protocolada na Junta Comercial de Santa Catarina 132 dias após a assinatura do contrato. Qual o risco que o Estado corre nessa situação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não entendi. Qual o quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O consórcio foi constituído 132 dias após a assinatura do contrato.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor bem sabe que isso é contra a Lei das Licitações...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – ...vem contra o próprio edital, do qual o senhor participou da confecção.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual o risco que o Estado corre nessa situação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não sei lhe informar. O risco não sei. Agora, eu não sei como é que vai acontecer uma coisa dessa, deixarem acontecer isso. Não tinha ciência disso não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso é errado?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – No meu entendimento, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E era usual?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não. Não sei.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não? Até para quem quiser, está aqui (*aponta para a imagem*), né?

Aliás, o contrato... Na assinatura do contrato, em que pese... as datas estão ali, o contrato assinado em 27/11 e o consórcio foi protocolado apenas no ano seguinte, em 08/04. Isto é usual nos contratos do Deinfra? [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – De consórcios?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tenho ciência, não passa por mim isso, não. Não poderia lhe informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não, o senhor não...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não passa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) —...não tem ciência de nada...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não tenho ciência disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e não passa pelo senhor?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não passa por mim. Depois da... da... do final do... do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem quantos anos no Estado? Trabalhando no Estado?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Trinta e... 38.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 38 anos.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — 39.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E tem ciência apenas daquilo que passa estritamente pelo senhor?



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim. Nesse caso, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Tolstoi, da empresa TEC, que integrou o Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz, afirmou aqui nesta Comissão, na sua oitiva: “Se nós tivéssemos ganhado a licitação, essa ponte tava pronta em 2013, porque a nossa solução era exequível, era eficiente, porque tinha os melhores técnicos, as melhores empresas trabalhando.”

Por sua vez, os engenheiros Roberto de Oliveira, da Associação Catarinense de Engenheiros, Werner Kraus Jr. e Diego Benites Paradedda, da UFSC, concluíram, em documento datado de 27/08/2015, intitulado de “Estimativa dos Custos Decorrentes da Ausência da Ponte Hercílio Luz em Florianópolis”, que a ausência da ponte representava o custo de R\$ 3 milhões anuais, referente apenas ao atraso adicional aos trabalhadores usuários do transporte coletivo e o consumo adicional de combustível, apenas do transporte coletivo (período compreendido entre os anos 2010 e 2018). Portanto, no período de 2014 a 2019, sendo R\$ 3 milhões por ano, calcula-se um prejuízo de pelo menos R\$ 18 milhões, apenas do transporte coletivo, aos cidadãos da região metropolitana de Florianópolis.

O senhor se considera responsável por causar esse custo adicional ao cidadão?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Eu? Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor habilitou uma... Esse foi o responsável (*aponta para a imagem projetada*) pela habilitação desse contrato, dessa empresa, participou da confecção do edital.

O senhor se considera responsável pela habilitação de empresas sem capacidade técnica para a obra?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Eu... Eu, como presidente da Comissão, sou o presidente da Comissão, tem mais uma outra... Mas tem mais cinco pessoas junto. Nós habilitamos a empresa, o consórcio. Sem dúvida nenhuma.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor se considera responsável pela habilitação dessa empresa junto com seus colegas?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Eu me considero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor se considera responsável pela habilitação de empresas também sem capacidade técnica para?...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, nunca foi feito isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nunca foi habilitada uma empresa sem capacidade técnica?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considerando sua participação, um, na redação do edital, dois, como consultor do Deinfra, três, como presidente da Comissão de Licitações, quatro,, como diretor-geral do Deinfra à época da assinatura do contrato – aliás, aquele contrato, quando foi assinado e o consórcio não estava ainda confeccionado, o senhor era o diretor-geral...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Diretor-geral da onde?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do Deinfra.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — *(Ininteligível.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor recebeu alguma vantagem indevida, presente, favor ou benefício espúrio para habilitar o Consórcio Florianópolis Monumento no Edital 44/2007?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Nunca recebi nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Roberto, por que o Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz, liderado pela empresa Norberto Odebrecht, se retirou da concorrência para a fase dois da Ponte Hercílio Luz?



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Por que que se retirou? Ela solicitou retirada da... da... (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual o motivo da sua retirada?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro, sinceramente não me lembro. Ela fez uma correspondência, deve tá fundamentada no referido processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro porque.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Tolstoi, da empresa TEC, que integrou também o Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz, quando questionado por que retirou sua proposta da concorrência, afirmou, aqui, nesta mesma cadeira que o senhor está: “Se (...) analisarem a ata dessa primeira fase, vocês vão ver que é uma ata que eu reputo como imoral, imoral, porque a gente fez doze ou quatorze impugnações na ata e não foi atendido.” Palavras dele.

Na realidade foram onze impugnações, sendo oito mais objetivas. Houve algum tipo de pressão para habilitar o Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, pra minha parte, não. Não tive pressão nenhuma (*tosse*). [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As impugnações foram essas (*aponta para a imagem projetada*), estão projetadas aí. São as oito mais objetivas.

O Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz fez onze impugnações aos documentos apresentados pelo Consórcio Florianópolis Monumento na fase de habilitação da licitação – fase à qual o senhor estava envolvido –, englobando, em suma, a ausência de acervo técnico das empresas integrantes do consórcio – como eu já também falei aqui nesta oitava – e seus respectivos profissionais, e a falta de apresentação de alguns outros documentos.



Como resposta à primeira impugnação, que foi no sentido de que... O Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz se manifestou da seguinte forma: “Nenhuma das participantes do Consórcio (CSA e Espaço Aberto) atendeu ao item 6.1.3.2.1, item 1, ou seja, não demonstraram possuir acervo ou reforço/recup. de ponte suspensa em estrutura metálica rebitada em vão mínimo de 235 m.”

Por sua vez, a Comissão de Licitação, em ata do dia 20/06/2008, exarou o seguinte entendimento: “Quanto à primeira consignação a Comissão e a Equipe de Apoio consideraram-na improcedente” – o que o Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz fez, né, impugnou - “tendo em vista que a pergunta e a resposta número 2 encaminhada aos licitantes em 11/02/2008 onde diz: ‘Os sub-itens 1, 2 e 3, referidos por vossa senhoria, são sub-itens do item 6.1.3.2.1 do Edital em questão, e portanto, vale por extensão, e a afirmativa expressa de que será aceita a comprovação de cada uma das exigências (...) em um único Atestado e também vale o somatório da experiência dos consorciados, e ainda mais, vale a nota, aplicável à empresas estrangeiras’.”

Experiência dos consorciados. Temos aqui dois problemas. Houve uma impugnação por parte do Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz, que falava que o Consórcio Florianópolis Monumento não tinha experiência em pontes metálicas com vão de 235 metros. Vocês, o Deinfra, respondeu dizendo que era válido um único atestado e também válido o somatório de experiência dos consorciados. E ainda mais, vale a nota aplicável às empresas estrangeiras. O problema é que, como eu já aponte aqui, não há atestado nenhum desses e muito menos podemos considerar a experiência dos consorciados, já que o que o Consórcio Florianópolis Monumento apresentou foi uma autodeclaração da empresa Ammann & Whitney, que fazia parte do consórcio, era uma parceira do consórcio, não era consorciada.

Senhor Roberto, por que as impugnações não foram respondidas de maneira fundamentada, ou seja, indicando em que páginas estavam os documentos considerados como “aceitáveis”? Além disso, todos os outros questionamentos, as impugnações, foram respondidas... A primeira impugnação foi aquela resposta que eu mostrei anteriormente e depois em relação às outras impugnações, os senhores respondendo, remetendo à primeira resposta...



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — À resposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — À primeira resposta, uma resposta que diz que valeria o atestado ou a experiência das empresas consorciadas.

Então eu lhe pergunto: por que as impugnações não foram respondidas de maneira fundamentada, ou seja, indicando em que páginas os documentos considerados como “aceitáveis” se encontravam?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Bom, quando responde se as impugnações, fizemos menções aos atestados técnicos, não botamos páginas tal, tal, tal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Por que não falaram, então, onde é que está esse atestado? Porque... Onde está esse atestado?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Quando nós fizemos habilitação constava todos esses processos. Não é possível não tá. Eu não tenho vistas ao processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não, quando é procedente... Eu vou repetir. Quando é procedente e o senhor... É como está ali, ó (*aponta para a imagem projetada*), quando é procedente não faz como o senhor fala, cita-se o documento e a página onde ele está.

O senhor está vendo alguma citação em relação à página ali? (*A testemunha analisa a imagem projetada.*)

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois então, os senhores impugnaram citando uma suposta existência de um atestado ou de experiência de consorciadas. Entretanto, não fizeram o que é usual, citando o documento e a página onde ele se encontra.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não tenho mais... eu não... não me lembro, sinceramente não me lembro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Não é necessário, basta olhar aqui, está aqui.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Pois é, mas eu não... Eu não me lembro quais são as consignações, eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A questão, senhor Roberto, é que o senhor...

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – isso aqui é a ata de julgamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Isso. Os senhores não citaram em nenhum momento página, falaram sobre os atestados. Nada. Por que isso aconteceu?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR – Não, eu não me lembro. Não sei o que aconteceu então. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Ainda com relação às impugnações e às respostas da Comissão, com relação à quarta impugnação do Consórcio Nova Ponte Hercílio Luz, que foi o seguinte: “não comprovaram quanto ao item 2 – fornecimento/substituição de mais de 7 toneladas de rebites em ponte metálica rebitada. OBS.: As certidões apresentadas são da empresa Ammann & Whitney, que é parceira, mas não participante do Consórcio e, portanto, não houve comprovação técnica exigida pelo Edital”.

Por que não foi analisado o argumento de que a empresa Ammann & Whitney não era empresa consorciada, sendo que a própria manifestação da Comissão foi no sentido de que “vale o somatório da experiência dos consorciados”? Por quê? Por que não foi considerado esse argumento?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — No meu entendimento... O CSA Group era um consócio com um *pool* de empresas junto, que faziam parte dela, me lembro disso. Então ela, essa... As outras empresas faziam parte do CSA Group.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não. A empresa Ammann & Whitney era uma empresa parceira, ela não fazia parte do *pool* da CSA Group e não fazia parte do consórcio.

Eu quero entender por que os senhores consideraram como consorciados... fizeram referência à experiência dos consorciados se o documento que existe é de uma empresa que não faz parte do consórcio?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não me lembro, não tenho ciência disso. Não me lembro mais disso, teria que ver o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E com relação à empresa Freyssinet, que também era apenas empresa parceira e não consorciada, por que os seus documentos foram aceitos?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Na época decerto tava como consorciada, não? Fazia parte do CSA Group, não?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não fazia parte, senhor Roberto.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não fazia parte, mas os senhores assim o consideraram. Eu quero entender nesta Comissão o porquê.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Eu teria que ver o processo para lhe explicar. Eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hoje o senhor considera que o Consórcio Florianópolis Monumento deveria ser habilitado naquele certame?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Junto com... com... com o CSA Group, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, mesmo assim...



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — A própria empresa isolada não teria condições.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não. O senhor considera que o Consórcio deveria ser habilitada naquele certame?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que foi acertada a decisão da Comissão?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então como é que o senhor explica ele não ter conseguido realizar a obra?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Bom, aí não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pela sua opinião, ele estava qualificado a realizar a obra?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — A realizar a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entretanto, não fez.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que ele não fez?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não sei se foi questão técnica, se foi questão financeira. Não posso lhe informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou refazer a pergunta: se hoje essa mesma empresa, apresentando esses mesmos documentos ou não apresentando esses mesmos documentos, essas mesmas comprovações por autodeclaração, se ela apresentasse para o senhor hoje, ela seria qualificada novamente? O senhor qualificaria novamente essa empresa com todos esses aspectos que eu aponte, que foram no mínimo questionáveis? O senhor qualificaria de novo essa empresa, esse consórcio?



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — O consórcio, se tivesse apresentado toda essa documentação, como à época ela apresentou, eu habilitaria, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Roberto, nós podemos ficar tranquilos com as licitações elaboradas e presididas pelo senhor?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sem dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera essas fragilidades que eu aponte aqui... elas estão presentes em todos os editais que o senhor preside e confecciona?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Se checarem todas as licitações que são feitas pelo Deinfra, é só verificar, verificar essa de antes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essas mesmas... Então o senhor alega que tudo isso que eu mostrei hoje aqui, nós podemos encontrar nas licitações que o senhor preside na Comissão e nos editais que o senhor elabora. É isso?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Podem ter. Pode puxar qualquer processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essas fragilidades estarão lá?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Fragilidade não tão. O senhor está mencionando, né, essas fragilidades.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Acredito que ficou muito claro e ilustrado aqui, né?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Pra mim não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu fico... Como Deputado, eu me pergunto se o cidadão catarinense pode ficar tranquilo, que o dinheiro que eles pagam em impostos não está sendo desperdiçado em



licitações que tenham como resultado o triste fim desse edital. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O senhor considera que o cidadão catarinense pode ficar tranquilo com o trabalho da Comissão de Licitação presidida pelo senhor?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Sem dúvida nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem mais alguma informação a prestar para esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, não tenho nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Presidente, eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Jessé Lopes, você tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Boa noite.

O senhor disse que não se responsabiliza pelos projetos milionários descontados no valor licitado para executar a obra. Qual o setor responsável e o senhor lembra de nomes?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Setor à época... à época... era o setor, a Diretoria de Planejamento do Deinfra, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Hum.

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Se não me engano era o engenheiro Willian à época. E o setor... na Diretoria de Engenharia e Transportes à época era Eduardo Regua, se não me engano, e depois Antônio Romeu Branco.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Eles ainda trabalham lá? O senhor sabe?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não, tudo aposentado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Tudo aposentado.



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Aposentados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — O senhor foi eliciado em algum momento com algum benefício oferecido pela empresa que ganhou a licitação?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Nenhuma, nunca! Nem por ela, nem por nenhuma até hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — E você sabe de algum outro dessa sua equipe que possa ter sido?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — Você não sabe ou tem certeza que não?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Tenho certeza que não, de todos os membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JESSÉ LOPES — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado João Amin, vossa excelência tem alguma pergunta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Senhor Roberto, segundo o posicionamento do TCE, no Relatório DLC 084/2014, o Consórcio Florianópolis Monumento deveria ter apresentado solução técnica alternativa quando da licitação que não fez, fazendo essa alteração durante a execução contratual. Portanto, alterando o objeto do edital, sendo necessária nova licitação. O senhor considera correta essa posição?

O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — A posição do Tribunal de Contas? Corretíssima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais nada a perguntar para o senhor Roberto Alexandre Zattar, eu dou por encerrado o depoimento de vossa senhoria e dou por dispensado vossa senhoria.



O SR. ROBERTO ALEXANDRE ZATTAR — Tá bom. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito à assessoria que encaminhe o senhor Roberto até a área externa deste ambiente.

(O senhor Roberto Alexandre Zattar deixa o recinto.)

Solicito que a assessoria encaminhe para este ambiente o segundo depoente, o senhor Laércio Osvaldo Martins. *(Pausa.)* Enquanto o senhor Laércio Osvaldo Martins não chega, comunico a vossas excelências que recebemos ofício do Deputado Jerry Comper comunicando sua ausência no dia de hoje. E o senhor Deputado Bruno Souza envia ofício solicitando que sejam encaminhadas correspondências ao Deinfra, relacionadas a atos com contratos conforme menciona.

Solicito à assessoria que encaminhe cópia...

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

...que encaminhe cópia aos senhores Deputados – Deinfra ou sucedâneo do Deinfra, Deputado João Amin, com certeza. Vossa excelência tem razão. Então, que encaminhe cópia aos senhores Deputados membros desta Comissão.

(A testemunha Laércio Osvaldo Martins adentra o recinto e senta no local indicado pela assessoria.)

Boa tarde, senhor Laércio Osvaldo Martins.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Laércio, boa tarde. Tudo bem com o senhor?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor fale, se possível, bem pertinho do microfone.



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Laércio, o senhor sabe por que foi convidado para estar aqui neste dia, nesta CPI?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Tomou conhecimento, recebeu o ofício?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Tomei conhecimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Perfeito.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...que o senhor foi convocado para vir aqui?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também pode ficar calado se desejar após as perguntas feitas.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, o seu endereço completo, a sua profissão, a sua idade e o seu local de nascimento para que o pessoal da taquigrafia possa fazer o devido registro. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Laércio Osvaldo Martins.
Endereço: Rua Mediterrâneo, 172, apartamento 301, Florianópolis; local de nascimento: Garopaba, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A sua profissão?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Engenheiro civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Engenheiro civil.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Aposentado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Feitas as preliminares, eu vou passar a palavra ao eminente Deputado Bruno Souza, que é o Relator da CPI, e depois que vossa excelência se manifestar, aos senhores Deputados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Laércio.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor foi convidado para esta reunião da CPI porque o senhor foi componente da equipe de apoio da Comissão Permanente de Licitações...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do Deinfra, notadamente no que tange à concorrência pública internacional regida pelo Edital 44/2007...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que resultou na contratação do Consórcio Florianópolis Monumento através do Contrato 264/2008.



O senhor poderia especificar sua formação, cargo em que atuou no Deinfra e quais os períodos?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Engenheiro civil. Eu entrei em 1974 e... como estagiário e, posteriormente, como engenheiro, posteriormente como engenheiro, assumi... assumindo a obra em Tubarão, em Morro da Fumaça, aquela região ali, obra de pavimentação. Tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais os cargos o senhor já?...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Engenheiro civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo, mas quais as funções, cargos de diretorias ou... O senhor já exerceu algum cargo de chefia, liderança?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor foi membro da equipe de apoio da Comissão Permanente de Licitações do Deinfra...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e atuou na Concorrência Internacional 44/2007...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, sim, 44.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que resultou na contratação do Consórcio Florianópolis Monumento...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E em que atos o senhor atuou na referida licitação?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — É... É... Avaliação das propostas de preço, das propostas das empresas, que na verdade resultou numa única empresa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nas propostas das empresas? O senhor...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Da empresa, porque a outra empresa foi... foi.. saiu... saiu... foi... saiu do certame, né? A outra empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que a outra empresa se retirou do certame?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Desconheço, desconheço o motivo. Falam que ela tinha uma proposta de alternativa pra ponte, que pro... que o... que a... o edital previa também essa possibilidade, uma alternativa de construção, de recuperação da obra. E ela, na, na, no, na segunda fase, que é a fase de, de, de preço, abertura dos envelopes de preço, ela saiu do certame, ficou somente o Consórcio Monumento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ela saiu por que ela tinha uma proposta alternativa?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei. Eu não sei, o motivo eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que isso faria sentido? Só para eu poder entender.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, ela saiu do certame, ela abandonou o certame na fase de abertura dos envelopes de preço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu sei, mas o senhor me disse que... O senhor acabou de sugerir que diziam que ela saiu porque ela tinha uma outra alternativa para a Ponte Hercílio Luz.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Ah, sim. É... é... isso... isso foi o comentário que houve, que ocorreu na época, não tem nada oficial nesse...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas por que uma empresa que tivesse uma proposta alternativa sairia do certame?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hum?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que uma empresa, por ter uma proposta alternativa, sairia do certame?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — O proposta... a.. o... o... o edital previa também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu sei disso, mas por que uma empresa... Qual o sentido de uma empresa, por ter uma proposta diferente, sair do certame? O que leva uma empresa a sair?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei. Eu não sei, eu não vou aqui sugere... Eu tenho... tem as opções aí, várias opções que eu escutava e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode nos dizer a sua opinião, bem como o senhor pode nos dizer o que ouvia.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — O que me falavam à época é que ela tinha uma proposta alternativa de execução e se... na abertura dos envelopes ela revelaria essa proposta, é com uma empresa norte-americana, se eu não me engano. Esse era um... Ela revelaria essa proposta, essa proposta dessa alternativa, e a outra empresa ganhadora poderia... a outra empresa que fosse ganhadora poderia absorver esse... esse... esse... essa proposta.

Não sei se conseguiu entender, se me fez entender. Ela revelaria a proposta da outra empresa, a alternativa que ela teria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Foi... foi... É um comentário, acho que nem deveria comentar isso aqui, porque não tem... [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, não. Não se preocupe, senhor Laércio, porque a nossa intenção aqui é conhecer a história...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, eu sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e conhecer como ela... O senhor veio, acredito, que com o intuito de contribuir com o esclarecimento da verdade.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o que o senhor tiver de conhecimento, é, sim, importante que o senhor nos diga...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É o nosso propósito aqui e pode nos ajudar. Então, o que o senhor tiver de conhecimento sobre o fato, por favor, traga à luz.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — O.k., claro. Não, eu vou contar o que eu sei, o que eu... que eu... que eu me lembro, né? Quase dez anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, quer dizer, a empresa se retirou, poderia...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Pode ter sido...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...poderia ter se retirado porque não queria apresentar o projeto? É isso o que o senhor?...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não. A proposta fazia parte... é um projeto alternativo de recuperação do vão central, tá? O projeto alternativo de recuperação. O projeto contemplava essa recuperação de uma forma, ela tinha uma outra forma de executar, que o projeto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. Mas por que uma empresa se retiraria apenas por ter um projeto alternativo?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Ela revelaria pra outra empresa também, se ela perdesse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ah...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Se ela perdesse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ela não queria era revelar o projeto?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Isso, revelaria o projeto pra outra empresa, teria que abrir os envelopes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá.

O senhor falou que atuou apenas nos atos, né, na proposta de preço, né? E a proposta técnica, o senhor atuou também?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Da proposta técnica também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Também?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor analisou a proposta técnica...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Analisei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Havia alguma certeza que a outra empresa Consórcio Florianópolis Monumento iria ganhar o certame?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei, não tenho... acredito que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tinha alguma evidência disso? Alguma indicação disso?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, não tenho nenhuma indicação a respeito disso aí.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em muitas reuniões da Concorrência 44/2007 apenas alguns membros da Comissão de Licitação e da equipe de apoio assinavam as atas das respectivas reuniões. Por que isso aconteceu, nem todos os membros participavam dos atos e das decisões relacionadas à licitação?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hm. Não sei, não... não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Diversas atas...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não tenho conhecimento aí... Eu sei que alguns se ausentaram... ausentaram, pediram... ficaram de licença e... atestado médico... não sei, eu não... não tenho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era comum a Comissão funcionar sem os membros?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor participou...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei, não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participou dessas Comissões, como é que o senhor não sabe?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não... não entendi a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participava também dessa Comissão...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, eu participei da Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era normal nas reuniões que o senhor participou, não estar todos os membros presentes?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não tenho... não lembro assim... não lembro alguma reunião que tenha presente... Eu me lembro de uma reunião... de a reunião final, que foi da proposta, foram os preços e avaliações, as avaliações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra das reuniões que o senhor participou? Mas... É isso o que o senhor está dizendo ou não?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eu participo... eu... eu... eu... Eduardo Regua, se não me engano... Na realidade eu não sei, as outras pessoas eu não sei, eu não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A Comissão tinha um número...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...de membros, apenas alguns desses assinavam as atas?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era normal isso acontecer?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei, porque eu não participei de nenhuma outra licitação, (ri) foi a única, não sei se era normal fazer isso. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas na que o senhor participou, isso era normal?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não. Nas outras licitações eu acho que não, eu não participei de nenhuma outra licitação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na que o senhor participou, era normal, apesar de ter nove membros... sete membros... onze membros na verdade havia e apenas três ou quatro assinavam. Isso era normal?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, eu acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eu acho que não, acho que não, se tinham onze membros e quatro assinaram, não é normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso acontecia por que, já que o senhor estava presente nessa Comissão?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei porque que eles...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os outros membros estavam presentes ou só esses quatro estavam presentes?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, eles não tavam presentes, só esses quatro tavam presentes, só esses que tavam presentes, eles não tavam presentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que os membros da Comissão de Licitação e da equipe de apoio possuíam condições técnicas de analisar as propostas desse empreendimento único e de grande porte?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tinham condições de...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que a Comissão de Licitação e a equipe de apoio agiram de maneira correta em todas as etapas do certame, ou, nos dias atuais, o senhor julga que poderiam ter agido de maneira diversa em algum aspecto?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei. Detalhes... detalhes da licitação eu não... não... não... não lembro, faz tanto tempo, dez anos aí, eu não sei... Eu participei da Comissão e... que... que analisou as propostas...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós estamos falando...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — E daí pra frente eu não tenho assim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós estamos falando de um contrato de 167 milhões...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Cento e sessenta... Sim, sim, sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que resultou com uma empresa abandonando a obra e que não foi realizado. O senhor considera que a Comissão agiu certo em todos os momentos?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — É, eu... Acho que sim, sim. Sim. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Houve algum tipo de pressão para habilitar o Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — De jeito nenhum! Não faria parte dela, dessa Comissão, se fosse dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Laércio, sobre o tipo de licitação escolhido, não é contraditório utilizar o tipo de licitação técnica e preço e exigir o atendimento de apenas 50% da pontuação para classificar uma proposta?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Foi o edital, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É... Eu lhe fiz uma pergunta, na verdade.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hein?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor... O senhor acha contraditório exigir apenas 50% de atendimento a uma pontuação e uma proposta de técnica... da comissão técnica para classificação da proposta?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não posso... não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não tem uma opinião?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não tenho uma opinião a respeito disso, não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se hoje lhe perguntassem, o senhor diria o quê?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei, não sei... 50% tava... O que tava... o que tava no edital foi cumprido. Agora...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Acredita que é suficiente para comprovar...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Comprovar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...a capacidade técnica?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Comprovar a parte técnica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não é suficiente para passar de ano, mas é suficiente para comprovar tecnicamente ao Deinfra que uma empresa consegue fazer... atender uma obra?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que descrever o histórico da concepção e execução da ponte foi considerado como técnica? Está ali (*aponta para a imagem projetada*), se o senhor quiser consultar o edital está o telão, atrás do senhor.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Ah, sim. Não sei, eu não sei, não fui eu que fiz o edital, eu não... não posso te responder isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera adequado atribuir 30% da nota técnica para descrever o “conhecimento do problema”, subitens histórico, utilização da ponte, degradação



e influências da atual situação da ponte sobre a metodologia executiva da restauração?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Também não sei. Não posso te... Não participei da... da... do edital...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu não perguntei se o senhor participou do edital. Eu perguntei se o senhor considera adequado?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — 30%?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para histórico, utilização da ponte, degradação...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, eu acho que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considera?

O senhor sabia que desses 30%, grande parte nós encontramos, a maior parte, na verdade, nos encontramos em uma fácil consulta no Google?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor considera adequado?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei, eu não... não... não... não posso dizer nada, porque eu... eu... eu não tenho conhecimento agora, eu não tenho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou lhe perguntando se o senhor considera adequado...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, acho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...não se o senhor conhece o edital.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — É adequado 30% do conhecimento da... da... da... do coisa é adequado. Eu acho que sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera adequado que eu possa entrar na Internet hoje, fazer uma consulta e atender 30% da capacidade técnica do exigido pelo...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Ah, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pelo edital do Deinfra?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Aí, não. Mas (*ininteligível*) técnico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas é o que eu estou lhe dizendo, 30%... Esses critérios ali que estão à mostra no telão e que equivalem a 30% da nota técnica, eles são encontrados facilmente na Internet. O senhor considera — eu vou repetir a pergunta —, o senhor agora considera adequado a utilização e atribuir 30% da nota a isso?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eu não tenho... Eu não tenho condições de avaliar isso agora, de avaliar. Eu não tenho condições de avaliar. Como é que eu vou avaliar....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É uma pergunta simples...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — ...uma nota técnica, se 30%... É difícil, é difícil de fazer essa avaliação assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se eu entrar na Internet hoje eu consigo responder a maior... esses itens quase integralmente.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, você vai encontrar uma série de... uma pesquisa que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, na verdade eu vou encontrar *ipsis litteris*, literalmente...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o que foi entregue no documento de habilitação. O senhor considera isso adequado?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eu considero, para... para... para... adequado. Considero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para testar o quê? Se a pessoa consegue consultar a Internet?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A pessoa está comprovando que ela consegue usar o Google, é isso que... É adequado para isso.

Vamos lá. Senhor Laércio, o senhor Roberto, que foi ouvido há pouco, acabou de afirmar que essa parte da construção do edital foi responsabilidade da equipe de apoio. O senhor... está aqui, pode olhar essa parte aqui (*aponta para a imagem projetada*)... Foi o senhor...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim. [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que informações que podem ser obtidas... Essa parte aqui... Não, a parte que está projetada... não, mas tudo bem, essa parte já foi. (*O senhor Relator troca informações com a sua assessoria.*)

O item 7.2.6.3 do Edital nº44/2007 estabelecia a pontuação para cada um dos requisitos: errôneo, pontuação zero; insuficiente, 40% da pontuação; e completo, 100%. O senhor poderia explicar a metodologia de graduação da pontuação?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, não tenho condições agora de fazer essa explicação, porque eu... não lembro de... de... desse período dessa avaliação. Não lembro nada dessa avaliação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considerando...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eu teria que... eu teria que ter um tempo maior pra fazer essa avaliação, se é...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considerando que o senhor assinou a avaliação da proposta, quais os elementos levados em consideração para atribuir 100% da nota para influência da atual situação da ponte sobre a metodologia executiva da restauração? O último item do *slide* ali (*aponta para a imagem*). O senhor assinou a avaliação da proposta?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não é? Qual a justificativa daquela pontuação de 100% para influência da atual situação da ponte sobre a metodologia executiva da restauração? Qual é...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — É a metodologia... a metodologia apresentada era convincente, era suficiente. É totalmente de acordo com o edital, estava de acordo com o edital. Atendia, atendia os...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas isso não é subjetivo?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hum?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso não é subjetivo?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — É subjetivo. Um pouco subjetivo, sim, algumas coisas eram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse item em especial?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, esse não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não é?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, eu acho que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não deveria então indicar a página, indicar onde está o motivo?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, o critério é o seguinte: atendeu ou não atendeu.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, os senhores...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Cem por cento se atendeu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, os senhores colocaram apenas o.k. ali. Não seria interessante os senhores indicarem onde é que está a página, o motivo porque ganhou os 100%, além de um simples o.k?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei. Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Considerando que o sistema portante e a transferência de cargas era a fase mais delicada da reabilitação, o senhor avalia como?... O sistema portante e a transferência de cargas...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...de fato, eram o grande desafio da Ponte Hercílio Luz.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, como engenheiro, sabe muito bem disso.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acha adequado e satisfatório que a técnica da empresa... que o sistema portante... Considerando que o sistema portante e a transferência de carga era a fase mais delicada da reabilitação, o senhor avalia como satisfatória a técnica da empresa (Consórcio Florianópolis Monumento), mesmo que tenha atendido apenas a metade dos itens avaliados?

Essa foi a avaliação (*aponta para a imagem projetada*) que a empresa apresentou sobre o sistema portante e a transferência de cargas. A empresa atendeu apenas a metade dos itens. O senhor considera adequado?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Também não sei. Não posso dizer se era adequado ou não, que... Não sei. Não sei. Hoje eu não tenho mais... não tenho as condições, não lembro, assim, detalhes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não precisa lembrar, só basta o senhor olhar e me dizer: o senhor acha adequado uma empresa, na parte mais técnica, difícil, a maior complexidade, o maior desafio, a empresa atender apenas a 50% dos itens? Isso lhe parece adequado?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode se sentir tranquilo para falar às CPI. Nós estamos em busca...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, eu sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...da verdade e o senhor pode expressar a sua opinião.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, eu poderia... Ela poderia atender 50%, tá? Poderia atender 50% da... da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Inclusive na nota mais importante, que é justamente o sistema e sequenciamento de operações de macaqueamento, *software* que é empregado, o cálculo e controle das tensões, dispositivos auxiliares de montagens, selas metálicas e teleféricos, a parte mais importante... O senhor, como engenheiro, isso o senhor sabe, que é o mais importante?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa atendeu zero por cento. O senhor considera...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não... Ela se omitiu nesse, nesse, nesse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que é o mesmo que não atender.



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não atendeu. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor considera isso adequado? A nota mais importante, talvez, ela apenas deu zero por cento. Ela não demonstrou como é que ela faria. A parte mais complexa ela não demonstrou como faria.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Ela, posteriormente... ela ti... ela tinha uma alternativa pra isso, né, ela tinha uma alternativa pra isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando foi apresentada?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, isso é depois da licitação. É depois da licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo, mas quando então...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Mas eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando ela foi habilitada, então, o senhor não considerou nenhum problema ela não dizer como que ela faria a parte mais complexa da obra?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Poderia ser parcial, né, ela podia adquirir durante a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, não é nem parcial, é zero mesmo.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — É zero mesmo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que está ali (*aponta para a imagem projetada*), está zero.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, é... não foi... não atendeu, claro. Não atendeu.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por acaso ela teria entrado nesse consórcio, nesse edital, contando com um aditivo para uma alternativa a isso que ela não apresentou?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, não conheço. Eu desconheço isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu digo porque sabendo que não faria essa solução apresentada... porque ela não apresentou ali, como o senhor está vendo (*aponta para a imagem projetada*) ela não apresentou. Ela entrou sabendo que não faria essa solução?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei... não sei se... Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que o grau de complexidade técnica do sistema portante e de transferência de cargas tem a mesma complexidade técnica do conhecimento do problema (que envolvia esse histórico que nós conversamos agora há pouco), ou seja, 30% da nota? Como engenheiro, o senhor considera que tem a mesma importância?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eu acho que não, deveria ter uma importância maior, um pouquinho maior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Com relação às justificativas de avaliação e às notas atribuídas, o senhor poderia explicar por que foi atribuída a mesma nota, 40%, para os itens elevadores, que está ali, atrás do senhor (*aponta para a imagem projetada*)... Se o senhor pudesse olhar para trás do senhor...

Foi atribuída a mesma nota de 40% para o item elevadores e para o item dimensionamento da obra. Entretanto, na primeira situação o item não foi detalhado e, na segunda situação, ele simplesmente não foi fornecido. Por que a empresa ganhou 40% em um item que não foi detalhado e ganhou 40% para um item que simplesmente ela não entregou?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não posso te responder, não tenho condição de responder agora isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que leva...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não tenho, porque... Não tenho condições agora, entende?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...da sua experiência como engenheiro, o que leva uma empresa a ganhar a mesma nota para um item que ela entrega e outro para que ela entrega, mas não detalhado? Parece-lhe a mesma coisa? Não entregar e não entregar detalhado?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — *(Pausa.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Florianópolis Monumento atingiu 70,5 pontos de um total de 100. Se desconsiderar o item conhecimento do problema, bem como os itens que não foram fornecidos pelo licitante e receberam nota parcial — esses itens que ela não entregou e ganhou 40% mesmo não entregando —, restaria apenas a parte técnica, a qual o Consórcio Florianópolis Monumento atingiria apenas 45,57 pontos. O senhor ainda considera que a avaliação foi feita de maneira correta, técnica e objetiva na Comissão?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Veja bem, se tirar o histórico...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que encontramos na Internet, se tirarmos o que ela não entregou e mesmo assim ganhou nota, a nota não seria suficiente para atingir os 50 pontos necessários. O senhor considera que a Comissão fez um bom trabalho?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eu acho que sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor recebeu alguma vantagem indevida, presente, favor ou benefício espúrio para habilitar tecnicamente o Consórcio Florianópolis Monumento no Edital 44/2007?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Nunca, jamais!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem mais alguma informação a prestar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, além do que já falou aqui?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eu tenho lá alguns documentos, lá de... Eu fui fiscal da obra também, além de tudo. Eu fui fiscal da obra. Eu fui fiscal da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algo a acrescentar hoje aqui para nós? Algum conhecimento que queira compartilhar? Algum relato, algum fato?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hm. Não, eu... A empresa... Essa empresa... a empresa que ganhou realmente ela não, não, não tinha condições físicas de... de executar essa obra. Apesar... apesar das notas que... que ela pe... houve alguma avaliação, né, ela não teria condições de executar essa obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi o momento que isso foi percebido?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — A empresa... A empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Ela se associou com uma empresa C...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...CSA Group.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — CSA Group. Essa tinha condições, essa empresa. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Qual foi o momento que isso foi percebido? Que a empresa não tinha capacidade técnica para realizar a obra?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Durante a execução da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante a execução?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Durante a execução da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante a habilitação isso não foi percebido?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, dentro da habilitação não, não teria condições.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E era notório esse conhecimento que a empresa não tinha condições de executar a obra?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Era notório na... na... na época de execução, porque eles trabalhavam mais com documentação. Documentação é... é... é... processo e mais processo, tinha quatro, cinco advogados colocando processo, tem que responder todos esses processos da empresa pra ela descaracterizar... descaracterizando a obra, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor... Eu pergunto: isso no Deinfra era conhecimento... conhecimento difundido, todos sabiam que...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que a empresa não tinha essa condição.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Essa condi... Essa empresa, a Espaço Aberto, não teria. A CSA Group tinha, teria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como fiscal da obra...



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — A gente confiou muito na CSA Group, que era consorciada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a CSA Group participou da obra?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Participou. Ela tinha um...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em que momento? Até que momento? Ela participou de toda a obra?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Participou de toda a obra. Ele tinha um técnico deles, tinha um técnico deles que sempre tava... sempre na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eles tinham apenas uma pessoa na obra? Era isso? A CSA Group?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Deles, da CSA Group não, tinha mais gente, tinha mais gente, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas... O senhor está me dizendo que a empresa aqui, local, não tinha condições técnicas. O senhor falou isso.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Hm.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, ao mesmo tempo, fala que a CSA Group tinha condição.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Tinha condição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas... E quando isso se tornou um problema, porque se a empresa local não tem, mas está com a empresa internacional junto fazendo a obra?...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Assim, ó...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Queria entender melhor isso.



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — A Espaço Aberto tinha condições de tocar as partes de fundações, tá? Agora, a outra parte de transferência de carga e tudo mais é mais a cargo da CSA Group. Então elas se dividiram nisso aí, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa CSA Group participou até a desistência da obra. Foi isso?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Até o quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A desistência... até o final do... o contrato foi interrompido...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Isso, até o contrato foi interrompido e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas ela ficou até a rescisão do contrato?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Até o final do contrato. Pelo que eu tenho conhecimento, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem executou de fato a obra? Somente a Construtora Espaço Aberto? O dia a dia da obra, quem tocava?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — O dia a dia da obra a Espaço Aberto e um técnico da CSA Group.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mão de obra da Espaço Aberto e o técnico...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Isso, e um técnico deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E se a CSA tinha condições de tocar a obra, por que ela não entregou essa obra, por que o contrato foi interrompido?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eles dividiram... eles dividiram... poderia somar eu acho que... A especialidade de cada uma poderia ser somadas pra tocar essa obra. Esse...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A pergunta não foi essa. Como o senhor... Se a CSA tinha condições, por que a obra foi interrompida?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não sei, porque eu... eu... eu me aposentei em seguida e eu não soube mais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então também não sabe se a CSA... Mas o senhor agora há pouco disse que a CSA ficou até o...

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, no início das obras que eles fizeram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor então, não... não... O senhor falou duas coisas, está falando uma coisa diferente do que falou há dois minutos: tu me falou que a CSA ficou até o contrato ser interrompido. Isso não... o senhor não pode afirmar isso? É isso?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, não posso. Eu não posso, eu não posso falar que foi interrompido porque eu não estava na época da interrupção da obra. Ele foi até quando eu fui fiscal...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor saberia me informar quem foram os técnicos da CSA?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Ah, agora não tenho lembrança, né? Não lembro mais. Nem do técnico do CSA nem da Espaço Aberto, não tenho... não sei. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E durante a sua... de fiscalização, os serviços ocorriam normalmente?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não! Houve paralisações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia explicar para nós?



O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — É, houve paralisações pra... pra... pra definir o sistema de... de... o sistema de troca de aparelho de apoio, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Demais, a obra corria normalmente?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Demais, a obra corria parcialmente. Parcialmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Defina, por favor.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Eles fizeram alguma parte de fundações é... e depois ela paralisou a obra, paralisava a obra. Foi paralisado... a obra deles foi paralisado por um período pra definir o sistema de... de... sistemas de... Agora esqueci...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quantas pessoas trabalhavam em média? Quantas pessoas trabalhavam em média na ponte?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — De...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quantas pessoas, quantos trabalhadores tinham na ponte habitualmente?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Ah, não... não tenho condições de falar. Isso eu não sei... não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Cinquenta? Cem?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, não sei. Ah, em torno disso aí, cinquenta pessoas, mas não tenho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que o senhor fez em relação às paralisações, como fiscal?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Como fiscal? Eu tenho aqui algumas anotações aqui. Posso?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Claro.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Teve um problema sério lá na ponte que foi o termo de desapropriação. Houve paralisações aqui... Houve paralisações. Dia 27/02/2009 houve o descumprimento da Ordem de Serviço nº 1, que foi do início da obra. Dia 12/03/2009 termo de paralisação para restabelecimento das condições legais de contrato, em vista aos atrasos, de acordo com as instruções normativas do Deinfra, tá? Dia 10/03/2009, Ordem de Paralisação nº 5 por motivo de divergência no processo executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor chegou a sugerir, em algum momento, a aplicação de multa pela não execução da obra no prazo?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não, não... não tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia disponibilizar esses documentos que o senhor traz e também os que o senhor possui a mais?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Houve uma advertência pra... escrita pra a empresa. Houve uma advertência, certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia disponibilizar esses documentos que o senhor traz e também os que o senhor teria, além desses, em posse do senhor?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia disponibilizar à Comissão?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Tem alguns desses aqui... desses aqui, eu tenho, não o total. Alguns que eu... que eu despachei, que... eu retive, a minha parte foi retida.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia disponibilizar?

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — Posso disponibilizar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado.

Senhor Presidente, para mim era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Após o término das indagações por parte do Deputado Bruno, eu pergunto ao Deputado Jessé se há manifestação a fazer. *(O Deputado Jessé Lopes gesticula negativamente.)* Deputado João Amin? *(O Deputado João Amin gesticula negativamente.)* Também não há manifestação a fazer.

Senhor Laércio Osvaldo Martins, não há mais perguntas a serem dirigidas a vossa senhoria. Dou por encerrado o seu depoimento e solicito à assessoria que o encaminhe ao espaço externo desta Comissão.

O SR. LAÉRCIO OSVALDO MARTINS — O.k, obrigado.

(O senhor Laércio Osvaldo Martins deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião, convocando outra para a quarta-feira da semana que vem.

Muito obrigado e uma boa-noite a todos. *(Ata sem revisão dos oradores.)*
[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



**ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE
2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE
HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA
INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2019,
ÀS 10H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, muito bom-dia. Quero também dar o meu bom-dia a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como às senhoras e aos senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc e às senhoras e aos senhores que se fazem presentes no dia de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por Ato da Presidência de nº 030, de fevereiro de 2019.

Senhores Deputados, vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Comunico a vossas excelências que recebi ofício do eminente Deputado Jerry Comper comunicando ausência no dia de hoje tendo em vista que ele acompanha sua excelência o senhor Governador do Estado à região do Alto Vale. Justificada a ausência.



No item um da pauta, no que diz respeito ao expediente, recebo o Ofício nº 0754/2019, do excelentíssimo senhor Secretário de Infraestrutura e Mobilidade, Carlos Hassler, encaminhando documentos a esta Comissão. Dou por recebido e solicito à assessoria que faça o devido apensamento ao processo.

Da mesma forma, recebo ofício do senhor Relator desta Comissão, o Deputado Bruno Souza, agradecendo a participação do auditor fiscal de controle interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o senhor Roberto Silveira Fleischmann, solicitando que sua senhoria retorne àquele Tribunal, a quem agradecemos pela participação no âmbito interno desta Comissão pelos trabalhos realizados.

Também recebo o Ofício nº 004, da Construtora Espaço Aberto, encaminhando relação de documentos. Também solicito à assessoria que faça o apensamento ao processo da Comissão, mas, antes, que seja expedida cópia aos senhores Deputados membros desta Comissão para conhecimento de forma integral dos documentos recebidos.

Senhores Deputados, vamos convidar para sentar à mesa o senhor Paulo Ney Almeida, sócio da Construtora Espaço Aberto/Consórcio Florianópolis Monumentos. Solicito a vossa senhoria que se dirija a esta bancada aqui a minha direita, por favor. Vossa senhoria poderá se fazer acompanhar de advogado.

(O senhor Paulo Ney Almeida senta-se no local indicado pelo Presidente e, a seu lado, os advogados Carlos Alberto de Araújo Gomes e Mathaus Agacci.)

Bom dia, senhor Paulo Ney Almeida. O senhor recebeu o Ofício nº126/2019, assinado por este Presidente, convocando vossa senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado, ou seja, constante no documento.

Senhor Paulo, o senhor sabe por que está aqui hoje, por que foi convocado?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Digo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor também tem o direito de ficar em silêncio, se assim desejar não responder qualquer pergunta.

Eu gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a sua profissão, a data de nascimento e o seu endereço completo, por gentileza, para que a Taquigrafia da Casa possa fazer o devido registro.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Paulo Ney Almeida, eu sou arquiteto, empresário, ãh... eu nasci em 22/02/57, eu moro à rua João Carvalho, 40.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhar de advogados?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, doutor Gomes e Mathaus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu gostaria que os senhores advogados se qualificassem perante esta Comissão, por gentileza.
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES — Carlos Alberto de Araújo Gomes, OAB-SC 13.565.

O SR. MATHAUS AGACCI — Mathaus Agacci, OAB 51.132.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A procuração dos advogados, a original, já está anexada ao presente processo.

Também alerto os senhores advogados que não podem se manifestar durante o depoimento, mas podem pedir a paralisação da reunião para instruir o seu cliente.

Pois bem? Entendido? (*Os senhores advogados aquiescem.*)

O.k.

Encontra-se também à mesa a cópia da identidade do senhor Paulo Ney Almeida.

Vou passar a palavra ao Relator da CPI, o eminente Deputado Bruno Souza. Vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom dia, senhor Paulo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Bom dia.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por atender ao nosso convite.

Por considerar que o senhor já concedeu diversas entrevistas sobre a execução do contrato de reabilitação da Ponte Hercílio Luz, como aquela que o senhor afirma que “jamais deixou de entregar uma obra”, como sócio-administrador da empresa líder do Consórcio Florianópolis Monumento, a qual teve o contrato PJ 264/2008 rescindido de forma unilateral pelo Estado, gostaríamos que o senhor falasse sobre a execução do contrato, os problemas e as dificuldades encontradas pela construtora, a relação com o Estado e os agentes públicos do Deinfra, os motivos da rescisão contratual, enfim, o senhor pode ficar bem à vontade aqui e tem o tempo que desejar para falar um pouco dessa experiência, desses fatos que eu levantei aqui.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala ao ouvido da testemunha.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Bem, primeiro lugar, bom dia, né? E eu queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor me permite, o senhor pode se aproximar um pouco da mesa...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Posso. Tá, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...para ficar mais confortável.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Bom dia. Eu agradeço esse convite, eu esperava ansiosamente por isso. Eu tenho muitas coisas a relatar sobre essa obra e quero colocar a minha visão e o que eu acho de tudo isso.

Essa... nós participamos de uma licitação internacional, o qual nós fomos habilitados dentro de um processo internacional onde participavam outros consórcios, e nós fomos vencedores. O nosso consórcio, como é uma obra... é uma obra.. o Consórcio Florianópolis Monumento – depois eu tenho aqui os dois livros de habilitação e as pessoas que fizeram parte –, como é uma... é uma obra difícil e uma obra que há muito tempo tinha muito anseio da população catarinense que ela voltasse a ser usada pela população, em 2008 foi feito esse... essa... esse... é... é... é... essa concorrência, no caso, o qual nós entramos e fomos vencedores.



Montamos uma equipe muito forte com empresas, que se eu puder até faço questão de mencionar, que isso o edital permitia, nós procuramos uma empresa americana, que é a CSA Group, porque nós, sozinhos, não tínhamos qualificação pra fazer essa obra, não estava a nosso alcance todas as coisas que nós teríamos que fazer, e montamos um grupo forte, coeso e com capacidade de fazer essa obra sem a menor... sem qualquer percalço (*folheia documentos*).

As... a... o grupo, o nosso consórcio foi formado pela Construtora Espaço Aberto, a qual eu represento; CSA Group, que é uma empresa americana, é.. é... ela é dos Estado Unidos, sede em Nova Iorque; a Prointec, que é uma empresa espanhola, que é a... que ela... ela trabalhou em mais de vinte países, atua ainda em mais de vinte países no mundo; a Iguatemi, que é uma empresa daqui, conhecida por causa dos projetos, todo mundo sabe quem é; a Ammann&Whitney, que é uma empresa americana, dos Estados Unidos, que tem especialização só em pontes desse tipo; e a Vinci e Freyssinet. Por quê? A Vinci é uma das grandes empresas do mundo, diziam que era a segunda, e a Freyssinet porque ela só trabalha com obras com cabos e... e... e... e... como essa ponte ela teria que ser suportada por cabos, nós contratamos a Freyssinet, que só fazia isso no mundo inteiro. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

Também a CSA Group, aí... e pra nos qualificar e também pra ter toda a certeza, trouxe o Muhamed, o... o... (*o advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala ao ouvido da testemunha*), o Mahmoud, que é o engenheiro, que ele é presidente mundial das pontes pênseis. Então ele tem, ele tem essa capacidade, por quê? Porque uma ponte... eu vou tentar, assim, dentro da minha visão, né, que a gente ficou muito tempo estudando isso, o que eu entendi um pouquinho da ponte aprendendo isso. Essa ponte, ela foi... ela... ela... ela teve alguns problemas e as barras de olhal elas cederam, uma delas, e outra começou a ruir. Foi quando pararam e ninguém ma... e trancaram todo o trânsito da ponte porque ela podia ruir, podia cair, e causaria transtornos à população, porque todo mundo sabe que, se isso viesse a ocorrer, fizeram estudos e poderia até subir onda de 5, 6 metros.

Então, o, o, o, tinham que ser tomados todos os cuidados pra essa obra ser reconstruída. Foi em 2008 que esse contrato começou, e nós começamos a trabalhar nesse projeto. Nós recebemos um projeto do governo do Estado e... e fizemos... essa proposta continha também toda a, a, a parte técnica, que você tinha que mostrar a tua



capacidade pra poder atender essa obra, e assim foi feito. E nós mostramos que tínhamos condições e começamos a fazer a obra.

Aí, a primeira coisa que tinha que ser feito na obra... e foi... e junto com a gente nós tínhamos duas fiscalizações na obra, uma delas era o... é o Estado com seus engenheiros, que iam tocando conforme necessidade, mas tinha um engenheiro central que era o chefe da engenharia na obra. E aí também contratamos uma consultoria, que era Prosul/Concremat. Qualquer coisa que era feita, o engenheiro tinha que ver, os engenheiros do Estado, passar pra essa consultoria, pra essa fiscalizadora, digamos assim, que ela levaria ao Estado e o Estado veria se isso há necessidade.

Começaram as obras, eles mandaram pra gente, fizeram um estudo, viram que o projeto não estava perfeito e descobriram, e... aí colocaram até gente, que o problema da ponte, o problema das rótulas não era o que eles tavam pensando, que era trocar os cabos: vão lá, troquem os cabos. O que são os cabos? Aqui todo mundo sabe? Mas vamos lá, eu aprendi, depois então vou falar. Nada mais são do que correias de bicicleta, eu entendo, parecido, onde uma movimentam-se. A ponte nossa é uma ponte pênsil, então é uma pinguela onde ela tem que mexer. Então, quando foi feita essa ponte, eles colocaram... eles fizeram dois pilares nas extremidades, porque era mais... não era tão profundo, e colocaram rótulas. O que são rótulas? Rótulas são bolas de ferro onde o peso da ponte é colocado em cima, e são duas rótulas cada base de pilar, e essa rótula movimentam-se, então faz com que a ponte mexa, faz com que a ponte mexa, ela vai pra cá, ela, ela tem esse movimento bem elástico, quando dá vento, muitas vezes, antigamente, proibiam que os carros passassem de tanto que ela mexia. E esse movimento era necessário pra, pra essa pon... pros cabos não flexionarem, porque se a ponte mexer toda pra um lado e daqui não for, o cabo rompe.

Então aí descobriram que os cabos estavam rompendo não pela deterioração que existia muito no tabuleiro, mas, sim, pelo movimento que quando esticava, quebrava. Isso... as rótulas estavam comprometidas, fissuradas. O que são rótulas? Fica na base dos pilares, isso não estava no projeto. Apresentaram pra gente isso. Além delas estarem fissuradas, que tem estudos e projetos que mostram, e aqui tem desenhos se quiserem ver, está no processo, tinha outra coisa: com o tempo isso plastificou, o que é isso? Essas rótulas elas enferrujaram, elas colaram no, no, no, nos pilares e elas não



movimentavam mais. Então, quando a... a... a ponte tinha que mexer e não mexia, estourava as barras de olhal.

Trouxeram esse problema pra gente, nós já tínhamos contratado muita gente, já tínhamos... porque quando se ganha um projeto desse, e era um projeto rápido e delicado e muito caro, nós contratamos a, as empresas — que depois eu passo a relação —, que são especializadas, onde nós não tínhamos capacidade de entrar e de fazer, e ninguém tem. Eu até... eu até vi alguma coisa, que eu li alguma coisa dizendo que: olha, vocês contrataram muita gente. Eu vou dizer uma coisa pra vocês, a gente é acostumado a fazer muitas obras, nós temos trinta e poucos anos fazendo obra aqui no Estado, quarenta, todo tipo de obra, obras pesadas, prédios, o que vocês acharem, entregues, como o Relator falou, e tem certos serviços que você não consegue fazer. Quando se faz um prédio, você tem que comprar elevador, você não tem uma fábrica de elevador, você é obrigado a contratar o que o elevador vai colocar. Então, tem serviço que tem que ser terceirizados, ainda mais uma ponte dessa, onde tem muitos serviços técnicos.

Eu vou dar um exemplo pra vocês. Nós... e vocês... a, a, a economia estava muito aquecida, vocês lembram disso, nós contratamos algumas empresas pra tocar esse projeto. Quando nós contratamos, com a alteração, ã, nós não tínhamos mais como parar, porque o nosso custo em paralisa... na paralisação custaria muito caro pra gente. Então nós... nós fizemos e continuamos a obra.

Junto a isso o... ape.. os engenheiros apresentavam o que tinha que ser alterado na, na, na ponte, ã, nós procuramos uma saída que fosse consensual, ã, junto com todos, né, com todos os técnicos nacionais, internacionais e do Estado, e... e consultoria e engenharia do Estado, e chegamos à conclusão que aqui no Brasil tinha uma empresa com capacidade de fazer esse projeto, ajudaria, junto com a nossa supervisão. Essa empresa se chama RMG, que por sinal continua lá até hoje, é a mesma empresa que tá lá. A única coisa que mudou nessa obra foi a nossa empresa, o resto continua igual.

Bem, mas não faz mal, vamo lá, vamo continuar. [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

Nós... nós tocamos essa obra, fizemos esse serviço e conseguimos assim andar. As obras foram feitas, nós precisamos alterar o projeto, fizeram alguns aditivos de alteração de prazo e de... e de... sem reflexo financeiro, e alguns... alguns... algumas



trocas de material, por exemplo, se não ia mais usar o cabo. Pra nós não foi muito bom essa troca, mas nós tínhamos que fazer, porque a Freyssinet, como eu falei pra vocês, que é a Vinci Freyssinet, ela é especialista em cabos e ela já tinha feito um projeto onde é muito simples mudar, fazer isso: apoiaria os cabos no... no... nas barras, nas pontas, levantaria, levantaria, isso soltaria e trocaria as barras. Mas não dava, porque se você fizesse isso, você teria que botar o peso da ponte em cima desses pilar, dessas rótula, não aguentaria.

Em função disso, nós tivemos que... essa ARMG e mais a nossa equipe toda, que é essa equipe que vocês conhecem, que depois eu posso entregar a vocês todos, chegaram à conclusão que essa... é... que teria que se fazer um suporte. Nós tínhamos duas saídas aí na época, e apresentamos ao governo na época. Uma saída era você, ã... desmancha... desmontar a ponte e montar de novo, era até mais prático. Mas o Governador disse: nunca, eu não vou mexer num monumento, tirar um monumento onde a população tá acostumada a ver, tá lá, pra depois montar. Não, isso tá fora de cogitação. Então, a gente... Então vamo fazer uma ponte embaixo da ponte, que é a ponte provisória pra sus... pra... pra descer, pra largar todo esse peso e, com isso, a gente vai... vai... suporta o peso e troca as barras de olhal — como está sendo feito hoje, não tem nada diferente.

Bem, nós chegamos até uma etapa e, no primeiro governo, a, a gente tocou com certa tranquilidade, depois eu mostro pra vocês, e depois começou a faltar dinheiro, e faltou dinheiro. E nós quando estávamos tocando a obra... Por que que vocês tocaram um aditivo sem tá totalmente pronto? Não, peraí, eu tinha... eu tinha pareceres de todo mundo, eu tinha... o engenheiro fiscal mandou tocar, os engenheiros... o... a... a consultoria mandou tocar, todas as gerências do... do... do Estado mandaram tocar, todos os diretores do Estado mandaram tocar, isso tem pareceres aqui pra fazer, e mais, a Procuradoria-Geral do Estado Fe... a... avistou duas vezes o processo, devolveu dizendo que tá... que precisava arrumar algumas coisas, que era... era... por acaso era... era o Serpa, podia ser qualquer um, o, né, o Procurador na época, depois voltou pro, pro, pro, pro órgão, foi arrumado e ele disse que não tinha mais nada, que podia terminar. Nós achamos que, então, tá pronto, agora vem, vamo receber, porque nós estamos fazendo a obra que tá em todos os jornais — depois vocês podem, vocês vão me pedir muita coisa, eu vou dizer.



É... é... as estacas, elas... elas... elas foram bem diferentes da... daquelas que foram orçadas, tanto é que nós recebemos duzentos mil, que é o que tinha só no edital, e custava um milhão, dito pelo próprio Estado em, em jornais e coisa que tão aí, e nós começamos a sentir dificuldade esperando que pagassem a gente. Isso nunca foi pago até hoje. E... e não sendo pago, faltando dinheiro pro governo do Estado, nós ficamos em certa... em bastante dificuldade. Tivemos que dilapidar patrimônios da empresa, que são diversos, trocamos prédios inteiros pra pagar... Pra se ter uma ideia, a Fundesp... só tinham três empresas no Brasil que fazem essa, essa, essas estacas dentro da água, é uma plataforma marítima que se monta, é uma miniPetrobras bem pequeninha pra você montar pra fazer essa estaca – é o difícil dessa obra pra você montar isso, e são coisas muito... até muito pesadas, onde você tem que... depois concretar, levar ferro e dentro dessas balsas você tem que levar cinco, seis caminhões carregados de concreto pra concretar lá dentro. E os mergulhadores, porque você tem que armar tudo isso até lá embaixo, que nós que fizemos isso, e nessa armação toda que se faz, se faz até 30 metros de profundidade, que nós achamos – aí tem outra coisa que tem que saber – a gente tinha que... a gente tinha que... que calçar. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

Bem, quando nós colocamos todas as estacas, que na... na lateral chegaram aos 30 metros, porque aquilo é um vale... O que acontece? Todo mundo aqui já foi num costão, deve ter ido, em costão você tem a queda do, do, do, do... Você vê, quando você vai pescar, você vê aquelas pedras, é aquilo. As duas laterais da ponte, por isso os pilares tão na ponta, eles são, eles são menores, chega perto de 30 metros, conforme vai afundando vai a 30 metros de lençol de água, tô falando em água. Nós tínhamos que chegar até a parte firme, depois da parte firme nós tínhamos que fazer mais uma perfuração de 9,5 metros pra firmar na rocha, descer a camisa metálica, encher de concreto e aço, e fazer. Fizemos todos esses pilares. Acontece que pela falta de dinheiro já, sempre houve esse problema na ponte, isso aí tá constatado, tentaram Lei Rouanet, fizeram várias coisas, não veio o dinheiro, o dinheiro chegou bem depois, a gente continuava em dificuldade. Aí nós tivemos que fazer. Aí caiu uma estaca. Por que caiu uma estaca? Foi muito: ah, desapareceu uma estaca no... no... no ponto do... do... no... no costão. Quando nós cravamos essa estaca, que com 29 metros e alguma coisa, a gente botou numa rocha, que você lá embaixo você sabe qual, essa rocha tamanho maior que essa sala aqui, ela fraturou, e ela, com a... começou a flambar esse pilar, muito pesado, 30 metros, cheio de concreto, virou. O que acontecia? Ligeiramente nós



tivemos que fazer uma armação provisória em todos os... os... os pilares, que eram quatro cada um, que também não recebemos, que a gente fez, porque não estava ainda no nosso, no nosso, no nosso *métier* pra deixar... pra um pilar jogar o peso no outro. Isso foi feito e resolvido. Depois, com o tempo, nós tivemos que tirar e fazer isso... fazer isso corretamente.

Chego no fundo – só para terminar, porque tô... tô me alongando muito aqui, mas é que eu vivi muito essa obra, eu, pessoalmente, tava sempre lá, dia e noite, domingo eu ia passear e olhar isso, gostava daqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Minha mãe – isso é detalhe –, mas o meu pai e a minha mãe vieram a lua de mel aqui nessa ponte, tem fotos.

Então, no meio, como é... é... é um canal, esse... esse... esse canal aqui, esse meio do mar, por isso que quando foi feita a ponte usaram os pilares nas pontas, a gente chegou a 30 metros, só que tinha rocha deteriorada e um solo fragmentado em mais de 30 metros, isso tá tudo colocado, então as estacas desceram 30, mais 30, sessenta e mais 9. Isso tudo nós nunca recebemos, né, com... com... com todos aqueles guindastes, com as plataformas, que eu queria um dia que vocês até acompanhassem e vissem o que foi isso. Eu não quero dizer que está sendo fácil fazer a ponte, é importante, o difícil nós fizemos, eu não vou nunca negar isso e eu quero que os engenheiros digam que não. Você trabalha... nós trabalhamos embaixo, o resto ia ser em cima, é mais fácil, tá? Tem menos risco. E... e nós tínhamos que deixar a ponte segura.

Deixamos a ponte quase segura, faltando oito meses para terminar o nosso contrato, nós já com... com os recursos escassos, veio o dinheiro do BNDES, que a Lei Rouanet não deu certo, até algumas emissoras fizeram campanha, mas não... só não... não deu. Aí, pra nossa surpresa, me disseram, eu não sei, e não veio, dizendo que todo o dinheiro só podia ser pago de serviços novos, não de serviços já anteriores. Poxa, né, o novo eu não vou receber?! Eu não tenho mais como fazer essa ponte.

Aí foi que deu todo o problema, nós tinha ainda oito meses pra terminar, o governo, querendo pressa, rescindiu o contrato com a gente, nos tirou da obra, nós tínhamos ainda alguns meses pra terminar, pra deixar a ponte segura. Por que que eu falo tanto em ponte segura, pra vocês entenderem? Se você calçou a ponte, pode ficar



dez anos, vinte, quanto tempo você quiser, tanto é que depois nós (*ininteligível*) seis anos lá e tá lá, certo? Agora, até você deixar a ponte segura, nós temos vários documentos e laudos de pessoas, assim, do mundo inteiro, colocando: isso aí é muito... é perigoso.

Aí tiraram e fizeram um novo contrato, que eu... eu... não tô aqui pra acusar ninguém, muito menos, pelo contrário, eu preciso falar do meu contrato, eu ganhei essa obra por R\$ 154 milhões... R\$ 56 milhões, nós fizemos aditivo nesses dois anos e meio, três anos, porque mudaram todos os projetos, alteraram toda a... alteração, de oito milhões só, aditivo financeiro, o nosso contrato ficou em cento e... (*O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*) sessenta e nove – eu preciso de um óculos, vocês desculpem, mas quando eu comecei, eu não precisava. Cento e sessenta e...

(*O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.*)

...e nove milhões é o total de... de... de obra. Nós fizemos 30.5 da obra, recebemos exatamente as medições, conforme planilha e documento (*ininteligível*), sem um aumento de nada, saímos da obra e hoje o contrato que não me interessa, do mesmo 169 que faltava pra terminar, ele já custava em 2018, 387 milhões, e o nosso faltava 169. Aí vocês depois vão ver o que aconteceu que eu não sei. Eu tô disposto a responder qualquer pergunta. [*Transcrição: Felipe Pereira Bueno*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós vamos falar sobre cada um desses pontos...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Vamos? Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que o senhor mencionou aqui, a história é bem extensa.

Mas eu queria começar perguntando para o senhor se houve alguma irregularidade na licitação ou na execução do contrato de reabilitação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não conheço nenhuma irregularidade da (*ininteligível*). Nós participamos de uma obra e ganhamos. E... e... e essa... e essa obra



nós fizemos, tanto é que tá lá, feita. Eu desconheço irregularidade enquanto eu toquei. Agora, eu acho que... que irregularidade foi nos tirar da obra. Eu não entendo por que nos tiraram da obra, e eu queria saber. É a minha pergunta: por que que eu saí? Essa é que eu quero saber. Eu saí por quê?

Eu vou dizer pra vocês mais uma coisa – desculpa aí, Deputado, tem que falar. A... nós... nós..., nós... ã, então foi feita uma rescisão unilateral onde diziam que a empresa ela... ela tava com a obra atrasada. Nós tínhamos oito meses, seis meses ainda, seis meses pra chegar até... até... pra terminar o contrato, e nós ainda íamos muito, né, se nós tivéssemos recebido, que não recebemos – ficamos trezentos dias sem receber. Isso aqui tá... tudo o que eu estou dizendo pra vocês vão documentos e vocês vão constatar.

Bem, a... essa... essa... essa... esse tempo que nós... nós... nós... você pediu das irregularidades, nós fizemos essa obra toda, eu... nós fomos, nós rescindimos... rescindiram o nosso contrato. Eu tenho documentos aqui, mais de um, o Estado pedindo pra mim tocar a obra devagar porque eles não tinham recurso. Eu tenho, presidente do órgão, dois, em duas épocas diferentes: vocês vão devagar; você só pode tocar isso que o Estado não tem recurso. Isso tá aqui (*aponta para vários documentos que tem em mãos*), é documento oficial, você tira naquela transparência do Estado, né – isso aqui eu peguei de lá, qualquer um pode pegar, tá? Bem, então o atraso não era nosso.

E, segundo, Deputado, desculpe, eu já vou... E a outra coisa, ã, nós também temos e... podia ser técnico, né, nós não tínhamos capacidade técnica pra fazer. Muito pelo contrário, porque nós recebemos também do Estado vários... aqui, documentos, que nós estávamos perfeito na obra. Porque você sabe que isso me dá um grande acervo, daria pra nossa empresa, deu. Então, você quando vai participar de uma obra, você vai pegando os acervos pra poder participar de outras obras com dificuldade parecida. E eu tenho documento dizendo que a obra tá perfeita até onde eu fiz. E mais, foi largado o peso, foi largada a transferência de carga e até recebemos alguns cumprimentos de umas pessoas que tá lá, funcionou, então o nosso serviço tá perfeito.

E terceira coisa. Então nós fomos tirado da obra porque nós não tínhamos... ã... ã... tá dito lá, nós não tínhamos... nós atrasamos a obra, tá, que vocês vão ver depois, que nós não tínhamos capacidade, (*ininteligível*) não foi, nunca disseram, e seguro, nós fizemos o seguro até o fim. E mais, temos documento aqui que nós pedimos o seguro



quando a obra atrasou por culpa não nossa, nós fizemos todo o seguro, nós pedimos pro governo pagar essa quantidade a mais de seguro. Seguro é feito por um tempo. Se a culpa for minha, eu tenho que pagar, se não for, eu não tenho que pagar. Então, é isso o que eu teria a dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor, então, confirma que não houve nenhuma irregularidade na execução do contrato ou na licitação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, já que o senhor afirma isso, que não houve nenhuma irregularidade no Contrato PJ 264/2008...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...então o senhor concorda em renunciar ao sigilo bancário, fiscal e de dados da sua pessoa física e das pessoas jurídicas das quais o senhor era sócio na época do Contrato PJ 264?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro, doutor, inclusive eu faço questão. (O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes balança a cabeça positivamente.)

E mais, só pra terminar, essa obra aqui depois já foi pro, pro, pro Tribunal de Justiça e foi, por unanimidade, dado nós como vencedores. Tá aqui (*mostra documento*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tá.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — (*Utiliza imagens projetadas para ilustrar os seus questionamentos.*)

Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...no período que antecedeu à Concorrência nº 44/2007...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que é a concorrência do edital que o senhor sagrou-se vencedor –, a Construtora Espaço Aberto aumentou seu capital social de R\$ 18 milhões para R\$ 116 milhões, usando reservas de reavaliação (R\$ 91,2 milhões), adiantamentos para aumento de capital (R\$ 4,3 milhões) e lucros cumulados de R\$ 2 milhões.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O aumento de capital teve alguma relação – está ali a alteração no contrato social do senhor (*aponta para a imagem projetada*) – com as futuras exigências da Ponte Hercílio Luz? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, por dois motivos, não. E eu vou dizer por que que foi aumentado. Eu até... isso me faz muito bem.

Nós... nós... nós... a ponte precisava cento... R\$ 15 milhões pra participar. Por quê? Porque é 10%. Então nós não precisava aumentar capital pra ponte, como não fizemos. Nós fizemos bem antes, porque nós participamos da licitação da 101 consorciado com uma empresa forte e outra e nós só... nós fomos... chegamos a ser vencedores, tá, do trecho Palhoça/Florianópolis. Depois fom... foi... em discussão nos tiraram, né, do pedágio... esse pedágio que a... que a HS ganhou nós participamos da... do pedágio, da concessão dessa estrada, e pra isso precisava um capital muito forte. Eu peguei meus bens, meu capital particular, e coloquei na empresa pra aumentar o capital. Por quê? Porque aí entrava banco, BNDES, e eles olhavam a saúde financeira da empresa, e nós precisávamos. E foi feito pra esse motivo, foi bem antes, não teve nada a ver com a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi a data desse edital anterior?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, só... eu não tô aqui, porque eu não esperava, mas... a gente... vocês pode ver, é só ver quando foi lançado o edital de con... de, de, de, de concessão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi o ano?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...da 101. Dois mil e...



(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala no ouvido da testemunha.)

A pedança de... a cobrança...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi o ano?

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala no ouvido da testemunha.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu acho que foi em 2004...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deixa eu só lhe pedir, o advogado não pode interferir.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu acho que foi 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Perfeito? Ou não?

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone: “Estou apenas lembrando ele.”)

Não, mas o advogado não pode interferir, por gentileza.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, mas não precisa... Desculpa, não precisa mesmo, fica tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por gentileza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi em 2004?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu estou... Escuta, o que eu não sei, o que eu não sei, o que eu não tenho certeza, eu posso consultar e olhar. Se o senhor souber, pode me dizer. Agora, foi feito antes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É porque esse...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ã..

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse aumento de capital, conforme está na tela (*aponta para a imagem projetada*), foi feito no dia 30 de agosto de 2007, não foi feito bem antes do edital.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, não, eu, eu discordo de você. Cento e dezesseis (*ininteligível*) foi bem antes.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu posso te mandar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, tudo bem, mas...
Eu digo, se o senhor... é que o senhor está falando...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Aí, aí foi alguma alteração...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que o senhor está falando, justificando, que foi por conta...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do pedágio, o senhor falou que isso foi em 2004. A sua alteração de capital foi no ano de 2007, ou seja, depois do pedágio, depois dessa licitação que o senhor falou... Alguma...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, não. Eu di... Eu... Não, não, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que não há como discordar de um documento público que está ali, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não... mas o senhor pega o outro documento... Desculpa eu colocar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uhum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tem um outro documento onde mostra que nós chegamos a 2012... R\$ 112 milhões, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uhum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá?

Então, isso aqui foi só um ajustezinho, mas não teve nada a ver com va... com ponte, muito pelo contrário, a ponte precisava 15 milhões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas aí é um ajuste de 18 milhões para 116 milhões.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, mas não foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não é um ajustezinho.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas não foi nesse... Não, o ajustezinho foi de 112 para 116. Eu posso isso... Como o senhor pediu minhas contas, eu posso também dar o.. o... o... as alterações do capital da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, as alterações contratuais nós temos.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas, então... porque o senhor... o senhor não pega uma antes dessa, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, antes dessa o senhor tinha em capital, na empresa... o senhor aumentou o seu capital de... o senhor tinha R\$ 18 milhões antes da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, Deputado Bruno, me permite? Eu gostaria que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu discordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu gostaria que o sistema de comunicação da Casa também captasse as imagens (*refere-se às projeções*) para tornar público e ficar registrado no sistema.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O... o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não precisa permanecer com ela o tempo inteiro na tela.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas deixa eu... eu vou voltar... eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas, momentaneamente, faça a captação da imagem para a população poder tomar conhecimento.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim. Só pra... o senhor tá colocando uma coisa que, primeiro, eu não precisava aumentar, certo? Porque... vocês aqui tão... sabem e... que... que a empresa podia... podia somar capital. Eu tinha empresas de fora junto. E



mais, eu tinha... se o senhor disse 18 milhões, sobrava pra tocar essa ponte, que era 159 milhões ou 160, eu não precisava aumentar. Então eu tô lhe contando por que que eu aumentei e posso buscar esse documento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu até fui... fui pego de surpresa, porque a ponte nunca foi um problema. Só pro senhor ter uma ideia... hoje não, a gente tá... Mas o capital que nós temos, nós podemos participar de obra de 1,2 bilhão, é um pouquinho maior que a obra da ponte. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia informar se o seu faturamento à época dependia mais da área pública ou da área privada?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E qual o percentual aproximado de cada setor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É. Eu... eu.. nós começamos a... a... a... a empresa, se tem (*ininteligível*) com... com só obras privadas. Nós temos mais de cinquenta prédios feitos, é... aqui, na Grande Florianópolis, e fora. Eu tenho uma construção... E nós, depois, entramos em obras públicas. Foi um erro que eu... que eu cometi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ã... ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...o senhor, à época, dependia mais da área pública ou da área privada? A pergunta é simples.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — A pergunta é a seguinte: eu tava com 65 pública e 30 privada, 30 e 70.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 65% pública...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Público, é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — À época?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia precisar a partir de quando a sua empresa passou a prestar serviços de engenharia em estruturas metálicas, pontes pênséis e afins?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não... a, a, aí tá. A minha empresa, como eu lhe falei no começo, ela não ti... ela... em estrutura metálica ela prestou muitas, tá? Eu tenho grandes vãos aqui, eu vou lhe citar alguns: eu fiz um ginásio de Balneário Camboriú, que é estrutura metálica; eu, eu, eu fiz a parte do CIC, estrutura metálica. Então tem várias estruturas metálicas. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pontes pênséis?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, calma. Pontes pênséis, não. Eu e pouca gente, quase ninguém tinha. Por isso esse consórcio que eu estou com aqui montado. Se eu tivesse, eu teria ido sozinho, como eu não tinha, eu procurei parceiros que tivessem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo. O senhor já fez algum serviço em pontes em geral, anteriormente?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia citar, por favor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu fiz pequenos, tá? Eu fiz uma ponte lá em Itajaí e... não era nossa especialidade fazer serviço em pontes, tá? E... e... e... nesse tipo de ponte ninguém tinha essa especialidade. Tanto é... eu não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 20/01/2004 a Construtora Espaço Aberto firmou a 36ª alteração contratual...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...incluindo o item “obras de engenharia mecânica em geral”, no seu contrato social. Na 37ª alteração contratual consolidada, de 29/12/2004, não consta o item “obras de engenharia mecânica”. Já na 38ª alteração contratual, o item “obras de engenharia mecânica” foi



inserido em 08/03/2007, portanto, alguns meses antes da licitação de dezembro de 2007 da Ponte Hercílio Luz.

O senhor considera coincidência incluir esse serviço no objeto da sua empresa poucos meses antes da licitação da ponte?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, muito pelo contrário, eu considero que eu fiz de propósito. A gente, quando vai participar, a gente coloca. São essas burocracias que o nosso Presidente quer tirar, tá entendendo? Essas coisinhas que o atual Presidente tá tentando desburocratizar. Eu fiz porque eu queria participar, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor, no dia 08/03, o senhor já estava ciente do edital e da (*ininteligível*) que seria.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, não, não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor acabou de dizer que queria participar...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Fez porque queria participar.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Ó, se eu fiz... o senhor tá muito correto... se eu fiz isso, coloquei, esse edital foi muito comentado. Eu vou lhe colocar uma coisa pro senhor saber, só pra... interessante é a história disso aqui.

Em primeiro lugar, a nossa... Eu posso ou o senhor quer pedir?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Fala.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então vou falar. Esse edital, eu participei desde o tempo que veio o projeto dado pelo DNIT pra cá. Quando sabes que vai ser uma obra desse porte, todo mundo quer. E tem uma coisa, Deputado, que eu vou colocar pro senhor, que é importante até a gente colocar, mas... A gente foi muito compe... Assim, nós sempre pensamos que a nossa engenharia poderia participar de grandes obras. Essa obra, nós tivemos uma grande briga com o outro consórcio, que era a Odebrecht. Poderia ter a Odebrecht ganho, né? Podia, mas não ganhou, ganhamos nós. Ela tinha condições...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, o senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...condições de fazer toda a ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor estava em março, o senhor estava ciente já da necessidade de...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Nós...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Dessa... dessa... dessa...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Desculpa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...dessa alteração contratual, incluindo obra de engenharia mecânica em geral? Em março o senhor estava ciente...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, não, não... Calma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...dessa exigência que seria exigida em dezembro. Era isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Ali diz pontes, doutor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Fala o... O senhor incluiu obras de engenharia mecânica em geral no seu contrato.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tirou...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tirou e... o senhor colocou, tirou e depois incluiu em março, e o senhor me alega que colocou isso porque seria... porque de propósito, porque seria necessário no edital em dezembro.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não só... não só pra isso. Eu também... O senhor deve, se o senhor pegar as obras que eu estava participando, eu não sei, o senhor estudou isso, eu estudei só a ponte, tá, eu... mas eu posso ver, porque tudo que eu fiz aqui na minha empresa em quarenta anos foi perfeito, direito, tá? Mas eu vou



terminar pro senhor, tá? Eu... eu... eu participei de algumas obras que precisava estrutura metálica. Por exemplo, hospital de Joinville tinha que ter; por exemplo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então eu não sei, eu tenho que ver na contabilidade, eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou lhe dizendo o seu contrato social. O senhor ti... o senhor colocou, tirou e depois colocou de novo. O que está registrado em ata é a sua resposta que o senhor estava ciente...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, eu sabia. Vou te ser franco...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que colocou de propósito isso...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...meses antes da *(ininteligível)*.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu vou... Tá, pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Vamos seguir.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Como o senhor quiser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — As alterações estão ali *(aponta para a imagem projetada)*, caso o senhor queira consultar.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, a gente... eu vou pegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor possuía alguma habilitação ou curso na área de estruturas metálicas à época do contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Bem, aí o senhor tá colocando assim... O senhor... o senhor coloca a empresa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, eu estou falando do senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Habilitação em quê? Em estrutura metálica? Sim, eu sou arquiteto e tenho alguns cursos em estrutura metálica. Eu fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode citar quais cursos o senhor fez em estruturas metálicas?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, estrutura metálica, especificamente, não. Eu fiz bastante... fiz obras. Agora, dentro de uma empresa você tem que ter os engenheiros habilitados pra fazer o quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, eu estou perguntando sobre o senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não, eu não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem alguma especialização na... em... (*ininteligível*)?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, em estrutura metálica, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum funcionário seu tinha essa habilitação em estruturas metálicas?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode citar o nome?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Nós tínhamos o Reinaldo Damasceno, que tinha... que tinha... Quando eu falo em habilitação, eu falo em obras feitas e acervos, tá? Eu não sei porque, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, a pergunta é simples: o senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então eu vou (*ininteligível*).



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algum funcionário seu tinha habilitação em estrutura metálica? [*Transcrição: Ana Clara Mota / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tanto tinha, que ga... fez obras e ganhou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual funcionário?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O Damasceno, engenheiro. Roberto Damasceno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Roberto...

(*O senhor advogado manifesta-se fora do microfone: "Reinaldo."*)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Reinaldo Damasceno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Reinaldo Damasceno?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É, é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ele estava à época trabalhando com o senhor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim... não... não, é um dos responsáveis também aqui no consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

O senhor... Mesmo não tendo habilitação na área, o senhor se sentiu confortável em emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica da obra de recuperação da Ponte Hercílio Luz em 03/02/2009?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Desculpa (*bateu no microfone*). Claro que sim, porque a minha empresa tinha, e eu faço parte... E eu... eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Deixa só eu terminar, doutor, senão fica assim...

Quando... quando... se eu coloquei a responsabilidade e se o Crea e o CAU permitia, é porque eu podia. Eu não fiz nada que não pudesse fazer.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o senhor acabou de nos dizer que o senhor não tinha especialização alguma em pontes.... em...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, cursos de especialização.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor, pelo que consta, é arquiteto. Mesmo assim o senhor se sentiu confortável em emitir a Anotação de Responsabilidade Técnica da obra de recuperação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao lado da seta, senhor Paulo (*aponta para a imagem projetada*), consta a descrição da atividade de execução e remoção de quase 600 mil quilos de estrutura metálica. Mais abaixo, 2.890 metros quadrados de projeto em estrutura metálica. A partir desse momento o senhor se considerou habilitado para ser o responsável técnico em obras de estrutura metálica dessa magnitude?

A partir de que momento o senhor se considerou habilitado para lidar com 600 mil quilos de estruturas metálicas e com 2.890 metros quadrados de projeto em estrutura metálica?

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Quando eu tive...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Quando eu tive um pessoal comigo com habilitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para assinar... mas... perdão. Mas quem assinou a Responsabilidade Técnica foi o senhor, não foram esses que estavam com o senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu fui um deles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, está aqui. O senhor assinou a Responsabilidade Técnica justamente por esses itens que eu acabei de citar ao senhor.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Bem, projetos eu tenho capacidade pra fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E trata-se aqui de execução, não projeto.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Execução também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acabou de dizer que tem...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então vamo lá... Eu... eu... o senhor tá pedindo uma coisa que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu vou interromper um pouquinho. Eu vou pedir aos senhores advogados que se afastem pelo menos 1,5 metro do cliente, por gentileza. *(Os advogados se afastam.)*

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim. Não, não tem problema. Tá.

Olha só, se eu fiz, se eu assinei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Um metro e meio do cliente, por gentileza.

(Os advogados se afastam mais um pouco.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Se eu assinei...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo, por gentileza...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...só um pouquinho que já volto...

Por gentileza, solicito aos advogados que não interfiram. O cliente pode pedir para que seja interrompida a reunião e conversar com vossas senhorias, não há qualquer problema. Agora, o que não se admite é a interferência, sem a autorização, dos senhores advogados. Por gentileza.

O senhor pode continuar com a palavra, senhor Paulo.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, o que que eu tava falando...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor assinou uma ART, que é Anotação de Responsabilidade Técnica, de execução e remoção de 600 mil quilos de estruturas metálicas e, além disso, de 2.890 metros quadrados de projetos em estruturas metálicas – em execução, não é nem projeto. O senhor se sente habilitado para isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, projeto de execução, perfeito. É que remoção é tirar..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Projeto... e execução, o senhor também sente?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, claro. Bastante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

Senhor Paulo, isso não configura exercício ilegal da profissão, já que o senhor é arquiteto e não possui habilitação técnica para executar esse tipo de obras (pontes de qualquer tipo)?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, porque se... se... se eu tive a ART e o órgão da classe deu, eu posso. Aí você... aí tem que mexer lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Conforme o artigo 7º da Resolução do Confea 218/1973, serviços em pontes e em grandes estruturas são exclusivos de engenheiros.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — De quando?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De 1973.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Ah!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor quer que eu leia o artigo 7º ou o senhor conhece e...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não precisa. Não conheço, mas não precisa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não precisa?



Senhor Paulo, os serviços de estrutura metálica são na ponte.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sua ART mostra que serão removidas e substituídas quase 600 toneladas em estrutura de metal. Mostra também que se refere a projeto em estrutura metálica com 2.890 metros quadrados. Isso equivale à área do vão central – só poderia ser o vão central e que seria serviço exclusivo de engenheiros. Mesmo assim o senhor se sentiu habilitado, mesmo não sendo habilitado segundo o Confea? Não podendo exercer essa responsabilidade.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, eu... eu... se eu assinei a ART e se passou, eu estava. Aí tem que ver no Confea.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Artigo 7º “Compete ao engenheiro civil ou ao engenheiro de fortificação e construção:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.” Pertencentes a engenheiro civil ou a engenheiro de fortificação e construção.

O senhor chegou a utilizar essa sua Anotação de Responsabilidade Técnica para se qualificar em outras licitações?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei, mas devo ter,,, devo ter usado. Se o Crea deu, eu usei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor deve ter usado a sua própria...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Se o Crea deu, eu usei. Se o órgão oficial deu, eu usei. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo Ney, eu vou citar vários documentos agora...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...ao senhor e, ao final, farei algumas perguntas relacionadas a esses documentos, o.k?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá. Pois não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Carteira de Trabalho e currículo do engenheiro civil Reinaldo Damasceno da Silva; currículo do engenheiro Khaled Mahmoud; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro Fernando Fagundo; currículo do engenheiro civil Enrique Hernandez Montez; currículo do engenheiro sanitaria Antônia Winter Tonet; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro Wing Au; autodeclaração da CSA Group e currículo do engenheiro civil Juan Melgarejo; currículo do técnico em edificações Crescêncio Matos dos Santos; currículo do técnico em Agrimensura Alexandro da Silva; autodeclaração da empresa Ammann&Whitney; currículo do engenheiro Peter Sluszk; currículo do engenheiro Imam Hossain; currículo do engenheiro Christopher Gagnon; currículo do engenheiro civil Radu Dragnan; carta de oferta de emprego da CSA Group para o engenheiro Khaled Mahmoud; e autodeclaração da empresa Freyssinet International & Cie.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes tenta chamar a atenção do Presidente. A Deputada Marlene Fengler chama a atenção do Presidente para olhar para o advogado. O senhor Presidente levanta e vai ao encontro do advogado, que conversam fora do microfone.)

Senhor Paulo Ney, esses foram todos os documentos relativos à qualificação técnica que a Construtora Espaço Aberto, a CSA Group e as empresas parceiras Ammann&Whitney e Freyssinet International apresentaram na licitação. Ou seja, não foram apresentados atestados, certidões, cópias de contratos, declarações de contratantes ou qualquer outro documento que contemplasse as exigências do edital.

Toda a qualificação técnica do Consórcio Florianópolis Monumento baseou-se somente em autodeclarações e currículos profissionais emitidos pelas próprias empresas integrantes do consórcio e parceiras - currículos e autodeclarações emitidos pelas parceiras e pelo consórcio. Por que o consórcio não apresentou os documentos de qualificação técnica, conforme foi exigido em edital? Por que esses documentos não existiam?



(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone pedindo uma questão de ordem.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, o advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes solicita um tempo para orientar o seu cliente. E vou autorizar por até três minutos. *(Pausa.)*

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes conversa com o senhor Paulo Ney Almeida.)

Cumprindo com o requerimento, dou por reabertos os trabalhos.

O Deputado Bruno fez uma pergunta ao senhor Paulo Ney Almeida, que está com a palavra para a resposta.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Bem, o senhor colocou... ã... que... eu participei de uma licitação e fui vitorioso. Tecnicamente eu apresentei e fomos vencedores. Tá legalizado, cumpriu o que nós tínhamos que fazer. Eu... eu tenho aqui *(aponta para documentos a sua frente)* a nossa proposta, com todas as coisas que nós apresentamos e, pra mim, isso aqui resolveu, tanto resolveu que nós fomos habilitados. Eu não sei tecnicamente se faltou *a* ou *b*, porque tu sabes que eu sou empresário, tenho algumas obras e não ficava olhando. Eu apresentei e... Tenho aqui, até depois eu posso deixar pra você dar uma... olhar o que tá feito aqui, deve ter tido esse... esse... esse documento.

Então eu fui habilitado, participei e ganhei. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se o órgão aceitou os seus documentos, diferente do que o edital previa, significa que o órgão não fez a sua parte?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ali nós temos aparecendo na tela *(aponta para a imagem projetada)* as autodeclarações que foram apresentadas no lugar das certidões e dos atestados que eram necessários e exigidos pelo edital, caso o senhor queira consultar.

O senhor conheceu o engenheiro Khaled?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Demais!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro Khaled falava português?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o engenheiro Khaled assinou vários documentos juntados ao processo licitatório, os quais foram redigidos apenas em português. Ele sabia o que estava assinando?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sabia. Ele tinha um tradutor junto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como aqui por exemplo, né? (*Aponta para a imagem projetada.*)

Durante a oitiva do senhor Roberto Alexandre Zattar, foi constatado que em relação ao vínculo empregatício do senhor Khaled não havia nada, além de uma mera proposta de emprego da CSA nos documentos de habilitação - está na tela (*aponta para a imagem projetada*).

Existe uma declaração, em português, do senhor Khaled, de que ele mantinha à época vínculo com a CSA Group. Todavia, essa declaração vem revestida de várias irregularidades. Primeiro, foi juntada ao processo em fase recursal, ou seja, é inválida para fins de habilitação – não adianta apresentar um documento depois que a habilitação aconteceu, isso foi apresentado lá na frente, na fase recursal –, uma vez que a Lei 8.666/93 veda juntar documentos novos, que não (*sic*) deveriam constar anteriormente nas fases de habilitação ou de proposta. Ou seja, não estava na fase de habilitação, a Lei 8.666 deixa claro: não pode apresentar depois da habilitação. Consta apenas a versão em português e o senhor Khaled, como o senhor mesmo atestou, não fala a nossa língua. Foi assinada posterior à entrega da proposta, reconhecida como vínculo retroativo.

Senhor Paulo, por que esses documentos não foram juntados na fase correta, durante a habilitação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu entendo que estavam todos lá, como estão aqui.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que isso não é uma questão de opinião, na verdade.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas é que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso está nos autos, ali na habilitação. Aí não... aí não está.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Bem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse documento foi juntado posteriormente.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu... eu fui habilitado, tá? Apresentamos todos os documentos e estamos dentro de uma licitação que cumprimos, fizemos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha ou não tinha os documentos à época?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Todos os documentos que eu tenho, estão aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E não consta essa declaração? Foi apresentada posteriormente (*ininteligível*)...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA – Eu... eu... eu... eu desconheço esse fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Está... está aqui.

[O senhor advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone: “Pela ordem, excelência. Me desculpe, peço por favor, se possível, é... o... meu cliente já respondeu as perguntas. Aí ficar insistindo nas perguntas não coaduna com o procedimento de uma inquirição... é... no sistema (inaudível).]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Está deferido o pedido. Deputado Bruno, está deferido o pedido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Juan Melgarejo Haddad, representante da CSA Group Florida (Inc.), apresentou declaração nos termos do Anexo 22 do edital, como está aqui (*aponta para a imagem projetada*), que se vencedor da licitação manteria na obra, como engenheiro preposto e na direção técnica dos trabalhos, pelos menos um engenheiro civil mencionado na documentação



de habilitação, o qual não estará vinculado a qualquer outra obra na data de início dos serviços. O senhor saberia informar quem era esse profissional?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Como é que é o nome dele?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Justamente, é o que nós queremos saber. Vou repetir a pergunta para o senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Se é... eu... sei, sim. Teve o Reinaldo, é outro Reinaldo, que veio trazer pra ele, e teve um americano que ficou aqui desde o começo, que ele trouxe. E também o Luiz, que a... a... junto com a Prointec, o Luiz que era engenheiro mecânico e presidente da Prointec Brasil, ficou todo o tempo aqui. Os documentos estão aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro preposto não seria o senhor Khaled Mahmoud então?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — São duas coisas. O Khaled também era, o Khaled passava aqui dez dias por mês. Nós temos tudo aqui comprovado, como ele veio, fez, inclusive com declarações, com documentos, sempre aqui. Ele era o consultor de tudo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual é o nome do americano, o senhor sabe?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Qual americano?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro americano que o senhor acabou de dizer que ficou na obra.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, eu teria que olhar, tá? Porque foi tanta gente que passaram lá, foi muita gente, sabe. Eles não trouxeram só um. Era uma equipe. Eles alugaram uma casa em Jurerê, né, e trouxemos várias pessoas. Então... e aí tinha o escritório na ponte, então eles iam todo dia, se deslocavam até lá, até a ponte. Então tem vários. Agora podemos pegar isso, né, fácil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor conseguiria encontrar o nome desse engenheiro?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia, por acaso, entregar os documentos que comprovam a participação desses engenheiros em tempo integral, durante toda a obra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É, eu posso entregar durante o tempo que eles ficaram na obra, posso entregar, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia nos entregar?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor alegou que eles ficaram durante toda a obra cumprindo a exigência, então o senhor teria essa documentação para comprovar isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum, hum, temos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia nos entregar, então?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor poderia comprovar que o Khaled também estava esses dez dias, como o senhor falou, por mês?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Podemos, inclusive até por pagamentos feitos pelo banco, que era em dólar, e as passagens. Tranquilamente podemos comprovar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Com ARTs e vistos dele, tudo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tudo o que ele tem, tá, inclusive com declarações, com conversas, com tudo. O que vocês quiserem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ele permaneceu até quando na obra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O Khaled permaneceu na obra até a gente sair.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Até o final?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Até a gente sair. Um pouquinho antes da gente sair, porque daí já tava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E durante esse período...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não paguei mais...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E durante esse período todo ele esteve na obra, visitando?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sempre aqui. Inclusive hospedado no hotel aqui. Isso aí tem tudo aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante a execução da obra, passou a constar nos documentos o nome de outro profissional, o senhor Hayashi. O senhor poderia nos indicar no quadro do pessoal técnico apresentado na sua proposta, qual profissional o senhor Hayashi substituiu?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não substituiu, nós aumentamos. Ai nós tivemos diversos... Porque o projeto foi crescendo e nós fomos colocando mais gente, então nós tínhamos diversos e muitos engenheiros. Aí eu posso dar uma relação completa de todo mundo que trabalhou lá. E... e... e tem até engenheiro que morreu, tá? Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O edital previa que a empresa ou o consórcio participante deveria ter em seu quadro permanente equipe capacitada com experiência nesse tipo de obra, conforme está aqui no edital – se o senhor quiser consultar, a parte do edital que fala sobre isso está atrás do senhor (*aponta para a imagem projetada*). A partir de junho de 2009 os relatórios da empresa supervisora apontam que a tal equipe, a empresa supervisora da obra aponta que tal equipe não estava mais na obra (especificamente o engenheiro Khaled, apontado na licitação como engenheiro preposto; o engenheiro Enrique Hernandez, apontado como especialista em estruturas metálicas; e o engenheiro Fernando Fagundo, apontado como especialista em fundação). Isso foi apontado pela empresa supervisora. Por que o consórcio retirou esse pessoal da obra?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, ninguém saiu da obra. O Khaled, eu disse, ficou até o fim, tá? E conforme os serviços iam trocando, as pessoas iam mudando. Você sabe que cada um tem especi... Nós temos varias especi... Contratamos o Catão, o Catão é especialista hoje nacional em... em... em estru... em concreto, é a maior sumidade nacional. Então, conforme fosse a necessidade, nós trazíamos as pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor contesta a empresa supervisora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes faz sinal afirmativo com a cabeça.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, o advogado está respondendo pelo... pelo...

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone: “Me perdoe, senhor, foi apenas expressão facial.”)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não tô ouvindo nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu ouvi. Eu nem olhei para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) - Deputado Bruno, senhor Paulo, eu vou alertar os senhores advogados: por gentileza, o depoente aqui é o senhor Paulo Ney Almeida. Vossas senhorias têm a prerrogativa de solicitar a suspensão da reunião para instruir o seu cliente. Fora isso, por gentileza, não gostaria que houvesse qualquer outro tipo de interferência, por gentileza. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor então contesta a empresa supervisora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro, nós não tivemos nunca... Nós... nós... nós... A supervisora ela estava nos fiscalizando, tá, e muitas vezes nós também achamos que ela não tinha todo o pessoal necessário. Foi uma questão *(ininteligível)*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor alguma vez manifestou oficialmente esse desacordo com esse ponto da supervisora?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Em diver... Eu acho que... nós temos que procurar, mas tem os diários de obras, vocês devem ter visto, e lá tem tudo o que aconteceu na obra, do começo ao fim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor se manifestou em relação a isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Quan... O senhor fala o senhor. A empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa manifestou contestando essa informação à supervisora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá, aí sim. Eu tenho que tirar a pessoalidade do negócio, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa se manifestou em relação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, sim, sim. Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia nos fornecer essa documentação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, nós vamo procurar. O que tiver, nós vamo fornecer pra vocês, tá? O que a gente encontrar, nós vamo fornecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entre junho e novembro de 2009 os relatórios apontam o senhor como engenheiro preposto, mas o senhor não é engenheiro. A obra ficou todo esse lapso temporal sem engenheiro preposto responsável? A empresa supervisora errou novamente? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

Está aqui. (*Aponta para a imagem projetada.*)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não... eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor está... Esse é o relatório de junho de 2009, o senhor aparece como engenheiro preposto. O que aconteceu?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei lhe informar, eu tenho que olhar. Porque nós sempre tivemos diversos engenheiros na obra, sempre, muitos. Nunca ficou sem... vários engenheiros na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Justo. Então o senhor assu... porque o engenheiro... O senhor assumiu, então, o lugar de algum engenheiro? O senhor assumiu a posição do Khaled, foi isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Nunca. O Khaled sempre teve aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então... eu não consigo entender.

(Os advogados se manifestam fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Você quer que eu diga o que eu não sei, eu digo, tá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores, não...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, é porque ele tá falando coisa que eu já falei...

(O advogado Mathaus Agacci gesticula solicitando autorização para falar.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu vou solicitar aos advogados...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não... eu estou...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, é que você tá pegando coisa que eu não sei, e aí fica um negócio desagradável. Só isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por gentileza, seu Paulo. Eu vou solicitar aos advogados: se tiver uma questão de ordem, vossa senhoria requer a questão de ordem para que seja autorizada a sua fala.

(O advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone e o depoente Paulo Ney Almeida responde: "Eu falo aqui. Não precisa, Mathaus.")

Do contrário, eu não vou aceitar mais a interferência direta.



(O advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone: “Presidente, tá autorizado?”)

Quer fazer uma questão de ordem?

(O advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone: “Fazer uma questão de ordem.”)

(O advogado Mathaus Agacci inicia manifestando-se fora do microfone: “Excelência, apesar de aqui ser uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ela deve...”.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Fale ao microfone.

O SR. MATHAUS AGACCI — ...deve seguir o procedimento adotado pelo Código de Processo Penal, ou seja, a inquirição, se já respondeu, se a pessoa que está sendo interrogada já respondeu a pergunta, não pode o interrogante ficar questionando novamente, sob pena, inclusive, de nulificação do interrogatório, o.k.? Porque, novamente, ele está sendo interrogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Presidente, não considero que foi isso que aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, eu vou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu entenderei a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — A questão de ordem é pertinente.

Para que possamos dar a melhor dinâmica, eu vou solicitar ao senhor Paulo que toda vez que ele verificar que já respondeu, que ele diga: já respondi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O SR. MATHAUS AGACCI — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Perfeito? Já respondi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o senhor conhecia o engenheiro Eduardo Hamond Regua, que era o diretor de Obras e



Transportes do Deinfra na época da licitação que resultou na contratação do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Conheci no órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor conheceu no órgão?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — No órgão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era a natureza da sua relação com ele?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É... de... de... trabalho. Ele fazia... era o diretor e eu era da empresa. Isso aqui não tá dando, tá? *(Refere-se ao microfone.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O consórcio contratou a empresa Hamondrega Engenharia Ltda., cujo um dos sócios é o senhor Eduardo Hamond Regua, para prestar consultoria na obra e executar serviços relativos à Ponte Hercílio Luz, ao valor de R\$ 30 mil mensais.

O senhor considerou adequado contratar uma empresa que era de um diretor do Deinfra para trabalhar na Ponte Hercílio Luz, sendo que foi esse diretor que assinou o edital da licitação e participou da avaliação das propostas técnicas e de preço?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim. E vou dizer mais, eu... eu contratei diversos funcionários do Estado, inclusive um... Jair Felipe, que foi... ganhou medalha como melhor funcionário, ele saiu, eu contratei. Eu sempre procurei pegar os melhores... tanto é que o Coronel Araújo Gomes é nosso advogado há quase trinta... há vinte anos, eu considero uma grande pessoa. Ele hoje advoga, ele foi Coronel e Chefe de Estado Maior. Eu tive três Coronéis na empresa, porque eu acho pessoas eficientes, e eu, quando tem pessoas no mercado que são capazes, eu contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, é normal acontecer...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É supernormal eu pegar pessoas competentes e capacitadas.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É normal pegar funcionários de órgãos do Deinfra para licitação?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Quando eles não estiverem mais lá, de qualquer órgão. Quando não prestarem mais serviço... Assim como hoje o Juiz Sérgio Moro tá trabalhando no governo federal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(O Relator conversa com o seu assessor Victor Rorato.)*

O problema é que na época o senhor Eduardo Regua ainda estava no Deinfra, ele era diretor na época que assinou.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Quando ele entrou na nossa empresa ele não era mais nada. E digo mais, se tiverem pessoas competentes (*ininteligível*) fazer, eu vou pegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Eduardo favoreceu o consórcio de alguma maneira na licitação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Nunca, pelo contrário. A gente... nós contratamos pessoas que nós achamos que são pessoas capazes e que são pessoas que... que... que acham alguns defeitos e problemas nossos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Eduardo, quando foi contratado pela empresa e pelo consórcio, ainda era diretor do Deinfra. Não existiam outras empresas que poderiam prestar esses serviços?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei. Nós contratamos ele porque ele saiu e porque ele entendia bastante disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A declaração do...

Quais foram os serviços prestados pela empresa do senhor Eduardo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu diria que consultoria, né, porque nós... quando o projeto... ele conhecia o projeto, então nós precisávamos de pessoas competentes pra fazer. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu diria que consultoria né, porque nós... quando o projeto... ele conhecia o projeto então nós precisávamos de pessoas competentes pra fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teria o resultado dessa consultoria para entregar para a Comissão?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O resultado foi o no serviço bem feito e até hoje tá aí, atestado e qualificado, e usado. Esse é o grande resultado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Comprovação de efetivo (*ininteligível*)?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Isso é a nossa comprovação, essa é a minha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essa é a comprovação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Essa é a comprovação. Melhor que isso, não precisa, e com preço feito no edital. Nós não triplicamos o valor da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A autodeclaração do Anexo 22 firma o compromisso da apresentação da documentação necessária para a empresa CSA Group Florida Inc. funcionar no Brasil até cinco dias úteis antes da data marcada para a assinatura do contrato. Esse dispositivo foi cumprido?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Se foi passado, deve ter sido. E não tenho isso... não sei. Acho que foi, porque nós fomos habilitados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A CSA Group Florida ainda se comprometeu a apresentar no prazo de trinta dias, após a autorização de funcionamento provisório no Brasil, o registro na Junta Comercial e a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Esses documentos foram apresentados?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O senhor tá fazendo pergunta que eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O diretor de Obras e Transportes do Deinfra atestou que o senhor Juan Haddad visitou a obra no dia 1º/02/09, como está ali na tela (*aponta para a imagem projetada*). Um dos últimos itens, o senhor Juan Haddad declarou que executaria os serviços de acordo com o cronograma



apresentado na proposta de preço. O senhor Juan Haddad sabia o que ele estava assinando?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro, tá aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele dominava a língua portuguesa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, perfeito... faz... ele falava espanhol, castelhano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Contrato PJ 264/2008 foi assinado em 27/11/08 e o registro do consórcio na Junta Comercial aconteceu somente em 08/04/09, ou seja, 132 dias após a assinatura do instrumento, descumprindo o artigo 33, parágrafo 2º, da Lei 8.666, de 1993, que assim versa: “o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo”.

O senhor poderia explicar por que não foi cumprido esse dispositivo, bem como a letra *h* do item 6.3.1.4 do edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Caso o senhor queira consultar, tudo o que eu falei está ali (*aponta para a imagem projetada*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Depois a gente vê.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ele já respondeu, Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim. Só para mostrar, caso ele queira consultar.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Outra vez podia colocar mais fácil, senão eu tenho que ficar... (*Refere-se ao fato de as imagens estarem sendo projetadas na parede às suas costas.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — (*Pergunta retirada da ata conforme determinação do senhor Presidente da CPI, Deputado Marcos Vieira.*)



(Os senhores advogados manifestam-se fora do microfone pedindo a palavra, por uma questão de ordem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno... O Deputado Bruno fez a pergunta e os advogados querem uma questão de ordem. Está requerida e deferida.

O SR. MATHAUS AGACCI — Excelência, novamente, em um depoimento, seja ele em fase administrativa, seja ele em fase judicial, não pode o interrogante conjecturar, não pode o interrogante trazer artigo de leis e afirmar se foi ou não cometido algum crime, até porque o interrogado não tem conhecimento técnico para responder a pergunta.

Ou seja, novamente é uma pergunta passiva de nulidade e que não coaduna com os princípios esculpidos na Magna Carta. E apesar de aqui ser uma fase administrativa, tem que seguir o que disposto na Constituição Federal, tem que seguir o procedimento do artigo 176 do Código de Processo Penal.

Esta é a questão de ordem e é assim que peço, excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Está deferida a questão de ordem e está retirada dos anais a pergunta feita pelo Deputado Bruno.

Próxima pergunta Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Instrumento Particular de Acordo de Constituição de Consórcio, que faz parte da proposta de habilitação do Consórcio Florianópolis Monumento, foi firmado com a empresa CSA Group Florida Inc. e a Construtora Espaço Aberto Ltda. – o acordo de constituição do consórcio –, como podemos ver na apresentação, folhas 908 do Edital nº 44/2007, que está aqui (*aponta para a imagem projetada*). O senhor poderia explicar como aconteceu a negociação para a formalização do consórcio? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Conversei e formamos o consórcio. só. Procurei as empresas capazes e fiz.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual a diferença entre as empresa CSA Group Florida Inc., CSA Central Inc. e CSA Holdings Inc.?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não tenho conhecimento. Eu sei que a CSA fez uma empresa pra vir pra cá. Eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia dar mais detalhe sobre?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. não sei. Aí entra num... que eu não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois é, contudo o Consórcio Florianópolis Monumento foi firmado com a empresa CSA Group Florida – como está aqui (*aponta para a imagem projetada*) – do Brasil Gerenciamento Ltda., que é diferente da empresa estrangeira que foi habilitada no edital e firmou o acordo de constituição do consórcio.

O senhor poderia explicar por que o consórcio não foi firmado com as empresas CSA Central Inc, CSA Holding Inc ou CSA Florida Inc, que participaram efetivamente do edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. (*Pausa.*) Desculpa, o Relator, é que está entrando umas perguntas boas, mas eu não conheço isso, então eu não sei. Certo? A gente participou, advogados ajudaram, participaram, fizeram edital, sei que tá perfeito e a minha... a minha concepção é montar o consórcio e participar. Então... E detalhes eu não sei. Eu sou arquiteto, não sou advogado. Certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque como o senhor falou que conhecia tanto a obra...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu conheço a obra tecnicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu imaginei que...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Desculpa, Relator, tecnicamente eu conheço muito a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Hum, hum.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Muito mesmo. E termi... e teria terminado com preço menos da metade do que tão fazendo, tá? Isso eu posso provar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Ainda sobre o Instrumento Particular de Acordo de Constituição do Consórcio, apresentado no Edital nº 44/2007, que está ali (*aponta para a imagem projetada*), verifica-se que a participação da CSA Group Florida Inc. era de 50,1%, enquanto a Construtora Espaço Aberto Ltda. detinha 49,9% da participação, como demonstrado também na próxima tela.

Entretanto, quando da formalização do Consórcio Florianópolis Monumento, a participação foi alterada para 85% da Construtora Espaço Aberto e 15% da CSA Group (Ltda.). O senhor passou de coadjuvante para sócio majoritário do consórcio, haja vista que, desde a adjudicação do objeto da licitação até a formalização do consórcio na Junta Comercial, o senhor detinha cota minoritária do consórcio, situação que foi modificada quando do seu registro oficial. O Deinfra aceitou com naturalidade essa alteração?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu era o líder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor era o líder?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — A nossa empresa. Eu vou dar um exemplo... (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o Deinfra então aceitou tranquilamente essa alteração?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Se eu continuei no contrato recebendo, aceitou. São perguntas que... tem que fazer para eles, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, eu vou chamar a empresa CSA Group Florida do Brasil Gerenciamento Ltda. apenas de CSA Ltda. – para não ter que ficar repetindo todo o nome extenso da empresa que foi constituída no Brasil –, para diferenciar das empresas estrangeiras que realmente participaram do edital. A empresa CSA Ltda. foi constituída em março de 2009 pelo senhor Ricardo Caiuby Ariani Filho, advogado de São Paulo, constituído procurador da CSA Central Inc. e da CSA Holdings Inc. Percebe-se claramente que as empresas



estrangeiras dispunham de CNPJ. Por que elas não participaram diretamente do contrato social de constituição do consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O acordo de constituição do consórcio previa a participação da empresa CSA Group Florida Inc. O acordo, que faz parte dos documentos de habilitação, foi descumprido?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Tanto é que foi habilitado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Deinfra contratou uma empresa achando que era, na verdade, outra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. E o serviço foi bem feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu destaco que, conforme mostra ali (*aponta para a imagem projetada*), nem os procuradores acertaram o nome do senhor Juan Arturo Melgarejo, uma vez que falta o sobrenome Haddad.

O senhor teria como comprovar que essa nova empresa, a CSA Ltda., detinha o acervo técnico da CSA Group Florida Inc., a empresa que efetivamente participou do edital? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei, deve ter tido. Acho que sim, porque o... o... o Juan, que representava, estava sempre aí e ele que assinava tudo. Eu não sei como funciona a base deles lá. O Juan, inclusive, era vice-presidente da empresa, mundial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor acredita que eles tinham esses...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o capital social da empresa CSA Ltda. foi estipulado em R\$ 12 mil, totalmente subscrito e a ser integralizado em moeda corrente. Esse capital social, que sequer foi integralizado quando do registro da empresa, condiz com as exigências do Edital 044/2007?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, nós tínhamos capital total.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu me refiro à CSA Ltda.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Também, porque podia somar capital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A CSA Ltda. ainda teve um ano para integralizar esse capital de R\$12 mil. O seu sócio no consórcio não tinha esses R\$ 12 mil para integralizar?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum, tem que pedir para ele, né? Acho que tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O edital previa que os patrimônios líquidos das empresas consorciadas deveriam ser somados, chegando, no mínimo, a um valor aproximado de R\$ 22 milhões, sendo que esse era um dos requisitos de habilitação do consórcio.

A Construtora Espaço Aberto arquivou poucos balanços patrimoniais na Junta Comercial, mas foi possível verificar que restou o patrimônio líquido de R\$ 13,92 milhões em 2003, quando houve a cisão da Castor Construtora e Incorporadora Ltda., como pode ser verificado na tela (*aponta para a imagem projetada*). Após aquele aumento de capital citado no início da oitiva, a sua empresa passou a atender a exigência do edital sozinha. A sua empresa, de fato, tinha esse patrimônio todo ou foi alguma manobra contábil?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para comprovar a qualificação econômica do consórcio durante o certame, foi apresentado o balanço combinado da CSA Holdings Inc. e subsidiárias. Verifica-se na projeção que a CSA Holdings tinha um patrimônio de mais de US\$ 17 milhões em 2006. O Consórcio Florianópolis Monumento, por sua vez, foi firmado com a recém-criada CSA Ltda., com capital social não integralizado de R\$ 12 mil. Nós estamos aqui falando da mesma empresa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro, eles abriram uma filial no Brasil. E documentado, tudo documentado, tudo certo. E pode, e como eles abrem no mundo inteiro.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que não foi firmado o consórcio com a CSA Holdings ou com uma filial regularmente constituída da empresa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Isso eu não posso te responder, porque teria que olhar, não sei. Eu acho que tá tudo certo e legal. Não sei. Que você tá entrando numa parte muito jurídica, muito técnica, que não é minha parte. Eu vim pra responder coisa técnica, isso eu sei fazer. Agora, se você ficar pedindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...*(ininteligível)* eu não conheço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo, as perguntas do Deputado Bruno...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...tem coisa que eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...são pertinentes ao...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, sim, e estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ..ao caso.

Deputado Bruno, pode continuar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando da constituição da empresa CSA Ltda., foram nomeados a senhora Karla Regina Krauel como administradora e o senhor Fernando Hayashi, arquiteto, como responsável técnico pela sociedade. O Fernando Hayashi não foi citado entre os profissionais da empresa CSA Inc. na documentação apresentada no edital. Ele tinha alguma habilitação equivalente, porque ele não foi apresentado na hora do edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, eu sei que o Fernando era... era... era engenheiro, que trabalhava na ponte. Sei isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Arquiteto, na verdade.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Arquiteto, desculpa.



Porque nós no começo da obra, Deputado, nós tínhamos três... Era, era, era, era dividido em duas partes: o vão central e os viadutos, são dois. E nós começamos com muitos projetos. Então nós precisávamos qualidade em arquitetura para trabalhar isso, e o Fernando foi contratado p... p... por eles pra fazer essa parte, ajudar nessa parte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo, é que ele não foi citado aqui na documentação apresentada no edital.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É, não sei. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A título de ilustração, a próxima tela apresenta a relação entre os atores que constituíram o Consórcio Florianópolis Monumento em 2009 – está na tela (*aponta para a imagem projetada*). Na parte de cima, a Construtora Espaço Aberto Ltda., que tem como sócios o senhor e a sua irmã Denise.

De baixo para cima, as empresas CSA Central Inc. e CSA Holdings Inc., sendo que o senhor Juan Melgarejo Haddad, que representou as empresas no certame licitatório, constituiu os advogados de São Paulo como procuradores – o senhor Juan constituiu o Ricardo e constituiu o José Luis Camargo. O senhor Ricardo abriu a empresa CSA Ltda., nomeando a senhora Karla Regina Krauel como administradora e o senhor Fernando Hayashi, que é arquiteto, como responsável técnico pela sociedade.

Senhor Paulo, considerando as exigências para comprovar a habilitação técnica do edital e os ditames da Lei de Licitações, a constituição de uma empresa Ltda., com capital social de apenas R\$ 12 mil, operada apenas por advogados munidos de procuração, não se trata de uma manobra jurídica para manter a aparência de regularidade na constituição do consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O item 7.4 do contrato social do consórcio, firmado em 06/04/2009, estabelecia que os recursos financeiros seriam depositados pelo Deinfra em conta executiva específica e movimentados mediante assinatura de um representante de cada empresa, de forma conjunta. Isso de fato ocorreu?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu teria que ver, não sei. É que foi... foi nomeado aqui depois Luiz Tortorello, queria que se... que é... foi... foi o... da Prointec, que tem procuração da CSA pra trabalhar, porque eles têm outras obras fora e eles tavam juntos. É isso que eu sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como eu falei, o edital previa que essa conta... que fosse depositado em conta executiva específica movimentada mediante assinatura de um representante de cada empresa, de forma conjunta. Entretanto, inicialmente o contrato foi firmado com o CNPJ da Construtora Espaço Aberto. Apenas em 19/06/2009 que a situação foi regularizada. Como foi feito nesse período?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Como? Eu não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para fazer a movimentação da conta executiva específica era necessária a movime...

Um momento... *(O Deputado Bruno Souza troca informações com a sua assessoria.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode repetir a pergunta, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim, é que nós saímos da tela. *(Refere-se à tela do computador.)*

Como eu havia dito, o edital previa uma conta executiva específica e essa conta só poderia ser movimentada mediante a assinatura de um representante de cada empresa, de forma conjunta. O problema é que o consórcio, o suposto consórcio, foi assinado pelo CNJP da Espaço Aberto apenas. Essa situação só foi regularizada em 19/06/2009 – não havia o CNJP de um consórcio quando da assinatura do contrato.

Portanto, como que essa exigência da movimentação de forma conjunta foi cumprida até o dia 19/06/2009?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como foi abordado, até 19/06/2009 constava o CNPJ da Construtora Espaço Aberto no contrato PJ 264/2008. O



segundo termo aditivo regularizou essa situação. Até maio de 2009, foram emitidas notas fiscais da Construtora Espaço Aberto para receber os recursos do consórcio, como pode ser observado nessa tela (*aponta para a imagem projetada*) – não era nota fiscal do consórcio, era nota fiscal da Construtora Espaço Aberto.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No lado esquerdo, a Nota Fiscal nº 2.073 da Construtora Espaço Aberto, de 19/06/2009, mesma data da assinatura do segundo aditivo. No lado direito, constam as informações da ordem bancária.

Tomamos o cuidado de fazer uma colagem do documento original, para ser o mais fidedigno com os fatos. A Ordem Bancária nº 62.137/2009 informa que a Construtora Espaço Aberto recebeu em sua conta corrente os recursos do consórcio, o valor total menos a retenção do ISS de 3% sobre o total da nota. O Deinfra compactuava com essa prática?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei. Se ele pagou, tá certo. Alguma base legal tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os recursos depositados na conta corrente da sua construtora não faziam parte do consórcio?
[Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Essa... Esse dinheiro era pra Ponte Hercílio Luz. Inclusive eu lhe falei que a gente colocou muito dinheiro. Se quiser, dá pra constatar quanto nós perdemos nessa obra e quanto nós temos pra receber. Inclusive temos uma ação, hoje, na Justiça, pra buscar esses recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, com todo o respeito eu estou tentando entender o que aconteceu...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas eu também, eu também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que um item do edital, ao que parece, não foram cumpridas as regras de movimentação, conforme o edital. Eu gostaria que o senhor nos desse mais detalhes para podermos entender como foi feito



isso, até para nós entendermos a verdade dos fatos e não apenas supormos o que aconteceu.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teria mais detalhes para nos fornecer sobre isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Fazíamos o serviço, tinha uma medição, a medição executada, conferida, paga, recebida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É isso que me importava: receber o serviço que eu fiz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor recebia na conta da construtora, então?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei. Ou na conta específica que era do consórcio. Eu não sei. Tem que ver, porque isso era feito pra Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Haveria algum problema receber na conta da construtora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não sei, doutor, não sei, nesse tempo... tem que ver com os contadores, não sou eu que faço isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 25 de março de 2014 a empresa CSA Ltda. foi vendida para a Construtora Espaço Aberto, que adquiriu dez mil quotas, e o senhor, que ficou com duas mil quotas. O senhor comunicou ao Deinfra sobre essa alteração contratual?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro, comunicamos. Nós era... E outra coisa, nós somos um líder, né, e como tá faltando muito dinheiro aqui, o americano não quis mais, e nós continuamos a obra. Tem toda a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem comprovação dessa comunicação ao Deinfra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O Deinfra sabe, porque tem documentos lá.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor fez essa comunicação formal?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu tenho que olhar, deve ter sido feito. Tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ao comprar as cotas da empresa CSA Ltda., o senhor e a Construtora Espaço Aberto acabaram com o fundamento basilar da comunhão de empresas em consórcio, haja vista que o consórcio, de fato, não existia mais.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ainda assim – já que o senhor comprou a empresa que era a outra parte – o senhor deu prosseguimento ao Contrato PJ 264/2008?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, dei e existia, porque o Khaled, que é a empresa Bridge, que tá, ta... estava, fizemos contato com ele, tocando isso, e todas as empresas estavam com a gente. Então continuou normal. A CSA, só, retirou-se, e nós ficamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o consórcio era feito entre a CSA Ltda. e a empresa Espaço Aberto. A constituição no consórcio era entre as duas empresas; as outras são empresas parceiras. A constituição do instrumento de consórcio, o contrato de consórcio, foi instruído entre o senhor e a empresa CSA Ltda.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por isso a minha pergunta: o senhor, mesmo assim, mesmo descumprindo um conceito, mesmo não existindo mais consórcio, o senhor continuou com o edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim. E vou lhe dar um exemplo que, talvez, aqui, venha a calhar: nós fizemos o... o... o Tribunal de Contas aqui, o prédio, aqui perto de vocês, nós que construímos. E a empresa que... que... que estava com... estava com... com a gente consorciada, ela teve... foi à falência. Fomos chamados pelo Tribunal, como nós éramos o líder, pediram pra nós...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi o caso nesse consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não sei, sei que ele saiu, por algum motivo não quis mais, porque não recebia, problema é dela. E no Tribunal a gente foi chamado para dizer a vocês: ou vai ser rescindido ou vocês vão tocar? Vocês podem tocar? São... sendo insistente tocar, e nós tocamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nas licitações que o senhor participou, é comum...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não é comum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...duas empresas constituírem um consórcio e depois uma empresa comprar a pequena parte da outra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não é comum, mas acontece, porque se... dependendo as circunstâncias, certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mesmo ciente, então, que o senhor estava descumprindo o contrato, que é conhecedor do contrato, o contrato exigia um consórcio, o senhor deixou que o Estado de Santa Catarina desse início à rescisão de forma unilateral. Por que o senhor não solicitou a rescisão contratual, já que não atendia mais às condições de habilitação da licitação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, eu atendia, eu tava tocando a obra, a obra tá bem feita.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era uma exigência o consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei. Nós estávamos tocando a obra direito. Nós... continuou o consórcio, porque nós compramos a outra empresa, o consórcio continua com toda a capacidade técnica. Então não vejo... essa sua colocação. Eu discordo.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes se apoia na mesa, próximo ao depoente Paulo Ney Almeida.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito ao advogado que continue na mesma posição que solicitei, por gentileza. Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor continuou a obra sem a empresa que, supostamente, dava as condições técnicas para executar a obra. A capacidade não era da CSA? O senhor, no começo deste depoimento, falou que não tinha capacidade técnica. Mas o senhor e a Espaço Aberto compraram a CSA. Onde estava, então, a capacidade técnica que supostamente... que era da CSA, se o senhor comprou essas empresas? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então eu vou colocar... eu posso ler uma coisa pro senhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pode ler, sim, com certeza.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então vamo lá.

O nosso consórcio foi... o consórcio... o edital previa... o edital previa que você podia pegar empresas parceiras pra trocar, desde que elas assumissem compromisso, como a Freyssinet, que é uma empresa importante que ficou com a gente, que o Pedro ficou com a gente sempre, aqui, o brasileiro. Ela disse: (*Passa a ler.*)

“Em dezembro de 2007, a Freyssinet e Vinci junto à construtora catarinense Espaço Aberto e CSA Group, Inc. dos Estados Unidos iniciou trabalho para a constituição de um consórcio no qual, a responsabilidade do nosso grupo é restaurar integralmente uma das mais belas obras de arte do mundo a Ponte Hercílio Luz. Assim, nasceu então, o Consórcio Florianópolis Monumento.”

A Freyssinet está dizendo, aqui está assinado.

(*Continua lendo.*)

“A Freyssinet e Vinci deslocaram seus melhores especialistas para Santa Catarina para constituir uma proposta viável, inovadora e que devolvesse com segurança aos catarinenses e ao Brasil um dos seus maiores patrimônios.

Temos orgulho em participar com exclusividade do Consórcio Florianópolis Monumento e fazer parte desta história”. (*Cópia fiel.*)



Eu tenho mais. Eu tenho a... a... a... Whitney, que é uma empresa forte, ela... ela... ela dizendo aqui... *(folheia documentos)* Deixa eu ver onde que eu coloquei isso. *(Pausa.)* Aqui. Aqui tá traduzido, porque todos os documentos tiveram que ser traduzidos, né?

A Ammann & Whitney Consultoria, ela é situada nos Estados Unidos também, né?... Ela... através dos seus engenheiros, né, aí tem engenheiro de registro, tem o nome deles aqui todos.

(Passa a ler.)

“2. Consórcio Florianópolis Monumento, constituído pelas empresas Construtora Espaço Aberto Ltda, situada à Rua Trompowsky (...) Florianópolis, Santa Catarina (...) e CSA Group (...), situada (...).”

Aí diz: “Considerando que:

A empresa e o grupo mencionados acima desejam estabelecer uma sociedade a fim de realizar a recuperação da Ponte Hercílio Luz (2ª Etapa). As empresas decidiram celebrar o presente Acordo de Exclusividade, de acordo ao disposto no Edital nº 044/07 da Licitação Pública Internacional para a contratação de empresas ou grupos especializados para a restauração e recuperação da Ponte Hercílio Luz (2ª Etapa), em seu parágrafo 6.1.3.2.1, de acordo com a cláusula” acima fixada:

“(...

A Ammann & Whitney Consulting (...) assume a responsabilidade de manter o acordo de exclusividade com o Consórcio Florianópolis Monumento, durante a preparação da proposta e (...)” toda a confecção da obra. *(Cópia fiel.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá? Então...

Só, só pra... pra colocar, Deputado, eu entendo a sua preocupação, mas nós tínhamos várias empresas com bastante capacidade que estavam participando e o edital previa isso, e elas ficaram com a gente fazendo. Então quando eu quero dizer que ninguém sabia a esse ponto, porque eu diria pro senhor que... outras empresas também



que participavam juntavam empresas pra participar... nós fizemos a obra e... eu... Claro, vou responder todas as suas perguntas, mas a obra foi feita, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o edital é muito claro. Ele conta o acervo técnico das empresas consorciadas. A única parte no edital que permitia uma empresa parceira era a transferência de carga. Todas as empresas que o senhor citou não participaram do consórcio, não assinaram o termo do consórcio, diferentemente do que exigia o edital. Pelo contrário, quem assinou foi uma empresa com capital de R\$ 12 mil formada por um arquiteto e por um advogado.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por isso a minha preocupação na capacidade técnica, porque, logo na sequência o senhor, além de essa empresa que firmou o consórcio ser diferente das empresas que o senhor citou, o senhor ainda comprou essas empresas, essa empresa, o senhor e a Espaço Aberto compraram essa empresa. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

Então a minha preocupação quanto à capacidade técnica dessas empresas e se esse item do edital foi cumprido, me parece muito pertinente. Por isso eu lhe pergunto... o edital era claro, permitia-se empresas parceiras apenas para a transferência de carga e, mesmo assim, para a constituição do consórcio era necessária a comprovação de um acervo em execução, o qual, até o momento, nós não conseguimos comprovar que a empresa CSA Ltda., que foi constituída no Brasil, a brasileira, essa de R\$ 12 mil, tinha.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tinha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, por isso eu lhe fiz a pergunta, se o senhor continuou a obra sem que a empresa tivesse as condições técnicas para executar a obra. Eu quero entender onde estava essa capacidade técnica...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — A capacidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...para o consórcio, para a execução do consórcio.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ã... No... Eu vou colocar.



No consórcio que o senhor tá... a capacidade técnica que nós estamos alegando, estamos afirmando que temos, foi que o serviço está lá e bem feito.

Dá licença, Deputado, eu quero falar.

Ele está bem feito, perfeito e atestou... a transferência de carga foi feita e está lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós vamos falar sobre isso mais à frente, não se preocupa.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, eu quero falar. Então eu diria que o nosso consórcio está capaz e foi feito e aprovado. Só. Eu não tenho mais o que dizer.

(Retirado da ata conforme determinação do senhor Presidente da CPI, Deputado Marcos Vieira.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Há um requerimento de pedido de questão de ordem do advogado...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES – Mais uma vez essa pergunta já foi respondida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Eu não fiz pergunta, Presidente...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES – Está sendo insistido em pergunta que já foi respondida pelo interrogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — É... Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Presidente, eu não fiz pergunta alguma, eu contextualizei para o senhor Paulo, que ele mesmo me questionou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, por gentileza, peço à taquigrafia que desconsidere o comentário final, porque realmente já foi feito o comentário.

A próxima pergunta, Deputado Bruno.

E eu volto a dizer que se o depoente entender que já respondeu, diga: “Já respondi.” O Deputado Bruno passa para a seguinte, para que não haja o questionamento de questão de ordem.



Vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A cláusula sexta do Contrato PJ 264/2008 previa a aplicação de multa de mora de 10% do valor da fatura, relativa aos serviços executados em atraso, quando os serviços não fossem realizados conforme o previsto no cronograma. Essa multa foi aplicada alguma vez ao Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Havia pedido de suspensão da execução de serviços de forma...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu... eu... eu prefiro... Eu quero continuar. Não, porque o Estado não tinha recurso suficiente pra tocar a obra. Queria que constasse isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Havia algum pedido de suspensão da...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — E vi... e vi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Suspensão da execução dos serviços de formas não oficiais?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não entendi essa pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como era feito esse pedido para... Existia algum pedido para que não se fizesse as medições, não se executasse?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro, claro. Não, não, no Portal de Transparência, inclusive. Tá aqui, vocês vão ter depois. Não é só... o Estado não tem dotação orçamentária para tocar essa obra, o Estado está pedindo a Lei Rouanet, o Estado está tentando dinheiro com o BNDES. Isso aí eu acho que a imprensa divulgou e nós temos aqui tudo... aqui mandado pelos presidentes, dizendo: "Vão, mas diminuam o ritmo, porque o Estado não tem condições." E com mais um detalhe – é que eu vim bem preparado pra falar de obra, sabe, Deputado: nós, quando fomos fazer a obra, nós tínhamos problema na obra, mas sei que isso o senhor não quer escutar.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, não, eu estou lhe ouvindo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O senhor está prestando atenção aí. *(Refere-se ao fato de o senhor Relator estar olhando para o laptop.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Estou lhe ouvindo. Por favor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se não eu teria pedido para o senhor parar a pergunta.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, tá certo. Tá bom.

É que a... é que a... É que nós também, o Estado também não conseguiu desapropriar as residências que estavam penduradas nos pés da ponte. Inclusive quando nós fomos fazer um negócio, caiu um parafuso dentro da cozinha do cara, que a casa dele era ao redor da... E agora tão desapro... agora, agora tão terminando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou pedir...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então nós tínhamos dificuldades para tocar. Como existiu culpa do Estado, o Estado não tinha como aplicar multa. Pelo contrário, eu tinha que cobrar tempo do meu pessoal lá sem poder produzir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Estado pediu expressamente para o senhor suspender a obra ou só alegava...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Expressamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou só alegava... Ou só...

O senhor me escute até o final.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou só alegava que estava adotando essas outras iniciativas de captação?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, o Estado dizia pra mim pra mim tocar a obra mais devagar, porque eles não tinham como tocar nesse ritmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que o senhor não pediu, então, frente a tudo o que o senhor relatou, o reequilíbrio do contrato, já que era culpa do Estado?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu pedi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tem o pedido formal?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tenho aqui. Tenho o pedi... Pedi seguro, pedi, inclusive, o aditivo da tempo... Tenho. Foi aonde tá o meu questionamento todo.
[Transcrição: Grazielle da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O item 2 da cláusula sexta do contrato previa a aplicação de multas e sanções em decorrência da inexecução total ou parcial do contrato: advertência, verbal ou escrita; multa de 2% sobre o valor não executado do contrato por inexecução parcial e 5% no caso de inexecução total; e multa de 0,1% do valor do contrato, a critério do Deinfra, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações técnicas aplicáveis ao caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada. Algumas dessas três medidas alguma vez foram aplicadas ao consórcio?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, porque faltou dinheiro, porque o Estado pediu para eu ir devagar, e não tinha condições de aplicar multa. Eu já respondi essa pergunta e tô repetindo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade eu ampliei, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Antes eu perguntei sobre multa, agora eu perguntei sobre advertência e sobre os outros critérios. Então não foi a mesma pergunta.



O senhor considera que essa benevolência do Estado, então, foi em razão da compreensão ao senhor, que o senhor alega que o Estado não tinha dinheiro. Foi isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Primeiro não houve benevolência nenhuma. Quando um Estado te deixa sem receber até trezentos dias, tu dila... dilapidando teu patrimônio pessoal e da empresa, que benevolência existe? E estou cobrando isso na Justiça. Então não existe benevolência nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor se utilizava de algum contato pessoal, com agentes públicos ou privados, com vista a não receber sanções do Deinfra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, será projetado o cronograma de desembolso constante no Edital nº 44/07, Anexo 10, que previa pagamentos da ordem de 4% nos primeiros 10 meses, seguindo com 2% do valor orçado até o final da obra, prevista para 42 meses. A média mensal de desembolso prevista pelo edital era de aproximadamente R\$ 3 milhões ao mês.

Na próxima tela, na figura superior, acrescentou-se os valores a serem desembolsados, segundo o cronograma financeiro proposto pelo consórcio, representado pelas barras em vermelho – temos aqui também a imagem na televisão, caso o senhor queira ver.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá maior ali. Tá, obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Observam-se dois picos de variação: R\$ 3 milhões no 9º mês (colocação de equipamentos no topo dos pilones) e quase R\$ 21 milhões no 22ª mês (serviços de desmontagem e montagem das barras de olhal). Portanto, verifica-se que o senhor apresentou uma proposta para realizar o serviço em 30 meses, enquanto o edital previa 42 meses. O senhor acreditava que iria acabar a obra em 30 meses?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Com as condições, não eu, o nosso consórcio fez um estudo que acabaria. Acontece que o projeto mudou, o senhor sabe, paramos um ano pra alteração de projetos. Então já deram novecentos dias a mais de prazo, e quando nós terminamos, nós saímos do contrato da obra que faltava ainda quatro ou



cinco meses de contrato, que romperam o contrato com a gente, ã... que... é... entrou outra empresa, ela está há cinco anos tocando, então... O senhor vai ter bastante tempo de perguntar isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O contrato foi firmado no prazo de 42 meses para a execução da obra...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — E nós executaríamos se fosse aquele projeto. Os projetos mudaram, alteraram todos, estavam errados. Quando o projeto não é aquele, que... que se detecta um grande problema, tivemos que se mudado o método construtivo, aí que entraram essas empresas que tão até hoje, que o método construtivo que estão fazendo é o nosso, até hoje é o mesmo método, o que tão fazendo lá... Trocaram algumas pessoas? A maioria das pessoas são as que trabalhavam pra gente, o senhor pode constatar, tá? E com a mesma empresa que tá fa... que o projeto... que a mesma empresa que faz o projeto tão levando mais cinco anos. Não estou tô questionando nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas se houve essa mudança...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — *(Ininteligível.)* „,ter tempo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se houve essa mudança do projeto, o senhor não deveria ter rescindido o contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, claro que deveria, mas é... é... eu queria saber quem me pagava toda a mobilização de empresas que vieram, por exemplo, tipo Fundesp, tipo balsas, que nós tínhamos mais de 30 milhões para pagar em indenização. Aí a gente não tinha como fazer. Então você tinha que... é melhor terminar aquela parte feita, já com alguns pareceres e engenheiros mandando fazer e toda, do que você parar uma obra onde você vai perder um monte. E mais, você tem que ter um detalhe, se você parasse naquele momento, muitas, muitas coisas iam cair, iam deteriorar, então você tinha que fazer.

Então nós estamos falando de uma obra, Deputado, que é um pouco diferente. É diferente de eu parar um prédio, uma casa... é um pouco diferente. Não tinha... Quando eu entrei dentro do mar, eu não tinha como parar. E até porque se eu mandasse essa



empresa que tava fazendo as fundações, que tinham duas só ou três no Brasil, que elas já tavam já cansadas de ficar aqui, elas não voltariam mais, e as estacas feitas seriam perdidas. Então nós tínhamos que chegar até calçá-las. Foi onde nós fomos.
[Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(O Relator conversa com o seu assessor Victor Rorato.)*

Senhor Paulo, o gráfico inferior, na figura *(aponta para a imagem projetada)*, é a mesma matéria, apenas organizando de forma acumulada.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A proposta do consórcio alcançava 154 milhões, enquanto o orçamento do Deinfra somava 169 milhões, ou seja, o senhor executaria a obra além de mais rápido, mais barato também?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mais rápido eu não sei, eu executaria no tempo que o Deinfra pediu, tá? A única coisa que nós... no nosso orçamento custou isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou pedir para o senhor esclarecer, então, porque o Deinfra...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá, eu posso esclarecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...pediu 42 meses, o senhor propôs 30. De que prazo nós estamos falando aqui?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Ó... a... essa... essa proposta nossa feita com mudança de cabos, onde você... era... era mais simples, bem mais simples, onde nós tínhamos, o que o edital permitia, essa empresa, que é a Freyssinet, que só trabalha com isso e tem pontes no mundo inteiro fazendo isso, ela nos deu tempo e faria nesse tempo, mas quando...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, eu vou ser...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Deixa só eu... eu queria terminar, Deputado, se não eu não consigo... e talvez...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que na realidade o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, ele está com a palavra.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É que quando mudou o projeto, alterou tudo, certo, mudou o projeto... A minha proposta foi pra fazer dentro daquele projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Justo. Mas é por isso eu estou lhe pedindo informações adicionais...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...porque o contrato foi assinado com 42 meses. O que o senhor assinou com o Deinfra teve 42 meses, o senhor propôs fazer em 30. Eu só queria entender o motivo dessa diferença. O senhor assinar um contrato com 42 meses e na hora de apresentar o cronograma de execução, o senhor propôs 30 meses. Nós queríamos entender o porquê dessa alteração.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tinham duas modali... maneiras de fazer a ponte, duas propostas que se podia apresentar. Você tinha duas propostas que eram permitidas no edital, e a nossa proposta que era... que foi feita assim, o nosso pessoal disse que faria aquilo nesse tempo. Tanto é que a Freissynet saiu, por quê? Porque ela não pôde colocar os cabos provisórios, onde você ia içar tudo e trocar. Era uma coisa assim. Então, houve esse atraso e aí nós saímos da nossa proposta que nós fizemos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se o senhor apresenta um cronograma de execução de obra menor do que o assinado, do que o Deinfra solicitou, o senhor acredita que o cronograma do Deinfra solicitado no edital foi mal calculado?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu diria que... que... que o Deinfra tinha dois... tinha duas... duas... duas... duas vertentes, né? Ele podia fazer de um jeito ou de outro, e dentro do nosso... da nossa proposta seria mais rápido, se desse pra fazer aquele projeto apresentado, que não deu.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O consórcio apresentou proposta alternativa para o cabo na ponte?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, nós fizemos a proposta... nós apresentamos, sim, cabo, até cabo que... dessa Freyssinet colocamos, tá, tá... tem aqui no nosso, no nosso... na nossa proposta. *(Aponta para o documento.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso foi no edital ou no pós contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Foi no edital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No edital o senhor já apresentou uma proposta alternativa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não... não... a proposta... nós apresentamos a maneira que nós iríamos fazer, que o nosso consórcio ia fazer, a maneira que a gente achava melhor e mais rápida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, para a pergunta, considero necessário discorrer um pouco sobre os estágios da despesa pública – o senhor conhece bem, mas quem nos assiste talvez não tenha o mesmo conhecimento que o senhor.

Primeiro, o órgão público deve realizar o empenho, que reserva parte do orçamento para o pagamento da empresa contratada. Ou seja, o órgão público faz esse empenho e separa ali o recurso. Na sequência, deve ocorrer a liquidação da despesa, que pode ser na nota fiscal, quando da entrega de um produto – entrega um produto, nota fiscal, então é liquidada ali –, ou, no caso de obra, na medição do serviço. A liquidação, então, acontece na medição do serviço.

Em obras é comum o fiscal do serviço atestar a liquidação na medição e autorizar a emissão da nota – seria a fase seguinte –, que servirá de base para a realização do pagamento no prazo de trinta dias. O pagamento é o último estágio da despesa pública.

No próximo gráfico apresento os valores medidos pelo Consórcio Florianópolis Monumento, mês a mês. O senhor poderia explicar por que houve tanta variação nas medições?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Houve várias variações porque com... em cima do estudo feito nós começamos a estudar outra... outro... outra maneira de fazer.

Eu só queria colocar pra vocês que nós não alteramos o produto final, nós alteramos a maneira de fazer, a maneira de executar. Então, você tinha... tinha várias... várias... várias nuances. Nós tivemos que contratar essa empresa que tá aí até hoje. Então existia realmente umas paradas pra você fazer novos projetos, então você não teve um orçamento homogêneo.

A gente pensa, né, eu, que os projetos todos de qualquer obra devem ser bem feitos, porque... Eu fui executar e quando eu encontrei lá não pude executar o projeto que estava lá. Certo? Mas depois que me colocaram isso, eu já estava lá dentro, já tinha mobilizado, já tinha gasto um monte de dinheiro, tá, e aí fomos, fomos nos adaptando ao que vinha e fizemos um bom projeto que tá sendo executado.

Então, essas nuances de dinheiro eram porque... Agora tu vê, pro senhor ver, a empresa tem interesse em faturar bastante até que se o Estado pague, nós queríamos fazer, porque nós tínhamos uma... nós tínhamos uma... uma... uma... um cronograma pessoal de obra e o nosso, o nosso lucro, a nossa vantagem está se nós fizemos a obra naquele tempo; se a obra se arrastar muito tempo, nós perdemos dinheiro, porque as pessoas ficam lá ganhando a mesma coisa, os engenheiros, os empregados e você... Então, tem um custo maior.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quanto à emissão das notas fiscais, identificou-se 58 notas relativas aos serviços realizados, não incluindo reajustes, que são faturados em separado, como o senhor bem sabe. Verificou-se que 16% das notas foram emitidas antes da emissão do empenho, como na Medição 4, o que afronta os estágios da despesa que eu falei com o senhor, pois deveria vir o empenho primeiro para no último estágio vir a nota fiscal. Entretanto, temos que 16% das notas foram emitidas antes mesmo do empenho. O Deinfra que indicava o momento que a sua empresa deveria emitir a nota fiscal ou a sua empresa tinha autonomia para isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. O Deinfra, o fiscal media e mandava a gente fazer e a gente fazia a nota e entregava. Depois que... que... que o Deinfra dissesse que fosse pagar, a gente fazia a nota oficial e o reajuste.



Aí também tem um caso que nós estamos lá hoje também com... cobrando do Deinfra ã... alguns... algum dinheiro, bastante, porque as notas nunca foram pagas dentro do prazo, tá? Então nós estamos cobrando correção monetária, que eles não pagaram também, porque eles tinham prazo pra pagar e nunca pagavam no prazo que eles tinham pra pagar. Isso vale, Deputado, que agora, pro futuro, que quando se contrate uma obra, as pessoas saibam como vão pagar e o dinheiro tem que tá em caixa ou paga no dia e não mandar fazer e depois não ter dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então por que 16% das notas eram emitidas antes do...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Porque você vai no... o... o... engenheiro dizia: vocês mediram... Todo final de mês nós tínhamos que fazer a medição junto com o engenheiro e mandava pro Deinfra. E aí o que eles faziam eu não sei. Nós queríamos ser pago na hora, nós no sabíamos... nós queríamos receber. Nós ti... o atraso nos prejudicava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu me refiro, na verdade...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...não é antes da medição. Aqui na tela (*aponta para a imagem projetada*) nós mostramos uma nota fiscal que foi emitida – um exemplo apenas dos 16% - antes mesmo do empenho existir. E por isso eu estou lhe perguntando.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim. E quando ela foi recebida? O senhor sabe?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não, a pergunta não foi essa.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — E quando recebeu? Quando emitiu não importa!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que eu lhe perguntei é...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O Estado tá errado, só isso que eu posso dizer pro senhor. O Estado tem que ter o empenho e o dinheiro. Eu não sou obrigado a ver



empenho. Eu tenho que fazer e entregar e o Estado tem que me pagar e tem que tá empenhada a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas é que aqui houve uma alteração da ordem lógica de emissão de despesas, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Aí o Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É o que eu estou lhe perguntado.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim. O Estado tem que explicar isso, por que ele não tinha empenho nem dinheiro pra pagar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tínhamos a esperança que o senhor pudesse nos ajudar.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, mas aí é coisa de Estado... Eu nunca...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A próxima tela... A nota fiscal é o senhor que emite.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu emito, mas eu não tenho a obrigação de saber de empenho. Eu faço o serviço e emito a nota, o Estado tem que pagar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na próxima tela podemos observar um exemplo da forma de cálculo do prazo médio de pagamento. O senhor falou muito sobre atrasos aqui, falou muito que recebeu em trezentos dias...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade nunca houve um atraso de trezentos dias.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na próxima tela...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Desculpe, Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essa tela aqui...



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Houve atraso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou com a palavra, Presidente.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O senhor consta (*ininteligível*) e não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, senhor Paulo, por gentileza. O Deputado Bruno vai continuar com a palavra e o senhor vai ter direito a duas respostas...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Ao prazo e ao que ele vai perguntar. [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

Essa tela (*aponta para a imagem projetada*) foi construída com todos os dados constantes no contrato, todo o processo, toda a execução do contrato, tudo está aqui.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aqui nós temos... a projeção não está pegando a última parte [da tabela], aqui do canto inferior direito. Tem como ajustar ali? (*A assessoria da CPI tenta ajustar a imagem.*)

É importante, para que os Deputados possam ver justamente a parte dos dias entre a nota fiscal e o pagamento. (*Pausa.*)

Vamos lá. É uma pena, porque se perde um pouco de...

(*O Deputado João Amin oferece uma cópia impressa para que o depoente possa olhar.*)

Não tem problema, eu vou ler...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno...

Deputado João Amin, vossa excelência tem a planilha na mão? Vossa excelência pode emprestar para o senhor Paulo Almeida, diretamente para ele?



(O Deputado João Amin manifesta-se fora do microfone: “Mas o questionamento do Bruno é para colocar para todos verem. Mas eu posso entregar.”)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim, mas já que tecnicamente não é possível, que o senhor Paulo olhe direto no relatório.

(O Deputado João Amin entrega a planilha ao senhor Paulo Ney Almeida.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Vamos lá.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes também olha o documento.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não. Não, não. O senhor Paulo... Não.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não entendo isso aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu vou ler e o senhor pode acompanhar por aí, talvez.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Isso aqui eu não sei o que é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem. Se os Deputados têm em mãos, já ajuda bastante.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá,

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, nós podemos observar... Todos os dados que nós tiramos aqui – não é uma questão de opinião –, nós retiramos do processo. Tudo o que está oficialmente, está ali.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá,

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esses dados foram tirados justamente de cada página do processo todo de execução. Tudo que tem... que o Deinfra tem.

Pode-se observar, por exemplo, o primeiro pagamento referente à medição de fevereiro de 2009, em que a sua empresa demorou 36 dias para emitir a nota fiscal. O prazo, novamente, para liquidar, é necessária a nota fiscal. Então o prazo que realmente



importa é a partir da emissão da nota fiscal, isso que tem que ficar claro para quem nos ouve. A partir da nota fiscal, esse é o prazo que realmente importa, porque a sua empresa pode emitir a nota, né? Nessa ocasião, o prazo de pagamento entre a medição e o pagamento foi de 81 dias.

No quadro, no canto inferior direito, esse que infelizmente não está aparecendo ali (*aponta para a planilha projetada*), nós temos um prazo médio entre o final de todas as medições e os respectivos pagamentos. O prazo médio de pagamento entre a medição e o pagamento é de 67 dias, entre medição e pagamento, sendo que o maior prazo, entre a medição e o pagamento, foi de 284 dias – 284 dias foi o maior prazo – e 10 dias o pagamento mais célere, entre a medição e o pagamento.

Entre a expedição da nota fiscal e o pagamento – novamente ressalto que esse aqui é o prazo que realmente é o mais importante –, em média transcorreram 17 dias, porque a partir da hora que a empresa emite a nota fiscal, então está apta a receber o pagamento, sendo 57 dias o maior prazo durante todos os pagamentos e 3 dias o menor. Os números, comparando com as outras obras que existem no Estado, não são tão ruins.

Senhor Paulo, para quem trabalha nesse setor sabe muito bem que esse prazo de pagamento de 17 dias em média não é um prazo ruim. Ainda assim o senhor considera que o Estado de Santa Catarina não era um bom pagador?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Eu vou colocar por quê. Porque você, você, você fazia a tua medição, mandava para o órgão e o órgão só deixava tu tirar a nota quando ele tinha dinheiro. Então nós temos vária feita assim. Então tu mandava a tua medição e ficava. Então você ficava um tempão: agora pode tirar, agora o dinheiro tá aqui. Então a coisa não era bem como você tá falando, tá?

Você não... Ah, vamo medir e tirar a nota. E outra coisa, não sou eu que meço. Nós vamos na obra medir junto com os engenheiros do Estado e junto com a consultoria. Isso demora algum tempo, todos têm que aprovar a medição. Aí você leva pro órgão... E o órgão pedia: só tragam a nota aqui quando nós tivermos o recurso. Aí... vocês não tirem a nota antes, só mandem a medição, porque a nota... pra não ficar pagando aqueles impostos e coisa. Então, realmente houve vários atrasos.

O senhor falou duzentos e poucos dias aí, né, 280, né? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, como eu falei...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...nunca houve um atraso de trezentos dias, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...a gente até... a gente ficou com... Mas não era só isso, Deputado, esse, esse tempo a gente até supria. Acontece que quando a gente começou a fazer a parte pesada que, que são as estacas, que, né, o Estado nos pagava duzentos mil por cada estaca, que é o que tava no, no, no quantitativo do Estado. E foi dito pelo próprio presidente do órgão, em jornais, pode pegar, que cada estaca custava mais de um milhão. Então nós tava orçando, são dezesseis, com mais de oitocentos mil cada estaca. Isso aí foi nos... sabe? E sendo que sempre iriam nos pagar, iriam nos pagar.

Aí fui atrás da lei, dessa... desses recursos, Lei Rouanet e coisa. Quando chegou o dinheiro do BNDES, que agora vamo pagar, nós tínhamos o aditivo feito, pronto, assinado, aí eles falaram: não, não pode ser pago, me disseram, porque o BNDES só aceita pagar obras que a gente mandou no cronograma, daqui pra frente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uhum.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Obras passadas, não. Ficamos nós, de novo, sem receber. Foi aí que tá o grande problema nosso, que nós começamos a não conseguir mais cumprir o cronograma da obra no final. Por isso que o Estado rescindiu com a gente e... e nós, nós, nós sempre pedindo, em várias reuniões, diversas reuniões. Só pro senhor ter uma ideia, com todo o secretariado e com o Governador à época, nós fizemos seis reuniões no Palácio, com todo mundo, e ele: paguem, paguem. E não pagaram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Isso aí tá... tem lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O senhor alega que havia atraso para a permissão da emissão da nota fiscal...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — E... e... e...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem. Mas se nós...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — E que nós não tínhamos, também, outra coisa.

Quando o senhor pega, assim, o senhor tem um cronograma de obra, o senhor tem que seguir, o senhor tem as pessoas contratadas, o senhor tem uma equipe, que o senhor faz em função do seu faturamento, e quando essas coisas não estão acontecendo, você começa a ter ociosidade. Quando você recebe, você gasta, porque demora, você faz muito pouco. ã... Bem, eu não vou falar do... do... como, como era feito os mergulhos e coisa, o senhor disse que tem coisa a pedir mais na frente, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o senhor alega, então, que pediam para segurar a nota, para não emitir a nota.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Só emitia a medição...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...tirava a nota, quando eles diziam: agora o seu... o dinheiro tá aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas eu...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ã...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Agora eu estou com a palavra.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Entretanto, se nós desconsiderarmos... Eu vou voltar à questão da nota, mas se nós só desconsiderarmos a nota, o prazo entre a medição, esquece a nota agora, entre a medição e o efetivo pagamento, o prazo médio, era de 67 dias. O senhor não considera esse um prazo razoável e possível para executar uma obra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, eu considero, se... Não, porque o Estado tem que pagar em trinta, para começar, né? Se faz, tem que pagar. Isso é o que dizia... diz o edital e diz o contrato, então eu já não considero. Você tem que ver que você tem



que fazer o serviço e tem até trinta pra receber. Tá. Então eu acho que é ruim, tá? Até porque as pessoas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(Ininteligível)* algo incomum também, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...o nosso... não, é, o nosso, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor conhece bem obra pública.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas não deve ser, porque os funcionários não esperam sessenta dias pra receber, eles querem receber no dia certo e você tem que pagar.

Então eu não considero isso uma coisa correta. Eu acho errado, sabe, não posso achar isso certo. E mais, o senhor colocou uma coisa que eu queria que o senhor repetisse, que marcasse, que nós ficamos 287 dias sem receber. Quem é que guenta, doutor? E mais, sendo que nós recebíamos uma parte só, porque todas a... a parte a mais que mandavam fazer – bote a estaca – não nos pagaram. Até hoje nós estamos questionando na Justiça uma ação muito grande pra receber isso. Não fomos pagos.

Então eu... eu vejo assim... Tá. Nós tínhamos muita dificuldade e... e não tô culpando ninguém, nem quero, mas foi muito difícil, porque se essa obra tivesse um trâmite normal... Ninguém quer deixar uma obra, ninguém vai deixar ser rescindido uma obra. E nós começamos a ter rescisão de obra com esse contrato, esse contrato abalou muito a saúde financeira da nossa empresa.

Quando o senhor pediu se eu tinha... se eu tinha obras civis, eu tinha muitas, eu tenho diversas obras aqui, demais. Na época eu fazia mais cinco prédios ainda, eu posso mostrar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente, eu só...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...eu dei um prédio inteiro, inteiro, pra pagar a ponte, inteirinho, do começo ao fim, pagar Fundesp, porque não veio dinheiro do Estado, e... e se viesse vinha uma... uma quantia que pagava 20% do que eu gastava, e eles sabiam, tanto é que todos os órgãos do Estado, todos, nós temos um... um... Deixa eu



só colocar pro senhor entender onde tá a nossa... a nossa... um pouquinho de revolta até nisso. É que a gente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, até porque ao que parece não é pertinente com a pergunta que eu lhe fiz, mas se...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — *(Ininteligível.)* Mas se o senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas se...

O SR. PRESIDENE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, se a fala do senhor Paulo é com o intuito de completar a resposta...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, sim, é por isso que eu estou...

O SR. PRESIDENE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...ele continua... ele continua com a palavra. *[Transcrição: Rafael de Souza Milke]*

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

Então nós... nós... nós... nós tínhamos que fazer essa parte muito difícil da obra, que foi... nós fizemos, vou colocar assim pro senhor e isso que é importante no... Quando foi alterado esses projetos todos, que apresentamos um novo, uma nova solução, aceita e mandaram fazer, ã, foi aditivado oito milhões nisso, foi o único aditivo feito. É... a gente tava trabalhando, acontece que as estacas e essa parte elas deram muito maiores, as balsas, os... o canteiro marítimo foi três vezes maior, e isso não estavam nos pagando. Mas o engenheiro da obra, da época, que era um... não sei, não lembro o nome dele, é o... Tá, não importa, mas tá aí, o senhor vai ver, os, os, os, a fiscalizadora, que é a Prosul/Concremat assinaram, disseram que precisava fazer. Aí vai pro órgão, passa por gerência, tá tudo aqui, Gerência Financeira, Gerência de Contrato, são quatro ou cinco gerências, todo mundo diz que tem que fazer. Aí vai pra Diretoria Jurídica, diretoria não sei o quê, todo mundo mandou fazer, e nós ficamos esperando receber e não recebemos até hoje.

Então isso aí, eu entendo uma coisa, ã, eu não vou dizer que eu fui enganado pelo Estado nesse *(ininteligível)*, mas eu fui induzido a fazer e não tinha como parar e me garantiam que iam pagar, e não pagaram.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, pelo que...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — E eu tenho aqui os documentos pra mostrar pra vocês que eu não recebi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, nós também, nós também, nós também temos.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, então o senhor deve ter sabido disso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E... não, nós temos todos os prazos aqui, senhor Paulo. Como eu falei, a média entre a medição e o pagamento é de 67 dias...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... algo que não é nada incomum em obra pública, isso aí é bem recorrente. A média entre emissão da nota fiscal e o pagamento é de apenas 17 dias...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu só podia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então... mas o senhor alega... Agora sou eu. Mas o senhor alega que, entretanto, que pediam para o senhor segurar apro... apro... aprovar a nota.

Eu gostaria de saber quem demorava para aprovar a emissão da nota? Quem era... Tem a comprovação desses pedidos que pediam para o senhor segurar a emissão da nota fiscal?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É, bem... não era pra mim, mas vamos lá, pediam. É que... é... quando você fazia uma medição, né, que a medição ia pro órgão, eles... eles pedem pra tirar nota fiscal porque você tem vários impostos pra pagar. Então até que eles arrumavam esse recurso, que era Fonte 100, zero, zero, eu não entendo muito disso, a gente ficava esperando até que o dinheiro fosse disponibilizado, aí tira a nota.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem pedia para o senhor, quem era a autoridade, quem era a pessoa?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — O órgão, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O órgão se manifesta através de pessoas. Quem era a autoridade? Quem era a pessoa?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, é... A no... a... a... a nossa financeira (*ininteligível*), os engenheiros, o técnico da obra como parte financeira do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra quem era a pessoa que solicitava isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei, eu não sei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode dizer quem é?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei, eu não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabe? Não lembra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não sei... Só dizia assim, ó: não tira a nota ainda que não tem recurso, espera. E eu fi... (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, a prática em obra pública de pedir para segurar a emissão da nota fiscal é algo que todos que trabalham com obra pública sabem que é recorrente. E os prazos aqui também estabelecidos, não há, não há nenhum prazo aqui entre medição e pagamento, tirando a exceção de um prazo de 284 dias, que demorou para receber aquela nota em específico, não há nenhum prazo aqui que seja exorbitante ou fora do comum de obra pública.

Por isso eu lhe pergunto...

(O senhor advogado Mathaus Agacci manifesta-se fora do microfone pedindo a palavra por uma questão de ordem.)

Por isso eu lhe pergunto se... por isso, novamente, eu lhe pergunto se isso era uma prática recorrente e se podia nos detalhar. O senhor disse que não. Então eu queria pedir se o senhor poderia juntar aos autos essas comprovações do pedido de atraso de emissão de nota.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, há uma questão de ordem requerida.

O SR. MATHAUS AGACCI — Senhor Presidente, eu gostaria de pedir ao Deputado, se vossa excelência deferir, que essas apreciações pessoais a respeito de que é uma prática recorrente, de que não é um grande atraso, que não fossem mais colocadas, porque podem, um, quebrar a imparcialidades e não são pertinentes ao objeto de uma inquirição de testemunha. Essas apreciações devem ser vindas de quem está sendo interrogado e não do interrogante, sob pena de quebra do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Presidente...

O SR. MATHAUS AGACCI — ...princípio da imparcialidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, eu estou com a palavra.

Quero aqui dizer ao senhor advogado que entendo que o Deputado Bruno está correto na sua argumentação. Ele pode argumentar antes de fazer a pergunta. Está mantida a fala do Deputado Bruno na forma como ele colocou. Com a palavra vossa excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Obrigado, Presidente.

Até mesmo porque é necessário contextualizar, porque o senhor Paulo alega que houve muitos atrasos e eu preciso contextualizar para isso, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado Bruno, vamos prosseguir com a pergunta, por gentileza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, apenas na vigésima medição, quase dois anos após o início do contrato, as notas fiscais relativas à restauração da Ponte Hercílio Luz começaram a ser fornecidas pelo Consórcio Florianópolis Monumento e não pela Construtora Espaço Aberto – apenas na vigésima medição. Apesar de estar recebendo na conta corrente do consórcio, por que tanta demora em começar a apresentar notas fiscais do Consórcio Florianópolis Monumento?
[Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não sei.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor também poderia nos... Aqui, conforme a nota fiscal (*aponta para a imagem projetada*), a nota liquidação Deinfra de 3%... é... mostra que o senhor aplicou uma base de cálculo de 3% sobre mão de obra.

O senhor poderia explicar o motivo da alteração da base de cálculo do imposto sobre serviços que deixou de ser calculado sobre o total da nota fiscal, passando a incidir apenas sobre a mão de obra, dessa forma passando a representar 1,3% do total faturado, ao invés de 3%? Ou seja, o senhor, ao invés de aplicar 3% sobre a nota de serviço, o senhor mudou a base de cálculo e começou a aplicar apenas sobre mão de obra, reduzindo então a alíquota total do serviço para 1,3%. Por que houve essa alteração da...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — (*Ininteligível.*)

(*O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone: "Questão de ordem, senhor Presidente."*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O Deputado Bruno está com a palavra, ao terminar eu vou conceder a questão de ordem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A pergunta é esta: por que houve essa alteração de base de cálculo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Antes do senhor Paulo, a questão de ordem do advogado.

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES — Excelência, é uma questão... (*Está falando afastado do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Por gentileza...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES — Uma questão eminentemente jurídica. A base de cálculo ela foi alterada por uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor não pode responder pelo depoente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso é uma resposta, Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor pediu uma questão de ordem. Qual é a questão de ordem de vossa excelência?

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES — A questão de ordem é que essa pergunta é eminentemente jurídica e totalmente fora de contexto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Está indeferida a questão de ordem do advogado, tendo em vista que a pergunta é pertinente e é dentro do contexto que esta CPI trabalha. Então o Deputado Bruno está com a razão.

O senhor Paulo pode responder da forma como ele desejar ou não responder, conforme atendendo orientação.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu, eu, eu respondo. É porque ã, a gente, a gente tem feito isso e ganhamos, inclusive, várias ações assim. Isso aí se o senhor quiser podemos lhe mostrar, que o serviço é uma parte do, do, do todo, você tem que tirar material e serviço. Então o 3%, depende da Prefeitura é 4%, é sobre o serviço e não sobre o total da nota. Isso aí nós já... estamos com vários processos que ganhamos e estão nos devolvendo. E nós apresentamos isso lá e eles viram que é assim, certo? E aí, se o senhor quiser, isso aí tem jurisprudência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois então, mas o BDI apresentado na proposta comercial do consórcio previa 3% de imposto sobre tudo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, sobre o *(ininteligível)*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está aqui, está aqui *(aponta para a imagem projetada)* o BDI está aqui. O senhor pode ver, né, isso estava na planilha. Previa 3% de imposto sobre tudo. Por isso a minha pergunta: o que aconteceu com a diferença de 1,65%?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, no mínimo nós ganhamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, só nesse item a diferença da alíquota, entre o que foi apresentado no BDI e o que o senhor efetivamente apresentou a partir de um certo momento nas notas, representa uma diferença de R\$ 700 mil. Esse dinheiro não pertence ao Estado?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Pertence a gente. Esse dinheiro... a lei manda pagar a gente. Aí, se pertencer ao Estado, o Estado vai entrar com uma ação e vai cobrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Estado estava pagando 3% sobre tudo, nunca houve nenhuma reclamação ou contestação do Deinfra por parte disso, já que o senhor estava emitindo notas com uma alíquota muito menor do que o Estado estava efetivamente pagando?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, é que... é que... é serviço, Deputado. Nós entendemos que o serviço é só serviço, e materiais não entram no serviço. É isso. Aí, se o Estado se entender algum tipo lesado, ele vai nos cobrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então na sua opinião o Estado deveria ter previsto uma alíquota menor aqui no BDI?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É que tem... esse... esse 3% é... é... é... depende o... o órgão, né, um é três, outro é quatro, outro é dois, e sempre nós pagamos sobre serviço. É o que eu tenho a dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Agora, Deputado, eu vou dizer uma coisa, eu sei que isso aí... vamo cumprimentar um pouquinho, né? O senhor tem toda razão, vamo ver isso aí tudo, né, mas eu espero que essa sua... que o senhor... gostei, lhe agradeço, o senhor vai até o fim da CPI, o senhor vai até o fim da obra, né, o senhor vai ver que quantidade pequeninha de dinheiro perto do que tá acontecendo agora. Isso vocês vão fazer, né? Eu vou vim ver, assistir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Todos os contratos importam, senhor Paulo.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu vou assistir até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Deputado e senhor Paulo, agora vossa excelência fugiu da, da, fugiu do...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É que eu... Não, mas, mas, eu, eu quero ler aqui uma coisa...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, vossa excelência agora fugiu. O Deputado Bruno com a palavra...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá, eu.. depois eu vou fazer... *(ininteligível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...e com a pergunta. Direto com a pergunta, Deputado Bruno, por gentileza. [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A próxima tela compara o valor medido pelo consórcio, barras pretas de forma acumulada, com o previsto no edital e a proposta comercial do consórcio ao qual o senhor era o responsável. Os dados demonstram que a obra foi executada muito aquém do previsto. A média mensal do faturamento do consórcio foi de R\$ 759 mil, quando deveria ser de algo em torno de R\$ 3 milhões.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor esperava concluir a restauração e a reabilitação da Ponte Hercílio Luz com esse ritmo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Já respondi, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Já respondeu, Deputado Bruno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os relatórios do consórcio supervisor do contrato apontam que um dos principais motivos para os demasiados atrasos da executora é a falta de metodologia executiva, ou seja, falta de qualquer sequenciamento das atividades. Verificando os cronogramas apresentados pelo consórcio e comparando-os às medições, pode-se verificar que, de fato, o caminho crítico não foi seguido. Por que não seguir o cronograma proposto pelo senhor mesmo? Como nós podemos ver aqui um exemplo na tela (*aponta para a imagem projetada*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Porque nós, como sempre, nós somos contratados pra fazer um serviço em cima de um dinheiro pago, em cima de um orçamento, e nós não tínhamos esses recursos. Então nós tínhamos que trabalhar conforme o Estado dizia. ã... Eu não tô aqui, mas teve época aí que a consultoria ganhou mais que a gente – não sei se o senhor vai constatar.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o Consórcio Florianópolis Monumento empregava em média quantos trabalhadores no período de execução do contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, eu por acaso tava olhando ontem, teve uma época aí que tinha uns sessenta direto, assim, né, setenta, depende.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O próximo gráfico apresenta a quantidade de trabalhadores informados ao Ministério do Trabalho e Emprego – está na tela caso o senhor queira ver (*aponta para a imagem projetada*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A média de trabalhadores do consórcio... As barras pretas representam a quantidade de trabalhadores do consórcio Roca-TEC, responsável pela Etapa 1, que é uma etapa mais simples, que foi aquela da recuperação dos viadutos de acesso, e ela informou a média de 46 trabalhadores. As barras vermelhas são do Consórcio Florianópolis Monumento, Etapa 2, uma etapa mais complexa, que informou uma média de 26 trabalhadores por mês. Destaco que recebemos apenas três quartos das informações dos trabalhadores, a exemplo da lacuna existente entre a 13ª medição e a 24ª medição. As barras azuis representam os trabalhadores da Teixeira Duarte, média de 260 trabalhadores por mês, com picos de mais de 400.

O senhor acreditava que iria conseguir cumprir o cronograma de execução da segunda etapa com essa média de apenas 26 trabalhadores por mês?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Aí, aí, são duas coisas. Primeiro, nós estamos, nós estávamos contratando projetos e esses projetos as pessoas estão fora, aí nós fazíamos na obra. Segundo que, ã, o que nós faturávamos, o que nós tínhamos à disposição pra faturar, que nós tínhamos autonomia pra faturar e o que faturam hoje, que bom, hem? Essa obra tá boa, muito boa, olha essa obra aí... tá boa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual motivo o senhor acredita para a Roca-TEC ter mais trabalhadores na primeira etapa do que na segunda?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Ah, é fácil responder. A Roca-TEC, que é uma empresa boa, né, trabalhou muito tempo, a Roca-TEC tinha administração, ela ganhava



por pessoa que ela colocava lá, ela ganhava um x por cento de valor de pessoas empregadas, então... E outra coisa, a obra começou quando nós entramos no contrato, o resto foi pintura, foi troca só nos viadutos, tanto é que não foi feito nada. Então, desculpe o senhor aí, o senhor pode constatar, tinha olha, se era... tudo o que tivesse lá, tinha um percentual de administração em cima, carros, pessoas. E pra... não, olha, como dizia um engenheiro mecânico, bem conhecido no Estado, que antes eles só tavam fazendo maquiagem, né, obra nós estamos fazendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, se o cronograma fosse executado nos termos do contrato, possivelmente a obra terminaria até maio de 2012. No período de junho 2012 a agosto de 2014, o Estado gastou quase R\$ 9 milhões com o custo adicional de empresa de supervisão. Quem deveria arcar com essa despesa, se a empresa não alocou pessoal na obra? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É... eu acho que o Estado tinha que pagar mesmo, porque o Estado não propiciou ã... recursos suficientes pra obra andar e... e a consultoria ela tinha o pessoal todo alocado a obra e ela tinha que pagar esse pessoal. Então ela tá certa em cobrar. E, e, e o Estado tem que pagar, como eu acho que o Estado tem que pagar muito pra gente quando ele faz: não tenho o recurso suficiente pra nós tocar a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Florianópolis Monumento, no período de execução do contrato, de dezembro de 2008 a junho de 2014, portanto 2.037 dias, faturou pouco mais de R\$ 52 milhões...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Portanto, uma média de faturamento de R\$ 25.611,00 por dia, como apresentado nessa tela (*aponta para a imagem projetada*). Nesse ritmo, a obra ficaria concluída em 6.381 dias, ou seja, 17 anos. A projeção para a conclusão da obra seria maio de 2026, ou seja, nesse ritmo o senhor ainda estaria executando o contrato.

O senhor acredita que existia algum problema no cronograma apresentado pelo senhor?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA – Não. Eu já... eu vou... eu vou retificar a minha resposta ao senhor.

O senhor mesmo falou que, né, eu fiquei até surpreso, qual é... quanto pessoal tem lá e qual é o faturamento da empresa que tá fazendo hoje com o dinheiro do BNDES que chegou. Nós não tínhamos recurso e com todo o recurso e com toda a qualidade, estamos há cinco anos na obra e dizem que vão terminar final do ano. Então...

Eu acho que é uma obra difícil, é uma obra que precisa muita qualificação técnica e esse novo consórcio que pegou por dispensa de licitação, e o senhor sabe o que reza uma dispensa, tá há cinco anos fazendo. E... e... eu... e o contrato deles eu não conheço, mas parece que não tem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O edital previa que o vencedor deveria recolher a importância de 5% do valor contratual a título de garantia contratual (item 10.1)...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não fiz a pergunta ainda.

Que poderia ser feita: em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro garantia; ou carta de fiança bancária.

O senhor saberia informar qual modalidade contratual foi apresentada? E quando foi apresentada?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Títulos da dívida pública ã... atestados pelo... inclusive pela Procuradoria-Geral do Estado e aceito pelo órgão e por todo mundo. E agora, numa licitação recente, de novo nós fizemos e os pareceres que vieram da Procuradoria atual é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo, a licitação recente, a empresa que está trabalhando não é objeto desta CPI.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, tá, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Então o senhor se limite, por gentileza, a responder dentro da CPI.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá, tá. É, é, eu digo que tá... podia ser feito e foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 08/05/2013 o consórcio solicitou a devolução da caução de R\$ 8.170.918,00 do Contrato 264/2008. A troca da caução de garantia do contrato de fato ocorreu?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Em se... É que quando vencido o prazo da, da obra e não por culpa nossa, nós apresentamos ao órgão um novo seguro pra fazer com o nosso BDI e não recebemos resposta. Foi o... o.... foi o que eu tenho aqui e, e nós queríamos que o Estado... mas mesmo assim nós fizemos um seguro e se eu não me engano, não tô bem por dentro, foi, foi... estava assegurado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, na verdade eu lhe perguntei em relação à garantia do contrato, essa caução, o senhor pediu de volta a devolução da caução de oito milhões cento e setenta...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, não pedi a... não pedi a devolução. Eu pedi pro Estado, como a obra tinha atrasado por culpa deles, que o Estado pagasse esse seguro a maior, porque o seguro é por um tempo, o seguro, a caução, como o senhor queira. Então eu não pedi devolução nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que na verdade são duas coisas diferentes.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu nunca pedi devolução.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aqui nós temos um pedido realizado (*aponta para a imagem projetada*) justamente pelo senhor para a devolução dessa caução. E é em relação a isso que estou perguntando agora...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, eu.. eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se houve essa devolução...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...ou se houve essa substituição?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não houve devolução nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não houve essa devolução?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, as próximas telas apresentam a apólice de seguro garantia no valor de R\$ 8 milhões, firmado em abril de 2012. Entretanto, quando consultado o *site* da empresa Pottencial Seguradora S/A e a Susep, o seguro aparece como não encontrado. De fato ele existiu?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Ele existiu, só nós não pagamos porque o Estado não nos pagou. Estamos inclusive em litígio com essa seguradora que ela quer nos cobrar. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele foi apresentado ao Deinfra em algum momento?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Foi, foi apresentado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O edital ainda previa que a empresa contratada deveria apresentar o seguro de risco de engenharia, que é diferente do...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — São dois tipos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...da garantia do contrato, né, o senhor bem sabe, para assinar o contrato. O senhor apresentou esse documento antes de assinar o contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em 19/08/13, o consórcio solicitou a formalização de termo aditivo para custear as despesas da renovação do seguro garantia e do seguro de riscos de engenharia, mas isso era responsabilidade do Estado ou da construtora?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Bem, vamo colocar uma coisa aqui: se, se, se a culpa fosse nossa pelo atraso, eu, eu teria que fazer um novo seguro, se a culpa for do Estado ou isso for recorrente ao Estado, porque o Estado pediu (*ininteligível*) pagar e



não tinha dinheiro, como vocês sabem, eles têm que fazer. Não é culpa minha que atrasou. Tanto é que você sabe, que eu acho que tá correto, a consultoria fez aditivo cobrando mais, porque ela ficou mais tempo na obra porque faltaram recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A obra ficou sem seguro algum momento, tanto de garantia contratual quanto de risco de engenharia?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu acho que não, eu vejo que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aquele seguro que o senhor falou que não...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, o seguro foi depois, depois, mas nós fizemos o seguro, nós colocamos e depois nós entramos em litígio porque eles tiraram o seguro, mas no fim, mas nós fizemos o seguro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse período que retirou o seguro?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, nós já estávamos fora da obra. Foi quando já tinha sido rescindido o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quando se... Só para esclarecer...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...eu sou obrigado a pedir mais esclarecimentos sobre esse ponto. Mas o seguro, ele não foi pago, ele não é válido.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — São dois, um foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo, o que não foi pago?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, eu não diria que não é valido. Ele é valido, porque nós pedimos pro Estado pagar. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas ele chegou a ser emitido, esse seguro?



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Foi, foi emitido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Estado pagou e foi emitido o seguro?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não pagou. O Estado não pagou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então, como é que foi emitido?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, a gente fez o seguro e tem um prazo pra pagar, certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então no prazo que o senhor tinha para pagar ele foi válido?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É. E quando esse... E quando a seguradora... ã... cancelou o seguro, nós já estávamos, não estávamos mais na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque o seguro, se eu não me engano, ele é de 2013, né? Se eu não...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não tô...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor saiu em 2014.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não... É que são... é que são dois, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, tudo bem. O risco de engenharia... A garantia é 2012, o de...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Só um minutinho, doutor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e o de risco...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...eu vou pedir um aqui, porque data eu não lembro. O senhor lembra alguma coisa disso? (*Dirige-se ao seu advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes.*) Está correto? Então tá. Desculpa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então por isso que eu lhe pergunto, porque o senhor só saiu da obra em meados de 2014.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ou seja, então, isso... não houve pagamento, eu me pergunto se em algum momento isso teve...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu posso... Só um minuto.

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode. Eu vou suspender por dois minutos para os advogados instruírem o cliente. Por gentileza.

(O senhor Relator, Deputado Bruno Souza, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes fala no ouvido do depoente.)

Então está suspensa a reunião por cinco minutos para que possam ir... *(Pausa.)*

Senhores Deputados, estão reiniciados os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Continua com a palavra o Deputado Bruno Souza. *[Transcrição Henrique Vargas Ribeiro]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, alguns meses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Solicito aos senhores advogados *[que permaneçam na]* mesma posição que solicitei...

(O advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone: "Eu tenho dificuldade em ler.")

Não, mas o *notebook* não foi colocado nessa posição para vossa excelência ler, foi para poder colocar no telão. Solicito que fiquem na mesma posição que solicitei, por gentileza. Muito obrigado.

O Deputado Bruno com a palavra. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, alguns meses antes do pedido para a troca do seguro garantia, mais precisamente em fevereiro de 2013, a Construtora Espaço Aberto contratou uma operação de crédito bancário com o Badesc no valor de R\$ 9.422.000,00, ou seja, foi contratado um empréstimo com o Badesc. Como garantia desse empréstimo, foi realizada a cessão fiduciária de direitos creditórios do “valor dos serviços efetivamente prestados e medidos em decorrência da execução do Contrato de Empreitada PJ 264/2008, que ainda não tiverem sido pagos”. Ou seja, houve um empréstimo com o Badesc e o senhor deu como garantia as partes do contrato com o Estado para a restauração da Ponte Hercílio Luz, que não tinham sido pagas até aquele momento.

O objetivo do empréstimo era para compor a composição de capital de giro e esse montante que sobrava ainda, que ainda tinha a receber, era de R\$ 136 milhões do contrato de restauração. O vencimento da cédula de crédito bancário estava previsto para 15/01/2015. Em janeiro de 2013, alguns dias antes da obtenção do empréstimo, a Medição nº 50 apontava que o senhor tinha realizado apenas 23% do contrato, o equivalente a R\$ 35 milhões dos R\$ 154,8 milhões previstos inicialmente.

Senhor Paulo, como se deu o trâmite administrativo para a obtenção do empréstimo junto ao Badesc?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É... vou repetir. Como estava... nós estávamos financiando uma grande parte da ponte e nós não tínhamos mais dinheiro, porque nós não recebíamos 80% das obras que nós estávamos fazendo, conforme nós, nós temos docu... entramos na Justiça, estamos licitan... pleiteando esses direitos, nós fomos ao banco pra ter um recurso e pegamos anuência ou assinatura do órgão que tiraria uma parte do nosso recebimento pra pagar os empréstimos. ã... Como o contrato foi rescindido, nós pagamos uma parte, ã... entramos na Justiça pedindo, inclusive, pra baixar alguns tipos de juros que eles colocaram a mais, vencemos, e, e estamos negociando pra terminar de pagar isso, porque nós sempre entendemos que se eu tenho ã... mais... comprova... assinado, serviços feitos, documentados, assinados por todo mundo, executados na ponte a preço inicial de R\$ 30 milhões e não recebidos, e o banco, é,,, ele aceitou receber da ponte, eu... eles tão buscando os meus bens. Eu acho que tem que ser tirado daí. É essa a nossa discussão toda, jurídica que estamos fazendo,



apesar de nós já pagamos bastante e o banco tá... tá... já se... se... se garantiu com... com imóveis, com coisas nossas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como que o senhor chegou até o Badesc? Tinha algum ou tem algum contato dentro do banco que facilitou a concessão do empréstimo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, eu não conheço ninguém do Badesc. É que... é que uma... muito tempo atrás, quando eu fiz uma concreteira, disseram que o... que o Badesc é que financiava esse tipo de, de, de, de serviço, aí eu fui pedir se tinha possibilidade, porque eu não estava recebendo e apresentei o contrato e eles disseram: não, se tiver como nós recebermos, nós fizemos, desde que tenha garantia. Foram no Estado, pesquisaram, olharam, como o senhor falou, e fizeram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor chegou a atrasar pagamento a fornecedores do Contrato PJ 264/2008?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, claro. Nós estamos ã... bastante, porque quando a gente não recebe a gente... tentamos primeiro pagar todos os funcionários, fomos pagando e alguns fornecedores nós estamos discutimos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor considera que entrou em estado de insolvência durante a execução do contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como estava a saúde financeira da Construtora Espaço Aberto? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, ã... Nós não estamos... Nós não entramos em insolvência, até por isso paramos. Nós... nós ficamos em dificuldade. Eu tive, como eu coloquei no começo, ã... nós trabalhamos já há quase quarenta anos aqui, né, eu comecei isso, ã... Nós tínhamos um patrimônio muito grande e nós fomos dilapidando esse patrimônio e vendendo. Eu tenho uma relação, se o senhor quiser, de coisas que eu paguei direto pra ponte (*ri*), sem receber, é... casas, apartamentos, prédios, porque nós sempre fomos... ã, ã, nós fomos construtores também, até hoje construo prédios. Então nós tiramos o nosso patrimônio pessoal, que foi muito caro, pra pagar isso.



Sempre com a... com a... com a promessa de que você vai receber, tá aqui o teu dinheiro, tá tudo assinado, e... não aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, a sua empresa conseguiu empréstimo com o Badesc apresentando como garantia o saldo de um contrato, o qual não estava sendo cumprido o cronograma físico-financeiro. Em 2012 foram medidos R\$ 4,29 milhões dos R\$ 154 milhões previstos inicialmente, ou seja, apenas 2,8% do contrato, sendo que no último semestre de 2012 foram apenas R\$ 375 mil. Mesmo assim o Badesc aprovou o empréstimo e sem a apresentação de bens para dar em garantia. A sua empresa não tinha bens desembaraçados para dar em garantia?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Nós tínhamos. Mas como eu lhe falei, nós tínhamos dinheiro a receber do Estado, bastante, o Estado não podia pagar, por isso que nós pegamos empréstimo no Badesc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, o senhor tem a receber o que é medido, não é? Aqui eu falei em relação às medições. Naquele ano, em 2012, foram medidos apenas 2,8% do contrato.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É... é... eu... eu não sei se eu posso me alongar um pouquinho nisso.

Ã... nós trabalhamos lá, o senhor falou cinco anos, né, medimos 30%, recebemos 30%, fizemos o 30% da obra, que é o mais difícil, com mergulhadores, com... tá? E fizemos um aditivo inicial e tinha um outro que foi dito, e não fizemos mais nenhum, nem pagaram esse serviço. Então nós sempre trabalhamos com *deficit* de caixa violento. Dito nos jornais pelo presidente do órgão, por todo mundo, que a empresa tava gastando um milhão cada estaca e estava recebendo 200 mil. Isso são notícias que ele deu.

Então a gente realmente tava trabalhando com vermelho e a gente foi buscar, porque eu... eu não podia parar – eu falei no começo –, se nós parássemos a obra, a gente ia ter umas indenizações muito caras, umas indenizações talvez mais caras do que... porque as empresas... todas essas empresas pra vir elas fazem um contrato muito... muito forte, muito pesado, essas balsas, essa... essa... essas fundações em alto mar, canteiro de obra. Então nós precisamos tocar e, pra tocar, nós fomos fazendo... nós fomos arrumando jeito de tocar. Como o Estado sabia, e isso é notório, isso é público, que nós tínhamos muito serviço feito e que nós iríamos receber na frente, ao menos foi



o que me disseram, ia receber no momento que viesse um dinheiro pro Estado, ã... ele, ele sabia que o meu cronograma não era só aquele, era muito mais. Por isso eu fui lá no banco e peguei.

E o Estado também, só pro senhor saber, não foi assim que eu não dei, eu sou avalista. Eles tão buscando isso, eu só... eu avalizei a operação. Então não foi que ele deu sem nada. Não foi: ah, toma aqui. Tanto é que nós estamos sofrendo com várias interpelações do banco em bens nossos que eles querem receber. Inclusive ações que nós já ganhamos, coisa e tal. Então tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor entregou... deu como garantia um contrato que, quando tomou o empréstimo esse contrato de execução já deveria ter sido entregue, pronto. Entretanto tinha sido realizado 2,8% no ano imediatamente anterior. O senhor não teve dificuldade para aprovação do empréstimo no Badesc? Foi tranquila a aprovação?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, demorou bastante. Nós inclusive falamos que se nós não... não entrasse algum recurso, o Estado não nos pagasse, nós não conseguiríamos mais fazer. Então não foi uma coisa fácil de fazer. E o Estado se pe... o Estado, o Badesc, quem quer que seja, ele... ele se... se... se precaveve das... né, pegou as suas precauções do dinheiro que nós tínhamos que pagar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em qual momento o Deinfra anuiu com o empréstimo? No momento da solicitação ou apenas anuindo quando da assinatura do contrato do empréstimo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, deixa eu falar pro senhor. Eu... eu... A nossa empresa, apesar de ser uma empresa familiar, nós já tivemos sessenta engenheiros. Eu toquei obra no Brasil inteiro. Eu não quero falar isso, mas nós fomos a maior empresa do Sul do País durante três anos. Então eu toquei muito serviço, todos entregues. Então eu tinha equipes: grande advogados, (*ininteligível*), que me ajudavam. Por exemplo, o Coronel Gomes aqui, o Coronel Araújo Gomes tá comigo há dezesseis, dezenove anos, advogado nosso que tá nos ajudando. E, assim, outros, minha irmã.

Então muitas coisas, o... o... o Deputado, eu não entrava nesse detalhe, eu não sabia. Eu pedia, as coisas vinham. E... e.... em muitas obras eu nem ia lá, tá? Como eu



toquei diversas obras que eu vou acompanhar, faço direito, mas eu não tenho essa... é, é, é, total controle sobre elas, né? [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não sabe o momento em que o Deinfra anuiu o empréstimo. É isso?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu sei que anuiu, porque se não anuísse o banco não aceitava. Isso foi anuí... foi anuído.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A rescisão do Contrato 264/2008 foi publicada em 29/08/2014. Como ficou a situação do empréstimo com o Badesc, tendo em vista que a garantia já não existia mais?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Primeiro que nós entramos, nós até hoje questionamos que nós temo muito dinheiro pra receber, e nós falamos que nós íamos pagar com o dinheiro recebido, e nós temos dinheiro medido pra receber, que a gente não sabe porque que não pagam. Então a gente quer saber. Isso aqui é uma oportunidade da gente... Se eu tiver devendo, como eu falei, eu tenho que pagar, e se eu tiver a receber, espero que a gente receba, né?

Bem, só para terminar... Então o Estado sabia quanto, quanto eu tinha, por isso que aceitou fazer isso. E mais, a gente colocou a nossa, a nossa, os nossos bens pessoais, eu, a minha irmã, é... como ava... somos avalistas da operação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi solicitada uma renegociação da dívida logo após o vencimento da primeira parcela de amortização desse empréstimo, que não foi paga. A Construtora Espaço Aberto pagou alguma parcela da amortização do empréstimo?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Nós pagamos várias parcelas, não sei lhe dizer qual. Pagamos, sim. Pagamos bastante, sim. Até porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra se era amortização ou se eram juros?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum... não “sembro”, não lembro o que foi pago, porque nós devíamos parece... Pegamos nove milhões, oito e pouco e, no fim, tava seis milhões. Então foi pago, sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Falando desse procedimento de renegociação junto ao Badesc, em um anexo à proposição de repactuação da operação consta que o objetivo do financiamento era o, abre aspas, “investimento financeiro em capital de giro visando viabilizar os investimentos iniciais necessários na realização da reforma da Ponte Hercílio Luz”.

Vale lembrar que no contrato original do empréstimo, o motivo do financiamento era a obtenção de capital de giro, sem especificar em que seria empregado esse recurso - no contrato original do empréstimo só era capital de giro, não tinha nenhuma relação com a Ponte Hercílio Luz. Senhor Paulo Ney, qual foi o objetivo do empréstimo, em que o dinheiro foi usado, ele foi todo para a ponte?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Foi todo e faltou.

A ponte, se vocês fizerem o levantamento, se, se, a ponte hoje tá custando 380 milhões até 2018, e está sendo paga, e eu fiz por 160? Alguma coisa tá errado. E eu tinha mais uns vinte e poucos pra receber, que eu queria, então... O senhor desculpe, então alguém tava bancando essa ponte. E por quê? Por essas alterações surgiram depois que eu fiz a proposta. Então a minha, a... a... toda a minha... a minha... a minha... colocação aqui, que eu até... Quando o... foi pedida a CPI disseram que iam até a minha obra, eu disse: poxa, que chato, eu quero até o fim. E parece que o senhor pediu pra ir até o fim, parabéns.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu preciso que... que... aqui eu ten...eu tem... se eu puder, eu tenho... eu peguei aqui nu, nu, nu, numa transparência do Estado o meu contrato, o outro contrato, quanto custou, o que fizeram, o... é... sem licitação, emergência.

E outra coisa, o senhor sabe, Deputado, que uma emergência ela pode durar... ã, seis meses, né? Nós tamos há cinco anos fazendo emergência, né, então sem um novo contrato e com uma coisa (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo, senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas o que que é importante pra mim...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, sen... Não, é importante, mas, por gentileza, vou fazer o seguinte, né...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu vou deixar esse documento para vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) —... Vou, vou, vou solicitar a vossa senhoria que faça, realmente, um arrazoado sobre esta situação...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...da dispensa e traga para a CPI, que aí pode ser que a Assembleia Legislativa dê continuidade em todos esses processos. Seria muito importante.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, e... e... eu tenho aqui o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Porque o senhor faz algumas menções no sentido de, entre aspas, de denúncia. Seria bom se nós...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Presidente, eu não... eu não estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...pudéssemos tomar conhecimento de todo... de todo o...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, eu não estou denunciando, eu estou lhe entregando aqui, pro senhor, agora na CPI, o documento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...onde tá aqui, transparência do Estado até 2018, quanto nós paramos, quanto falei, o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Importante.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá tudo aqui.

(O senhor Paulo Nei Almeida entrega documento ao senhor Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Dou por recebido...
[Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não é que... eu quero (*ininteligível*).



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Vou pedir à assessoria que faça a juntada no processo dando vista a todos os senhores Deputados, cópia do documento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Posso prosseguir?

(O senhor Presidente aquiesce.)

Senhor Paulo, o senhor pegou um empréstimo para capital de giro e o senhor disse que usou esses valores na Ponte Hercílio Luz.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas como isso, se aproximadamente seis meses após a renegociação, o senhor já não executou mais nenhum serviço no canteiro de obras?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não, o senhor tá enganado. Eu não parei nunca. É... os mergulhadores e as balsas, eu tinha muito dinheiro... Coisa a pagar, então eu... eu... eu queria até... A gente nunca parou de fazer. Se a gente tivesse... não tivesse executado nada, a gente não teria chegado onde nós chegamos. O nosso serviço ele é um serviço mais difícil, você trabalha embaixo do mar com 30 metros ou 60 metros de profundidade, né? Então o nosso serviço é um serviço que foi um serviço muito técnico, muito difícil de fazer. Então...

Eu vou dar um exemplo aqui que a gente contratou os mergulhadores, daí precisamos aumentar pra câmara hiperbárica, um mergulhador mergulhava, ficava quinze minutos embaixo do mar, quando a... o mar da... da pra calçar aqueles ferros de mais de 8, 12 metros pra parafusar e dar o torque manual, e quando ele dava esse torque ele subia e ia pra câmara hiperbárica pra respirar e depois ele só podia voltar mais uma vez quinze minutos. Então a gente trabalhou muito, sim, não paramos nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, senhor Paulo, eu não... O que eu perguntei foi diferente disso.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que eu alertei o senhor é que a renegociação ela é executada entre novembro e dezembro de 2013 e a



última medição é de 2014. Por isso da pergunta, com a rescisão do contrato em agosto de 2014.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, pagamos um monte de dívidas que nós tínhamos, né, com várias empresas que tinham feito o serviço. Nós estávamos no vermelho, bem no vermelho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O contrato firmado com o Badesc vedava o desvio de finalidade do empréstimo e trazia como obrigação da Espaço Aberto “apresentar ao BADESC, dentro de 60 (sessenta) dias após a utilização de cada parcela, os documentos comprobatórios da exata aplicação dos recursos por este fornecidos”. A Espaço Aberto forneceu tais informações detalhadas ao Badesc?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu acho que sim. Sempre foi fornecido. O Badesc recebeu. Tanto é que de nove ficaram seis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que eles não aparecem nos registros do banco?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não sei. Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teria como comprovar isso, da parte do senhor?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Na... aí eu teria que pedir pros advogados que estão com a ação trabalhando lá, aí é questão jurídica, não sou eu que faço isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor forneceria... Faria esse pedido e forneceria esse documento pra?...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim. Eu vou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...para a Comissão?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Só um minuto.

(O senhor Paulo Ney Almeida troca informações com o seu advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor Paulo... Senhor Paulo... ele está fazendo uma solicitação. Se vossa senhoria se negar, a CPI pode requerer.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, mas eu tô dizendo que eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Pode requisitar os documentos.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...porque eu não sei quais são.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O.k. Então já foi feito o requerimento...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então vou entregar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...e há o compromisso dos advogados do senhor Paulo de fazer a entrega...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Do documento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — ...do documento.

(O senhor advogado Carlos Alberto de Araújo Gomes manifesta-se fora do microfone pedindo a palavra.)

É questão de ordem ou não? Se é questão de ordem...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES — Questão de ordem. É que o interrogando pediu a minha assessoria neste momento, eu gostaria de prestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Mas senhor... Não, ele só perguntou...

O SR. CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES — Ele pediu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, já está... Não. Vamos dar prosseguimento.

O senhor Paulo... o Deputado Bruno solicitou e a CPI vai requerer os documentos. Está satisfeita a... a... a... essa etapa.

O Deputado Bruno continua com a palavra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hã?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ainda tendo como foco das nossas perguntas o empréstimo com o Badesc, em agosto de 2013, quando o senhor já tinha obtido o empréstimo, o senhor funda, em sociedade com a senhora Denise Teresinha Almeida Marcon, a empresa Espaço Aberto Empreendimentos Imobiliários (empresa diversa da Construtora Espaço Aberto, que é diferente), atualmente denominada de Lago Almeida Empreendimentos Imobiliários, com capital social de R\$ 1 milhão, sendo o senhor o detentor à época de R\$ 900 mil desse capital, totalmente integralizado.

Tendo em vista que essa empresa foi criada cerca de um mês antes do vencimento da primeira parcela de amortização do empréstimo com o Badesc, e que não foi paga, eu lhe pergunto: a criação da empresa e os valores utilizados para a integralização do capital têm alguma relação com o dinheiro do empréstimo, que deveria servir de capital de giro para a realização dos serviços na Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, porque foi integrado com um terreno nosso. Esse R\$ 1 milhão foi integralizado com um terreno, com imóvel nosso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a fundação das empresas PMD Administradora e PNA Construções e Incorporações, essa última que apresenta hoje capital social total de R\$ 600 milhões, sendo R\$ 100 milhões integralizados, ambas fundadas em 2015, ou seja, poucos meses após a rescisão do contrato do consórcio, possuem alguma relação com o empréstimo do Badesc?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Nenhum. *[Transcrição: Ana Clara Mota]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo Ney, conforme vimos, o senhor fundou, ao menos, três empresas de capitais milionários entre os anos de 2013 e 2015, sendo que nesse período de aproximadamente dois anos o senhor, através da Construtora Espaço Aberto, contraiu ainda um empréstimo de R\$ 9,4 milhões com o Badesc, para financiar capital de giro, e teve o contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz rescindido unilateralmente pelo Estado, haja vista a inexecução



do contrato. Sendo assim, lhe pergunto: o senhor não tinha dinheiro para tocar a Ponte Hercílio Luz e pagar o empréstimo, mas tinha para abrir essas empresas?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, como eu lhe falei, essas empresas foram abertas com cap... com terrenos, e foram abertas com... com imóveis. Então não... não... não existia o capital para colocar. E essas empresas não estão operando, só tem uma. Elas estão paradas. Nós abrimos as empresas porque como o senhor falou, nós temos imóveis e temos terras e nós... quando nós rompemos com o Estado, o Estado rompeu com a gente, a gente tinha que trabalhar e eu, como disse, eu sou construtor, tá?

Então são duas empresas... como a construtora nós precisávamos fazer. Nesse ano, nós, inclusive, patrocinamos a Casa Cor, a Casa Cor da época, nós apresentamos projetos, onde nós íamos fazer alguns empreendimentos. Então, o... o... uma coisa é... é... é... a ponte, e como a gente tinha rescindido o contrato e não tinha mais condição de trabalhar nisso... e não foram só esse contrato que foram rescindido – eu não sei se eu posso falar –, foi rescindido aquele caminho que vai pro aeroporto, né? O senhor deve saber. Né? Que até hoje ainda continua com problema, né, não fizeram... mas não importa, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esses R\$ 100 milhões que o senhor integralizou na empresa, foram todos em imóveis?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Foram imóveis e também a... o... a... o... o... acervo técnico das empresas que eu tenho. Não houve um cruzeiro em dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, logo após o recebimento do empréstimo do Badesc, o senhor firmou um contrato particular de cessão de direito com a empresa TDB Produtos e Serviços Ltda., com a anuência do Secretário de Infraestrutura, em 20/03/13, no montante de R\$ 14,5 milhões.

O senhor poderia explicar a que se propunha o serviço prestado pela TDB?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — A TDB, eu... eu tô... mas eu acho que era... era... era... parte de metal, ferro, né? Eu acho que é isso. Porque foram várias empresas que (*ininteligível*)... mas era uma fornecedora de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, é isso, é isso mesmo.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ...de ferro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A formalização de termos de cessão de direitos junto ao órgão contratante era usual?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu não sei, mas a gente fez, porque como os valores eram... eram... eram elevados e... e a gente aceitou que o Estado pudesse pagar uma parte direta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor formalizou mais algum termo como esse?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Que eu lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O fornecedor exigiu que a Secretaria de Estado da Infraestrutura se compromettesse com o pagamento do serviço a ser realizado – direto para a empresa fornecedora do serviço. A sua empresa não tinha credibilidade?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tinha demais. Acontece que o Estado não estava pagando, eles queriam saber se o Estado ia pagar, porque um contato da (*ininteligível*), eles foram no Estado e viram que não tinha dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas aí eles... eles...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Aí se o Estado garantisse que ia pagá-los, eles faziam. Por quê? Eu sou um prestador de serviço, eu já tô na metade da obra, eu já tô cum... cum... cum... bastante...vinte e pouco, trinta milhões em serviços executados, medidos e não pagos. E... e... eu realmente tô com o caixa baixo, e eu disse: olha, eu vou fazer esse contrato com vocês, mas eu quero que vocês vão no Estado, precisam ver se realmente vai ter esse dinheiro aí, porque...

Eu fiquei com muitas coisas pra pagar e não recebi. As balsas todas que o senhor viu, que nós tínhamos várias, a gente teve que pagar com bens e com dinheiro nosso. Nós não recebemos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A... a...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — A Fundesp, a gente comprova isso, a gente passou oito apartamentos pra eles, porque não recebemos. Isso aí é tudo documentado.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a empresa preferiu... preferiu o crédito...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Que o Estado

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que o Estado, que não estava pagando, garantisse...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Garantisse que ele ia ter esse dinheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...e não o senhor, que era solvente.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, que ia ter esse dinheiro. Porque senão não ia mais fazer um... um... um contrato dessa magnitude.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A cláusula sétima do Contrato 264 previa que a transferência dos serviços a terceiros era passível de rescisão unilateral – do contrato que o senhor participava, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mesmo assim o senhor formalizou um termo de cessão que corresponde a quase 10% do valor originalmente contratado, para subcontratar serviços. Não houve quebra de contrato aí? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não. Vou explicar por quê.

É... a gente tem que... que... a gente tem que analisar e tem que estudar as coisas como elas são. Por exemplo, eu já coloquei no começo que a gente... eu... eu... a gente faz alguns edifícios e eu contrato elevador, porque eu não faço elevador. Essa empresa especializada, e tem duas que fazem isso, ela, aquela que desabou aí, essa coisa aí, a mineira, são empresas especializadas em aço. E essas empresas, se não têm nem competência, nem condições de fazer direto, se contrata, assim como, ã... continua a ponte as barras de olhal foram compradas, compreende, de empresas (*ininteligível*) também estão sendo... ã... terceirizadas.



Então é... é... a gente tinha as pessoas que tinham que fazer todas as partes de canteiro de obra, colocar, supervisionar, mas serviços que são específicos ou... ou materiais específicos, você tem que comprar, eu não tenho como fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então, por que a cláusula sétima, que fala sobre...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ã?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...rescisão, ela diz: “O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pelo DEINFRA, quando for de interesse do mesmo, [...]”

Cabe rescisão deste Contrato, por iniciativa do DEINFRA, independente de interpretação judicial, ou extrajudicial, quando:

[...]

b) transferir a terceiros, os serviços constantes do objeto do presente contrato.”

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, mas aí é que tá, nós não transferimos a terceiros, nós compr... nós compramos esses serviços de terceiros. Então eu não entendo como transferir a terceiros isso. Eu... eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual a diferença de transferir e comprar?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — A diferença é a seguinte: que se você... é... é... compra o ferro, compra os tubos, eles fazem, o tubo vem pronto, eu tô comprando. Agora, é... Né? Agora, quem colocava o tubo no mar, quem baixava o tubo, quem fazia, éramos nós; quem, né, soldava, quem colocava o concreto dentro, fazia armação de ferro, éramos nós. Nós tínhamos o material deles... desses R\$ 16 milhões, em suma são materiais, né, que eles trouxeram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A atual construtora, empresa Teixeira Duarte S.A., recebeu o equivalente a R\$ 1.516.314,00 somente para realizar retrabalho na estrutura de sustentação provisória (na parte construída por sua empresa), devido a erros de geometria, fabricação ou montagem das peças. Como o



senhor explica tais erros? Está aqui também o edital deles (*aponta para a imagem projetada*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu... eu... eu discordo, porque quando nós saímos do contrato rescindido, faltava... ã... faltava nós dar... colocar o último bloco e fazer alguns torques, né, e fazer os ajustes. Então eu não... eu não... eu não vejo como erro, e... e... e esse dinheiro que faltava foi muito pouco perto do montante que nós fizemos. Eles terminaram um serviços que nós não havíamos terminado, é diferente. E a sondagem tem que estar sempre presente, a... a... a... a topografia sempre presente. Você... porque você coloca uma coisa dentro do mar e ela mexe, sabe, mexe, então você vai adequando, você vai cortando. E tanto é que até as gruas que estão lá, fomos nós que contratamos e continuaram com isso. Então... eu não, eu, eu, eu discordo desse tipo de serviço mal executado. Tá bem executado e... e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor acredita que não deveria ter sido colocado isso no edital do... um novo contrato?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — (*Ininteligível.*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estaria... hoje a empresa Teixeira Duarte ela tem R\$ 1,516 milhão para fazer esse retrabalho que foi feito pela empresa do senhor.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Olha, eu não sei se é retrabalho. Nós não... não... não temos conhecimento, né? Se eles fa... vamo ver o que é retrabalho, certo? Isso aí tem que constatar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o consórcio que participou da licitação é composto por sua empresa e a CSA Group Inc., fez alguma análise do projeto básico, bem como da situação em que se encontrava a estrutura da ponte antes de apresentar proposta de preços no certame? Ou simplesmente deu um desconto no orçamento do Deinfra?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, a gente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque o orçamento do Deinfra, como o senhor bem lembra, era de R\$ 168 milhões e o senhor fez uma proposta de R\$ 156 milhões.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim. Nós fizemos um estudo bem aprofundado, quando eu digo nós é toda a equipe, como já li no começo pro senhor. Essa equipe fez e tem toda a história como ela ia fazer pra recuperar essa ponte toda. Então foi... foi bastante estudado.

Ã... eu queria dizer uma coisa, até talvez que... sei que não tem muito a ver, mas é mais história – a gente é daqui, minha família é daqui, é... eu não vou entrar num negócio que eu não tenha... que eu não saiba fazer ou que eu não tenha a capacidade que as pessoas, comigo, de fazer. É uma obra muito difícil e nós fizemos a obra bem feita, tínhamos pessoas capazes e estudamos, e eles apresentaram... O nosso plano de trabalho está todo... eu, isso aqui se vocês quiserem ver depois (*mostra documentos*), eu acho que vocês têm, eu deixo com o senhor, não é nada de... eu não tô querendo... ã... né, eu to me defendendo aqui, né, mostrando o que eu fiz.

Então, Bruno, eu acho que foi... foi feito um estudo muito bem feito e nós faríamos, tanto é que quando você falou, vou repetir, quando a gente falou que ganharia algum tempo, é que essa empresa Freyssinet, que teve aqui, deixou todos os engenheiros dela, tem aqui o nome de todos eles (*inaudível*), ela fez uma proposta pra gente e fez um tempo que ela faria tudo isso, só que ela colocou uma coisa: olha, eu não vou poder fazer isso aí, que foi as trocas de cabo, porque vocês... a estrutura não tá boa, porque a rótula estão partidas. Então não deu.

Então aí foi mudado. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois é, sobre isso, senhor Paulo, atrás do senhor tem uma nota, uma parte do edital, 2.2.1. que fala: “Nota importante: As observações descritas abaixo sobre as condições atuais das estruturas metálicas da PHL são meramente indicativas e às proponentes cabe inspecionar as reais condições atuais da PHL. Desta forma, não serão aceitos pelo DEINFRA alegações posteriores de que as empresas desconheciam as condições atuais, portanto, não se justificando qualquer pleito de serviços extracontratuais sejam de quantidades ou de preços, por desconhecimento da atual situação dos elementos estruturais da PHL.”

O termo de referência do edital, ao descrever o estado da Ponte Hercílio Luz, previu que cabia às proponentes verificar as reais condições da estrutura, frisando que



não aceitaria alegações posteriores de desconhecimento das condições – o que o senhor fez bastante aqui hoje durante o seu depoimento.

Em relação aos aparelhos de apoio das torres principais, esses equipamentos ficam em cima do nível do mar, expostos, possuem acesso via escada ou andaime, e nunca foram trocados, desde a construção da Ponte Hercílio Luz.

Senhor Paulo, por que as reais condições das rótulas, peças importantes para a sustentabilidade da ponte, que o senhor citou aqui diversas vezes, e a correta execução do projeto ao qual o senhor se propôs executar, não foram verificadas antes da apresentação das propostas, como pede o edital?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, aí não... não... não é... O edital tinha duas maneiras de se fazer, o edital te dizia... Você não tinha que fazer... a esse nível de detalhe você não ia, não. Você não... não sabia, tanto é que ninguém sabia, foi vi... foi visto muito depois.

Você não tem como... numa obra parada há oitenta anos, querer isso... Até porque pra fazer o que foi feito, nós trouxemos o... veio, como é que é... alpinistas, ficaram... isso aqui constava inclusive no memorial, que se tinha que olhar tudo i... Desculpa, no... no... como é, no... não é o memorial, é o... edital não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Termo de referência?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É aquilo que se vai lendo, que tá as coisas ali colocadas né, a... a... as quantidades de serviço executadas, né? Então isso não, não podia ser visto antes e foi feita essa, essa, essa olhada e ninguém viu isso, nem outro consórcio, ninguém. Então é uma coisa muito difícil, é uma obra singular.

Então, Bruno, não é tão simples assim de você chegar e “ah, eu vou mudar porque eu quero.” Pelo contrário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, senhor Paulo, todos... aqui nesta CPI estamos recebendo pessoas desde a década de oitenta.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E todos que estiveram aqui alegaram conhecimento sobre a situação das rótulas, e o senhor se propôs a fazer



a recuperação em que a parte principal, uma parte muito importante para a restauração do projeto que o senhor se propôs a fazer, era justamente essa rótula. E o senhor se propôs a recuperá-la, além disso para mais cem anos. Não seria um pouco estranho uma recuperação que fosse durar 180 anos e que fosse precisar dessas rótulas e não haver uma verificação? Sendo que todos que passaram aqui, a gente teve engenheiros de diversas empresas, todos alegaram que as rótulas estavam congeladas, os problemas... todos alegaram isso aqui.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Depois. Todo mundo alegou depois. Depois que nós constatamos e colocamos, todo mundo sabe. Hoje é... tanto é que quando a ponte estourou e quando os cabos estouraram, as barras de olhais estouraram, todo mundo dizia que elas estavam estragadas, estavam muito corroídas. Não era isso, era outro... era outro problema, porque a rótulas elas... você podia olhar, mas elas estavam fixas embaixo. Então não foi, não foi uma coisa assim... e nós... essa, essa constatação nós gastamos um dinheiro muito grande e todo mundo que fala hoje, fala agora: se soubesse que era assim, o projeto não teria ser feito... ter sido feito assim. Quem fez o projeto, que entregou o projeto pro Estado e que mandou nós fazer, teria que ter visto que essa solução não poderia ser feito. Por quê? Porque se as rótulas tinham esse problema e todo mundo sabia, por que que ia trocar por cabo que não pode, não permitia? Então ninguém sabia, me desculpa.

Isso aí, agora, eu chamo de... de... de... eu chamo de... de engenheiro de obra pronta, né, aí fica muito fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Eu gostaria que o senhor falasse bem próximo ao microfone, baixasse... [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Então não... então não tinha, tanto é que o projeto foi feito, ganho... o projeto foi ganho, aí veio um projeto nacional com muito, muitas pessoas fazendo, especialista do DNIT, não levantaram esse problema e não... não estava no edital esse problema. Tinha outros problema. Nós tínhamos maneira de executar, então, maneira de executar, nós fizemos isso de uma maneira, podia ser essa ou a outra. A nossa maneira, que nós fizemos dentro do projeto recebido, era perfeita e foi o que nós trabalhamos.



Agora, você sabe também melhor que eu que numa reforma, e ainda mais nessa ponte, você chega a 50%, porque você não sabe tudo o que acontece. Por isso que até hoje tão surgindo vários aditivos na obra. Então imagina, nós saímos há cinco anos e tão fazendo por quê? Porque precisam. Então, não... não... não tinha como se... como terminar. E se... se por acaso as empresas que tavam lá sabiam, por que elas não avisaram antes e ficavam fazendo coisas, maquiagem na ponte? Não, não, vamos arrumar aqui que o estragado tá aqui. Por que foram lá e remendaram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Posso cortar? Eu, na verdade, preciso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhor... Deputado Bruno, só um pouquinho. Eu não vou autorizar cortar o depoente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Porque fugiu da pergunta, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não, mas... se ele entender que a fala dele é complemento de resposta, não há problema. Mas eu quero...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É, eu penso isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É que acabou fugindo bastante, né?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — É, eu penso isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores, senhores, eu vou, às 13h30min, eu vou encerrar a reunião. Às 13h30min eu encerro a reunião.

O senhor tem mais quantas perguntas, Deputado Bruno?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tenho mais quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se for de forma rápida... Senão, a gente corta pela metade para poder acelerar o passo. Por gentileza, eu peço isso a vossa excelência.

Vossa excelência com a palavra.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o orçamento previa alguns itens tais como – os que estão na tela agora (*aponta para a imagem projetada*). São itens para estudos e detalhamento dos projetos executivos da obra. O senhor disse que foi só executar, mas o orçamento previa também projeto. Quem são essas empresas que iriam executar esses estudos?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Quais, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha um orçamento à disposição...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, é... é... Todas essas empresas que estavam aqui. A Freyssinet, a Bridge, a gente não quer falar, Deputado, porque parece assim... Mas a própria CSE ela fez o canal do Panamá. Então são empresas que têm qualificação pra fazer isso. E fizeram várias pontes, a ponte de Nova Iorque, a outra ponte o Khaled...

Então nós estávamos tranquilamente aptos a fazer isso, então esses estudos todos têm sido feitos. Agora...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O se...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Agora, você sabe que nós fomos executar um serviço, nós não fomos... nós fomos... Tanto é que o senhor acabou de me dizer agora que depois as empresas tinham que fazer um projeto. Então depois nós fomos olhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, a empresa RMG, instada por esta Comissão, apresentou diversos documentos e informou que foi contratada para fazer tais projetos que estão indicados ali (*aponta para a imagem projetada*).

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E ainda alega que não foi paga em parte deste valor. E ela se manifesta que ela foi contratada por um valor, por um custo total de R\$ 3.782.183,60.



Senhor Paulo, considerando que o consórcio recebeu mais de R\$ 21 milhões para realizar tais serviços de projetos, o que houve com os R\$ 17,4 milhões restantes que recebeu para esse serviço de projeto e detalhamento?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não, não foi só a RMG que fez (*ininteligível*), foram várias pesso... várias empresas que fizeram projeto. Agora, a RMG, se nós estamos discutindo com ela, ela não cumpriu, que não era só fazer projeto, tinha que acompanhar, ela saiu antes. Tanto é que ela está ganhando agora e acompanhando. Ela continua...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais foram as empresas que...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Tem que ver, eu não sei. Agora o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra de algum nome?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Eu lembro de alpinistas, eu lembro de vários, vários, vários projetistas. E também... e outra coisa, nós tínhamos o canteiro de obra, nós tínhamos várias coisas dentro disso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — R\$ 17,4 milhões foram para essas empresas, para essas outras empresas?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não foram todos. Alguma coisa eu ganhei, evidente, né, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode fornecer essas notas fiscais e o pagamento para essas empresas que constam o que o senhor está citando, além da RMG?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, quando a RMG estava fazendo o projeto nós estávamos fazendo outro serviço também. Eu posso, sim. Nós fazemos o serviço (*ininteligível*)...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós estamos falando só de projetos aqui.



O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas aí entra o que o senhor pediu, porque... onde é que foi o dinheiro. Eu vou lhe mostrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim (*ininteligível*), estou falando só de projetos, essa era uma rubrica para projetos, então...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Mas você...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Foi (*ininteligível*) que nós encontramos uma nota fiscal de projeto.

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim, sim. É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por isso estou lhe pedindo...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...para o senhor identificar para nós qual outra empresa de projetos foi contratada...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...já que a rubrica de R\$ 21 milhões era para projetos e não para outros, para execução ou qualquer outro item. Por isso eu lhe pergunto: esses R\$ 17,4 milhões o senhor poderia nos enviar essas notas comprovando essa...

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Vou enviar. O senhor tá pedindo, eu tenho que enviar. Eu vou ver o que é, tá? Eu vou ver o que é. Eu vou ver. Vou ver o que consta isso, o que são. Vou ver... [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Paulo, o senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução do contrato de reabilitação e restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por fim, o senhor teria algo a acrescentar que possa auxiliar nos trabalhos?

O SR. PAULO NEY ALMEIDA — ã, Deputado, nessa parte eu acho que a coisa já... o senhor pediu bastante, tá bom. Eu não tenho mais nada a falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados... Deputado Jessé Lopes, vossa excelência... (*Acena negativamente.*)

Deputado João Amin. (*Acena negativamente.*)

Senhores Deputados, não havendo mais qualquer tipo de manifestação dos senhores Deputados, antes de encerrar a presente reunião eu agradeço a presença do depoente, senhor Paulo, e de seus advogados. E solicito à assessoria que encaminhe as pessoas até o ambiente externo.

(*O senhor Paulo Ney Almeida e seus advogados deixam o recinto.*)

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente reunião. Muito obrigado e uma boa-tarde para todos. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Leitura final: taquígrafa Siomara G. Videira*]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Boa tarde a todos e a todas, Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV da Assembleia Legislativa, pela Rádio Digital e também os presentes aqui neste recinto.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião da CPI constituída pelo Ato da Presidência nº 30.

Inicialmente nós não colocaremos a ata da última reunião em discussão e em votação pelo fato de ela ainda não ter sido finalizada, mas nós temos no expediente a sinopse da correspondência e outros documentos recebidos: Ofício nº 788/2019, da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, encaminhando os documentos solicitados através do Ofício 112/2019 da CPI; também temos dois requerimentos do Deputado Bruno, o primeiro requer “a submissão da relação de documentos anexa ao Colegiado, requerendo, em ato contínuo, o deferimento de sua solicitação aos respectivos destinatários.”

Coloco em discussão.

Deputado Bruno quer se manifestar? (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, colocamos em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Também temos outro requerimento do Deputado Bruno que requer a lavratura parcial da ata da reunião anterior — ainda não a temos — e o encaminhamento ao Delegado Rodrigo Raiser Schneider, referente à quebra de sigilo bancário e fiscal da testemunha Paulo Ney Almeida.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, coloco em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como se encontram.



Aprovado.

Eu pergunto se o senhor Jorge Barros [*testemunha*] se encontra?

(*O senhor Jorge Luiz Guimarães de Barros Filho gesticula da plateia.*)

Por favor, senhor Jorge. Peço para o senhor Jorge se acomodar (*indica a cadeira ao seu lado*) e fazer uso do microfone ajustando a distância que for mais confortável.

O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente aqui, hoje, nesta reunião?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos e do que lhe for perguntado?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor também não é obrigado a responder a pergunta que lhe for feita.

Para que a taquigrafia possa fazer o seu registro, eu peço que o senhor fale o seu nome completo.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Jorge Luiz Guimarães de Barros Filho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — A sua profissão e idade.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Empresário, 66 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O local de nascimento e o seu endereço.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Paranaguá. Hoje o meu endereço é Curitiba, na Rua Maurício Nunes Garcia, 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor está acompanhado de advogado?



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então eu passo a palavra ao Relator da CPI, o Deputado Bruno Souza, para que possa fazer as suas perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Jorge.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Boa tarde, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado por atender o nosso convite para podermos lhe ouvir hoje, nesta tarde.

Eu quero começar pedindo para o senhor... o senhor poderia descrever um pouco da sua atuação e o seu ramo profissional também?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O.k.

É... em 2013, através do seu Moacir Menezes, que aqui está presente, eu fiquei sabendo da licitação da Ponte Hercílio Luz, aonde o Consórcio Espaço Aberto tinha ganho, mas ao mesmo tempo ele tinha um problema muito grande, que ele não conseguia o seguro de risco de engenharia, que é obrigatório. É... nesse íterim eu fui ao Deinfra — na época era Deinfra — conversar com o presidente, que era o seu Romualdo França. Exatamente.

E a partir disso fui à Espaço Aberto, conheci o seu Paulo, tratamos do seguro, levamos alguns meses, né, aí o seu Romualdo saiu do Deinfra, entrou o seu Paulo Meller, que inclusive em conversa com o seu Paulo Meller, eu disse: olha, seu Paulo. dificilmente nós vamos conseguir o seguro, e mesmo assim vai ser mais difícil ainda receber. Não, não se preocupe, não se preocupe, tá saindo... tá saindo um aditivo exatamente pra pagar o seguro – eu tenho o aditivo aqui. *[Transcrição: Felipe Pereira Bueno]*

Bom, foi, lutamos. No ramo de seguro o problema não é a seguradora, o problema são as resseguradoras, né? E nós tentamos em quase todas e conseguimos através da Mapfre, né? Foi feito o seguro, foi feito e emitida a apólice, só que a apólice ela só tem validade com o pagamento do boleto que a acompanha. Se não pagar o boleto... mesmo assim, essa apólice ela entrou no processo. Como, não sei. Como, eu não sei, não sei



explicar de que forma entrou no processo, né? E por todo tempo a gente vinha tentando cobrar do seu Paulo: olha, não tem validade. Conversando com a irmã dele, conversando com a Luciana, a secretária dele.

A última vez que eu estive com ele no escritório dele estava presente a Luciana, a irmã e ele, foi quando eu entreguei uma cópia da... da garantia, e aí não me atendeu mais. Isso foi o que aconteceu. Eu tenho aqui vários *e-mails* trocados entre Espaço Aberto, a empresa que eu represento, que eu passo à mão do Presidente a autorização para estar aqui, que é a Sicura Corretora de Seguros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O Deputado-Relator quer ver?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Só pra me identificar, né, a corretora oficializada pela Mapfre é a Sicura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor pode disponibilizar esse material aqui?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Só para ficar registrado e à disposição da CPI.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Eu acho que a apólice vocês já têm.

(O senhor depoente, Jorge Luiz Guimarães de Barros Filho, entrega o documento ao Presidente da CPI, Deputado Estadual João Amin, que repassa ao Relator da CPI, Deputado Estadual Bruno Souza.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Jorge...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode... eu vejo que o senhor traz também uma vasta documentação. Nós já podemos, adiantadamente, solicitar essa documentação para o senhor, o senhor pode nos disponibilizar cópia dos documentos que o senhor traz?



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Eu trouxe exatamente pra isso, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado.

Senhor Jorge, o senhor, por favor, pode nos dizer se antes de 2013 o senhor já havia feito seguros?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Já.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor já trabalha com seguros antes de 2013 então?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Já. Muito pouco, mas já tinha feito seguro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor também alegou aqui nesta CPI, acabou de alegar, que esteve numa reunião e em algumas ocasiões alertou também o senhor Paulo que...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que o seguro que o senhor tinha feito não era válido. É isso?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não. Não, não, eu não falei isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor... Ou não estava... sem o pagamento do boleto, era isso?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O seguro, hoje... Antigamente você recebia uma apólice, era um papel bonito, colorido. Hoje não, hoje você recebe no seu computador, você imprime, na barra da apólice vem o boleto bancário. Entendeu, Deputado? Se o senhor pagar conforme está ali, pode ser em dez parcelas, conforme o combinado. Com o seu Paulo, da Espaço Aberto, era a vista e não foi pago, não foi efetuado o pagamento. Então, ela não tem valor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o seu Paulo tinha ciência da não validade disso?



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Com certeza, com certeza. Como o seu Paulo Meller também tinha conhecimento, porque eu fui falar com o seu Paulo Meller, como o senhor Agostini também tinha conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perfeito.

O senhor... Quais outras seguradoras... que seguradoras representou... Nesse caso específico, qual era a seguradora que o senhor representou.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — A Mapfre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A Mapfre mesmo.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quantas apólices de seguro foram emitidas?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Uma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uma só?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Só essa que tá na sua mão aí, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a apólice foi emitida somente em nome da Construtora Espaço Aberto ou do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Do Consórcio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do consórcio. E em que valores?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O prêmio era cento e cinquenta... 157 milhões, o pagamento era um milhão setecentos e pouco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode especificar qual é o valor a pagar pela empresa e o valor total segurado? O senhor tem essas informações?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Tem na apólice, né?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, mas só para ficar registrado na...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Faz a gentileza... (O depoente pega o documento.)

O valor total para pagamento da apólice, R\$ 1.714.755,42. O valor segurado... Isso aqui tá diferente... É... (O depoente consulta o documento por um momento.) Tá em outra... em outro documento, Deputado. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe dizer se o valor coberto...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Eram cento e setenta e (ininteligível)...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...correspondia ao valor total da obra ou era uma parte apenas da...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — É uma parte, é risco de engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Risco de engenharia.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabe por que foi utilizado esse valor como referência?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Porque tá no contrato. No contrato de licitação consta o valor, aí você tem que fazer o seguro referente a esse valor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse... O.k.

O histórico empresarial das empresas que buscam contratar seguros costuma ser considerado para a precificação do valor a ser pago pela apólice? É analisado o histórico da empresa antes, quando essas buscam contratar essas apólices?



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — É, a seguradora faz esse...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o preço do seguro tem alguma relação com o histórico da empresa?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — É, conforme a liquidez da empresa, é... há mudança na taxa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No caso específico da Espaço Aberto, foi considerado?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Eu não tenho acesso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O histórico?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — ...a essa análise, Deputado. Só posso lhe dizer o seguinte: naquela data nada constava contra a Espaço Aberto, mesmo porque senão a seguradora não emitiria a apólice.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor sabe se havia seguro de risco de engenharia antes de 2013, ano em que o senhor fez o seguro?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabe ou não tinha?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não sei. Eu tenho que falar o que eu sei, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor se encontrou pessoalmente com representante da Construtora Espaço Aberto?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode especificar em quais ocasiões? Se houve mais alguma além...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, em várias...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...da que o senhor falou no começo, aqui.



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — ...em várias ocasiões aqui. Como eu tenho aqui nos *e-mails*, que eu vou ceder, em várias ocasiões. Eu tive com a secretaria do doutor Paulo, tive com o engenheiro chefe da obra, tive com... a mais, a irmã do doutor Paulo, e com o próprio doutor Paulo.

Então nós pedíamos a documentação, “olha, falta isso e tal” pra... sempre pra secretária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No começo o senhor indicou que havia dificuldade para encontrar... o senhor indicou que eles tinham dificuldade para encontrar seguro para a ponte. O senhor sabe por que havia essa dificuldade?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O ri...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O senhor veja só, quantas vezes essa ponte já foi licitada e não foi concluída? Em vários governos, né? Isso tudo conta na hora da seguradora fazer a análise. E, realmente, uma ponte dessa, ela, ela tem um risco enorme. Ai cê... O Deputado pode me perguntar: mas por que que a Mapfre fez?

A Mapfre fez pelo seguinte: no consórcio tem, tinha uma empresa americana. Essa empresa americana ela tem mais de cem anos, ela é especializada nesse tipo de... de ponte. Inclusive a empresa que fez essa ponte ela existe até hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores chegaram a consultar os documentos do consórcio?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, a seguradora, sim. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os senhores tinham noção de que... Que o senhor me fala que quem fazia parte do consórcio era uma empresa americana, na verdade quem participou do consórcio...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Foi... Só a... Desculpe.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não foi uma empresa americana, na verdade.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, mas depois ela entrou e nós usamos a... o acervo de engenharia dessa empresa pra conseguir a apólice. Foi dessa forma que nós conseguimos a apólice, não pela Construtora Espaço Aberto.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Bruno Souza, troca informações com a sua assessoria.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor teve acesso a esse acervo?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Foi mandado diretamente pra São Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Diretamente para São Paulo?

(O senhor depoente gesticula afirmativamente com a cabeça.)

Senhor Jorge, sob quais condições foi realizado o contrato para segurar a obra? As condições foram cumpridas pela empresa?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Pra... pra... emitir a apólice?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O senhor me pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Exato.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quais foram as condições para realizar essa...



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — As condições normais de mercado, Deputado. Cadastro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Houve algum pagamento por parte da Construtora Espaço Aberto à seguradora?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Nada. Zero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O que não foi pago? O valor total da apólice não...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Nada, nada, não foi pago nada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nada, nada?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Nada, nada. E a obra continuou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Aí...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — ...sem seguro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor também confirmou aqui que foi... O contrato era em um pagamento único. É isso?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Tá aqui na apólice.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe se essa apólice foi apresentada pela Construtora ao Deinfra?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Deputado, eu não posso afirmar isso, mas a CPI pode pedir o contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Jorge, quem é que mandou o acervo da Construtora Espaço Aberto para São Paulo?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não sei lhe dizer, posso ver e lhe responder numa segunda...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas não era o senhor que fazia essa intermediação?



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não, tinha várias pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não era apenas o senhor?...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não, não, não, não. Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A apólice, ela perdeu a validade em algum momento?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, nunca existiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode, para fins de registro, nos confirmar quando que ela perdeu a validade?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Deputado, ela foi emitida no dia 19/03/2014. Vencimento 19/03/2014. Não foi paga, não tem validade. Então, por isso que eu digo, Deputado, poderia haver no contrato junto ao Deinfra se não tá anexado isso lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E novamente para que fique registrado, o Deinfra foi notificado de que a apólice apresentada não possuía mais validade? Ou seja, que as obras de reabilitação e restauração da Ponte Hercílio Luz não estavam mais seguradas?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Deinfra não foi notificado?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Da não validade da apólice?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não. Foi notificado verbalmente, não documentalmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Verbalmente?



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Verbalmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor foi... Esse aviso foi feito pelo senhor?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim? A quem?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Paulo Meller.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso foi logo após o não pagamento da parcela única?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O doutor Paulo Meller, ele pediu que nós... é... tentássemos de toda forma cumprir com o compromisso e ele se comprometeu, mesmo porque o contrato já estava parado, né, por falta, sei lá... Não era só da, do seguro. Eu disse: doutor Paulo, nós não... eu vou trabalhar em vão, não vou receber. E não vai ser feito o uso. Não, não, nós vamos fazer um aditivo e nós vamos lhe pagar. À seguradora, não a mim, né? Foi feito o aditivo contratual, mas não foi comparecido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E após o não pagamento, o Deinfra chegou a acionar a seguradora para levantamento do eventual valor segurado ou para obtenção de algum tipo de informação?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Olha, eu não tenho acesso direto à seguradora na área administrativa. Mas eu acredito que não. E mesmo porque, Deputado, é... esse... esse campo de... de seguradora é um campo muito fechado, né, e ficou muito mal pra Mapfre, muito mal junto à resseguradoras, que são as mais, né, importantes.

Então a Mapfre diz... quis... Olha, vamos zerar, para por aqui, deixa...
[Transcrição: Ana Clara Mota]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quem poderia nos fornecer essas informações?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Quais, Deputado?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Que eu lhe perguntei, se o Deinfra chegou a entrar em contato com a seguradora para obter alguma informação.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Olha, eu... eu... eu acredito que não, mas eu posso pedir um documento à Mapfre, caso o senhor... vê se ela me fornece, mas eu acredito que não, mas posso pedir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Jorge, nós vamos agora lhe mostrar alguns documentos e gostaríamos de saber se o senhor reconhece algum deles e pode nos esclarecer algumas dúvidas. Tudo bem?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — *(Utiliza imagens projetadas para ilustrar os seus questionamentos.)*

O primeiro é um *e-mail*, datado de 19/08/2013, remetido pelo senhor Moacyr para a pessoa de nome “Luciane”, da Construtora Espaço Aberto.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — ã-hã. A Luciane é a secretária do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O documento está em sua mãos, né?

A cotação de seguro que está descrita no *e-mail* foi a que resultou na apólice contratada pela Espaço Aberto?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não, não. É... o que que acontecia quando eu disse pra... pro Deputado a dificuldade em conseguir o seguro. É... viagem São Paulo, Rio, só pra Florianópolis foram mais de vinte viagens. Isso tudo tem um custo fora, é uma coisa extra, né? Mas isso aqui era deduzido o valor do prêmio, que é um milhão setecentos e pouco, né, e logicamente que a gente faria um encontro de contas. Eu já conhecia esse documento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Eu só peço para à TV focar mais tempo no documento, se for possível.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Jorge, o próximo documento é uma carta de nomeação firmada pela Construtora Espaço Aberto, datada de 10/03/2014, onde a JLT do Brasil Corretagem de Seguros é nomeada como única e exclusiva corretora de seguros para os seguros de restauração e reabilitação da Ponte Hercílio Luz - o senhor tem aí o documento em suas mãos, né?

Essa carta de nomeação ou essa corretora possuem alguma ligação ou envolvimento com a apólice de seguro contratada...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...por seu intermédio?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não. Zero. E como o senhor deve saber, Deputado, pode ser uma corretora que ela trabalhe com várias seguradoras, mas pode ser que a Mapfre fosse uma delas. Então você também pode ser nomeado pra mais uma seguradora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O último documento é uma apólice de seguro garantia (*mostra documento à testemunha*). Essa não é a apólice contratada por seu intermédio, certo?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não. Essa daqui ele já tinha... deixa eu ver a data aqui... (*analisa o documento*). Essa é de 2012.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe informar se o seguro contratado com a sua intermediação foi o que substituiu o seguro referente a esse apólice que o senhor acabou de ler?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Estou lendo ainda... (*risos*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Uma bonita data (*ri*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — (*Ri.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — 07 de junho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Deve ser aniversário (*ri*).



O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — O senhor tem o número do contrato aí da Espaço Aberto com o Deinfra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — 264, de 2008.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Hum, hum. E a Pottencial não renovou o seguro com ele, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É,

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Correto?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim, na verdade a gente está perguntando se o senhor sabe e tem informações...

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A seguradora teve prejuízo com essa negociação?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Muito. Não é a questão do prejuízo financeiro, é a questão do mercado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode explicar?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não, não dá pra mensurar, Deputado, mas... é como eu lhe falei, fica ruim no mercado. Tanto é que (*ininteligível*) pediu, olha, para, para tudo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por fim, o senhor pode afirmar que o seguro contratado por seu intermédio não teve qualquer validade legal pelo fato do seu não pagamento?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sim, confirmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Jorge, o senhor tem mais alguma informação para compartilhar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Tenho. Eu vou deixar aqui pro senhor o aditivo, que foi permitido... prometido pelo Paulo... senhor Paulo Meller, e foi cumprido, só que a outra parte não cumpriu. Eu vou deixar aqui pros senhores



analisarem. Eu tenho mais alguns outros documentos, mas numa próxima oportunidade eu me comunico com a... com a Comissão. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Presidente, da minha parte eu estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Muito obrigado ao Deputado-Relator Bruno Souza.

Pergunto se o Deputado Jessé... o Deputado Sargento Lima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — Boa noite, senhor.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA — O senhor falou ali que “fica ruim”. Eu gostaria que o senhor explicasse esse “fica ruim”. A própria seguradora falou assim, não queremos mais, fica ruim diante do mercado. Gostaria que o senhor explicasse, porque está sendo assistido e o cidadão lá em casa também quer entender isso.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — É simples, Deputado. É Deputado?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Sargento Lima.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sargento Lima. Deputado, se o senhor tem... é... Seguradora é, é, é um ramo muito restrito e quando o senhor mexe com resseguradora é pior ainda. É... O que que a seguradora Mapfre disse: pare com tudo, vamo... perdi essa... Pra quê? Pra não... o mercado não ficar fomentando, né, o acontecido aqui em Florianópolis. Foi nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Obrigado, Sargento Lima.

Deputada Marlene, Deputado Jerry, Deputado Fernando. (*Todos declinam usar da palavra.*)



Eu tenho apenas uma pergunta, seu Jorge.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Pois não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — O senhor foi o único corretor dessa apólice de seguro de risco de engenharia ou algum outro profissional intermediou essa negociação?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Não, teve mais profissional. Teve, teve Dalton e teve o senhor Manoel Sicura, que é um dos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Manoel?

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Sicura, que é da Sicura Corretora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Perfeito, seria isso.

O SR. JORGE LUIZ GUIMARÃES DE BARROS FILHO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual João Amin) — Então, não havendo mais quem queira discutir, dou por encerrada esta reunião da CPI. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura Final: taquígrafa Siomara G. Videira]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

**ATA DA 20ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE
FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS
OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**



**OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE,
REALIZADA NO DIA 4 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE
REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DE SANTA CATARINA**

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados, muito boa-tarde.

Havendo quórum regimental, vamos dar início a mais uma reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída por Ato da Presidência de nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

Senhores Deputados, vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópias das atas da 18º Reunião, bem como, da 19º Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem as queiram discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Recebemos o expediente da Deputada Luciane Carminatti, comunicando que no dia de hoje estará ausente nesta Reunião, como está, mas indicando sua excelência o senhor Deputado Fabiano da Luz para representá-la. Seja bem-vindo, Deputado Fabiano da Luz.

Recebemos os seguintes expedientes, o Ofício de nº 096/2019, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, assinado pelo seu Secretário Adjunto, o senhor Thiago Augusto Vieira, que remete para esta Comissão informações conforme solicitação feita. Dou por recebido e solicito à assessoria que faça a devida anexação ao presente processo da CPI; e o Ofício



nº 16.304/2019, de 29 de agosto de 2019, do Tribunal de Contas. Dou por recebido e solicito o devido apensamento ao presente processo.

Hoje para a ordem do dia, nós temos a ouvida das seguintes testemunhas: o senhor Fernando Augusto Yudyro Hayashi e Gleison Lemos. Primeiro nós vamos ouvir o senhor Fernando Augusto Yudyro Hayashi, solicito a vossa senhoria se dirija à bancada aqui a minha direita. Também solicito à assessoria encaminhe o senhor Gleison Lemos até a sala da Coordenadoria das Comissões para que possa aguardar lá. Eu agradeço.

(O senhor Fernando Augusto Yudyro Hayashi senta-se no local indicado pelo Presidente.)

O senhor pode levantar um pouquinho mais o microfone... isso! Por gentileza.

Senhor Fernando Augusto... é Yudyro, né?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Yudyro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Yudyro Hayashi.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Hayashi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Hayashi, esse pelo menos eu acertei.

O senhor recebeu o Ofício de convocação nº 148/2019, assinado por este Deputado Presidente da Comissão. O senhor sabe por que foi convocado?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — O conteúdo do, do ofício seria como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Sim, O.K. Então o senhor tem conhecimento.

O senhor vai prestar depoimento no dia de hoje, os senhores Deputados terão a liberdade de fazer depoimentos. O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade, no dia de hoje?



O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim... na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Se o seu advogado desejar, ele pode ficar sentado ao seu lado. Quem é o seu advogado?

(O depoente olha para o seu advogado que encontra-se sentado na plateia. O advogado Gustavo Costa Ferreira levanta a mão e faz um gesto declinando do convite.)

Não...

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não há necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não há necessidade. O.k. *[Transcrição: Grazielle da Silva]*

O senhor poderá também ficar calado, se não desejar responder qualquer pergunta, não há problema algum. Se o senhor desejar pedir instrução ao seu advogado lhe será permitido. O que não pode é o advogado interferir na reunião. Acordado? *(O depoente aquiesce.)*

Antes de eu passar a palavra para o Relator da matéria da CPI, que é o Deputado Bruno Souza, eu gostaria que o senhor dissesse no microfone o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Fernando Augusto Yudyro Hayashi, sou arquiteto e urbanista, resido na Rua Maestro Aldo Krieger, nº 138, apartamento 205, bairro Córrego Grande, CEP 88.037-500, Florianópolis, Santa Catarina.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Muito Obrigado. Deputado Bruno, por gentileza, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Fernando.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Boa tarde, excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Seja bem-vindo a esta Comissão.

Esta Comissão tem o propósito de esclarecer, talvez, uma dívida histórica que nós temos com Santa Catarina e com a população catarinense, os fatos que transcorreram sobre a Ponte Hercílio Luz e suas obras. Temos muita esperança que o senhor pode nos ajudar em relação a isso.

Senhor Fernando, o senhor pode começar nos esclarecendo se o senhor atuou, efetivamente, nas obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim, trabalhei na, na obra da, de restauração da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor pode discorrer um pouquinho sobre a sua atuação, em que períodos atuou, quais os serviços que prestou e qual a sua responsabilidade técnica com a obra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim. É... trabalhei no canteiro de obras, na sala técnica. O período foi de 2009 a 2011, início de 2009 a início de 2011. E... no canteiro de obras eu... ã... fazia a organização de documentos e de projetos, é... e... eventualmente, relatórios fotográficos do, do que estava sendo executado, nesse período.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas para que nós possamos esclarecer para os outros Deputados também, a partir deste momento, eu vou chamar a CSA Group como uma empresa norte-americana e a empresa que fez parte do consórcio é a CSA Gerenciamento Ltda., que eu vou chamar de empresa brasileira. São duas CSAs distintas e não são nem filiais



nem nada. Então, eu vou chamar uma de empresa brasileira e a outra de empresa norte-americana.

O senhor assinou o contrato social da CSA Gerenciamento Ltda. em 28 de janeiro de 2009 como responsável técnico da empresa, isto é, da empresa brasileira. O senhor estava à frente de todos os serviços e obras sob responsabilidade dela?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Atuou pela CSA Ltda. em outras obras, que não a Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A CSA Ltda. trabalhou em outra obra, que não a Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a CSA...

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Eu desconheço se, se houve ou não, mas, no meu ponto de vista, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então a CSA, empresa brasileira, não trabalhou em outra obra, segundo o senhor.

O senhor emitiu ART's ou RRT's dos seus respectivos serviços pela CSA?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Emiti um ART de cargo e função.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — De cargo e função?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — De cargo e função.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Cargo e função.

O senhor pode nos fornecer uma fotocópia disso?



O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era o seu regime de contratação pela CSA Ltda.? Como é que ela era? Era carteira assinada, contrato, CNPJ?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Contra... é... carteira assinada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E como o senhor foi escolhido para ser o responsável técnico da empresa?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Foi uma indicação, né? E... eu já conhecia a administradora da empresa, e, pelo fato de mostrar, né, a minha competência, foi solicitado que eu, é... desenhasse uma logomarca e, é... foram, foi muito bem quista essa logomarca e então é... fui admitido dessa forma, foi realizada uma entrevista de emprego é... com... ã... negociação de quanto... ã... seria o meu salário, né, registrado em carteira. Mas houve uma entrevista de emprego.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem foi o entrevistador?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Foi o Juan Melgarejo e o Luiz Mario Tortorello.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os dois o entrevistaram juntos?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor... de quem foi a indicação do senhor para empresa?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Foi o Juan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Juan lhe indicou?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim, me indicou é... para ...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E a administradora, quem seria? [*Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — A Carla.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A primeira alteração contratual da CSA Gerenciamento Ltda., empresa brasileira, ocorreu em 24 de março de 2014, até essa data o senhor assume a responsabilidade técnica pelos atos praticados pela empresa CSA no âmbito do Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor emitiu algum documento desvinculando-se da empresa?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — A... o... me desvinculei realizando a baixa que, por uma falha minha, foi realizada posteriormente a minha saída da, da, do meu trabalho vinculado à ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A sua falha foi qual?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Foi não ter dado baixa no documento perante o conselho de profissional, no momento da minha saída.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A primeira alteração contratual... perdão. E quando foi essa baixa efetiva?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — É... não recordo. Teria que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O ano?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — ...buscar o documento.

Também não recordo o ano exato.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia nos fornecer uma fotocópia dessa baixa?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim. É, é o mesmo documento que o... a excelência solicitou, anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Antes de ser responsável técnico pela empresa CSA Gerenciamento, qual foi a sua atuação no mercado de construção civil ou pesada?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Civil e pesada diria somente... ã... eu estava recém-formado, antes da... da minha... foi meu primeiro emprego com carteira assinada. Eu me formei em outubro de 2008.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor havia trabalhado alguma vez com obras de arte especiais como pontes e obras dessa complexidade?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor participou da elaboração da proposta do Consórcio Florianópolis Monumento apresentada na licitação para recuperação da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era obrigatória a visita local de execução na obra, antes do certame. O senhor participou dessa visita?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Também não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa fez alguma análise do projeto básico, bem como da situação em que se encontrava a estrutura da ponte antes de apresentar proposta de preços no certame, ou simplesmente deu desconto no orçamento do Deinfra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Poderias reformular essa....



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A empresa chegou a fazer alguma análise do projeto, ela se certificou de como é que estava a situação da Ponte Hercílio Luz antes de apresentar a proposta, ou ela simplesmente apresentou uma proposta com desconto ao Deinfra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Eu não participei dessa elaboração de proposta, não... não saberia responder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A CSA Gerenciamento participou da inspeção inicial da ponte, durante a execução do contrato?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim. Com o auxílio de outras empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais empresas?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — É... pra análise de estrutura é... RMG Engenharia, é... Alfa Engenharia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A CSA Gerenciamento elaborou algum projeto para as obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Fernando, poderia nomear os profissionais da CSA Ltda., empresa brasileira, que possuem acervo técnico e que participaram da execução da obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Voss... é... Excelência, seriam os... o quadro de funcionários ou...?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os que possuíam acervo, né? Acervo técnico para... justamente, porque, os engenheiros, enfim.



O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — O... Eu era subordinado... é... na verdade, o responsável técnico era o Khaled Mahmoud, é... especialista em pontes, é... americano, com empresa americana.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele era o único que tinha acervo técnico na CSA?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Peran... não sei te dizer perante a CSA, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor conhecia a empresa e trabalhava na empresa, então, o senhor provavelmente conhece os profissionais que trabalhavam na empresa. Então eu gostaria de saber quais daqueles profissionais que o senhor conhece tinham acervo técnico para executarem as obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quantos funcionários a empresa tinha em Florianópolis na sua sede?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Também não sei te responder quantos funcionários, né? É... eu fui contratado para ser locado na obra, então, se houve outros profissionais, não saberia te responder também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Onde era a sede da CSA?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Também não sei te dizer o endereço de... fiscal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Onde o senhor fez a entrevista de emprego?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Fiz numa sala de reuniões de um hotel. [*Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Uma sala de reuniões de um hotel?



O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era o período que o Khaled Mahmoud permaneceu na obra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Também não sei te informar o período exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quantas vezes o senhor viu ou se encontrou com o Mahmoud?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Diversas vezes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na obra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não sabe, então, onde é a sede da CSA Ltda., é isso?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Fernando, poderia discorrer um pouquinho sobre os motivos dos atrasos e quais as dificuldades técnicas encontradas pelo Consórcio Florianópolis Monumento na obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Os motivos de atraso, bom, durante a minha permanência houveram diversas dificuldades em relação a... a metodologia que seria empregada pra... pra transferência de cargas. Me recordo de, de ter uma solução de cabos suspensos utilizando as torres, as torres principais, digamos, e essa... essa metodologia ela foi descartada, pois na análise da estrutura verificou-se que elas não poderiam ser utilizadas e que deveria ser construída uma estrutura para suportar o vão central.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Então, houve uma necessidade de readequação do projeto. Como isso resulta no atraso da ponte? Pode dar mais detalhes, por favor. A obra ficou parada? O que aconteceu?



O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Houve uma... digamos, uma segunda alternativa, por esse motivo, né? E também não sei te informar, pois a empresa que, que realizou a análise, o processo de análise, inclusive, foi um pouco demorado, pois foi realizado em toda a estrutura pra identificar fissuras e etc., questões técnicas, e então todo esse processo de análise da estrutura metálica e essa mudança de alternativa acredito que seja, seja um ponto principal para o atraso no período em que estive lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor citou que o engenheiro Khaled Mahmoud, ele por diversas vezes esteve com o senhor. O senhor pode nos especificar o que seriam essas diversas vezes? Semanal, mensal, o que seria isso?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Olha, não me recordo exatamente, mas a... acredito que uma, uma vez por mês havia um contato. Não... a... também desconhecia todos os momentos em que ele estava aqui, porque eu não tinha acesso a, a outros setores, digamos, da... hierárquicos da, da, do organograma da, de toda a, de todo, toda a estrutura. Então, às vezes em que ele esteve no canteiro de obras, que era o meu local de trabalho, eu tive o contato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele falava português?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

Falava... havia necessidade de, de ter uma... um conhecimento intermediário de inglês para poder se comunicar com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Além dos administradores do CSA Group, da CSA Ltda., o senhor pode citar outros funcionários da CSA Ltda. também?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — É... não sei te dizer o nome exato, mas a... eu tenho informa... tive, tive conhecimento de que havia uma... um outro funcionário quando realizei a baixa do meu documento de responsabilidade técnica.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, antes disso, o senhor?...

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Desconhecia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Desconhecia o outro funcionário da CSA Ltda.?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E os engenheiros Enrique Hernandez e Fernando Fagundo, fizeram parte da equipe técnica?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Desconheço esses nomes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nós vamos mostrar agora o edital de licitação.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar os seus questionamento.)

Esse edital previa que a empresa, ou consórcio participante, deveria ter em seu quadro permanente equipe capacitada com experiência nesse tipo de obra. Como está ali decorrido. *(Aponta para a imagem projetada.)*

A partir de junho de 2009, os relatórios do Consórcio Supervisor apontam que tal equipe não estava mais na obra, especificamente o engenheiro Khaled, apontado na licitação como o engenheiro preposto, o engenheiro Enrique Hernandez também, apontado como especialista em estruturas metálicas, e o engenheiro Fernando Fagundo, apontado como especialista em fundações. Em tese, todo esse pessoal deveria pertencer ao quadro da empresa CSA Ltda., a qual o senhor era o responsável técnico. O Consórcio Supervisor estava correto?
[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Desculpa, o consórcio?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Segundo o edital, os engenheiros Khaled, Enrique Hernandez, Fernando Fagundo,



deveriam pertencer ao quadro da CSA Ltda. O Consórcio Supervisor que fiscalizava a obra, ele dizia que esse pessoal não estava, não fazia parte do quadro, não estava presente. O Consórcio Supervisor estava correto?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — O, o Consórcio?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Supervisor.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Supervisor. Eu desconheço esses nomes. E, e, e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode, por favor, decorrer.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — É... salvo engano, se .eu entendi corretamente você quer saber... vossa excelência quer saber se eles estavam presentes na obra durante... que período?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Durante o seu período.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Durante o meu período somente a presença o Khaled, do engenheiro Khaled.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então, o senhor no seu período não viu essas pessoas presentes na obra, com exceção do Khaled. É isso? Do Mahmoud?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — É. Exato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Paulo Ney, ele assumiu em algum momento da obra a função de engenheiro preposto?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro Eduardo Hamond Regua ou a empresa Hamondregua Engenharia Ltda., cujo



um dos sócios é o senhor Eduardo Hamond Regua, executou os serviços na estrutura da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Durante a minha presença, houve a presença dele em substituição ao gerente de obra. Mas eu também desconheço, se era isso, isso que estava sendo... que ocorreu, mas recorde da presença dele, do senhor Eduardo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor lembra de qual era a função do engenheiro ou dessa empresa na obra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabia que esse engenheiro era diretor do Deinfra e assinou o edital de licitação e participou da avaliação da proposta técnica e de preço da licitação que contratou o Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Fernando, o Consórcio Florianópolis Monumento empregava em média quantos trabalhadores no período de execução do contrato?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não sei te informar. Eu sei, saberia dizer que no canteiro de obras haviam mais de cem pessoas, empregados trabalhando com estruturas de andaimes, fundações, etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Esse gráfico (*aponta para a imagem projetada*) apresenta a quantidade de trabalhadores informados ao Ministério do Trabalho e Emprego, e é o comparativo entre o Consórcio Roca, o Consórcio Florianópolis Monumento, que o senhor trabalhou, e a Construtora Teixeira Duarte. Esses dados foram declarados ao Ministério do Trabalho. Segundo o senhor alega que eram mais de 100, entretanto, a média era de 46 trabalhadores no Consórcio Roca, 26 no Consórcio Florianópolis Monumento, numa média de 260 trabalhadores por mês na Construtora Teixeira Duarte.



As barras pretas, ali no gráfico, representam a quantidade de trabalhadores no Consórcio Roca-TEC, responsável pela etapa 1, 46 trabalhadores, como falei.

As barras vermelhas, etapa 2, 26 trabalhadores por mês.

Já as barras azuis representam os trabalhadores da Teixeira Duarte, uma média de 260 trabalhadores por mês com picos de mais de 400 trabalhadores.

O senhor acreditava que o consórcio iria cumprir o cronograma de execução da 2ª etapa, contratando uma média de apenas 26 trabalhadores por mês?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Acredito que não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Fernando, se o cronograma fosse executado nos termos do contrato, possivelmente a obra terminaria em maio de 2012. No período de junho de 2012 a agosto de 2014, após o término inicialmente previsto, o Estado gastou quase R\$ 9 milhões com o custo adicional apenas da empresa de supervisão. Quem deveria arcar com essa despesa se o Consórcio Executor não alocou pessoal suficiente na obra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Poderias reformular, por gentileza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No período de junho de 2012 a agosto de 2014, após o término inicialmente previsto para a obra, o Estado teve que gastar R\$ 9 milhões apenas com o custo adicional da empresa de supervisão, Prosul-Concremat, com a Prosul Supervisão. Quem deveria arcar com essas despesas extras que o Estado teve que incorrer por conta do atraso da obra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não sei te informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A atual construtora, empresa Teixeira Duarte S.A., recebeu o equivalente a R\$ 1.516.314,55 somente para realizar retrabalho na estrutura de sustentação



provisória, devido a erros de geometria, fabricação ou montagem das peças. Como o senhor, como responsável técnico de uma das empresas integrantes do Consórcio Florianópolis Monumento, explica tais erros?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Olha, ah... mesmo sendo considerado responsável técnico havia um... eu era um, a... um empregado subordinado a outros engenheiros e que... e... e haviam outras empresas, em função dessa execução da estrutura provisória, e... também não saberia te responder o que é colocado como revisão de trabalho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor realmente trabalhou como responsável técnico?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Como eu informei, excelência, eu fui, eu emiti um documento de responsabilidade técnica de cargo e função perante a empresa. A... é... perante a obra da Ponte Hercílio Luz, eu não era considerado responsável técnico. Eu respondia... eu era subordinado a outros engenheiros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tua responsabilidade era então apenas documental?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Perante a CSA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Apenas documental. Quem era o seu superior hierárquico?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Como eu falei o senhor Khaled, mas principalmente os gerentes da obra, que foram... que foi o senhor engenheiro Reinaldo, posteriormente, engenheiro Cássio de Magalhães. E, então, durante todo esse período, foram esses dois engenheiros gerentes da obra até a minha saída.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor Paulo Ney também?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Bom, o orçamento da licitação previa alguns itens também, tais como, eles estão ali (*aponta para a imagem projetada*): metodologia executiva de obras, estudo de transferência de carga, projetos detalhados de obras, projetos de obras provisórias, estado da obra e programa de reabilitação. São itens para estudo e detalhamento de projetos executivos da obra. Quem ou quais empresas realizaram a execução desses estudos?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — (*Pausa.*) Deixa eu... é... foi, foram elaborados análises da Alfa Engenharia, da RMG Engenharia, inclusive com técnicos presentes no local. Houve visitas técnicas da Empresa Freyssinet, empresa francesa, houve também visita técnica da empresa... uma empresa espanhola, não recordo o nome agora. Então, seriam essas as empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas essas empresas estrangeiras apresentaram algum relatório ou projeto?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Apresentaram relatórios.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Relatórios. E por que a CSA Ltda. não executou esses projetos?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — O único projeto que eu me recordo que havia como referência, seria o projeto de referência e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas por que a CSA não fez esses relatórios ao invés dessas empresas?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Foi, foi elaborado um projeto de estrutura provisória.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A CSA fez isso?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Foi a RMG Engenharia.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Novamente:
Por que a CSA não fez?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Pois a equipe técnica, CSA Group, tinha, pelo que eu recordo, eu, como empregado, assim como o engenheiro Reinaldo, que era gestor, gerente de obras, e somente essas pessoas, né? *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*

Pra... um... um volume grande de trabalho, acredito que não teria equipe técnica suficiente pra elaboração desses... desses itens que a excelência mencionou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E o que foi feito com esses projetos e relatórios?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – Eles foram entre... eles, eles estavam na obra, esses relatórios de inspeção da estrutura, e... não recordo qual foi o andamento até a minha saída.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quanto foi pago para a execução desses projetos e estudos?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – Não saberia informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Aproximadamente?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – Também não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – A empresa RMG, instada por esta Comissão, apresentou diversos documentos e informou que foi contratada para fazer tais projetos, a um custo total de R\$ 3.782.183,60, e ainda alega que não foi paga em parte desse valor.

Senhor Fernando, considerando que o consórcio recebeu mais de R\$ 21 milhões para realizar esses serviços, o que houve com os R\$ 17,4 milhões restantes que recebeu para esses serviços de projeto e detalhamento?



O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – Desconheço, excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Em 16 de abril de 2010, foi aprovada a modificação do projeto base da obra, onde consta que não haveria reflexos financeiros. Nessa data, o contrato se encontrava com 11,14% do total executado, enquanto o previsto para o mês era de 40,48%. Ao solicitar a modificação do projeto, o consórcio manteve o prazo de entrega, ou seja, não houve modificação alguma no cronograma.

Senhor Fernando, considerando que o senhor era o responsável técnico da CSA Ltda., portanto, a par do assunto, como é possível executar 88,86% do contrato em pouco mais da metade do tempo previsto restante, sendo que até então, na metade anterior, o consórcio só havia realizado 11,14% da obra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – As decisões de... de acompanhamento e... e monitoramento de cronogramas físicos e financeiros não era realizado por mim, então eu não saberia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor era o responsável técnico pela CSA.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – *(Pausa.)* Eu também não saberia te informar o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O senhor gostaria de nos esclarecer algum assunto sobre a sua responsabilidade técnica em relação à CSA Group?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – Não teria... mais informações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Porque o senhor era o responsável, então teoricamente era para o senhor ter esses dados e saber nos explicar essas situações.

O Consórcio Supervisor, liderado pela Prosul, aponta que muitas das revisões de cronogramas apresentadas pelo Consórcio Executor já eram entregues com itens em atraso e incompletos.



Senhor Fernando, o objetivo do cronograma é acompanhar se a execução está atingindo as suas metas traçadas, se o caminho crítico executivo está sendo seguido. Qual a intenção de entregar algo já em atraso para controlar o prazo de execução? Qual a utilidade de um cronograma atrasado?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – *(Pausa.)* Poderia, excelência, reformular?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.k.

O Consórcio Supervisor era liderado pela Prosul e ele aponta que muitas das revisões de cronogramas apresentadas pelo consórcio — no qual o senhor era responsável técnico por uma das empresas — já eram entregues com itens em atraso e incompletos. Senhor Fernando, o objetivo do cronograma é justamente acompanhar se a execução está atingindo as metas traçadas e se o caminho crítico executivo está sendo seguido. Qual a intenção de entregar algo já em atraso para controlar o prazo da execução da obra?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – Sim, eu concordo que não há sentido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Mas o senhor é o responsável técnico por uma das empresas, porque então entregavam esses cronogramas em atraso, já com itens em atraso?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – Como eu informei a vossa excelência, é... pelo minha, pela minha condição de subordinado, eu não teria...não tinha controle sobre essas... sobre esse acompanhamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Fernando, o que faz um responsável técnico?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI – *(Pausa.)* Na minha opinião, se responsabiliza tecnicamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Os relatórios do Consórcio Supervisor — novamente — do contrato apontam que um dos principais motivos para os demasiados atrasos da executora é a falta de



metodologia executiva, ou seja, falta de sequenciamento das atividades.

[*Transcrição: Rafael de Souza Milke*]

Verificando os cronogramas apresentados pelo consórcio e comparando-os às medições, pode-se verificar que, de fato, o caminho crítico não foi seguido. Por que não seguir o cronograma proposto pelo próprio consórcio?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — (*Pausa.*) Excelência, é... eu não saberia responder. A, o... o monitoramento de cronogramas físicos e financeiros é... estavam fora da minha alçada, da minha... na ordem hierárquica em que eu me encontrava na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor continua repetindo isso, mas o senhor era o supervisor, o responsável técnico.

No próximo gráfico apresentamos os valores medidos pelo Consórcio Florianópolis Monumento mês a mês. O senhor poderia explicar porque houve tanta variação nas medições?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não saberia excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A próxima tela (*aponta para a imagem projetada*) compara o valor medido pelo consórcio, são as barras pretas de forma acumulada, com o previsto no edital e a proposta comercial do consórcio. Os dados demonstram que a obra foi executada muito aquém do previsto. A média mensal do faturamento do consórcio foi de R\$ 756 mil. Considerando todos os meses do contrato, com e sem medições, quando deveria ser algo em torno de R\$ 3 milhões por mês. O consórcio esperava concluir a restauração e a reabilitação da Ponte Hercílio Luz com esse ritmo lento?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Olha, eu não saberia responder quais eram as metas e os objetivos, ã, dos meus superiores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Segundo esse ritmo, a obra iria demorar mais 17 anos, com esse ritmo que os senhores e a empresa, da qual o senhor é responsável técnico, estavam imprimindo na obra,



com essas medições, terminando apenas em maio de 2026. Isso é para contextualizar, por conta das perguntas que virão.

O senhor recebeu... E agora eu faço uma pergunta já me encaminhando para o final. O senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer natureza de agentes públicos ou privados, em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução do contrato de reabilitação e restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Fernando, agora eu faço uma última pergunta e lhe dou a oportunidade também de, a bem da história e do que ficar registrado, acrescentar mais alguma coisa a esta Comissão. O senhor gostaria de falar e esclarecer algo a esta Casa?

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Não teria, excelência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Muito obrigado.

O SR. FERNANDO AUGUSTO YUDYRO HAYASHI — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhores Deputados: Deputado Jessé Lopes, Deputado Sargento Lima, Deputado João Amin. (*Todos declinam usar da palavra.*)

Não havendo mais perguntas por parte dos senhores Deputados, dou por encerrado o depoimento do senhor Fernando. Agradeço sua presença aqui.

Solicito à assessoria que faça o encaminhamento dele até a área externa desta Comissão e também conduza o senhor Gleison Lemos para este ambiente.

Enquanto o senhor Gleison Lemos não vem, eu coloco em discussão e votação o ofício do Deputado Bruno, solicitando que seja requerido mais documentos com a Mapfre Seguros Gerais SA, com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e com a Superintendência Regional da Polícia



Federal em Santa Catarina. Havendo a concordância dos senhores Deputados, dou por aprovado.

Também o Deputado Bruno, solicita que sejam ouvidos por esta Comissão as seguintes pessoas: *(Passa a ler.)*

“O senhor Eduardo Hamond Regua, integrante da Equipe Apoio da Comissão de Licitações do Edital 44/2007, diretor de Obras e Transportes o Deinfra e Coordenador do Consórcio Florianópolis Monumento; Marcos Amin, integrante dos quadros do Badesc, com atuação no procedimento de concessão de crédito à Construtora Espaço Aberto durante as obras da Ponte Hercílio Luz; Celso de Magalhães Carvalho, engenheiro coordenador da Prosul de 2007 a 2010 e diretor da empresa de 2010 a jun/2014; e também, por último, do senhor Sebastião Florentino de Almeida Rezende, funcionário da empresa Prosul, atuante nas obras da Ponte Hercílio Luz no período de 16.06.2010 a junho de 2014.” *[Transcrição: Ana Clara Mota]*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação. Os senhores os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Também que sejam solicitados os seguintes documentos... O senhor Deputado Bruno Souza, manda o documento de que a presente requisição decorre da oitiva do senhor Paulo Ney Almeida, realizada no dia 14 de agosto de 2019, o qual se comprometeu em verificar a existência de documentos probatórios das declarações prestadas com o possível encaminhamento para a CPI, o que não se identificou até o presente momento. Destaca-se que já houve a análise dos documentos.

Então, estão aqui os documentos relacionados, e remeto cópia aos senhores Deputados, mas de antemão dou por aprovada as solicitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso são só os documentos que o próprio Depoente se comprometeu.



(O depoente Gleison Lemos adentra o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — Sejam feitos os ofícios.

Senhor Gleison Lemos, é isso?

O SR. GLEISON LEMOS — Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — Seja bem-vindo aqui, nesta Comissão.

O SR. GLEISON LEMOS — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — O senhor recebeu o Ofício nº149, convocando o senhor para comparecer a esta reunião no dia de hoje. O senhor sabe o motivo dessa convocação?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — Tem ciência?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — O senhor promete dizer a verdade, somente a verdade no dia de hoje?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — O senhor tem direito de ficar calado se não desejar responder a qualquer pergunta.

O SR. GLEISON LEMOS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — O senhor se faz acompanhar de advogado?

O SR. GLEISON LEMOS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — Não.

Gostaríamos que o senhor dissesse, bem próximo ao microfone, para que o sistema de taquigrafia e o sistema de gravação da Casa possa captar, o seu nome completo, seu endereço completo e a sua profissão, por gentileza.



O SR. GLEISON LEMOS — Meu nome é Gleison Lemos, sou engenheiro civil, eu resido na Rua Manoel Pedro Vieira, 1.248, casa 22, Morro das Pedras, Florianópolis, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcos Vieira) — Deputado Bruno de Souza, vossa excelência na condição de relator, pode iniciar o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Boa tarde, senhor Gleison.

O SR. GLEISON LEMOS — Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Gleison, o senhor atuou efetivamente nas obras da Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Possuía vínculo empregatício com o Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia discorrer sobre sua atuação na Ponte Hercílio Luz, em que períodos atuou, quais foram os serviços que prestou e qual a responsabilidade técnica com a obra?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim. É eu atuei do período de maio de 2011 a agosto de 2014, quando foi rescindido o contrato. A minha função era engenheiro preposto, né, perante ao Deinfra e coordenador geral, né, da obra. A minha função era gerenciamento das atividades técnicas e operacionais da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode detalhar o que era esse gerenciamento técnico e operacional?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim. Seria todos os serviços, tal... que eram feitos, contratações... necessárias. Enfim, tudo, a parte técnica da obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Antes de ser responsável técnico do Consórcio Florianópolis Monumento, qual foi a sua atuação no mercado de construção civil ou pesada?



O SR. GLEISON LEMOS — Ah... eu tenho 33 anos de formado. Eu já trabalhei em várias empresas do Brasil. Trabalhei até numa das maiores empresas do Brasil, a Mendes Júnior, tá? Trabalhei na região Norte, Nordeste e estou aqui no Sul há 25 anos. Eu fui supervisor da duplicação da 101, trabalhei na Iguatemi & Consultoria, como supervisor da obra, e... fiz várias obras aí no Brasil todo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor havia trabalhado antes com obras de artes especiais?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Poderia citar?

O SR. GLEISON LEMOS — Ah, na...na...no Tocantins, nós fizemos várias obras ali, fizemos quase 500 quilômetros de estrada, pela Mendes Junior e várias pontes fizemos ali. Na duplicação da BR-101, construímos sete pontes novas e reformamos sete.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pontes metálicas?

O SR. GLEISON LEMOS — Não, metálica, não!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Restauração?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim! Restauração em pontes de concreto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então pontes metálicas com esse tipo de vão também não? [*Transcrição: Taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

O SR. GLEISON LEMOS — É, ponte metálica, pra te falar a verdade, no Brasil, acho que ponte pênsil metálica com rebite, eu acho que dá pra contar no dedo o engenheiro que tenha experiência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor possuía alguma habilitação ou curso na área de estruturas metálicas na época do contrato?



O SR. GLEISON LEMOS — Não, assim especificamente em estrutura metálica, não. Eu já construí obras de estrutura metálica...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas especialização o senhor não tinha nenhuma?

O SR. GLEISON LEMOS — Não tinha nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Gleison, poderia discorrer um pouquinho sobre os motivos de atrasos e quais as dificuldades técnicas encontradas pelo Consórcio Florianópolis Monumento nessa obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — É eu acho que dificuldade técnica não houve nenhuma, tá, nós fizemos ali aquela fundação, aquela estrutura de sustentação provisória, aquilo ali funcionou, tá feita, foi com qualidade técnica, não teve problema nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que do atraso?

O SR. GLEISON LEMOS — O atraso também eu, eu... o que eu sentia também é que o Estado tava sem recursos, né. Então o recurso só veio em 2014 do BNDES, antes era recurso próprio e, às vezes, até... tinha até estipulado um valor anual pra gente gastar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas, então, o senhor atribuiria a qual motivo o atraso?

O SR. GLEISON LEMOS — Não, recurso é um dos principais motivos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o que faltava?

O SR. GLEISON LEMOS — Recursos pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Certo.

O SR. GLEISON LEMOS — ... pra executar as obras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E isso decorria da falta de material, na falta de quê?



O SR. GLEISON LEMOS — Sim, material de... e até de poder de faturamento, né, a gente não podia investir que não tinha recurso garantido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor poderia citar os nomes da equipe técnica da obra durante o período que o senhor estava atuando?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim. É, u, u, tinha dois especialistas em estrutura metálica, tá? Até é bom falar que quando eu assumi tinha um assessor de estrutura metálica, especialista, tá... tinha dois. Tinha o Khaled, que é o americano lá, da CSA, e tinha outro que era da RMG, que é o João Mota, ele também era especialista em estrutura metálica. Tinha o Fernando Hayash, que era um assistente na parte técnica, ali e engenheiro também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Especialista em estruturas metálicas e especialista em fundações, quem eram?

O SR. GLEISON LEMOS — Não, fundações, fundações nós contratamos, porque é assim, a empresa não dispõe um especialista, né, em fundações. Nós contratamos uma das melhores empresas do Brasil em fundações, mas com acompanhamento meu.

(Utiliza imagens projetadas para ilustrar os seus questionamento.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor, o ART de nº 4.256.248-7, que nós vamos mostrar agora, de autoria do senhor (*aponta para a imagem projetada*), aponta como descrição das atividades sob sua responsabilidade a montagem de estrutura de metal.

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ... cuja unidade de medida era de uma obra.

Senhor Gleison, a que se refere essa atividade?

O SR. GLEISON LEMOS — Uai, à estrutura metálica! A ponte é toda em estrutura metálica, mas nós não chegamos nem a executar, porque nós



estávamos fazendo aquela estrutura de sustentação antes. Mas quanto à parte metálica não tinha problema. É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que utilizou... Perdão.

O SR. GLEISON LEMOS — Não, tecnicamente, pra mim, não tinha problema, eu sou engenheiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que utilizou... Diga.

O SR. GLEISON LEMOS — Tá, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Conclua, conclua...

O SR. GLEISON LEMOS — Sim, eu sou engenheiro, estudei metálicas, tal, e já fiz obras metálicas. A única diferença era o rebite, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que utilizou a unidade de medida de uma obra, em vez do peso da estrutura metálica?

O SR. GLEISON LEMOS — Aí eu não posso te responder, porque quem faz a ART é o pessoal da empresa lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor assina?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu assino, mas não sei por que usou uma obra. O meu atestado tá com pesos, eu tenho um atestado do Deinfra que tem todos os serviços com pesos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o ART não é autodeclarado?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu... Pra te falar, eu... não sei te responder por que tá uma obra ali.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem é que fez o ART?

O SR. GLEISON LEMOS — O pessoal da empresa que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem é o pessoal da empresa? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

O SR. GLEISON LEMOS — Tinha um setor lá que cuidava dessa parte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o seu contato?

O SR. GLEISON LEMOS — Era o Aldício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele era o quê?

O SR. GLEISON LEMOS — Ele era um funcionário da empresa que mexia com isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual área?

O SR. GLEISON LEMOS — Área de, de... contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode repetir o nome dele para registro, por favor?

O SR. GLEISON LEMOS — Aldício.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que o senhor utilizou o código de classificação de serviço A0302 (para edificações em estrutura de metal), em vez de utilizar o código A0512 (para pontes, viadutos ou elevados metálicos)?

O SR. GLEISON LEMOS — Não, eu não sei te explicar o porquê.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Gleison, o Consórcio Florianópolis Monumento empregava em média quantos trabalhadores no período de execução do contrato?

O SR. GLEISON LEMOS — Ah, perto de cem trabalhadores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Perto de cem.



O próximo gráfico apresenta a quantidade de trabalhadores informada ao Ministério do Trabalho e Emprego (*aponta para a imagem projetada*), está ali.

As barras pretas representam a quantidade de trabalhadores do Consórcio Roca-TEC, responsável pela Etapa 1 - recuperação dos viadutos de acesso -, que informou uma média de 46 trabalhadores por mês.

As barras vermelhas são do Consórcio Florianópolis Monumento, Etapa 2, que informou uma média de 26 trabalhadores por mês.

As barras azuis representam os trabalhadores da Teixeira Duarte, média de 260 trabalhadores por mês, com picos de mais de 400.

O senhor acreditava que o consórcio iria cumprir o cronograma de execução da segunda etapa contratando uma média de apenas 26 trabalhadores por mês?

O SR. GLEISON LEMOS – É, 26 trabalhadores diretos, né. Fora os contratados, tinha bastante empresa contratada, serviços especializados, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais eram esses serviços que o senhor terceirizava?

O SR. GLEISON LEMOS – Fundações, mergulho, equipe de mergulho, tinha pessoal do transporte, balsas, tinha pessoal de controle de solda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quais eram essas empresas, o senhor pode citar o nome?

O SR. GLEISON LEMOS – A Fundesp, para fundações; a de... esqueci o nome da de...mergulho, era uma empresa lá do Rio Grande, cidade do Rio Grande, não lembro o nome; a solda também não lembro o nome, era uma empresa de Blumenau. O que mais... tinham outras empresas ali que eu não tô lembrado agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabia que o contrato com o Estado não permitia esse tipo de terceirização?

O SR. GLEISON LEMOS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não sabia ou...



O SR. GLEISON LEMOS – De serviços especializados nenhuma empresa dispõe, né, de serviços especializados... Um mergulhador, uma empresa não tem uma equipe de mergulhador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pois é, mas o...

O SR. GLEISON LEMOS – Eu tenho que contratar um pessoal...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o edital era explícito nesse ponto.

O SR. GLEISON LEMOS – Não, eu não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E esse pessoal, segundo o edital, não deveria ser contratado pelo consórcio?

O SR. GLEISON LEMOS – Pessoal?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso. Fundações, mergulho, enfim.

O SR. GLEISON LEMOS – Sim, mas o consórcio não tem os equipamentos que tem uma empresa especializada em mergulho, né? Câmeras, hiperbáricas, os equipamentos de mergulho todos, o pessoal treinado... tem que ser uma empresa especialista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Gleison, se o cronograma fosse executado nos termos do contrato, possivelmente a obra terminaria até maio de 2012. No período de junho de 2012 à agosto de 2014, após o término inicialmente previsto, o Estado gastou mais R\$ 9 milhões com o custo adicional apenas com a empresa de supervisão da obra.

Quem deveria arcar com essa despesa, se o Consórcio Executor não alocou pessoal suficiente na obra?

O SR. GLEISON LEMOS – É, o que eu te falei. Não alocou, eu... eu acho que, eu falo que é por falta de recurso, não tinha recurso. Eu lembro até que foi feito uma arrecadação aí através da Lei Rouanet que nem arrecadou. Isso é uma prova que tava sem recurso, né.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Havia alguma solicitação do Estado para diminuir o ritmo da obra?

O SR. GLEISON LEMOS – Não, só o que eu te falei. Às vezes, tinha um plano ali de cumprir tanto por ano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Algo foi formalizado em relação a esses atrasos e à falta de recursos?

O SR. GLEISON LEMOS – Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É ato...O.K. Como o senhor ficava sabendo dessa falta de recursos?

O SR. GLEISON LEMOS – Aí, eu tinha contato com o pessoal todo, né, do Deinfra, da empresa, às vezes, eu ouvia falar. Mas a minha função não era essa, A minha função era técnica e operacional da obra. [*Transcrição: Grazielle da Silva*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A atual construtora, a empresa Teixeira Duarte, recebeu o equivalente a R\$ 1,5 milhão somente para realizar o retrabalho na estrutura de sustentação provisória devido a erros de geometria, fabricação ou montagem das peças. Como o senhor, como coordenador de obra, responsável técnico do Consórcio Monumento, explica esses erros?

O SR. GLEISON LEMOS – Eu desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O Consórcio Supervisor, liderado pela Prosul, aponta que muitas das revisões de cronogramas apresentados pelo Consórcio Executor já eram entregues com itens em atrasos e incompletos já na hora da entrega. Senhor Gleison, o objetivo do cronograma é acompanhar se a execução está atingindo as metas traçadas e se o caminho crítico executivo está sendo seguido. Qual é a intenção de entregar algo já em atraso para controlar o prazo de execução?

O SR. GLEISON LEMOS — Não entendi. Só repete a última.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual a intenção de entregar algo já em atraso para controlar um prazo de execução?

O SR. GLEISON LEMOS — Não, ninguém tinha a intenção de atrasar a obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas os senhores entregavam itens nos cronogramas já com atraso. No próprio cronograma já estava em atraso.

O SR. GLEISON LEMOS — Eu desconheço. Atraso significativo, eu desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Os relatórios do Consórcio Supervisor do contrato apontam também que um dos principais motivos para os demasiados atrasos da executora é a falta de metodologia executiva, ou seja, falta de sequenciamento das atividades. Verificando os cronogramas apresentados pelo consórcio e comparando-os às medições, pode-se verificar que, de fato, o caminho crítico não foi seguido. Por que não seguir o cronograma proposto pelo próprio consórcio?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu não lembro...*(pausa)* porque o foco era montar aquela estrutura, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Sim, mas por que...

O SR. GLEISON LEMOS — Sem montar a estrutura não tinha jeito de fazer nada na ponte...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O.K

O SR. GLEISON LEMOS — Na ponte, sem sustentá-la.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas os senhores apresentaram o cronograma e depois não seguiram o caminho crítico que foi proposto pelo cronograma do próprio consórcio. Eu queria entender por que não foi seguido esse cronograma proposto pelo próprio Consórcio Executor.

O SR. GLEISON LEMOS — Eu desconheço.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor desconhece o quê?

O SR. GLEISON LEMOS — Que não foi seguido. *(Pausa.)* É, não dá para enxergar os itens ali. Os itens de serviço eu não estou conseguindo ver. *(Olha para a apresentação do documento projetado.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Pois é, mesmo o cronograma, após a modificação, estava em atraso. O senhor desconhece o motivo?

O SR. GLEISON LEMOS – É o que eu te falei, né, faltava recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor conheceu o engenheiro Khaled?

O SR. GLEISON LEMOS – Conheci.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - E quando e em que oportunidades?

O SR. GLEISON LEMOS – Várias. Ele sempre vinha na obra aí quando era necessário e tal. Vinha com frequência, quando eu precisava, ligava e ele vinha. Se fosse alguma coisa mais urgente, vinha na hora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Quantos foram? Esses diversos, por favor, foram quantas vezes?

O SR. GLEISON LEMOS – Bah...Durante o tempo que eu tive na obra foram várias vezes, umas *(pausa)* seis, oito vezes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O engenheiro Khaled falava português?

O SR. GLEISON LEMOS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor fala inglês?

O SR. GLEISON LEMOS - Um pouco.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Ele fez parte da equipe técnica do consórcio no mesmo período em que o senhor esteve em campo?

O SR. GLEISON LEMOS – Ele fazia parte da equipe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - Antes o senhor referiu-se à ausência de atrasos significativos na obra. O que seria, para o senhor, um atraso significativo?

O SR. GLEISON LEMOS – É, isso depende do cronograma, né, mas eu não estou conseguindo ver onde estava o atraso ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – O que seria, na sua concepção, um atraso significativo?

O SR. GLEISON LEMOS – Então, não dá para classificar bem atraso significativo se não tem recursos, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Independe. Uma obra em atraso, o que é uma obra com um atraso significativo? É essa definição que nós queremos...

O SR. GLEISON LEMOS – Que não está cumprindo o cronograma. Tem estipulado um prazo para cada serviço e não foi cumprido. Isso é um atraso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) - O senhor falou que foram oito vezes que o Khaled esteve aqui. [*Transcrição: Taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*] [*Revisão: Taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

O SR. GLEISON LEMOS — Não sei, não lembro direito. Mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso em quatro anos?

O SR. GLEISON LEMOS — Três anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Três anos.

Os engenheiros Enrique Hernandez e Fernando Fagundo fizeram parte da equipe técnica?



O SR. GLEISON LEMOS — Quando eu estava na obra, não. Antes. Qual Fernando?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Fernando Fagundo.

O SR. GLEISON LEMOS — Não. Na minha época, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor assumiu o posto de engenheiro preposto no lugar do senhor Khaled?

O SR. GLEISON LEMOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E quais foram as exigências e habilitações requeridas do senhor para o posto?

O SR. GLEISON LEMOS — Quando eu fui assumir, o meu currículo foi submetido a uma análise e aprovação do Estado, do órgão Deinfra. E fui aprovado, com a experiência que estava no meu currículo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que o Consórcio Florianópolis Monumento retirou esses profissionais da obra? O senhor sabe?

O SR. GLEISON LEMOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual foi o motivo alegado para o senhor?

O SR. GLEISON LEMOS — Quando eu cheguei, a equipe que tava lá eu te expliquei, não tinha esses nomes aí que você me falou, Fernando e... Qual que é o outro?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era o senhor Fernando e Enrique Hernandez.

O SR. GLEISON LEMOS — Sim. Quando eu entrei eles não estavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor Paulo Ney Almeida assumiu em algum momento da obra a função de engenheiro preposto?



O SR. GLEISON LEMOS — Eu acho que sim, não tenho certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No período comprometi... O senhor sabia que o senhor Paulo Ney é arquiteto e não engenheiro?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No período compreendido entre os anos 2012 até 2014 a equipe técnica do consórcio era composta somente pelo senhor e pelo senhor Paulo Ney Almeida?

O SR. GLEISON LEMOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem era o resto da equipe técnica?

O SR. GLEISON LEMOS — Tinham outros engenheiros lá, Fábio Antunes, Fábio da Silva, João Mota, que era contratado pela gente, que é da RMG, uma empresa especialista em estrutura metálica, ele dava assessoria técnica na parte metálica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor Paulo Ney estava frequentemente na obra?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Pode definir frequentemente?

O SR. GLEISON LEMOS — Quase todo dia ele passava na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E por que a empresa supervisora não apontava esses nomes que o senhor diz que compunham também a equipe técnica?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu desconheço como que ela não aponta. Acompanhava lá, direto, tava do lado. Acho que houve algum equívoco aí dela não apontar esses nomes.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor tinha dedicação exclusiva na obra?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na sua página do LinkedIn o senhor informa que teve vínculo com a Construtora Espaço Aberto de dezembro de 2009 a janeiro de 2015, informando ainda que no período de maio de 2011 a agosto de 2014 participou do Consórcio Florianópolis Monumento.

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas o senhor também informa que participou da implantação da PCH João Borges; da pavimentação da rodovia de acesso ao aeroporto regional de Jaguaruna; da ampliação da pista de pouso do aeroporto municipal de São Joaquim; e da implantação de acesso ao sul da Ilha e o novo terminal do Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis.

O senhor poderia explicar essas participações que estão ali (*aponta para a imagem projetada*), se elas foram concomitantes à obra da Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — Não. Não, foram antes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Elas foram antes?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu acho que o acesso ao aeroporto deve ter sido... É, foi antes... ou foi junto?... Eu estava na obra, mas... Eu tinha um contrato com a Espaço Aberto, que eu entrei lá em final de 2009, eu tinha um contrato autônomo de gerenciar as obras dela. Isso até eu ir pra ponte, quando eu fui pra ponte, eu fiquei só na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor alega que tinha um contrato que trabalhava exclusivamente com a ponte, mas as obras de acesso rodoviário ao sul da Ilha e o novo terminal do aeroporto de Florianópolis não encerraram em 2013?



O SR. GLEISON LEMOS — Sim. Só o acesso ao aeroporto, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Essa era a época que o senhor estava...

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...teoricamente exclusivo para a Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — É, eu continuava gerenciando, mas tinha um engenheiro lá que ficava direto na obra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não estava mais direto na obra?

O SR. GLEISON LEMOS — Não, do aeroporto, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Não...

O SR. GLEISON LEMOS — Do, do acesso ao aeroporto, não. Ficava na ponte direto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor atuou nessas outras obras ao mesmo tempo que estava na Ponte Hercílio Luz. É isso?

O SR. GLEISON LEMOS — Uma parcela pequena, tá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então o senhor não era exclusivo da Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu era exclusivo da Ponte Hercílio Luz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Mas...

O SR. GLEISON LEMOS — Não, tinha outro engenheiro tocando a obra do acesso ao aeroporto. Ele reportava a mim e eu respondia o que.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual engenheiro?

O SR. GLEISON LEMOS — É um engenheiro... ele é de Cascavel.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nome do engenheiro? [*Transcrição: Henrique Vargas Ribeiro*]

O SR. GLEISON LEMOS — Na obra da... É Marcílio Jorge.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabia que o edital exigia a permanência do senhor na Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu... eu estava direto lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O edital não previa...

O SR. GLEISON LEMOS — Eu trabalhava...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que o senhor podia trabalhar em outras obras.

O SR. GLEISON LEMOS — Não, eu só respondia por outra, mas não tinha... o tempo integral eu tava lá na ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — É, o edital pedia exclusividade.

O SR. GLEISON LEMOS — Exclusividade na ponte. Porque eu atendia o outro engenheiro fora de horário, fora de expediente da ponte.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E o senhor Fernando Augusto Yudyro, o senhor conhece?

O SR. GLEISON LEMOS — Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele fez parte da equipe técnica...

O SR. GLEISON LEMOS — Fez parte também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...do consórcio?

O SR. GLEISON LEMOS — Fez parte também, eu esqueci dele a hora que eu citei.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Ele substituiu alguém da equipe ou já estava desde o começo da execução da obra?

O SR. GLEISON LEMOS — Já estava desde o começo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Qual era o cargo e função dele?

O SR. GLEISON LEMOS — Ele era um... um assessor lá da parte de projetos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O engenheiro Eduardo Hamond Regua ou a empresa Hamondregua Engenharia Ltda., cujo um dos sócios é o senhor Eduardo Hamond Regua, executou serviços na estrutura da Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor conhece ou já ouviu falar desse engenheiro ou dessa empresa?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor sabe dizer se o senhor Fernando Yudyro era só assessor ou era responsável técnico?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu acho que era só assessor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A cláusula sexta — que nós vamos dispor aqui (*aponta para a imagem projetada*) — do Contrato PJ 264/2008 previa a ampliação (*sic*) de multa de mora de 10% do valor da fatura relativa aos serviços executados em atraso, quando os serviços não fossem realizados conforme o previsto no cronograma. Essa multa foi aplicada alguma vez ao Consórcio Florianópolis Monumento?

O SR. GLEISON LEMOS — Que eu saiba, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Existia o pedido do Deinfra para segurar as medições, ou seja, para não medirem e não emitirem a nota fiscal para pagamento?



O SR. GLEISON LEMOS — Repete, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Existia algum pedido do Deinfra para segurar, para não fazer as medições, ou seja, para não medirem e não emitirem a nota fiscal para pagamento?

O SR. GLEISON LEMOS — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Existem documentos remetidos pelo Deinfra que solicitam a suspensão da execução dos serviços?

O SR. GLEISON LEMOS — Não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Havia pedidos de suspensão da execução dos serviços por formas não oficiais?

O SR. GLEISON LEMOS — Não. Que eu lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O item 2 da cláusula sexta do contrato, que está ali na tela (*aponta para a imagem projetada*), previa a aplicação de multas e sanções em decorrência da inexecução total ou parcial do contrato: a. advertência, verbal ou escrita; b. multa de 2% sobre o valor não executado do contrato por inexecução parcial e 5% no caso de inexecução total; c. multa de 0,1% do valor do contrato, a critério do Deinfra, quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as especificações técnicas aplicáveis ao caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada.

Algumas dessas medidas foram aplicadas ao consórcio?

O SR. GLEISON LEMOS — Que eu lembre, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — No próximo gráfico (*aponta para a imagem projetada*) apresentamos os valores medidos pelo Consórcio Florianópolis Monumento, mês a mês. O senhor poderia explicar por que houve tanta variação nas medições?

O SR. GLEISON LEMOS — Isso aí tá desde o início da obra?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.



O SR. GLEISON LEMOS — É, eu posso responder ali... a época que eu estive lá, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Está ali também.

O SR. GLEISON LEMOS — *(Pausa.)* Tá meio difícil de enxergar ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor diga qual foi a sua época e eu peço à assessoria que aumente a tela para que tenha visão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por favor, se o senhor puder falar a época que deseja, nós vamos ampliar no computador.

O SR. GLEISON LEMOS — 2011 a 2014.

(O assessor da CPI, Victor Rorato, mostra na tela do computador o gráfico para o depoente conforme solicitado.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, mostra ali, né?

(O senhor depoente Gleison Lemos analisa a imagem.)

O SR. GLEISON LEMOS — É, esse período ali que não... não tem faturamento, foi a época que fizemos as fundações e... as fundações deram acima do que era previsto e não tinha como pagar, porque não foi formalizado um aditivo. Então as fundações deram mais que o dobro do que era previsto.

Então nós trabalhamos... sem... sem medir o serviço, tá? Estávamos aguardando ser aprovado esse aditivo. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes]*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A próxima...

O SR. GLEISON LEMOS — Não tinha como medir, não tinha quantitativo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.



A próxima tela compara o valor medido pelo consórcio, que são as barras pretas (*aponta para a imagem projetada*), de forma acumulada, com o previsto no edital e a proposta comercial do consórcio. Os dados demonstram que a obra foi executada muito aquém do previsto, a média mensal de faturamento do consórcio foi de R\$ 756 mil, considerando todos os meses de contrato, com ou sem medições, quando deveria ser algo em torno de R\$ 3 milhões por mês. O consórcio esperava concluir a reabilitação da Ponte Hercílio Luz com esse ritmo lento?

O SR. GLEISON LEMOS – É, mas esse ritmo também eu acho que não foi culpa do consórcio. O Estado, já te falei, não tinha recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade...

O SR. GLEISON LEMOS — O recurso só veio... em... em julho de 2014, se não me engano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Na verdade, vocês ficam repetindo isso, mas a média entre a medição e o pagamento era de noventa dias. Então eu refaço a pergunta: o consórcio esperava concluir a restauração e a reabilitação da Ponte Hercílio Luz com esse ritmo lento?

O SR. GLEISON LEMOS — (*Pausa.*) Não sei. Tendo recurso, até... tô repetindo, porque a... a causa maior é essa falta de recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eu vou lhe repetir que não havia atrasos. Vou lhe repetir que a média, a média...

O SR. GLEISON LEMOS — Não, atraso é uma coisa, agora...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...que havia uma média...

O SR. GLEISON LEMOS — ...valor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...entre o medido e o recebido era de noventa dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E também quero ressaltar que o Consórcio Florianópolis Monumento jamais se aproximou



da média mensal das medições previstas, ou seja, desde o começo ele já não se aproximou disso, bem como o acumulado esperado da evolução das obras.

O Consórcio Florianópolis Monumento, no período de execução do contrato, de dezembro de 2008 a junho de 2014, portanto 2.037 dias, faturou pouco mais de R\$ 52 milhões, portanto uma média de faturamento de R\$ 25 mil por dia, como apresentado na próxima tela (*aponta para a imagem projetada*). Nesse ritmo, a obra seria concluída em 6.381 dias...

O SR. GLEISON LEMOS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...ou seja, dezessete anos.

A projeção para a conclusão da obra seria maio de 2026, ou seja, nesse ritmo ainda estaríamos executando o contrato — hoje, hoje em dia estaria em execução ainda. O senhor acredita que o consórcio iria cumprir o cronograma?

O SR. GLEISON LEMOS — Tendo recursos, sim, porque até 2014, eu repito, não tinha recurso. Ce vê a prova, eu te falei, a Lei Rouanet foi pra arrecadar recurso pra tocar a obra. Conseguiu arrecadar... acho que R\$ 1 milhão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E houve atraso desde o primeiro mês?

O SR. GLEISON LEMOS — Desde o primeiro mês... você fala 2008?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Do contrato. Isso.

O SR. GLEISON LEMOS — Não sei, eu peguei a obra em 2011.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Por que desde o primeiro mês não houve medição de acordo com o previsto?

O SR. GLEISON LEMOS — Sim, aí eu não sei te responder, eu não estava na obra. A minha época, o que eu tô te falando, é isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor recebeu ou ofereceu alguma vantagem ou promessa de vantagem de qualquer



natureza de agentes públicos ou privados em qualquer aspecto, atividade ou fato relacionado ao procedimento licitatório ou execução do contrato de reabilitação e restauração da Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — Nunca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Para o bem da verdade e compromisso com os catarinenses, o senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa que possa nos auxiliar a explicar esses fatos e questionamentos que tanto se levanta em torno da Ponte Hercílio Luz?

O SR. GLEISON LEMOS — Acho que o que eu tinha que falar era isso. Não participei de processo licitatório, minha atuação foi três anos e o que aconteceu foi isso: atraso de obra, que eu te disse, falta de recursos... E eu acho que não tem nada a acrescentar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O pagamento aos trabalhadores, o senhor falou que lidava com essa área, era realizado em dinheiro ou... Como era feito esse pagamento?

O SR. GLEISON LEMOS — Eu acho que era em conta bancária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em conta bancária?

O SR. GLEISON LEMOS — Não tenho certeza. Eu não lembro de... carro de valores pra pagar na obra, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor não lembra de ter pagamento em espécie na obra?

O SR. GLEISON LEMOS — Não. Não me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O.k.

Presidente, só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Não havendo mais perguntas por parte do Deputado Bruno, pergunto ao Deputado Jessé Lopes, ao Deputado Sargento Lima e ao Deputado João Amin [se têm perguntas]. *(Todos declinam usar da palavra.)*



Não havendo também perguntas de outros Deputados, dou por encerrado o depoimento do senhor Gleison Lemos e faço a dispensa do mesmo, solicitando à assessoria que acompanhe a testemunha até a área externa desta Comissão.

O SR. GLEISON LEMOS — O.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — O senhor está dispensado.

Senhores Deputados, também não havendo mais nada a deliberar, dou por encerrada a presente reunião da CPI. Muito obrigado e boa noite para todos.
(*Ata sem revisão dos oradores.*) [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES

ATA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 0030-DL, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019, PARA INVESTIGAR ILICITUDES PRATICADAS NAS OBRAS DA PONTE HERCÍLIO LUZ EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS DESDE A SUA INTERDIÇÃO ATÉ A ATUALIDADE, REALIZADA NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2019, ÀS 17H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) — Senhora Deputada, muito boa-tarde, boa tarde igualmente aos senhores Deputados, bem como também quero cumprimentar as senhoras e os senhores telespectadores da TVAL, assim como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc e as pessoas que se fazem presentes no dia de hoje.

Havendo quórum regimental, vamos dar início à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada por Ato da Presidência de nº 030, de fevereiro de 2019.

Senhores Deputados, vossas excelências receberam em seus respectivos gabinetes cópia da ata da 20ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 0030-DL, de 21 de fevereiro de 2019.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Recebemos ofício da Deputada Luciane Carminatti comunicando a sua ausência no dia de hoje, bem como também ofício do eminente Deputado Nazareno Martins, indicando vossa excelência, o Deputado Ivan Naatz, para substituir sua excelência, o Deputado João Amin.

Vamos ao expediente. Recebemos um *e-mail* do Badesc solicitando a prorrogação de prazo por mais 10 dias para entrega de documento. Deferido. Solicito à assessoria que faça anexação e também que dê cópia aos senhores Deputados.

Também recebemos um CD da empresa Mapfre, que é a seguradora, encaminhando as apólices conforme consta no Ofício. Também se faça a



juntada dos documentos ao processo, bem como também, se houver necessidade, dê cópia aos senhores Deputados.

Senhores Deputados, na ordem do dia nós temos a ouvida de uma única testemunha que é o senhor Marcos Peixoto Amin. Ele se encontra?

(A assessoria da Comissão Parlamentar de Inquérito informa ao Presidente que a testemunha se encontra no recinto.)

O senhor faça o favor de se dirigir à mesa. *(Pausa.)* O senhor sente, por favor.

(O senhor Marcos Peixoto Amin senta-se no local indicado pelo Presidente.)

Senhor Marcos Peixoto Amin, o senhor recebeu um ofício expedido por esta Comissão o convocando para estar aqui no dia de hoje para prestar depoimento na condição de testemunha. O senhor sabe o porquê foi convocado?

(O senhor Marcos Peixoto Amin faz sinal com a cabeça que sim.)

O senhor leu o Ofício?

(O senhor Marcos Peixoto Amin faz sinal com a cabeça que sim.)

O.k. O senhor liga o microfone – é só apertar ali embaixo e coloque o microfone bem perto, por gentileza, porque a Taquigrafia tem que ouvir, o.k.? *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O senhor tem conhecimento do porquê está aqui. Gostaria que o senhor dissesse o seu nome completo, a sua profissão e o seu endereço completo, por gentileza.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Marcos Peixoto Amin é o meu nome. É... eu sou administrador de empresas, e... resido na rua Liberato Carioni, 543, Village 3, na Lagoa da Conceição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Nesta reunião o senhor promete dizer a verdade e somente a verdade?



O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O senhor se faz acompanhado de advogado?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O seu advogado quer sentar ao seu lado? Tem permissão.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Uma cadeira para o advogado, por gentileza.

(O advogado Rafael Andrade de Souza senta-se ao lado do depoente, conforme indicado pelo Presidente.)

O senhor não é obrigado a responder todas as perguntas. Perfeito?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Se desejar ficar calado em alguma delas, não tem problema nenhum.

Se o senhor quiser em certo momento consultar o seu advogado, também terá liberdade. O advogado também poderá requerer questão de ordem, e esta Presidência vai deferir ou indeferir a questão de ordem suscitada por vossa senhoria. Perfeito?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mas o advogado não pode interferir na reunião nem pode interferir na sua fala.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Perfeito?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – O.k., senhores?



Antes de passar a palavra ao Relator da matéria, o Deputado Bruno, eu quero também fazer o registro da presença, neste ambiente, da senhora Lília Ana Águas. Ela é Secretária de Turismo da região de Bairrada, de Portugal, e também ex-Deputada Federal de Portugal. Seja bem-vinda e muito obrigado pela sua presença.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Estadual Bruno Souza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Boa tarde, senhor Marcos.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Marcos, o senhor pode nos contar um pouco sobre a sua carreira profissional no Badesc, os cargos que já ocupou, também como os períodos e a sua formação acadêmica?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Sim. Posso iniciar?

É... novembro agora, 2019, completo 35 anos de serviço prestados pelo Badesc. É... comecei na área administrativa. Passei, em seguida, logo para a área operacional, onde fui analista econômico financeiro.

Assumi... é... o cargo em Joinville de 90 a 95. Depois, de 96 a 2000, assumi a gerência regional de Lages e Caçador. Duas gerências assumidas por uma pessoa, né, viajando 6 mil quilômetros por mês na região. Depois, de 2000 a 2003, fui gerente regional de Florianópolis e... retornando em 2007 para a mesma função regional de Florianópolis.

Em 2011 assumi a gerência de operações do Badesc até 2015. De 2015 a 2018, assumi a gerência regional de Joinville. É... e nesse último ano, agora, eu estou na área de recuperação de crédito como analista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Senhor Marcos, no ano de 2013, quando o Badesc concedeu um empréstimo de R\$ 9,422 milhões à Construtora Espaço Aberto - que teve por garantia os valores de serviços efetivamente prestados e medidos em decorrência da execução do contrato de empreitada PJ 264/2008 que ainda não tiverem sido pagos, ou seja,



o contrato de restauração da Ponte Hercílio Luz com o Consórcio Florianópolis Monumento —, o senhor ocupava o cargo de gerente de operações do banco.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quais eram as atribuições e responsabilidades do gerente de operações do Badesc e qual foi a sua atuação nesse procedimento de concessão de crédito bancário?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – É, o... eu gostaria de fazer um pequeno resumo de como que é uma operação do Badesc, pra que vocês entendam, né? É... até 31 de maio deste ano, porque agora mudou a... a operacionalização é diferente. Mas até maio de 2019 todas as operações que entram no Badesc entram por uma gerência regional. Então o gerente regional capta a operação e abre o processo, reunindo toda a documentação, né?
[Transcrição: Rafael de Souza Milke]

Essa... captando o processo, ele pode ser prospectivo, dele prospectar, como pode ser demanda espontânea então o gerente regional visita a empresa, pega os primeiros documentos, balanço e uma série de situação cadastral, o Badesc, ele não pode abrir nenhum processo que tenha problema cadastrais. Então, toda a empresa que é aberta ela tem o seu cadastro, tanto quanto das pessoas físicas quanto da pessoa jurídica tem que estar 100% o.k. O Sisbacen junto ao Banco Central tem que estar rigorosamente em dia com todas as suas... os seus compromissos, não pode ter R\$ 1,00 vencido no Sisbacen.

Após essa captação da operação pelo gerente regional, sobe para a área de operações, onde o cargo que eu ocupava na época... recebendo o processo, eu designava, né, ao gerente de operações designa um grupo de análise, composto por um financeiro, um engenheiro e um advogado pra que façam a análise. Então eles vão na empresa, visitam a empresa, vasculham, vamos dizer assim, todo o... as partes da empresa. Após essa análise existe um parecer, que pode ser favorável ou desfavorável, e vem para um Comitê de Crédito. Esse Comitê de Crédito faz avaliação da análise, daquilo que foi escrito pelo analista, porque a análise é composta por uma série de itens, né?



Importante ressaltar que tem a parte cadastral, tem a parte de mercado, é... toda a situação econômica-financeira detalhada, a capacidade de pagamento, principalmente a capacidade de pagamento, obedecendo todas as normas, todas as resoluções que o banco... estão em vigor naquela época.

Após esse Comitê reunido, porque o Comitê, ele é um órgão consultor, ele não tem poder de aprovar uma operação ou não, nem o técnico, é só ele dar a sua opinião se ele é favorável ou não aquela operação.

Após o Comitê se reunir e vai pra diretoria, colegiado do Badesc, aonde, sim, lá é homologado a operação favoravelmente ou não. Aí, após isso, é feito o contrato de liberação dos recursos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Quais são as responsabilidades direta do gerente de operação?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – Ah, o gerente de operações, a responsabilidade direta é coordenar o grupo de análise, né, e... conversar com eles sobre a operação, eles vão relatar o que viram, porque o gerente de operações não vai, não vai na empresa, né, quem vai na empresa é o grupo de análise, é... conversar com a empresa, e ele também tem a responsabilidade de ser o coordenador do Comitê de Crédito, onde reúne um grupo seletivo do banco, onde é o... todos os conhecimentos no financeiro, um consultor jurídico, a parte de operações.

Então, são cinco pessoas no Comitê de Crédito que reúne o banco como um todo, que uma toma decisão e passa como consultor... como... é um órgão consultor da diretoria, passando aquela opinião para a diretoria, né? Mas o que o dire... o gerente de operações, ele coordena esse grupo de análise com várias operações, né, são várias operações. Em 2013 o Badesc contratou 225 milhões, né, então não foi uma operação só, foram muitas operações, e ele coordena essas operações como um todo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – E como foi o procedimento específico desse contrato de R\$ 9,4 milhões?



O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN – O procedimento desse processo foi igual a qualquer outro processo que entra no Badesc, qualquer outro, sem nenhuma e qualquer diferença de um outro processo. Um processo de cem mil, ou duzentos mil, quinhentos mil, como nós fizemos vários, de um milhão, dois milhões, ou a mais de dez milhões, todo processo, ele, ele, ele tem um procedimento, como eu tava falando pra vocês. Entra num... numa gerência regional, ele sabe... ele pra abrir um processo não pode ter nenhum problema cadastral e não pode ter nenhum problema no Sisbacen, e apresentar uma documentação que não é pequena, pessoal, não é pequena. A gente luta para diminuir, mas cada vez tem mais documento. Então é certidão trabalhista, se está em dia com o tra... o trabalhista.

É... licença ambiental, o Badesc não abre nenhum processo sem licença ambiental. Então nós temos um cuidado muito grande, muito grande com isso, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) – Aproveitando então esse ensejo, como funcionava a questão das garantias nas concessões de crédito?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — As garantias estão numa resolução, na época a Resolução válida era a 05/12 e, às vezes, o... na garantia, é... quem faz a resolução de garantia... quem aprova é a diretoria, mas quem faz é um grupo do Badesc, nunca é uma pessoa, sempre um grupo, e nessa garantia a gente obedece normas de mercado. O que que o mercado aceita, não é?

É... hoje o Badesc ele tá batendo muito em alienação fiduciária. O banco foi um dos... dos primeiros bancos a autorizar alienação fiduciária. Em 2013, ainda não era, né, nosso parque é o BRDE, nem utilizava alienação fiduciária nos seus... nas suas... nos seus créditos, né? Então o Badesc ele foi à busca... de buscar alienação fiduciária.

Mas, voltando... Então as garantias são aprovadas numa resolução, o.k.? Essa resolução permite uma série de garantias como... é... fidejussórias, né, com... através de contratos ou avais; é... garantias reais, que podem ser através de alienação fiduciária ou através de hipoteca, né? O Badesc usa hipoteca quando o cliente já é



cliente do Badesc, pega em... pra pegar em primeiro, ou segundo, ou terceiro grau é obrigado ser em... no modelo de hipoteca; não podemos pegar alienação em segundo grau. Não existe, né?

Então, estava com... A sua pergunta, vou responder. É... através de uma resolução e tem uma série de garantias que... e é feito por um grupo do banco multidisciplinar, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A prioridade são as garantias imobiliárias?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — É como eu tava lhe falando, é... hoje a prioridade é a garantia imobiliárias no Badesc, hoje a gente pega...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como era antes?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Se era ou... Se eram prioridades também as garantias imobiliárias ou não?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não... Garantia imobiliárias é... é que eu... eu tenho 35 anos de banco, eu aprendi, eu sou... da área de fomento. Então eu olho o projeto, né, o projeto sendo bom, é a prime.... tem que ser bom o projeto, e depois a gente olha as garantias, dentro do normativo. Alienação fidu... alienação de bens é prioridade, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Então as garantias era... a prioridade era para garantias imobiliárias, então?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não... não, mas... no é... garantias imobiliárias é... são... é... a sua maioria dos processos do banco são garantias imóveis, o.k.? Mas a resolução permite outras garantias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Tudo bem, mas a minha pergunta...

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Até como rece...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...não era essa.



O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A pergunta é se há prioridade. Prioridade...

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não... eu não posso responder... eu até... posso... eu não vou responder como prioridade, porque existe outras garantias prevista na resolução. Então... é... ficaria difícil eu dizer que é prioridade a garantia, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A concessão dos empréstimos sem garantia imobiliária começou com a Resolução do Badesc 05/2011?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não, a 05/11 ela trata sobre... é... operacionais. É a 05/12, que é... que trata sobre garantias. A 05/11 ela trata sobre a geração interna de... de... de recursos e uma série de outra... procedimentos operacionais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Como que acontecia antes da zero... da 12?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Olha, antes da 05/12 eu não lembro qual resolução, não tem como lhe responder agora. Mas as garantias eram garantias previstas, talvez as mesmas, eu não consigo lhe responder agora. Não tenho esse... não consigo lembrar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Em análise técnica e jurídica do Badesc, realizada pelo senhor Sandro... sobrenome muito complicado aqui...

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...Wojcikiewicz da Silveira, que é técnico financeiro, e pela senhora Isabela Ramos Scussel Rosa, técnica advogada, com relação ao empréstimo à Construtora Espaço Aberto, foram tecidas as seguintes considerações (estão ali na imagem, se o senhor quiser ver, né?) *(Aponta mostrando a imagem.)*

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Sim... sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quanto... vou ler a íntegra da consideração para o senhor.

(Passa a ler.)

“Quanto aos aspectos jurídicos é importante frisar que fragilidades importantes foram constatadas, cabendo aos órgãos decisórios do BADESC (COMIC e/ou DICOL), ao analisar globalmente a operação, absorver, caso entenda possível, os riscos inerentes à operação. Apontam-se os riscos que, igualmente apontados no corpo da análise por força de obrigação institucional, naturais a operações financeiras: a) rescisão unilateral pelo DEINFRA, apenas por interesse daquele órgão; b) a CND Estadual da proponente está sendo liberada somente em função de liminar em Mandado de Segurança,” – só havia CND por força de uma liminar – “que é peça fundamental”, essa certidão, “para o recebimento dos valores junto ao DEINFRA; c) estão presentes também aspectos subjetivos, principalmente porque a obra relacionada ao recebível (restauração da Ponte Hercílio Luz) é historicamente procrastinada ao longo de várias décadas, dependente de decisão econômica e política do Poder Executivo Estadual, ampliando o risco natural do seu encerramento extemporâneo. Muito embora já exista verba destacada e disponível para a restauração da Ponte Hercílio Luz, esta não é garantia de repasse integral, eis que diversos fatores podem influenciar mudanças no trajeto; d) apesar da cessão direta feita pela proponente, a existência de um terceiro beneficiário do Consórcio Florianópolis Monumento, entidade estrangeira, pode dificultar a execução, em caso de intervenção judicial.”

E, por último.

“Foi apresentada para a proponente a sugestão de troca de garantia para imóveis, o que foi terminantemente negado.” (*Cópia fiel.*)

Senhor Marcos, o senhor sabe por que a Construtora Espaço Aberto negou-se terminantemente, e esse é o termo usado, ao oferecer imóveis em garantia ao empréstimo? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi*]

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — É, não me... não lembro, mas eu posso... Tá escrito dessa maneira aí, né, mas é que a construtora na época não tinha bens pra



oferecer, os bens dela estavam todos... é... já financiados em outro banco. A construtora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era comum esse tipo de recusa assim tão veemente?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não, essa empresa recusou, mas o banco...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Era comum as empresas simplesmente falarem que não vão e pronto?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Sim, sim, é comum, mas o banco pode dizer se não... se aceita ou não aceita, certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem determina o tipo de garantia a ser oferecida em uma operação de crédito bancário, o banco ou o particular que busca o empréstimo?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — É sempre o banco. Quem determina a garantia que vai pegar é o banco, ninguém mais, é o Badesc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Nesse caso, a troca da garantia foi sugerida e com recusa da Construtora Espaço Aberto a situação foi simplesmente aceita pelo banco, então? Foi isso mesmo, simples assim?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não, eu vou, eu vou relatar um pouquinho pra não ficar assim, tipo...

Essa empresa, como o senhor falou, foi analisada pelo Sandro e pela Isabela, o conceito de matriz de risco dela é a, no conceito bancário, então, é o melhor conceito que existe e... em nenhum momento eles foram desfavoráveis, eles foram favoráveis à operação – o senhor vê o xizinho lá, tá favorável na operação – e eles relataram algumas fragilidades. É isso o que o senhor relatou.

A lici... ã, vou citar a licença estadual, não seria possível o Badesc, um banco estadual, liberar qualquer recurso para uma empresa que devesse os imposto estaduais. O banco exige, para qualquer liberação, que essa certidão, e como qualquer outra, INSS e Receita Federal e *et cetera*, que esteja rigorosamente em dia ou pode



ser positiva com efeito negativo. Então, ele colocou lá a certidão que não estava na época, mas ele, pra conseguir o recurso no, no Badesc, ele sanou suas dívidas, conforme está no processo a certidão estadual, o.k.?

Quanto à garantia, o... A garantia é de... do processo, o que ele relata ali que pode haver a... a... a unilateral ali, né, pode, era... Nesse processo, por incrível que pareça, era a única fragilidade que existia no processo, o.k.? Por quê? Porque nós tínhamos um recurso que o governo do Estado tinha aprovado no BNDES, existiam 155 milhões pra liberar pra ponte, então nós tínhamos da onde vim o dinheiro, o recurso pra ponte, e nós tínhamos um contrato de garantia que era do próprio governo e que nenhum repasse seria feito pra Construtora Espaço Aberto se o Badesc não desse o.k. Nós não poderíamos nem sonhar e nem adivinhar que esse contrato seria encerrado, o.k.? Mas aí que vem. Por que que o banco aceitou essa ma... é... é... esse tipo de garantia? Ah, aceitou esse tipo de garantia, acabou, e o banco ficou sem garantia? Não, existe o avalista da operação, porque a construtora não tinha bens pra oferecer, mas os avalistas... muitos bens pra oferecer. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite]*

Então o Badesc, na sua concepção, se falhar - uma coisa que nós não, não imaginaríamos -, o governo dizendo que vai acabar a ponte, existe o recurso pra terminar a ponte, existe um contrato que garante o Badesc de qualquer... se qualquer recurso que vai se entrar, o dinheiro vem do BNDES, cai no governo do Estado, o Estado pra re... a empresa não pagou o Badesc, nós vamos receber o recurso. É uma garantia, ã... no meu modo de ver, boa. E o recurso estava garantido com a taxa de juros, o senhor pode olhar no processo, de 12.8 mais Selic. Então o risco da operação também estava voltada nos seus juros. Por quê? Porque se fosse outra tipo de garantia, o juros podia ter baixado, mas nós estávamos garantidos.

E mais, a garantia, avalista da operação, o Badesc, já em 2014, entrou com penhora de bens - nós temos muitos bens penhorados, essa operação ainda pode ser lucrativa pro Badesc, tá, e vai ser. E nós temos penhora inclusive do dinheiro que o governo do Estado deve pra Espaço Aberto, nós também penhoramos. Tá? Tem o advogado aqui do banco, consultor jurídico do Badesc, que pode até explanar sobre isso aí.



Então, assim, a operação tinha garantia de um contrato. A ansiedade da, da sociedade catarinense precisando da ponte, querendo a ponte pronta, o Badesc também achou... vou atender, vou atender essa, o que, o que a sociedade precisa, que é a ponte. O Badesc queria participar desse também, eu acho que... desse projeto, como todos os outros. O Badesc foi responsável por hoje existir o setor cerâmico, o setor têxtil catarinense. Nós entramos lá na dificuldade. O setor catarinense hoje, têxtil, não existiria se não fosse o Badesc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Marcos, peço que se atenha...

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não, eu só tô querendo colocar pra ti ver que o projeto, tá...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...ao conteúdo.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — O projeto foi apoiado com uma garantia de... que está permitida em resolução, e eu gostaria de acrescentar aqui que todo nós sofremos a auditoria do Banco Central quase todos os anos, nunca, não existe um apontamento do Banco Central falando que não pode ser pego um contrato como garantia, senhor Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sobre essa vontade que o senhor fala, menciona, de participar do projeto de restauração da Ponte Hercílio Luz, essa vontade era do senhor...

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não... É... Eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...dos seus superiores ou existia alguma sugestão nesse sentido?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Eu, eu quero... eu vou dar um outro exemplo que não é o projeto da ponte. Nós tínhamos um projeto no banco de financiar os caminhões de bombeiros e as ambulâncias. Não é o projeto da ponte, eu tô falando de um projeto, aonde o projeto... Vocês conhecem a Portobello, passam ali em Tijucas, aquele projeto é do Badesc. Gente, é o projeto. Eu não tô falando se é o projeto da ponte, se é meu, particular. Nada disso. Eu tô falando que o banco, quando



entra num projeto, é pra que aquilo sirva pra sociedade catarinense, primeiro. Geração de emprego e manutenção do... a manutenção dos impostos.

Então assim, o projeto não é um... se me deu a entender, se deu a entender que é um projeto meu da ponte, absolutamente, até eu... pra mim eu derrubava a ponte.

E agora, em maneira alguma, eu tô dizendo quando é um projeto, o Badesc entra com o projeto pra ter o seu nome e pra prestar, prestar à... à sociedade catarinense o papel. Nada mais é... o recurso que é do Badesc é da sociedade catarinense, não é nosso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — O senhor falou que o Badesc queria participar deste projeto da Ponte Hercílio Luz.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — E eu vou pedir para o senhor ser objetivo e responder as minhas perguntas.

O senhor falou: o Badesc queria participar. Quem decide o posicionamento do Badesc?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Então peraí. Então eu gostaria de retirar... Eu tô... eu tô dizendo que o Badesc quando participa de projeto. Não desse ou daquele projeto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Quem decide a vontade do Badesc em participar?

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Quem decide a vontade de participar?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Isso, em participar dos projetos. O senhor falou que o Badesc quer participar dos projetos, eu queria entender um pouco mais isso, essa decisão.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Especificamente desse projeto?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Sim.

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Não, não. Não falei isso.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Senhor Marcos, quando da análise desse empréstimo pelo Comic, do Badesc...

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — ...a operação foi apreciada com parecer desfavorável, está aqui, à concessão de crédito, por maioria de votos, com 4 votos desfavoráveis à operação e apenas 1 voto favorável, o seu. O *slide* está claro ali, né? (*Refere-se à imagem projetada.*)

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — Eu acho que o senhor poderia ler...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — A seguir... Eu estou..

O SR. MARCOS PEIXOTO AMIN — O senhor poderia ler.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Bruno Souza) — Eu estou fazendo a pergunta ainda, por favor.

A seguir podemos ver, na próxima tela, a manifestação da maioria dos integrantes do Comic desfavorável à operação. E eu vou ler a manifestação para os senhores, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Diante das fragilidades apontadas pelo parecer jurídico, no que se refere à garantia oferecida, e diante da disponibilidade de imóveis no patrimônio da proponente, o Comitê de Crédito por maioria de votos é de parecer desfavorável, podendo reconsiderar seu posicionamento caso a garantia seja substituída por alienação fiduciária de bem imóvel em índice regimental.

Florianópolis, 13/02/2013.” (*Cópia fiel.*)

Logo após, também é possível observar a sua manifestação, de parecer favorável à operação, que diz o seguinte:

“Parecer Favorável

Senhores Diretores,

Compelido a me explicar porque concordei com o Parecer Técnico e, por ser minoria dos votos no Comic, informo que o fiz porque a análise financeira indica que